MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526
E-mail: *assessoriaufpi@gmail.com* ***ou*** *comunicacao@ufpi.edu.br*

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1373 - Dezembro/2023
Resoluções - Nº 609 a 615/2023
(CEPEX/UFPI)

20 de dezembro de 2023

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 609, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.061780/2022-09;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme Projeto Pedagógico anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude do supracitado Curso ter que iniciar suas atividades no Período Letivo 2024.1, sob pena de produzir maiores problemas tanto no fluxo discente (atraso), bem como quanto ao redimensionamento de plantel de docentes.

Teresina, 18 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - INGLÊS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS (ENSINO PRESENCIAL)

GILDASIO GUEDES FERNANDES: 07757956315

Digitally signed by GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=PRESENCIAL, email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.20 11:36:53 -03'00'

TERESINA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês (Ensino Presencial) da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina. – Piauí, a ser implementado em 2024.

TERESINA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luis Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Profa. Dra. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Eliesé Idalino Rodrigues
Coordenador Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim
Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas
Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Leoma Albuquerque Matos
Diretora de Administração Acadêmica

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva
Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos
Coordenador de Seleção e Programas Especiais

Danielle Maria de Brito Aragão
Assistente do Pró-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS

DIRETORA DO CENTRO:
Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro

VICE-DIRETOR DO CENTRO:
Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADORA DO CURSO:
Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas

SUBCOORDENADORA DO CURSO:
Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DA COORDENAÇÃO
Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas
Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva
Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes
Prof. Dr. Alcione Corrêa Alves
Profa. Dra. Maria Goreth de Sousa Varão
Prof. Dr. Luis Felipe Pereira dos Santos Donadio (suplente)
Fábio Vinícius Lima Mendes (membro discente)

DESIGNAÇÃO DO COLEGIADO DA COORDENAÇÃO
Portaria CCHL/UFPI Nº 093/2021

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA COORDENAÇÃO
Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas
Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva
Profa. Dra. Carolina de Aquino Gomes
Prof. Dr. Cláudio Augusto Carvalho Moura
Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes
Prof. Dr. Luis Felipe Pereira dos Santos Donadio
Profa. Dra. Marcella dos Santos Abreu
Profa. Dra. Vânia Soares Barbosa

DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA COORDENAÇÃO
Portaria PREG Nº 053/2022

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
Profa. Dra. Patrícia de Oliveira Lucas
Profa. Dra. Ana Cláudia Oliveira Silva
Prof. Dr. Cláudio Augusto Carvalho Moura
Prof. Dr. Francisco Wellington Borges Gomes
Prof. Dr. Luis Felipe Pereira dos Santos Donadio
Profa. Dra. Vânia Soares Barbosa

COLABORADORES(AS)

Profa. Dra. Beatriz Gama Rodrigues
Fábio Vinícius Lima Mendes (Representante discente do Centro Acadêmico "Torquato Neto")
Profa. Me. Juliana Castelo Branco Paz da Silva
Lucas Rêgo Alves (Assistente em Administração/ Secretário CLE)

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI
RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí
SIGLA: UFPI
NATUREZA JURÍDICA: Pública
CNPJ: 06.517.387/0001-34
ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550
CIDADE: Teresina
TELEFONE: (86) 3215-5511
E-MAIL: scs@ufpi.edu.br
PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Curso de Licenciatura em Letras - Inglês
CÓDIGO DO CURSO (INEP): 56030
CRIAÇÃO DO CURSO:
Resolução Nº 108
Publicação: 21/12/1995
RECONHECIMENTO DO CURSO:
Portaria MEC Nº 389
Publicação:02/02/2005
RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO:
Portaria MEC Nº 922
Publicação:28/12/2018
TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: Licenciado em Letras - Inglês
TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: Licenciada em Letras - Inglês
MODALIDADE:
Ensino Presencial
DURAÇÃO DO CURSO:
Mínimo: 4 anos
Média: 4 anos
Máximo: 6 anos
Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso.
ACESSO AO CURSO:
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com Edital específico da UFPI.
REGIME LETIVO: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 50

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	VAGAS
1º SEMESTRE	Integral	50

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/período de implantação:	Carga horária por período letivo		
	Mínima	**Média**	**Máxima**
2024/1	**300**	**345**	**390**

COMPONENTES CURRICULARES:

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	1950 horas	130
Disciplinas Optativas	240 horas	16
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	180 horas	12
Atividade de Estágio Curricular Obrigatório	405 horas	27
Atividades Complementares	200 horas	-
Atividades Curriculares de Extensão	330 horas	-
TOTAL	3305 horas	185

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

Os cursos de graduação em Letras têm como principal missão o fomento à cultura, à imaginação criativa, além da formação de cidadãos e profissionais interculturalmente competentes que sejam conscientes de seu papel na sociedade, capazes de lidar com o outro por meio do uso crítico da linguagem em suas mais variadas manifestações. Este é um desafio expresso nas Diretrizes Curriculares para os Curso de Letras (BRASIL, 2001), que se encontra ainda mais em evidência nos atuais contextos socioculturais e econômicos que têm caracterizado as primeiras décadas do século XXI. Em uma sociedade marcada pelas revoluções tecnológicas no âmbito das comunicações, novas formas de interação têm levado rapidamente à emergência de práticas culturais e de linguagem igualmente inovadoras. Diante desse quadro, o ensino superior assume o papel de atuar como um agente transformador, buscando atender às demandas contemporâneas da sociedade por meio da produção de conhecimento. Essa produção de conhecimento perpassa naturalmente pela linguagem, elemento essencial na constituição do ser humano. Dessa forma, os cursos de graduação em Letras Estrangeiras se caracterizam como instâncias de reflexão crítica, reforma e propagação de valores humanistas e científicos, agindo como mediadores dos mais variados campos de saber na formação de profissionais aptos a atuarem em contextos multiculturais de modo ético e responsável.

Essas características são ainda mais necessárias nos cursos de licenciatura. Por formarem professores que se encarregarão, por sua vez, da formação de outros cidadãos, tais cursos têm grande responsabilidade com o preparo de egressos que sejam capazes de ler, buscar, avaliar, ensinar, fomentar e produzir conhecimentos de acordo com as demandas sociais contemporâneas de uso de múltiplas linguagens e formas de expressão, em situações de intenso contato entre culturas e línguas diversas. Nesse contexto, os cursos de licenciatura em Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Piauí, em especial o Curso de Licenciatura em Letras – Inglês, assume, também, a responsabilidade de promover a valorização da cultura nacional por meio do respeito a outras culturas e povos e da formação de profissionais que

sejam capazes de expandir os horizontes de seus alunos ao estimularem o conhecimento e a reflexão crítica sobre a língua e a cultura do outro, assim como sobre sua própria língua e cultura.

Conscientes dessa vocação, o curso de Licenciatura em Letras -Inglês da Universidade Federal do Piauí adota como princípio norteador na formação de seus egressos o diálogo interdisciplinar entre saberes históricos, culturais, sociais e científicos, por meio de uma estrutura curricular flexível e em constante atualização. Nesse sentido, a linguagem é entendida a partir de uma perspectiva multiletrada, ou seja, como uma manifestação social usada para a comunicação e para o despertar da percepção estética e da comunicação nos mais diversos contextos e por meio dos mais variados recursos e modos semióticos que caracterizam a interação humana.

Subordinado à Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) do Centro de Ciências Humanas e Letras de UFPI (CCHL/UFPI), o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês busca criar oportunidades para desenvolver a autonomia de seus alunos, assim como habilidades e competências de cunho linguístico e literário que envolvam a língua estrangeira moderna contemplada no curso. Além disso, ele estabelece uma constante articulação entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização por meio da organização curricular, dos princípios metodológicos e avaliativos, assim como das atividades e ações propostas neste documento. Para isso, ele coaduna com a visão de currículo, tal como apresentada pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, a saber:

> é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais. (BRASIL, 2001. p. 29)

É por considerar a formação de professores como um "processo contínuo e transformador" que este documento propõem uma atualização da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, vigente desde 2010, quando ocorreu a última reforma de seu projeto pedagógico. Naquela época, o curso estava subordinado ao Departamento de

Letras (extinto em 2014 e que englobava os cursos de Letras Português, Letras Inglês e Letras Português/Francês). De lá para cá, novas perspectivas se consolidaram, dentre elas o estabelecimento da Coordenação de Letras Estrangeiras como instância acadêmico-administrativa responsável pela promoção de uma política multilinguística/multicultural para a formação de professores de Letras e de profissionais provenientes de outros cursos superiores, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Além disso, percebeu-se uma transformação no perfil dos alunos ingressantes e egressos desses cursos, assim como o aumento na demandas pela formação de professores de línguas estrangeiras, facilmente perceptível pelo crescimento e valorização de escolas bilíngues em todo o país, o aumento do fluxo migratório de cidadãos de outros países para o Piauí, e o estabelecimento de programas de formação dentro da própria universidade, tais como o Idiomas sem Fronteiras, além de programas de formação continuada resultante de parcerias da UFPI e da CLE com instituições como a CAPES, e Fulbright, o Conselho Britânico, o Consulado Geral dos Estados Unidos em Recife, dentre outras. Somados a isso, também se destacam o crescimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pelas universidades públicas piauienses, que demandam maior domínio de línguas estrangeiras de seus ingressantes e a rápida popularização de meios de comunicação digitais, que facilitam e potencializam as oportunidades de contato linguístico/cultural com outros povos e regiões. Esses fatores contribuíram para a percepção positiva das comunidades internas e externas à universidade sobre a necessidade de uma formação sólida que envolva conhecimentos de línguas estrangeiras.

Ainda em 2010 e 2011, as mudanças curriculares decorrentes da última reforma curricular dos cursos de letras estrangeiras da UFPI já objetivavam atualizá-los para que eles atendessem às demandas que até então marcavam a primeira década do século XXI. Para isso, naquela época, uma mudança profunda do currículo fora proposta, especialmente porque o currículo vigente até então ainda trazia muitas características do primeiro projeto pedagógico dos cursos de Letras da UFPI, criados na década de 70 do século XX e que, por esse motivo, não refletiam toda a complexidade características dos novos tempos. Dentre algumas dessas mudanças estavam a adoção do sistema de blocos na organização da grade curricular das disciplinas, a adoção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como elemento obrigatório e a integração de atividades complementares como parte do processo formativo e a inclusão da prática como componente curricular nas disciplinas.

Nos anos seguintes à adoção daquele novo projeto pedagógico, foram visíveis as

contribuições que as mudanças geraram. A organização em blocos, por exemplo, permitiu a otimização da oferta de disciplinas, especialmente diante da redução significativa do número de docentes universitários da área de Letras ocorrida na UFPI na primeira década dos anos 2000 e que até este momento continua afetando os cursos da Coordenação de Letras Estrangeiras. A adoção de blocos também permitiu aos alunos ter maior gerenciamento sobre as disciplinas cursadas, acelerando o período de formação e aumentando a quantidade de egressos por ano. Antes disso, o sistema de matrículas fora de blocos contribuía para que inúmeros alunos ficassem retidos no curso por um tempo muito acima do mínimo de 4 anos.

A inclusão do TCC como requisito para a formação nos Cursos de Letras Inglês também trouxe resultados positivos. Se antes o curso estava voltado para uma formação teórico-prática que excluía a pesquisa como elemento formador, com o TCC o planejamento e a condução de investigações acadêmicas contribuíram para a emergência de uma postura mais crítica dos discentes, que passaram a se familiarizar mais de perto com as práticas acadêmicas de produção de conhecimento, deixando de ser apenas consumidores de conteúdo para se tornarem produtores de conhecimento por meio da reflexão, investigação e divulgação acadêmicas. Com isso, eles passaram a ter mais oportunidades para contribuir de forma ativa com a solução de problemas que envolvem o mercado de trabalho para o qual são formados. Tais resultados podem ser constatados pelo número de publicações acadêmicas dos egressos do Curso de Letra Inglês na última década (tanto individualmente quanto em parceria com seus orientadores), pelo crescente número de alunos que ingressam em programas de pós-graduação stricto sensu na própria UFPI e em outras universidades do país, além do maior envolvimento com programas institucionais como a iniciação científica e tecnológica e com grupos e núcleos de pesquisa fomentados pela CAPES e pelo CNPq.

Ainda, a inserção do TCC como parte integral do currículo reverberou em outras instâncias que estão além da formação inicial fornecida pelos Cursos de Licenciatura em Letras Estrangeiras da UFPI, tais como a criação pela Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) do Curso de Especialização em Ensino de Língua Inglesa e Uso de Tecnologias Educacionais, em 2018, e da realização de eventos acadêmicos como o "*21st Century Challenges for Teaching Languages*"[1]; o Seminário de Português como Língua Estrangeira (SEMPLE), que desde 2017 promove anualmente espaços para discussões sobre o ensino da língua portuguesa sob a perspectiva das línguas estrangeiras; e a Jornada Integrada de Letras Estrangeiras (JOIN-LE), que desde 2017 visa fortalecer as parcerias entre a CLE, seus

[1] Desafios do Séculos XXI para o Ensino de Línguas

discentes e colaboradores provenientes do mercado de trabalho.

Já a inclusão de atividades complementares no processo formativo gerou resultados positivos como a motivação para que os discentes buscassem uma formação mais ampla, oferecida dentro e fora dos tradicionais espaços universitários. As marcas dessa mudança podem ser observadas no maior envolvimento dos discentes com cursos e programas de extensão e com outras atividades formativas, tanto por meio de atividades voluntárias quanto por estágios não obrigatórios, entre outras oportunidades. Isso se deu em decorrência do esforço conjunto de professores e alunos para o estabelecimento de uma cultura extensionista dentro do âmbito da CLE e do CCHL, em contramão às políticas limitadoras que afetaram as propostas de extensão na área de letras estrangeiras na segunda década do século XXI. Igualmente, a inserção da prática como componente curricular no currículo contribuiu para que o curso fortalecesse seu caráter teórico-prático, levando os alunos a experiências de aprendizagem mais significativas, que estão mais relacionadas com as exigências reais do mercado de trabalho e com os contextos socioculturais em que eles estão inseridos.

Apesar dos avanços alcançados na última década obtidos por meio da reforma curricular anterior, é sabido que a realidade social sofreu grandes alterações ao longo da última década. A crescente inserção de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) e o reconhecimento do caráter multimodal da linguagem humana, por exemplo, instigam outros olhares sobre as práticas de linguagem e os valores estéticos que elas trazem consigo. Da mesma forma, o papel de uma formação de professores crítica e atuante tem sido parte das discussões que permeiam as políticas educacionais nos últimos anos. Nesse sentido, após uma década da última reformulação curricular, tornou-se urgente uma reflexão sobre como formar professores críticos em ambientes permeados por tecnologias digitais e práticas comunicacionais inovadoras. Essa urgência é ressaltada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que, por meio da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, ao instituir a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), estabelece seis competências para o ensino de linguagens no Ensino Fundamental, a saber:

> a. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;
> b. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;

> c. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação;
> d. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;
> e. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;
> f. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (BRASIL, 2017. p. 65)

A mesma postura é adotada pelo CNE no que concerne ao Ensino Médio. Isso evidencia que os cursos de Letras, para formar professores capazes de adotar posturas que fomentem o desenvolvimento integral de seus aprendizes na Educação Básica, devem se adequar à realidade permeada de práticas de linguagem e de manifestações estético-literárias que são marcadas pelas tecnologias digitais e pelas práticas comunicacionais multifacetadas. Em meio a isso, eles também devem fomentar a ação crítica e inovadora de seus egressos de modo que eles possam atuar de forma autônoma durante o exercício de sua vida profissional. Por meio Parecer CNE/CP nº 15/2018, aprovado em 4 de dezembro de 2018, o CNE afirma que:

> Neste novo cenário mundial, reconhecer-se como parte de um contexto histórico e cultural, comunicar-se com desenvoltura, ser criativo e analítico-crítico, ao mesmo tempo que participativo e aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável, entre outros tantos atributos exigidos para permanecer socialmente incluído neste mundo marcado pela complexidade crescente, requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, para continuar aprendendo ao longo da vida, bem como saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuando com discernimento e responsabilidade em contextos de culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções que são exigidas cada vez com mais rapidez, conviver com o incerto e o inusitado, bem como aprender com as diferenças e com as diversidades. Tudo isso requer uma nova estratégia de ensino, que propicie a obtenção de novos resultados contínuos e progressivos de aprendizagem, para não ser atropelado pelo choque do futuro. (BRASIL, 2018. p. 8)

No trecho acima, é evidente que para atuar na educação básica, os egressos dos cursos de licenciatura devem ser capazes de desenvolver competências direcionadas ao fazer pedagógico do mundo contemporâneo. Nesse processo, é fundamental repensar os currículos dos cursos de formação inicial em nível superior. No que diz respeito à formação de professores, tais competências estão refletidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) por meio da Resolução CNE/CP No 2, de 1º de julho de 2015, quando, entre outras coisas, elas definem docência como:

> Ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2015. p.3)

Da mesma forma, a Resolução CNE/CP No 2, de 20, de 20 de dezembro de 2019, que atualiza e complementa as DCNs de 2015 e estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) deixa claro que a formação docente pressupõe o desenvolvimento de competências que garantam o fomento tanto de aspectos intelectuais, físicos, culturais, sociais e emocionais visando o desenvolvimento pleno pelo licenciando. Assim, no Curso de Licenciatura em Letras – Inglês da CLE/UFPI, adota-se uma visão formativa integral e continuada que tem como base a construção de valores ligadas aos marcos regulatórios da BNCC, da BNC-Formação e da BNC-Formação Continuada (estabelecidos pela Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020).

Desse modo, este Projeto Pedagógico visa atualizar as propostas curriculares dos Curso de Licenciatura em Letras - Inglês ofertado pela Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ele foi construído em consonância com a Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de letras, com a Resolução CNE/CP No 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; com a Resolução CNE/CP No 02, de 20 de dezembro de 2019, que revisa e atualiza a resolução CNE/CP No 2 de 1º de julho de 2015 e institui a Base Nacional Comum para a Formação

Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); a Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as DCNs para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada); com a Resolução CEPEX/UFPI No 220/16, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI; com a Resolução CEPEX/UFPI No 053/19, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI; e com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (PDI/UFPI 2020-2024).

Para garantir o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional para um mercado de trabalho progressivamente exigente e de formação humanística de indivíduos críticos, habilitados a exercer sua plena cidadania e adaptáveis aos desafios inerentes às vicissitudes profissionais e sociais impostas pela revolução tecnológica em curso, este PPC visa cumprir a legislação vigente que normatiza a educação superior, a saber:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9.394/96);
- As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB (Resolução CNE/CEB nº 4/2010);
- As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (Parecer CNE/CES nº 492/2001; Resolução CNE/CES nº 18/2002);
- O Plano Nacional da Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014);
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para Formação Continuada (Resolução CNE/CP 2/2015; Resolução CNE/CP 1/2017; a Resolução CNE/CP nº 3/2018; a Resolução CNE/CP No 2/2019; aResolução CNE/CP No 01/2020);
- A Base Nacional Curricular Comum (Resolução CNE/CP nº 2/2017);
- As Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução nº 177/2012 – CEPEX/UFPI)
- As Diretrizes Curriculares para a Formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica da UFPI (Resolução nº 220/16 – CEPEX/UFPI);
- O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UFPI: 2020-2024 (Resolução nº

20/2020 – CD/CONSUN/UFPI);

● As Diretrizes Gerais para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos Cursos de Graduação da UFPI (Portaria PREG/CAMEN n° 330/2017);

● a Resolução CNE/CES Nº 7/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;

● A Regulamentação para a Inclusão das Atividades de Extensão como Componente Curricular Obrigatório nos Currículos dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução CEPEX/UFPI No 053/19).

1.2 Justificativa

Informa-se, por meio deste documento, que a atualização do currículo do Curso de Licenciatura Em Letras - Inglês da Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) se justifica, primeiramente da ordem formal, em cumprimento às leis Federais e Resoluções vigentes, normativas que regulamentam os cursos de licenciaturas da UFPI, a saber: às diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica da UFPI (Resolução nº 220/16 - CEPEX), à LDBEN (Lei 9.394/96), às DCNS (BRASIL, 2015; BRASIL, 2019, BRASIL, 2020), ao PNE (Lei nº 13.005/2014), à BNCC, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - UFPI 2020/2024) à Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, e à Resolução CEPEX/UFPI 053/19 – CEPEX. Regulamentações essas que visam, em termos práticos, garantir o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional para um mercado de trabalho progressivamente exigente e de formação humanística de indivíduos críticos, habilitados a exercer sua plena cidadania e adaptáveis aos desafios inerentes às esferas profissionais e sociais impostas pela revolução tecnológica em curso.

Com base nesses documentos norteadores, o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês atenderá à carência de profissionais habilitados dentro das dimensões teórico-práticas em que se incluem, de modo indissociável dos elementos humanos com todas as suas idiossincrasias. Para isso, ele se constitui de uma base formada por conhecimentos linguísticos, literários e culturais que se interrelacionam com o fenômeno educativo. Ainda, ele compreende a linguagem, em todas as suas manifestações, como uma ferramenta ativa de comunicação e

participação social, capaz de promover o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Desse modo, é mister para o curso trabalhar as questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar o futuro profissional de ensino de Língua Inglesa e suas respectivas literaturas (incluindo-se o ensino de Português como língua estrangeira), com novas formas de intervenções pela aplicação de ferramentas metodológicas inovadoras, possibilitando "[...] a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos [...]" (BRASIL, 2015). Para tanto, além do trabalho do Núcleo Docente Estruturante no que tange à sua elaboração, a presente proposta curricular foi periodicamente apresentada e discutida em assembleias departamentais da Coordenação de Letras Estrangeiras ao longo de sua construção e contou com as contribuições do corpo docente, técnico e discente, este último representado pelo Centro Acadêmico de Letras "Torquato Neto" na pessoa de seu representante discente.

Dessa feita, os(as) egressos(as) dos Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês estarão aptos(as) a preencher a lacuna educativa proveniente da insuficiência de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal, estadual e particular de ensino no estado; prestando um serviço educacional com bases formadoras oriundas do ensino superior, somada à reconhecida qualidade proporcionada por uma graduação promovida pela UFPI.

Os Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês se fundamentam em uma perspectiva histórico-cultural. Eles têm como eixo articulador, a partir do Artigo 3º da Resolução CNE/CP No. 02/2015, em seu 5º parágrafo, item V, a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de língua estrangeira e literatura mais amplas, não somente como um fenômeno linguístico formal e/ou artístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários. Eles concebem, destarte, a linguagem como ato efetivo, uma prática sociocultural basilar cujo domínio reflete de forma direta sobre fatores sociais preponderantes, tais quais as taxas de desemprego e renda da população.

Com efeito, o curso de Licenciatura em Letras - Inglês assume um papel fundamental para o desenvolvimento humanístico, intelectual, cultural e socioeconômico brasileiro; em especial da população piauiense, que ainda apresenta índices baixos de letramentos, notadamente no que concerne ao conhecimento e uso de línguas estrangeiras. Essa problemática também se estende aos conhecimentos da língua portuguesa como língua materna e mais recentemente da língua portuguesa como língua estrangeira (decorrente da

migração de grupos provenientes de outros países para o Piauí, por exemplo). Note-se que mesmo com as melhoras substanciais no cenário educativo nacional da última década, segundo o censo do IBGE referente ao ano de 2016, o Piauí ocupava o penúltimo lugar no ranking de classificação das unidades federativas do Brasil por alfabetização, com o percentual de 82,8% de alfabetizados dentre sua população com 15 anos de idade ou mais, ficando à frente apenas do estado de Alagoas (80,6%) e abaixo da média da região Nordeste (85,2%) - a região mais pobre da federação e com maior número de analfabetos .

Nesse quadro, além de observar o alcance da alfabetização no estado (utilizada como um dos elementos determinantes na aferição do Índice de Desenvolvimento Humano das populações, segundo a Organização das Nações Unidas) há de se destacar o papel dos letramentos, que constituem a base dos processos educativos contemporâneos. Para o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês, cuja atualização é proposta neste PPC, os letramentos são adotados a partir de uma perspectiva plural, ou seja, como um conjunto de conhecimentos, saberes, habilidades e competências que permitem aos indivíduos se situar em um mundo marcado pela multiplicidade de línguas e linguagens, tornando-os capazes de mobilizar tais construtos para avaliar, julgar, criticar, agir e produzir conhecimentos nas esferas sociais das quais fazem parte.

Esse letramento, entretanto, não se limita ao conhecimento e uso da língua materna, visto que para atuar no mundo contemporâneo é necessário mobilizar uma série de conhecimentos interculturais e interlinguísticos. Em relatório publicado pela *EF English First* (EFEF, 2018), associação internacional que mede, em âmbito mundial, o domínio de gramática, de vocabulário, de leitura e de compreensão oral de adultos que não têm inglês como língua nativa, o Brasil, embora seja o 6º país em nível de proficiência na America Latina, ocupa mundialmente a 53ª posição, situando-se entre os países com "baixa" proficiência em língua inglesa. Em um cenário mundial no qual as relações internacionais são amplamente valorizadas e necessárias, isso pode ser um entrave para o crescimento econômico do país, afetando diretamente índices e programas educacionais e culturais de desenvolvimento, dentre vários outros prejuízos decorrentes de uma cultura de estímulo ao monoglotismo.

Acredita-se que os processos de ensino e de aprendizagem de língua inglesa podem auxiliar a reduzir esses dados alarmantes ao oferecerem caminhos para que os alunos desenvolvam estratégias de comunicação, aumentando habilidades de letramentos e permitindo a ampliação de sua visão de mundo e oportunidades de trabalho, pois a aquisição de uma segunda língua subentende a conscientização e o domínio do próprio vernáculo como

ferramenta auxiliar do aprendizado. É sabido que as capacidades cognitivas estão diretamente ligadas ao conhecimento/domínio dos elementos comunicativos, em especial a língua.

Desta forma, o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e autônomos, aptos a lidarem com linguagens diversas, interagindo com diferentes textos e pessoas. Outrossim, reforce-se que habilidades de letramento bem sedimentadas permitirão não só suplantar a carência de mão-de-obra geral qualificada, quanto fomentar a reflexão crítica necessária para um mercado de trabalho cada vez mais exigente, especialmente no contexto multicultural e multilíngue que tem se delineado na última década. Isso confere aos cursos de letras da CLE irretorquível caráter estratégico e reforça a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área, fazendo com que esta nova proposta curricular, ao fomentar o conhecimento e formação de professores da língua materna e de línguas estrangeiras, traga benefícios que vão além de uma formação linguística sólida.

Afinada à Resolução CNE/CP No. 02/2015, em seu artigo 2º, item V, que preconiza "a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras" (BRASIL, 2015. p. 1), a reformulação curricular do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês representa mais um passo com vistas a consolidar a presença de qualidade da UFPI nas mais diversas áreas do estado. Áreas essas que carecem, em caráter de urgência, de oferta de ensino de qualidade em um campo do conhecimento estratégico para o crescimento socioeconômico, que é o do ensino de línguas estrangeiras. Essa área recebe ainda mais relevância em função do papel da universidade como difusora de conhecimento, já que a aprendizagem de línguas estrangeiras é uma ferramenta que possibilita uma maior participação dos alunos como cidadãos, exercendo seu papel dentro da coletividade através de sua atuação profissional compatível com as demandas da contemporaneidade. Essa também é a postura defendida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, para as quais é necessária, conforme o Art. 5º, item V, a "elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento" (BRASIL, 2015. p. 6).

Dessa forma, esta proposta visa otimizar a "articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 2015. p. 4). Nela, atendendo as demandas do PDI/UFPI - 2020/2024 e da BCN-Formação (Resol. CNE/CP

No 2/2019), o novo quadro de disciplinas a ser ofertado no Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da CLE tem como objetivo otimizar as oportunidades de preparação e o desenvolvimento dos conteúdos em atividades de cunho educacional e pedagógico ligadas às escolas e às práticas educacionais, assim como ligadas aos componentes específicos de cada área do curso, além de ações ligadas aos estágios e às atividades de prática como componente curricular. Além disso, programas como o Idioma sem Fronteiras (IsF), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e os cursos livres de extensão em línguas[2] para a comunidade interna e externa à UFPI têm um papel fundamental na preparação dos discentes para o mercado de trabalho. Esse movimento de integração entre ensino, pesquisa e extensão está expresso na Resolução CEPEX/UFPI 053/19 e no PDI UFPI 2020/2024, que regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente curricular obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Sobre isso, o PDI UFPI 2020/2024 afirma que:

> Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19- CEPEX, a partir de dezembro de 2021, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso. (BRASIL, 2020. p. 52)

De modo concomitante, dentro da premissa da "construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa" (BRASIL, 2015. p. 06), a grade curricular do curso de Licenciatura em Letras - Inglês visa também preparar o corpo discente para a continuação dos estudos na Pós-Graduação mediante o diálogo entre o currículo e as pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente da Coordenação de Letras Estrangeiras. O estímulo à pesquisa científica na estrutura curricular também se dá por meio de componentes que visam a formação e a consolidação de núcleos e grupos de pesquisa e de grupos de estudos, além dos programas de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq e PIBIC/UFPI), Iniciação Científica Voluntária (ICV/UFPI) e Iniciação Científica Tecnológica (PIBIT/UFPI). Além disso, a realização de eventos acadêmicos por

[2] Vale ressaltar que a Coordenação de Letras Estrangeiras oferece há mais de duas décadas os cursos de extensão com maior visibilidade e público da UFPI. São eles o Curso de Extensão em Língua Inglesa para a Comunidade (CCLIC), Curso de Extensão em Inglês Instrumental, Curso de Extensão em Francês, Curso de Extensão em Espanhol, além de participar do programa nacional Idiomas sem Fronteiras (ISF), que já chegaram a atender, juntos, em torno de duas mil pessoas por semestre, além de cursos diversos de formação continuada de professores de línguas estrangeiras.

meio de parcerias com o Consulado dos Estados Unidos no Brasil, a Comissão Fulbright e a CAPES, entre outras instituições, também se materializa como componente curricular dos cursos por meio das atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme preconiza o Art. 14 da Resolução CNE/CP No 2 de 2015.

Esta nova proposta curricular busca, assim, afinar-se – sem perder o foco na Educação Básica – de modo pragmático à realidade da profissão de licenciado(a) em Letras – Inglês, a fim de fornecer aos discentes uma formação condizente com a miríade de possibilidades que o mercado oferece ao(à) portador(a) de um diploma do curso, ação respaldada pelo Art. 3º da Resolução 220/2016 – CEPEX, que garante que:

> A formação dos profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e a exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da Educação Básica e da profissão.

Desse modo, a formação do(a) licenciado(a) em Letras – Inglês pode lhe possibilitar outras oportunidades de carreira que não apenas o ensino regular, tais como escolas de idiomas, cursos de Português para Estrangeiros (PLE), aulas e/ou serviços de tradução e interpretação (sejam escritas ou faladas), revisão, elaboração de material didático, entre outros. Também, em consonância ao Art. 11, item I, da Resolução CNE/CP – 02/2015, que requer aos cursos de licenciatura um projeto em "articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas" (BRASIL, 2015. p. 09), os cursos contemplam a preparação para a atuação em novas modalidades de ensino associadas à educação básica oferecidas pela rede privada. Como exemplo, podemos citar a educação bilíngue, que passou a fazer parte da realidade piauiense há pouco mais de uma década e cuja demanda por profissionais capacitados cresce exponencialmente, visto que a capital do estado, Teresina, é referência em serviços de educação.

Com o objetivo de ampliar a visão e a atuação do profissional formado pelo curso de Licenciatura em Letras - Inglês, como determinam as competências gerais docentes propostas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial, os profissionais docentes devem "utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo"(BRASIL, 2019. p. 13). Na esteira da natureza multimodal da linguagem, constantes

inovações tecnológicas e demandas do mercado assumem um papel crescente na sociedade atual. Dessa forma, a proposta curricular em tela propõe a integração das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) em todos os componentes curriculares. Nesse contexto, as TDICs passam a ser encaradas tanto como ferramentas auxiliares do processo de ensino-aprendizagem quanto como objeto de estudo teórico-prático, com disciplinas específicas dentro da grade curricular, na qual são abordadas como mediadoras de experiências didáticas ricas em significados e possibilidades. Nesse sentido, a inserção das tecnologias digitais visa colaborar para o despertar de professores mais críticos em relação ao papel social da linguagem e sobre seu próprio papel como agentes de transformação, tanto no contexto de formação de professores de letras estrangeiras da UFPI quanto na educação básica como um todo.

Outro ponto relevante para a inclusão das tecnologias digitais tanto como objeto de estudo a partir de um viés pedagógico quanto como instrumento efetivo na interação entre professores e alunos dentro e fora do contexto do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da CLE é a recente pandemia causada pelo vírus SARS-COV-19, que tornou ainda mais evidente a necessidade de reformulação do ensino superior tradicional para a adoção de uma perspectiva que integre as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) de modo significativo na formação dos discentes. Nesse sentido, experiências como a adoção do ensino remoto emergencial e a integração da comunicação mediada por computador como um componente recorrente na vida de professores e alunos ressaltaram que é extremamente necessário repensar os currículos dos cursos de Letras Estrangeiras de modo que eles reflitam as mudanças sociais, tecnológicas e laborais pelas quais temos passado nos últimos anos. Também se tornou evidente que é preciso propor mudanças que garantam a qualidade dos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI, assim como condições de trabalho adequadas para os docentes que atuam em tais cursos e para os seus egressos, quando em atuação no mercado de trabalho. Essa é uma necessidade já apontada pela Resolução CNE/CP No 02/2015, pela Resolução CNE/CP No 02/209 e pela Resolução CNE/CP No 1/2020, documentos que demonstram que é preciso repensar meios eficazes de proporcionar experiências de aprendizagem relevantes para os alunos de modo que eles possam utilizar as TDICs como ferramentas de mediação didática.

Por esses motivos, nesta nova proposta são adotadas soluções alternativas para a flexibilização do currículo, especialmente pelo uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), seja por meio da interação presencial quanto da não-presencial

síncrona e assíncrona dentro do limite de 40% da carga horária de cada disciplina, tal como preconizado pelo Parágrafo 2º. do Artigo 42 da Resolução CEPEX/UFPI No 49/21.

Dessa feita, a proposta aqui apresentada justifica-se pela atualização dos conteúdos e as práticas dos cursos de modo que eles possam atender às demandas de uma sociedade cada vez mais dinâmica e com vistas ao futuro. Para isso, buscamos uma formação de qualidade, fundamentada solidamente na integração entre teoria e prática, construídas com base nas recentes discussões educacionais, linguísticas, literárias, culturais, filosóficas e artísticas, que caracterizam a área de Letras.

1.2.1. Detalhamento das mudanças e alterações nos novos componentes curriculares em relação ao currículo anterior

Informa-se que a grade curricular obrigatória do curso sofreu alterações significativas em comparação à sua última reformulação curricular, dentre as quais, entre as Disciplinas Obrigatórias: **1)** os componentes *Habilidades Integradas em Língua Inglesa I, II, III, IV, V, VI, VII* e *VIII*, que se dividiam igualmente entre 8 períodos regulares do curso, tinham por objetivo a aquisição e aprimoramento da língua inglesa em sala de aula, possuíam carga-horárias individuais de 60 horas, divididas em 4 créditos (sendo 3 créditos teóricos e 1 crédito prático), totalizando 480 horas. Neste novo currículo, os componentes correspondentes passam a se chamar *Língua Inglesa*, por motivo de simplificação da nomenclatura, mantendo a mesma carga-horária (60 horas) e total de créditos (4 créditos) por componente curricular, redistribuídos para 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos, a fim de equilibrar teoria e prática, proporcionando ao corpo discente uma maior oportunidade para aquisição e aprimoramento da língua em sala de aula por meio do seu uso, dentro de um conjunto total de 300 horas distribuídas entre os componentes *Língua Inglesa I, II, III, IV* e *V*, do 1º ao 5º período regular do curso. A diminuição em 180 horas nos componentes para aquisição de língua com a retirada de *Habilidades Integradas em Língua Inglesa VI, VII* e *VIII* se deu mediante a observação prática de que, após as primeiras 300 horas, não se apresentavam mudanças significativas no grau de proficiência geral. **2)** Por isso, essas horas foram redistribuídas para a criação de componentes mais diretamente ligados à formação docente, em sintonia com as competências da conjuntura globalizada atual e a presenças da TDICs no dia-dia, alinhada às demandas atuais do mercado de trabalho, a partir dos componentes *Linguística Aplicada II: Multimodalidade, Multiletramentos e Tecnologias* (60 horas, 4 créditos teóricos), *Linguística Aplicada III: Bilinguismo e Ensino de Inglês na Infância* (60 horas, 4 créditos teóricos),

Linguística Aplicada IV: Português como Língua Estrangeira (60 horas, 4 créditos teóricos), apresentados no 4º, 5º e 6º períodos, respectivamente. **3)** Dentro dessa mesma pragmática, os componentes *Língua Latina I* (60 horas, 4 créditos teóricos), e *Cultura dos Povos de Língua Inglesa* (60 horas, 4 créditos teóricos), presentes no 1º e 3º períodos regulares do curso, foram amalgamados em *História da Língua Inglesa* (60 horas, 4 créditos teóricos), componente teórico do 1º período que se direcionará para o estudo do processo de formação do inglês, dentro do qual línguas como o latim e aspectos culturais podem ser organizados em um todo conceitual mais coeso. **4)** Com essa junção de dois componentes em um único, foi possível retornar à grade obrigatória do curso o componente *Literatura Estadunidense II* (60 horas, 4 créditos teóricos), presente como *Literatura Norte-Americana II*, componente da penúltima reformulação curricular e incorporado por *Literatura Norte-Americana I* (60 horas, 4 créditos teóricos) na última reformulação, apresentado no 7º período, o que se mostrou, na prática, insuficiente para dar conta dos conteúdos básicos do componente. Sobre sua nomenclatura, adotando uma postura decolonialista e para que o adjetivo norte-americano não seja confundido com a totalidade da América do Norte, que incluí México e Canadá, o componente *Literatura Norte-Americana* passa a se chamar *Literatura Estadunidense*, subdividido, pelos motivos já citados em *Literatura Estadunidense I* e *II* (ambas com 60 horas e 4 créditos teóricos, cada) alocados no 6º e 7º períodos, respectivamente. **5)** O componente do 1º período, *Seminário de Introdução ao Curso* (15 horas, 1 crédito teórico), mantem a nomenclatura e sua posição na grade, mas passa a ter carga-horária de 30 horas, dividida em 2 créditos teóricos, uma vez que a carga-horária anterior se provou insuficiente, limitando os conteúdos, dinâmicas e, desse modo, a participação mais efetiva do corpo discente nesse momento introdutório à vida universitária. **6)** Já o componente *Teoria da Literatura* (60 horas, 4 créditos teóricos) passa a se chamar *Teoria da Literatura I*, mantendo a mesma carga-horária e distribuição de créditos, levando em conta a adição do componente optativo *Teoria da Literatura II* no currículo, e mudando do 1º para o 2º período regular do curso. **7)** O correspondente do componente *Linguística Aplicada I* (60 horas, 4 créditos teóricos), apresentado no 4º período, foi renomeado *Linguística Aplicada I: Introdução*, mantendo a mesma carga-horária, distribuição de créditos e localizando-se no 3º período do curso, levando em conta que o currículo passa a ter 5 componentes nomeados *Linguística Aplicada*, possibilitando uma melhor distribuição, diversidade e maior aprofundamento nos conteúdos da área por componente curricular, sendo o supracitado voltado para seus estudos introdutórios**. 8)** Dada essa mesma distribuição, o componente *Linguística Aplicada II* (60

horas, 4 créditos teóricos), do 5º período, também de ordem geral, tornou-se obsoleto, sendo substituído por um componente mais específico: *Linguística Aplicada V: Materiais Didáticos em Língua Inglesa*, posicionado no 7º período, com mesma carga-horária, mas créditos redistribuídos na forma de 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos, com vistas a oportunizar a aplicação pragmática dos conteúdos discutidos. **9)** O componente *Leitura Extensiva* (60 horas, 4 créditos teóricos), ministrado no 4º período e voltado para a leitura geral de textos em língua inglesa, foi substituído por *Estratégias de Leitura em Língua Inglesa*, a ser ministrado no 3º período, com mesma carga-horária, mas créditos redistribuídos na forma de 3 créditos teóricos e 1 crédito prático, e agora voltado para a preparação para o ensino de leitura em inglês. **10)** Já os componentes *Literatura Inglesa I* e *Literatura Inglesa II*, ambos com 60 horas e 4 créditos teóricos, apresentados no 5º e 6º períodos, respectivamente, foram renomeados *Literatura Britânica I* e *Literatura Britânica II*, uma vez que seus conteúdos passam a abranger a diversidade literária do Reino Unido, não apenas da Inglaterra, passando a serem alocados nos períodos 4º e 5º, respectivamente, mantendo mesma carga horária. **11)** No que tange aos componentes *Expressão Escrita I* e *Expressão Escrita II*, ambos com 60 horas e 4 créditos teóricos, apresentados no 4º e 5º períodos, respectivamente, foram renomeados *Escrita Acadêmica I* e *Escrita Acadêmica II*, permanecendo nos mesmos períodos e mantendo a mesma carga-horária, mas com seus créditos redistribuídos na forma de 2 créditos teóricos e 2 créditos práticos, sendo a mudança de nomenclatura um sinalizador de que o componente, ao contrário do anterior, enfatizará o gênero acadêmico em detrimento à escrita em língua inglesa de ordem mais geral. No cômputo final, a carga-horária total em Disciplinas Obrigatórias ficou em 1950 horas, 150 horas a mais em comparação às 1800 horas do currículo anterior, aumento esse que se fez justificável, principalmente, por conta da necessidade do espaço de 300 horas ocupado na grade pelo componente de aquisição de língua inglesa, característica particular de um curso de letras estrangeiras, que mesmo redimensionado e diminuído em horas neste novo currículo, ainda toma uma porção relevante da grade que, se não observada, deixaria de fora disciplinas de cunho teórico importantes para a formação profissional atual. Por isso, foi preciso levar em conta essa diferença em relação a outras licenciaturas que não precisam dispor de parte de sua carga-horária para ensinar a língua-alvo de sua formação, no caso, o português e, desse modo, tornou-se inviável manter as 1200 horas padrão relegadas às Disciplinas Obrigatórias, sendo necessário um aumento no número de horas. Adicionalmente, conforme já mencionado, houve a necessidade de rever a cargas-horária da disciplina *Seminário de Introdução ao Curso*, que se mostrou insuficiente conforme

planejada no currículo anterior, o que acarretou um aumento de mais 15 horas na carga-horária total de Disciplinas Obrigatórias.

Por fim, o componente curricular Disciplinas Optativas da grade curricular anterior apresentava 3 disciplinas de 60 horas, cada. Com a reformulação atual, em vistas a oportunizar ao corpo discente uma maior personalização de sua formação, foi adicionada mais 1 Disciplina Optativa como componente curricular obrigatório, somando-se, desse modo, 4 componentes do tipo dentro da grade atual, passando de 180 para 240 horas de Disciplinas Optativas. No que diz respeito à oferta de Disciplinas Optativas, manteve-se a mesma carga-horária de 60 horas por disciplina do currículo anterior. Quanto às Disciplinas Optativas ofertadas no currículo anterior, foram tomadas as seguintes ações: **1)** *Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa: estudo da sociedade britânica, norte-americana e europeia*, manteve-se como optativa, mas teve sua nomenclatura abreviada para *Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa*, por questões econômicas, mantendo a mesma ementa e carga-horária. **2)** Algumas Disciplinas Optativas do currículo anterior passam a vigorar como Obrigatórias, feitos os devidos ajustes. É o caso de *Reflexões sobre Linguística Aplicada* e *Formação de Professores*, que foi diluída nas Disciplinas Obrigatórias *Linguística Aplicada I, II, III* e *IV*. O mesmo aconteceu com *Literatura Norte-Americana II*, ofertado como optativa no currículo anterior e que passou a ser obrigatória no currículo atual, renomeada *Literatura Estadunidense II* pelos motivos anteriormente explicados. **3)** Outras Disciplinas Optativas apresentadas no currículo anterior foram repensadas e reorganizadas de modo a melhor refletirem a realidade atual do curso e as demandas discentes, recebendo novas nomenclaturas. Dessa feita, *Oficina de Material Didático em Língua Inglesa* foi reformulada e transformada em *Oficina de Produção de Materiais Didáticos para Propósitos Específicos*. *Oficina de Tradução* foi desmembrada, dando origem a 3 novas Disciplinas Optativas: *Estudos da Tradução*, *Tradução Intersemiótica* e *Seminário de Estudos Tradutológicos*; *Crítica Literária Aplicada à Literatura Anglófona* foi renomeada *Crítica Literária* e teve seu escopo ampliado. *Crítica Literária Feminista*, *Crítica Literária Afro-americana*, *Etnia e Diversidade Cultural na Literatura Norte-Americana* e *Relações étnico-raciais, gênero e diversidade* foram amalgamadas em *Estudos Culturais* e *Seminário de Crítica Literária*. *Arte, Literatura e Fantasia* foi atualizada e substituída por *Ficção Especulativa* e, por último, *Leitura Intensiva* deu lugar a *Inglês Instrumental*. **4)** Dentre as Disciplinas Optativas do currículo anterior, optou-se pela retirada das seguintes: *Análise do Discurso*, *Ficção em Jane Austen (Jane Austen Book Club)*, *Tópicos em Inglês Coloquial e Gíria Contemporânea* e

Educação Ambiental, sob o argumento de que essas disciplinas eram raramente ofertadas por conta da baixa demanda. **5)** Houve, também, a criação de novas Disciplinas Optativas que não encontram relação direta com as do currículo anterior, mas que se alinham com as propostas pedagógicas atuais referentes à formação discente em língua estrangeira e às demandas específicas do alunado do curso, sendo elas: a) Linguística II, b) *Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional*, c) *Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II* e d) *Língua Inglesa VI*, com o intuito de complementar/reforçar os conhecimentos adquiridos nas Disciplinas Obrigatórias a) *Linguística*, b) *Fonética e Fonologia da Língua Inglesa* e c) *Língua Inglesa V*, respectivamente. Ainda na área dos estudos de línguas, também foram criadas as Disciplinas Optativas a) *Ensino de Línguas Mediado por Tecnologias*, b) *Letramento Multimodal/Visual Crítico: Teoria e Prática*, c) *Movie Club e Integração de Habilidades em Língua Estrangeira* e d) *Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras*, com o objetivo de complementar os estudos das TDICs, do lúdico e das subjetividades dentro do ensino de línguas, assim como a disciplina a) *Teoria e Prática com Projetos: Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras*, com o intuito de trabalhar o papel dos projetos dentro da práxis docente, além de b) *Seminário de Estudos em Linguística Aplicada* e c) *Oficina de Linguística Aplicada*, que se apresentam como disciplinas de ementário aberto para permitir uma maior variedade de conteúdos e discussões. Dentro desse bojo de novas Disciplinas Optativas, também foram acrescentados os seguintes componentes relacionados aos estudos literários, que se apresentam, comparativamente, em menor número que os componentes de ensino de língua visto a natureza do curso e demandas do mercado de trabalho: a) *Literatura e Outros Sistemas Semióticos*, para dar conta do diálogo cultural entre literatura e outras cadeias sígnicas, b) *Análise Literária Computacional*, para tratar do uso da computação como ferramenta analítica dentro da área, c) *Seminário de Estudos Literários*, que se apresenta como disciplina de ementário aberto para permitir uma maior variedade de conteúdos e discussões a serem abordados e d) *Escrita Criativa*, para proporcionar ao alunado os princípios básicos de uma escrita estética de cunho artístico, para além do gênero acadêmico. Por último, com vista a uma formação mais ampla no âmbito da aquisição linguística, levando a proximidade lexical entre as línguas inglesa e francesa, além de um alargamento do horizonte cultural, decidiu-se por acrescentar à grade optativa as disciplinas *Francês Instrumental*, *Língua Francesa I* e *Língua Francesa II*.

No que diz respeito ao componente Trabalho de Conclusão de Curso: **1)** *Trabalho de Conclusão de Curso I* e *Trabalho de Conclusão de Curso II* mantiveram a mesma

nomenclatura, permanecendo no 6º e 7º período, mas foram feitas a seguintes alterações: a) *Trabalho de Conclusão de Curso I*, que antes possuía 30 horas, sendo 1 crédito teórico 1 crédito prático, passa a ter 60 horas distribuídas entre 3 créditos teóricos 1 crédito prático, uma vez que a experiência mostrou que a carga-horária oficial do componente anterior era insuficiente para o cumprimento de suas demandas; b) *Trabalho de Conclusão de Curso II*, que antes possuía 30 horas, sendo 1 crédito teórico 1 crédito prático, passa a ter 60 horas distribuídas entre 2 créditos teóricos 2 créditos práticos, uma vez que a experiência mostrou que a carga-horária oficial e a distribuição de créditos do componente anterior eram insuficientes para o cumprimento de suas demandas. **2)** O componente *Trabalho de Conclusão de Curso III* manteve a mesma carga-horária e distribuição de créditos do currículo anterior. Dessa feita, o componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso passa de 120 para 180 horas e sua regulamentação detalhada se encontra disponível no Apêndice b) deste documento.

O componente curricular Estágio Curricular Obrigatório manteve sua carga horária anterior de 405 horas, conforme Resolução CEPEX/UFPI no. 220/16 e sua regulamentação detalhada se encontra disponível no Apêndice a) deste documento. No que tange às Atividades Complementares, detalhadas à página 57 deste documento, componente curricular nomeado Atividades Acadêmico-Científico-Culturais no currículo passado, houve redução de 210 horas para 200 horas no currículo atual, a fim de não extrapolar ainda mais a carga-horária total do curso, uma vez que, atendendo às exigências vigentes (Resolução CEPEX/UFPI no. 053/19), passaram a integrar os componentes curriculares obrigatórios mais 330 horas referentes a Atividades Curriculares de Extensão (ACE), conforme detalhamento à página 67 deste documento.

Comparativamente, a carga-horária total do curso após esta reformulação passou de 3120 horas para 3305 horas, totalizando um aumento de 185 horas em relação ao currículo anterior, tendo em vista toda a necessidade, dadas as particularidades anteriormente detalhadas, não apenas de atender às demandas atuais do curso, mas de se manter em consonância com o ordenamento vigente que o regulamenta.

1.3 Contexto Regional e Local

O Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, sendo o terceiro maior Estado nordestino em área territorial. Limita-se com cinco estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e

Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte. O território piauiense (251.529 km²) constitui-se numa área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza em mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado geograficamente em 04 Mesorregiões, 15 Microrregiões e 224 municípios.

Teresina, a capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, visto que a primeira capital foi Oeiras, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina fica na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 860 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE (2014). É considerada a décima terceira capital com melhor qualidade de vida do Norte e Nordeste, segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

A UFPI é a principal Instituição de Educação Superior (IES) do Estado do Piauí e o seu Campus sede, intitulado Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) está localizado em Teresina, à Avenida Universitária, s/n, no Bairro Ininga. Em março de 2021 a UFPI completou 50 anos de instalação e encontra-se num patamar satisfatório de desenvolvimento tendo passado no período de 2013 para 2019 da 69ª posição nacional para a 33ª, segundo o Ranking Universitário Folha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Ao longo de sua existência a UFPI tem se pautado em parâmetros de mérito e qualidade acadêmica em todas as suas áreas de atuação. Seus docentes têm participação em comitês de assessoramento de órgãos de fomento à pesquisa, em comitês editoriais de periódicos científicos e em diversas comissões de normas técnicas, além de outros comitês de importância para as decisões de políticas estaduais e municipais. Como instituição de ensino superior integrante do sistema federal de ensino superior brasileiro, a UFPI é a maior universidade pública do Estado do Piauí, destacando-se não apenas pela abrangência de sua atuação, como pelo crescimento dos índices de produção intelectual, características estas que a projetam em uma posição de referência e de liderança regional. [3]

[3] Texto adaptado de Brasil (2015. p. 148).

1.4 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês.

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo atualmente três outros Campi sediados nas cidades de Picos, Bom Jesus e Floriano. Inicialmente a UFPI foi credenciada como Faculdade isolada, por meio do Decreto nº 17.551 de 09.01.1945. Após a reunião das suas unidades isoladas existentes na época de sua fundação (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, em Teresina; e Faculdade de Administração, de Parnaíba) foi recredenciada em 1968, desta vez como Universidade (Lei 5528, de 12.11.68). Recebeu visita de recredenciamento institucional com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) em 2009, cujo documento regulatório foi publicado em 2012 (Portaria MEC n° 645 de 18/05/2012), que a recredenciou pelo prazo de dez anos. Até o ano de 2018 também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, localizado no município de Parnaíba, que foi desmembrado através da Lei No 13.651, de 11 de abril de 2018, para constituir a Universidade Federal do Delta do Paranaíba (UFDPar).

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas já existentes com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento. De 1971 a 2005 a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006 houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD), com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental. A partir do segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD. Algum tempo depois, a instituição aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, objetivando favorecer o acesso e a permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (Lei n° 10.172/2001), o que possibilitou a expansão da oferta, com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e

Picos) e implantação dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital, e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distante 234 km da capital, O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009. Em decorrência deste trabalho de expansão e interiorização no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de Graduação da UFPI em 2009, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) Cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos Campi ou de turno num mesmo Campus[4].

A história dos Cursos de Letras, no Piauí, por sua vez, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura, em 29 de maio de 1957, órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina que objetivava, dentre outras atividades, a instalação de cursos de Ensino Superior no Estado, de modo que, em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí em 16 de junho de 1957 (RÊGO e MAGALHÃES, 1991). A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

a) Envio, por seu primeiro diretor, o prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957;

b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;

c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1958, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade;

d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;

e) Instalação oficial da Faculdade de Filosofia (FAFI), em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;

f) Início das atividades da faculdade (cujos professores, aliás, voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: Letras Neolatinas, Filosofia e Geografia/História, sendo que nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas

[4] Texto adaptado de Brasil (2015. p. 148-151).

correspondentes;

g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominadas Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;

h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual "alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas" (RÊGO e MAGALHÃES, 1991, p. 21);

i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, que a FAFI seguiu, para que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as habilitações em Inglês e em Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;

j) Reconhecimento dos cursos criados pela FAFI em 1958, que se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;

k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;

l) Transferência legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação, no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), do Departamento de Letras;

m) Transferência efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;

n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, os Curso de Licenciatura em Letras ficaram sob a gestão do Departamento de Letras (DL), órgão acadêmico-administrativo que integrou o CCHL até o ano de 2015, quando foi desmembrado nas Coordenações de Letras Estrangeiras (CLE) e Letras Vernáculas (CLV). Tendo as atividades iniciadas em 1973, o primeiro chefe do DL foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão.

Outros momentos históricos dos Cursos de Letras, já na UFPI, em ordem cronológica, foram:

a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;

b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CPEX, que

institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;

c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;

d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;

e) Implantação, em 2011, dos novos currículos para os cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (integral e noturno) e Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa (diurno);

f) Início, em 2012, das novas turmas dos novos cursos de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Francesa e Respectivas Literaturas (diurno);

g) Início, em 2014, do curso de Letras/LIBRAS;

h) Dissolução, em 2015, do Departamento de Letras e criação das coordenações de Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas.

i) Aprovação, em 2018, do Doutoramento em Letras no Programa de Pós-graduação em Letras da UFPI.

Os atuais Cursos de Graduação em Letras da Coordenação de Letras Estrangeiras da UFPI têm, à disposição do alunado, já para escolha no ENEM, a oferta das seguintes habilitações:

a) Licenciatura em Letras - Inglês;

c) Licenciatura em Língua Francesa e Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas. [5]

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios Curriculares

Desde o final do século XX, as políticas educacionais brasileiras têm passado por um conjunto de reformas que colocou em destaque as propostas curriculares de formação docente. Uma série de regulamentações no âmbito do legislativo, intensificadas no período de 1999 a 2001[6], após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assim como no período posterior, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002, do Plano

[5] Texto adaptado de Brasil (2010. p. 06-09).

[6] BRASIL (1999); BRASIL (2000)

Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), das Resoluções CNE/CP No 2/2015, e CNE/CP No 2/2019, definiram as recentes Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, juntamente com a Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação, que aponta para a necessidade se atentar para atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, objetivando garantir a qualidade da formação docente dentro dos mais variados contextos, com o objetivo de promover a melhora do sistema educacional público no País. Assim, claramente, os documentos ministeriais expõem a necessidade de cursos de formação de professores a fim de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experienciais da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações vivenciadas na docência e sua adaptabilidade às vicissitudes histórico-sociais. Para isso, as disciplinas ligadas às áreas de língua, linguística, literatura, cultura e ensino que constituem o Currículo da proposta do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês trazem conhecimentos das ciências humanas que dialogam com o fenômeno educativo e aspectos teórico-metodológicos relacionados ao fazer docente.

Os princípios do currículo do curso de Licenciatura em Letras - Inglês são decorrentes das dimensões epistemológicas e metodológicas do curso, que privilegiam uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados, fundada nas seguintes dimensões:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização – este princípio demonstra que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades. Para tanto, preza pela busca em três esferas complementares, onde o saber é adquirido tanto pela mediação direta (ensino), quanto pela análise orientada (pesquisa), pela disseminação supervisionada (extensão) de conteúdos, e pelo intercâmbio multilinguístico e multicultural (internacionalização), seja de modo individual ou conjunto, em contextos presenciais, remotos ou híbridos, reforçando a dinâmica do aprendizado como um constructo multifacetado que se dá a partir da exposição, aprofundamento e práxis.
- Formação profissional para a cidadania – a UFPI tem como compromisso o desenvolvimento do espírito crítico e da autonomia intelectual para que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos embasado no saber científico, possa contribuir de modo efetivo para o atendimento das necessidades da coletividade baseado nos princípios democráticos.
- Interdisciplinaridade – este princípio demonstra que a integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, a partir de questionamentos permanentes que

permitam às dinâmicas tanto da construção quanto da desconstrução e reconstrução dos conhecimentos.

- Relação orgânica entre teoria e prática – todo conteúdo curricular do curso fundamentado na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa.

A adoção desses princípios implica uma dinâmica curricular com a incorporação no processo de formação acadêmica do desenvolvimento da autonomia e da compreensão de que a aprendizagem de línguas, linguística, literatura e cultura ocorrem através de troca de experiências, da abertura para novos contextos, da adaptabilidade às situações e demandas a partir da observação, da ação ética, consciente e embasada dentro do campo vasto que constitui a dialética das relações humanas.

2.2 Objetivos do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês

2.2.1 Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do curso de Licenciatura em Letras - Inglês se fundamenta em formar professores interculturalmente competentes, com espírito crítico e científico, aptos para o magistério, conscientes da necessidade de buscar sua formação continuamente e desejosos de participar ativamente do aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa nas escolas de Educação Básica e em cursos livres de línguas estrangeiras (visto que este também é um mercado de trabalho que absorve os egressos dos cursos de letras estrangeiras da CLE), de modo a desenvolver nos licenciandos as competências gerais docentes previstas na BNCC e as competências e habilidades específicas relacionadas à área de formação, ressaltando-se as dimensões ligadas ao conhecimento profissional, à pratica profissional e ao engajamento profissional, tal como preconiza a Resolução CNE/CP No 2/2015, a Resolução CNE/CP No 2/2019 e o PPI UFPI 2020-2024.

2.2.2 Objetivos Específicos

a. Contribuir para a definição e a implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de língua inglesa, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e em cursos livres de línguas estrangeiras.

b. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de língua inglesa compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.

c. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica tanto no contexto da escola pública quanto da escola privada.

d. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas escolas públicas e privadas de modo a promover os conhecimentos e vivências da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

e. Garantir, no processo de formação, a transversalidade e a interdisciplinaridade na abordagem teórico-metodológica da ação docente;

f. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica que leve ao uso competente das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes e o fomento ao espírito empreendedor;

g. Articular teoria e prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e internacionalização para valorizar os princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa, fornecendo o acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional;

h. Promover a reflexão crítica e os valores humanísticos para que o discente possa lidar com questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

i. Promover espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

j. Consolidar a educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

2.3 Perfil do Egresso

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras, estabelecidas a partir da Resolução CNE/CES 18/2002, em vistas ao disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, o Parecer CNE/CES 1.363/2001, a Resolução CNE/CP 2/2015 e a Resolução CNE/CP 2/2019, o egresso de Letras, que no caso deste documento, mais especificamente, se refere aquele com formação em língua materna e língua estrangeira moderna e suas literaturas, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada voltada para o magistério na Educação Básica, estejam aptos a atuar, interdisciplinarmente, tanto em áreas afins quanto para além da esfera educacional. Eles deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, avaliar e coordenar ações, trabalhar em equipe, utilizar as tecnologias da informação e comunicação e comunicar-se dentro dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras Estrangeiras, "fundamentados em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética" (BRASIL, 2019. p. 6)

Os profissionais de letras estrangeiras deverão, ainda, estar comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional, seja dentro da esfera educativa ou em outras áreas profissionais também ligadas à natureza da sua formação, assim como participar nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como na participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados, além de ser capazes de analisar o processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos.

Para isso é mister que sejam indivíduos conscientes e capazes de aplicar a transversalidade dentro de seus contextos sociais e profissionais, cientes sempre da dimensão

humana da profissão de Letras Estrangeiras, partindo do princípio de que seus campos de atuação, notadamente divididos entre língua, linguística, literaturas e cultura formam, na realidade, um todo complementar. Destarte, o egresso deve ser capaz de adaptar os saberes adquiridos a partir da heterogeneidade dos conteúdos presentes em sua formação de modo a encontrar no diálogo interdisciplinar possíveis respostas para questionamentos e demandas que um campo em isolado possa não ser capaz de prover de modo satisfatório. Essa atuação deve se dar por meio da busca constante pelo equilíbrio entre as esferas técnica e humana de sua formação, o que lhe permite direcionar o foco do específico para o holístico e vice-versa. Ele também deve, a partir do conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania, ser capaz de desenvolver ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem, além de realizar o planejamento e a execução de atividades nos espaços formativos desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação.

A partir daí, no que tange ao princípio norteador da sua formação, o magistério na Educação Básica, serão capazes de enxergar a organicidade dos conteúdos delimitados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela BNCC para o ensino de línguas, compreendendo sua compleição em um nível macro, para além das formulações gramaticais estanques e da mera repetição da historiografia literária, a partir do auxílio dos estudos linguísticos, literários, culturais, das múltiplas linguagens e tecnologias e das características da sociedade onde se inserem. Dentro desse viés, devem considerar criticamente as novas formas de expressão, comunicação e interação em sua relação com o contexto sócio tecnológico em constante evolução, seus desafios, questionamentos, limitações, possibilidades e impactos no fazer pessoal e profissional, assim como a constante necessidade de atualização e adaptação no que tange a essas ferramentas, suas linguagens e seu papel na reconfiguração das dinâmicas sociais dentro de um cenário em constante mudança.

Dessa forma, espera-se desses profissionais, também, a capacidade de construir, desconstruir e reconstruir (a depender das necessidades, quer sejam individuais ou coletivas, e dos diferentes cenários que venham a se mostrar ou mesmo impor) seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade, mas não se restringindo apenas a essas. Por esse motivo, os egressos do Curso de Licenciatura em Letras -Inglês da UFPI também devem ser capazes de dominar os

conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, assim como relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos de modo a identificar questões e problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas e, desse modo, contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras.

Parte-se, por fim, da ciência de que esse processo de (des/re) construção pode e deverá se desenvolver desde o início do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, pois é essencial que ele estenda por meio da formação inicial e continuada que o seu papel na formação dos estudantes da educação básica se dá a partir de uma concepção ampla e contextualizada de ensino que inclua tanto aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria quanto aqueles que têm necessidades didáticas especiais.

2.4 Competências e Habilidades

Visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar, possivelmente, como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Licenciatura em Letras - Inglês deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua inglesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;

- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Observando o que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras estabelecem, no curso de Licenciatura em Letras - Inglês, os futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a língua estrangeira, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas ao ser professor.

Os avanços nas tecnologias de comunicação e informação (TCI) exigem a formação de um professor de línguas estrangeiras capaz de lidar com as mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas da sociedade contemporânea e, portanto, aberto à pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que o levarão a desenvolver um pensamento criativo, crítico e consciente de seu percurso educacional e de seu papel em um mundo no qual as diferenças étnicas, raciais, religiosas, sexuais, de idade, de gênero, entre outras, devam ser respeitadas e valorizadas.

Essa pluralidade de conhecimentos, portanto, amplia a visão de língua estrangeira, e/ou da língua do outro, entendendo-a como língua franca que permite a comunicação, interação e mobilidade entre os diferentes povos deste mundo globalizado. Consequentemente, o ensino dessa língua precisa ser pautado não no ensino de uma língua padrão, mas respeitando as diferenças linguísticas e culturais; não em materiais que priorizem apenas a prática de uma habilidade linguística específica, mas naqueles que possibilitem os multiletramentos necessários para práticas sociais e interculturais diversas e em diferentes modos – verbal, visual, gestual, sonoro, entre outros, e com o uso de tecnologias que se fizerem mais adequadas ao cenário atual. A partir daí, é possível se pensar na formação integral do falante de língua estrangeira em suas dimensões físicas, emocional, cognitiva e social (BRASIL, 2017).

Para tanto, esses aspectos precisam se fazerem presentes nos cursos de formação de professores de língua estrangeira para que estes futuros profissionais possam atuar efetivamente como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades que requerem esse conhecimento ampliado de mundo, das tecnologias e da língua alvo.

Assim, em consonância com a BNCC (BRASIL, 2017), ao formar o profissional de língua estrangeira, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das habilidades

em cinco eixos principais: oralidade (compreensão e produção), leitura, escrita, conhecimentos linguísticos (sendo consideradas as variações linguísticas), e a dimensão intercultural, traduzidas nas seguintes competências:

1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
2. Comunicar-se na língua inglesa por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social.
3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna ou outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

Esse profissional, portanto, deve estar apto a:

I - Ter o domínio do uso da língua, em suas diferentes manifestações representativas e comunicativas, em termos de recepção e produção de textos multimodais;

II - Refletir analítica e criticamente sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;

III - Desenvolver uma visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;

IV - Manter uma preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

V - Perceber e agir nos diferentes contextos interculturais;

VI - Utilizar recursos tecnológicos propícios ao contexto situacional e do momento de sua atuação;

VII - Ter o domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;

VII - Ter o domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino;

VIII – Elaborar e aplicar procedimentos de avaliação que fomentem a verificação efetiva da aprendizagem assim como a recuperação contínua dos estudantes;

IX – Agir a partir de conhecimentos relativos à gestão educacional para solucionar problemas escolares e melhorar a esfera profissional/laboral e administrativa dos contextos escolares.

X – Assumir uma postura científica para motivar tanto a aprendizagem dos alunos por meio da investigação quanto a melhoria dos procedimentos e métodos de ensino de que se utiliza.

Assim, esses futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a língua alvo, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas não apenas ao ser professor, mas, também, ao ser formador do cidadão do século vinte um.

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e Organização Curricular

Os currículos dos Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês têm como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios.

Desta forma, eles foram organizados a partir de grandes núcleos:

- Núcleo de Estudos Linguísticos, Culturais e Literários;

- Núcleo de Estudos de Formação de Professores de Língua Inglesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesta perspectiva, estes núcleos são essenciais ao Curso de Licenciatura em Letras Inglês, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores dessa língua no ensino básico e em cursos de idiomas.

O Curso de Licenciatura em Letras - Inglês tem sua integralização proposta em 3.090 horas/aula, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96) e pela Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para o Curso de Letras, permitindo a diplomação dos estudantes, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de quatro anos.

A dinâmica adotada para a aplicação dos períodos será a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma:

- Cada ano é composto de dois períodos, sendo um por semestre. Cada período terá, aproximadamente, 360 (trezentos e sessenta) horas, totalizando aproximadamente 720 horas por ano, sendo que nos quatro últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório.

3.1.2 Prática como Componente Curricular

De acordo com as Diretrizes Curriculares para formação dos profissionais do magistério, a prática como componente curricular é obrigatória nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2015). Ela difere do estágio obrigatório, no qual se prevê tempo de permanência do licenciando no futuro espaço de exercício profissional.

A prática como componente curricular deve ser inserida de forma transversal, devendo ter carga horária própria em disciplinas com o objetivo de articular diferentes conjuntos de conhecimentos, saberes e experiências adquiridos e vivenciados pelos estudantes em diferentes tempos e espaços no transcorrer do curso, de maneira a aprofundar a compreensão da prática educativa em contextos distintos. Nesse sentido, cada curso deve definir um núcleo de PCC composto pelas disciplinas que irão integrar atividades com a finalidade de desenvolver a PCC ao longo do curso

Em conformidade com o artigo 12 da Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, a Prática como Componente Curricular (PCC) não poderá ficar reduzida a um espaço isolado,

que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Em articulação intrínseca com as atividades acadêmico-científico-culturais e com o estágio obrigatório, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Estudos Linguísticos ou em Estudos Literários. O Curso de Letras oferece o PCC a seus alunos no interior das disciplinas que constituem os componentes curriculares de formação, desde o início do curso e não apenas nas disciplinas pedagógicas (cf. ementas). Esta correlação entre teoria e prática estabelece um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo assim uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento.

Exemplificamos a possibilidade de PCC através das disciplinas de *Linguística Aplicada.* Uma discussão a respeito de livros didáticos (a partir da análise da concepção de linguagem/língua assumida, dos gêneros/tipos de textos apresentados, dos conteúdos gramaticais trabalhados etc.) pode levar à observação de práticas pedagógicas nas escolas, às análises das propostas curriculares de ensino fundamental e médio, às experiências de leituras que possam levar a reflexões sobre heterogeneidade linguística, diversidade e influências culturais e regionais e o valor social do inglês como língua estrangeira. Os depoimentos de alunos que já atuam como professores, entre outras atividades, farão parte dessa integração da prática e da teoria, de uma forma mais efetiva nas horas a elas alocadas, oferecendo condições para a formação de um profissional mais bem preparado e seguro. Como resultado prático, pode-se esperar, por exemplo: a escritura de artigos dirigidos a acadêmicos e professores do ensino básico e de escolas de idiomas sobre os aspectos acima mencionados; a produção de materiais didáticos envolvendo aspectos conceituais e metodológicos etc. Esse tipo de procedimento se estende às demais disciplinas do currículo.

É esse espaço que vai permitir ao aluno um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral, de natureza mais panorâmica. Parece evidente que a estrutura atual em que a formação do licenciado se dá de maneira concentrada apenas ao final do curso não é suficiente para dar ao aluno uma formação eficaz na área do ensino da língua estrangeira. Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino, seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais efetiva que produza no aluno os

resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

Vale observar ainda que a PCC não se confunde com estratégias metodológicas, como seminários por exemplo, que fazem parte do planejamento das diferentes disciplinas em termos de operacionalização de conteúdos específicos, ou com atividades práticas que não estejam voltadas para o ensino desses conteúdos.

Caberá ao coordenador do curso o papel de acompanhar os professores no processo de implementação das práticas como componente curricular.

3.1.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

Os projetos e ações de extensão do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês estão em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, que por meio da Resolução CNE/CES Nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 – que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Em seu artigo 5º. A resolução estabelece que:

> Art. 5º. Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:
> I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
> II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
> III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais. (BRASIL, 2018. p. 2)

A CLE possui vários projetos e ações de extensão que visam a envolver docentes, discentes a comunidade acadêmica a fim de garantir e fomentar interações para a socialização dos conhecimentos produzidos, a prestação de serviços e a aliança com os diferentes setores sociais, difundindo conhecimentos orientados ao bem comum de toda a sociedade. Além disso, as atividades de extensão incentivam o desenvolvimento discente na prática, garantindo a promoção de conhecimentos para sua formação e o desenvolvimento de consciência comunitária.

Os projetos e ações de extensão promovem a contínua discussão do currículo de modo a ampliá-lo e adaptá-lo, permitindo o preenchimento de eventuais lacunas ou limitações decorrentes da dinâmica e das constantes e rápidas transformações sociais. Neste contexto, o Curso de Licenciatura em Letras – Inglês promove projetos e ações de extensão voltados para os campos das línguas, do ensino, das artes e das literaturas, da internacionalização e componentes curriculares que visam, entre outros objetivos, a garantir a inserção da extensão no processo formativo do discente.

Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19 - CEPEX, a partir de dezembro de 2021, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) objetivam:

I – Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;

II – Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III – Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;

IV – Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;

V – Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

As ACEs serão realizadas conforme normatização das atividades de extensão no âmbito da UFPI, atendendo a Resolução 053/19-CEPEX e a Resolução 07/18/CNE/MEC.

Nos Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da UFPI, as atividades curriculares de extensão estarão presentes das seguintes formas:

- Cursos de língua inglesa e português como língua estrangeira ofertados por bolsistas institucionais do Programa Idiomas sem Fronteiras (ANDIFES-ISF) UFPI. Os bolsistas são estudantes do curso de Letras Inglês selecionados por meio de Edital e coordenados por professores da CLE e do DMTE.

- Cursos de língua inglesa, português como língua estrangeira, de formação continuada de professores de línguas estrangeiras, de teorias e análises linguísticas e literárias, além de cursos sobre manifestações culturais e artísticas relativas a povos de língua inglesa e

portuguesa, ofertados por meio da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), coordenados por professores da CLE ou de outros departamentos e coordenações da UFPI.

- Eventos organizados por professores da CLE e ofertados para professores de línguas das escolas públicas e privadas de Teresina e região, tais como o JOIN-LE (Jornada Integradas de Línguas Estrangeiras), o *21st Century Challenges for Teaching Languages* (Desafios do Século XXI para o Ensino de Línguas) e o Festival Shakespeare, entre outros.

3.1.3.1 Previsões para as ACE do curso de licenciatura em Letras - Inglês

PERÍODO	ACE	CH	POSSIBILIDADES DE TRABALHO
2º	Atividades Curriculares de Extensão I	30h	Participação em ACE que reforcem questões relacionadas ao ensino, à formação de professores, os processos de aprendizagem e a formação acadêmica em geral a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
3º	Atividades Curriculares de Extensão II	60h	Participação em ACE que reforcem questões relacionadas ao ensino, à formação de professores, os processos de aprendizagem e a formação acadêmica em geral a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
4º	Atividades Curriculares de Extensão III	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
5º	Atividades Curriculares de Extensão IV	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
6º	Atividades Curriculares de Extensão V	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
7º	Atividades Curriculares de Extensão VI	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.
8º	Atividades Curriculares de Extensão VII	60h	Participação em ACE que trabalhem questões relacionadas aos conceitos linguísticos e literários dentro de uma perspectiva multicultural e o seu papel na formação do profissional de língua inglesa a partir de ações previstas dentro das modalidades de extensão oferecidas pela UFPI.

3.1.4 Matrizes Curriculares

3.1.4.1 Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês

1º PERÍODO						
UNIDADE RESPONSÁVEL	**TIPO (disciplina ou atividade)**	**CÓDIGO**	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	NOVO	LÍNGUA INGLESA I	2.2.0	60	-
CLE	disciplina	CLE0116	LINGUÍSTICA	4.0.0	60	-
CLE	disciplina	NOVO	HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	-
LIBRAS	disciplina	LIBRAS010	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	4.0.0	60	-
DEFE	disciplina	DFE0098	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4.0.0	60	
DFI	disciplina	DFI0435	METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS	4.0.0	60	-
CLE	disciplina	CLE0115	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	2.0.0	30	-
			TOTAL	24.2.0	390	-
2º PERÍODO						
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	NOVO	LÍNGUA INGLESA II	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA I
DMTE	disciplina	DMTE411	METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA
CLE	disciplina	CLE0122	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA I
CLE	disciplina	CLE0120	TEORIA DA LITERATURA I	4.0.0	60	-
DEFE	disciplina	DFE0081	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4.0.0	60	-
DEFE	disciplina	DFE0082	LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.0.0	60	-
			TOTAL	20.4.0	360	-
		3º PERÍODO				
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	NOVO	LÍNGUA INGLESA III	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA II
CLE	disciplina	CLE0127	LINGUÍSTICA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA

			APLICADA I: INTRODUÇÃO			
CLE	disciplina	CLE125	MORFOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	LÍNGUA INGLESA II
CLE	disciplina	NOVO	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	3.1.0	60	LÍNGUA INGLESA II
DMTE	disciplina	DMT0002	DIDÁTICA GERAL	4.0.0	60	PSIC. DA EDUCAÇÃO
DMTE	disciplina	DMT0054	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	4.0.0	60	PSIC. DA EDUCAÇÃO
			TOTAL	20.4.0	360	-
		4º PERÍODO				
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	NOVO	LÍNGUA INGLESA IV	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA III
CLE	disciplina	CLE0133	LINGUÍSTICA APLICADA II: MULTIMODALIDADE, MULTILETRAMENTOS E TECNOLOGIAS	4.0.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
CLE	disciplina	CLE0126	SINTAXE DA LÍNGUA INGLESA	4.0.0	60	MORFOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA
CLE	disciplina	NOVO	LITERATURA BRITÂNICA I	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
CLE	disciplina	NOVO	ESCRITA ACADÊMICA I	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA III
			TOTAL	16.4.0	300	-
		5º PERÍODO				
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	NOVO	LÍNGUA INGLESA V	2.2.0	60	LÍNGUA INGLESA IV
CLE	disciplina	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA III: BILINGUISMO E ENSINO DE INGLÊS NA INFÂNCIA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
DMTE	disciplina disciplina	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I	0.0.5	75	DIDÁTICA GERAL
CLE	disciplina	NOVO	LITERATURA BRITÂNICA II	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
CLE	disciplina	NOVO	ESCRITA ACADÊMICA II	2.2.0	60	ESCRITA ACADÊMICA I
			TOTAL	12.4.5	315	-
		6º PERÍODO				
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	CLE0137	TRABALHO DE	2.2.0	60	MET. PESQ.

			CONCLUSÃO DE CURSO I			CIÊNCIAS HUMANAS
CLE	disciplina	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA IV: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	4.0.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
CLE	disciplina	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II	0.0.6	90	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I
CLE	disciplina	NOVO	LITERATURA ESTADUNIDENSE I	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
CLE	disciplina	NOVO	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
			TOTAL	12.4.6	330	-
		7º PERÍODO				
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	CLE0152	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2.2.0	60	TCC I
CLE	disciplina	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA V: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGUA INGLESA	2.2.0	60	LINGUÍSTICA APLICADA I
DMTE	disciplina	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III	0.0.8	120	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II
CLE	disciplina	NOVO	LITERATURA ESTADUNIDENSE II	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
CLE	disciplina	NOVO	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
			TOTAL	10.6.8	360	-
		8º PERÍODO				
		CÓDIGO	**DISCIPLINAS**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**	**PRÉ-REQUISITOS**
CLE	disciplina	CLE0157	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	2.2.0	60	TCC II
DMTE	disciplina	NOVO	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO IV	0.0.8	120	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III
CLE	disciplina	CLE0156	LITERATURAS ANGLÓFONAS NO MUNDO	4.0.0	60	TEORIA DA LITERATURA I
CLE	disciplina	NOVO	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
CLE	disciplina	NOVO	DISCIPLINA OPTATIVA	2.2.0	60	-
			TOTAL	10.6.8	360	

3.1.4.2 Disciplinas Optativas do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	**TIPO (disciplina ou atividade)**	**CÓDIGO**	**NOME**	**CRÉDITO**	**CARGA HORÁRIA**		
CLE	**disciplina**	NOVO	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II	2.2.0	60h	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa I	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Língua Inglesa VI	2.2.0	60h	Língua Inglesa V	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Língua Inglesa VII	2.2.0	60h	Língua Inglesa V	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Língua Inglesa VIII	2.2.0	60h	Língua Inglesa V	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Linguística II	2.2.0	60h	Linguística	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Estudos Culturais	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Crítica Literária	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Estudos da Tradução	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Ficção Especulativa	2.2.0	60h	---	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Ensino de Línguas Mediado por Tecnologias	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Tradução Intersemiótica	2.2.0	60h	---	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Literatura e Outros Sistemas Semióticos	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Seminário de Estudos Tradutológicos	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa	2.2.0	60h	---	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Escrita Criativa	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Inglês Instrumental	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Análise Literária Computacional	2.2.0	60h	---	8º Período

CLE	**disciplina**	NOVO	Letramento Multimodal/Visual Crítico: Teoria e Prática	2.2.0	60h	---	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Movie Club e Integração de Habilidades em Língua Estrangeira	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Oficina de Produção de Materiais Didáticos para Propósitos Específicos	2.2.0	60h	---	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Teoria e Prática com Projetos: Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Francês Instrumental	2.2.0	60h	---	6º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Língua Francesa I	2.2.0	60h	--	7º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Língua Francesa II	2.2.0	60h	Língua Francesa I	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Seminário de Estudos Literários	2.2.0	60h	---	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Seminário de Crítica Literária	2.2.0	60h	---	8º Período
CLE	**disciplina**	NOVO	Seminário de Estudos em Linguística Aplicada	2.2.0	60h	**---**	8º Período

3.1.4.3 Grupos de Disciplinas do Curso de Letras – Inglês

DISCIPLINAS GRUPO I: BASE COMUM

1º PERÍODO	
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	60h
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60h
METODOLOGIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS	60h
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	30h
2º PERÍODO	
METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	60h
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60h
LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	60h
3º PERÍODO	
DIDÁTICA GERAL	60h
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	60h
4º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA II: MULTIMODALIDADE, MULTILETRAMENTOS E TECNOLOGIAS	60h
5º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA III: BILINGUISMO E ENSINO DE INGLÊS NA INFÂNCIA	60h
6º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA IV: PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA	60h
7º PERÍODO	
LINGUÍSTICA APLICADA V: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGUA INGLESA	60h
CARGA-HORÁRIA TOTAL	**750h**

DISCIPLINAS GRUPO II: ESPECÍFICAS

1º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA I	60h
LINGUÍSTICA	60h

HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA	60h
2º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA II	60h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	60h
TEORIA DA LITERATURA I	60h
3º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA III	60h
LINGUÍSTICA APLICADA I: INTRODUÇÃO	60h
MORFOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	60h
ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	60h
4º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA IV	60h
SINTAXE DA LÍNGUA INGLESA	60h
LITERATURA BRITÂNICA I	60h
ESCRITA ACADÊMICA I	60h
5º PERÍODO	
LÍNGUA INGLESA V	60h
LITERATURA BRITÂNICA II	60h
ESCRITA ACADÊMICA II	60h
6º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60h
LITERATURA ESTADUNIDENSE I	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
7º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60h
LITERATURA ESTADUNIDENSE II	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
8º PERÍODO	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	60h
LITERATURAS ANGLÓFONAS NO MUNDO	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h
CARGA-HORÁRIA TOTAL	**1620h**

DISCIPLINAS GRUPO III

ESTÁGIO (SEM PCC)

5º PERÍODO		
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I	75h	

6º PERÍODO		
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II	90h	
7º PERÍODO		
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III	120h	
8º PERÍODO		
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO IV	120h	
CARGA-HORÁRIA TOTAL	**405h**	

CARGA HORÁRIA DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR EM DISCIPLINAS DO GRUPO ESPECÍFICO

1º PERÍODO	**Carga horária total**	**Carga horária de PCC**
LÍNGUA INGLESA I	60h	30h
2º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA II	60h	30h
FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	60h	30h
3º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA III	60h	30h
ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA	60h	30h
4º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA IV	60h	30h
ESCRITA ACADÊMICA I	60h	30h
5º PERÍODO		
LÍNGUA INGLESA V	60h	30h
ESCRITA ACADÊMICA II	60h	30h
6º PERÍODO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
7º PERÍODO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60h	30h
LINGUÍSTICA APLICADA V: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGUA INGLESA	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
8º PERÍODO		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h
DISCIPLINA OPTATIVA	60h	30h

CARGA-HORÁRIA TOTAL	**1020h**	**495h**

3.1.5 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Língua Inglesa I	Língua Inglesa II	Língua Inglesa III	Língua Inglesa IV	Língua Inglesa V	Trabalho de Conclusão de Curso I	Trabalho de Conclusão de Curso II	Trabalho de Conclusão de Curso III
60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0
Linguística	Metodologia de Ensino de Língua Inglesa	Linguística Aplicada I: Introdução	L.A. II: Multimodalidade, Multiletramentos e Tecnologias	L.A. III: Bilinguismo e Ensino de Inglês na Infância	L.A. IV: Português como Língua Estrangeira	L.A. V: Materiais Didáticos em Língua Inglesa	Estágio Obrigatório IV
60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0	120h 0.0.8
História da Língua Inglesa	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	Morfologia da Língua Inglesa	Sintaxe da Língua Inglesa	Estágio Obrigatório I	Estágio Obrigatório II	Estágio Obrigatório III	Literaturas Anglófonas no Mundo
60h 4.0.0	60h 2.2.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	75h 0.0.5	90h 0.0.6	120h 0.0.8	60h 4.0.0
Língua Brasileira de Sinais	Teoria da Literatura I	Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	Literatura Britânica I	Literatura Britânica II	Literatura Estadunidense I	Literatura Estadunidense II	Optativa
60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 3.1.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0
Psicologia da Educação	Filosofia da Educação	Didática Geral	Escrita Acadêmica I	Escrita Acadêmica II	Optativa	Optativa	Optativa
60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0	60h 2.2.0
Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	Legislação e Organização da Educação Básica	Avaliação da Aprendizagem					
60h 4.0.0	60h 4.0.0	60h 4.0.0					
Seminário de Introdução ao Curso							
30h 2.0.0							

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias:	1950 horas	130
Disciplinas Optativas	240 horas	16
Trabalho de Conclusão de Curso:	180 horas	12
Estágio Curricular Obrigatório:	405 horas	27
Atividades Complementares	200 horas	-
Atividades Curriculares de Extensão - ACE	330 horas	-
TOTAL:	**3.305 horas**	**185**

3.6 Estágio, Atividades Complementares, Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso

3.6.1 Estágio

O estágio, para os discentes do curso de Licenciatura em Letras - Inglês, deve acontecer de forma supervisionada, sendo um dos momentos de integração entre a universidade, a comunidade e as escolas. Um dos papéis do estágio é apresentar o contexto escolar para o futuro professor, levando em consideração os elementos externos à sala de aula, tais como os membros da comunidade. Esse ambiente é importante para os discentes em formação, já que ele convida o futuro professor a (re)pensar e refletir sobre suas práticas pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento de sua profissão, que envolve conciliar teoria e prática em todo seu processo formativo.

Durante o estágio obrigatório os discentes têm a oportunidade de desenvolver suas competências profissionais, com base em experiências que vivenciará nas práticas de observação e/ou em momentos de regência. Em paralelo ao estágio, os discentes também deverão ter acesso a textos da literatura da área de ensino/aprendizagem, procurando vincular as ações pedagógicas à luz das orientações teóricas.

3.6.2 Atividades complementares

As atividades devem ser registradas pelo próprio aluno na plataforma digital do SIGAA. Cabe à Coordenação de Letras Estrangeiras acompanhar, avaliar e emitir parecer acerca das atividades acadêmico- científico-culturais realizadas pelos estudantes ao longo da graduação, desde que estejam compatíveis com a listagem de atividades previstas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Para registro do aproveitamento da carga horária, deverão ser observados os critérios descritos no seguinte quadro:

Quadro 1: ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Monitoria	Um período letivo de monitoria.	20	60

Iniciação à docência	Participação por no mínimo dois semestres em projetos institucionais, PIBID ou PET.	60	60
Iniciação Científica-PIBIC ou Iniciação Tecnológica-PIBITI com bolsa	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	60
Iniciação Científica Voluntária - ICV	Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico.	30	60
Participação em Grupos de pesquisa ou Núcleos de Pesquisa	Participação em Grupos de Pesquisa ou em Núcleos de Pesquisa, na condição de aluno-pesquisador, por um período letivo.	15	60
Participação em Grupos de Estudos	Participação em grupos de estudos diretamente ligados ao domínio das Letras ou áreas afins, por um período letivo.	10	50
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador, declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 2: ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS: ATÉ 60 (SESSENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos internacionais.	Participação em eventos internacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho.	20	60

Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos nacionais.	Participação em eventos nacionais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho.	15	60
Participação COMO AUTOR/APRESENTADOR em eventos acadêmicos locais.	Participação em eventos locais diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins, com apresentação de trabalho.	10	40
Participação COMO OUVINTE em eventos acadêmicos internacionais, nacionais ou locais.	Participação, como ouvinte, em eventos acadêmicos de qualquer natureza, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	5	25
Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos internacionais.	Participação, como organizador, em eventos acadêmicos internacionais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	20	40
Participação COMO ORGANIZADOR de eventos acadêmicos nacionais ou locais.	Participação, como organizador, em eventos acadêmicos nacionais ou locais, diretamente relacionados ao domínio das Letras ou em áreas afins.	15	45
TOTAL			60
Certificação: Declaração ou Certificado de participação ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.			

Quadro 3: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Experiências profissionais de ensino, tradução, revisão de textos.	Atividades profissionais de ensino ligadas à área de Letras ou de áreas afins, como assessoria cultural e secretariado bilíngue, realizadas por um período mínimo de 6 meses; atividades relacionadas às Letras, como revisão de textos, elaboração ou edição de texto de publicidade ou propaganda, jornais e editoriais, correção de redações, tradução, interpretação, crítica literária, redação ou tradução de manuais técnicos, de sinopses de livros ou de filmes, legendagem, devidamente comprovadas, cuja relevância será avaliada pelo Colegiado da CLE, com base no volume do trabalho executado pelo aluno.	60	120

Cargo de gestão em instituição de ensino.	Atividades de cargo de gestão em instituição de ensino, por um período mínimo de 6 meses.	30	60
Revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras.	Atividades profissionais de revisão de textos, correção de redações, elaboração ou edição de texto de publicidade e propaganda, jornais e editoras, por um período mínimo de 6 meses.	30	60
Assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc., por um período mínimo de três meses.	Atividades profissionais de assessoria cultural, crítica literária, redação de manuais técnicos, de sinopses de livros e filmes, etc., por um período mínimo de 6 meses.	30	60
TOTAL			120
Certificação: Relatório do professor orientador ou declaração, ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 4: ATIVIDADES CULTURAIS, CURSOS E ATIVIDADE DE EXTENSÃO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Premiação em eventos.	Premiação recebida em eventos artístico-culturais, acadêmicos ou por órgãos afins, devidamente comprovados.	20	60
Palestras, espetáculos teatrais, exposições e outros eventos artístico-culturais.	Participação, na condição de ouvinte, em eventos de cunho artístico-cultural com conteúdo relacionado à área de Letras ou áreas correlatas.	1h/evento	20
Participação em minicursos, oficinas e cursos profissionalizantes.	Participação, como ouvinte, em minicursos, oficinas, cursos profissionalizantes etc., na área de Letras ou em áreas afins, com duração mínima de 4h, que não se caracterizam como eventos de extensão universitária.	5	30
Atividades de extensão universitária.	Participação como ouvinte em eventos de extensão universitária com carga horária mínima de 30h.	15	60
Outros cursos e atividades artístico-culturais	Quaisquer atividades (cursos ou atividades artístico-culturais) não previstas neste quadro, com carga horária mínima de 8 horas. Estas atividades devem ser avaliadas pelo Colegiado da CLE, que	10	30

	verificará sua relevância, mediante documento comprobatório.		
TOTAL			90
Certificação: Declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 5: TRABALHOS PUBLICADOS: ATÉ 120 (CENTO E VINTE) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Publicação ou organização de livros.	Publicação ou organização de livro, com ISBN, cuja temática seja ligada à área de Letras, com autoria única ou compartilhada.	40	80
Publicação de capítulo de livro.	Publicação de capítulo de livro acadêmico, com ISBN, cuja temática seja ligada à área de Letras, com autoria única ou compartilhada.	30	60
Publicação em revista acadêmica com Qualis.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, avaliada pela CAPES com QUALIS.	30	60
Publicação em revista acadêmica sem índice de qualificação da CAPES.	Publicação de artigo científico em revista acadêmica da área de Letras, sem o QUALIS.	15	30
Publicação em outros meios de comunicação escrita (como revistas comerciais, jornais, fanzines etc.).	Publicação de estudo acadêmico em revistas comerciais, jornais, etc.	10	30
Publicações em Anais de eventos internacionais ou nacionais.	Publicação de trabalhos completos em anais de congressos e similares, internacionais ou nacionais, comprovada com documentação pertinente (declaração ou cópia dos anais).	20	60
Publicações em Anais de eventos regionais ou locais.	Publicação de trabalhos completos em anais de congressos e similares, regionais ou locais, comprovada com documentação pertinente (declaração ou cópia dos anais).	15	60
Publicação de textos literários e/ou atísticos.	Publicação de textos literários e/ou artísticos (poemas, contos, romances, desenhos, ilustrações, fotografias) em livros com ISBN ou revistas comerciais.	10	30
TOTAL			120
Certificação: Cópia do texto publicado e apresentação de documento comprobatório de sua fonte.			

Quadro 6: VIVÊNCIAS DE GESTÃO: ATÉ 40 (QUARENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Representação estudantil.	Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil.	10	30
Participação em órgão colegiado classista como membro da diretoria, na condição de estudante.	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão.	10	30
Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério, como membro da diretoria).	Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão, no conselho ou nas entidades de representação.	10	30
Elaboração de Projetos Institucionais	Participação em Comissão de Elaboração de Projetos Institucionais (PPC, PDI, estatutos e regimentos).	10	30
TOTAL			40
Certificação: Declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 7: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Participação em grupos de arte.	Participação, por no mínimo um semestre, em grupos de artes ligadas à área de Letras, tais como teatro, dança, coral, poesia, música etc., devidamente comprovada através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade ou da instituição responsável pela promoção do grupo.	10	90

Produção de mídias e produção cultural.	Produção ou elaboração de vídeos, softwares, programas radiofônicos, exposições, obras de teor artístico-cultural, tais como montagem, instalação, sarau, roteiro de cinema ou peça de teatro, música, poesia e criações literárias em geral, ligadas à área de Letras e devidamente comprovadas através de certificado ou declaração do professor-orientador da atividade ou da instituição promotora do evento.	10	90
Produção e manutenção de veículos de comunicação digital	Produção e manutenção de sites, blogs, vlogs ou canais no Youtube de cunho cultural ou instrucional na área de letras com atualização mínima mensal e criação há pelo menos 6 meses. Estas atividades devem ser avaliadas pelo Colegiado da CLE, que verificará sua relevância, mediante disponibilização do link pelo discente.	15	30
TOTAL			90
Certificação: Relatório ou declaração do professor orientador; declaração ou certificado do órgão/unidade competente. Para o item "Produção e manutenção de veículos de comunicação digital" devem ser enviados relatório produzido pelo discente contendo a descrição das atividades realizadas no site, blog, vlog ou canal, além do link para acesso.			

Quadro 8: ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO: ATÉ 90 (NOVENTA) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Estágios não obrigatórios.	Programas de integração empresa-escola ou de trabalhos voluntários, com dedicação semanal mínima de 5 horas e participação mínima de 1 semestre para o aluno e com apresentação de relatórios.	30	90
TOTAL			90
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.			

Quadro 09: VISITAS TÉCNICAS: ATÉ 10 (DEZ) HORAS PARA O CONJUNTO DE ATIVIDADES			
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
		Mínima	Máxima
Visitas técnicas.	Visitas técnicas na área do curso que resultem em relatório circunstanciado, validado e aprovado por um professor responsável, consultado previamente.	05	10

TOTAL	10
Certificação: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.	

3.6.3 Atividades Curriculares de Extensão

A Extensão, compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, com, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

Neste PPC, as atividades de extensão são definidas pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componentes curriculares, que abrangem atividades desenvolvidas por discentes, relacionadas a cursos, eventos, prestação de serviços, projetos e programas, incluindo os previstos em programas institucionais e de natureza governamental que atendam a políticas municipais, estaduais ou federais, destinadas à comunidade externa à UFPI.

3.6.3.1 Regulamento das atividades curriculares de extensão (ACE)

- O curso de Licenciatura em Letras - Inglês deverá obrigatoriamente oferecer, no mínimo, uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico e resoluções que regulamentam as atividades de extensão na UFPI;
- Os alunos do curso de Licenciatura em Letras - Inglês deverão, obrigatoriamente, participar em uma ACE e/ou atuar na organização ou execução de uma ACE semestralmente (quando regularmente matriculados) até integralizar as 330h, definidas neste PPC, exceto no primeiro semestre.
- O quadro constante na seção 3.2.3.2 deste PPC, no que tange à carga horária e aos eixos temáticos das ACEs semestrais, se constitui como referência para o curso de Licenciatura em Letras - Inglês obrigatoriamente apresentar proposta de ACE naquele semestre compatível com o previsto e como sugestão para o aluno, visto que:
  - Os alunos poderão participar de outras ACEs, que não necessariamente as ofertadas pelo respectivo curso;
  - A carga horária e o eixo temático das ACEs de cada semestre dependerão das

atividades de extensão nas quais o aluno irá atuar.

- O aluno poderá atuar em outras ACEs ofertadas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou por outros órgãos da UFPI (Pró-Reitorias, superintendências, núcleos de estudo, pesquisa e extensão e entidades representativas estudantis), desde que cadastradas na PREXC e respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.
- Para fins de integralização da carga horária no histórico dos alunos, as ACE deverão:
  - Ser cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura –PREXC
  - Ter seus relatórios (semestrais ou finais) homologados pela PREXC.

Período	**Sugestão de carga horária**	**Atividades Curriculares de Extensão**	**Sugestão de atividades**
2º	30h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base comum do curso
3º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base comum do curso
4º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como práticas de leitura e produção de textos na língua inglesa
5º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como Ensino de Inglês como língua adicional, estrangeira ou segunda língua, além de português como língua estrangeira (PLE)
6º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como aspectos das culturas e literaturas anglófonas

7º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como o ensino de Inglês e PLE por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação
8º	60h	O aluno poderá participar da organização e execução de cursos, eventos e/ou projetos de extensão	Atividades de extensão que contemplem a base específica do curso, tais como projetos de Ensino de Inglês com fins específicos

- Nos casos de transferência interna de curso ou mudança de curso, o aluno poderá solicitar, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem.
- Caso as atividades de extensão realizadas não tenham sido integralizadas no currículo do curso de origem, o aluno poderá solicitar o aproveitamento das atividades, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.
- As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnico-administrativos;
- Os discentes poderão requerer, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso e instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.
- As atividades de extensão poderão ser realizadas tanto em formato presencial, quanto à distância e híbrido, respeitando as especificidades de cada atividade tal como cadastradas na PREXC ou nos órgãos competentes em outras IES.

3.6.4 Previsão de atividades não-presenciais

Cada componente curricular do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês poderá prever atividades não-presenciais, possibilitando a ampliação dos espaços de ensino e aprendizagem. Parte da carga horária de cada disciplina poderá ser cumprida, a critério do

professor, de forma não-presencial até o limite de 40% da carga horária total, conforme Portaria 2.117 de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019).

A Portaria MEC nº 2.117/2019, dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Segundo o documento, "as IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso" (BRASIL, 2019).

Nesses termos, o currículo desenvolvido, então, poderá ser complementado pela realização de atividades não-presenciais. Tais atividades podem ser elaboradas pelos/as professores/as com o objetivo de proporcionar diferentes momentos de aprendizagem dos conteúdos e de desenvolvimento das habilidades propostas nos Planos de Curso. Seu planejamento consiste na sistematização de momentos de autoaprendizagem, com a utilização de recursos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), organizadas com estratégias didáticas, estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, leituras dirigidas, entre outras. Acrescenta-se que as atividades não-presenciais contarão com participações em chats, fóruns e videoconferências e poderão ser organizadas utilizando ambiente virtual de aprendizagem (AVA) escolhido pelo docente de acordo com as necessidades de cada grupo e da proposta de cada disciplina.

A existência da possibilidade de atividades não-presenciais no processo de ensino-aprendizagem contribui para a formação de um aluno comprometido com seus estudos e com a organização de seu tempo, fomentando a responsabilidade e autonomia ao possibilitar a realização das atividades previstas para a disciplina em horário e local apropriados, de acordo com sua disponibilidade e características individuais.

3.6.5 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é um componente curricular, previsto na Resolução nº 177/12 CEPEX-UFPI, que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Durante o TCC, o discente deve ser obrigatório por um professor orientador, e deve desenvolver estudo na área de pesquisa escolhida, apresentando o produto dessa orientação ao final desse processo.

Espera-se dos discentes, que eles consigam desenvolver um trabalho que considere as competências que são requeridas dos profissionais da área de Letras Estrangeiras. Para isso, é

importante considerar alguns dos objetivos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tais como a prática da pesquisa acadêmica, o desenvolvimento da capacidade analítica e crítica e também o aprimoramento dos conhecimentos técnico/científicos na área de formação do curso.

As normas que regulamentam o trabalho de conclusão de curso encontram-se apensadas ao final deste PPC.

3.7. Metodologia

Em termos gerais, e, considerando as constantes mudanças sociopolíticas, culturais e tecnológicas, é desejável que a metodologia a ser adotada pelos professores ministrantes das disciplinas do curso de Licenciatura em Letras - Inglês promova um constante diálogo entre teorias e práticas alinhadas e adequadas ao cenário educacional contemporâneo, a fim de proporcionar ao graduando habilidades que o permita construir um pensamento crítico e consciente de seu papel não apenas como aluno de graduação, mas, principalmente, como futuro professor de línguas estrangeiras.

Em termos mais específicos, as disciplinas serão ministradas por meio de aulas presenciais, sendo, a critério do professor ministrante e de acordo com a o Regulamento Geral da Graduação, permitidas atividades não presenciais de ensino, desde que essas atividades não contabilizem mais que 40% da carga horária total da disciplina. Entre essas atividades de ensino (presenciais ou à distância), sugerimos as seguintes:

- Aulas expositivas e dialogadas que incentivem a participação efetiva dos alunos por meio de debates e/ou seminários e/ou outras formas de apresentações orais e/ou escritas;
- Realização de atividades práticas relacionadas aos conteúdos de cada componente curricular que permitam ao aluno ter acesso a formas de aprendizado inovadoras e complementares às aulas expositivas e dialogadas.
- Desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao ensino de inglês como língua estrangeira e/ou segunda língua e português como língua estrangeira, assim como de suas literaturas e artes;
- Adoção de materiais instrucionais e outros recursos didáticos que contemplem a natureza multimodal da linguagem e o desenvolvimento de uma postura crítica, respeitando-se as diferenças multiculturais, étnicas, de gênero, sociais, entre outras.
- Análises e elaboração de materiais didáticos e de outros recursos instrucionais variados;

- Fóruns e chats por meio da plataforma EaD disponível na Instituição, atualmente SIGAA, ou uma outra com o mesmo fim, desde que seja de livre acesso;
- Aulas a distância, remotas ou híbridas com a utilização de ferramentas pedagógicas disponíveis em meio digital, considerando-se os atuais contextos de ensino/aprendizagem;
- Utilização de aplicativos digitais, sites e outros recursos mediados pela tecnologia da informação e comunicação para complementação das aulas expositivas e dialogadas e das práticas pedagógicas;
- Implementação de Metodologias Ativas nas práticas pedagógicas, com base em estratégias específicas relacionadas a essas Metodologias;
- Flexibilização quanto às ferramentas avaliativas e também os ambientes de avaliação, considerando-se os contextos utilizados.

Em consonância com o exposto nas diretrizes gerais dessa proposta metodológica, ressalta-se o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como práticas de ensino e aprendizagem de acordo com a pedagogia dos multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2009) que, entre seus principais pressupostos, destaca a participação dos alunos como principais agentes de sua própria aprendizagem, por meio de um processo ativo e a transformativo que o torna uma pessoa receptiva à diferenças, mudanças e inovações, capaz, portanto, e no caso específico de professor em formação, refletir sobre essa formação e a de seus futuros e potenciais alunos.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ensino, Pesquisa e Extensão estão articulados na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e são desenvolvidos de acordo com diferentes modalidades. Um dos principais intuitos entre a indissociabilidade entre esse tripé é o de impactar na formação do discente, promovendo a geração de novos conhecimentos.

Com as ações de extensão, tanto a comunidade acadêmica quanto a comunidade externa podem ser beneficiadas, por meio de projetos e cursos que dialogam com as pesquisas científicas, trazendo assim melhorias para toda a população.

O ensino está presente nas atuações das práticas pedagógicas desenvolvidas e ele contribui com o efeito multiplicador da formação de novos conhecimentos, que podem ser utilizados no dia-a-dia dessas comunidades.

4.2 Apoio ao Discente

Nos cursos de Licenciatura em Letras - Inglês da UFPI, a coordenação pedagógica deverá ser acionada para orientar aos discentes que necessitem de apoio para lidar com os aspectos referentes ao processo de ensino-aprendizagem e de sua formação docente. Para casos em que fique limitada a ação da coordenação pedagógica, a UFPI oferece gratuitamente ao seu corpo discente assistência pedagógica, por meio do Serviço Pedagógico (SEPE) ou no Núcleo de Acessibilidade (NAU), e para estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Alunos com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem podem buscar espontaneamente os serviços de apoio pedagógico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), NAU e Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs).

No Seminário de Introdução ao Curso, os alunos ingressantes são informados sobre as diferentes modalidades de apoio ao discente oferecidas pela instituição. Podemos citar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), para incentivar a formação de pesquisadores ainda na graduação, fomentar o futuro ingresso na pós-graduação, publicações em periódicos, participações em eventos, premiações e complemento da carga horária curricular, como atividade complementar. A UFPI também oferece programas de bolsas de monitoria e extensão para estudantes de graduação.

Especificamente para o curso de Licenciatura em Letras - Inglês, também são oferecidas bolsas para os estudantes no Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) para atuarem como bolsistas institucionais ou bolsistas MEC. Como bolsistas institucionais, os alunos atuam no apoio às atividades do IsF, atendendo ao público interno da UFPI com monitorias e promovendo cursos de línguas na instituição. Os bolsistas MEC atuam como professores do curso de inglês do Idiomas sem Fronteiras, recebendo apoio pedagógico de professores dos cursos de Letras Estrangeiras.

Ademais, a PRAEC executa programas de apoio aos discentes da UFPI, os quais, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional[7] (PDI UFPI 2020-2024), "revelam indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e de responsabilidade social" (p. 205). São desenvolvidas ações para promover o tripé ingresso-permanência-conclusão,

[7] http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/PDI%202015-2019.pdf

com o objetivo de auxiliar o graduando a atingir seus objetivos acadêmicos, profissionais e pessoais da melhor forma possível. As ações desenvolvidas pela PRAEC estão ligadas às áreas de alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, lazer, cultura, esporte e saúde, com atendimento psicopedagógico, social, médico e odontológico.

4.2.1 Atividades de Apoio Didático/Nivelamento

Os graduandos dos cursos de Licenciatura em Letras – Inglês da UFPI que necessitarem de apoio didático devem consultar a coordenação do curso. Esta, por sua vez, poderá encaminhar a solicitação ao Colegiado do Curso, que deliberará sobre esses casos. O Colegiado poderá sugerir atividades, de acordo com as possibilidades dos cursos ou solicitar apoio junto às outras coordenações de cursos ou outros órgãos da UFPI, quando for necessário.

Uma das ações disponíveis para auxiliar os graduandos no aperfeiçoamento linguístico é o Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) do MEC. Na UFPI, desde 2014, temos um Núcleo de Línguas do IsF (NucLI) que oferece cursos de língua inglesa e português para estrangeiros totalmente gratuitos para a comunidade interna da instituição, além da formação continuada de professores do ensino básico e do ensino de PLE como acolhimento de estrangeiros em Teresina. A coordenação de Letras Estrangeiras orientará os estudantes a se informarem e se inscreverem nos cursos do NucLI para poderem solucionar eventuais problemas pedagógicos relacionados a competência linguística em língua estrangeira, ou para continuarem desenvolvendo sua fluência na língua.

Além do IsF, outros programas auxiliam os alunos de toda a universidade no aprendizado e treinamento de língua estrangeira. No curso de Letras Inglês da UFPI, desde 2012, participamos do Programa English Teaching Assistants (ETA) da CAPES/Fulbright. Por meio desse programa, recebemos bolsistas estadunidenses que permanecem por nove meses na nossa instituição e têm como uma de suas responsabilidades auxiliar a promover o desenvolvimento linguístico e cultural dos estudantes de Letras Inglês da UFPI. São oferecidas atividades extracurriculares, tais como debates sobre questões culturais e políticas relacionadas a países anglófonos e à realidade brasileira, atividades lúdicas, clubes de leitura, escrita acadêmica, todos desenvolvidos principalmente em inglês, com o objetivo de promover uma maior competência linguística dos estudantes;

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Avaliação da aprendizagem

O Cursos de Licenciatura em Letras – Inglês, da Coordenação de Letras Estrangeiras da UFPI, compreende a avaliação da aprendizagem tal como expressa pelo PDI-UFPI/2020-2024 e pela Resolução CEPEX/UFPI 177/12, ou seja, como um "processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos" (BRASIL, 2018, p. 23; BRASIL, 2020, p. 50). Nesse sentido, a prática de avaliar tem como função diagnosticar para informar, refletir e tomar decisões acerca não apenas da verificação das habilidades adquiridas no decorrer das disciplinas dos cursos de Letras de um modo geral, como também um instrumento de reflexão e reformulação das propostas didáticas contidas neste PPC, adotadas pelos professores da Coordenação de Letras Estrangeiras (CLE) e de outros departamentos/coordenações diretamente envolvidos com o Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês.

Além disso, a avaliação da aprendizagem também é vista como um instrumento de gestão, à medida que fornece à coordenação de Letras Estrangeiras e seus órgãos colegiados elementos para a reformulação contínua dos cursos. Essa dimensão é corroborada pelo PDI/UFPI ao afirmar que "a avaliação é uma dimensão da gestão que possibilita correções, reorientação de práticas pedagógicas, reflexão sobre os projetos pedagógicos e delimitação dos obstáculos administrativos." (BRASIL, 2020. p. 50)

Para desempenhar sua função formativa e gestora, a avaliação da aprendizagem no curso de Letras – Inglês da UFPI se realiza por meio da adoção de diversos instrumentos de verificação, tanto individuais, quanto coletivos, escritos e orais, presenciais e a distância, planejados pelo corpo docente de acordo com as demandas dos cursos, de cada disciplina, e das necessidades dos alunos. Essa diversidade de instrumentos, além de atribuir mais dinamicidade à avaliação da aprendizagem, proporciona aos alunos, futuros professores, oportunidades de vivenciar e refletir sobre a avaliação como um processo diversificado, não limitado à aplicação dos tradicionais testes classificatórios. Tal visão do processo avaliativo encontra respaldo no PDI/UFPI – 2020-2024, quando o documento afirma que, no âmbito da UFPI:

> A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, burocrática e punitiva; ela deve ser diagnóstica, processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do PCC. Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação

> pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFPI. Nesse contexto, a avaliação deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática para ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, caracteriza-se como um processo contínuo e democrático. Não deve visar, exclusivamente, ao resultado final e nunca expressar caráter punitivo. (BRASIL, 2020. p. 51)

Assim, a avaliação da aprendizagem proposta neste PPC se constitui como uma atividade ampla e complexa que deve considerar tanto os conteúdos e habilidades relativos à cada disciplina elencada neste documento quanto os objetivos estabelecidos para o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês Estrangeiras e o perfil do egresso e a aquisição das competências e habilidades dispostos no item 2 deste texto. Ela também deve se manifestar por meio da interação entre a dimensão teórica e prática relativas à formação de professores, materializadas na grade curricular, na prática como componente curricular, nas disposições sobre a extensão como componente curricular, elencadas na seção 3 deste documento, assim como no regulamento do estágio curricular obrigatório e regulamento do trabalho de conclusão de curso, constantes nos apêndices a este documento.

No que diz respeito à avaliação do desempenho em cada disciplina do curso de Letras - Inglês também devem ser consideradas as normas estabelecidas pela Resolução CEPEX/UFPI No. 177/12, que em seus artigos 98 a 134 dispõe sobre as sistemáticas de avaliação adotadas pelos cursos de graduação da UFPI.

Igualmente, devem ser consideradas as disposições expressas na Resolução CNE/CP No. 02/19, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e estabelecem competências gerais e específicas a serem priorizadas pelos cursos de licenciatura, tal como ilustrado nos quadros a seguir:

5.1.1 Competências gerais docentes propostas pela DCNs em 2019 a serem consideradas nos componentes curriculares e na avaliação da aprendizagem.

COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES
1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.
2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.
3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal, corporal, visual, sonora e digital – para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.
10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Fonte: BRASIL (2019. p. 13)

Competências específicas docentes propostas pela DCNs em 2019.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS		
1. CONHECIMENTO PROFISSIONAL	**2. PRÁTICA PROFISSIONAL**	**3. ENGAJAMENTO PROFISSIONAL**
1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los	2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens	3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional
1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem	2.2 Criar e saber gerir ambientes de aprendizagem	3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e em colocar prática o princípio de que todos são capazes aprender
1.3 Reconhecer os contextos	2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, aprendizagem e o ensino	3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos
1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais	2.4 Conduzir as práticas Pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades	3.4 Engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade

Fonte: BRASIL (2019. p. 14)

Além dos conhecimentos relativos aos saberes docentes, o curso de Licenciatura em Letras – Inglês da UFPI se caracteriza pela mobilização de outros conhecimentos de cunho cultural e linguístico, dentre eles o domínio da língua estrangeira objeto do curso. Dessa forma, como parte integral da avaliação da aprendizagem, devem estar incorporados instrumentos de verificação que contemplem a aquisição da língua inglesa a partir de um olhar processual e continuado. Para isso, quadros comuns de referência oferecem instrumentos validados por instituições internacionais e pela academia para a verificação do desempenho linguístico. No Curso de Letras – Inglês, a avaliação da aprendizagem da língua estrangeira será realizada por meio da adoção do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (QECR[8]). Embora o quadro tenha sido proposto pelo Conselho Europeu em 2001 para atender às demandas das instituições de ensino daquele continente e das necessidades por uma educação multilíngue, ele rapidamente ganhou relevância mundial, sendo hoje adotado por várias instituições ao redor do mundo. Ele se organiza em uma escala de seis níveis, abrangendo o desempenho em habilidades como escrita, fala, leitura e escuta, tal como dispostos a seguir:

[8] *Commom European Framework Reference for Languages* (CEFR), conforme terminologia original.

5.1.2 Níveis propostos pelo QECR:

Grupo de níveis	Nível	Descrição
A **Falante básico ou elementar**	**A1** **Iniciação ou Descoberta**	• Pode entender e utilizar expressões familiares do dia a dia, bem como frases básicas direcionadas a satisfazer necessidades concretas. • Pode apresentar-se e responder a perguntas sobre detalhes da sua vida pessoal como, por exemplo: onde vive, pessoas que conhece ou coisas que possui. • Pode ainda interagir de maneira simples com nativos desde que estes falem pausadamente, de maneira clara e que estejam dispostos a ajudar.
	A2 **Elementar ou Plataforma**	• Pode entender frases e expressões relacionadas com áreas familiares ao utilizador, como informações pessoais e familiares básicas, compras, geografia local, emprego. • Pode comunicar de maneira simples em situações familiares que requerem troca de informações curtas e precisas. • Pode descrever de maneira superficial aspetos sobre os seus conhecimentos, o ambiente onde vive e as necessidades imediatas.
B **Falante independente**	**B1** **Limiar ou Intermédio**	• Pode entender os pontos principais sobre os assuntos do dia a dia como trabalho, escola e lazer. • Pode lidar com situações quotidianas no país onde a língua é falada (viagem de turismo). • Pode produzir textos simples sobre áreas familiares e de interesse. • Pode ainda descrever experiências, eventos, sonhos, desejos e ambições. • Além disso pode ainda opinar de maneira limitada sobre planos e discussões.
	B2 **Intermédio**	• É capaz de entender ideias principais de textos complexos que tratem de temas tanto concretos como abstratos, inclusive textos de

	superior (ou Pós-intermédio/ Independente)	caráter técnico se forem da sua área de especialização. • Pode interagir com falantes nativos com um grau suficiente de fluência e naturalidade de forma a que a comunicação ocorra sem esforço por parte dos interlocutores. • Pode produzir textos claros e detalhados sobre temas diversos, assim como defender um ponto de vista sobre temas gerais, indicando vantagens e desvantagens das várias opções.
C Falante proficiente	**C1 Avançado ou Proficiência operativa efetiva (ou Autonomia)**	• É capaz de compreender uma ampla variedade de textos extensos e com um certo nível de exigência, assim como reconhecer nestes, sentidos e ideias implícitas. • Sabe expressar-se de forma fluente e espontânea sem demonstrar muitos esforços para encontrar uma palavra ou expressão adequada. • Pode fazer uso efetivo do idioma para fins sociais, acadêmicos e profissionais. • Pode produzir textos claros, bem estruturados e detalhados sobre temas de certa complexidade, mostrando o uso correto dos mecanismos de organização, articulação e coesão do texto.
	C2 Domínio ou Proficiência	• É capaz de compreender com facilidade praticamente tudo o que ouve e lê. • Sabe reconstruir a informação e os argumentos procedentes de diversas fontes, seja em língua falada ou escrita, e apresentá-los de maneira coerente e resumida. • Pode expressar-se espontaneamente com grande fluência e com um grau de precisão que lhe permita diferenciar pequenas matizes ou nuances de significado, inclusive em situações de maior complexidade.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadro_Europeu_Comum_de_Refer%C3%AAncia_para_as_L%C3%ADnguas

5.1.3 Níveis e competências por habilidade, propostos pelo QECR:

Nível	Compreender		Falar		Escrever
	Compreensão auditiva	**Compreensão de leitura**	**Interação oral**	**Expressão oral**	**Expressão escrita**
A1	Reconheço palavras e expressões muito básicas que se usam habitualmente, relativas a mim mesmo, à minha família e ao meu ambiente imediato quando se fala devagar e com clareza.	Compreendo palavras e nomes conhecidos e frases muito simples, por exemplo, aquelas em letreiros, cartazes e catálogos.	Posso participar numa conversação de forma simples, sempre que a outra pessoa esteja disposta a repetir o que disse ou a dizê-lo com outras palavras e a uma velocidade mais lenta, e me ajudar a formular o que estou tentando dizer. Eu faço e respondo perguntas simples sobre temas de necessidade imediata ou assuntos muito habituais.	Utilizo expressões e frases simples para descrever o lugar onde vivo e as pessoas que conheço.	Eu sou capaz de escrever postais curtos e simples, por exemplo para enviar parabéns. Sei preencher formulários com dados pessoais, por exemplo, o meu nome, a minha nacionalidade e a minha morada no formulário de registo do hotel.
A2	Compreendo frases e o vocabulário mais habitual sobre temas de interesse pessoal (informação pessoal e familiar muito básica, compras, local de residência, emprego). Sou capaz de captar a ideia principal de avisos e mensagens breves, claras e simples.	Sou capaz de ler textos muito breves e simples. Sei encontrar informação específica e previsível em escritos simples e quotidianos, como anúncios publicitários, prospectos, menus e horários e compreendo cartas pessoais breves e simples.	Posso comunicar-me em tarefas simples e habituais que requerem um intercâmbio simples e direto de informação sobre atividades e assuntos quotidianos. Sou capaz de realizar intercâmbios sociais muito breves, embora, geralmente, não possa compreender o suficiente para manter a conversação por mim mesmo.	Utilizo uma série de expressões e frases para descrever, com termos simples, a minha família e outras pessoas, as minhas condições de vida, a minha origem educativa e o meu trabalho atual ou o último que tive.	Sou capaz de escrever notas e mensagens breves e simples relativas às minhas necessidades imediatas. Posso escrever cartas pessoais muito simples, por exemplo agradecendo algo a alguém.

B1	Compreendo as ideias principais quando o discurso é claro e normal e se tratam assuntos quotidianos que têm lugar no trabalho, na escola, durante o tempo de ócio, etc. Compreendo a ideia principal de muitos programas de rádio ou televisão que tratam temas atuais ou assuntos de interesse pessoal ou profissional, quando a articulação é relativamente lenta e clara.	Compreendo textos escritos numa linguagem de uso habitual e quotidiano ou relacionadas com o trabalho. Compreendo a descrição de acontecimentos, sentimentos e desejos em cartas pessoais.	Sei desenvolver-me em quase todas as situações que se me apresentam quando viajo para onde se fala essa língua. Posso participar espontaneamente numa conversação que trate temas quotidianos de interesse pessoal ou que sejam pertinentes para a vida diária (por exemplo, família, hobbies, trabalho, viagens e acontecimentos atuais).	Sei relacionar frases de maneira simples com o fim de descrever experiências e factos, meus sonhos, esperanças e ambições. Posso explicar e justificar brevemente as minhas opiniões e projetos. Sei narrar uma história ou relato, o enredo de um livro ou filme e posso descrever as minhas reações.	Sou capaz de escrever textos simples e bem relacionados sobre temas que são conhecidos por mim ou de interesse pessoal. Posso escrever cartas pessoais que descrevam experiências e impressões.
B2	Compreendo discursos e conferências extensas e inclusive sigo linhas argumentais complexas sempre que o tema seja relativamente bem conhecido. Compreendo quase todas as notícias na televisão e os programas sobre temas atuais. Compreendo a maioria dos filmes que são falados num nível de linguagem padrão.	Sou capaz de ler artigos e reportagens relacionadas com problemas contemporâneos em que os autores adotam posturas ou pontos de vista concretos. Compreendo a prosa literária contemporânea.	Posso participar numa conversação com certa fluência e espontaneidade, o que possibilita a comunicação normal com falantes nativos. Posso tomar parte ativa em debates desenvolvidos em situações quotidianas, explicando e defendendo os meus pontos de vista.	Apresento descrições claras e detalhadas de uma ampla série de temas relacionados com a minha especialidade. Sei explicar um ponto de vista sobre um tema expondo as vantagens e desvantagens de várias opções.	Sou capaz de escrever textos claros e detalhados sobre uma ampla série de temas relacionados com os meus interesses. Posso escrever redações ou relatórios transmitindo informação ou propondo motivos que apoiem ou refutem um ponto de vista concreto. Sei escrever cartas que destacam a importância que lhes dou a determinados

					fatos e experiências.
C1	Compreendo discursos extensos inclusive quando não estão estruturados com clareza e quando as relações estão apenas implícitas e não são declaradas explicitamente. Compreendo sem muito esforço os programas de televisão e os filmes.	Compreendo textos longos e complexos de caráter literário ou baseados em fatos, apreciando distinções de estilo. Compreendo artigos especializados e instruções técnicas longas, mesmo que não estejam relacionadas com a minha especialidade.	Expresso-me com fluidez e espontaneidade sem ter que procurar de forma muito evidente as expressões adequadas. Utilizo a linguagem com flexibilidade e eficácia para fins sociais e profissionais. Formulo ideias e opiniões com precisão e relaciono as minhas intervenções habilmente com as de outros falantes.	Apresento descrições claras e detalhadas sobre temas complexos que incluem outros temas, desenvolvendo ideias concretas e terminando com uma conclusão apropriada.	Sou capaz de me expressar em textos claros e bem estruturados, expondo pontos de vista com alguma extensão. Posso escrever sobre temas complexos em cartas, redações ou relatórios, destacando o que considero que são os aspectos importantes. Seleciono o estilo apropriado para os leitores a quem os meus escritos são endereçados, inclusive posso estar na capacidade de me candidatar a um emprego.
C2	Não tenho nenhuma dificuldade para compreender qualquer tipo de linguagem falada, tanto em conversações ao vivo como em discursos retransmitidos, mesmo que se produzam a uma velocidade de falante nativo, sempre que tenha tempo de me familiarizar com o sotaque.	Sou capaz de ler com facilidade praticamente todas as formas de linguagem escrita, incluindo textos abstratos estruturalmente ou linguisticamente complexos, como manuais, artigos especializados e obras literárias.	Tomo parte sem esforço em qualquer conversação ou debate e conheço bem modismos, frases feitas e expressões coloquiais. Expresso-me com fluidez e transmito nuances subtis de sentido com precisão. Se tenho um problema, disfarço a dificuldade com tanta discrição que os outros dificilmente reparam.	Apresento descrições ou argumentos de forma clara e fluída e com um estilo que é o adequado ao contexto e com uma estrutura lógica e eficaz que ajuda o ouvinte a fixar-se nas ideias importantes e a recordá-las.	Sou capaz de escrever textos claros e fluídos num estilo apropriado. Posso escrever cartas, relatórios ou artigos complexos que apresentam argumentos com uma estrutura lógica e eficaz que ajuda o ouvinte a fixar-se nas ideias importantes e a recordá-las. Escrevo resumos e resenhas de

					obras profissionais ou literárias.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Quadro_Europeu_Comum_de_Refer%C3%AAncia_para_as_L%C3%ADnguas

Ao longo do curso, espera-se que os alunos sejam capazes de progredir gradualmente entre os níveis propostos pelo QECR, adquirindo, ao final do curso, as competências necessárias para torná-los usuários autossuficientes da língua inglesa. Dessa forma, cada semestre dos cursos da CLE está estruturado de modo a priorizar os níveis e as competências propostos pelo Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas, tal como descrito a seguir:

5.1.4 Proficiência mínima em língua inglesa a ser atingida pelos alunos do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês:

Bloco / Nível	1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre
B2					
B1					
A2					

5.2 Avaliação do PPC

Para garantir a qualidade do ensino oferecido pelos cursos de Letras Estrangeiras da UFPI e assegurar que o PPC reflita as reais necessidades do mercado de trabalho e da sociedade como um todo, faz-se necessária a adoção de instrumentos de avaliação contínua dos cursos e da sua proposta pedagógica. Tal avaliação encontra respaldo no que estabelecem os artigos 7º e 8º da resolução CNE/CE No 2/2019:

> Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica, tem como princípios norteadores:
> (...)
> XIII - avaliação da qualidade dos cursos de formação de professores por meio de instrumentos específicos que considerem a matriz de competências deste Parecer e os dados objetivos das avaliações educacionais, além de pesquisas científicas que demonstrem evidências de melhoria na qualidade da formação;
> (...)
> Art. 8º Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

> V - avaliação como parte integrante do processo da formação, que possibilite o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso que se fizerem necessárias;
> (BRASIL, 2019. p. 4-5)

Para atender a esse requisito, a autoavaliação realizada pela CLE e por seus órgãos colegiados se estrutura em três eixos: 1. O da avaliação qualitativa, 2. O da avaliação quantitativa, 3. O da avaliação dos egressos.

A avaliação qualitativa é realizada por meio da realização bianual do Seminário de Avaliação, conduzido pela coordenação do curso, com a participação do corpo docente, técnico-administrativo e representantes discentes. No seminário, são debatidos temas relativos às dificuldades enfrentadas no biênio anterior, assim como os sucessos atingidos. Também são estabelecidas metas para o biênio subsequente, além de elaboradas as estratégias para alcançá-las. Atividades de formação continuada para o corpo docente também são priorizadas nesse momento da avaliação como uma forma de fornecer instrumentos para melhorar a qualidade do ensino oferecido pelos cursos.

A avaliação quantitativa, por sua vez, é realizada por meio da análise dos índices fornecidos pela UFPI a respeito do desempenho e da permanência dos alunos no curso. Esta análise tem como objetivo verificar numericamente pontos fortes e fracos do Cursos de Licenciatura em Letras - Inglês, sendo divulgada entre o corpo docente do curso e discutida no seminário de avaliação bianual. Dentre os índices considerados estão a Taxa de sucesso na graduação (TSG), a Taxa de evasão na graduação (TEG), a Taxa de retenção na graduação (TRG) e a Taxa de ocupação na graduação (TOG). Estes índices estão descritos com maiores detalhes no Projeto Pedagógico Institucional da UFPI (PPI) e no PDI UFPI 2020/2024. O desempenho dos alunos dos cursos de Letras Inglês no ENADE, além de outras eventuais avaliações, também são usados para a avaliação quantitativa.

Já a avaliação dos egressos é estabelecida pela Resolução CNE/CP No 2/2019, em seu artigo 24, ao afirmar que "As IES deverão organizar um processo de avaliação dos egressos de forma contínua e articulada com os ambientes de aprendizagens." (BRASIL, 2019. p. 11). Essa avaliação também é realizada bianualmente por meio da aplicação de questionários on-line aos egressos do biênio anterior. O questionário busca verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, ou as dificuldades que eles enfrentam para tal inserção, assim como sua inserção em cursos de formação continuada ou de pós-graduação. Também são coletadas informações a respeito dos impactos percebidos pelos egressos que o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês da UFPI exerceram sobre sua formação cidadã e profissional. Os dados

obtidos por meio desses questionários são discutidos nos seminários de avaliação e servem de ferramenta para auxiliar na avaliação bianual.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês

1º PERÍODO

<table>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</td><td>UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td>NOME</td><td>CÓDIGO</td><td>TIPO</td><td rowspan="2">CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras</td></tr>
<tr><td>Língua Inglesa I</td><td>Novo</td><td>disciplina</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td colspan="2">Carga Horária:</td><td>Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>2.2.0</td><td colspan="2">60h</td><td>-</td></tr>
<tr><td colspan="4">EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível básico/pré-intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.</td></tr>
<tr><td colspan="4">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="4">AZAR, B. S. Basic English Grammar. 3 ed. White Plains: Pearson/Longman, 2006.
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. Ready to Write 1: A First Composition Text. 3.ed. London: Longman, 2010.
LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. American English File 1: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.
_____. American English File 1: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.
_____. American English File 1: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de audio]</td></tr>
<tr><td colspan="4">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="4">SEATON, A.; MEW, Y. H. Basic English Grammar for English Language Learners. Irvine: Saddleback Educational Publishing, 2007.
McCARTHY, M.; O'DELL, F. English Vocabulary in Use: Elementary. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
SAGALA, Jennifer. Longman Photo Dictionary of American English. London: Longman, 2006.
BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. Active Listening 1: Student's Book with Self-Study Audio CD.</td></tr>
</table>

2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
HEYER, Sandra. **Very Easy True Stories**: A Picture-Based First Reader. Boston: Addison-Wesley, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Linguística	**CLE0116**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		-

EMENTA: Linguagem humana e comunicação animal. O desenvolvimento da linguagem humana (Filogênese e ontogênese). Os estudos da linguagem anteriores ao Século XX. Saussure e o Estruturalismo. Behaviorismo e comportamento linguístico. Chomsky e o Gerativismo. Funcionalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARBONI, Florence. **Introdução à Linguística**. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.
CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.
DEL RÉ, Alessandra. **Aquisição da Linguagem**: uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto. 2006.
DEPECKER, Loïc. **Compreender Saussure a partir dos Manuscritos**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.
FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto. 2011.
FISCHER, Steve Roger. **Uma Breve História da Linguagem**: Introdução à origem das línguas. São Paulo: Novo Século. 2009.
MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto. 2008.
_____. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez Editora. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIN, Robert. Para Entender a Linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma Linguística Crítica. Parábola Editorial. 2009.
ROSA, Maria Carlota. Introdução à (Bio)Linguística: Linguagem e mente. São Paulo: Contexto. 2010.
YULE, George. The Study of Language. 4th Ed. Glasgow: Cambridge University Press. 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

DISCIPLINA: História da Língua Inglesa	Novo	disciplina	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		-

EMENTA: Estudo histórico do processo de formação da língua inglesa e das etapas de sua evolução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAMOND, Robert E. **Old English**: Grammar and Reader. Detroit: Wayne State University Press, 1970.

FRASER, Rebecca. **The story of Britain**: from the Romans to the present – a narrative History. New York: W. Norton & Company, 2006.

FULK, R. D. **An introduction to Middle English**: Grammar and Texts. Peterborough: Broadview Press, 2012.

GANGOPADHYAY, Avik. **Essentials of English Philology, Phonetics, Linguistics**. 2.ed. London: Books Way, 2015.

GÖRLACH, Manfred. **Introduction to Early Modern English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TAYLOR, Alan. **American Colonies**: The Settling of North America. London: Penguin, 2002.

TOMBS, Robert. **The English and Their History**. New York: Vintage, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBER, Charles. **Early Modern English**. Edinburg: Edinburgh University Press, 1997.

BURROW, J. A.; TURVILLE-PETRE, Thorlac. **A Book of Middle English**. 3.ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2004.

ROBINSON, Orrin W. **Old English and its Closest Relatives**: A Survey of the Earliest Germanic Languages. Palo Alto: Stanford University Press, 1993.

SMITH, Jeremy J. **Essentials of Early English**: Old, Middle and Early Modern English. 2.ed. London: Routledge, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais	**LIBRAS010**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		-

EMENTA: Familiarização do licenciando com o mundo da surdez. O sujeito surdo em um mundo ouvinte. Apresentação e desenvolvimento da língua brasileira de sinais. Libras como língua legítima da comunidade surda e os sinais como alternativa natural para a expressão linguística. A língua portuguesa como uma segunda língua. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AHLGREEN, I. & HYLTENSTAM, K. (eds). **Bilingualism in deaf education**. Hamburg: Signumverl., 1994. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1944: Salamanca). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília: Corde, 1997. QUADROS, R.M. **Aquisição de L1 e L2**: o contexto da pessoa surda. Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SKLIAR, C. (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DEFE – Departamento de Fundame**
DISCIPLINA: Psicologia da Educação	**DFE0098**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		-

EMENTA: A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AMIRALIAN, M. L. T. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EP, 1996. BRAGHIROLLI, E. M. e et. al. Psicologia geral. Petrópolis: Vozes, 2001. CASTORINA, J.A. et.al. **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. São Paulo: Ática, 1996. DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia**. Tradução: Lenke Perez. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001. FERREIRA, M.; SANTOS, M. R. dos. **Aprender e ensinar, ensinar e aprender**. Porto: Afrontamento, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARÍES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. e TEXEIRA, Mª de L. T. **Psicologia**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2001.

COLL, C.; PALACIO, J.; MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia e educação. Trad. Angélica Mello Alves, Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____ **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia e educação: psicologia e evolução. Trad. Angélica Mello Alves, v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____ **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Trad. Angélica Mello Alves, v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTINHO, M.T. da C.; MOUREIRA, M. **Psicologia educacional**: um estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos voltados para a educação; ênfase na abordagem construtivista 3. ed. Belo Horizonte: Lê, 1993.

FONTANA, R.; CRUZ, N. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

GALVÃO, I. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, M. de F. C. **Relação entre desenvolvimento e aprendizagem:** consequência em sala de aula. v. 8 n. 45.

GOULARTE, I. B. **Psicologia da educação**-fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **Fundamentos psicologia da educação**. Belo Horizonte - MG: Lê, 1982.

LA TAILLE, Y de. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: teoria psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

LURIA, A. R. **Curso de psicologia geral**. 2 ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A. V. 1. Introdução Evolução à Psicologia, 1991.

MAUTI, J. **Construtivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1996.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MOLON, S. I. **Psicologia social**. Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOOL, L. **Vygotsky e a educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORREIRA, M. A. **Teoria da aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

_____**Ensino aprendizagem**: enfoques teóricos. São Paulo: Morais, 1985.

NYE, R.D. **Três psicologias** - Ideias de Freud Skinner e Rogers. Trad. Robert Brian Taylor. São Paulo: Pioneira, 2002.

NUNES, T.; BARBOSA, L.; BRYANT, P. **Dificuldades na aprendizagem da leitura**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2001.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

SALVADOR, C. C. (org.) **Psicologia da educação**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TELES, M. L. S. **O que é psicologia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WOOLFOK, A. E. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ZIRALDO. **Uma professora maluquinha**. Livraria Universal. 1985.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DFI – Departamento de Filosofia**
DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas	**DFI0435**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		-

EMENTA: As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1998.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Como ordenar as ideias**. São Paulo: Ática, 1997.

COSSUTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

HUHNE, Leda M. (org). **Metodologia científica**: cadernos de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.0.0	30h		-
EMENTA: Currículo do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês. Instâncias da UFPI e suas competências.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
Regimento Geral da UFPI. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Inglês**.			

2º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		-
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível pré-intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. **Fundamentals of English Grammar**. 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011. BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 1**: A First Composition Text. 3.ed. London: Longman, 2010. LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 2**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. _____. **American English File 2**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. _____. **American English File 2**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
SEATON, A.; MEW, Y. H. **Basic English Grammar for English Language Learners**. Irvine:			

Saddleback Educational Publishing, 2007.

McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use**: Elementary. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SAGALA, Jennifer. **Longman Photo Dictionary of American English**. London: Longman, 2006.

BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. **Active Listening 1**: Student's Book with Self-Study Audio CD. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HEYER, Sandra. **Very Easy True Stories**: A Picture-based First Reader. Boston: Addison-Wesley, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Língua Inglesa	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		- Linguística

EMENTA: A docência e a metodologia do ensino de língua inglesa. Tendências da educação e do ensino de língua inglesa. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BROWN, D. H. **Principles of language learning and teaching**. New York: Longman, 2000.

ALMEIDA FILHO, J. C. P.(Org.). **O professor de língua estrangeira em formação**. Campinas: Pontes, 1999.

LIMA, D. C. (Org.) **Ensino e aprendizagem de língua inglesa: conversas com especialistas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

RICHARDS, J. & NUNAN, D. **Second language teacher education**. New York: Cambridge University, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, G. E. de. **O ensino de língua inglesa**. Teresina: EDUFPI, 2002.

ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 1993.

ELLIS, R. **The study of second language acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

NOVOA, A. (Org). **Profissão professor**. Lisboa: Porto, 1992. p.93-123.

HERNÁNDEZ, F. e VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez, 1999.

PERRENOUD, P.10 **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999. RICHARDS, J. C. & Rodgers, T. S. **Approaches and methods in language teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACRISTÁN, G. J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SACRISTÁN G. e GOMEZ, A I P.. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	**CLE0122**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa I

EMENTA: Estudo dos aspectos segmentais da fonética e fonologia da língua inglesa. Desenvolvimento da competência oral em língua inglesa por meio do estudo e prática da fonologia segmental da língua. Reflexões sobre a prática pedagógica da pronúncia da língua inglesa no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRYSTAL, D. **A Dictionary of Linguistics and Phonetics**. Willey-Blackwell, Ed. 6. 2011.

GILBERT, J. B. **Clear Speech**: pronunciation and listening comprehension in North American English. Cambridge/New York: CUP, 6th edition, 2017.

HANCOCK, M. **English pronunciation in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2nd. Edition, 2017.

ROACH, P. **English phonetics and phonology**: A practical course. Cambridge: Cambridge University Press, 4th Edition, 2009.

SILVA, T.C. **Pronúncia do Inglês – para falantes de português brasileiro.** São Paulo: Editora Contexto, 2012 (2ª.ed.).

UNDERHILL, A. **Sound foundations**: Learning and Teaching Pronunciation. New York: Macmillan, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKER, Ann. **Ship or sheep**? An intermediate pronunciation course. Cambridge: University Press, 3rd. Edition, 2006.

HEWINGS, Martin. **Pronunciation tasks**. A course for pre-intermediate learners. Cambridge: University Press, 2011.

LANE, Linda. **Basics in pronunciation**. Intermediate practice for clear communication. Columbia University, 1997.

_____. **Focus on pronunciation**. Principles and practice for effective communication. Pearson Publication ESL, 3rd. Edition, 2012.

NISEN, Alleen Pace and NILSEN, Don L. F. **Pronunciation contrasts in English**. Waveland Press, 2nd. Edition, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Teoria da Literatura I	**CLE0120**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		---

EMENTA: Introdução aos estudos literários: natureza, função e evolução da literatura e teoria literária. Gêneros literários e técnicas da composição literária: estrutura e operadores de leitura da narrativa, do poema e da peça dramática. Elementos da linguagem literária. Diálogos entre a literatura e outros campos. Análise do texto literário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. 8.ed. Coimbra: Almedina, 2010.

BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a analise literária.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org) **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3.ed. Maringá: EdUEM, 2014.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

JOUVE, Vincente. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: 34, 2003.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: 34, 2015.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ECO, Humberto. **Interpretação e superinterpretação**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.
JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975.
LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: 34, 2000.
REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. São Paulo: Difel, 2017.
TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DEFE – Departamento d Fundamentos da Educação**
DISCIPLINA: Filosofia da Educação	**DFE0081**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		---

EMENTA: Filosofia e filosofia da educação: concepções e especificidades da Filosofia; concepções de educação; tarefas da filosofia da educação; relação entre educação, pedagogia e ensino. Estudos filosóficos do conhecimento – as questões da verdade e da ideologia no campo da educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-políticas e estéticas. A dimensão teleológica da práxis educativa. Filosofia da educação e a formação do/a professor/a.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996. BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
CUNHA, M. V. **John Dewey**: uma filosofia para educadores em sala de aula. Petrópolis (RJ), 1994.
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRITO, E. F. de. CHANG, L. H. (Orgs.) **Filosofia e método**. São Paulo: Loyola, 2002.
BULCÃO, E. B. M. **Bachelar***d*: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação. Petrópolis: Vozes, 2004.
DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: 14. ed. 1992. DICIONÁRIOS de Filosofia.
FAYE, J. P. **O que é filosofia?** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
GASPARIN, J. L. **Comênio**: a emergência da modernidade na educação. Petrópolis: Vozes, 1997.
GAUTHER, C. et all. **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí (RS): ed. da Universidade de Ijuí, 1998.

GHIRALDELLI Jr. P. **O que é pedagogia**. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Richard Rorty**: a filosofia do novo mundo em busca de mundos novos. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

_____. **Filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **O que é filosofia da educação** – uma discussão metafilosófica.

_____. (org.) **O que é filosofia da educação?** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GILES, T. R. **O que é filosofar?** 3. ed. São Paulo: EPU, 1984.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistências em educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRANJO, M. H. B. **Agnes Heller**: filosofia, moral e educação. Petrópolis: Vozes, 1996.

HEGEL, G. W. F. **Escritos pedagógicos**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1998.

_____. **Discursos sobre educação**. Lisboa: Colibri, 1994.

IMBERNON, F. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

IMBERT, F. **A questão da ética no campo educativo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JAEGER, W. **Paidéia:** a formação do homem grego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **A Filosofia contemporânea no Brasil**: conhecimento, política e educação. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

KANT, E. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: Ed. da Univ. Metodista de Piracicaba, 1996.

KEICHIKIAN, A. **Os filósofos e a educação**. Lisboa: Colibri, 1993.

KINCHELOE, J. L. **A formação do professor como compromisso político**: mapeando o pós-moderno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia:** aprendendo a pensar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MATTOS, O. **Filosofia a polifonia da razão**: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário**: pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

OZMON, H. A. **Fundamentos filosóficos da educação**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, C. R. S. (Orgs.). **Edgar Morin**: ética, cultura e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2000.

R ZENDE, A. Muniz de. **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo: Cortez; Campinas

(SP) Autores Associados, 1990.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RODRIGUES, N. **Educação & Sociedade**. Campinas. v. 22, n. 76/Especial, out., 2001.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem**: numa série de cartas. São Paulo: Huminuras, 1990.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Filosofia da educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SOUZA, S. M. R. **Um outro olhar**: filosofia. São Paulo: FTD, 1995.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**: pedagogia da essência e a pedagogia da existência. Lisboa: Horizonte, 1984.

TEIXEIRA, E. F. B. **A educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

VINCENTI, L. **Educação e liberdade**: Kant e Fichte. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

VEIGA-NETO, A. (Org.) **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

ZUIN, A. A. S. **Indústria cultural e educação**: o novo canto da sereia. Campinas: Autores Associados, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DEFE – Departamento d Fundamentos da Educação**
DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica	**DFE0082**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		---

EMENTA: A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, Theresa (orgs.) **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

BREZENZISKI, I. (org.). **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

_____**LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. Constituição Estadual de 1989.

Constituição Federal de 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, N. S. C. & AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. Campinas: Cortez, 2000.

Decreto n. 5.154/2004.

Ementa Constitucional n. 14/96.

GENTILLI, P. **A falsificação do consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENDOÇA, Erasmo. **Democracia e patriotismo na educação brasileira**. Campinas: FE/UNICAMP, Lappanae, 2000.

MONLEVADE, J.A.C. Financiamento da educação na Constituição Federal e na LDB. In: OLIVEIRA, R. Portela. **Gestão, financiamento e direito à educação** – análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

Resolução n. 02/97. Resolução n. 03/97.

PRETI, O. (org.). **Educação à distância**: inícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996. BREZENZISKI, I. (org.) **LDB interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

SHIROMA, Envida Oto et al. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação** – trajetória limites e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1998.

3º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa III	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa II

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. **Fundamentals of English Grammar**. 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.

BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 2**: A First Composition Text. 3.ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 2**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 2**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 2**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. **Active Listening 2**: Student's Book with Self-study Audio CD. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use**: Intermediate. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

METHOLD, Ken. **Short Articles for Reading Comprehension 1**: Low Intermediate. Alamo: Compass Publishing, 2008.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Grammar for ESL Learners. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Linguística Aplicada I: Introdução	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Linguística

EMENTA: Noções teóricas básicas em linguística aplicada e natureza do processo de ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira (LE).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Editora Cortez, São Paulo. Brasil, 8a ed, 2011.

EDGE, J; GARTON, S. **From Knowledge to Experience in ELT**. Oxford University Press, 2009.

FREEMAN, D. **Doing Teacher Research. From Inquiry to Understanding**. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada)**: Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol 1. Pontes Editores, Campinas, 2015.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada):** Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol 2. Pontes Editores, Campinas, 2017.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. **Linguistica aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**: Questões e Perspectivas. Campinas: Mercado de Letras. p. 216, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEFFA, V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplica. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf

LIBÂNEO, J. C. Reflexibilidade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? (2005). In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 226p.

SMYTH, J. Teacher's work and the politics of reflection. **American Education Research Journal**, v. 29, n. 2, 1992.

VIANA, N. (1997). Planejamento de Cursos de línguas - Pressupostos e Percurso. In: José Carlos Paes de Almeida Filho. **Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira**. Campinas - SP: Pontes, p. 29-48, 1997.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. A Formação do Professor de Línguas de uma Perspectiva Sociocultural. **SIGNUM**: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.2, dez, pp. 457-480, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Morfologia da Língua Inglesa	**CLE0125**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Língua Inglesa II

EMENTA: Estudo de conceitos básicos de morfologia da língua inglesa. Elementos de morfologia: morfemas e alomorfes; tipos de morfemas; flexão e derivação; processos de formação de palavras. Reflexão sobre as relações entre os conteúdos de morfologia estudados e o ensino de línguas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARONOPHY, M.; FUDEMAN, K. **What is Morphology**? (Fundamentals of Linguistics). 2nd. Edition. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011.

CARSTAIRS-McCARTHY, A. **An Introduction to English Morphology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.

_____. **Allomorphy in Inflexion**. London: Routledge, 2013.

DON, J. **Morphological Theory and the Morphology of English** (Edinburgh Textbooks on the English Language Advanced EUP). Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **Hallidays's Introduction to Functional Grammar**. 4th Edition. London: Routledge, 2013.

LUSEKELO, A. **Linguistic Morphology**: A Student's Guide. Dar es Salaam: E&D Vision Publishing Limited, 2015.

SPENCER, A. **Morphological Theory**: An introduction to word structure in generative grammar. 2nd Edition. Hoboken: Willey-Blackwell, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRINTON, L. J. **The structure of Modern English**: A linguistic introduction. Amsterdan: John Benjamins Publishing Co., 2000.

HASPELMATH, M. **Understanding Morphology** (Understanding Language). 2nd Edition. London: Routledge, 2013.

LIEBER, R. **Introducing Morphology**. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

PLAG, I. **Word Formation in English**. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Estratégias de Leitura em Língua Inglesa	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h		Língua Inglesa II

EMENTA: Análise e discussão de concepções teóricas sobre compreensão de textos em língua estrangeira e suas contribuições ao processo de ensino-aprendizagem. Estudo do processo de leitura e suas relações com a produção de textos. Estudo sobre a abordagem instrumental com ênfase em leitura. Análise e discussão de concepções teóricas sobre leitura crítica e suas contribuições ao processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AEBERSOLD, J.A.; FIELD, M.A. **From Reader to Reading Teacher**: Issues and Strategies for Second Language Classrooms. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COIRO, J.; KNOBEL, M.; LANKSHEAR, C.; LEU, D.J. (Ed.). **Handbook of Research on New Literacies**. London: Routledge, 2008.

CORRÊA, M.L.G.; BOCH, F. (Org.) **Ensino de Língua**: Representação e Letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FARRELL, T.S.C. **Teaching Reading to English Language Learners**: A Reflective Guide. Dallas: Corwin, 2008.

GEE, J.P. **Teaching, Learning, Literacy in our High-Risk High-Tech World**: A Framework for Becoming Human. New York: Teachers College Press, 2017.

SPEARS, D. **Developing Critical Reading Skills**. 9th Edition. New York: McGraw-Hill Education, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORACINI, M.J. (Org.) **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura**: Língua materna e língua estrangeira. 2ª. Ed. Campinas: Pontes, 2002.

BAKER, E. A.; LEU, D.J. (Ed.) **The New Literacies**: Multiple Perspectives on Research and Practice. New York: The Guilford Press, 2010.

EVANS, N.W. ; ANDERSON, N.J. ; EGGINGTON, W.G. (Ed.) **ESL Readers and Writers in Higher Education**: Undertanding Challenges, Providing Support. London: Routledge, 2015.

GEE, J.P. **Situated Language and Learning**: A Critique of Traditional Schooling (Literacies). London: Routledge, 2004.

GONÇALVES, G.R. (et.al.) Org. **New Challenges in Language and Literature**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

HERRERA, S.G.; PEREZ, D.R.; ESCAMILLA, K. **Teaching Reading to English Language Learners**: Differentiated Literacies. 2nd Edition. Londres: Pearson, 2014.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; CHAN, E.; DALLEY-TRIM, L. **Literacies**. 2nd Edition. Cambridge: Cambridge University Press, , 2016.

KLEIMAN, A. **Oficina de Leitura**: Teoria e prática. 7ª.ed. Campinas: Pontes, 2000.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **New Literacies**: Everyday Practices and Social Learning. 3rd. Edition. London: Open University Press, 2011.

MATHER, P.; McCARTHY, R.R. **The Art of Critical Reading**. 4th Edition. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

NATION, P. **Teaching ESL/EFL Reading and Writing**. London: Routledge, 2008.

NUTTALL, C. **Teaching Reading Skills in a Foreign Language**. 2nd Edition. Portsmouth: Heinemann, 1996.

PATTISON, T. **Critical Reading**: English for Academic Purposes. London: Pearson Education ESL, 2015.

PIMENTA. S.M.O. Os Efeitos do Distanciamento da Leitura Crítica de Textos. In: PAIVA.V.L.M.O. (org.) **Ensino de língua inglesa**: reflexões e experiências. Campinas: Pontes, 2005.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DMTE – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino**
DISCIPLINA: Didática Geral	**DMT0002**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		---

EMENTA: Fundamentos epistemológicos da didática. A didática e a formação do professor. O planejamento didático e a organização do trabalho docente. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas & GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio obrigatório na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CORDEIRO, Jaime. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2005.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno**: o que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Paradigmas da ciência que levam à reprodução do conhecimento. Unidade I. Curitiba: Champagnat, 2004.

CASTRO, Amélia Domingues et al. **Ensinar a Ensinar**: didática para escola fundamental e médio. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

COUTINHO, Regina Maria Teles. **Pedagogia do ensino superior**: formação inicial e formação continuada. Teresina: Halley, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MARTINS, Pura Lucia Oliver (org.). **Conhecimento local e conhecimento universal**: pesquisa didática e ação. Curitiba: Champagnat, 2004.

RIOS, Teresinha Azeredo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SANT ANNA, Ilza Martins. **Didática**: Aprender a ensinar – técnicas e reflexos pedagógicos para formação de professores. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SCARPATO, Marta (org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.

TOSI, Maria Raineldes. **Didática geral**: um olhar para o futuro. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Lições de didática**. Campinas: Papirus, 2006.

_____.Técnicas de ensino: por que não? Campinas: Papirus, 1995. ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DMTE – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino**
DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem	**DMT0054**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		---

EMENTA: Paradigmas de avaliação da aprendizagem. Concepções de avaliação vigentes na escola. Práticas avaliativas no ensino fundamental e Instrumentos de avaliação. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação mito & desafio** - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

_____.**Avaliação mediadora** - uma prática em construção pré-escolar à Universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

LUCKESI, Cipriano. Avaliação educacional: pressupostos conceituais. **Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, 7 (24): 5-8, 1978.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEPRESBITERIS, Léa. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

HAYDT, Regina Célia Cazanix. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática S. A., 1989.

LIMA, Adriana de Oliveira. **Avaliação escolar** - julgamento x construção. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUDKE, Menga e MEDIANO, Zélia (Coords.). **Avaliação na escola de 1º grau**: uma análise sociológica. São Paulo: Papirus.

POPHAM, W. James. **Avaliação educacional**. Riob de Janeiro: Globo, 1983

REVISTA DA EDUCAÇÃO AEC. **Avaliando a avaliação**. Ano 15, nº 60, abril-julho, 1980. SOUSA, Clarilza Prado de. (org.) **Avaliação do rendimento escolar**. São Paulo: Papirus, 1991.

4º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa IV	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa III

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAR, B. S.; HAGEN, S. A. **Fundamentals of English Grammar**. 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.

BLANCHARD, K.; ROOT, C. **Ready to Write 2**: A First Composition Text. 3.ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, S.; SMITH, D. **Active Listening 2**: Student's Book with Self-Study Audio CD. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use**: Intermediate. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

METHOLD, K. **Short Articles for Reading Comprehension 1**: Low Intermediate. Alamo: Compass Publishing, 2008.

TORRES-GOUZERH, R. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Grammar for ESL Learners. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

<table>
<tr><th colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><th>NOME</th><th>CÓDIGO</th><th>TIPO</th><td rowspan="2">CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras</td></tr>
<tr><td>DISCIPLINA: Linguística Aplicada II: multimodalidade e multiletramentos e tecnologias</td><td>Novo</td><td>disciplina</td></tr>
<tr><th>Créditos:</th><th colspan="2">Carga Horária:</th><th>Pré-requisito(s):</th></tr>
<tr><td>4.0.0</td><td colspan="2">60h</td><td>Linguística Aplicada I: Introdução</td></tr>
<tr><td colspan="4">EMENTA: Noções básicas da semiótica social, da multimodalidade, dos multiletramentos (letramento digital e letramento multimodal/visual crítico) e de tecnologias digitais: fundamentos teóricos e aplicações ao ensino de línguas e formação de professores. Ferramentas para a leitura e produção de textos.</td></tr>
<tr><th colspan="4">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</th></tr>
<tr><td colspan="4">ANSTEY, M.; BULL, G. Teaching and learning multiliteracies: changing times, changing literacies. Australia: International Reading Association, 2006. p. 19-55.
ARAÚJO, J; PINHEIRO, R. C. Letramento digital: história, concepção e pesquisa. In: GONÇALVES, A. V.; SILVA, W. R.; GOIS, M. L. de S. Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens Teóricas e Metodológicas. Pontes. 2014. p. 293-320.
BULL, G.; ANSTEY, M. Evolving pedagogies: reading and writing in a multimodal world. Australia: Curriculum Press, 2010.
GEE, J. P. What videogames have to teach us about learning and literacy. New York: Pelgrave Macmillan, 2003.
GEE, J. P. The anti-education era: creating smarter students through digital learning. New York: Palgrave/MacMillan. 2019.
HALLIDAY, M. A. K. Language as social semiotic: The social interpretation of language and meaning. Londres: Edward Arnold, 1978.
HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. Halliday’s introduction to functional grammar. 4th ed. London: Routledge, 2014.
JENKINS, H. Cultura da convergência. São Paulo: Editora Aleph, 2008.
JEWITT, C. (Ed.). The Routledge handbook of multimodal analysis. London: Routledge, 2009.
JEWITT, C.; BEZEMER, J.; O'HALLORAN, K. Introducing multimodality. Oxon: Routledge, 2016.
KRESS, G. Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication. London: Routledge, 2010.</td></tr>
</table>

KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the grammar of visual design. 2nd ed. London: Routledge, [1996, 2006], 2021.

LARSEN-FREEMAN, D; ANDERSON, M. **Techniques and principles in language teaching**. Oxford: OUP, 2011.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. **Harvard Educational Review**, v. 66, n. 1, p. 60-93, Spring 1996. Disponível em: http://newarcproject.pbworks.com/f/Pedagogy%2Bof%2BMultiliteracies_New%2BLondon%2BGroup.pdf . Acesso em: 25 jan. 2017.

PATEL, C. Use of multimedia techmology in teaching and learning communication skill: |n analysis. **International Journal of Advancements in Research & Technology**. 2 (7), p. 116-123, 2013. Disponível em: http://www.ijoart.org/docs/Use-of-Multimedia-Technology-in-Teaching-and-Learning-communication-skill.pdf . Acesso em 05 dez 2021.

SERAFINI, F; GEE, E. (Ed.) **Remixing Multiliteracies:** Theory and Practice from New London to New Times. New York: Teachers College Press, 2017.

UNSWORTH, L. **Teaching multiliteracies across the curriculum**: changing contexts of text and image in classroom practice. Buckingham, UK: Open University, 2001.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing social semiotics**. London: Routledge, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, D. B. L. (Org.). **Perspectivas em análise visual**: do fotojornalismo ao blog. João Pessoa: UFPB, 2008.

Callow, J. **The shape of text to come**: how image and text work. Australia: PETAA, 2013.

CALLOW, J. Show me: principles for assessing students' visual literacy. **The Reading Teacher**, v. 61, n. 8, p. 616-626, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20204641?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 24 jan 2017.

COPE, B.; KALANTZIS, M. "Multiliteracies": new literacies, new learning. **Pedagogies**: An International Journal, Singapore, v. 4, p. 164-195, 2009.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, [1989] 2011.

GOLDSTEIN, B. **Working with images**: a resource book for the language classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KLEIMAN, A, B. **Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Cefiel/IEL/Unicamp/MEC. 2010.

LÉVY, P. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**: Porto Alegre. No. 9. p.37-49. 1998.

MARTINEC, R.; SALWAY, A. A system for image-text relation in new and old media. **Visual Communication**, London, v. 4, n. 3, p. 339-374, 2005. Disponível em: http://www.bbrel.co.uk/pdfs/06Martinec-Salway.pdf . Acesso em: 25 jan. 2017.

ROJO, R. (Org.). **Escola conectada**: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013. p. 13-36.

ROSE, G. **Visual methodologies**: an introduction to researching with visual materials. 3rd ed. Los Angeles: Sage, 2012.

SERAFINI, F. **Reading the visual**: an introduction to teaching multimodal literacy. London: Teachers College Press, 2014.

UNSWORTH, L.; THOMAS, A. (Ed.) **English teaching and new literacies pedagogy**: interpreting and authoring digital multimedia narratives. New York: Peter Lang, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Sintaxe da Língua Inglesa	**CLE0126**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Morfologia da Língua Inglesa

EMENTA: Estudo sistemático da língua inglesa. Estudos sobre a estrutura sintática da língua inglesa. Estudos contextualizados da gramática da língua inglesa. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAKER, C.L. **English Syntax** – 2nd Edition. The MIT Press, 1995.

BERK, L. M. **English Syntax**: From Word to Discourse. Oxford: University Press, 1999.

CELCE-MURCIA, M.; LARSEN-FREEMAN, D. **The Grammar Book**: An ESL/EFL Teacher's Course. Heinle ELT, 3rd. Edition, 2015.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **Hallidays's Introduction to Functional Grammar**. London: Routledge, 4th Edition, 2013.

JACOBS, R. A. **English Syntax**: A Grammar for English Language Professionals. Oxford: Oxford University Press, 1995.

MILLER, J. **An Introduction to English Syntax**. Edinburgh: University Press, 2nd. Edition, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COWAN, R. **The Teacher's Grammar of English**: A Coursebook and Reference Guide. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KOENEMAN, O.; ZEIJLSTRA, H. **Introducing Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press,

2017.
QUIRK, R. **A University Grammar of English**. Longman: Publishing Group, 1993.
RADFORD, A. **English Syntax**: An Introduction. Cambridge University Press, 2004.
SWAN, Michael. **Practical English Usage**. Oxford, 1995.
TALLERMAN, M. **Understanding Syntax**. Routledge Editors. 4th. Edition, 2014.
Van VALIN, R. D. **An Introduction to Syntax**. Cambridge University Press, 2001.
WEAVER, C. **Lessons to Share on Teaching Grammar in Context**. Heinemann, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Literatura Britânica I	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos países que compõem o Reino Unido e a República da Irlanda do período Anglo-Saxônico ao Iluminismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GREENBLATT, S. (Org) **The Norton Anthology of English Literature**: the Middle Ages. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. A
GREENBLATT, S. (Org) **The Norton Anthology of English Literature**: the Sixteenth Century and the Early Seventeenth Century. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. B
GREENBLATT, S. (Org) **The Norton Anthology of English Literature**: the Restoration and the Eighteenth Century. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. C

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUCER, G. **The Canterbury Tales**. 2.ed. Peterborough: Broadview Press, 2012.
DEFOE, D. **Works of Daniel Defoe**. Claremont: Coyote Canyon Press, 2010.
FIELDING, H. **Complete Works of Henry Fielding**. East Sussex: Delphi Classics, 2013.
MILTON, J. **Paradise Lost**. London: Penguin, 2003.
RAWSON, C.; HIGGINS, I. **The Essential Writings of Jonathan Swift**. New York: W. W. Norton & Company, 2009.
ROMANY, F.; LINDSEY, R. (Org) **Christopher Marlowe**: The Complete Plays. London: Penguin, 2003
The Anglo-Saxon Chronicle. Trad. J. Ingram. 2008. Disponível em < http://www.gutenberg.org/files/657/657.txt> Acesso em 31 Jan 2018.
TOLKIEN, J. R. R. **Beowulf**: A Translation and Commentary. Wilmington: Mariner Books, 2015.

WELLS, S.; JOWETT, J. (Ed.) **The Oxford Shakespeare: Complete Works**. 2.ed. Oxford: Oxford University Press, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Escrita Acadêmica I	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa III-

EMENTA: Prática de redação em língua inglesa. A estrutura do parágrafo. Coesão e coerência. Do parágrafo ao texto: construção textual por meio de gêneros escritos utilizados em contextos diversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BROOKES, A.; GUENDY, P. **Beginning to write**. Cambridge: University Press, 1999.

FOLSE, K. S.; SOLOMON, E.V.; CLABEAUX, D. **From Great Paragraphs to Great Essays**. Cengage Learning. 3rd. Edition, 2014.

FOWLER, W.S. **Progressive Writing Skills**. Newton ELT, 1989.

GREENE, S.; LIDINSKY, A. **From Inquiry to Academic Writing**: A Text and Reader. Bedford/St. Martin's. 2nd. Edition, 2011.

INGRAM, B. & KING, C. **From Writing to Composition**. Cambridge: University Press, 2nd. Edition, 2004.

JOLLY, D. **Writing Tasks**. Cambridge University Press, 1988.

MUÑOZ PAGE, M. E. **ESL Intermediate/Advanced Writing**. 2006.

SWALES, J. M., FEAK, C.B. **Academic Writing for Graduate Students**: Essential Tasks and Skills. ELT, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETT, G. **Perfect English Grammar**: The Indispensable Guide to Excellent Writing and Speaking. Zephyros Press, 2016.

CHAMBERLAIN, A. J. **The Creative Writer's Toolbelt** Handbook. CWT Media, 2017.

COLLINS, C. **Advanced Learner's Dictionary**. Ricahrd Clay Ltda, Bungay, Suffalk, 2014.

JANZER, A. **The Writer's Process**: Getting your Brain in Gear. Cuesta Park Consulting, 2016.

MCARTHUR, T. **Lexicon of Contemporary English**, Longman, 1992.

STEINEMANN, K. **The Writer's Lexicon**: Descriptions, Overused words, and Taboos. K. Steinemann Enterprises, 2017.

STRAUCH, A. **Bridges to Academic Writing**. Cambridge University Press. Cambridge, England, 1998.

KIRKPATRICK, E. M.; PICKERING, D. MANSER, E. (Ed.) **The Cassell Thesaurus**. Cassel, 1998.
THURMAN, S. **The Only Grammar & Style Workbook You'll Ever Need**: A One-stop Practice and Exercise Book for Perfect Writing. Adams Media, 2012.
VINCE, M. **Advanced Language Practice**. MacMillan, 3rd. Edition, 2010.
WITHROW, J. **Effective Writing Teacher's Manual** Writing skills for Intermediate Students of American English. Cambridge University Press, 1987.
WHITE, R. V. **Teaching Written English**. Heinemann Educational Books, 2017.
WHITE, R.; ARNDT, V. **Process Writing**. Longman, 1991.

5º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa V	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa IV

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário superior e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAR, Betty S.; HAGEN, Stacy A. **Fundamentals of English Grammar**. 4.ed. White Plains: Pearson/Longman, 2011.
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 2**: A First Composition Text. 3.ed. London: Longman, 2016.
LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 3**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.
_____. **American English File 3**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.
_____. **American English File 3**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BROWN, Steven; SMITH, Dorolyn. **Active Listening 2**: Student's Book with Self-Study Audio CD. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
Longman Dictionary of American English. 5 ed. London: Longman, 2014.
McCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use**: Intermediate. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

METHOLD, Ken. **Short Articles for Reading Comprehension 1**: Low Intermediate. Alamo: Compass Publishing, 2008.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Grammar for ESL Learners. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Linguística Aplicada III: bilinguismo e ensino de inglês na infância	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Conceitos teórico-práticos sobre o ensino de língua inglesa (LI) para crianças. Aquisição de língua estrangeira. Aquisição de língua materna. Bilinguísmo. Educação bilíngue. Particularidades do ensino de línguas para crianças. Reflexões acerca da formação docente para atuação na educação infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMERON, L. **Teaching Languages to Young Learners**. Cambridge: CUP, 2001.

CARVALHO, R. C. M. **A teacher's discourse in EFL classes for very Young learners**: investigating mood choices and register. Florianópolis, SC: 119f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

COSTA, L. P. **Uso de um exame internacional de proficiência em língua inglesa para crianças no ensino fundamental brasileiro**. Campinas, SP: Dissertação (Mestre em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

COSTA, R. V. **Pode ser em inglês? Não. Em português primeiro**: ensino de língua inglesa para crianças em contextos emergentes no país: um estudo de caso. Campinas, SP: Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MARINS, I. M. M. **O contexto social na motivação de crianças aprendizes de uma língua estrangeira**. Pelotas, RS: 113f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, 2005.

PIRES, S. S. Ensino de inglês na educação infantil. In: SARMENTO, S.; MÜLLER, V. (Org.) **O ensino do inglês como língua estrangeira**: estudos e reflexões. Porto Alegre: APIRS, 2004. p.19-42.

ROCHA, Claudia Hilsdorf. Formação cidadã e língua estrangeiras para crianças na perspectiva do letramento crítico. In: LUCAS, Patrícia de Oliveira; RODRIGUES, Rosana Ferrareto Lourenço. (Org.). **Temas e rumos nas pesquisas em Linguística Aplicada**: questões empíricas, éticas e práticas. 1ed.Campinas - SP: Pontes, 2015, v. 1, p. 67-111.

SANTOS, L. I. S.; BENEDETTI, A. M. **Professor de Língua Estrangeira para Crianças**: Conhecimentos Teórico-Metodológicos desejados. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 48(2): 333-351, Jul./Dez. 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOON, J. **Children Learning English**. Oxford: Macmillan Heinemann, 2000.

PHILLIPS, S. **Young Learners**. Oxford: OUP, 2003.

PINTER, A. **Teaching Young Language Learners**. Oxford: OUP, 2006.

ROCHA, C. H. **Provisões para ensinar LE no ensino fundamental de 1a a 4a séries**: dos parâmetros oficiais e objetivos dos agentes. Campinas, SP: Dissertação (Mestre em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SANTOS, L. I. S. Crenças acerca da inclusão de língua inglesa nas séries iniciais. **Contexturas**, n. 10, 2006. p.119-134.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DMTE – Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino**
DISCIPLINA: Estágio Obrigatório I	**DMT0059**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
0.0.5	75h		Didática Geral

EMENTA: O processo de formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório de planejamento da ação docente; construção de materiais didáticos; utilização das Novas Tecnologias em educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, W. E. **Educação**: visão teórica e prática pedagógica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

MELLO, G, N. **Magistério de 1º grau**: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1998.

MORAES, R. (ORG). **Sala de aula**: que espaço é este? Campinas: Papirus, 1986.

PAQUAY, L; PERRENOUD, P, CHARLIER, E. **Formando professores profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (ORG.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUELUZ, A, G; ALONSO, M(ORG.). **O trabalho docente**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999.

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez, 1985.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre/: Armed, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Literatura Britânica II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos países que compõem o Reino Unido e a República da Irlanda, do Romantismo à contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GREENBLATT, Stephen. (Org.) **The Norton Anthology of English Literature**: The Romantic Period. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. D

_____. (Org) **The Norton Anthology of English Literature**: The Victorian Age. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. E

_____. (Org) **The Norton Anthology of English Literature**: The Twentieth Century and After. 10.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2018. Vol. F

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUSTEN, Jane. **Jane Austen**: The Complete Works. London: Penguin, 2016.

BLAKE, William. **The Complete Poetry & Prose of William Blake**, New York: Anchor, 1997

BRONTË, Charlotte; BRONTË, Emily; BRONTË, Anne. **The Brontë Sisters Boxed Set**: Jane Eyre, Wuthering Heights, The Tenant of Wildfell Hall, Villette. London: Penguin, 2016.

CARROLL, Lewis. **The Lewis Carroll Collection**: 28 Classic Works. New York: Waxkeep Publishing, 2013.

CHRISTIE, Agatha. **Murder on the Orient Express**. New York: HarperCollins, 2010.

DICKENS, Charles. **Major Works of Charles Dickens**. London: Penguin, 2011.

DOYLE, Arthur Conan. **Sherlock Holmes:** The Complete Collection. Melbourne: Oregan Publishing, 2017.

ELIOT, George. **Complete Works of George Eliot**. East Sussex: Delphi Classics, 2012.

GOLDING, William. **Lord of the Flies**. London: Penguim, 2003.

HARDY, Thomas. **Complete Works of Thomas Hardy**. East Sussex: Delphi Classics, 2011.

JOYCE, James. **The Collected Works of James Joyce**. Oxford: PergamonMedia, 2015.

KIPLING, Rudyard. **Rudyard Kipling**: The Complete Novels and Stories. Melbourne: Oregan Publishing, 2017.

McGANN, Jerome J. (Org) **Lord Byron**: The Major Works. Oxford: Oxford University Press, 2008.

RUSHDIE, Salman. **The Satanic Verses**: A Novel. New York :Random House, 2008.

SCOTT, Sir Walter. **Marmion and other Works**. Bedforshire: Halcyon Press Ltd., 2009.

SHELLEY, Mary. **Complete Works of Mary Shelley**. East Sussex: Delphi Classics, 2013.

STOKER, Bram. **Dracula**. Chicago: Dover Publications, 2000

TOLKIEN, J.R.R. **The Hobbit and The Lord of the Rings**: Deluxe Pocket Boxed Set. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2014.

TRAVERS P. L. **Mary Poppins**: 80th Anniversary Collection. Boston: HMH Books for Young Readers, 2014.

WILDE, Oscar. **Complete Works of Oscar Wilde**. New York: Collins, 2003.

WOOLF, Virginia. **Virginia Woolf**: Complete Works. Melbourne: Oregan Publishing, 2018.

YEATS, William Butler. **The Collected Poetry of William Butler Yeats**. New York: Collins, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Escrita Acadêmica II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Escrita Acadêmica I-
EMENTA: Prática de redação em língua inglesa. Coesão e coerência. Produção de textos descritivos, narrativos e dissertativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BAILEY, S. **Academic Writing**: A Handbook for International Students. Routledge Editors, 5th. Edition, 2018. CULLHAM, R. **Teach Writing Well**: How to assess writing, invigorate instruction, and rethink revision. Stenhouse Publishers, 2018.			

GREENE, S.; LIDINSKY, A. **From Inquiry to Academic Writing**: A Text and Reader. Bedford/St. Martin's. 2nd. Edition, 2011.

HARMER, J. **How to Teach Writing**. Pearson Education, 2004.

INGRAM, Beverly & KING, Carol. **From writing to composition**. Cambridge: University Press, 2nd. Edition, 2004.

JOLLY, David. **Writing tasks**. Cambridge University Press, 1988.

LISS, R.; DAVIS, J. **Effective Academic Writing**. Oxford University Press, 2012.

MUÑOZ PAGE, M.E. **ESL Intermediate/Advanced Writing**. 2006.

SWALES, J.M., FEAK, C.B. **Academic Writing for Graduate Students**: Essential Tasks and Skills. ELT, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETT, G. **Perfect English Grammar**: The Indispensable Guide to Excellent Writing and Speaking. Zephyros Press, 2016.

CHAMBERLAIN, A.J. **The Creative Writer's Toolbelt Handbook**. CWT Media, 2017.

COLLINS, Cobuild. **Advanced Learner's Dictionary**. Ricahrd Clay Ltda, Bungay, Suffalk, 2014.

DEW, S. E. **Practical Academic Essay Writing Skills**: An International ESL Students English Essay Writing Book. CreateSpace Independent Publishing Platform. 2nd. Edition, 2015.

HYLAND, K. **Second Language Writing**. Cambridge University Press, 2003.

HYLAND, K. **Teaching and Researching Writing**. Routledge, 2015.

MANCHÓN, R. M. **Learning-to-Write and Writing-to-Learn in an Additional Language**. John Benjamins Publishing Company, 2011.

MCARTHUR, Tom. **Lexicon of contemporary English**, Longman, 1992.

STEINEMANN, K. **The Writer's Lexicon**: Descriptions, Overused words, and Taboos. K. Steinemann Enterprises, 2017.

STRAUCH, Ann. **Bridges to academic writing**. Cambridge University Press. Cambridge, England, 1998.

KIRKPATRICK, E.M.; PICKERING, D. MANSER, E. (Ed.) **The Cassell Thesaurus** (Cassell English Dictionaries). Cassel, 1998.

THURMAN, S. **The Only Grammar & Style Workbook You'll Ever Need**: A One-stop Practice and Exercise Book for Perfect Writing. Adams Media, 2012.

VINCE, Michael. **Advanced Language Practice**. MacMillan, 3rd. Edition, 2010.

WHITE, Ronald V. Teaching **Written English**. Heinemann Educational Books, 2017.

6º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:

NOME	CÓDIGO	TIPO	CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras
DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas

EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI. Desenvolvimento da pesquisa. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio. Seminários de extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GALLIANO, A. G. **O método científico - Teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982. RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Linguística Aplicada IV: português como língua estrangeira	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Panorama geral da história, ensino, aprendizagem e avaliação de português para estrangeiros com ênfase na formação de novos professores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACERVO CELPE-BRAS - UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/acervo>

BIZARRO, Rosa. Língua e Cultura no ensino do PLE/PLS: reflexões e exemplos. **L I N G VA R V M A R E N A**, v. 3, 2012,p.117-131.

CELADA, M. T.; FANJUL, A. P.; NOTHSTEIN, S. **Lenguas en un espacio de integración regional: acontecimientos, acciones, representaciones**. Buenos Aires: Biblos, 2010.

DIAS, R.; CRISTÓVÃO, V. L. L. (orgs.) **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

DINIZ, L. R. A. **Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira**. Campinas: RG, 2010.

MENDES, E. (org.) **Diálogos interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira.** Campinas: Pontes, 2011.

SANTOS, Percília e ALVAREZ, Maria (orgs.) **Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira**. Campinas. Editora Pontes, 2010.

SCHOFFEN, J. R.; ANDRIGUETTI, G. H. **Vivenciando língua e cultura: sugestões para práticas pedagógicas em Português como Língua Adicional.** In: SCHOFFEN, J. R. et al. (Orgs). Português como Língua Adicional : reflexões para a prática docente. Porto Alegre: Bem Brasil, 2012, p. 17-44.

Serrani, S. **Discurso e cultura na aula de língua.** Campinas: Ed. Pontes, 2005.

ZOPPI-FONTANA, Mónica (Org.). **O português do Brasil como língua transnacional.** Campinas, SP: Editora RG, 2009. 122 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIZON, A. C. C. **Narrando o exame Celpe-Bras e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização.** Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DELL´ISOLA, R. L. P. Em busca da formação continuada de professores de Português como Língua Estrangeira: alguns parâmetros. In: JUDICE, Norimar (Org.). **Ensino da língua e da cultura do Brasil para estrangeiros.** Niterói: Intertexto, 2005.

DELL´ISOLA, R. L. P. **Aprendendo o Português do Brasil: o Comunicativo e o Estrutural nas aulas de PLE.** Boletim do Centro de Estudos Portugueses, v. 17, n.21, 1997. p. 99- 115.

DELL'ISOLA, R. L. P. *et al*. **A avaliação de proficiência em português língua estrangeira: o exame CELPE-Bras.** Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 3, n. 1, p. 153-164, 2003. Disponível em http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/arquivos/guias/guia-de-capacitacao-para-examinadores-da-parte-oral

DELL'ISOLA, R. L. P. Gêneros textuais em livros didáticos de português língua estrangeira: o que falta? In: DIAS, R.; CRISTÓVÃO, V. L. L. (orgs.) **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GÓMEZ, M. A. I; VIANA, N. O SABER REFLEXIVO-COLABORATIVO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA: significados construídos na interação do par mais experiente com o professor em formação. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 115-135, abr. 2019. ISSN 1981-9943. Disponível em: https://proxy.furb.br/ojs/index.php/linguagens/article/view/8402

MACHADO, A. R; LOUSADA, E. ABREU-TRADELLI, Lília Santos. **Resumo**. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Resenha**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SCARAMUCCI, M. V. R.; DINIZ, L. R. A.; STRADIOTTI, L. M. Uma análise panorâmica de livros didáticos de português do Brasil para falantes de outras línguas. In: CRISTÓVÃO, V. L. L.; DIAS, R. (Orgs.). **O livro didático de língua estrangeira**: múltiplas perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 265-304.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DMTE – Departamento e Métodos de Ensino**
DISCIPLINA: Estágio Obrigatório II	**DMT0060**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
0.0.6	90h		Estágio Obrigatório I
EMENTA: Projeto de Estágio: Estágio Observacional da Educação Escolar (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e da Educação Não-Escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, Ë. **Formando professores profissionais**. Quais estratégias? Quais competências? 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. QUELUZ, A, G.; ALONSO, M. (org.) **O trabalho docente**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ANDRE, M. **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2016. HIGHET, G. **A arte de ensinar**. Brasília: Kirion, 2018. ILLERIS, K. (org) **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2012. PERRENOUD, P. et at. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Penso, 2002. ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.			

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

DISCIPLINA: Literatura Estadunidense I	Novo	disciplina	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos Estados Unidos do Puritanismo ao Realismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEVINE, R. S. *et al*. (Org) **The Norton Anthology of American Literature**: Beginnings to 1820. 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. A

LEVINE, R. S. *et al*. (Org). **The Norton Anthology of American Literature**: 1820-1865. 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. B

LEVINE, R. S. *et al*. (Org). **The Norton Anthology of American Literature**: 1865-1914. 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. C

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALCOTT, L. M. **Complete Works of Louisa May Alcott**. East Sussex: Delphi Classics, 2014.

BIERCE, A. **Complete Works of Ambrose Bierce**. East Sussex: Delphi Classics, 2013.

CRANE, S. **The Red Badge of Courage**: An Episode of the American Civil War. New York: Library of America, 1996.

CHOPIN, K. **Kate Chopin: Complete Novels and Stories.** New York: Library of America, 2002.

CULLEN, C. **Countee Cullen: Collected Poems.** New York: Library of America, 2013.

DICKINSON, E. **The Collected Poems of Emily Dickinson**. New York: Barnes & Noble Classics, 2003.

EDWARDS, J. **Sinners in the Hands of an Angry God**. Philipsburg: P & R Publishing, 1992.

EMERSON, R, W. **The Essential Writings of Ralph Waldo Emerson**. New York: Modern Library, 2000.

HAWTHORNE, N. **The Scalert Letter**. Mineola: Dover Publications, 1994.

IRVING, W. **The Legend of Sleepy Hollow and Other Stories**. London: Penguin, 2014.

LONDON, J. **Jack London**: Novels and Stories. New York: Library of America, 1982.

McKAY, C. **Home to Harlem**. Lebanon: Northeastern University Press, 1987.

MELVILLE, H. **Moby-Dick**. London: Macmillan Collector's Library, 2016.

POE, E. A. **Complete Tales and Poems of Edgar Allan Poe**. New York: Barnes & Noble 2015.

STEVENS, W**. Wallace Stevens**: Collected Poetry and Prose. New York: Library of America, 1997.

TAYLOR, E. **The Poems of Edward Taylor**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1989.

THOREAU, H. D. **Walden, Civil Disobedience, and Other Writings**. 3.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2008.

TWAIN, M. **Mark Twain**: Five Novels. San Diego: Canterbury Classics, 2011.

WHITMAN, W. **Leaves of Grass**: The Original 1855 Edition. Mineola: Dover Publications, 2007

7º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Literatura Estadunidense II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários e crítica dos Estados Unidos do Modernismo à contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LEVINE, R.S. et al. (Org). **The Norton Anthology of American Literature**: 1914-1945. 9.ed. New York: W. W. Norton & Company, 2017. Vol. D
LEVINE, R.S. et al. (Org). **The Norton Anthology of American Literature**: Literature Since 1945. 9.ed. New York: W.W. Norton & Company, 2017. Vol. E
MULLINS, M. **Postmodernism in Pieces**: Materializing the Social in U.S. Fiction. New York: Oxford University Press, 2016.
WILLIFORD, L.; MARTONE, M. (Org) **The Scribner Anthology of Contemporary Short Fiction**: 50 North American Stories Since 1970. 2.ed. New York: Touchstone, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALDWIN, J. **I Am Not Your Negro**. New York: Vintage, 2017.
BARTH, J. **Lost in the Funhouse**. New York: Anchor, 1988.
BISHOP, E. **Elizabeth Bishop**: Poems, Prose, and Letters. New York: Library of America, 2008.
CISNEROS, S. **The House on Mango Street**. New York: Vintage, 1991.
COOVER, R. **Going for a Beer**: Selected Short Fictions. New York: W. W. Norton & Company, 2018.
CUMMINGS, e. e. E. E. **Cummings**: Complete Poems 1904-1962. New York: Liveright, 2016.
DICK, P. K. **Philip K. Dick**: Four Novels of the 1960s. New York: Library of America, 1993.
ELIOT, T.S. **The Complete Poems and Plays**: 1909-1950. San Diego: Harcourt Brace, 1971.
ELLISON, R. **Invisible Man**. 2.ed. New York: Vintage, 1995.
FAULKNER, W. **Collected Stories of William Faulkner**. New York: Vintage, 1995.
FITZGERALD, F. S. **The Great Gatsby**. New York: Scribner, 2004.
FROST, R. **The Poetry of Robert Frost**: The Collected Poems. New York: Holt Paperbacks, 2002.
GIBSON, W. **Neuromancer**. New York: Ace, 1984.
HELLER, J. **Catch 22**. New York: Simon & Schuster, 2010.
HEMINGWAY, E. **Ernest Hemingway**: Four Novels. New York: Barnes & Noble, 2011.
HUGHES, L. **The Novels**: Not Without Laughter and Tambourines to Glory. Columbia: University of Missouri Press, 2001.
HURSTON, Z.N. **Their Eyes Were Watching God**. New York: Harper Perennial, 2006.
KEROUAC, J. **On the Road**. London: Penguin,1999.
LEVINE, S. **Dra-**. Portland: Verse Chorus Press, 2011.
LOVECRAFT, H. P. **The Complete Fiction of H. P. Lovecraft**. Edison: Chartwell Books, 2016.

MILLER, A. **Death of a Salesman**. London: Penguin, 1976.
MORRISON, T. **Beloved**. New York: Vintage, 2004.
O'NEILL, E. **Mourning Becomes Electra**. London: Nick Hern Books, 1992.
ORWELL, G. **Animal Farm & 1984**. San Diego: Houghton Mifflin Harcourt, 2003.
PLATH, S. **The Collected Poems**. New York: Harper Perennial, 2008.
PYNTCHON, T. **The Crying of Lot 49**. New York: Harper Perennial, 2006.
STEINBECK, J. **The Grapes of Wrath**. London: Penguin, 2006.
WALKER, A. **The Color Purple**. Orlando: Mariner Books, 2003.
WELTY, E. **The Collected Stories of Eudora Welty**. San Diego: Harcourt Brace, 1982.
WILLIAMS, Tennessee. A Streetcar Named Desire. New York: New Directions Paperbook, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Trabalho de Conclusão de Curso I

EMENTA: Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Análise dos dados tratados com base na fundamentação teórica expandida. Redação do trabalho final, sob orientação. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2003.

GALLIANO, A. G. **O método científico** - Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 1980.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978. SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

DISCIPLINA: Linguística Aplicada V: materiais didáticos em língua inglesa	Novo	disciplina	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Propiciar condições para que os aprendizes, futuros professores, possam ser capazes de reconhecer as teorias presentes nos materiais didáticos (MDs), tendo assim condições de elaborar questionários de análise e necessidades; adaptar quaisquer materiais didáticos de acordo com as especificidades subjacentes dos contextos educacionais nos quais esses recursos são utilizados; elaborar MDs, utilizando diversos instrumentos pedagógicos; avaliar MDs produzidos por editoras comercias e também livros didáticos ofertados por órgãos governamentais e compreender sobre a utilização de recursos tecnológicos em todas as fases do processo de produção e avaliação de materiais didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALLWRIGHT, R. L. What do we want teaching materials for? **ELT Journal**, v.36; 1, October, p. 5-17, 1981.

ALVERMANN, D. The Role of Textbooks in Teachers' Interactive Decision Making. **Reading Research and Instruction**, v.26, n.2, p. 115-127, 1987.

BOSOMPEM, E. G. Materials Adaptation in Ghana: Teacher's Attitudes and Practices. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 104-120.

DIAS, R. Critérios para a avaliação do livro didático de língua estrangeira no contexto do segundo ciclo de ensino fundamental. In: DIAS, R; CRISTOVAO, V. L. L. **O livro didático de Língua Estrangeira**: Múltiplas Perspectivas. Mercado de Letras: Campinas, 2009.

GRAVES, K. State-of-the-Art Article. The Language Curriculum: A Social Contextual Perspective. **Language Teaching**, vol. 41:2, pp. 149-183, 2008.

GRAVES, K. Designing Language Courses: A Guide for Teachers. Boston: Heinle & Heinle, 2000.

GRAVES, K. **Teachers as Course Developers**. Melbourne: Cambridge Language Education, 1996.

HADLEY, G. Global Textbooks in Local Contexts: An Empirical Investigation of Effectiveness. In: HARWOOD, N. (Ed). **English Language Teaching Textbooks**: Content, Consumption, Production. London: Palgrave Macmillan, 2014, p. 205-238.

LÓPEZ BARRIOS, M., & VVILLANUEVA DE DEBAT, E. Global vs. local: Does it matter? In: GARTON, S.; GRAVES, K. (Eds.). **International perspectives on materials in ELT**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 37-52

LUCAS P. D. O. **Os materiais didáticos de inglês como língua estrangeira (LE) na prática de professores da escola pública**: Um convite à formação reflexiva ou à perpetuação do ensino prescritivo? Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil, 2016.

LUCAS, P. D. O.; GRAVES, K.; AUGUSTO-NAVARRO, E. H. Using the past to build the future: How teachers' conceptions of materials in their practice can (re)shape teacher preparation. In: LUCAS, P.; RODRIGUEZ, R. (Eds.) **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada)**: Questões empíricas, éticas e práticas. Vol 2. Campinas, SP, Brazil: Pontes Editores, 2017. p. 13-36

HARWOOD, N. **English Language Teaching Textbooks. Content, Consumption, Production.** London: Palgrave Macmillan, 2014.

MAJTHOOB, S. A. Adapting Materials to Meet the Literacy Needs of Young Bahraini Learners. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 53-68

MASUHARA, H. What do teachers really want from course books. In: TOMLINSON, B. **Materials Development in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 239-260

TOMLINSON, B. State-of-the-Art Article. **Materials development for language learning and teaching.** v.45, n.2, 2012, Cambridge: Cambridge University Press. p.143-179.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOTON, J. M. **O processo de escolha do livro didático por professores: a evolução do PNLD e seus efeitos no ensino de ciências.** Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Centro de Educação em Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, 2014.

CUNNINGSWORTH, A. **Choosing your textbook.** Oxford: Heinemann, 1995. CUNNINGSWORTH, A. **Evaluating and selecting EFL teaching materials.** Oxford: Heinemann, 1984.

GRAVES, K. Syllabus and Curriculum Design for Second Language Teaching. In: CELCE-MURCIA, M; BRINTON, D; ANN SNOW, M. **Teaching English as a Second or Foreign Language**, Boston: Heinle & Heinle, 2014. p.46-62.

HINKEL, E. Effective Curriculum for Teaching L2 Writing: Principles and Techniques. London: Routledge, 2015.

HUTCHINSON, E. G. **What do teachers and learners actually do with textbooks? Teacher and learner use of a fisheries-based ELT textbook in the Philippines.** Thesis. The Department of Linguistics and Modern English Language, Lancaster University, United Kingdom, 1996.

LUCAS, P. O. Os Interesses/Necessidades (NÃO) revelados no material didático de ensino: reconhecer ou não as fantasias dos aprendizes de Inglês como LE no planejamento de um curso de Línguas? **Versão Beta**: sob o signo da palavra, São Carlos, v. 68, 2012.

MAGNO E SILVA, W. Livros Didáticos: Fomentadores ou Inibidores da Autonomização? In: DIAS, R; CRISTOVAO, V. L. L. **O livro didático de Língua Estrangeira**: Múltiplas Perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TOLENTINO NETO, L. C. B. **O Processo de Escolha do Livro Didático de Ciências por Professores de 1a a 4a séries.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DMTE – Departamento e Métodos de Ensino**
DISCIPLINA: Estágio Obrigatório III	**DMT0060**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
0.0.8	120h		Estágio Obrigatório II
EMENTA: Projeto de Estágio. de Regência (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e da Educação Não-Escolar.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, Ë. **Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências?** 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. QUELUZ, A, G. (ORIENT); ALONSO, M(ORG.). **O trabalho docente: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1999. TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998			

8º PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso III	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Trabalho de Conclusão de Curso II
EMENTA: Redação do trabalho final, sob orientação. Apresentação do trabalho para a banca de avaliação.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2003. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1982.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980. GALLIANO, A. G. **O método científico** - Teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986. RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1978. SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**DMTE – Departamento e Métodos de Ensino**
DISCIPLINA: Estágio Obrigatório IV	---	---	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
0.0.8	120h		Estágio Obrigatório III
EMENTA: Projeto de Estágio. Estágio de Regência em Ensino Médio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, Ë. **Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências?** 2ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. QUELUZ, A, G. (ORIENT); ALONSO, M(ORG.). **O trabalho docente**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999. TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Literaturas	---	---	

Anglófonas no Mundo		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo geral das produções literárias, autores, movimentos literários, teorias, crítica, história e culturas anglófonas fora do eixo Estados Unidos - Reino Unido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENSON, Eugene; CONOLLY, L.W. (Org) **Encyclopedia of Post-Colonial Literatures in English**. Hoboken: Routledge, 2004.

BHABHA, Homi. **Nations and Narrations**. London: Routledge, 1990.

CHRISTENBERRY, H. Faye et al. **Literary Research**: Postcolonial Literatures in English. Lanham: Scarecrow Press, 2012.

HALL, Stuart. Culture, Community, Nation. In: BOSWELL, David; EVANS, Jessica. (Org) **Representing the Nation**: A Reader. London/New York: The Open University Press, 1999. p.33-44.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org) **The Invention Of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LAWSON, Alan et al. **Post-Colonial Literature in English**: General, Theoretical, and Comparative (1970-1993). Boston: G K Hall & Co.,1997

SCHULZE-ENGLE, Frank; HELFF, Sissy. **Transcultural English Studies**: Theories, Fictions, Realities. Amsterdam: Edition Rodopi, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALTER, Stephen; DISSANAYAKE, Wimal. (Org) **The Penguin Book of Modern Indian Short Stories**. New Deli: Penguin India, 1989.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso, 1991

BROWN, Donna; BENNETT, Russell M. **An Anthology of Canadian Literature in English**. Oxford: Oxford University Press**,** 2010.

CARRUTHERS, Gerard. **Scottish Literature**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009.

DHARWADKER, Vinay; RAMANUJAN, A.K. (Org) **The Oxford Anthology of Modern Indian Poetry**. New Deli: Oxford University Press,, 1994.

DRIESEN, Cynthia Van Den. **Centering on the Margins**: Perspectives in Literatures in English From India, Australia and Africa. New York: Prestige Publications, 1996.

EZEKIEL, Nissim; MUKHERJEE, Meenakshi. (Org) **Another India**: An Anthology of Contemporary Indian Fiction and Poetry. New Deli: Penguin India, 1989.

FIGUEROA, John J. **An Anthology of African and Caribbean Writing in English**. London: Heinemann, 1982.

GIKANDI, Simon; MWANGI, Evan. **The Columbia Guide to East African Literature in English Since 1945**. New York: Columbia University Press, 2007.

HOWES, Barbara. **From the Green Antilles**: Writings of the Caribbean. London: Souvenir Press, 1967.

IRELE, F. Abiola; GIKANDI, Simon. **The Cambridge History of African and Caribbean Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LEVER, Richard; WIELAND, James; FINDLAY, Scott. **Post-Colonial Literatures in English**: Australia, 1970-1992. Boston: G. K. Hall, 1996.

LIVINGSTON, James T. **Caribbean Rhythms**: The Emerging English Literature of the West Indies. New York: Washington Square Press, 1974.

OLANIYAN, Tejumola; Quayson, Ato. (Org) **African Literature**: An Anthology of Criticism and Theory. Hobokan: Wiley-Blackwell, 2007.

PAREKH, Pushpa Naidu; JAGNE, Siga Fatima**. Postcolonial African Writers**: A Bio-Bibliographical Critical Sourcebook. Hoboken: Routledge, 2014.

REGAN, Stephen. **Irish writing**: An Anthology of Irish Literature in English 1789-1939. Oxford: Oxford University Press**,** 2008.

ROSCOE, Adrian. **The Columbia Guide to Central African Literature in English Since 1945**. New York: Columbia University Press, 2007.

RUSHDIE, Salman; WEST, Elizabeth. (Org) **The Vintage Book of Indian Writing**. London: Vintage, 1997.

THARU, Susie; LALITA, K. (Org) **Women Writing in India**. New Deli: Oxford University Press, 1995. 2 vols

WATSON, Roderick. **The Literature of Scotland**. London: Palgrave Macmillan, 2007. Vol 1 e 2.

6.2 Disciplinas Optativas do Curso de Licenciatura em Letras - Inglês

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Fonética e Fonologia da Língua Inglesa II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Fonética e Fonologia da Língua Inglesa I

EMENTA: Aprofundamento dos estudos dos aspectos fonéticos e fonológicos segmentais da língua inglesa. Estudos dos aspectos fonéticos e fonológicos suprassegmentais da língua inglesa. Desenvolvimento da competência oral em língua inglesa por meio do estudo e prática da fonologia suprassegmental da língua. Atividades de transcrição de textos autênticos em língua inglesa. Reflexões sobre a prática pedagógica da pronúncia da língua inglesa no ensino fundamental e médio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CRYSTAL, D. A **Dictionary of Linguistics and Phonetics**. Willey-Blackwell, Ed. 6. 2011. GILBERT, J. B. **Clear Speech**: pronunciation and listening comprehension in North American English. Cambridge/New York: CUP, 6th edition, 2017. HANCOCK, M. **English Pronunciation in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2nd. Edition, 2012. ROACH, P. **English Phonetics and Phonology**: A practical course. Cambridge: Cambridge University Press, 4th Edition, 2009. UNDERHILL, A. **Sound Foundations**: Learning and Teaching Pronunciation. New York: Macmillan, 2005.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BROWN, A. **Pronunciation and Phonetics**: A Practical Guide for English Language Teachers (ESL & Applied Linguistics Professional Series). Routledge Ed., 2014. CELCE-MURCIA, M.; BRINTON, D.; GOODWIN, J.M. **Teaching Pronunciation**: A Couse Book and Reference Guide. Cambridge University Press, 2nd. Edition. 2010. FLEMING, C.A. **It's the Way You Say It**: Becoming articulate: well-spoken, and clear. iUniverse, 2010. PENNINGTON, M.C.; ROGERSON-REVELL, P. **English Pronunciation Teaching and Research**: Contemporary Researches. Palgrave Macmillan, 2018. ROGERSON-REVELL, P. **English Phonology and Pronunciation Teaching**. Continuum, 2011. UNDERHILL, A. **Sound Foundations**: Learning and teaching pronunciation. MacMillan Education, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa VI	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa V
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário			

superior e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 3**: Perfecting Paragraphs. 5ed. London: Longman, 2016. LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 4**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. _____. **American English File 4**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. _____. **American English File 4**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio] MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English. 4.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ENGELHARDT, Diane. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Reading and Comprehension. New York: McGraw-Hill Education, 2013. **Longman Dictionary of American English**. 5.ed. London: Longman, 2014. REDMAN, Stuart; ZWIER, Lawrence J. **Vocabulary in Use**: Intermediate - Student's Book. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Grammar for ESL Learners. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa VII	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa V
EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível intermediário superior e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 3**: Perfecting Paragraphs. 5ed. London: Longman, 2016. LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 4**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. _____. **American English File 4**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.			

_____. **American English File 4**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English. 4.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENGELHARDT, Diane. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Reading and Comprehension. New York: McGraw-Hill Education, 2013.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

REDMAN, Stuart; ZWIER, Lawrence J. **Vocabulary in Use**: Intermediate - Student's Book. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Grammar for ESL Learners. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Inglesa VIII	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa V

EMENTA: Ensino de língua inglesa para fins comunicacionais diversos em nível avançado e de seus elementos formais associados à autorreflexão teórico-prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BLANCHARD, Karen; ROOT, Christine. **Ready to Write 3**: Perfecting Paragraphs. 5ed. London: Longman, 2016.

LATHAM-KOENING, C.; OXENDEN, C.; SELIGSON, P. **American English File 5**: Student's Book. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 5**: Workbook. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020.

_____. **American English File 5**: Class Audio CDs. 3ed. New York: Oxford University Press, 2020. [CDs de áudio]

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**: A Self-Study Reference and Practice Book for Intermediate Students of English. 4.Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ENGELHARDT, Diane. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Reading and Comprehension. New York: McGraw-Hill Education, 2013.

Longman Dictionary of American English. 5.ed. London: Longman, 2014.

REDMAN, Stuart; ZWIER, Lawrence J. **Vocabulary in Use**: Intermediate - Student's Book. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TORRES-GOUZERH, Robin. **Practice Makes Perfect**: Intermediate English Grammar for ESL Learners. 2.ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Linguística II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística

EMENTA: A dinâmica das Línguas. Variação e mudança linguística. O papel da Gramática. Pragmática. Oralidade e escrita. Texto e discurso. Letramento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolingüística. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BORTONI-RICARDO. **Stella Maris**. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Contexto. 2014.

CARBONI, Florence. **Introdução à Linguística**. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.

CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

DEL RÉ, Alessandra. **Aquisição da Linguagem**: uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARCHUSCHI, Luís Antônio. **Da Fala para a Escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez. 2010.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto. 2008.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez Editora. 2011

MARTIN, Robert. **Para Entender a Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma Linguística Crítica**. Parábola Editorial. 2009.

ROSA, Maria Carlota. **Introdução à (Bio)Linguística**: Linguagem e mente. São Paulo: Contexto. 2010.

YULE, George. **The Study of Language**. 4th Ed. Glasgow: Cambridge University Press. 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

DISCIPLINA: Estudos Culturais	Novo	disciplina	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		História da Língua Inglesa

EMENTA: Estudo reflexivo sobre a diversidade de identidades culturais presentes nos países falantes de língua inglesa e seus reflexos no idioma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTONY, Shinie et al. **Indian English**: Language & Culture. Melbourne: Lonely Planet, 2008.

ARTHUR, Paul Longley. **Migrant Nation**: Australian Culture, Society and Identity, London: Anthem Press, 2017.

CROWTHER; Jonathan. **Oxford Guide to British and American Culture**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2005.

CUNLIFFE, Dan; BRIGGS, Asa. **The Penguin Illustrated History of Britain and Ireland**: From Earliest Times to the Present Day. London: Penguin Books, 2004.

FOX, Kate. **Watching the English**: The Hidden Rules of English Behavior. Boston: Nicholas Brealey, 2014.

HAY, Jennifer; MACLAGAN, Margaret A.; GORDON, Elizabeth. **New Zealand English**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2008.

KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil L. **World Englishes in Asian Contexts**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006.

KIRKPATRICK, Andy. (Org) **The Routledge Handbook of World Englishes**. London: Routledge, 2010.

MCDOWALL, David. **An Illustrated History of Britain**. London: Longman, 1989.

MORTON, Desmond. **A Short History of Canada**. 7.ed. Toronto: McClelland & Stewart, 2017.

O'CALLAGHAN, Brian. **An Illustrated History of the USA**. London: Longman, 1990.

RICKFORD, John Russell. **Spoken Soul**: The Story of Black English. Hoboken: Wiley, 2000.

SHAW, Jenny. **Everyday Life in the Early English Caribbean**: Irish, Africans, and the Construction of Difference. Georgia: University of Georgia Press, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENDON, Piers. **The Decline and Fall of the British Empire, 1781-1997**. New York: Vintage, 2010

CHRISTOPHER, David P. **British Culture**: An Introduction. 3.ed. London: Routledge, 2015.

DATESMAN, Maryanne; CRANDALL, Joann; KEARNY, Edward N. **American Ways**: An Introduction to American Culture. 4.ed. Hoboken: Pearson Education ESL/Longman, 2014.

HIGGINS, Michael; SMITH; Clarissa. **The Cambridge Companion to Modern British Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVINE, Lawrence W. **Black Culture and Black Consciousness**: Afro-American Folk Thought from Slavery to Freedom. 30.ed. New York: Oxford University Press, 2007.

OWUSU, Kwesi. **Black British Culture and Society**: A Text Reader. London: Routledge,1999.

PATTON, Sharon F. **African-American Art**. New York: Oxford University Press, 1998.

PONTISSO, Robert. **Canadian Oxford Dictionary of Current English**. New York: Oxford University Press, 2005.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. **From #BlackLivesMatter to Black Liberation**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Crítica Literária	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo das principais correntes da crítica literária, sua história e abordagens teóricas. Aplicação dessa linhas à leitura crítica de textos literários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENNETT, Andrew; ROYLE, Nicholas. **An Introduction to Literature, Criticism and Theory**. Londres: Routledge, 2016.

BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRESSLER, Charles E. **Literary Criticism**: An Introduction to Theory and Practice. 4ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.

DOBIE Ann B. **Theory into Practice**: An Introduction to Literary Criticism. Belmont: Wadsworth Publishing, 2014.

DURÃO, Fábio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Parábola, 2016.

EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. São Paulo: L&PM, 2017.

GILLESPIE, Tim. **Doing Literary Criticism**: The Cultivation of Thinkers in the Classroom. Portland: Stenhouse Publishers, 2010.

LEITCH, Vincent B. et al. (org) **The Norton Anthology of Theory and Criticism**. 3ed. Nova York: W. W. Norton & Company, 2018.

LEITCH, Vincent B. **Literary Criticism in the 21st Century**: Theory Renaissance. Londres: Bloomsbury Academic, 2014.

RALLO, Elizabeth Ravoux. **Métodos de crítica literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROONEY, Ellen. (org) **The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEATON, James. **Literary Criticism from Plato to Postmodernism**: The Humanistic Alternative. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

STEVENS, Anne H. **Literary Theory and Criticism**: An Introduction. Peterborough: Broadview Press, 2015.

SULLIVAN, Nikki. **A Critical Introduction to Queer Theory**. Nova York: NYU Press, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENNETT, Arnold. **Gosto literário**: como formar. Londres: Magnum Opus, 2015.

EAGLETON, Mary. (org) **Feminist Literary Theory**: A Reader. 3ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. (orgs) **Feminist Literary Theory and Criticism**: A Norton Reader. Nova York: W. W. Norton & Company, 2007.

GO, Julian. **Postcolonial Thought and Social Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GOULIMARI, Pelagia. **Literary Criticism and Theory**: From Plato to Postcolonialism. Londres: Routledge, 2014.

HALL, Donald E.; JAGOSE, Annamarie. (orgs) **The Routledge Queer Studies Reader**. Londres: Routledge, 2012.

LEWIS, C. S. **Um experimento na crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2009.

MORLAND, Iain et al. **Queer Theory**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

PLAIN, Gill; SELLERS, Susan. (orgs) **A History of Feminist Literary Criticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILCHINS, Riki. **Queer Theory, Gender Theory**. Bronx: Riverdale Avenue Books, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Estudos de Tradução	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Língua Inglesa V

EMENTA: Panorama histórico da tradução e das teorias de tradução. Estudo diacrônico e sincrônico da atividade tradutória. Concepções de tradução. Questões integrantes da prática tradutória. Papel do tradutor e da tradução no mercado, no mundo e no ensino de línguas. Prática de tradução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução**: a teoria na prática. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

AUBERT, Francis Henrik. **As (in)fidelidades da tradução**: servidões e autonomia do tradutor. 2. ed. Campinas: EdUnicamp, 1994.

AUBERT, Francis Henrik. **Tipologia e procedimentos da tradução juramentada**: Vol. 1 – Teoria, legislação, modelos e exercícios práticos. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia – CITRAT-FFLCH-USP, 1998.

AUBERT, Francis Henrik. **Tipologia e procedimentos da tradução juramentada**: Vol. 2 – Tradução e Comentários aos Exercícios Práticos. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia – CITRAT-FFLCH-USP, 1998.

CRYSTAL, David (Org.). **The Cambridge encyclopedia of the English language**. Cambridge: CUP, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTAS, Luiz Mendes. **Dicionário de termos técnicos inglês-português**. 6. ed. São Paulo: Traço, 2001.

AZENHA JUNIOR, João. **Tradução técnica e condicionantes culturais**: primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999.

BIGUENET, J. SCHULTE, R. (Ed.) **Theories of Translation** : An Anthology of Essays from Dryden to Derrida. University of Chicago Press, 2012.

BOUSCAREN, Christian; DAVOUST, André. **O inglês que você pensa que sabe, ou da necessidade de desconfiar.** Tradução e adaptação: Sady M. Monteiro. Revisão Técnica: Paulo Rónai. Rio de Janeiro: EDUCOM, 1977. (Pingos nos II, 4).

GENTZLER, Edwin. **Contemporary translation theories**. Nova York: Routledge, 2nd. ed. 2001.

GREGORIM, Clóvis Osvaldo; NASH, Mark G. **Michaelis**: dicionário de phrasal verbs inglês-português. São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MASCHERPE, Mário; ZAMARIN, Laura. **A tradução do inglês para o português**: os falsos cognatos. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

MILTON, John. **O poder da tradução**. São Paulo: Ars Poética, 1993.

MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

MOURA, Agenor Soares de. **À margem das traduções**. Apresentação: Paulo Rónai. Org.: Ivo Barroso. São Paulo: Arx, 2003.

MUNDAY, J. **Introducing Translation Studies**: Theories and Applications. Routledge, 4th Edition, 2016.

OLOHAN, M. **Scientific and Technical Translation**. Routledge, 2015.

PAES, José Paulo. **Tradução**: a ponte necessária. São Paulo: Ática, 1990.

ROBINSON, Douglas. **Becoming a translator**: an accelerated course. Nova York: Routledge, 1998.

RÓNAI, Paulo. **A tradução vivida**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. **Escola de tradutores**. 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; INL, 1987.

SANTOS, Agenor Soares dos. **Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

SANTOS, Agenor Soares dos. **Guia prático de tradução inglesa**: como evitar as armadilhas das falsas semelhanças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TAVARES, Ildásio. **A arte de traduzir**. Salvador: Casa de Jorge Amado, 1994. (Casa de Palavras, 15).

THEODOR, Erwin. **Tradução**: ofício e arte. 3. ed., rev. São Paulo: Cultrix, 1976.

SNELL-HORNBY, Mary. **Estudios de traducción**: hacia una perspectiva integradora. Tradução: Ana Sofía Ramirez. Salamanca: Almar, 1999. (Biblioteca de Traducción, 4)

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Ficção Especulativa	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo da origem e evolução do gênero, suas obras, autores e influência na cultura contemporânea. Estudo das correntes e teorias ligadas à ficção especulativa. Análise literária de obras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

BERNARDINI, A. F.; NEKLIÚDOV, S. I. (org) **A estrutura do conto de magia**: ensaios sobre mito e conto de magia. Florianópolis: EdUFSC, 2015.

PROPP, V. I. **Morfologia do conto maravilhoso**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

VOGLER, C. **A jornada do escritor**: estrutura mítica para escritores. São Paulo: Aleph, 2015.

TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FREUD, S. **Essais de psychanalyse appliquée**. Paris: Gallimard, 1933.

_____. **Gesammelte Werke**. T. XIII. Londres: Imago, 1940.

_____. **O Mot d'esprit dans é relations avec l'inconscient**. Paris: Gallimard, 1953.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. Lisboa: Edições 70, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TOLKIEN, J. R. R. **O hobbit**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O senhor dos anéis**: a sociedades do anel. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O senhor dos anéis**: as duas torres. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O senhor dos anéis**: o retorno do rei. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. **O Silmarilion:**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Ensino de línguas mediado por tecnologias	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Letramento digital. Hipertexto. Leitura e escrita em ambiente digital. Nativos e Imigrantes digitais. Interação e interatividade em ambiente digital. Aprendizagem mediada por computador (CALL). Aprendizagem baseada em Tarefas. Gamificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, J; PINHEIRO, R. C. **Letramento digital**: história, concepção e pesquisa. In: Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens Teóricas e Metodológicas. Pontes. 2014. p. 293-320.

CHAMBERS, A. & BAX, S. **Making CALL work**: Towards normalization. New York, System. vol 34: 465–479. May, 2006.

COSCARELLI, C. V. **O uso da informática como instrumento de ensino-aprendizagem**. Belo Horizonte: Presença Pedagógica. 1998. mar/abr. p.36-45.

COSCARELLI, C. V. (org.) **Tecnologias para aprender**. São Paulo: Parábola. 2016.

GEE, J. P. **What videogames have to teach us about learning and literacy**. New York: Pelgrave Macmillan, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum. 1986.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

KLEIMAN, A, B. **Preciso "ensinar" o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Cefiel/IEL/Unicamp/MEC. 2010.

LÉVY, Pierre. A Revolução contemporânea em matéria de comunicação. **Revista FAMECOS**: Porto Alegre. No. 9. p.37-49. 1998.

OLIVEIRA, F. I. S & RODRIGUES, S. T. Affordances: as relações entre agente e ambiente. **Ciências e Cognição**. v. 09. p. 120-130, 2006.

RIBEIRO, A. E. **Textos Multimodais**: leitura e produção. São Paulo: Parábola. 2016.

SANDHOLTZ, J. H., RINGSTAFF, C; DWAYER, D. **Ensinando com tecnologia**: Criando salas de aula centradas nos alunos. Porto Alegre: Artmed, 1997.

VERASZTO, E. V; SILVA, D. MIRANDA, N. A; SIMON, F. O. **Tecnologia**: Buscando uma definição para o conceito. Prisma. Com. No. 7. p. 60-85.

ZHANG, J. & PATEL, V. L. Distributed cognition, representation, and affordance. **Pragmatics & Cognition**, v. 14, n. 2. p. 333-341, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Tradução Intersemiótica	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística

EMENTA: Estudos formalistas vs. Estudos culturalistas da tradução. Tradução e fidelidade. Tradução e criação. O status do tradutor. Semiótica Peirceana. Teoria dos Polissistemas. O cinema e a tradução literária. Análise de traduções fílmicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRUZ, D. T. **Postmodern Meta-narratives**: literature in the age of image. Scott's Blade Runner and Pulg's novel. Buffalo, EUA. Universidade de Nova York, Tese de Doutoramento. 1997.

DINIZ, T. F. N. **Tradução intersemiótica**: do texto para a tela. Cadernos de Tradução, número 3, 1998. P. 313-338.

PLAZA, j. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

NOTH, Winfried. **A Semiótica no Século XX**. São Paulo: Annablume. 1996.

SANTAELLA. Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, S. F. **A tradução intersemiótica do romance The Hours de Michael Cunningham para o cinema**. In: CARVALHAL, T; RABELLO, L. S; FERREIRA. F. C. Transcriações: teorias e práticas. Porto Alegre. Evengraf, 2004.

BALOGH, A. M. **Conjunções, disjunções e transmutações**. São Paoulo, Ana Blume, 1996.

CATTRYSSE, P. **Film (adaptation) as translation**: some methodological proposals. Target n. 4:1, 1992. p. 53-70;

_____. **Pour une theorie de l'adaptation filmique**: Le filme noir américain. Bema, Mater Lang, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

DISCIPLINA: Literatura e outros sistemas semióticos	Novo	disciplina	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo das relações entre a literatura e outras artes, seus suportes, os modos de interação entre essas linguagens, seus processos de decodificação e ressonâncias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, A. J. **Laokoon revisitado**: relações homológicas entre texto e imagem. São Paulo: Edusp, 1994.

OLIVEIRA, S. R. et al. **Literatura e música**. São Paulo: SENAC, s.d.

OLIVEIRA, V. S. **Poesia e pintura**: um diálogo em três dimensões. São Paulo: UNESP, 1999.

PLAZA, J. **Tradução intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PRAZ, M. **Literatura e artes visuais**. São Paulo: Cultrix, 1982.

STAM, R.; RAENGO, A. (Org.) **Literature and Film**: A Guide to the Theory and Practice of film Adaptation. Oxford: Blackwell, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COUTINHO, E.; CARVALHAL, T. (Org.) **Literatura comparada**: texto fundadores. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FRANCASTEL, P. **A realidade figurativa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Perspectiva, 1982.

OLIVEIRA, S. R. **Literatura e música**: modulações pós-coloniais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1999.

SILVA, I. A. **Figuratização e metamorfose**: o mito de Narciso. São Paulo: UNESP, 1995.

TATIT, L. **Semiótica da canção**: melodia e letra. São Paulo: Escrita, 1994.

ELLIOT, K. **Rethinking the Novel/Film Debate**. Cambridge: Cambridge, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Seminário de Estudos Tradutológicos	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		História da Língua Inglesa

EMENTA: Temas de estudos tradutológicos, quais sejam: definição de objeto; armadilhas da tradução; limites da tradução; usos e abusos da tradução; falácias, e o desafio da tradução literária. Reflexões sobre as teorias mais atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução**: a teoria na prática. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

AUBERT, Francis Henrik. **As (in)fidelidades da tradução**: servidões e autonomia do tradutor. 2. ed. Campinas: EdUnicamp, 1993.

_____. **Tipologia e procedimentos da tradução juramentada**: Vol. 1 – Teoria, legislação, modelos e exercícios práticos. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT), FFLCH-USP, 1998.

_____. **Tipologia e procedimentos da tradução juramentada**: Vol. 2 – tradução e comentários aos exercícios práticos. São Paulo: Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT), FFLCH-USP, 1998.

BAKER, Mona; SALDANHA, Gabriela. **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2009.

CRYSTAL, David (Org.) et al. **The Cambridge Encyclopedia of the English Language**. Cambridge: CUP, 2001.

HATIM, Basil; MUNDAY, Jeremy. **Translation**: An Advanced Resource Book. Oxon; Nova York: Routledge, 2004.

NORD, Christiane. **Análise textual em tradução**: Bases teóricas, métodos e aplicação didática

SANTOS, Agenor Soares dos. **Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

_____. **Guia prático de tradução inglesa**: como evitar as armadilhas das falsas semelhanças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VENUTTI, Lawrence; BAKER, Mona (Orgs.). **The Translation Studies Reader**. Londres; Nova York: Routledge, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTAS, Luiz Mendes. **Dicionário de termos técnicos inglês-português**. 6. ed. São Paulo: Traço, [s.d.].

AZENHA JUNIOR, João. **Tradução técnica e condicionantes culturais**: primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 1999.

BOUSCAREN, Christian; DAVOUST, André. **O inglês que você pensa que sabe, ou da necessidade de desconfiar**. Tradução e adaptação: Sady M. Monteiro. Revisão Técnica: Paulo Rónai. Rio de Janeiro: EDUCOM, 1977. (Pingos nos II, 4).

BRIANS, Paul. **Common Errors in English Usage**. 3. ed., rev. e ampl. Portland: William, James & Co., 2013. Disponível em: <http://www.wsu.edu/~brians/errors/>.

GENTZLER, Edwin. **Contemporary translation theories**. Nova York; London: Routledge, 1993.
GREGORIM, Clóvis Osvaldo; NASH, Mark G. **Michaelis**: dicionário de phrasal verbs inglês-português. São Paulo: Melhoramentos, 2003.
JACOBS, Michael A. **Como não aprender inglês**, volume I: erros comuns do aluno brasileiro. Um livro prático e estimulante para melhorar seu inglês. São Paulo: M.A. Jacobs, 1999.
_____. **Como não aprender inglês**: erros comuns do aluno brasileiro, volume II. São Paulo: M.A.J. Livros, 2001.
LANDO, Isa Mara. **Vocabulando**: vocabulário prático inglês-português. São Paulo: DISAL, 2006.
_____. **Vocabulando workbook**: exercícios de tradução e versão inglês-português / português-Inglês. Barueri: DISAL, 2008.
MAILLOT, Jean. **A tradução científica e técnica**. Trad. Paulo Rónai. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil; Brasília: EdUnB, 1975.
MASCHERPE, Mário; ZAMARIN, Laura. **A tradução do inglês para o português**: os falsos cognatos. São Paulo: Difel, 1968.
MILTON, John. **O poder da tradução**. São Paulo: Ars Poetica, 1993.
MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.
MOURA, Agenor Soares de; BARROSO, Ivo (Org.). **À margem das traduções**. Apresentação: Paulo Rónai. São Paulo: Arx, 2003.
PAES, José Paulo. **Tradução**: a ponte necessária. São Paulo: Ática, 1990.
PORTINHO, Waldivia Marchiori (Org.) et al. **A tradução técnica e seus problemas**. São Paulo: Álamo, 1984.
RICARDO, José. **Enciclopédia da língua inglesa**, Vol. I (baseado em Inglês curioso e divertido). Rio de Janeiro: CESLI, 2000.
_____. **Enciclopédia da língua inglesa**, Vol. II (baseado em Inglês curioso e divertido). Rio de Janeiro: CESLI, 2000.
ROBINSON, Douglas. **Becoming a Translator**: An Accelerated Course. Nova York; Londres: Routledge, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Dramaturgia Moderna e Contemporânea em Língua Inglesa	**Novo**	**disciplina**	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo intensivo de obras da dramaturgia anglófona da primeira metade do século XX até os dias atuais. Análise de aspectos culturais refletidos nas obras estudadas. Principais autores: Samuel Beckett, Tom Stoppard, Harold Pinter, Bernard Shaw, Edward Albee, Tenessee Williams, David Mamet, David Ives, Anton Checkhov e Henrik Ibsen.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBEE, Edward. **Who's afraid of Virginia Woolf?** New York: NAL Trade, 2006.

BECKETT, Samuel. **Waiting for Godot**. New York: Grove Press, 2009.

CHECKHOV, Anton. **Five plays**. Oxford: OUP, 1998.

FRANKLIN, Wayne et al. **The Norton anthology of American literature**, vol. 1. New York: W.W. Norton & Co., 2007.

IBSEN, Henrik. **Ibsen's selected plays**. New York: W.W. Norton & Co, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IVES, David. **All in the timing**: pourteen plays. New York: Vintage, 1994.

MAMET, David. **November**. New York: Vintage, 2008.

PINTER, Harold. **The birthday party and the room**. New York: Grove Press, 1994

SHAW, Bernard. **Pygmalion**. London: Penguin Classics, 2003.

STOPPARD, Tom. **Rosencrantz and Guildenstern are dead**. New York: Grove Press, 1966.

_____. **The real inspector hound**. London: Samuel French, 1968.

WILLIAMS, Tenessee. **Cat on a hot tin roof**. New York: Signet, 1958.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	CÓDIGO	TIPO	CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras
DISCIPLINA: Escrita Criativa	Novo	disciplina	
Créditos:	Carga Horária:		Pré-requisito(s):
2.2.0	60h		---

EMENTA: Oficina teórico-prática de escrita literária em prosa para iniciantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELL, James Scott. **Plot & structure**: techniques and exercises for crafting a plot that grips readers from start to finish. 5ed. Cincinnati: Writer's Digest Books, 2004. 240p.

CARRERO, Raimundo. **A preparação do escritor**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **Os segredos da ficção**: um guia da arte de escrever narrativas. São Paulo: Agir, 2005.

COLLINS, Brandilyn. **Getting into character**: seven secrets a novelist can learn from actors. 2ed.

Coeur d'Alene: Challow Press, 2015. 240p.

DILLARD, Annie. **The writing life**. 1ed. Nova York: Harper Perennial, 2013. 111p.

KIEFER, Charles. Para ser escritor. São Paulo: Leya, 2010. KOCK, Stephen. **Oficina de escritores**: um manual da arte de ficção. Tradução de Marcelo Dias Almada. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOONTZ, Dean. **How to write bestselling fiction**. 1ed. Cincinnati: Writer's Digest Books, 1981. 309p.

LAMOTT, Anne. **Bird by bird**: some instructions on writing and life. 1ed. Nova York: Anchor, 1995. 272p.

OLIVEIRA, Nelson de. **A oficina do escritor**: **sobre ler, escrever e publicar. Cotia: Ateliê Editoral, 2008.**

REUTER, Ives. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

STRUNK Jr., William; White, E. B. **The elements of style**. 40ed. Washington: Grammar, Inc., 2016. 72p.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANA, Marie. **The writing life**: writers on how they think and work. 1ed. Nova York:

BRITO, José Domingos de. **Literatura e cinema**. Coleção Mistérios da Criação Literária. vol. 4. São Paulo: Novera, 2007.

CAMPOS, Flavio de. **Roteiro de cinema e televisão**: a arte e a técnica de imaginar, perceber e narrar uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KING, Stephen. **On writing**: a memoir of the craft. 10ed. Nova York: Pocket Books, 2010. 288p.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**: ou a polêmica em torno da ilusão. São Paulo: Ática, 2002.

MAASS, Donald. **Writing the breakout novel**: insider advice for taking your fiction to the next level. 1ed. Cincinnati: Writer's Digest Books, 2001. 256p.

MARCHIONI, Rubens. **Criatividade e redação**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2009.

PublicAffairs, 2003. 426p.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & Cia**. São Paulo: Ática, 2007.

STEIN, Sol. **Stein on writing**: a master editor of some of the most successful writers of our century shares his craft techniques and strategies. 1ed. Nova York: St. Martin's Griffin, 2000. 320p.

ZINSSER, William. **On writing well**: an informal guide to writing nonfiction. 30ed. Nova York: Harper Perennial, 2016. 336p

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

DISCIPLINA: Inglês Instrumental	Novo	disciplina	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		---

EMENTA: Desenvolvimento de estratégias de leitura para compreensão de textos acadêmico-científicos em língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAÚJO, A. D.; SAMPAIO, S. (Org). **Inglês Instrumental**: caminhos para a leitura. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2002.

GADELHA, I. M. B. **Inglês Instrumental**: leitura, conscientização e prática. Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2000.

SOUZA, A. G. F. et al. **Leitura em língua inglesa**: uma abordagem instrumental. 2ed. São Paulo: Disal, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HARDING, Keith. **English for Specific Purposes**. New York: Oxford University Press, 2007.

ANTHONY, Laurence. **Introducing English for Specific Purposes**. London: Routledge, 2018.

KIRKGÖZ, Yasemin; DIKILITAŞ, Kenan. **Key Issues in English for Specific Purposes in Higher Education**. New York: Springer, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Análise Literária Computacional	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo dos princípios da Linguística de Corpus; conceitos básicos. Treinamento em estatística preliminar. Valores atribuídos aos dados extrínsecos ao texto e os dados intrínsecos dele. Dados importantes para cada tipo de pesquisa. Treinamento com pesquisa de busca de autoria de textos apócrifos, de estudos comparatistas entre autores e/ou estilos de época, estudos sobre o estilo dos autores e estudos comparatistas entre a língua da literatura e a dos falantes comuns. Treinamento com os softwares Neolo, XFragment, Hyperbase e Lexico3. Análise de resultados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALUÍSIO, S. M. e ALMEIDA G. O que é e como se constrói um corpus? **Caleidoscópio**, Vol. 4, n. 3, p. 156-178, set./dez. 2006.

BRANDÃO, S. C. S. Atribuição de autoria: um problema antigo, novas ferramentas. **Texto Digital**, v. 2, p. 5, 2006.

_____. **Neolo**. Disponível em https://github.com/joshuacrogey/neolo . 2014.

_____. **A Necessidade faz a oportunidade**: Software Neolo. Texto Digital (UFSC), v. 13, p. 124-140, 2017.

_____. **Aspectos Introdutórios para uma Crítica Numérica da Literatura**. FronteiraZ, v. 18, p. 98-111, 2017.

FOSTER, D. **Author Unknown**: Tales of literary detection. New York: Henry Holt, 2000.

FROTA, W. N.; BRANDÃO, S. C. S. O digital nas humanidades: uma entrevista com Franco Moretti por Melissa Dinsman. **Texto Digital**, v. 12, p. 119-133, 2016.

_____. On the path to a methodology for the critique of digital literature. **Literary and Linguistic Computing**, Vol. 32, No 2, 225-233, 2017.

KENNY, A. **The Computation of Style**. New York: Pergamon Press. 1981.

MORETTI, F. (Org.). **O romance**, 1: a cultura do romance. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. A **Literatura vista de longe**. Tradução: Anselmo Pessoa Neto. Porto Alegre: Arquipélago, 2008.

_____. **Atlas do romance europeu 1800-1900**. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Graphs, Maps, Trees**: Abstract Models for a Literary History. Londres: Verso, 2007.

_____. **Modern Epic**: The World System from Goethe to García Márquez. Londres; Nova York: Verso, 1996.

_____. **O burguês**: entre a História e a Literatura. Tradução: Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

_____. **Signs Taken for Wonders**: On the Sociology of Literary Forms. Londres; Nova York: Verso, 2005. (Radical Thinkers, 7).

PAIVA, D. M.; BRANDÃO, S. C. S. Verificação estatística das características de estilos de época: simbolismo. In: FREITAS, Deise J. T.; DUARTE, Rafael Soares. (Org.). **Literaturas entre o digital e o analógico**. 1ed.Teresina: EDUPI, 2014.

PYLE, D. **Data Preparation for Data Mining**. San Francisco: Morgan Kaufmann Publisher. 1999.

RAMSAY, S. **Reading Machines**: Toward an Algorithmic Criticism. Urbana, Chicago, and Springfield: University of Illinois Press. 2011.

SANTOS, G. E. O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: http://www.calculoamostral.vai.la

THOMASSON, Amie L. The Ontology of Literary Works. In John Gibson and Noel Carrol, eds. **Routledge Companion to Philosophy of Literature**. London: Routledge, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CHARTIER, R. **Cultural History**: Between Practices and Representation. Ithaca: Cornell University Press, 1988. DRUMMOND, C. Replicability is not Reproducibility: Nor is it Good Science. **Proceedings of the Evaluation Methods for Machine Learning at the 26th ICML**, Montreal, Canada. http://cogprints.org/7691/7/, ICMLws09.pdf. 2009. IVANOVIC, C.; FRANK, A. U. Corpus-based Research in Computational Comparative Literature. In: MAMBRINI, F.; PASSAROTTI, M. e SPORLEDER, C. (Eds.). **Proceedings of the Workshop on Corpus-Based Research in the Humanities** (CRH). Warsaw, Poland, 2015. JOCKERS, Matthew J. **Macroanalysis**: Digital Methods and Literary History. Urbana; Chicago; Springfield: University of Illinois Press, 2013. LOVE, H. **Attributing authorship**: An introduction. Cambridge: Cambridge U. P., 2002. MARKIEVICZ, H. Theory and method in literary studies. **Organon**, 28–30: 161–70. 1999-2001. McCATHY, Philip M. MTLD, vocd-D, and HD-D: A validation study of sophisticated approaches to lexical diversity assessment. **Behavior Research Methods**. Vol. 42, n. 2, p. 381-392, 2010. MOORE, J. Philosophy of science, with especial consideration given to behaviorism as a philosophy of science of behavior. **The Psychological Review**, 60: 137–50. 2010. O'DONNELL, Bernard. **An analysis of prose study to determine authorship**. Paris: Mouton, 1970. PENG, R.; HENGARTNER, N. Quantitative analysis of literary styles. **The American Statician**. V.56, N 3, p. 175-185, 2001. TORRUELLA, J.; CAPSADA, R. Lexical Statistics and Tipological Structures: A Measure of Lexical Richness. **Procedia**, N. 95, p. 447-453, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Letramento Multimodal/Visual Crítico: teoria e prática	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística Aplicada II: multimodalidade, multiletramento e tecnologias
EMENTA: Concepções sobre o letramento multimodal/visual crítico. Ferramentas de acesso e prática do letramento multimodal/visual crítico: interações texto verbal e imagem, Gramática do Design Visual, modelos semióticos. Aplicações ao ensino de língua estrangeira.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

CALLOW, J. Show me: principles for assessing students' visual literacy. **The Reading Teacher**, v. 61, n. 8, p. 616-626, 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20204641?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 24 jan 2017.

CALLOW, J. **The shape of text to come**: how image and text work. Australia: PETAA, 2013.

KRESS, G; VAN LEEUWEN, T. **Reading images:** the grammar of visual design. 2nd ed. London: Routledge, [1996], 2006.

JONES, R. H. **Discourse analysis:** A resource book for students. New York: Routledge, 2012.

MARTINEC, R.; SALWAY, A. A system for image-text relations in new (and old) media. **Visual Communication**, v.4, 337- 371, 2005.

STREET, B. **Social Literacies:** Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and Education. New York: Routledge, 2013.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing social semiotics.** London: Routledge, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARNES, S. B. **An introduction to visual communication**: from cave art to second life. New York: Peter Lang, 2011.

CALLOW, J. **Literacy and the visual**: broadening our vision. In: English Teaching: Practice and Critique. 2005, p. 6-19.

CORACINI, M. J. R. F. Concepções de leitura na (pós) modernidade. In: LIMA, R. C. C. P. (Org.). **Leitura**: múltiplos olhares. Campinas, SP: Mercado de Letras; São João da Boa Vista, SP: Unifeob, 2005. p. 15-44.

FREY, N.; FISHER, D. (Ed). **Teaching visual literacy**: using comic books, graphic novels, anime, cartoons, and more to develop comprehension and thinking-skills. Califórnia: Corwin Press, 2008.

GOLDSTEIN, B. **Working with images**: a resource book for the language classroom. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

NEWFIELD, D. From visual literacy to critical visual literacy: An analysis of educational materials. In: **English Teaching: Practice and Critique**. Vol 10, N.1, 81-94, 2011.

SERAFINI, F. **Reading the visual**: an introduction to teaching multimodal literacy. London: Teachers College Press, 2014.

STREET, B. V. Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática aos novos estudos de letramento. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **Discursos e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2012. p. 69-92.

UNSWORTH, L.; THOMAS, A.(Ed.). **English teaching and new literacies pedagogy**: interpreting and authoring digital multimedia narratives. New York: Peter Lang, 2014. p. 23-38.

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE RESPONSÁVEL:

NOME	CÓDIGO	TIPO	
DISCIPLINA: Introdução à Linguística Sistêmico-Funcional	**Novo**	**disciplina**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística

EMENTA: Noções básicas da Linguística Sistêmico-Funcional. Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional. Aplicações da Gramática Sistêmico-Funcional no ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. **Language as social semiotic**: The social interpretation of language and meaning. Londres: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4th ed. London: Routledge, 2014.

LOCK, G. **Functional English Grammar**: An Introduction for Second Language Teachers (Cambridge Language Education). Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

THOMPSON, G. **Introducing Functional Grammar**. New York: Routledge, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DIAS, R.; VIAN JR., O. Análise de discurso multimodal sistêmico-funcional de livros didáticos de inglês do ensino médio da educação pública. **SIGNUM** [Londrina]: Estudos de Linguagem, v. 3, p. 176-212, 2017.

MARTIN, J.R. **English text**: system and structure. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992.

SCHLEPPEGRELL, M. J. **The Language of Schooling:** A Functional Linguistics Perspective. New Jersey: LEA, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	
DISCIPLINA: Jogos Pedagógicos no Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras	**Novo**	**disciplina**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Discussão sobre a importância dos jogos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs). Contribuições de estudos teóricos sobre o assunto. Produção de jogos pedagógicos para o ensino-aprendizagem de LEs em vários ambientes educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALPAR, M. The importance of games in teaching foreign languages to children. **Educational Research and Review**, v. 8 (15), pp.1247-1255, 2013.

BASSO, E. A. Adolescentes e a aprendizagem de uma língua estrangeira: características, percepções e estratégias. In: ROCHA, C. H. & BASSO, E. A. (Orgs). **Ensinar e aprender língua estrangeira nas diferentes idades**: reflexões para professores e formadores. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching**. 4. ed. New York: Longman, 2000.

CAMPOS, M. S. F.; DE OLIVEIRA, K. S.; BRAWERMAN-ALBIBI, A. The use of video games in the teaching-learning process of English as a Foreign Language. **ICBL– International Conference on Interactive Computer aided Blended Learning**, pp.218-223, 2013.

KAWACHI-FURLAN, C. J. **A música como recurso didático-pedagógico na aula de língua inglesa da rede pública de ensino**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, UNESP, 2008.

MEDINA, S. L. Using music to enhance second language acquisition: From theory to practice. In Lalas, J. & Lee, S. (Eds.) **Language, literacy, and academic development for English language learners**. Boston: Pearson Education Publishing. 2002.

MOITA LOPES, L. P. da. Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

MURPHEY, T. Music & Song. Oxford, England. Oxford University Press, 1992.

SILVA, S. L. B. A função do lúdico no ensino/aprendizagem de língua estrangeira: uma visão psicopedagógica do desejo de aprender. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2003.

STEFANI, V. C. G. Formação continuada de professores de línguas estrangeiras mediada pelo cinema: Contribuições da teoria da atividade. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OXFORD, R. **Language Learning Styles and Strategies**: An Overview. Learning Styles & Strategies/Oxford, GALA 2003.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: *Movie Club* e Integração de Habilidades em Língua Estrangeira	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		---

EMENTA: Desenvolvimento das habilidades integradas (ler, escrever, ouvir e falar) em língua estrangeira (LE) através de filmes selecionados na língua-alvo. Exercícios feitos sob medida a partir do material audiovisual, adaptados às necessidades específicas dos aprendizes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, M.J. **A educação visual da memória**: imagens agentes do cinema e da televisão. Pro-Posições, Campinas, v. 10, n. 2, p. 5-18, 1999.

_____. **Cinema**: arte da memória. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Imagens e sons**: a nova cultura oral. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, M. H. Planejando a utilização pedagógica de TV e vídeos no Projeto Político Pedagógico da Escola. In: FIORENTINI, L.M.R; CARNEIRO, V.L.Q. (Org.). **TV na Escola e os Desafios de Hoje**: curso de Extensão para Professores do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública UniRede e Seed/MEC. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002. p. 80-95.

ARONOVICH, Lola. Film in the classrrom: making it relevant. **Contexturas**: Ensino Crítico de Língua Inglesa, n. 10, 2006. p. 135-139.

DAVYDOV, V.V. What is real learning activity? In: HEDEGAARD, M.; LOMPCHER, J. (Org.). **Learning activity and development**. Dinamarca: Aarhus University Press, 1999, p. 123-138.

HARLOW, L. L.; MUYSKENS, J. A. Priorities for intermediate-level language instruction. **Modern Language Journal**, n. 78, p. 141-154, 1994.

LARSEN- FREEMAN, D; LONG. M. **An Introduction to Second language Acquisition Research**. N. Y: Longman. U.S.A, 1991.

LUCAS, P. O.; GRAVES, K.; AUGUSTO-NAVARRO, E.H. Using the Past to Build the Future: How Teachers' Conceptions of Materials in Their Practice Can (Re)Shape Teacher Preparation. In: PATRICIA DE OLIVEIRA LUCAS E ROSANA FERRARETO LOURENCO RODRIGUES. (Org.). **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada)**: Questões empíricas, éticas e

práticas. Volume 2. 1ed.: 2017, v., p. 13-36.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, S. A. Possibilidades pedagógicas do cinema em sala de aula. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 79, dez.2007. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/079/79 araujo.htm>

STEPHENS, J. L. Teaching culture and improving language skills through a cinematic lens: a course on Spanish film in the undergraduate Spanish curriculum. **ADFL Buletin**, v. 33, n. 1, p. 22-25, 2001. Disponível em: <http://web2.adfl.org/ADFL/bulletin/v33n1/331022.htm>

VIANA, Nelson. **Variabilidade da Motivação no processo de aprender língua estrangeira na sala de aula**. 1990. Dissertação (Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1990.

WENGER, Etienne. **Communities of practice**: learning meaning and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Oficina de Produção de Materiais Didáticos para Propósitos Específicos	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOSOMPEM, E. G. **Materials Adaptation in Ghana: Teacher's Attitudes and Practices.** In: GARTON, S; GRAVES, K. International Perspectives on Materials in ELT. Palgrave Macmillan, 2014, pp. 104-120.

DUDLEY-EVANS, T; ST JOHN, M. J. **Developments in ESP**: a multi-disciplinary approach. Cambridge Language Teaching Library, 2005, 320p.

GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. Palgrave Macmillan, 2014, 292p.

GRAVES, K. **Designing Language Courses. A Guide for Teachers.** In: FREEMAN, D. Series Editor. Heinle & Heinle, Thomson Learning, 2000, 308p.

_____. **Teachers as Course Developers.** In: RICHARDS, J. Series Editor. Cambridge Language Education, Melbourne, Australia, 1996, 224p.

LÓPEZ BARRIOS, M., & VVILLANUEVA DE DEBAT, E. **Global vs. local: Does it matter?** In S. Garton & K. Graves (Eds.), International perspectives on materials in ELT (pp. 37-52). London,

England: Palgrave Macmillan, 2014.

LUCAS P. D. O. **Os materiais didáticos de inglês como língua estrangeira (LE) na prática de professores da escola pública: Um convite à formação reflexiva ou à perpetuação do ensino prescritivo?** [EFL Teaching Materials in Public School Teachers' Practices: An Invitation to the Reflective Preparation or the Perpetuation of a Prescribed Teaching?]. PhD Thesis, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brazil, 2016.

LUCAS, P. D. O., Graves, K., & Augusto-Navarro. E. H. **Using the past to build the future: How teachers' conceptions of materials in their practice can (re)shape teacher preparation.** In P. Lucas & R. Rodriguez (Eds.), Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada). Questões empíricas, éticas e práticas, Vol 2 (pp. 13-36). Campinas, SP, Brazil: Pontes Editores, 2017.

HARWOOD, N. **English Language Teaching Textbooks. Content, Consumption, Production.** Palgrave Macmillan, 2014, 373p.

HINKEL, E. **Effective Curriculum for Teaching L2 Writing**: Principles and Techniques. ESL & Applied Linguistics Professional Series, 2015, 314p.

MAJTHOOB, S. A. **Adapting Materials to Meet the Literacy Needs of Young Bahraini Learners.** In: GARTON, S; GRAVES, K. International Perspectives on Materials in ELT. Palgrave Macmillan, 2014, pp. 53-68, 2014.

TOMLINSON, B. State-of-the-Art Article. **Materials development for language learning and teaching.** Cambridge University Press. Language Teaching, v.45, n.2, 2012, pp.143–179.

_____. **English Language Learning Materials**. A Critical Review. London and New York. Continuum, 2008, 344p.

TOMLINSON, B; MASUHARA, H. **Research for Materials Development in Language Learning**. Evidence for best practice. Continuum International Publishing Group. London, 2010, 448p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUGUSTO-NAVARRO, E.H; DE OLIVEIRA, L; ABREU-E-LIMA, D. M. Teaching Pre-Service EFL Teachers to Analyze and Adapt Published Materials: an Experience from Brazil. In: GARTON, S; GRAVES, K. **International Perspectives on Materials in ELT**. Palgrave Macmillan, 2014, pp. 237-252.

CUNNINGSWORTH, A. **Evaluating and selecting EFL teaching materials.** Heinemann Educational Books, London, 1984, 104p.

LUCAS, P. O. **Os materiais didáticos de inglês como língua estrangeira (LE) na prática de professores da escola pública: um convite à formação reflexiva ou à perpetuação do ensino prescritivo?** Tese (Doutorado em Linguística - Ensino Aprendizagem de Língua Estrangeira). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

OLIVEIRA, S. Texto visual, estereótipos de gênero e o livro didático de língua estrangeira.

Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, v.47, n.1, pp. 91-117, Jan./Jun, 2008.

<table>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</td><td>UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td>NOME</td><td>CÓDIGO</td><td>TIPO</td><td rowspan="2">CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras</td></tr>
<tr><td>DISCIPLINA: Teoria e Prática com Projetos: ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras</td><td>Novo</td><td>disciplina</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td colspan="2">Carga Horária:</td><td>Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>2.2.0</td><td colspan="2">60h</td><td>Linguística Aplicada I: Introdução</td></tr>
<tr><td colspan="4">EMENTA: Análise e estudo, com base nos processos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs) e de acordo com as abordagens contemporâneas, das teorias de aprendizagem, tendo como um de seus produtos a elaboração de projetos interdisciplinares abarcando os temas transversais, utilizando a teoria das inteligências múltiplas como eixo norteador desse processo.</td></tr>
<tr><td colspan="4">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="4">ARMSTRONG, T. (1999) 7 Kinds of Smart. Identifying and Developing Your Multiple Intelligences. New York: Plume.
_____ (2000) Multiple Intelligences in the Classroom. Alexandria: ASCD.
BERMAN, M. (1998) A Multiple Intelligences Road to an ELT Classroom. Wales; Crown House.
FREEMAN, D. Doing Teacher Research. From Inquiry to Understanding. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998, 258p.
GARDNER, H. (1999) Intelligence Reframed: Multiple Intelligences for the 21st Century. New York: Basic Books.
_____(1993) Inteligências Múltiplas. A teoria na prática. Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
_____ (1983) Frames of Mind. The Theory of Multiple Intelligences. New York: Basic Books.
GOLDFLUSS, K.J. (ed.) (1999) The Best of Multiple Intelligences Activities. Westminster: Teacher Created Materials Inc.
KRASHEN, S. Principles and Practice in Second Language Acquisition. Oxford: Pergamon, 1982, 212p.
LARSEN-FREEMAN, D; FREEMAN, D. Language moves: The Place of “Foreign” Languages in Classroom Teaching and Learning. Review of Research in Education. February, v. 32, pp. 147–186, 2008.</td></tr>
<tr><td colspan="4">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="4">CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B. & DICKINSON, D. (1999) Teaching and Learning through</td></tr>
</table>

Multiple Intelligences. Massachusetts: Allyn & Bacon.

CHRISTISON, M.A. (1996) **Teaching and Learning Languages Through Multiple Intelligences.** Tesol Journal, vol.6, n.1, Autumn. EDUCATIONAL LEADERSHIP (1997) Teaching for Multiple Intelligences. September, vol. 55, n.1. ASCD.

LORTIE, D. **Schoolteacher**: a Sociological study. The University of Chicago Press. United States of America, 1975, 308p.

MCDONOUGH, J; SHAW, C. **Materials and Methods in ELT**: a Teacher's Guide, 2 ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Francês Instrumental	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		---

EMENTA: Estudo da língua francesa visando ao desenvolvimento de proficiência de leitura em diferentes níveis de compreensão: global, seletiva e linear.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COURTILLON, Janine. **Élaborer un cours de FLE**. Paris: Hachette, 2003.

CUQ, Jean-Pierre. GRUCA, Isabelle. **Cours de didactique du français langue étrangère et seconde**. Grenoble: PUG, 2005.

DESMONS, Fabienne. Et al. **Enseigner le FLE** : pratiques de classe. Belin, 2005.

MANGIANTE, Jean-Marc et PARPETTE, Chantal. **Le Français sur Objectif Spécifique**: de l'analyse des besoins à l'élaboration d'un cours. Paris : Hachette, 2004.

MOIRAND, Sophie. **Enseigner à communiquer en langue étrangère**. Paris : Hachette, 1982.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AUXILIADORA, R.; NOBREGA, T. CARMELITA, S. **Lire et comprendre**. Musimed, 1986.

ITALO; L. M. **O Frances Instrumental**: a experiência da uni. HEMUS, 1977.

LEHMANN, Denis et al. **Lecture fonctionnelle de textes de specilalité**. Paris: Didier, 1980.

MOIRAND, Sophie. **Situations d'écrit**. Paris: CLE, 1979.

ROBERT, Jean-Pierre. ROSEN, Évelyne. REINHARDT, Claus. **Faire classe en FLE** : une approche actionnelle et pragmatique. Paris, Hachette, 2011.

SCHWEBEL, Aldaisia N,; GUIMARAES, Maria L. M. **Accès au Francais Instrumental**. UFBA, 1985.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Francesa I	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		---

EMENTA: Aquisição de competências linguísticas em língua francesa em nível A1, de acordo com os propósitos das unidades 0 a 3 do livro *Cosmopolite* 1: saudações, números, nacionalidades, profissões, apresentações, países e cidades, lugares da cidade, deslocamento, acomodações, a família, descrições físicas e psicológicas, expressão dos gostos, profissões, partes do corpo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bescherelle: la conjugaison pour tous. Paris: Hatier, 2006.

HIRSCHSPRUNG, Nathalie. TRICOT, Tony. **Cosmopolite 1**: méthode de français. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Cahier d'activités + CD audio. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Guide pédagogique. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Manuel numérique élève. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Manuel numérique classe. Paris, Hachette FLE, 2017.

REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). **Le Nouveau Petit Robert**, dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GADET, Emmanuel; LESCURE, Richard; VEY, Pauline. **Nouveau DELF A1**, Livre et CD audio - 150 activités. Dir. Isabelle Normand et Richard Lescure. Coll. "Le Nouvel Entraînez-vous". Paris: CLE international, 2006.

GRÉGOIRE, M. **Grammaire progressive du français** (niveau débutant). Paris: Clé International, 1997.

POISSON-QUINTOM, S.; B. R. **Grammaire expliquée du français** (débutant). Paris: Clé International, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Língua Francesa II	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**

2.2.0	60h	Língua Francesa I

EMENTA: Aquisição de competências linguísticas em língua francesa em nível A1, de acordo com os propósitos das unidades 4 a 6 do livro *Cosmopolite* 1: hora (formal e informal), hábitos cotidianos e a frequência, propor, aceitar e recusar um convite, indicar um momento preciso no tempo, projetos e sucesso, descrição e aparência física, o restaurante, a imprensa, a reportagem, viagens, situar e caracterizar um lugar, as cores, os cômodos de um imóvel, caracterizar um ambiente, o tempo, o clima e as estações, emoções e sensações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bescherelle: la conjugaison pour tous. Paris: Hatier, 2006.

HIRSCHSPRUNG, Nathalie. TRICOT, Tony. **Cosmopolite 1**: méthode de français. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Cahier d'activités + CD audio. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Guide pédagogique. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Manuel numérique élève. Paris, Hachette FLE, 2017.

_____. **Cosmopolite 1**: Manuel numérique classe. Paris, Hachette FLE, 2017.

REY, A.; REY-DEBOVE, J. (dir.). **Le Nouveau Petit Robert**, dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GADET, Emmanuel; LESCURE, Richard; VEY, Pauline. **Nouveau DELF A1**, Livre et CD audio - 150 activités. Dir. Isabelle Normand et Richard Lescure. Coll. “Le Nouvel Entraînez-vous”. Paris: CLE international, 2006.

GRÉGOIRE, M. **Grammaire progressive du français** (niveau débutant). Paris: Clé International, 1997.

POISSON-QUINTOM, S.; B. R. **Grammaire expliquée du français** (débutant). Paris: Clé International, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Seminário de Estudos Literários	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Teoria da Literatura I

EMENTA: Estudo sobre tópico específico referente à literatura e suas teorias. Análise literária de prosa, poesia e/ou drama.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da literatura**. 8.ed. Coimbra: Almedina, 2010. BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org) **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3.ed. Maringá: EdUEM, 2014. EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006. JOUVE, Vincente. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: 34, 2003. ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: 34, 2015. CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2011. COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006. COUTINHO, Afrânio. **Notas de teoria literária**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. ECO, Humberto. **Interpretação e superinterpretação**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. _____. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. GENETTE, Gérard. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006. JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975. LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: 34, 2000. REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. São Paulo: Difel, 2017. _____. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Seminário de Crítica Literária	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Teoria da Literatura I
EMENTA: Estudo sobre tópico específico referente à crítica literária. Crítica de prosa, poesia e/ou drama.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BENNETT, Andrew; ROYLE, Nicholas. **An Introduction to Literature, Criticism and Theory**.			

Londres: Routledge, 2016.

BIASI, Pierre-Marc de et al. **Métodos críticos para a análise literária.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRESSLER, Charles E. **Literary Criticism**: An Introduction to Theory and Practice. 4ed. New Jersey: Prentice Hall, 2006.

DOBIE Ann B. **Theory into Practice**: An Introduction to Literary Criticism. Belmont: Wadsworth Publishing, 2014.

DURÃO, Fábio Akcelrud. **O que é crítica literária?** São Paulo: Parábola, 2016.

EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**. São Paulo: L&PM, 2017.

GILLESPIE, Tim. **Doing Literary Criticism**: The Cultivation of Thinkers in the Classroom. Portland: Stenhouse Publishers, 2010.

LEITCH, Vincent B. et al. (org) **The Norton Anthology of Theory and Criticism**. 3ed. Nova York: W. W. Norton & Company, 2018.

LEITCH, Vincent B. **Literary Criticism in the 21st Century**: Theory Renaissance. Londres: Bloomsbury Academic, 2014.

RALLO, Elizabeth Ravoux. **Métodos de crítica literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROONEY, Ellen. (org) **The Cambridge Companion to Feminist Literary Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEATON, James. **Literary Criticism from Plato to Postmodernism**: The Humanistic Alternative. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

STEVENS, Anne H. **Literary Theory and Criticism**: An Introduction. Peterborough: Broadview Press, 2015.

SULLIVAN, Nikki. **A Critical Introduction to Queer Theory**. Nova York: NYU Press, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENNETT, Arnold. **Gosto literário**: como formar. Londres: Magnum Opus, 2015.

EAGLETON, Mary. (org) **Feminist Literary Theory**: A Reader. 3ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2010.

GILBERT, Sandra M.; GUBAR, Susan. (orgs) **Feminist Literary Theory and Criticism**: A Norton Reader. Nova York: W. W. Norton & Company, 2007.

GO, Julian. **Postcolonial Thought and Social Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

GOULIMARI, Pelagia. **Literary Criticism and Theory**: From Plato to Postcolonialism. Londres: Routledge, 2014.

HALL, Donald E.; JAGOSE, Annamarie. (orgs) **The Routledge Queer Studies Reader**. Londres: Routledge, 2012.

LEWIS, C. S. **Um experimento na crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2009.

MORLAND, Iain et al. **Queer Theory**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

PLAIN, Gill; SELLERS, Susan. (orgs) **A History of Feminist Literary Criticism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WILCHINS, Riki. **Queer Theory, Gender Theory**. Bronx: Riverdale Avenue Books, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Seminário de Estudos em Linguística Aplicada	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução

EMENTA: Estudo teórico sobre tópico específico dentro do escopo da Linguística Aplicada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Editora Cortez, São Paulo. Brasil, 8a ed, 2011.

EDGE, J; GARTON, S. **From Knowledge to Experience in ELT**. Oxford University Press, 2009.

FREEMAN, D. **Doing Teacher Research.** From Inquiry to Understanding. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada**): Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol1. Pontes Editores, Campinas, 2015.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada**): Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol2. Pontes Editores, Campinas, 2017.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. **Sessenta anos de Linguística Aplicada:** de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. Linguistica aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade:** Questões e Perspectivas. Campinas: Mercado de Letras. ISBN 85-85725-33-8. Pp. 216, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEFFA, V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplica. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf

LIBÂNEO, J. C. **Reflexibilidade e formação de professores**: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? (2005). In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão **pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo**: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 226p.

SMYTH, J. **Teacher's work and the politics of reflection.** American Education Research Journal, v. 29, n. 2, 1992.

VIANA, N. (1997). **Planejamento de Cursos de línguas** - Pressupostos e Percurso**.** In: José Carlos Paes de Almeida Filho. Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira. Campinas - SP: Pontes, pp. 29-48, 1997.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. **A Formação do Professor de Línguas de uma Perspectiva Sociocultural.** SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.2, dez, pp. 457-480, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Seminário de Estudos Culturais	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		História da Língua Inglesa

EMENTA: Estudo sobre tópico específico relacionado a aspecto(s) da cultura anglófona, suas manifestações, diversidade, especificidades e seu impacto na língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTONY, Shinie et al. **Indian English**: Language & Culture. Melbourne: Lonely Planet, 2008.

ARTHUR, Paul Longley. **Migrant Nation**: Australian Culture, Society and Identity, London: Anthem Press, 2017.

CROWTHER; Jonathan. **Oxford Guide to British and American Culture**. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2005.

CUNLIFFE, Dan; BRIGGS, Asa. **The Penguin Illustrated History of Britain and Ireland**: From Earliest Times to the Present Day. London: Penguin Books, 2004.

FOX, Kate. **Watching the English**: The Hidden Rules of English Behavior. Boston: Nicholas Brealey, 2014.

HAY, Jennifer; MACLAGAN, Margaret A.; GORDON, Elizabeth. **New Zealand English**. Edinburg: Edinburgh University Press, 2008.

KACHRU, Yamuna; NELSON, Cecil L. **World Englishes in Asian Contexts**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006.

KIRKPATRICK, Andy. (Org) **The Routledge Handbook of World Englishes**. London: Routledge, 2010.

MCDOWALL, David. **An Illustrated History of Britain**. London: Longman, 1989.

MORTON, Desmond. **A Short History of Canada**. 7.ed. Toronto: McClelland & Stewart, 2017.

O'CALLAGHAN, Brian. **An Illustrated History of the USA**. London: Longman, 1990.

RICKFORD, John Russell. **Spoken Soul**: The Story of Black English. Hoboken: Wiley, 2000.

SHAW, Jenny. **Everyday Life in the Early English Caribbean**: Irish, Africans, and the Construction of Difference. Georgia: University of Georgia Press, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENDON, Piers. **The Decline and Fall of the British Empire, 1781-1997**. New York: Vintage, 2010

CHRISTOPHER, David P. **British Culture**: An Introduction. 3.ed. London: Routledge, 2015.

DATESMAN, Maryanne; CRANDALL, Joann; KEARNY, Edward N. **American Ways**: An Introduction to American Culture. 4.ed. Hoboken: Pearson Education ESL/Longman, 2014.

HIGGINS, Michael; SMITH; Clarissa. **The Cambridge Companion to Modern British Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVINE, Lawrence W. **Black Culture and Black Consciousness**: Afro-American Folk Thought from Slavery to Freedom. 30.ed. New York: Oxford University Press, 2007.

OWUSU, Kwesi. **Black British Culture and Society**: A Text Reader. London: Routledge,1999.

PATTON, Sharon F. **African-American Art**. New York: Oxford University Press, 1998.

PONTISSO, Robert. **Canadian Oxford Dictionary of Current English**. New York: Oxford University Press, 2005.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. **From #BlackLivesMatter to Black Liberation**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
NOME	**CÓDIGO**	**TIPO**	**CLE – Coordenação de Letras Estrangeiras**
DISCIPLINA: Oficina de Linguística Aplicada	**Novo**	**disciplina**	
Créditos:	**Carga Horária:**		**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h		Linguística Aplicada I: Introdução
EMENTA: Oficina teórico-prática sobre tópico específico dentro do escopo da Linguística Aplicada.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Editora Cortez, São Paulo. Brasil, 8a ed, 2011.

EDGE, J; GARTON, S. **From Knowledge to Experience in ELT**. Oxford University Press, 2009.

FREEMAN, D. **Doing Teacher Research.** From Inquiry to Understanding. Heinle & Heinle Publishers, Canada, 1998.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada)**: Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol1. Pontes Editores, Campinas, 2015.

LUCAS, P. D. O; FERRARETO, R. L. R. **Temas e Rumos nas Pesquisas em Linguística (Aplicada)**: Questões Empíricas, Práticas e Éticas. Vol2. Pontes Editores, Campinas, 2017.

MENEZES, V.; SILVA, M. M.; GOMES, I.F. **Sessenta anos de Linguística Aplicada:** de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R.C.; ROCA, P. Linguistica aplicada: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009.

SIGNORINI, I. e M. C. CAVALCANTI (orgs.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade:** Questões e Perspectivas. Campinas: Mercado de Letras. p. 216, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEFFA, V. J. **A linguística aplicada e seu compromisso com a sociedade.** Trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de Linguística Aplica. Belo Horizonte: UFMG, 7-11 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/la_sociedade.pdf

LIBÂNEO, J. C. **Reflexibilidade e formação de professores**: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? (2005). In: PIMENTA, S. G; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada.** Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício do professor**: profissionalização e razão **pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002, 232p.

PIMENTA, S. G. **Professor reflexivo**: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005, 226p.

SMYTH, J. **Teacher's work and the politics of reflection.** American Education Research Journal, v. 29, n. 2, 1992.

VIANA, N. (1997). **Planejamento de Cursos de línguas** - Pressupostos e Percurso**.** In: José Carlos Paes de Almeida Filho. Parâmetros Atuais para o Ensino de Português Língua Estrangeira. Campinas - SP: Pontes, pp. 29-48, 1997.

VIEIRA-ABRAHÃO, M. H. **A Formação do Professor de Línguas de uma Perspectiva Sociocultural.** SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.2, dez, pp. 457-480, 2012.

7 CORPO DOCENTE

7.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE da Coordenação de Letras Estrangeiras

PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS	PRESIDENTE
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SILVA	MEMBRO
CAROLINA DE AQUINO GOMES	MEMBRO
CLÁUDIO AUGUSTO CARVALHO MOURA	MEMBRO
FRANCISCO WELLINGTON BORGES GOME	MEMBRO
LUÍS FELIPE PEREIRA DOS SANTOS DONADIO	MEMBRO
MARCELLA DOS SANTOS ABREU	MEMBRO
VÂNIA SOARES BARBOSA	MEMBRO

7.2 Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Letras – Inglês

PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SILVA
CLÁUDIO AUGUSTO CARVALHO MOURA
FRANCISCO WELLINGTON BORGES GOME
LUÍS FELIPE PEREIRA DOS SANTOS DONADIO
VÂNIA SOARES BARBOSA

7.3 Atuação e regime de trabalho do coordenador do curso

Eleito através de processo democrático com a participação de alunos, professores e técnico-administrativos, conforme regulamentação da própria instituição, tendo o regime de trabalho de 20 horas semanais na Coordenação de Curso. O Coordenador de Curso é responsável pela coordenação do curso, devendo acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso.

7.4 Perfil do corpo docente (regime de trabalho, titulação e CPF)

O curso de Licenciatura em Letras - Inglês conta com onze professores titulares, cujos nomes foram destacados na lista abaixo, a qual contém todos os professores da Coordenação de Letras Estrangeiras:

PROFESSOR	CPF	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REGIME DE TRABALHO
ALCIONE CORRÊA ALVES	969.978.850-04	DOUTOR	40 HORAS	DE
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SILVA	341.621.354-87	DOUTORA	40 HORAS	DE
BEATRIZ GAMA RODRIGUES	116.638.238-98	DOUTORA	40 HORAS	DE
CLÁUDIO AUGUSTO CARVALHO MOURA	859.000.443-00	DOUTOR	40 HORAS	DE
ÉRICA RODRIGUES FONTES	079.385.577-22	DOUTORA	40 HORAS	DE
FRANCISCO WELLINGTON BORGES GOMES	756.473.893-68	DOUTOR	40 HORAS	DE
JULIANA CASTELO BRANCO PAZ DA SILVA	695.898.793-49	MESTRA	40 HORAS	DE
LUIS FELIPE PEREIRA DOS SANTOS DONADIO	257.735.238-76	DOUTOR	40 HORAS	DE
PATRÍCIA DE OLIVEIRA LUCAS	215.276.868-09	DOUTORA	40 HORAS	DE
SEBASTIÃO ALVES TEIXEIRA LOPES	239.844.573-91	DOUTOR	40 HORAS	DE
TIAGO BARBOSA SOUZA	008.767.193-02	MESTRE	40 HORAS	DE
VÂNIA SOARES BARBOSA	446.113.583-72	DOUTORA	40 HORAS	DE
WANDER NUNES FROTA	221.004.583-53	DOUTOR	40 HORAS	DE

* DE - Dedicação exclusiva

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

8.1 Local de Funcionamento, infraestrutura física e laboratórios

O curso de Licenciatura em Letras - Inglês encontra-se na Coordenação de Letras Estrangeiras (sala 34). A Coordenação de Letras Estrangeiras conta com 10 salas de aula (364, 365, 366, 367, 368 do espaço integrado e 314, 315, 316, 317 e 318 do CCHL) e 9 gabinetes docentes, utilizados em conjunto com a Coordenação de Letras Vernáculas, e um Laboratório de Línguas. Todos estão localizados no Centro de Ciências Humanas e Letras. Além disso, a Coordenação também conta com mais quatro salas, onde funcionam a Cultura Francesa, o Núcleo *English Resourse Information Center* – ERIC, o Curso de Extensão em Inglês Instrumental, também localizados no Centro de Ciências Humanas e Letras, e o Curso de Extensão em Espanhol Instrumental que fica localizado próximo ao Cine Teatro. A Coordenação está organizada em um modelo híbrido (antiga Chefia de Curso), que acumula as competências e atribuições do Departamento e da Coordenação, possuindo um Coordenador (a) e um Subcoordenador (a).

MODELO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS		
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
1	Computador	41
2	Datashow	3
3	Telefones	2
4	Ar condicionado	14
5	Impressora	3
6	Nobreak	21
7	Estabilizador	6
8	Som portátil	2
12	Televisão	1
13	Notebook	1
14	Caixa de som portátil	1

8.2 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal do Piauí – UFPI tem a função de avaliar os projetos de pesquisas dos diversos cursos da instituição que envolvam

a participação de seres humanos, desde projetos de graduação, como Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, quanto de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Para que seja submetido a análise, o projeto precisa ser cadastrado pelo(s) pesquisador(es) na Plataforma Brasil (*http://plataformabrasil.saude.gov.br/)*, que é vinculada ao *site* da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (*http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/)*

O CEP (*cep@ufpi.edu.br)* visa a criar uma política concreta acerca das investigações propostas nas diversas áreas do conhecimento, atuando de forma voluntária, autônoma e independente no exercício de sua função. O Comitê é vinculado à Reitoria, é formado por membros que atuam de forma voluntária e são escolhidos pelos conselhos de Centros, com mandato de dois anos após portaria emitida pelo Reitor. O CEP tem em sua composição integrantes dos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, garantindo assim representatividade nas mais diversas áreas do conhecimento, o que facilita a análise dos projetos e mantem um rápido fluxo na aprovação destes através de reuniões quinzenais. O número de membros por centro é variável. Em geral, o Centro de Ciências Humanas e Letras conta com a participação de cerca de quatro membros, que colaboram com a análise do grande fluxo de pesquisas nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e de Letras.

Cabe ressaltar que o Piauí possui doze Comitês de Ética em Pesquisa sendo cinco na UFPI, nos campi de Teresina, Picos, Floriano, Parnaíba, além de um exclusivo para as demandas do Hospital Universitário de Teresina.

A submissão de projetos ao Comitê de Ética é de suma importância para a proteção dos participantes da pesquisa, sendo necessário observar as normas previstas nas Resoluções Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Nº 510, de 07 de abril de 2016. A Resolução Nº 466 é pioneira, fornece vários esclarecimentos sobre as terminologias a serem utilizadas e indica os procedimentos permitidos na pesquisa. Entretanto, as orientações são predominante voltadas a pesquisas na área de saúde, não contemplando as necessidades específicas das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Letras, fato mencionado na própria Resolução Nº466, no artigo XIII.3, que reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades, daí a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Assim, no ano de 2016, após vários estudos feitos pela CONEP, foi publicada a resolução Nº 510 para tentar atender as demandas da área de Ciências Humanas, Sociais.

A Resolução Nº 510 incorpora aspectos da Resolução 466 que mantém a visão do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros aspectos, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Em seu Artigo 1º, a Resolução deixa claro a que se propõe:

> Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

O principal objetivo dos direcionamentos dados pela Resolução é resguardar os participantes da pesquisa evitando quaisquer danos a estes, seja através de perguntas constrangedoras em entrevistas, exposição de imagem, dados pessoais, entre outros aspectos.

A Resolução é composta por oito capítulos em que há o detalhamento dos tipos de pesquisa que não se enquadram no rol das que podem ser apreciadas pelo CEP/CONEP, portanto, não podem ser registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP; apresentação dos termos e definições utilizadas na resolução e, consequentemente, na hora do preenchimento dos campos na plataforma brasil; os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais; um capítulo explicativo do processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido, assim como o modo de obtê-lo e registrá-lo; dos riscos da pesquisa; do procedimento de análise ética no sistema CEP/CONEP; do pesquisador responsável, além das disposições transitórias e finais.

Cabe lembrar que o CEP não aprecia pesquisas já iniciadas e que toda pesquisa possui risco, mesmo que mínimo, como constrangimento. Estes são os motivos mais frequentes para que os projetos de pesquisa sejam, respectivamente, negados ou devolvidos para ajustes.

A submissão de todo projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana – CEP/UFPI é de suma importância, tanto para a segurança do pesquisador quanto do participante, por isso, a recomendação da leitura das resoluções supracitadas na elaboração dos trabalhos científicos.

9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 Vigência e Migração do Currículo

O presente PPC será implementado a partir do primeiro semestre letivo de 2024, observando-se os seguintes mecanismos de implementação e desativação do anterior:

I. Todos os alunos ingressantes no Curso de Licenciatura em Letras – Inglês a partir do período letivo 2024.1 farão parte deste novo PPC.
II. Os alunos ingressantes em períodos anteriores a 2024.1 poderão fazer a migração para este novo PPC de forma opcional, por meio da assinatura de termo de compromisso, aceitando todas as normas do novo currículo e responsabilizando-se por eventuais necessidades de complementação da carga horária e pela realização de atividades curriculares não previstas no PPC anterior.
III. Com a implementação deste PPC, o curso de Licenciatura em Letras-Inglês disporá, por um período máximo de 5 anos, de duas matrizes curriculares vigentes, ou seja, da matriz implementada para os alunos com ingresso a partir do primeiro semestre letivo de 2011 que não fizerem a opção pela mudança curricular, e da matriz curricular implementada para os alunos ingressantes a partir de 2023.1 e alunos ingressantes em anos anteriores que fizerem a opção pela mudança para o novo currículo.
IV. A oferta de disciplinas para alunos do currículo antigo priorizará o fluxo semestral previamente estabelecido para os alunos ingressantes em 2023.1, sendo que ocasionalmente poderão ser reofertadas disciplinas com alto índice de retenção, observando-se a capacidade de espaços físicos e de corpo docente da CLE e desde que não prejudique o atendimento ao fluxo regular da oferta.
V. A oferta de disciplinas para os alunos do currículo novo (incluindo-se aqueles que fizerem a opção pela migração do currículo anterior) seguirá o planejamento previamente estabelecido para os ingressantes no período 2023.1.
VI. Ao optar pela migração para o novo currículo, o aluno terá o prazo máximo de integralização do curso estendido em 50%.
VII. O aproveitamento de disciplinas para alunos que optarem pela migração para o novo PPC deverá obedecer ao quadro de equivalências entre os dois currículos. Caberá ao aluno avaliar a sua situação com relação às duas grades curriculares antes de decidir pela migração, já que não é possível o aproveitamento de componentes curriculares não previstos neste PPC.
VIII. Para as disciplinas optativas, somente serão aproveitadas aquelas cuja carga horária for igual ou maior às disciplinas do novo Currículo. Nesse caso, não é necessário haver

equivalência entre os conteúdos, dada a natureza das disciplinas optativas, que visam diversificar e ampliar a formação básica no Curso de Licenciatura em Letras-Inglês.

IX. Nos termos do Parecer CNE/CES nº 804/2018, aprovado em 5 de dezembro de 2018, e com vistas a preservar os interesses dos estudantes, assim como da comunidade universitária, estas disposições transitórias devem ser afixadas em local visível na secretaria do curso.

X. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras-Inglês.

9.2 Equivalência entre Projetos Pedagógicos

Para efeito de aproveitamento de créditos ou, quando for o caso, para se efetuar a migração do antigo currículo para o novo, deve-se levar em consideração a seguinte tabela de equivalência curricular:

As disciplinas optativas não se encontram nessa tabela pois as disciplinas optativas da Matriz Proposta não têm equivalência com as disciplinas optativas da Matriz Atual.

1º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0117	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA I (3.1.0)	NOVO	LÍNGUA INGLESA I (2.2.0)
CLE0116	LINGUÍSTICA (4.0.0)	NOVO	LINGUÍSTICA (2.2.0)
CLE0119	LÍNGUA LATINA (4.0.0)		-
CLE0120	TEORIA DA LITERATURA (4.0.0)	NOVO	TEORIA DA LITERATURA I (4.0.0)
CLE0115	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO (1.0.0)	NOVO	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO (2.0.0)
2º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	

CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0121	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA II (3.1.0)	NOVO	LÍNGUA INGLESA II (2.2.0)
CLE0127	LINGUÍSTICA APLICADA I (4.0.0)	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA I: INTRODUÇÃO (4.0.0)
CLE0123	CULTURA DOS POVOS DE LÍNGUA INGLESA (4.0.0)	NOVO	HISTÓRIA DA LÍNGUA INGLESA (4.0.0)
3º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0124	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA III (3.1.0)	NOVO	LÍNGUA INGLESA III (2.2.0)
CLE0133	LINGUÍSTICA APLICADA II (4.0.0)		-
4º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0128	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV (3.1.0)	NOVO	LÍNGUA INGLESA IV (2.2.0)
CLE0130	EXPRESSÃO ESCRITA I (2.2.0)	NOVO	ESCRITA ACADÊMICA I (2.2.0)
	-	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA II: MULTIMODALIDADE, MULTILETRAMENTOS E TECNOLOGIAS (4.0.0)
	-	NOVO	ESTRATÉGIAS DE LEITURA EM LÍNGUA INGLESA (3.1.0)
CLE0131	LITERATURA INGLESA I (4.0.0)	NOVO	LITERATURA BRITÂNICA I (4.0.0)

5º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0132	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA V (3.1.0)	NOVO	LÍNGUA INGLESA V (2.2.0)
CLE0134	EXPRESSÃO ESCRITA II (2.2.0)	NOVO	ESCRITA ACADÊMICA II (2.2.0)
CLE0135	LITERATURA INGLESA II (4.0.0)	NOVO	LITERATURA BRITÂNICA II (4.0.0)
	-	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA III: BILINGUISMO E ENSINO DE INGLÊS NA INFÂNCIA (4.0.0)
6º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
	-	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA IV: PORTUGUÊS COM LÍNGUA ESTRANGEIRA (4.0.0)
	-	NOVO	CRÍTICA LITERÁRIA (4.0.0)
CLE0144	LITERATURA NORTE AMERICANA (4.0.0)	NOVO	LITERATURA ESTADUNIDENSE I (4.0.0)
CLE0137	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (1.1.0.)	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (2.2.0)
7º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
	-	NOVO	LINGUÍSTICA APLICADA IV: MATERIAIS DIDÁTICOS EM LÍNGU INGLESA (2.2.0)

	-	NOVO	LITERATURA ESTADUNIDENSE II (4.0.0)
CLE0152	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II (1.1.0.)	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II (2.2.0)
8º PERÍODO			
MATRIZ ATUAL		**MATRIZ PROPOSTA**	
CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)	CÓDIGO	DISCIPLINA (CRÉDITOS)
CLE0156	LITERATURA ANGLÓFONA NO MUNDO (4.0.0)	NOVO	LITERATURAS ANGLÓFONAS NO MUNDO (4.0.0)
CLE0157	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO III (2.2.0)	NOVO	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO III (2.2.0)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: a educação é a base. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 15/2018: Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Art. 211 da Constituição Federal e Art. 8 º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 2, de 1º de julho de 2015: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 02, de 20 de dezembro de 2019: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP No 1, de 27 de outubro de 2020: Dispõe sobre as DCNs para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.348, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria no. 2.117, de 11 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior – PECNS. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais para a Formação de Professores – RFP. MEC/SEF, 1999;

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Piauí (PDI/UFPI 2020-2024).

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional UFPI/2015-2019. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação, Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI No 220/16, de 28 de setembro de 2016, que define as diretrizes curriculares para a formação em nível superior de profissionais do magistério para a educação básica na UFPI;

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Piauí. Resolução CEPEX/UFPI No 053/19, de 12 de abril de 2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI;

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6nº da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da

acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC n° 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES n° 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PORTARIA nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica;

Resolução CNE/CP nº 02, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Parecer CNE/CES nº 197, de 13 de setembro de 2007. Instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 6o, inciso V, do Decreto no 5.773/2006.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.
Resolução Nº 510 *http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf* e Resolução Nº 466 *http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf*

Resolução CEPEX/UFPI nº 220/16 - Define as diretrizes curriculares para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para Educação Básica na UFPI.

Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19 - Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:

http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao

Resolução CNE/CES Nº 7/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024

APÊNDICES

a) Regulamento do Estágio

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UFPI, na modalidade presencial, é regido em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394/1996, de 20/12/1996, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Resoluções CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015, Resolução CEPEX/UFPI nº 220 de 28 de setembro de 2016, na Resolução 177/12 CEPEX/ UFPI de 05/11/2012 e na Lei nº 11.788 de 25.09.2008.

DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UFPI observará os seguintes princípios:

I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões;

II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio;

III. Concretização de experiências de práticas pedagógicas que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação;

IV. Articulação entre o currículo do curso e os aspectos práticos da educação básica.

Art. 3º O Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras-Inglês da UFPI visa oferecer ao estudante a oportunidade de:

I. Observar situações reais de seu campo de trabalho, de modo a ampliar o conhecimento e a formação teórico-prática construídas no processo do curso;

II. Vivenciar situações de elaboração, execução e avaliação de atividades na área específica de seu estágio;

III. Analisar criticamente as condições observadas com base nos conhecimentos adquiridos, identificando problemas, refletindo sobre eles e propondo estratégias de intervenção no contexto da educação básica.

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 4º O Estágio Curricular Obrigatório ocorrerá mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG, em unidades que tenham condições de:

I. proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
II. dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
III. existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

§ único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a UFPI e a parte concedente.

ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

5º. A gestão do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras-Inglês envolve:

I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG;
II. Coordenação de Estágio Obrigatório;
III. Professor Orientador de Estágio;
IV. Supervisor de campo;
V. Estudante Estagiário.

I - COORDENAÇÃO GERAL DE ESTÁGIO (CGE)/PREG;

Art. 6º- A Coordenação Geral de Estágio (CGE) da PREG tem como funções básicas:

a) Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório na UFPI;

b) Propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios;

c) Assessorar as coordenações de estágios nos cursos, na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;

d) Providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;

e) Organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

II - COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 6º- São atribuições da Coordenação de Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras-Inglês:

I. Coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio do Curso, com base na legislação vigente;

II. Informar à CGE/PREG os campos de estágio, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

III. Elaborar a cada semestre, junto com o Professor Orientador, as programações de Estágio Curricular Obrigatório que serão enviadas a CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;

IV. Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de estágio;

V. Encaminhar, juntamente com o Professor Orientador de estágio, por meio de ofício, os estagiários às unidades (campos) de estágio;

VI. Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;

VII. Realizar seminário de integração dos estágios, juntamente com os professores orientadores e supervisores, como socialização das experiências vivenciadas;

VIII. Manter registros atualizados sobre o(s) estágio(s) do respectivo curso;

IX. Realizar estudos, seminários, encontros de formação e/ou demais atividades que fortaleçam os princípios do Estágio Curricular Obrigatório, em articulação com os professores orientadores.

III - PROFESSOR ORIENTADOR DE ESTÁGIO

Art. 7º- O Professor Orientador do Estágio Curricular Obrigatório é, preferencialmente, efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

a) Orientar e supervisionar o máximo 15 (quinze) estagiários simultaneamente, por turma;

b) Elaborar, junto ao Coordenador de Estágio Curricular Obrigatório do curso, a programação semestral de estágios;

c) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos de ensino e nos relatórios de estágio;

d) Orientar a execução das atividades dos estagiários;

e) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;

f) Enviar ao coordenador de estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório dos alunos sob a sua responsabilidade.

IV- SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento das atividades, tem como atribuições:

a) Orientar e supervisionar os estagiários;

b) Avaliar, periodicamente, o desempenho dos alunos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizado pela UFPI.

V - ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 9º São atribuições do estudante estagiário:

a) Cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular em que estiver regularmente matriculado;

b) Respeitar as normas regimentais e disciplinares da Instituição na qual o estágio for realizado;

c) Planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;

d) apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;

e) Comparecer aos encontros com o professor orientador;

f) Apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como, socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio.

CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 10 O estágio curricular obrigatório deverá ocorrer nos períodos finais do curso, com carga horária mínima de 405h, em instituições conveniadas da educação básica das redes de ensino público e/ou privado da educação básica, filantrópicas e outros, em conformidade com as diretrizes para formação de professores.

Parágrafo único: A carga horária do estágio curricular obrigatório será distribuída em 4 (quatro) estágios com carga horária de 75, 90, 120 e 120 horas, respectivamente. Neles, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Observação destinada a propiciar ao aluno, o contato com a realidade educacional, especialmente nos aspectos que dizem respeito às situações que envolvem professor-aluno;

b) Participação em aulas, auxiliando o supervisor de campo, ou outras ações que possibilitem ao aluno interagir e colaborar com o professor no local de estágio sem, contudo, assumir inteira responsabilidade pela aula; Docência, que permitam ao aluno ministrar aulas, ou desenvolver outra atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo no local de estágio;

c) Elaboração e execução de projetos de intervenção que visem à melhoria do ensino sob orientação do professor orientador e do supervisor de campo.

AVALIAÇÃO

Art. 11 A Coordenação de Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em Letras-Inglês, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Art. 12 A avaliação do Estágio Curricular Obrigatório assume caráter formativo durante a sua realização, tendo por objetivo a reelaboração contínua da ação pedagógica.

Art.13 Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:

I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da Coordenação de Estágio de cada curso;
II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho e relatório final;
III. Além dos instrumentos supracitados poderão ser empregados outros, conforme previsto no PPC de cada curso.

§1º O PPC do curso deverá estabelecer critérios de aprovação para o Estágio Curricular Obrigatório, conforme Resolução CEPEX nº 177/2012.

§2º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

Art. 14 Os estagiários que exercem atividade de docência regulares e comprovadas na educação básica poderão ter redução de carga horária em até 50% (cinquenta por cento) horas do estágio curricular obrigatório na forma da legislação federal em vigor e apresentar documentos comprobatórios necessários para análise e deliberação, mediante requerimento de redução de carga horária.

§1º Compete à Coordenação do Estágio Curricular Obrigatório, juntamente com o professor orientador, a análise do pedido e a emissão de parecer que deverá ser encaminhado ao colegiado do curso de Letras-Inglês e à Câmara de Ensino- CAMEN.

ESTRATÉGIAS PARA GESTÃO DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO NO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-INGLÊS COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 15 Um dos aspectos mais relevantes da formação de professores é a estreita relação entre a escola da educação básica e a Instituição formadora. Assim, o curso de licenciatura em Letras-Inglês deve estabelecer coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, enfatizando:

a) A compreensão da diversidade de situações concretas em que a escola está inserida, implicando ações efetivas;
b) A interação entre professores universitários (formadores) e da educação básica, a fim de propiciar atualização curricular permanente da escola de educação básica e da instituição formadora;
c) O conhecimento dos instrumentos normativos da Educação Básica;
d) A promoção de experiências formativas inovadoras no cotidiano da educação escolar;
e) A integração da formação pedagógica e dos conteúdos da área de conhecimento;
f) O estímulo aos processos formativos envolvendo as práticas de gestão e o processo de ensino aprendizagem, por meio de encontros, discussões, seminários com professores da Educação Básica e docentes e licenciandos da UFPI como forma de manter um diálogo aberto entre a Universidade e a Escola;
g) A divulgação e o debate dos processos desenvolvidos e os resultados alcançados por meio de publicações, participação em eventos científicos e recursos eletrônicos;
h) Participação dos professores orientadores de estágio em atividades no campo de estágio (ou seja, na escola de educação básica) envolvendo representações em conselhos, participação no planejamento de atividades educativas, etc.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As eventuais omissões presentes neste regulamento serão objeto de deliberação do colegiado do curso de Letras-Inglês e devem ser aprovadas na Câmara de Ensino - CAMEN.

b) Regulamento do TCC

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC) PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – INGLÊS, DA COORDENAÇÃO DE LETRAS ESTRANGEIRAS, DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA.

CAPÍTULO I
DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Considerando a Resolução nº 177/2012-CEPEX, o PDI 2015/2019 UFPI e a Resolução CNE nº 2/2015, o Curso de Licenciatura em Letras - Inglês adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em caráter obrigatório, em seus três últimos períodos letivos (6º, 7º e 8º períodos).

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS DO TCC

Art. 2º - O TCC é um trabalho de produção acadêmica que deve considerar competências e habilidades esperadas dos profissionais egressos dos cursos de Letras Estrangeiras e tem, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, os seguintes objetivos:

I. Incentivar o aluno à prática de pesquisa e produção científica, aprimorando a sua competência no desempenho intelectual, profissional e linguístico no que tange à(s) língua(s) objeto dos cursos da Coordenação de Letras Estrangeiras, ao tempo em que o prepara para o mercado e/ou pós-graduação;

II. Permitir ao aluno, por meio da pesquisa, a aquisição de conhecimentos que lhe proporcionem perceber, através da língua, da literatura e da prática docente, diferentes contextos interculturais;

III. Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de análise científica do aluno, incentivando a visão crítica das teorias e práticas a partir das quais procederá à análise do objeto estabelecido como foco da pesquisa;

IV. Proporcionar ao aluno a oportunidade de produção acadêmica a partir de atividades de pesquisa, de extensão e de ensino, nas quais terá oportunidade de demonstrar domínio do uso da norma culta da(s) língua(s), requerendo-se aos Discentes em habilitações em língua estrangeira moderna a produção e apresentação do artigo ou monografia nas línguas-objeto de cada curso;

V. Oportunizar ao aluno o aprofundamento do conhecimento e a reflexão crítica acerca da correlação entre teoria e prática a partir da sua área de interesse, seja Linguística, Literatura ou Cultura, conquanto dentro do escopo do curso.

CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO DO TCC

Art. 3º - O Curso de Licenciatura em Letras – terá sua respectiva coordenação para os TCCs com competências administrativas e pedagógicas referentes ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 4º - As Coordenações de TCC serão exercidas, exclusivamente, por Docentes(as) efetivos(as) do curso de Licenciatura em Letras – Inglês, os quais deverão se alternar, em sistema de rodízio, seguindo a listagem determinada e votada em Assembleia.

Parágrafo único: O sistema de rodízio se aplicará a todos(as) os(as) docentes da Coordenação que não estejam ocupando outras Coordenações no interstício.

Art. 5º - O período de atuação dos(as) Coordenadores(as) de TCC será de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período, caso os(as) Coordenador(a) se voluntariem para dar continuidade ao seu primeiro mandato, mediante aprovação em Assembleia.

Art. 6º - Compete às Coordenações de TCC:

I. Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;

II. Ministrar a disciplina TCC I e promover, ao final da referida disciplina, o Seminário de Apresentação de Projetos (SAP), que deverá ser submetido via Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) ou Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG);

III. Disponibilizar para os(as) alunos(as) da disciplina de TCC I informações sobre áreas de pesquisa e a quantidade de vagas ofertada por cada um dos(as) Orientadores(as) da CLE;

IV. Auxiliar na busca por Docentes(as) Orientadores(as) de áreas afins, caso existam alunos que não se enquadrem no perfil de pesquisa dos(as) Docentes(as) do Curso de Licenciatura em Letras – Inglês;

V. Mediar as relações entre Orientadores(as) e Orientandos(as);

VI. Elaborar calendário e cronograma das atividades concernentes ao TCC 1; TCC 2 e TCC 3;

VII. Disponibilizar modelos de certificados, fichas de avaliação e atas referentes aos TCCs 1; 2 e 3, com a ajuda do(a) secretário(a) da Coordenação para preenchimento e devolução à Coordenação. É de responsabilidade dos(as) Coordenadores(as) de TCC, entregar ao(à) secretário(a) da CLE os nomes dos(as) Docentes(as) participantes da avaliação do TCC 1.

VIII. Informar que para o TCC 2 e o TCC 3, o(a) Orientador(a) deverá definir a data e horário para a apresentação dos trabalhos e entregar ao(à) secretário(a) formulário preenchido com os dados necessários para cadastro de orientação e banca no SIGAA. Toda a documentação referente aos TCCs 1; 2 e 3, deverá ser entregue, em formato digital, com 15 dias de antecedência à execução de cada uma das ações previstas nos TCCs 1; 2 e 3. O(a) Orientando(a) que descumprir essa regra deverá, com o aval do(a) Orientador(a), submeter um pedido de prorrogação ao Colegiado do Curso, que deverá se manifestar sobre a demanda.

IX. Matricular Orientandos(as) de outros(as) Docentes(as), na ausência justificada de seus(suas) Orientadores(as), de acordo com a área de pesquisa escolhida pelos(as) Orientandos(as). Caso haja alunos(as) que não se enquadrem em nenhum perfil, esses(as) deverão, obrigatoriamente, ser matriculados(as) como Orientandos(as) do(a) Coordenador(a) de TCC até o momento em que outro(a) Orientador(a) possa assumir a responsabilidade do trabalho;

X. Solicitar aos(as) Orientadores(as) que precisem se desligar voluntariamente da Orientação, seja por afastamento ou quaisquer outros motivos, sugestão de novo(a)

Orientador(a), quando da ausência de Coorientador(a), que terá precedência em assumir a Orientação, caso lhe convenha;

XI. Em casos que se fizerem necessários, as orientações, a apresentação oral do TCC 1, a qualificação do TCC 2 e a defesa do TCC 3 poderão acontecer remotamente, desde que informadas, com antecedência, por meio de documento oficial à Coordenação do TCC;

XII. Elaborar e entregar à Coordenação de Letras Estrangeiras relatório resumido ao final de cada período letivo contendo informações referentes às atividades desenvolvidas durante os TCCs 1, 2 e 3;

XIII. Convocar, sempre que houver necessidade, Docentes(as) Orientadores(as) e/ou alunos(as) matriculados(as) nas disciplinas de TCC para discutir, seja de modo presencial ou remoto, questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação;

XIV. Proceder a troca de Orientador(a) em casos nos quais não se venha a chegar em um consenso através de mediação;

XV. Colaborar com as agendas de apresentações dos TCCs 1, 2 e 3, mediante solicitação prévia do(a) Orientador(a) e informar docentes e alunos(as), com relação às exigências estabelecidas.

CAPÍTULO IV
DOS REQUISITOS GERAIS DO TCC

Art. 7º - O TCC 1 ocorrerá no 6º período para o Curso de Licenciatura em Letras – Inglês e consistirá na elaboração do projeto de pesquisa, a ser desenvolvido pelo(a) Discente, e avaliado durante o Seminário de Apresentação de Projetos (SAP), que ocorrerá no referido período.

Art. 8º - Ao realizar matrícula no TCC 1, o aluno deverá optar entre a área de Linguística/Linguística Aplicada e a área de Literatura e Cultura.

Art. 9º - Durante a realização do SAP, os(as) Coordenadores de TCC deverão contar com a presença de um(a) avaliador(a) externo(a), que poderá, ou não, ser o/a próprio(a) Orientador(a) do(a) aluno(a) matriculado(a) na disciplina TCC 1. Esse(a) avaliador(a) externo(a) atribuirá uma nota (de 0 a 10) para o trabalho do(a) aluno(a). Essa nota deverá ser a média entre o trabalho escrito (projeto de pesquisa) e a apresentação oral. No SIGAA, as notas dos alunos devem ser atribuídas da seguinte forma:

I. 1ª Nota - Atribuída pelo(a) Docente da disciplina para o conjunto do trabalho realizado pelo(a) aluno(a) durante a disciplina (desempenho em atividades propostas pelo(a) Docente do TCC1 no Plano de Curso da disciplina);

II. 2ª Nota - Atribuída pelo(a) Docente da disciplina para o trabalho final escrito (projeto de pesquisa e apresentação);

III. 3ª Nota - Atribuída pelo(a) avaliador(a) externo(a) ao trabalho escrito (projeto de pesquisa e apresentação).

Art. 10º - Na disciplina de TCC 2 deverá ocorrer o desenvolvimento inicial do trabalho de pesquisa e a produção de versão parcial escrita do artigo de pesquisa.

Art. 11º - O TCC 2 ocorrerá no 7º período e dar-se-á em forma de Orientações individuais entre Orientador(a) e Orientando(a), com encontros (presenciais ou remotos) previamente agendados pelo(a) Orientador(a), dependendo da necessidade do(a) Orientando(a) e disponibilidade do(a) Orientador(a).

Art. 12º - Ao final do período letivo referente ao TCC 2, o(a) discente deverá submeter uma versão impressa e/ou digital de seu trabalho em andamento para qualificação, a ser julgada por um(a) avaliador(a) externo(a) com conhecimento específico na área de pesquisa desenvolvida pelo(a) discente, ao qual caberá atribuir a segunda das três notas da disciplina, que deverá representar a média entre o texto escrito (0 a 10) e a apresentação oral (0 a 10). Após a entrega do texto, que deverá ser enviado, em formato digital, 15 dias antes da conclusão da disciplina, de acordo com o calendário acadêmico, o(a) Orientador(a) de TCC apresentará um cronograma com a data, número da sala (ou endereço virtual) e horário da apresentação oral (qualificação) referente ao TCC 2.

Art. 13º - A terceira nota do TCC 2 será atribuída pelo(a) Orientador(a), sendo também a média entre o texto escrito (0 a 10) e a apresentação oral (0 a 10).

Art. 14º - São itens obrigatórios no texto apresentado para a qualificação:

a) *Abstract* (resumo);
b) Introdução;
c) Estado da arte, fortuna crítica ou fundamentação teórica;
d) Metodologia (quando aplicável);

Parágrafo único: Caso o(a) Orientando(a) tenha redigido análise parcial de sua pesquisa, ela poderá ser apresentada mediante aprovação prévia do(a) Orientador(a).

Art. 15º - O desenvolvimento do texto escrito no TCC 2 deverá seguir as exigências apresentadas no Quadro 11.

Art. 16º - Na disciplina de TCC 3 o aluno deverá apresentar a versão concluída do artigo acadêmico, em formato escrito, seguido de apresentação oral (defesa) que sintetize as sessões discutidas no trabalho.

Art. 17º - A disciplina TCC 3, que ocorrerá no 8º período, dar-se-á na forma de orientações individuais (presenciais ou remotas) entre Orientador(a) e Orientado(a). O encontros devem ocorrer de acordo com a necessidade do(a) Orientando(a), mediante disponibilidade do(a) Orientador(a). Ao final do período letivo referente ao TCC 3, o(a) discente deverá enviar uma versão final revisada de seu trabalho para o(a) Orientador(a) com, no mínimo, 15 dias de antecedência à data da defesa. É responsabilidade do(a) Orientador(a) o envio do trabalho para dois examinadores(as) externos(as) com conhecimento na área do trabalho e titulação mínima de Especialista ou discente regularmente matriculado ou egresso de programa de pós-graduação *strictu senso*.

Art. 18º - A nota final da disciplina TCC 3 será a média de 3 notas independentes, mediante o trabalho apresentado no dia da defesa, de acordo com os critérios estabelecidos em grade de notas entregue aos membros da banca pelo(a) Orientador(a) do TCC 3. Caberá ao(à) Orientador(a) e aos avaliadores externos, cada um, atribuir 1 nota ao trabalho. Essas notas deverão ser registradas pelo(a) Orientador(a) no SIGAA.

Art. 19º - O desenvolvimento do texto escrito no TCC 3 deverá seguir as exigências apresentadas no Art. 30º.

Art. 20º - A defesa do TCC 3 deverá ocorrer em sessão pública, aberta a todo e qualquer

membro da comunidade acadêmica e externa. É recomendado, para fins de familiarização com o processo, que o(a) Coordenador(a) de TCC convide os(as) demais alunos(as) da Coordenação de Letras Estrangeiras para assistirem às apresentações.

CAPÍTULO V
DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 21º - A Orientação de TCC é de responsabilidade de docente efetivo em exercício, vinculado(a), preferencialmente, à Coordenação de Letras Estrangeiras da Universidade Federal do Piauí.

Parágrafo único: Nos casos em que as pesquisas dos(as) alunos(as) tenham interfaces com outras áreas do conhecimento, as Orientações de TCC poderão ser feitas por docentes efetivos e ativos de outros Cursos, de áreas afins, da UFPI.

Art. 22º - Cabe ao(a) Orientador(a) esclarecer as dúvidas de seus Orientandos com relação à formatação e padronização do texto escrito, de acordo com a modalidade escolhida para o desenvolvimento do trabalho científico. Esse esclarecimento pode ser feito de forma coletiva ou por meio de Orientação em grupo ou individual (presencial ou remota), com agendamento prévio, mediante disponibilidade do(a) Orientador(a).

Art. 23º - O arquivo contendo o TCC 3 deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, por correio eletrônico, sendo o(a) secretário(a) do Curso responsável por encaminhá-lo à Coordenação do TCC.

Art. 24º - Compete ao(a) Docente Orientador(a):

I. Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC 1 (opcional) e o processo de escrita dos TCC 2 e 3 em todas as suas etapas, participando, regularmente, de reuniões com os(as) Orientandos(as);

II. Sugerir as Bancas Avaliadoras de seus(suas) Orientandos(as), desde que as mesmas também sejam aprovadas pelos(as) Orientandos(as);

III. Participar da defesa na condição de Presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC;

IV. Reprovar Orientandos(as) que não participarem das Orientações, cujos trabalhos não atendam às exigências mínimas ou não cumpram os prazos estipulados;

V. O(a) Docente Orientador(a) poderá ter até cinco (05) Orientandos(as) de TCC por componente curricular.

Parágrafo único: Não será conferida redução de carga-horária ao(a) Docente que atingir o número máximo de Orientações, salvo os casos previstos em Resolução específica vigente.

Art. 25º - Caso necessário e mediante existência de docente para atuar como Coorientador(a), os pedidos deverão ser solicitados pelo(a) Orientador(a), que deverá apresentá-lo ao(à) Coordenador(a) de TCC, que deverá submeter sua recomendação para o Colegiado do Curso.

CAPÍTULO VI
DOS DISCENTES COM TCC EM DESENVOLVIMENTO

Art. 26º - Compete aos(às) Orientandos(as):

I. Contatar possível Docente-Orientador(a) para discutir proposta de pesquisa que se alinhe à sua área de interesse;

II. Elaborar e desenvolver o projeto de TCC 1, sob do(a) Coordenador(a) de TCC e, se for o caso, do(a) futuro(a);

III. Cumprir as normas e prazos estabelecidos;

IV. Encaminhar para a Coordenação de Letras Estrangeiras cópia em formato digital da versão final do TCC 3, aprovada pelo(a) Docente Orientador(a), seguindo as normas da Biblioteca Central da UFPI;

V. Participar de reuniões, encontros de Orientação, apresentações acadêmico-científicas e outras atividades, presenciais ou remotas, relativas ao TCC para as quais for convocado(a);

VI. Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo(a) Docente Orientador(a);

VII. Acatar outras atribuições referentes aos TCCs 1, 2 e 3.

CAPÍTULO VII
DOS REQUISITOS DO TRABALHO ESCRITO E APRESENTAÇÃO ORAL

Art. 27º - No que se refere à sua forma escrita, os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão se enquadrar na seguinte modalidade:

I. Artigo Científico:

a) Trabalho redigido em conformidade com o gênero artigo acadêmico, de acordo com as normas vigentes da ABNT;

b) A redação deve ser feita utilizando a norma culta da Língua Inglesa;

c) Deve conter entre 12 e 25 páginas, trazendo, obrigatoriamente: Título, Resumo em Língua Inglesa e Referências bibliográficas;

d) Apêndices e/ou anexos são obrigatórios quando aplicáveis ao trabalho e não devem contar para fins de paginação.

Art. 28º - Pesquisas que envolvam seres humanos deverão ter seus projetos encaminhados para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFPI) respeitando seus prazos e regulamentação vigente estabelecida, ficando a etapa de coleta de dados subordinada à aprovação do projeto pelo órgão.

Parágrafo Único: A documentação comprobatória do CEP/UFPI, assim como o(s) Termo(s) de Consentimento(s) e/ou similares, devem ser incluídos no trabalho escrito na forma de Apêndice e/ou Anexo.

Art. 29º - Serão observados, durante a apresentação dos TCCs 1, 2 e 3, mais especificamente na apresentação do TCC 3; o uso adequado da linguagem e clareza de expressão, a fluência verbal, a didática, o domínio do conteúdo, a segurança e desenvoltura, o tempo de apresentação (15-20 minutos) e a qualidade da apresentação em Língua Inglesa (LI).

Parágrafo único: A forma de apresentação deverá ser discutida antecipadamente com o(a) Orientador(a), primando por uma apresentação sucinta e clara, seguindo-se os critérios estabelecidos pela Coordenação de TCC, por meio da ficha de avaliação

(ANEXOS I e II) entregue a cada um dos membros da banca, durante a apresentação de TCC 3.

Art. 30º - Os critérios de avaliação do TCC 3 encontram-se discriminados nos seguintes documentos:

I. Ficha de Avaliação do Trabalho Escrito **(**ANEXO I);
II. Ficha de Avaliação da Apresentação oral **(**ANEXO II).

Parágrafo único: A nota final será a soma simples da pontuação das fichas de avaliação (ANEXO I e II). Parte dos critérios para avaliação do TCC 1 e 2 deverão ser adaptados a partir dos Anexos I e II, levando-se em consideração a natureza de cada TCC.

CAPÍTULO VII
DA BANCA EXAMINADORA

Art. 31º - As bancas de TCC 1; TCC 2 e TCC 3 devem ser formadas respeitando-se os seguintes critérios:

I. TCC 1. A banca de avaliação do TCC 1 deverá ser composta pelo(a)Coordenador(a) de TCC e outro(a) Docente, por ele(a) convidado(a), efetivo(a), substituto(a) ou aposentado(a) da Coordenação de Letras Estrangeiras ou de outro curso de área afim da Universidade Federal do Piauí;
II. TCC 2. A banca de avaliação do TCC 2 deverá ser composta pelo(a)Orientador(a) e Coorientador(a) (se houver) do TCC 2, e outro(a) Docente convidado (a), efetivo(a), substituto(a) ou aposentado(a), preferencialmente da Coordenação de Letras Estrangeiras ou de outro curso de área afim da UFPI. A arguição deverá ser feita unicamente por esse(a) Docente convidado(a). Caso não seja possível a participação de um membro da UFPI, membros vinculados a outras Instituições de Ensino, de áreas afins, com titulação mínima de Especialista poderão ser convidados;
III. TCC 3. A banca de avaliação do TCC 3 deverá ser composta pelo(a) Orientador(a) e Coorientador(a) (se houver) do TCC 3 e pelo menos, (01) um membro efetivo da UFPI e (01) um(a) Docente convidado(a) pelo(a) Orientando(a), com a anuência do Orientador(a), podendo ser ele(a) efetivo(a), substituto(a) ou aposentado(a), da Coordenação de Letras Estrangeiras ou de outro curso de área afim da UFPI ou discente regularmente matriculado(a) ou egresso(a) de programa de pós-graduação *strictu senso*. A arguição deverá ser feita unicamente por esses(as) convidados(as). Caso não seja viável a participação de membro da UFPI, membros vinculados a outras Instituições de Ensino Superior, de áreas afins, com titulação mínima de Especialista poderão ser convidados(as). A comunicação oficial e o envio da documentação para o convite da banca são de responsabilidade do(a) Orientador(a), assim como a entrega das fichas de avaliação e Orientações sobre o envio da versão final do trabalho.

Parágrafo único: Os membros avaliadores de TCCs 1 e 2, têm autonomia para atribuir a segunda das três notas, de acordo com o que julgarem condizente com o trabalho, sem a interferência do(a) Orientador(a) ou co-Orientador(a) (se houver). Para o TCC 3 caberá ao(à) Orientador(a) e a cada um dos avaliadores (externos) atribuir uma nota ao trabalho, após a apresentação e arguição.

CAPÍTULO VII

DA EMISSÃO DE CERTIFICADOS PARA AS BANCAS AVALIADORAS

Art. 32º - Serão disponibilizados Declarações e/ou Certificados aos membros das bancas avaliadoras, nas seguintes situações:

I. Para os TCCs 1 e 2, a Coordenação de TCC deverá emitir uma declaração de participação aos(às) avaliadores(as) do trabalho;

II. Para o TCC 3, deverá ser emitido um Certificado de participação, conforme observado:

a) Certificado de Participação em Banca (membros externos que realizaram as arguições dos trabalhos);

b) Certificado de Orientação (membros que Orientaram os trabalhos);

c) Certificado de Coorientação, se houver (membros que Coorientaram os trabalhos).

CAPÍTULO IX
DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 33º - O TCC será avaliado segundo os critérios estabelecidos pelo Plano Político Pedagógico (PPP), sendo a versão final apreciada, na forma escrita e/ou em exposição oral, por uma banca examinadora, constituída de acordo com este Regulamento, entre os quais são obrigatórios os seguintes itens:

I. Para o texto escrito:

a) Delimitação do tema apresentado;

b) Qualidade da discussão e estabelecimento de relações entre as teorias utilizadas e o tema da pesquisa;

c) Aspectos semânticos, sintáticos, ortográficos e pontuação do texto escrito, respeitando-se as normas do gênero artigo acadêmico;

d) Desenvolvimento da metodologia (quando aplicável);

e) Análise dos dados (quando aplicável);

f) Adequação do referencial bibliográfico ao tema da pesquisa (quando aplicável);

g) Adequação do texto escrito às normas vigentes da ABNT.

II. Da apresentação oral:

a) Uso oportuno de recursos multimodais;

b) Uso da norma culta e adequação ao gênero acadêmico oral;

c) Segurança e domínio do tema;

d) Postura e qualidade das respostas à arguição dos(as) avaliadores(as);

e) Gerenciamento qualitativo do tempo de apresentação.

Parágrafo único: O(a) Coordenador(a) da disciplina de TCC 1 ficará responsável por atribuir (02) duas das três notas ao projeto desenvolvido pelo(a) aluno(a), de acordo com os critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 34º - A nota final dos TCCs 1, 2 e 3 será a média das notas atribuídas pelo(a) Coordenador(a) de TCC e membro avaliador, no caso do TCC 1 e pelo(a) Orientador(a) e membro(s) avaliador(es), nos casos de TCC 2 e 3, conforme critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 35º - O(a) aluno(a) que não obtiver média mínima de sete pontos inteiros (7) e/ou não apresentar o TCC no prazo estabelecido será reprovado(a). Cabe ao(à) Orientador(a) verificar se o trabalho respeita os critérios estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo único: Em caso de plágio devidamente comprovado, o(a) discente será automaticamente reprovado(a) no componente curricular.

Art. 36º - A versão final e corrigida do TCC, após a sua apresentação e/ou arguição perante banca examinadora, deverá ser entregue em formato eletrônica à Coordenação de Curso, no prazo de 15 dias após apresentação e/ou arguição.

Art. 37º - Após a apreciação, em reunião específica, o Colegiado emitirá parecer, em até três dias, à Coordenação de TCC e ao(à) Presidente da banca examinadora.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38º - Casos especiais, dentre os quais, aqueles referentes aos resultados finais obtidos, que não estejam respaldados por este Regulamento deverão ser encaminhados, com devida justificativa ao Colegiado de Curso, que deliberará com base nas Resoluções aplicáveis.

ANEXOS

ANEXO I

FICHA DE AVALIAÇÃO: TRABALHO ESCRITO			
ALUNO: TRABALHO:		Valor máximo	Valo atribuído (média)
01	Delimitação do tema apresentado.	0,75	
02	Qualidade da discussão e estabelecimento de relações entre as teorias utilizadas e o tema da pesquisa.	2,0	
03	Aspectos semânticos, sintáticos, ortográficos e pontuação do texto escrito, respeitando-se as normas do gênero artigo acadêmico.	1,5	
04	Desenvolvimento da metodologia.	1,0	
05	Adequação da referencial bibliográfico ao tema da pesquisa.	1,0	
06	Adequação do texto escrito às normas vigentes da ABNT.	0,75	
NOTA ATRIBUÍDA AO TRABALHO			

ANEXO II

FICHA DE AVALIAÇÃO APRESENTAÇÃO ORAL			
ALUNO: TRABALHO:		Valor máximo	Valor atribuído (média)
01	Uso oportuno de recursos multimodais	0,25	
02	Uso da norma culta e adequação ao gênero acadêmico oral	0,25	
03	Segurança e domínio do tema	1,25	
04	Postura e qualidade das respostas à arguição dos avaliadores	1,0	
05	Gerenciamento qualitativo do tempo de apresentação	0,25	
NOTA ATRIBUÍDA AO TRABALHO			

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 610, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.044074/2023-52;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme Projeto Pedagógico anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude do supracitado Curso ter que iniciar suas atividades no Período Letivo 2024.1, sob pena de produzir maiores problemas tanto no fluxo discente (atraso), bem como quanto ao redimensionamento de plantel de docentes.

Teresina, 18 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
CURSO DE ARQUEOLOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUEOLOGIA/PRESENCIAL

GILDASIO GUEDES FERNANDES: 07757956315

Digitally signed by GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=PRESENCIAL, email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.20 11:39:03 -03'00'

TERESINA – 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
CURSO DE ARQUEOLOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUEOLOGIA/PRESENCIAL

Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia
Universidade Federal do Piauí *campus* Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí, a ser implementado/implantado em 2024.1.

TERESINA - 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof.ª Drª. Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Regilda Saraiva dos Reis Moreira Araújo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof.ª Dr.ª Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof.ª Dr.ª Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação - PREG

Prof.ª Dr.ª Silvana Santiago da Rocha

Coordenadora Geral de Graduação - CGRAD

Prof.ª MSc. M.ª Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio - CGE

Prof. MSc. Francisco Newton Freitas
Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular - CDAC

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos
Diretor de Administração Acadêmica – DAA

Prof.ª Dr.ª Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva
Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar - CAAC

Prof. MSc. Maycon Silva Santos
Coordenador de Seleção e Programas Especiais - CSPE

M.ª Ana Caroline Moura Teixeira
Assessora da Pró-Reitoria

CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA

CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA

CURSO DE ARQUEOLOGIA

DIRETOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. João Benvindo de Moura

COORDENADORA DO CURSO

Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges

SUBCOORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage do Nascimento
Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa
Prof.ª Dr.ª Claudia Minervina Souza Cunha
Prof.ª Dr.ª Elaine Ignácio
Prof.ª Dr.ª Fernanda Codevilla Soares
Prof. Dr. Flávio Rizzi Calippo
Prof. Dr. Grégoire André Henri Marie Ghislain van Havre
Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges
Prof. Dr. Juan Carlos Cisneros Martinez
Prof. Dr. Luís Carlos Duarte Cavalcante
Prof.ª Dr.ª Maria do Amparo Alves de Carvalho
Prof.ª Drª Sônia Maria Campelo Magalhães
Prof. Dr. Vinícius Melquíades dos Santos

DMOR: Prof. Dr. Leonardo Borges Ferro

Representante discente: Evlém Lorena Silva de Oliveira
Hudna Alexia Lima Sousa (suplente)

COMPOSIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO RESPONSÁVEIS POR ESTE TCC

PORTARIA PREG Nº 08 (15/03/2022)

JÓINA FREITAS BORGES - NATO (Período de vigência da função)

ÂNGELO ALVES CORRÊA - MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

ANA LUISA MENESES LAGE NASCIMENTO- MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

CLAUDIA MINERVINA SOUZA CUNHA - MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

SÔNIA MARIA CAMPELO MAGALHÃES - MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO - MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

ELAINE IGNÁCIO - MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

FERNANDA CODEVILLA SOARES - MEMBRO (31/01/2022 a 31/12/2024)

PORTARIA PREG Nº 74 (18/10/2022)

JÓINA FREITAS BORGES - NATO (Período de vigência da função)

ÂNGELO ALVES CORREÂ - MEMBRO (31/01/2022 a 30/01/2024 PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022)

ANA LUISA MENESES LAGE NASCIMENTO - MEMBRO (31/01/2022 a 30/01/2024 PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022)

SÔNIA MARIA CAMPELO MAGALHÃES - MEMBRO (31/01/2022 a 30/01/2024 PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022)

MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO - MEMBRO (31/01/2022 a 30/01/2024 PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022)

ELAINE IGNÁCIO - MEMBRO (31/01/2022 a 30/01/2024 PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022)

FERNANDA CODEVILLA SOARES - MEMBRO (31/01/2022 a 30/01/2024 PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022)

VINÍCIUS MELQUIADES DOS SANTOS - MEMBRO (14/10/2022 a 13/10/2024)

PORTARIA CCN/UFPI Nº 41/2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023

Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage do Nascimento (Membro)

Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa (Membro)

Prof. Dr. Grégoire André Henri Marie Ghislain van Havre (Membro)

Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges (Nato)

Prof.ª Dr.ª Maria do Amparo Alves de Carvalho (Membro)

Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Campelo Magalhães (Membro)

Prof. Dr. Vinícius Melquíades dos Santos (Membro)

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Arqueologia

CÓDIGO DO CURSO (INEP): 112454

CRIAÇÃO DO CURSO:
Resolução n.º 14/2007 – CEPEX/UFPI, de 25 de janeiro de 2007

RECONHECIMENTO DO CURSO:
Portaria MEC n.º 302, de 27 de dezembro de 2012
Publicação: DOU de 31 de dezembro de 2012, seção 1 folhas 148 e 149

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO:
Protocolo MEC n.º 201933927
Código da Avaliação: 161408
Conceito Final de Faixa: 5

GRAU: *Bacharelado*

MODALIDADE: *Ensino presencial*

DURAÇÃO DO CURSO:
Mínimo: 4 anos
Média: 5 anos
Máximo: 6 anos
(Para alunos com necessidades educacionais especiais, acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso).

ACESSO AO CURSO: *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU/ MEC), e de acordo com o edital específico da UFPI, com uma entrada anual no primeiro semestre letivo.*

REGIME LETIVO: Crédito

PERIODICIDADE: Semestral

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: 40 vagas

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: BACHARELA EM ARQUEOLOGIA

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: BACHAREL EM ARQUEOLOGIA

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	QUANTIDADE DE VAGAS
1º SEMESTRE	Integral (matutino e vespertino)	40

ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/ Período de implantação	Carga horária por Período Letivo		
	Mínima	**Média**	**Máxima**
2024.1	**12**	**240**	**420**

QUADRO-SÍNTESE - CARGA HORÁRIA/ CRÉDITO/ HORA-AULA

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias (A)	**2.265 h**	**151**
Disciplinas Optativas (B)	**120 h**	**8**
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (C)	**120 h**	**8**
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (D)	**210 h**	**14**
Atividades Complementares - AC (E)	**120 h**	**--**
Atividades Curriculares de Extensão - ACE (F = 10% de G)	**315 h**	**--**
TOTAL (A+B+C+D+E+F = G)	**3.150 h**	**181**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 13

1 INTRODUÇÃO 14

1.1 Justificativa 16

1.2 Contexto Regional e Local 17

1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso 17

2 CONCEPÇÃO DO CURSO 19

2.1 Princípios Curriculares e Especificidades do Curso 19

2.2 Objetivos do Curso 21

2.2.1 Objetivo Geral 21

2.2.2 Objetivos Específicos 22

2.3 Perfil do Egresso 22

2.4 Competências e Habilidades 23

2.5 Atitudes 23

2.6 Perfil do Corpo Docente 24

3 PROPOSTA CURRICULAR 25

3.1 Estrutura e Organização Curricular 25

3.1.1 Matriz Curricular 25

3.1.1.1 Disciplinas Obrigatórias 26

3.1.1.2 Disciplinas Optativas 29

3.2 Fluxograma 31

3.3 Estágio, Atividades Complementares, Atividades Curriculares de Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso 32

3.3.1 Estágio 32

3.3.2 Atividades Complementares 32

3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 37

3.3.3.1 Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão 39

3.3.3.2 Sugestões para as ACE do Curso de Arqueologia 29

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso 41

3.4 Procedimentos Metodológicos de Curso 42

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS 44

4.1 Políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão 44

4.2 Apoio ao Discente 46

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO 44

5.1 Autoavaliação Institucional 47
5.2 Processo de Avaliação do Curso 48
5.3 Processo de Avaliação dos Alunos 49
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (Incluindo bibliografias e distribuídas por semestres) 50
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA 135
7.1 Instalações e Equipamentos 135
7.2 Recursos Humanos 136
7.2.1 Núcleo Docente Estruturante Humanos 136
7.2.2 Corpo Docente 137
7.2.3 Atuação da Coordenação 139
7.3 Bibliotecas 141
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS 144
8.1 Equivalência entre Projetos Pedagógicos 144
8.2 Cláusula de Vigência 144
REFERÊNCIAS 144
BIBLIOGRAFIA 150

APÊNDICE A - FUNDAMENTOS LEGAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

APÊNDICE B - REGULAMENTO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

ANEXO A - PORTARIAS DO NDE E COLEGIADO DE CURSO

ANEXO B - ATAS DE APROVAÇÃO DO PPC (COLEGIADO E NDE)

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, cuja fundamentação segue as linhas de ação da política de formação dos profissionais da Arqueologia, discutidas pelo Fórum de Ensino de Arqueologia que acontece no âmbito da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), estabelecidas pelos órgãos e conselhos que se ocupam desse patrimônio, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

O Projeto foi elaborado tendo como fundamentos a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; a Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial; o Decreto nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, e as Referências Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura MEC 2010; o Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; e a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.

Em termos institucionais, referentes à Universidade Federal do Piauí, atende especialmente à Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012 e suas atualizações, à Resolução CEPEX/UFPI nº 053/19 e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - UFPI 2020/2024).

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que o Estado do Piauí é detentor de um grande patrimônio e potencial arqueológico. Desde 1986, o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (NAP) da UFPI vem realizando o levantamento dos sítios arqueológicos do Estado, inicialmente com a colaboração da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e, em seguida, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão do Ministério da Cultura. Mais de 1400 sítios arqueológicos foram registrados em cerca de 60 municípios, de um extremo a outro do estado, a partir do trabalho deste núcleo de pesquisa. Assim, seguindo essa tradição de pesquisa, foi criado o Curso de Arqueologia, pensado com o objetivo de aproveitar e explorar esse potencial arqueológico, mas sobretudo de formar profissionais qualificados para lidar com este rico patrimônio.

Criado no ano de 2007 como Curso de Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, foi a segunda graduação em Arqueologia instituída no Piauí. Ressalte-se que, para lidar com a riqueza arqueológica existente na diversidade cultural e natural brasileira, o curso apresentou, desde sua origem, uma grade curricular efetivamente interdisciplinar, com conteúdos voltados para diversas áreas científicas (Ciências Humanas, Naturais e Exatas). Além do apelo comunitário para a criação de um curso de Arqueologia local, voltado para o aproveitamento das potencialidades do Estado, estiveram na base dessa criação a vasta experiência dos profissionais do Núcleo de Antropologia Pré-Histórica - NAP, tanto no âmbito da promoção de pesquisas quanto no da oferta de especializações em arqueologia. Não só o curso de graduação foi gestado neste Núcleo, mas também o Museu de Arqueologia e Paleontologia - MAP, órgão que desempenha hoje importante papel no apoio às atividades desenvolvidas pelo curso.

O currículo inicial sofreu pequenas alterações no ano de 2011, criando-se, assim, uma segunda matriz curricular. No ano de 2016, o NDE - Núcleo Docente Estruturante, a partir de reuniões realizadas com estudantes ativos e egressos, começou a realizar alterações mais profundas na grade curricular, a fim de atender a demandas de atualização em relação à própria evolução da Arqueologia, como também em virtude de se alterar o nome do Curso para “Curso de Arqueologia”, visto que “ Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre” gerava uma expectativa de especialização que estava

atrapalhando o ingresso de discentes, assim como a atuação dos egressos no mercado de trabalho. Estas alterações foram aprovadas no ano de 2019.

O PPC aprovado em 2019, através da Resolução CEPEX/ UFPI 129/19, aumentou a carga horária das disciplinas e atividades obrigatórias do Curso de Arqueologia para 2835 horas e implementou a curricularização da extensão com 10% desse total de horas, percentual correspondente a 285 horas; buscou ampliar o alcance da Arqueologia realizada no Piauí, incluindo conteúdos mais críticos, atualizando as discussões teóricas do campo da Arqueologia, formando um profissional apto a lidar com a pesquisa, o estudo e a gestão do patrimônio arqueológico no contexto nacional.

Apesar de já prever a curricularização da extensão, o currículo aprovado em 2019 trouxe a carga horária da extensão contabilizada a menos (30h) em relação ao que reza a legislação, de acordo com a RESOLUÇÃO MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Sendo assim, em virtude da necessidade de adequação das ACEs (Atividades Curriculares de Extensão), o texto ora apresentado realiza esta correção e algumas alterações não estruturais em relação ao currículo de 2019.

As atualizações propostas não apresentam mudança nos nomes das disciplinas, desta forma **é a mesma estrutura curricular do currículo em vigor (2019),** com exceção do acréscimo de 30h nas atividades curriculares de extensão (quadro I).

QUADRO I

PPC 2019		Atual proposta de PPC	
Disciplinas obrigatórias	2.385 h	Disciplinas obrigatórias	2.385 h
Estágio supervisionado	210 h	Estágio supervisionado	210 h
Disciplinas Optativas	120 h	Disciplinas Optativas	120 h
Atividades Complementares	120 h	Atividades Complementares	120 h
Atividades curriculares de extensão	285	Atividades curriculares de extensão	315 h
Carga horária total do Curso	3.120 h	**Carga horária total do curso**	**3.150 h**

1.1 Justificativa

Além da correção da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, o currículo presentemente proposto traz as seguintes atualizações (aprovadas na 32ª Assembleia Extraordinária do Curso de Arqueologia, realizada em 24/11/2023):

- Adequação da Carga Horária de Atividades Curriculares de Extensão, que passa de 285h para 315h;

- Acréscimo das disciplinas optativas: Arqueologia Urbana 60 h/a, Prática de Conservação em Arte Rupestre de 60 h/a e Práticas de Restauro 60 h/a;

- Revisão e atualização das ementas das disciplinas do curso e atualização de referências bibliográficas (sem alteração de nome ou de carga horária das disciplinas, havendo assim equivalência total dos componentes);

- Revisão da carga horária e de algumas descrições equivocadas, nas Atividades Complementares;

- Proposta de implementação de Núcleo de Extensão.

Nesta proposta de atualização foram acrescidas 30 horas de Atividades Curriculares de Extensão, atendendo à legislação vigente. Sendo assim, houve um acréscimo de 30 (trinta) horas na carga horária total do curso, que passa a ser de 3.150 horas, sem, contudo, haver alteração na estrutura curricular, nem nos códigos das disciplinas já previstas.

O Núcleo de extensão auxiliará na adequação dessa exigência, pois disponibilizará a cada semestre atividades que, somadas ou individualmente, venham a cobrir o total ora exigido como acréscimo, que é de 30h, ou até suprir a necessidade de um número maior de horas de atividades de extensão.

Para fazer essa correção, indispensável aos alunos que entraram a partir do primeiro semestre letivo do ano de 2023, **será realizada a MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA dos alunos ingressantes em 2023-1 para esta nova matriz curricular,** que possui equivalência global à anterior.

1.2 Contexto Regional e Local

Antes de falar da UFPI é importante tecer alguns comentários sobre o Estado do Piauí e sua Capital, visto que isso permite a obtenção de uma ideia geral sobre o contexto institucional. O Piauí é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região Nordeste, sendo o terceiro maior Estado nordestino em área territorial. Limita-se com cinco outros estados brasileiros: Ceará e Pernambuco, a leste; Bahia, a sul e sudeste; Tocantins, a sudoeste; e Maranhão, a oeste; além do oceano atlântico, ao norte.

O território piauiense (251.529 km²) constitui-se de uma área geográfica homogênea, apresentando características do Planalto Central, pela presença do tipo vegetacional cerrado; da Amazônia, pelo tipo de clima e caudais fluviais perenes; e do Nordeste semiárido, pelos cursos de água intermitentes. A população do Piauí totaliza mais de 3 milhões de habitantes (3 milhões e 195 mil). Está organizado geograficamente em 04 Mesorregiões, 15 Microrregiões e 224 municípios.

Teresina, a atual capital do Piauí, foi fundada em 16 de agosto de 1852, mas o estado já teve Oeiras como sua primeira capital, sediada na Mesorregião Sudeste Piauiense, Microrregião de Picos. Teresina está situada na Mesorregião Centro Norte Piauiense, possui pouco mais de 840 mil habitantes, sendo que sua região metropolitana, denominada Região Integrada da Grande Teresina, que envolve os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Nazária, Teresina e União, além do município maranhense de Timon (do qual se separa apenas pelo Rio Parnaíba), é detentora de 37% da população do Estado, com 1.189.260 habitantes, segundo o IBGE (2014).

Teresina possui um dos índices mais altos entre as capitais, no que tange ao desenvolvimento do município, encontrando-se na posição 186 no ranking nacional de municípios.

1.3 Histórico e Estrutura Organizacional da UFPI e do Curso

A Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 68, assinada pelo então presidente Costa e Silva, que autorizou seu funcionamento sob forma de Fundação. Essa lei foi resultado de lutas políticas e de

vários segmentos da sociedade, que acalentaram por décadas o sonho de verem se instalar no Piauí uma Universidade. O credenciamento das Faculdades isoladas (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração, de Parnaíba) já existentes no Piauí ocorreu por meio do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945. Após a fusão dessas unidades isoladas existentes à época de sua fundação, a UFPI foi credenciada em 1968, através da Lei supracitada. Em 2023 foi recredenciada, obtendo a nota máxima, 5, junto ao Ministério da Educação.

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Profª. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, também fazia parte da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Oferece cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância– bacharelados e licenciaturas –, e cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrados e doutorados). Além disso, disponibiliza cursos de ensino básico, técnico e tecnólogo em seus três colégios técnicos.

Localizada no Estado do Piauí, reconhecido como uma das regiões de ocupação humana mais antiga entre as já identificadas no continente americano, era premente à Universidade Federal do Piauí a criação de um Curso de Arqueologia para que se desse prosseguimento às pesquisas arqueológicas realizadas pelo NAP - Núcleo de Antropologia Pré-Histórica, fundado pela arqueóloga Niède Guidon e, mais ainda, para que se viabilizasse a formação de profissionais em nível de graduação, a fim de trabalhar a imensa riqueza arqueológica, não só no Piauí, mas também de Estados vizinhos como o Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e em todo o Brasil.

Criado em 2007, tem o início de seu funcionamento no ano de 2008 e a primeira turma de concluintes formada em 2011.2. Os dados disponíveis comprovam que o Curso de Graduação em Arqueologia da UFPI tem sido bastante aproveitado por aqueles que o fizeram, por exemplo: formaram-se, pela Universidade Federal do Piauí, 170 bacharéis em Arqueologia, sendo que a maioria está inserida no mercado

de trabalho, em instituições e/ou empresas públicas e privadas. Mais de 35% (trinta e cinco por cento) dos egressos continuaram sua formação acadêmica, em nível de pós-graduação, em programas da UFPI e de outras Instituições de Ensino Superior, seja no Piauí ou em outros estados brasileiros. Do total de alunos que concluíram o Curso de Arqueologia da UFPI, somente 20% (vinte por cento) ainda não foram integrados a programas de pós-graduação, ou não ingressaram no mercado de trabalho exercendo a profissão de Arqueólogo. Além disso, as taxas de inserção no mercado de trabalho e a de continuidade da formação acadêmica evidenciam o fato de que a taxa de permanência do egresso em atividades ligadas ao patrimônio arqueológico, seja de pesquisa, ensino ou gestão é muito elevada. Tal fato evidencia também que a criação do Curso de Arqueologia tem contribuído substancialmente para a formação de quadros na Arqueologia Brasileira.

2 CONCEPÇÃO DO CURSO

A graduação em Arqueologia foi concebida em moldes modernos e abrangentes, visando tanto a formação de profissionais qualificados, para lidar com questões relacionadas ao patrimônio arqueológico, quanto para possibilitar o desenvolvimento do Estado no que diz respeito a essa área.

2.1 Princípios Curriculares e Especificidades do Curso

O currículo de um curso representa o conjunto de atividades, de experiências, de situações de ensino-aprendizagem a serem vivenciadas pelo aluno durante a sua formação. É o currículo que assegura a formação para uma competente atuação profissional. Assim, as atividades desenvolvidas devem articular harmoniosamente as dimensões: humana, técnica, político-social e ética.

Portanto, deve-se, no decorrer do curso de Arqueologia, considerar os seguintes princípios:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** – este princípio demonstra que o ensino superior deve ser compreendido como espaço de produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de

formação, para que se possa compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades, promovendo o repasse posterior do conhecimento resultante para a sociedade.

- **Formação profissional para a cidadania** – a UFPI tem o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual, a fim de que o profissional, por meio do questionamento permanente dos fatos, possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.
- **Interdisciplinaridade** - este princípio demonstra que a integração disciplinar possibilita a análise dos objetos de estudo sob diversos olhares.
- **Relação orgânica entre teoria e prática** – todo o conteúdo curricular do curso de Arqueologia deve fundamentar-se na articulação teoria-prática, essencial ao processo de ensino- aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente na maioria das disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa.
- **Flexibilidade** – o curso de Arqueologia, por sua característica interdisciplinar, possui um corpo docente diverso, que possibilita ao educando flexibilizar suas investigações e práticas acadêmicas, se inserindo em projetos de pesquisa que lhes permitem participação ativa no cotidiano profissional, além de adquirir experiência frente às demandas sociais. Disciplinas optativas, que abrangem conteúdos das diversas áreas arqueológicas, serão ofertadas todos os períodos, sendo que os alunos devem escolher obrigatoriamente pelo menos duas, no decorrer do curso, mas podem cursar quantas desejarem.

O currículo proposto para o curso elege como área de formação a **pesquisa arqueológica**, o que garantirá uma formação ampla e ao mesmo tempo sólida, capacitando o bacharel formado na UFPI a atuar como pesquisador, ou em áreas relacionadas a este ramo, em instituições de pesquisa, de conservação do patrimônio e no ensino superior. Essa formação fundamenta-se nas seguintes orientações gerais:

- Período de funcionamento: diurno;
- Integralização: de quatro anos (mínimo) a seis anos (máximo);
- Definição de princípios norteadores do currículo, sobre os quais estão fundamentadas todas as disciplinas do Curso;

- Instituição da estrutura curricular por semestre acadêmico, levando o aluno a matricular- se em todas as disciplinas do semestre curricular e assim propiciar condições concretas para a integralização do Curso;
- Equilíbrio de carga horária das disciplinas curriculares, predominando aquelas de 60 horas (uma das exceções refere-se ao estágio supervisionado, que terá duração de 210 horas; as outras exceções são o Seminário de Introdução ao Curso (15 h), duas disciplinas de 45h (Técnicas de Laboratório em Arqueologia I; Ecossistemas) e duas de 30h (Origem e Evolução Humana; Arqueologia e História das Primeiras Sociedades);
- Definição de uma bibliografia básica e outra complementar, que expressam as obras a serem estudadas ao longo do curso, representando a literatura teórico-metodológica essencial para uma formação profissional de qualidade;
- Elaboração de monografia (TCC - Trabalho de Conclusão de Curso) como exigência para a conclusão do curso, visando consolidar os estudos teóricos e investigativos realizados no decorrer do processo de formação, bem como estimular o aluno a prosseguir os estudos em nível de pós-graduação;
- Inserção do aluno no contexto da pesquisa arqueológica, onde atuará, desde o início do curso e durante toda a formação acadêmica, concretizando, dessa forma, a relação teoria-prática.

Desse modo, o profissional formado pelo curso de Arqueologia da UFPI estará capacitado para lidar com os desafios da pesquisa arqueológica, da conservação do patrimônio e da gestão de bens arqueológicos.

2.2 Objetivos do Curso

2.2.1 Objetivo Geral

O curso visa formar profissionais éticos, reflexivos e atuantes em Arqueologia, portadores de conhecimentos interdisciplinares que contemplem conteúdos teóricos, práticos e profissionais de diversos campos das Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e da Terra.

2.2.2 Objetivos Específicos

- proporcionar a formação de profissionais da arqueologia aptos a trabalharem em todas as fases e áreas da pesquisa arqueológica em instituições públicas e/ou privadas;
- promover a formação de bacharéis em arqueologia aptos a continuarem seus estudos em nível de pós-graduação *lato* e *stricto-sensu*;
- realizar pesquisas arqueológicas em nível acadêmico, a fim de propiciar a formação de pesquisadoras e pesquisadores.

2.3 Perfil do Egresso

A intenção da presente proposta pedagógica é proporcionar vivências teóricas e profissionais relacionadas ao exercício do trabalho em Arqueologia, qualificando o egresso nas funções que compõem sua área de atuação: tratamento do material arqueológico: limpeza, identificação, registro e acondicionamento; análises técnicas e tecnológicas da cultura material desenvolvidas em laboratório; pesquisa documental e/ou de outras fontes, realizada em acervos de variadas matizes; gestão e socialização dos bens arqueológicos em instituições públicas, privadas ou em ONGs. Além disso, essa formação foi pensada no sentido de proporcionar ao cidadão egresso do curso, a análise da prática arqueológica dentro de uma discussão ética, levando em consideração os vários interesses e conjunturas que estão presentes na vida do arqueólogo.

A concepção do perfil proposto para o profissional de Arqueologia fundamenta-se na necessidade de possuir sólida formação técnica e teórica, humanista e cultural, em consonância com as premissas e demandas internacionais, nacionais, regionais e locais, que expressam as necessidades socioculturais, políticas, ambientais e econômicas para a área de Arqueologia no Estado do Piauí e no Brasil.

Desta forma, busca-se contribuir para que o egresso do Curso de Graduação em Arqueologia da UFPI possa se inserir em um mercado de trabalho em crescente expansão, acompanhando o processo de crescimento econômico e político do país, através de sua absorção, também, por empresas, projetos ou outros trabalhos, no campo do licenciamento ambiental; da mesma maneira, procura-se possibilitar a inserção de arqueólogos formados na UFPI em cargos técnicos, em instituições

públicas ou do terceiro setor; ou, ainda, consoante formação posterior em nível de pós-graduação stricto sensu, na carreira do magistério superior, em instituições de ensino públicas ou privadas, que sejam dotadas de cursos de arqueologia ou de áreas correlatas, tais como: antropologia, ciências sociais e história.

A formação do egresso fundamenta-se no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes imprescindíveis ao exercício da referida atividade profissional, a saber:

2.4 Competências e Habilidades

- Conhecer, sob o ponto de vista teórico e metodológico, a ciência Arqueologia, inclusive no que diz respeito à vinculação com os demais campos do saber, possibilitando ainda a integração entre saber acadêmico e exercício profissional.
- Compreender e avaliar criticamente os aspectos socioculturais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados à aplicação dos princípios da arqueologia.
- Elaborar e executar projetos de pesquisa e de socialização do patrimônio arqueológico.
- Desenvolver habilidades inerentes ao trabalho arqueológico, tanto nas pesquisas de campo quanto nas de laboratório. Essas habilidades incluem: procura, localização, mapeamento e registro documental dos sítios; intervenções arqueológicas; elaboração de sínteses, relatórios e textos científicos para divulgação e gestão do patrimônio cultural.

2.5 Atitudes

- Ter atitude crítica em relação aos conteúdos conceituais e procedimentais aprendidos, analisando-os acuradamente, a fim de aplicá-los com eficácia.
- Refletir de forma crítica e ética sobre a sua prática de pesquisa e atuação nos diferentes setores da arqueologia.
- Ser proativo e saber trabalhar em equipe.
- Respeitar a liberdade de expressão e a diversidade cultural existente na sociedade em que vivemos.

- Atuar de forma colaborativa junto às comunidades envolvidas com a gestão do patrimônio arqueológico.

2.6 Perfil do Corpo Docente

Os professores que ministram a maioria das disciplinas do Curso de Arqueologia estão lotados no CCN/UFPI e pertencem ao próprio curso, em regime de Dedicação Exclusiva. A relação nominal destes e a respectiva titulação são apresentadas a seguir:

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Ana Luísa Meneses Lage Do Nascimento CPF: 017.847.553-03	Doutora	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Ângelo Alves Corrêa CPF: 081.890.427-50	Doutor	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Claudia Minervina De Souza Cunha CPF: 571.286.005-82	Doutora	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Elaine Ignácio CPF: 081.613.378-61	Mestra Doutoranda	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Fernanda Codevilla Soares CPF: 001.891.350-42	Doutora	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Flávio Rizzi Calippo CPF:170.736.108-83	Doutor	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Grégoire André Henri Marie Ghislain van Havre CPF: 848.187.515-53	Doutor	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Jóina Freitas Borges CPF: 441.948.543-49	Doutora	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Juan Carlos Cisneros Martínez CPF: 691.889.631-87	Doutor	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Luís Carlos Duarte Cavalcante CPF: 755.179.143-49	Doutor	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Maria Do Amparo Alves De Carvalho CPF: 421.064.783-72	Doutora	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Sônia Maria Campelo Magalhães CPF: 130.532.213-49	Doutora	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais
Vinícius Melquíades Dos Santos CPF: 065.513.426-39	Doutor	Dedicação Exclusiva 40 horas semanais

3 PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e Organização Curricular

Na organização curricular estão definidas duas categorias de disciplinas, de acordo com o conteúdo. A primeira categoria é composta pelas disciplinas **obrigatórias,** distribuídas em três núcleos, a saber: de **conteúdo básico** (Núcleo B), de conteúdos basilares, alicerce para a prática profissional na Arqueologia; de **conteúdo profissional** (Núcleo P), que estão mais ligadas ao exercício das práticas profissionais; e as de **conteúdo complementar** (Núcleo C), que correspondem a disciplinas subsidiárias ao exercício da profissão. As **disciplinas obrigatórias (de conteúdo básico, profissional e complementar)** destinam-se a propiciar ao aluno uma formação teórica sólida e consistente nos conteúdos da Arqueologia e das ciências afins, bem como nos conteúdos de caráter instrumental da prática arqueológica. Constituem a parte mais substancial do curso.

As **disciplinas optativas** são escolhidas pelos discentes e destinam-se ao aprofundamento dos conteúdos próprios de um campo mais especializado da atuação do Arqueólogo, oferecendo-lhe alguns elementos a mais para a sua formação profissional, bem como incentivo à continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, no mínimo 2 disciplinas optativas de sessenta (60) horas cada uma, ou seja, 120 horas no total.

Além destas, ainda compõem o quadro curricular o estágio supervisionado, as atividades acadêmico-científico- culturais e as atividades curriculares de extensão.

3.1.1 Matriz Curricular do Curso de Arqueologia

Ressalte-se que todas as disciplinas obrigatórias e optativas são cadastradas no Curso de Arqueologia.

3.1.1.1 Disciplinas Obrigatórias

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
1º	CACAR/CCN001	Introdução a Pensamento Arqueológico	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN002	Arqueologia e Ciências Sociais	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN003	Origem e Evolução Humana	30	2	0	0	_
	CACAR/CCN004	Arqueologia e História das Primeiras Sociedades	30	2	0	0	_
	CACAR/CCN005	Arqueologia e Ciências Naturais	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN006	Iniciação à Pesquisa Científica e Arqueológica	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN007	Patrimônio Cultural e Legislação	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN008	Seminário de Introdução ao Curso	15	1	0	0	_
	TOTAL DO PERÍODO		**375**	**25**	**0**	**0**	

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
2º	CACAR/CCN009	Técnicas de Laboratório em Arqueologia I	45	2	1	0	_
	CGP0040	Teorias e Métodos em Arqueologia	60	4	0	0	CACAR/CCN001- Introdução ao Pensamento Arqueológico
	CACAR/CCN011	Arqueologia e Ciências Humanas	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN012	Arqueologia das Américas	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN013	Arte Rupestre I	60	4	0	0	CACAR/CCN004 - Arqueologia e História das Primeiras Sociedades
	CACAR/CCN014	Geologia Geral e do Quaternário	60	3	1	0	_

	CACAR/CCN015	Amostragem e Tratamento de Dados Arqueológicos	60	3	1	0	_
	TOTAL DO PERÍODO		**405**	**24**	**3**	**0**	

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
3º	CACAR/CCN016	Técnicas de laboratório em Arqueologia II	60	1	3	0	CACAR/CCN009-Técnicas de laboratório em Arqueologia I
	CACAR/CCN017	Técnicas de Trabalho de Campo I	60	1	3	0	CGP0040-Teorias e Métodos em Arqueologia
	CACAR/CCN018	Arqueologia Latino-Americana	60	4	0	0	-
	CACAR/CCN019	Teoria da Conservação	60	4	0	0	CACAR/CCN007-Patrimônio Cultural e Legislação
	CGP0018	Geomorfologia	60	2	2	0	CACAR/CCN014-Geologia Geral e do Quaternário
	CGP0006	Arqueometria	60	2	2	0	CACAR/CCN005-Arqueologia e Ciências Naturais
	CACAR/CCN010	Anatomia de Vertebrados para Arqueologia	60	2	2	0	_
	TOTAL DO PERÍODO		**420**	**16**	**12**	**0**	

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
4º	CGP0011	História da América Portuguesa	60	4	0	0	_
	CGP0016	Arqueologia Brasileira	60	4	0	0	-
	CGP0024	Arte Rupestre II	60	2	2	0	CACAR/CCN013-Arte Rupestre I
	CGP0029	Arqueologia Histórica	60	4	0	0	_
	CACAR/CCN020	Ecossistemas	45	2	1	0	_
	CGP0008	Geoarqueologia	60	2	2	0	CGP0018-Gemorfologia

	CACAR/CCN021	Zooarqueologia	60	2	2	0	CACAR/CCN010-Anatomia de Vertebrados para Arqueologia
	TOTAL DO PERÍODO		**405**	**20**	**7**	**0**	

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
5º	CACAR/CCN022	História dos Povos Indígenas no Brasil	60	4	0	0	CACAR/CCN011 Arqueologia e Ciências Humanas
	CACAR/CCN023	Técnicas de Trabalho de Campo II	60	1	3	0	CACAR/CCN017-Técnicas de Trabalhos de Campo I
	CACAR/CCN024	Práticas de Conservação	60	1	3	0	CACAR/CCN019-Teoria da Conservação
	CACAR/CCN025	Arqueologia e Ética	60	4	0	0	CACAR/CCN 007 – Patrimônio Cultural e Legislação
	CACAR/CCN030	Introdução à Bioarqueologia	60	2	2	0	CGP0040-Teorias e Métodos em Arqueologia
	CACAR/CCN026	Mapeamento Arqueológico	60	2	2	0	–
	TOTAL DO PERÍODO		**360**	**14**	**10**	**0**	

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
6º	CGP0023	História do Piauí	60	4	0	0	–
	CGP0025	Monografia I	60	4	0	0	CACAR/CCN006-Iniciação a Pesquisa Científica e Arqueológica CGP0040-Teoria e Métodos em Arqueologia
	CACAR/CCN027	Paleontologia Geral	60	3	1	0	CACAR/CCN014 - Geologia Geral e do Quaternário
	CACAR/CCN028	Desenho Técnico de Material Arqueológico	60	1	3	0	–
	CACAR/CCN029	Arqueologia em Museus	60	2	2	0	–
	TOTAL DO PERÍODO		**300**	**14**	**6**	**0**	

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
7º	CGP0049	Estágio Supervisionado	210	0	0	14	CGP0040- Teorias e Métodos em Arqueologia CACAR/CCN023- Técnicas de Trabalho de Campo II CACAR/CCN016 – Técnicas de Laboratório II
	TOTAL DO PERÍODO		**210**	**0**	**0**	**14**	

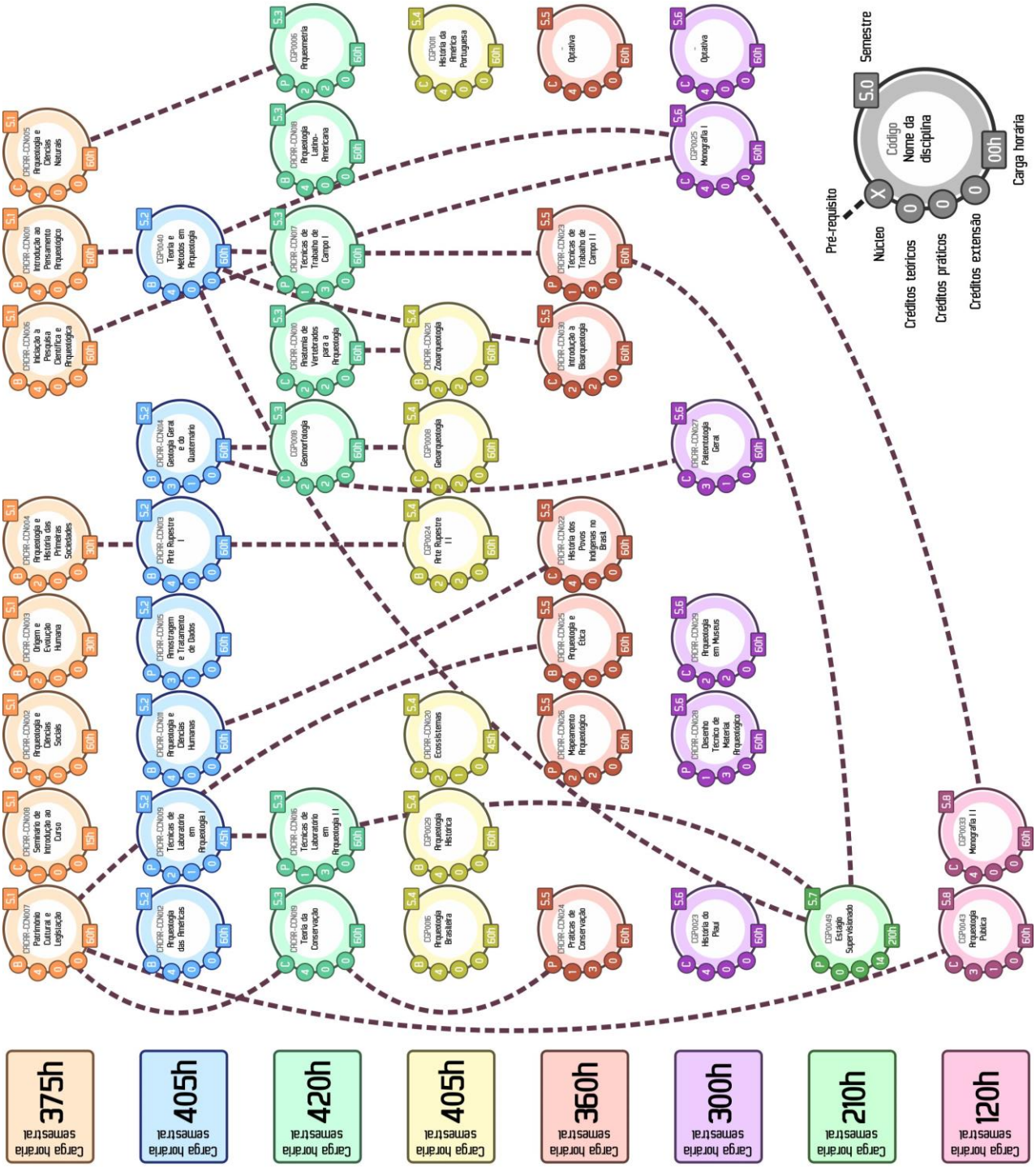
SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
8º	CGP0033	Monografia II	60	4	0	0	CGP0025-Monografia I
	CGP0043	Arqueologia Pública	60	3	1	0	CACAR/CCN 007- Patrimônio Cultural e Legislação
	TOTAL DO PERÍODO		**120**	**7**	**1**	**0**	

3.1.1.2 Disciplinas Optativas

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS			PRÉ-REQUISITOS
				T	P	E	
5º	CACAR/CCN031	Etnografia e História Oral	60	3	1	0	CACAR/CCN 011- Arqueologia e Ciências Humanas
	CACAR/CCN033	Tópicos da Cultura Material	60	3	1	0	CGP0040- Teorias e Métodos em Arqueologia
	CACAR/CCN036	Desenho aplicado à Paleontologia	60	1	3	0	-
	CGP0038	Estudo dos Artefatos Cerâmicos	60	2	2	0	CACAR/CCN016- Técnicas de Laboratório em Arqueologia II
	CGP0042	Arqueologia em Ambiente Costeiro	60	2	2	0	CACAR/CCN 007- Patrimônio Cultural e Legislação
	CGP0045	Arqueologia e Licenciamento Ambiental	60	4	0	0	CACAR/CCN 007- Patrimônio Cultural e Legislação
	CLE0174	Inglês Instrumental Básico	60	4	0	0	-
	CLV0002	Português I – Prática de Redação	60	4	0	0	-
	TOTAL DO PERÍODO		**480**	**23**	**9**	**0**	

6º	CACAR/CCN032	Introdução à Antropologia Funerária	60	4	0	0	CACAR/CCN 011- Arqueologia e Ciências Humanas CACAR/CCN 030 – Introdução à Bioarqueologia
	CACAR/CCN034	Arqueologia e as interfaces entre o Xamanismo e a mitologia	60	2	2	0	-
	CACAR/CCN035	Processamento de Dados em Arqueometria	60	0	4	0	CGP0006 – Arqueometria
	CGP0036	História Cultural	60	4	0	0	-
	CGP0039	Estudo dos Artefatos Líticos	60	2	2	0	CACAR/CCN016- Técnica de Laboratório em Arqueologia II
	CGP0041	Arqueologia e Turismo	60	3	1	0	CACAR/CCN 007- Patrimônio Cultural e Legislação
	CGP0044	Etnoarqueologia	60	4	0	0	CACAR/CCN 011- Arqueologia e Ciências Humanas CGP0040- Teorias e Métodos em Arqueologia
	CGP0047	Arqueologia Subaquática	60	3	1	0	CGP0009- Ecossistemas CACAR/CCN006- Iniciação à Pesquisa Científica e Arqueológica. CGP0040- Teorias e Métodos em Arqueologia
	CGP0048	Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidade	60	4	0	0	-
	LIBRAS 012	LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais	60	2	2	0	-
	NOVA	Arqueologia Urbana	60	3	1	0	-
	NOVA	Prática de Conservação de Arte Rupestre	60	1	3	0	CACAR/CCN019 – Teoria da Conservação
	NOVA	Práticas de Restauro	60	1	3	0	CACAR/CCN019 – Teoria da Conservação
	TOTAL DO PERÍODO		**780**	**33**	**19**	**0**	

3.2 Fluxograma



3.3 Estágio, Atividades Complementares, Atividades de Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso

3.3.1 Estágio

Os discentes do curso de Arqueologia normalmente realizam dois tipos de estágios ao longo de seu percurso acadêmico. O primeiro tipo é o não obrigatório realizado em empresas, instituições e laboratórios, que possibilita capacitação profissional prática e pode contar como créditos para as horas de atividades complementares.

O segundo tipo é o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, tendo em vista a aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve estar em conformidade com a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, respeitando os fundamentos legais como pode ser conferido no Apêndice A.

3.3.2 Atividades Complementares

A matriz curricular é constituída também pelas **Atividades Acadêmico-Científico-Culturais** (AACC), que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática, e a complementação, por parte do aluno, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação.

Estas **atividades complementares** poderão ser realizadas a partir do primeiro semestre letivo do curso, devendo perfazer um total mínimo de 120 horas. O registro das atividades deve ser realizado pelos discentes na plataforma digital do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), sendo de responsabilidade da Coordenação do Curso de Arqueologia, a validação e emissão de parecer referente às atividades complementares. Conforme a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX/UFPI n° 177/2012 da Universidade Federal do Piauí, serão consideradas como atividades complementares as listadas a seguir:

TABELA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 177/2012

CATEGORIA: ATIVIDADES DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA

Componente: Exercício de monitoria por período letivo; participação em PIBID e PET; participação em pesquisa e projetos institucionais; participação em grupos de estudo ou pesquisa, sob supervisão de professor ou de aluno de cursos de mestrado ou doutorado da UFPI.

Carga Horária Máxima da Categoria: 240h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria:60h

CÓDIGO	ATIVIDADE (nomenclatura)	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			MÍNIMA	MÁXIMA
	Exercício de monitoria por período letivo; participação em PIBID e PET; participação em pesquisa e projetos institucionais; participação em grupos de estudo ou pesquisa, sob supervisão de professor ou de aluno de cursos de mestrado ou doutorado da UFPI.	**Ensino:** Monitoria no curso por período letivo; PIBID, PET. **Iniciação científica:** Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico. **Iniciação científica voluntária:** Um semestre de atividades de iniciação científica com dedicação semestral de 10 a 20 h semanais e com apresentação de resultados parciais e/ou finais em forma de relatório ou de trabalho apresentado em evento científico. **Participação em grupos de estudo ou pesquisa:** Um semestre de atividades em grupos de estudos ou pesquisa	30	60
Exigências: Relatório do professor orientador e declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

CATEGORIA: ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS

Componente: Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos ou organização

Carga Horária Máxima da Categoria: 60h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

CÓDIGO	ATIVIDADE (nomenclatura)	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
			MÍNIMA	MÁXIMA
	Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos ou organização	Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas (participação e organização), relacionados a atividades acadêmicas e profissionais da área, com apresentação de trabalho e/ou publicação nos anais do evento.	10	60
Exigências: Declaração ou Certificado de participação (com cópia do trabalho apresentado) ou de organização do evento ou declaração do órgão/unidade competente.				

CATEGORIA: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS E/OU COMPLEMENTARES

Componente: Estágios não obrigatórios, realizados em empresas ou escolas, participação em projeto social e participação em programa de bolsa da UFPI.

Carga Horária Máxima da Categoria: 120h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
	Estágios não obrigatórios, participação em projeto social e participação em programa de bolsa da UFPI.	**Experiências profissionais:** Realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão. Realização de Estágios em empresa Júnior/incubadora de Empresas. **Participação em Projetos:** Participação em Projetos Sociais governamentais e não governamentais. **Bolsistas PRAEC:** Participação como bolsista da UFPI.	10	60
Exigências: Relatório do professor orientador, declaração ou certificado do órgão/unidade competente.				

CATEGORIA: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS

Componente: Atividades artístico culturais e esportivas e produções técnico científicas

Carga Horária Máxima da Categoria: 90h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
	Atividades Artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas.	Participação em grupos de artes, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música. Produção e elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos. Premiação em trabalho científico na área. Premiação em âmbito local/regional/nacional/internacional.	10	60
Exigências: Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos.				

CATEGORIA: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Componente: Cursos e estudos realizados em programas, projetos e eventos de extensão

Carga Horária Máxima da Categoria: 90h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 90h

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
	Cursos e estudos realizados em programas, projetos e eventos de extensão	Cursos e minicursos, eventos e oficinas registradas no âmbito da PREX; Cursos à distância; outros cursos de extensão.	10	90
Exigências: Atestados ou certificados de participação, apresentação de relatórios produzidos.				

CATEGORIA: VIVÊNCIAS DE GESTÃO

Componente: Participação semestral em órgãos colegiados, comitês ou comissões de trabalhos não relacionados a eventos na UFPI, participação em entidades estudantis da UFPI como membro da diretoria.

Carga Horária Máxima da Categoria: 40h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 40h

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
	Participação semestral em órgãos colegiados, comitês ou comissões de trabalhos não relacionados a eventos na UFPI, participação em entidades estudantis da UFPI como membro da diretoria**.**	**Representação estudantil:** Participação anual como membro de entidade de representação político – estudantil. Participação anual como membro de diretoria de entidade de representação político – estudantil **Participação em órgão colegiado classista como membro da diretoria, na condição de estudante:** Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão. **Participação em órgão profissional (entidades de classe ligadas ao magistério) como membro da diretoria:** Mandato mínimo de seis meses, devidamente comprovado, com apresentação de relatório, descrevendo a sua experiência na gestão. **Representação estudantil:** Participação como representante estudantil no Colegiado do Curso, nas Plenárias Departamentais, Conselhos de Centro, Centro Acadêmico ou nos Colegiados Superiores com apresentação de documento comprobatório de participação na reunião.	20	40
Exigências: Atas de Reuniões, declaração, certificado ou relatório do órgão/unidade competente.				

CATEGORIA: DISCIPLINA ELETIVA

Componente: Disciplina não obrigatória ofertada por outro Curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior.
Carga Horária Máxima da Categoria: 60h (Art. 94 Resolução CEPEX/UFPI 177/2012)
Carga Horária Máxima do Currículo na Categoria: 60h

CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO (C/H)	
	Disciplina não obrigatória ofertada por outro Curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior.	Disciplina não obrigatória ofertada por outro Curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior.	30	60
Exigências: Histórico Escolar.				

3.3.3 Atividades Curriculares de Extensão

A extensão é compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com intencionalidade transformadora entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2020-2024, no mínimo, com dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, a ser efetivada por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

A extensão é regulamentada pela Resolução CNE nº 07, de 18 de outubro de 2018, que estabelece as diretrizes de extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (PNE). No âmbito da UFPI, está regulamentada também pela Resolução CEPEX/UFPI nº 053/2019, alterada pela Resolução CEPEX/UFPI nº 297/2022, que regulamenta a inclusão das atividades curriculares de extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação.

Ressalte-se que em atendimento à Resolução UFPI/CEPEX nº 053/2019, Art. 2º, as horas curriculares de extensão podem ser contabilizadas sob três formas, conforme determinação no PPC, a saber, *ipsis litteris*:

I - disciplinas dedicadas integralmente ou parcialmente às atividades extensionistas;

II - cumprimento do componente curricular denominado “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”;

III - cumprimento das atividades de extensão previstas no Art. 8° da Resolução n° 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

A curricularização no curso de arqueologia observa as diretrizes: **(1) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente impacto na formação do estudante e na geração de novos conhecimentos, (2) Interdisciplinaridade, (3) Impacto social e (4) Relação dialógica com a sociedade.**

A curricularização da extensão está sendo realizada através da implementação de Programas, Projetos, Eventos e Ações de Extensão em geral, realizados pelos docentes do Curso com colaboração e orientação da Coordenação de Extensão do Curso. Prevê-se também a execução de atividades dessa natureza em um Núcleo de Extensão.Os docentes são orientados a cadastrar as **Atividades Curriculares de Extensão** (ACE) de modo obrigatório, assim a carga horária é contabilizada automaticamente para os alunos, com a aprovação dos relatórios finais pela PREXC. As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) objetivam:

I – Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;
II – Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
III – Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;
IV – Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;
V – Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

As ACEs serão realizadas conforme normatização das atividades de extensão no âmbito da UFPI, atendendo a Resolução 053/19-CEPEX e a Resolução 07/18/CNE/MEC.

De acordo com a Resolução UFPI/CEPEX 047/2020, que dispõe sobre a regulamentação de Núcleos de Extensão no âmbito da Universidade Federal do Piauí,

o Curso de Arqueologia tem como proposta a implementação de um Núcleo de Extensão, baseado no estabelecimento de:

“[...] áreas e linhas temáticas de extensão enquadradas em áreas de conhecimento estabelecidas pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do MEC, com o propósito de coordenar, acompanhar, fomentar e articular, propor, bem como orientar, apoiar, potencializar e publicizar atividades de extensão que viabilizem a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, articulados com as demandas da sociedade e que estejam de acordo com as diretrizes e normativas que regem a extensão universitária no Brasil e no âmbito da UFPI” (RESOLUÇÃO UFPI/CEPEX 047/2020).

Este núcleo utilizará os eixos temáticos como indicadores para a realização de cursos, eventos, oficinas etc., a fim de que todo o corpo docente, discentes, técnicos e terceirizados possam interagir, através das ações extensionistas, com as comunidades, cumprindo assim a função social da Universidade Pública junto à sociedade brasileira.

3.3.3.1 Regulamento das atividades curriculares de extensão (ACE)

Os alunos do curso de Arqueologia deverão, obrigatoriamente, participar em ACEs e/ou atuar na organização ou execução de uma ACE, quando regularmente matriculados, até integralizar as **315 horas**, definidas neste PPC, **a partir do segundo semestre do curso.**

● Os estudantes poderão participar de outras ACEs, que não necessariamente as disponibilizadas pelo respectivo curso.

● O estudante poderá atuar em outras ACEs ofertadas por outros cursos de graduação e pós-graduação ou por outros órgãos da UFPI (Pró-Reitorias, superintendências, núcleos de estudo, pesquisa e extensão e entidades representativas estudantis), desde que cadastradas na PREXC e respeitados os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.

● Para fins de integralização da carga horária no histórico dos estudantes, as ACEs deverão:

- ser cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PREXC;
- ter seus relatórios (semestrais ou finais) homologados pela PREXC.

● Nos casos de transferência interna ou mudança de curso, o estudante poderá solicitar, junto ao Assessor de Extensão do Campus/Centro, o aproveitamento das atividades curriculares de extensão já integralizadas no currículo do curso de origem. Caso as atividades de extensão realizadas não tenham sido integralizadas no currículo do curso de origem, o aluno poderá solicitar o aproveitamento das atividades, junto ao Comitê de Extensão da PREXC, instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

● As Atividades Curriculares de Extensão poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnico-administrativos;

● Os discentes poderão requerer, junto ao Assessor de Extensão do Centro/Campus, o aproveitamento das atividades de extensão desenvolvidas em outras Instituições de Ensino Superior, desde que a solicitação de aproveitamento seja feita via processo até um ano antes da previsão para conclusão do curso e instruído de relatório da atividade de extensão desenvolvida assinado pelo coordenador ou órgão responsável e com certificado ou declaração da atividade executada.

3.3.3.2 Sugestões para as ACE do Curso de Arqueologia

Período	Sugestão de CH	Atividades curriculares de extensão	Eixo temático
1º	--	Nesse primeiro período, por ainda estar conhecendo a instituição e o próprio curso, não será exigido do aluno que ele esteja envolvido em atividades de extensão. No entanto, se desejar participar de alguma atividade, programa ou projeto de extensão, não lhe será negada essa possibilidade	
2º	60h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, direitos humanos e justiça, Educação étnico-racial

3º	60h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, Educação, Meio ambiente, Patrimônio Cultural
4º	60h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, direitos humanos e justiça, Educação étnico-racial
5º	60h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, Educação, Meio ambiente, Patrimônio Cultural
6º	60h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, direitos humanos e justiça, Educação étnico-racial
7º	60h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI	Cultura, Educação, Meio ambiente, Patrimônio Cultural

Ressalte-se que a sistematização da carga horária apresentada acima é apenas uma sugestão de divisão da carga horária por semestre, para servir como guia aos discentes, visando orientá-los no cumprimento das 315 h de extensão do curso. Tal divisão não significa que os alunos são obrigados a cumprir essa carga horária semestralmente, tendo em vista que as ACEs devem ser flexíveis e dependem da oferta disponibilizada a cada semestre.

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação (Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012).

Reconhecendo a importância dos paradigmas da pedagogia moderna e atendendo às orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MEC, 1996) este projeto contempla, na matriz curricular do Curso de Arqueologia, o

Trabalho de Conclusão de Curso (integralizado nas disciplinas Monografia I e Monografia II), com o objetivo de oferecer aos alunos a oportunidade de articular o conhecimento adquirido e construído ao longo do curso em torno de um tema organizador, como também estimular a iniciação científica. O regulamento e as orientações relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso estão descritos no apêndice B, deste documento. Antes de seu cadastro, consequentemente da defesa pública do TCC, a banca examinadora do mesmo deve ser homologada pelo Colegiado do Curso.

3.4 Procedimentos Metodológicos

3.4.1 Da Postura do(a) Professor(a)

A grade curricular do curso de Arqueologia da UFPI é composta por disciplinas teóricas, obrigatórias, que enfatizam conteúdos conceituais e informativos; disciplinas práticas, que introduzem o discente na pesquisa e no fazer arqueológico, possibilitando o contato com o campo e o laboratório; estágio obrigatório e disciplinas optativas, que exigirão posturas éticas, teóricas e práticas, frente à realidade e atividades complementares, cuja função é enriquecer a formação do estudante, dentro da visão interdisciplinar característica da Arqueologia.

Ao ministrar sua disciplina, cada professor fornecerá bibliografia básica e atualizada, e as atividades devem visar a preparação do profissional para atuar em contextos diversos, tanto no âmbito da pesquisa quanto de órgãos públicos ou instituições privadas nos quais o arqueólogo possa ter assento e contribuir, de forma significativa, para a ampliação do conhecimento e a preservação/conservação dos bens culturais e sítios arqueológicos em geral. Neste sentido deve sempre procurar interligar teoria e prática, conhecimento sistematizado e ação profissional.

Os docentes utilizarão, além do espaço da sala de aula, outros espaços, tais como os laboratórios de Arqueometria e Arte Rupestre; de Arqueologia e Estudos de Tecnologia (LATEC); de Paleontologia; de Arqueologia Marítima e Subaquática (LARQSUB) e de Osteoarqueologia (LOA); do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP) e do Museu de Arqueologia e Paleontologia (MAP), para atividades do curso, de forma a garantir formação articulada com o campo de trabalho e responder às

exigências da atualidade. O Laboratório de informática, por exemplo, é utilizado em diferentes atividades do curso incluindo se, neste particular, o contexto das novas tecnologias da comunicação e da informação, com o intuito de proporcionar ao estudante o uso competente das tecnologias para aprimoramento da prática profissional e sua ampliação na formação cultural, com atenção especial para a relação ensino / novas tecnologias, pois a interação entre tecnologia e Arqueologia necessita de um movimento interdisciplinar que permita pensá-la ao longo de todo o curso, como conceito e como prática.

Seguindo o princípio acima, o(a) professor(a) deve procurar desenvolver atividades que dêem oportunidade de diálogo com o aluno e permitam sua participação ativa, facultando-lhe manifestar atitude crítica, inclusive relativa à postura docente.

A assistência do(a) professor(a) deve priorizar a necessidade de rompimento de barreiras de cunho pedagógico, por parte do discente, a fim de que ele alcance a competência exigida em sua formação.

3.4.2 Da Postura do Discente

A aprendizagem é geralmente um processo lento e depende, quase que exclusivamente, do interessado. A presença do professor serve para orientar, apontar caminhos, motivar, mediar e sugerir aprofundamentos. Porém, ninguém pode aprender pelo aluno. Logo, cabe a este procurar acompanhar o processo de ensino, agindo sempre no sentido de ampliar seu aprendizado, adotando para isso atitudes responsáveis, sobretudo no cumprimento das atividades curriculares que a ele são apresentadas; deve demonstrar comprometimento e adotar uma postura de pesquisador, condição exigida de um bacharel nesta área, sendo assim responsável por sua própria formação profissional, no sentido de buscar autonomia intelectual como pré-requisito para a autonomia profissional. A sua participação em projetos de pesquisa (IC, ICV, PIBIC...) e de Monitoria é recomendada, para que se ampliem as oportunidades de vivenciar situações de produção técnico-científica, de gestão e prática de docência, bem como para permitir o contato do estudante com a realidade

social, cultural e econômica da sociedade, o que se refletirá no seu aprimoramento pessoal e profissional.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão

As atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da Universidade Federal do Piauí (UFPI) são desenvolvidas a partir de diferentes modalidades. Com base neste tripé, objetiva-se contribuir tanto com a formação intelectual dos discentes, quanto com a sociedade, de forma direta, por meio de ações de extensão e, indiretamente, com a disponibilização dos resultados das pesquisas acadêmicas.

Conforme o PDI/UFPI (2020-2024) a UFPI “[...] tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus *campi*, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de nível médio, extensão, superior e pós-graduação”. Mas especificamente as Graduações são destinadas à formação acadêmica e profissional, acessíveis a candidatos que tenham concluído o ensino médio regular, ou equivalente, e que tenham obtido classificação em processo seletivo.

O ensino de graduação visa a obtenção de qualificação universitária específica, enquanto o ensino de pós-graduação contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização) que visam a habilitação, para o exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades correlatas, sendo aberto a candidatos que concluíram curso de graduação (PDI UFPI, 2020-2024).

Um importante instrumento de ensino é viabilizado através do Programa de Monitoria, conforme se encontra explicitado na página da Coordenadoria de Administração Acadêmica Complementar (CAAC):

> regulamentado pela Resolução Nº 76/15–CEPEX, de 09/06/2015, tem por finalidades despertar nos alunos o interesse pela carreira docente superior e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação seja presencial ou à distância, desta Instituição Federal de Educação Superior (IFES) e, se constitui de duas modalidades: Monitoria Remunerada e Monitoria Não Remunerada.

Em relação à política de pesquisa na UFPI ela ocorre principalmente através dos Programas de: Iniciação Científica e Tecnológica, Bolsa de Produtividade, Incentivo à Publicação e Missão no Exterior.

Em relação à política de extensão e às modalidades existentes na UFPI, de acordo com o site da PREXC/UFPI (https://www.ufpi.br/extensao/modalidades-de-extensao acesso em 25/11/2023):

> As atividades de extensão são articuladas com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, desenvolvidas por meio das seguintes ações ou modalidades de extensão:
>
> **I** - Programa: conjunto de ações de caráter orgânico-institucional, de médio a longo prazo, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum, articulando as ações de extensão com os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo, além das ações de pesquisa e de ensino.
>
> **II** - Projeto: conjunto de ações processuais e contínuas de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, para alcançar um objetivo bem definido de um programa a que se vincule; limitado em um prazo determinado, dele deve resultar um produto que concorra para realizar o objetivo geral do programa e para a expansão ou aperfeiçoamento das instituições envolvidas:
> a) O Projeto pode estar vinculado a um Programa (forma preferencial) ou ser registrado como Projeto não-vinculado.
>
> **III** - Curso: conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, presencial ou à distância, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de oito horas e processo de avaliação:
> a) Atividades com menos de oito horas devem ser classificadas como do tipo evento;
>
> b) Os cursos são classificados em três categorias: presencial ou à distância, com carga horária menor ou igual/superior a trinta horas; iniciação, atualização ou treinamento/qualificação profissional, sendo que quando se tratar de treinamento/qualificação profissional deve ser realizado com carga horária mínima de quarenta horas.
>
> **IV** - Evento: ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou, também, com clientela específica do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade:
>
> a) Congresso;
> b) Fórum;
> c) Seminário;
> d) Semana;
> e) Exposição;
> f) Espetáculo;
> g) Evento esportivo;
> h) Festival ou equivalentes.

V - Prestação de Serviço: atividade de transferência à comunidade do conhecimento gerado e instalado na UFMS (*sic*), incluindo-se nesse conceito assessorias e consultorias, pesquisas encomendadas e atividades contratadas e financiadas por terceiros (comunidade ou empresa). Caracteriza-se por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem.
a) Deve ser registrada a prestação de serviço classificada nos grupos: Serviço Eventual; Assistência à Saúde Humana; Assistência à Saúde Animal; Laudos Técnicos; Assistência Jurídica e Judicial; Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia; Atividades de Propriedade Intelectual;
b) As atividades de propriedade intelectual devem primeiramente receber o parecer jurídico da Procuradoria Jurídica da UFMS (*sic*), devido à legislação pertinente específica;
c) Quando a prestação de serviço for um curso ou um projeto de extensão, deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

VI - Publicação e Outro Produto Acadêmico: caracteriza-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.
a) Deve ser registrado o produto classificado nos grupos: Livro, Capítulo de Livro, Anais, Comunicação, Manual, Jornal, Revista, Artigo, Relatório Técnico, Produto Audiovisual-Filme, Produto Audiovisual-Vídeo, Produto Audiovisual-CDROM, Produto Audiovisual-DVD, Produto Audiovisual-Outros, Programa de Rádio, Programa de TV, Software, Jogo Educativo, Produto Artístico e Outros.

4.2 Apoio ao Discente

O apoio ao discente se fará por meio das seguintes estratégias:

- Núcleo de Apoio ao Discente - NAD: No início de cada semestre letivo, em reunião pedagógica registrada em Ata, visando uma circularidade entre os professores e professoras, no mínimo três docentes do curso disponibilizam um horário de atendimento semanal (2 horas) para orientar discentes com dificuldades de aprendizagem, de organização de estudos ou outros temas pedagógicos. Para esse atendimento faz-se necessário apenas que o aluno agende previamente um horário, dentro dos que estão disponibilizados no semestre.
- Realização de seminários para complementação de conteúdos, conforme a demanda dos alunos.
- Aproveitamento de ações diversas oferecidas pela PRAEC tais como: bolsas e benefícios estudantis destinados exclusivamente a estudantes em situação de

vulnerabilidade socioeconômica; serviço social, responsável pelo planejamento de ações de assistência estudantil, com o objetivo de melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes; serviço de apoio psicológico, visando a resolução de problemas psicossociais; apoio à representação estudantil; serviço odontológico e serviço oferecido pelo Restaurante Universitário como forma de acesso a uma alimentação nutritiva e balanceada;

- NAU - O Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU/PRAEC), que tem por objetivo garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes incluídos no público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação).

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 Autoavaliação Institucional

O processo de autoavaliação institucional é efetivado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a qual publica relatórios de autoavaliação que contemplam as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, anualmente, no sistema E- MEC.

A metodologia da autoavaliação da UFPI baseia-se nos princípios de: adesão voluntária, avaliação total e coletiva, unidade de linguagem e competência técnico-metodológica, sendo realizada pela CPA com o apoio da Diretoria de Governança (DGOV), obedecendo às normas propostas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

No âmbito do Curso de Arqueologia, são utilizadas metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo ensino- aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPI e aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX), embasados nos referenciais de qualidade para os cursos de graduação.

A abordagem pedagógica do curso pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a

prática. Desde o início do curso, os discentes têm oportunidade de vivenciar práticas pedagógicas que os estimulam a: ler e interpretar textos; analisar e criticar informações; extrair conclusões por indução e/ou dedução; estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; detectar contradições; fazer escolhas valorativas, avaliando consequências; questionar a realidade e argumentar coerentemente, de forma a proporcionar-lhes competências e habilidades para propor ações de intervenção e soluções para situações-problema; elaborar perspectivas integradoras, sínteses e, também, administrar conflitos dentro das temáticas pertinentes ao Curso.

5.2 Processo de Avaliação do Curso

Durante a execução do currículo ocorrerá, ao final de cada semestre, uma avaliação, a ser realizada através de consultas a professores e alunos, as quais serão analisadas e discutidas em reuniões pedagógicas.

Após a conclusão da 1ª turma do novo plano pedagógico, pretende-se implantar um sistema de acompanhamento do egresso, através da aplicação de questionários, usando para isso meios eletrônicos, com o objetivo de verificar a inserção do profissional no mercado de trabalho ou o prosseguimento de sua formação. Em tal avaliação serão considerados os aspectos relacionados aos objetivos e perfil do profissional-arqueólogo que o curso deseja formar.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Arqueologia, já constituído e atuante, planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação deste currículo, assim como sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

5.3 Processo de Avaliação dos Alunos

As avaliações deverão verificar quais conteúdos, competências e habilidades foram adquiridos/desenvolvidos pelo aluno ao longo do processo de formação. O

aluno será avaliado no decorrer de cada disciplina, em conformidade com a Resolução nº 177/12 do CEPEX/UFPI (UFPI, 1995), que regulamenta a verificação do rendimento escolar. Desta forma, para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de: I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas; II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas; III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas. O rendimento acadêmico deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal. Será considerado “aprovado” no componente curricular o aluno que: I – obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas avaliações parciais; II – submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis), resultante da média aritmética das avaliações parciais e da nota do exame final.

Embora exista um sistema único de avaliação para a IES, em termos de períodos e notas, a avaliação dos alunos de Arqueologia se dá de forma contínua, não se limitando a instrumentos como provas e exames, mas incentivando e valorizando a realização de trabalhos teóricos e/ou práticos, seminários, provas práticas, discussão de casos, entrevistas, relatórios etc.

Embora o desempenho do aluno seja avaliado continuamente nas disciplinas, é no Estágio Supervisionado que se verificará com mais intensidade a postura profissional, o relacionamento interpessoal, o trabalho em equipe, a participação, a organização e a responsabilidade, entre outros valores.

O curso de graduação em Arqueologia utilizará, assim, metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo ensino - aprendizagem em consonância com o sistema de avaliação definido pela UFPI, mantendo a comunidade universitária informada sobre os resultados obtidos. Tal prática constituir-se-á em poderoso instrumento dialético de identificação de novos rumos para a prática de condutas acadêmicas e formação profissional.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

1º SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</td><td>UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td>Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td>Seminário de Introdução ao Curso</td><td>CACAR/ CCN008</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="2">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>1.0.0</td><td>15 h</td><td colspan="2">-</td></tr>
<tr><td colspan="4">EMENTA:
Estrutura e funcionamento da UFPI. Apresentação do curso: Estrutura curricular. Proposta pedagógica (PPC). Corpo docente. A arqueologia e o arqueólogo: campo acadêmico e profissional.

OBJETIVO:
Apresentar a Universidade, o Curso e sua estrutura, o corpo docente e suas pesquisas aos alunos ingressantes. Orientar o uso do SIGAA. Proporcionar a socialização entre discentes ingressantes e demais discentes e docentes.</td></tr>
<tr><td colspan="4">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="4">UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Informações gerais sobre o funcionamento da UFPI. Disponível em: www.ufpi.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Curso de Arqueologia. Projeto Político Pedagógico.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: https://ufpi.br/regulamento-da-graduação-preg.</td></tr>
<tr><td colspan="4">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="4">MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 3. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999.

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília: UNB Editora, 1992.

BICHO, N. F. Manual de Arqueologia Pré-histórica. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.</td></tr>
</table>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí.** Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL PIAUÍ. **Guia do Calouro.** 2018. Disponível em:http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/Guia_do_Calouro_2018-1.c20180425171719.pdf.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Introdução ao Pensamento Arqueológico	CACAR/CCN001	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Relação do colecionismo e do antiquariado moderno com as raízes da arqueologia. Estabelecimento das primeiras tipologias. Cronologias na sistematização das coleções de antiguidades existentes em museus, associações de eruditos, ou sob a posse de indivíduos. Principais paradigmas da arqueologia: histórico-culturalismo, processualismo e pós-processualismo.

OBJETIVO:

Potencializar os/as estudantes a identificar as bases do pensamento científico arqueológico, realizando um histórico do surgimento da disciplina e um panorama dos seus principais paradigmas teórico-metodológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO/ Nuno Ferreira. **Manual da Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**. v. 8, n. 2, outubro, 1962.

CERAM, C. W..**Deuses, Túmulos e Sábios:** as grandes descobertas da arqueologia. 21. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

DUNNEL, Robert C. Classificação em Arqueologia. São Paulo: EDUSP, 2006.

JOHNSON, Matthew. **Teoría Arqueológica - Una Introducción**. Barcelona: Ariel S. A., 2000.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 6, n. 1.janeiro/abril, 2011.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología:** teoria, métodos y practica. Madrid: Akal Ediciones, 1993.

WYLIE, Alison. Thinking from Things. **Essays in the Philosophy of Archaeology**. Berkeley: University of California Press, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia e Ciências Sociais	CACAR/CCN002	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Desenvolvimento do pensamento moderno e das ciências sociais. Positivismo. Evolucionismo. Marxismo. Estruturalismo. Pós-modernismo. Pós-colonialismo: principais autores, obras e influências teóricas nas ciências sociais. Modernidade. Diálogos entre os saberes: as ciências humanas e sociais na arqueologia.

OBJETIVO:

Compreender o nascimento e desenvolvimento das primeiras correntes das Ciências Sociais, em sentido amplo, e suas correlações com a Arqueologia. Desenvolver o senso crítico em relação ao contexto de surgimento dos principais paradigmas das Ciências Sociais e Humanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7.ed. São Paulo:Martins Fontes, 2008. CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentri smo_ciencias_sociais.pdf.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. GIDDENS, Antonny. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 7.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2005. NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção Primeiros Passos).

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Origem e Evolução Humana	CACAR/CCN003	Disciplina Obrigatória	
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**	
2.0.0	30 h	-	

EMENTA:

O processo evolutivo. Primatas e o processo de hominização. As características físicas dos primeiros hominídeos e homiíneos e o seu registro fóssil. O aparecimento do ser humano na Terra.

OBJETIVO:

Apresentar o processo evolutivo humano do ponto de vista físico, desde os ancestrais do gênero humano ao *Homo sapiens*; compreender a interrelação entre biologia e cultura no processo de hominização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CUNHA, Eugênia. **Como nos tornámos humanos**. 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Estado da Arte, 2010. Disponível em: https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/52790. Acesso em: 10/07/2023.

DAWKINS, Richard. **A grande história da evolução**: na trilha dos nossos ancestrais. São Pau Companhia das Letras, 2010.

DOBZHANSKY, Theodosius Grigorievich. **O Homem em evolução**. 2ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968. 422p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGER, Lee, HILTON-BARBER, Brett. **In the footsteps of Eve**: The mystery of human origins. Washington: National Geographic Society, 2000.

BERGER, Lee; HAWKS, John. **Almost Human**: The Astonishing Tale of Homo naledi and the Discovery That Changed Our Human Story. Washington: National Geographic Society, 2017.

DARWIN, Charles. A origem das espécies. 2009. Disponível em: https://encurtador.com.br/zLMPX

LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.
JOHANSON, Donald; EDGARD Blake; BRILL, David. **From Lucy to Language**. New York: Simon & Schuster, 2006.

STRINGER, Chris; ANDREWS, Peter. **The Complete World of Human Evolution**. Thames & Hudson, 2012.

<table>
<tr><th colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Arqueologia e História das Primeiras Sociedades</td><td>CACAR/CCN004</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>2.0.0</td><td>30 h</td><td colspan="3">-</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:
Primeiros conceitos. Métodos e periodizações da arqueologia. Surgimento e desenvolvimento das primeiras culturas e civilizações: tecnologia, organização sociocultural e econômica.

OBJETIVO:
Apresentar as primeiras culturas humanas, sua expansão e sua conceitualização arqueológica; Compreender o processo de Neolitização e a formação das primeiras civilizações.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CUNHA, Eugênia. Como nos tornámos humanos. 2.ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Estado da Arte, 2010. Disponível em: https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/52790. Acesso em: 10/07/2023.

LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. O povo do lago: o homem – suas origens, natureza e futuro. 2.ed. Brasília: UNB, 1996.

OLSON, Steve. A história da humanidade. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CONDEMI, Silvana; SAVATIER, François. As últimas notícias do Sapiens: Uma revolução nas nossas origens. Vestígio, 2019.

FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade. São Paulo: UNESP,2003.

GOWLETT, John. Arqueologia das primeiras culturas. Barcelona: Folio,2007. 212p.

MITHEN, Steven. Pré- História da Mente. São Paulo: Unesp, 2002.</td></tr>
</table>

RIDLEY, Matt. **O que nos faz humanos**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História geral da África I**: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: http://www. dominiopublico. gov.br/download/ texto/ue000318.pdf

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	
Arqueologia e Ciências Naturais	CACAR/CCN005	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Átomo. Molécula. Íon. Elemento Químico. Tabela Periódica. Isótopos, isóbaros, isótonos. Substâncias Simples e Compostas. Funções Químicas. Soluções. Misturas. pH e pOH. Espectro eletromagnético. Processos nucleares. Ciclos Biogeoquímicos. Operações básicas em matemática (regra de três simples, equações). Princípios de Geometria. Teorema de Pitágoras. Cálculos de datação, por diferentes métodos. Noções de Ciências bio/geo-arqueológicas. Homem, fauna e ecologia. Noções de Taxonomia e Sistemática. Tafonomia.

OBJETIVO:

Revisar com os discentes os diferentes conceitos das Ciências Exatas e Naturais aplicados na pesquisa arqueológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINS, Peter; JONES, Loretta. **Princípios da Química** - Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2011.

BRADY, James E.; HUMISTON, Gerard E. **Química Geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983. Volume 1.

MAHAN, Bruce M.; MYERS, R. J. **Química** - Um Curso Universitário. 4. ed. São Paulo: Ed. Edgard Blucher LTDA, 1995.

MATEUS, J. E.; MORENO-GRACÍA, M (Eds.). Trabalhos de Arqueologia 29 - Paleoecologia Humana e Arqueociências. **Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela**

da Cultura. Ministério da Cultura de Portugal. 2003. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publications/trabalhos-de-arqueologia-29-paleoecologia-humana-e-arqueociencias-um-programa-multidisciplinar-para-a-arqueologia-sob-a-tutela-da-cultura.

NEVES, E. G. (Coord.). **Biodiversidade e Agrobiodiversidade Como Legados de Povos Indígenas**. Coleção Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Vol. 6:12-32, SBPC. 2021. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais6.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECK C. W. **Archaeological Chemistry**. Ed. American Chemical Society, Advances in Chemistry Series, 1974.

BEDNARIK, Robert G. **Rock Art Science**: the scientific study of paleoart. New Delhi: Ed. Aryan Books International, 2007.

BROTHWELL, D.; HIGGS E. **Science in Archaeology, a survey of progress and research**. Thames & Hudson, London, 1969.

GUERRA, R. T. et al. Fundamentos de Sistemática e Biogeografia. Ciências Biológicas – Cadernos CB Virtual, 1. Ed. Universitária, Universidade Federal da Paraíba. ISBN: 978-85-7745-678-9. 2011. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biologia/novo_site/Biblioteca/Livro_1/4-Fundamentos_de_Sistematica_e_Biogeografia.pdf

RODNEY, Carlos Bassanezi. **Modelagem Matemática**: Ensino e Aprendizagem. Editora Contexto, 2002.

RUSSELL, John Blair. **Química Geral**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2008. Volumes 1 e 2.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Iniciação à Pesquisa Científica e Arqueológica	CACAR/CCN006	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Conceitos de ciência e de método. Arqueologia como ciência. Procedimentos de leitura. Procedimentos de pesquisa bibliográfica: elaboração de fichamentos e resumos. Elaboração e normatização de trabalhos científicos.

OBJETIVO:

Analisar aspectos da metodologia científica e da produção do conhecimento em Arqueologia; compreender o método de investigação e a importância da produção científica para a leitura crítica dos problemas humanos; discutir sobre o aspecto científico da ciência e da ciência arqueológica; desenvolver habilidades pertinentes aos procedimentos de pesquisa e das normas técnicas do trabalho científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724/2011**: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e amp. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719/1989**:Apresentação de relatórios técnico-científicos.

_____**. NBR 10520/2002**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Citações em documentos. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOMES, Denise Maria Cavalcante. Metodologia da pesquisa arqueológica: uma introdução. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 3, p. 513-516, set.-dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n3/02.pdf.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología**: teorías, métodos y práctica. 3.ed. Madrid: Akal, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Patrimônio Cultural e Legislação	CACAR/CCN007	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Cartas patrimoniais. A relação entre preservação patrimonial e natural e a socialização do conhecimento arqueológico através da educação. Legislação brasileira de preservação do Patrimônio cultural, do patrimônio arqueológico do patrimônio natural (Constituição Federal, Leis Federais que incidem sobre patrimônio cultural e natural, Portarias e Resoluções IPHAN, IBAMA e Interministeriais). Os efeitos do tombamento e outros instrumentos legais sobre o patrimônio arqueológico. Licenciamento ambiental.

OBJETIVO:

Compreender o contexto internacional de criação e de desenvolvimento de acordos e da legislação patrimonial brasileira; conhecer a legislação brasileira que incide sobre o patrimônio cultural e ambiental e o processo de licenciamento; entender os aspectos legais pertinentes à socialização do patrimônio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CURY, Isabele. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia prático de Educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GONÇALVEZ, J. Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

LEMOS Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1995.

SOARES, A L. Ramos. **Educação Patrimonial:** Relatos e Experiências. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN- Disponível em http://portal.iphan.gov.br/legislacao.

2º SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Técnicas de Laboratório em Arqueologia I	CACAR/CCN009	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.1.0	45 h	-

EMENTA:

Tratamento do material arqueológico. Limpeza. Identificação. Registro. Acondicionamento. Sistemas de classificação. Sistemas de análise.

OBJETIVO:

Apresentar os conceitos e teorias envolvidas na curadoria, conservação e classificação de materiais arqueológicos. Praticar procedimentos de curadoria de materiais arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO, Nuno Ferreira**. Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

DUNNEL, Robert C. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: EDUSP, 2006.

RESOURCE: The Council for Museums, Archives and Libraries. **Conservação de Coleções**. São Paulo: EDUSP/Fundação Vitae, 2005. (Museologia. Roteiros Práticos; 9).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. n. 6. São Paulo: EDUSP, 1996.

FAGUNDES, Marcelo. O conceito de estilo e sua aplicação em pesquisas arqueológicas. **CANIDÉ**. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. n. 4. Aracaju: UFS, dezembro de 2004.

LORÊDO, Wanda M.. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção, 1994.

MARTINS, Dilamar Cândida et. al.. Gestão e tratamento do acervo arqueológico: rta – salas Judite Ivanir Breda. **Revista de Arqueologia**. v. 14/15. São Paulo: SAB, 2001 – 2002.

ROUSE, Irving. The classification of artifacts in archaeology. **American Antiquity**. v. 23, n. 3, 1960.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Teorias e Métodos em Arqueologia	CGP0040	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	CACAR/CCN001- Introdução ao Pensamento Arqueológico

EMENTA:

Revisão das principais Teorias Arqueológicas: princípios, conceitos alicerçais, correntes teóricas clássicas (Histórico-culturalismo, Processualismo e Pós-Processualismo) e correntes teóricas contemporâneas (Outras Ontologias em Arqueologia, Narrativas Alternativas em Arqueologia, Arqueologia como Ação Política e Decolonialidade, Arqueologia da Sexualidade).

OBJETIVO:

Potencializar os/as estudantes a identificar as teorias existentes; construir um panorama dos diferentes tipos de Arqueologias possíveis; oferecer um referencial teórico, metodológico e conceitual para o desenvolvimento de pesquisas na área, bem como engajamento público com a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

REIS, José Alberione dos. **"Não pensa muito que dói":** um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese de Doutorado. Campinas: 2004. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em História.

TRIGGER, Bruce. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SILVA, F.2011. Arqueologia como tradução do passado no presente. **Amazônica**, v.2, n.2, p.260-267.

LIMA, T. 2013. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, 7 (1): 179-207.

HABER, A. 2021. A descolonização do pensamento arqueológico na América do Sul: subjetividades sul-americanas. In: NAVARRO, A. FUNARI, R. (orgs). **Memória, Cultura Material e Sensibilidade: estudos em homenagem a Pedro Paulo Funari**. São Luís: Edufma, p.115 - 143.

RIBEIRO, L;RANZINI, B; SCHIMIDT, S e PASSOS, L.2017. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico**. Estudos Feministas**, 25 (3): 1093-1110.

VOSS, B. 2000. Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities. **World Archaeology**, v.32.

ZARANKIN, A. 2014. A persistência da memória"... histórias não-lineares de arqueólogos e foqueiros na antártica**. Revista de Arqueologia da SAB**, vol. 27, n.2.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia e Ciências Humanas	CACAR/CCN011	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Conceitos ligados à organização cultural, social e espaço-temporal dos grupos humanos em uma visão transdisciplinar. Grupos étnicos. Sinais diacríticos. Etnocentrismo. Sociedade: Espaço, fronteira. território. Cultura: processos e componente culturais (costumes, valores, crenças, rituais, religião, língua, entre outros). Cultura material.

OBJETIVO:

Apresentar os principais conceitos ligados à Ciências Humanas tais como: Cultura, grupo étnico, fronteira étnica, identidade e outros. Analisar os processos de interação interétnica tais como hibridismo, acomodação, tradução, apropriação, negociação, dentre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia**: uma introdução. 7.ed., São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FUNARI, P. P. Cultura Material e Arqueologia Histórica – Campinas, SP : UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Rio de Janeiro: Vozes, s/d.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus,1992.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, p. 11-23, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGXNyxXqzhwc/?format=html**.**

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia das Américas	CACAR/CCN012	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	-

EMENTA:

Correntes teóricas. Periodização. Povos pré-colombianos: sudoeste e nas planícies estadunidenses; México; América Central; sociedades andinas e subandinas. Terras Altas. Terras Baixas.

OBJETIVO:

Discutir Arqueologia Americana como história de longa duração dos povos indígenas; apresentar as teorias de ocupação humana do continente Americano no período pré-colonial e sua periodização; apresentar os processos de complexificação evidenciados nas Américas; apresentar as sociedades e suas hierarquias. Discutir o impacto da colonização européia nas Américas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADOVASIO, J. M.; PAGE, J. **Os primeiros americanos**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FIEDEL, S. **Prehistoria de América**. Barcelona: Critica, 1996.

NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. **O povo de Luzia**. Em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMICO, J. C. **Ciudad y território em los Andes. Contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2006.

DAVIES, N. **Los antigos reinos del Peru**. Barcelona: Critica, 1998.

FUMDHAMENTOS – Revista da Fundação Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato (Piauí): Anais da Conferência Internacional sobre o povoamento das Américas, 1996.

GENDROP, P. **A civilização maia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MEGGERS, B. **América pré-histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueologia**. Teoria, métodos y práctica. Madri: Akal,1993.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arte Rupestre I	CACAR/CCN013	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	CACAR/CCN 004 – Arqueologia e História das Primeiras Sociedades

EMENTA:

Definição de arte rupestre. Métodos de estudo. O estudo da arte rupestre ao redor do mundo: Europa, Ásia, África, América. O estudo de arte rupestre no Brasil. Classificação dos sítios rupestres no Brasil e no Piauí.

OBJETIVO:

Compreender o significado da expressão arte rupestre e conhecer métodos de estudo desse tipo de vestígio; observar e comparar características da arte rupestre de diferentes partes do mundo; aplicar conceitos e reconhecer classificações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUIDON, N. **As Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato**. Revista CLIO, Recife, n. 5, 1988. (Série Arqueológica).

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste**. 5. ed. Recife, UFPE, 2013.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAHN, P. **Prehistoric Art**. Cambridge, Cambridge University Press. 1998.

CORREIA, A.C. **Engraved World**: a contextual analysis of engravings and markings in South-Eastern Piaui, Brazil. PhD Thesis. Newcastle University (UK), 2009.

COMERLATO, F. **As representações rupestres do litoral de Santa Catarina**. CONGRESSO DA SAB: arqueologia, patrimônio e turismo, XIII, 2005, Campo Grande (MS). Anais... Campo Grande (MS): Ed. Oeste, 2005. CD ROM.

GUIDON, N.; BUCO, C. **Zone 3**: Brésil - Nordeste – Etats du Piaui, Pernambuco, Rio Grande do Norte et Paraiba. In: ICOMOS - World Heritage Convention. (Org.) Paris, Rock Art of Latin America & the Caribbean, n. 1, p. 122-137, 2006.

WHITLEY, D. **Introduction to Rock Art Research**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, Inc. 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Geologia Geral e do Quaternário	CACAR/CCN014	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60 h	-

EMENTA:

Estrutura da Terra e a Tectônica de Placas. O tempo geológico. Vulcanismo. Ciclo das rochas. Clima, intemperismo e erosão. Princípios de estratigrafia. Definição do Período Quaternário. As glaciações pleistocênicas e suas prováveis causas. As mudanças paleoclimáticas e suas prováveis causas. Neotectônica e tectônica quaternária. Quaternário litorâneo brasileiro. Quaternário Continental do Brasil. Ambientes cársticos.

OBJETIVO:

Introduzir conhecimentos sobre Geologia das formações do Quaternário; esclarecer a relação que existe entre as formações sedimentares quaternárias e os contextos deposicionais arqueológicos; articular esses conhecimentos em perspectiva regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. **Para entender a Terra**. 6ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 738p.

SILVA, Cassio Roberto da. **Geodiversidade do Brasil:** conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 265p.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais**. São Bernardo do Campo: Oficina de Textos, 2010. 408p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOWEN, D. Q. **Quaternary Geology - A Stratigraphic Framework for Multidisciplirary Work**. Londres: Pergamon, 1978, 217 p.

FLINT, R. F. **Glacial and Quaternary Geology**. Nova York: Jonh Wiley & Sons, 1971, 892 p.

MATINI, L. et al. **Fundamentos e reconstrução de antigos níveis marinhos do Quaternário**. Boletim IG- USP, publicação Especial 4, 1986, 161 p.

SANTOS, Janaina Carla dos. **O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil:** Morfoestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambiente. Recife: Programa de Pós-Graduação em Geociências (UFPE), 2007. (Tese de Doutorado).

SUGUIO, Kenitiro; SUZUKI, Uko. **A Evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida**. Sao Paulo: Edgard Blucher, 2003. 152p.

VIVAS, L. (1984) **El Cuaternario**, Mérida (Venezuela), Imprenta, 266 p.

<table>
<tr><th colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Amostragem e Tratamento de Dados</td><td>CACAR/CCN015</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>3.1.0</td><td>60 h</td><td colspan="3">-</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:
Definições, conceitos e princípios estatísticos. Análise exploratória de dados (distribuição de frequências, representações gráficas, medidas de tendência central, distribuição, dispersão e assimetria). Amostragem e estimação (conjunto de dados, esforço amostral, tamanho das amostras, tipos de amostragem, principais parâmetros, distribuição amostral, intervalos de confiança, precisão e exatidão). Interpretação de dados amostrais.

OBJETIVO:

Capacitar os discentes no uso da informática para análise de dados arqueológicos; qualificar os discentes na aplicação de análises estatísticas para questões e coleções arqueológicas.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel. São Paulo: Lapponi Treinamento, 2000.

LEVIN, Jack. Estatística aplicada a ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Harbra, 1978.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="5">CARVALHO FILHO, Sergio de. Estatística básica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

DRENNAN, R. D. Statistics for Archaeologists: a common sense approach. 2. ed. Berckley: Springer, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina; FERES, Nagibe Lima. Estatística básica para ciências humanas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.</td></tr>
</table>

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. **A Arqueologia e as Tecnologias de Informação**. Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico. Dissertação (Mestrado em Arqueologia – Universidade do Minho, Braga, 2001. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8603/1/TESE_MEST RADO.pdf. Acesso em: 26 abr.2019.

3° SEMESTRE

<table>
<tr><td colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</td><td>UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Técnicas de Laboratório em Arqueologia II</td><td>CACAR/CCN016</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>1.3.0</td><td>60 h</td><td colspan="3">CACAR/CCN009-Técnicas de Laboratório em Arqueologia I</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:
Chave de classificação. Ficha de análise. Prática em análises de materiais arqueológicos.
OBJETIVO:
Compreender o processo de construção das informações arqueológicas envolvendo a relação entre atividades de campo e de laboratório. Praticar procedimentos de análise de materiais arqueológicos.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="5">BUENO, L.; ISNARDIS, A. (Orgs.). Das Pedras aos Homens: tecnologia lítica na arqueologia brasileira. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

CHMYZ, Igor (Ed.). Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966. (Série Manuais de Arqueologia, n. 1).

TOCHETTO, Fernanda; MEDEIROS, João Gabriel Toledo. A louça em lixeiras urbanas: reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. Revista de Arqueologia. v. 22, n. 1, jan./jul., 2009.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
</table>

ALVES, Márcia A.. Estudo técnico em cerâmica do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. n. 4. São Paulo: EDUSP, 1994.

ANDREFSKY JR., William (Ed.). **Lithic Debitage**: context, form, meaning. Salt Lake City: University Of Utah Press, 2001.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul**. Curitiba: EDUFPR, 1967.

PORTON, Clive. **Pottery in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press,1997.

PROUS, André. Os artefatos líticos: elementos descritivos classificatórios. In: **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, v. 11, 1986/90.

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava. **Cacos e mais cacos de vidro**: o que fazer com eles? São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2005.

<table>
<tr><th colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Técnicas de Trabalho de Campo I</td><td>CACAR/CCN017</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>1.3.0</td><td>60h</td><td colspan="3">CGP0040-Teorias e Métodos em Arqueologia</td></tr>
</table>

EMENTA:

Emprego e funcionalidade de diferentes métodos e técnicas de pesquisa arqueológica de campo: prospecção. Levantamentos preliminares. Levantamentos em campo.

OBJETIVO:

Apresentar a importância da prospecção e de seu planejamento; fazer com que o aluno conheça e aplique procedimentos inerentes à prospecção; vivenciar situações práticas em campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO, N. F. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 85-185.

DE BLASIS, P. A. D.; MORALES, W. F. Analisando sistemas de Assentamento em âmbito local: uma experiência com full-coverage survey no Bairro da Serra. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. v. 5. São Paulo: USP, 1995. p. 125-143.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología:** teoria, métodos y practica. Madrid: Akal Ediciones, 1993**.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, A. G. M. **Teoria e Método em Arqueologia Regional:** Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: 2001. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação Interdepartamental de Arqueologia.

FISH, S. K.; KOWALEWSKI, S. A. (Eds.). **The Archaeology of Regions. A Case for Full-Coverage Survey**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1990.

GARCÍA-DIEZ, Marcos; ZAPATA, Lydia. Métodos y Técnicas de análisis y estudio en arqueología prehistórica. **Universidad del País Vasco**, 2013.

JOUKOWSKY, M. **A Complete Manual of Field Archaeology:** tools and techniques of field work for archaeologists. New York: Prentice-Hall Press, 1986.

REDMAN, C. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. **American Antiquity**. 38 (1), 1973, p. 61-79.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia Latino-Americana	CACAR/CCN018	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	-

EMENTA:

Origem. Desenvolvimento. Perspectivas teórico-metodológicas. Arqueologia social latino-americana. Desdobramentos críticos na América Latina e Brasil.

OBJETIVO:

Analisar a origem e desenvolvimento da Arqueologia Social Latino-americana; compreender o desenvolvimento da Arqueologia e suas vertentes críticas na América Latina e Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FUNARI, P.P.A. **Teoria Arqueológica na América do Sul**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção “Primeira Versão” 76), 1998, 51pp.

POLITIS, G (ed). **Arqueología Latinoamericana Hoy**. Bogotá, Editorial del Fondo de Promoción de la Cultura, 1992.

TANTALÉAN, Henry; AGUILAR, Miguel (compiladores). **La arqueología social latinoamericana**: de la teoría a la práxis. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2012. Disponível em: http://lagunablanca.unca.edu.ar/assets/libro-arqueologia-social-latinoamericana.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro. **Arqueología Suramericana – Arqueologia Sul-Americana**. V.4, N.1, Janeiro 2008. Disponível em: http://worldarch.org/wp-content/uploads/2008/05/RAS_4.1_2008.pdf

GNECCO, Cristóbal. Archaeology and historical multivocality: a reflection from the Colombian multicultural context. In: POLITIS, Gustavo G.; ALBERTI, Benjamin (Eds.). **Archaeology in Latin America**. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

PIAZZINI, C. - Arqueología, espacio y tiempo: una mirada desde latinoamerica in: **Arqueología Suramericana** 2 (1): 3-25. 2006

Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. v. 5. São Paulo: USP, 1995. p. 125-143.

ZARANKI, Andrés; ACULTO, Félix A. (Eds). **Sed non satiata. Teoria social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporanea***,* Buenos Aires,Ediciones del Tridente, Colección Científica, 1999, 287 pp.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Teoria da Conservação	CACAR/CCN019	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60 h	CACAR/CCN007-Patrimônio Cultural e Legislação

EMENTA:

Aspectos teóricos e conceituais na abordagem do patrimônio cultural. Correntes teóricas. Problemas relativos à conservação, restauração, reestruturação e reconstrução do patrimônio cultural.

OBJETIVO:

Desenvolver capacidade de observação crítica com vista à identificação de patrimônio cultural arqueológico e sua conservação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004. 261p. IPHAN. **Revista do Patrimônio.** Rio de Janeiro, n. 33, 2007.

IPHAN. **Revista do Patrimônio**. Rio de Janeiro. N. 33, 2007.

UNESCO. **Cartas patrimoniais.** Disponível em:<http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=12024&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre Patrimônio Cultural.** 2. ed. 2013. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4844> .

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282p.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil / Maria Cecília Londres Fonseca, Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

GOMIDE, J. H., SILVA, P. R., BRAGA, S. M. M. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Brasília: Ministério da Cultura. 2005.

RIEGL, A. **O Culto Moderno dos Monumentos.** 1. ed. Ed. Perspectiva. 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueometria	CGP0006	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN005-Arqueologia e Ciências Naturais

EMENTA:

Definição e histórico da arqueometria. Pesquisas arqueométricas no Piauí. Coleta, acondicionamento e preparação de amostras. Métodos de datação. Técnicas de exames. Técnicas de análises químico-mineralógicas Experimentos em campo e em laboratório.

OBJETIVO:

Conhecer métodos e técnicas em arqueometria; aprender sobre processos e tipos de métodos de datação utilizados em arqueologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ISKANDER, Z. A Arqueologia da África e suas técnicas – Processos de datação. In: KI-ZERBO, J. (Edit.). **História geral da África, I**: Metodologia e pré- história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 213-246. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

REVISTA BRASILEIRA DE ARQUEOMETRIA, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO. Recife: AERPA, 2006.

SKOOG, D. A.; HOLLER, F. J.; NIEMAN, T. A. **Princípios de Análise Instrumental**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BICHO, N. F. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRADLEY, D.; CREAGH, D. (Edit.). **Physical techniques in the study of art, archaeological and cultural heritage**.Amsterdam: Elsevier,2006. v.1.Disponívelem:<http://www.sciencedirect.com/science/bookseries/18711731/1>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CANINDÉ – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. São Cristóvão: UFS, 2001. Disponível: <http://max.ufs.br/pagina/publica-es-11292.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CREAGH, D. C.; BRADLEY, D. A. (Edit.). **Physical techniques in the study of art, archaeological and cultural heritage**. Amsterdam: Elsevier, 2007. v. 2. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/bookseries/18711731/2>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CREAGH, D. C.; BRADLEY, D. A. (Edit.). **Radiation in art and archeometry**. Amsterdam: Elsevier, 2000. Disponível em:<http://www.sciencedirect.com/science/book/9780444504876>. Acesso em: 10 dez. 2014.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Geomorfologia	CGP0018	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN014-Geologia Geral e do Quaternário

EMENTA:

Natureza da Geomorfologia. Métodos. Técnicas. Fenômenos Geomorfológicos: gênese e evolução das formas de relevo. Relevo terrestre: as grandes unidades estruturais do Globo. As formas de relevo e os tipos de estruturas no Brasil e no Piauí. Observação e análise de documentos cartográficos geomorfológicos. A inserção dos sítios arqueológicos na morfoestrutura da paisagem. O relevo e a ocupação humana. Influência dos processos ambientais sobre os registros arqueológicos e reconhecimento das principais feições geomorfológicas do Piauí.

OBJETIVO:

Apresentar os fenômenos geomorfológicos e suas influências nos processos de formação do registro arqueológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blüher, 1974.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (org). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASSETI, V. **Elementos de Geomorfologia**. Editora da UFG, Goiânia2, 1994.

DAVIDSON, D. A. **Geomorphology and archaeology**. IN: Archaeological Geology. London, 1985.

GUERRA, A. J. T.; BATISTA, Sandra da Cunha. (org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

PENTEADO, M.M. **Fundamentos de Geomorfologia**. IBGE, Rio de Janeiro, 1994, 113p.

ROSS, J. L. S. **Relevo Brasileiro**: Uma Nova Proposta de Classificação. Revista do Departamento de Geografia, 4, FFLCH/USP, São Paulo, 253 p.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Anatomia de Vertebrados para Arqueologia	CACAR/CCN010	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	-

EMENTA:

Termos e nomenclatura anatômica, planos e pontos de orientação do corpo dos vertebrados. Preservação de partes esqueléticas em sítios arqueológicos. O tegumento. O esqueleto ósseo: crânio e mandíbula, a dentição, coluna vertebral, cinturas, membros locomotores. Técnicas de maceração e conservação de material esquelético.

OBJETIVO:

Introduzir conceitos gerais sobre a construção do corpo dos animais vertebrados; identificar, nomear e descrever as estruturas *ósseas de animais vertebrados.*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AFONSO, J. (2003). Notas de apoio às aulas práticas de Osteologia da disciplina Anatomia I (texto elaborado para a disciplina Anatomia I do curso de licenciatura em Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa).

HILDEBRAND, Milton; GOSLOW, G. E. **Análise da estrutura dos vertebrados**. 2ed. São Paulo: Atheneo, 2006. 637p.

SISSON, S. e GROSSMAN, J.M. (1981). **Anatomia dos Animais Domésticos**. Rio de Janeiro: Ed. Interamericana.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AURICCHIO, P.; SALOMAO, M. da G. (2002) Técnicas de coleta e preparação de vertebrados. 350 p. Editora: Terra Brasilis.

DYCE, K.M, SACK, W.O. e WENSING, C.J.G. (1996). **Textbook of Veterinary Anatomy**. W.B. Saunders Company, Philadelphia, Pennsylvania, U.S.A.

MARQUES, P. (1995). **Lições de Propedêutica Anatómica**. Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa. ORR, Robert T. Biologia dos vertebrados. 5ed. Sao Paulo: Roca, 1986. 508p.

SCHALLER, O. (1992). **Illustrated Veterinary Anatomical Nomenclature**.Ferdinand EnkeVerlag, Stuttgart.

4° SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
História da América Portuguesa	CGP0011	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	-

EMENTA:

Problematizando a invasão: discursos históricos. Do escambo à escravidão: resistência e adaptação. A construção cultural e socioeconômica da colônia. Os vestígios da colonização: história, cotidiano e arqueologia.

OBJETIVO:

Capacitar os educandos a realizar uma análise crítica da história do Brasil Colonial, a fim de perceber as invisibilizações, subalternizações e expoliações no processo histórico; articular, junto aos alunos, ligações entre a história dos grupos que foram marginalizados pela história oficial e o potencial de informações advindos da arqueologia para construir novas histórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

HEMMING, John. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**, **1500-1800**. 7. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo:** A Casa da Torre de Garcia D'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século - 1480-1520**: as origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia Histórica	CGP0029	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	-

EMENTA:

A produção histórica das paisagens e a cultura material. Interfaces entre Arqueologia, História e Antropologia: abordagens da cultura material. Teoria.Método. Arqueologia histórica no

Brasil. Definições: críticas e usos. Arqueologia Histórica enquanto Arqueologia do Mundo Moderno. Arqueologia Histórica do Piauí/ Nordeste/ Brasil. Vertentes atuais da Arqueologia Histórica.

OBJETIVO:

Compreender as abordagens teóricas e metodológicas do mundo moderno. Analisar estudos da arqueologia histórica no Brasil - Piauí - Nordeste.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia Histórica**: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

ORSER Jr., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SYMANSKI e SOUZA (org.) **Arqueologia Histórica Brasileira**. 2022. editora UFMG.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FUNARI, P. P.; ZARANKIN. A.; REIS, J. A. (orgs.). **Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960- 1980)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração.**CLIO – Série Arqueológica**. n. 8, v. 1. Recife: EDUFPE, 1993.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico. **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**. n. 1. São Paulo: EDUSP, 1993.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na arqueologia histórica. **VESTÍGIOS**. Revista Latino- Americana de Arqueologia Histórica. v. 1, n. 1, jan./jun., 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; SOUZA, Marcos André T. de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. In: LIMA, Tânia A. (org.) **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 33, p. 215-243, 2007.

TOCCHETO, F.; THIESEN, B. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 33, p. 175-199, 2007.

<table>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</td><td>UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td>Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td>Ecossistemas</td><td>CACAR/CCN020</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="2">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>2.1.0</td><td>45h</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

EMENTA:

Introdução à Ecologia. Conceitos básicos de Ecossistemas, Comunidades e Populações. Identificação de Ecossistemas terrestres, dulcícolas, transicionais, marinhos e antrópicos**.** Ecossistemas Brasileiros. Ecossistemas do Piauí. Conceitos de Sustentabilidade. Sucessão ecológica em habitats alterados por ação humana**.**

OBJETIVO:

Introduzir a noção de ecossistemas naturais e antrópicos e suas distinções; caracterizar os ecossistemas brasileiros e piauienses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ESTEVES, F.A. **Fundamentos de limnologia.** Rio de Janeiro, Interciência, 1998.

ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. 8ed. Lisboa: Fundacão Calouste Gulbenkian, 2008.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da natureza**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLINVAUX, P. **Ecology.** Editora John Wiley & Sons, Inc. 1986.

FERNANDES, A. G. & BEZERRA, P. **Estudo fitogeográfico do Brasil**. Fortaleza: Stilus Comunicações, 1990.

RIZZINI, C. T. **Tratado de fitogeografia do Brasil**: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos. Âmbito Cultural Edições Ltda., 1997.

RIZZINI, C. T.; COIMBRA, A. F. & HOVAISS, A. **Ecossistemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Index, 1988.

WATLING, J. As “ecologias” na arqueologia: bases teóricas para o estuda das interações entre pessoas e o ambiente. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, (40), 2023.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia Brasileira	CGP0016	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	-

EMENTA:

História da arqueologia no Brasil: pesquisas, pesquisadores, instituições. Alicerces teórico-metodológicos. Principais temáticas de estudo: povoamento, sambaquis, sociedades ceramistas, arqueologia amazônica, representações rupestres, arqueologia indígena, afro diaspórica e outras. Atuais debates. Novas perspectivas.

OBJETIVO:

Introduzir as principais problemáticas associadas a Arqueologia Brasileira, levando em conta temas clássicos e contemporâneos; discutir o que é Arqueologia Brasileira, seus fundamentos teórico-metodológicos, os principais expoentes, tipos de investigações, temáticas, protagonistas e história; contemplar o processo de povoamento, a constituição de territórios, paisagens e a diversidade cultural da sociedade nacional, do ponto de vista arqueológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 2019.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 6. ed. Recife: UFPE, 2013.

REIS, José Alberione dos. **“Não pensa muito que dói”:** um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese de Doutorado. Campinas: 2004. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/303376

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n.44, p.10-31, dezembro/fevereiro, 1999-2000.

LIMA, Tania Andrade. Nos mares do sul: a pré-história do centro-meridional brasileiro. In: BANCO DO BRASIL. **Antes - História da Pré-História**. Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo: Centro Cultural do Brasil, 2004.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROCHA, B; JÁCOME, C; STUCHI, F; MONGELÓ, G e VALLE, R. 2013. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia da SAB**, 26(1): 130-140.

LOURDEAU, A. 2019. A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 14 (2): 367-398.

NEVES, E. G. 2015. Existe algo que se possa chamar de "arqueologia brasileira"? **Estudos Avançados**, 29 (83): 7-17.

VILLAGRAN, X.S. 2013. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 23, p. 139-154. Download: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4428541/mod_resource/content/1/Villagran_2013.pdf

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arte Rupestre II	CGP0024	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN013-Arte Rupestre I

EMENTA:

Novas e velhas abordagens teóricas: arqueologia da paisagem, sensorial, semiótica, xamanismo, arqueoastronomia, fenomenologia e Gestalt. Gênero e arte rupestre.

OBJETIVO:

Compreender os princípios de algumas das teorias interpretativas da arte rupestre em destaque atualmente; observar as características da arte rupestre e do contexto do sítio arqueológico de arte rupestre; aplicar conceitos, pautados nas teorias, em estudos de painéis e sítios de arte rupestres, considerando também o entorno destes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HORTAS. A. I. **Entre as Pedras**: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres de Diamantina, Minas Gerais. São Paulo. MAE – USP, 2009. (Tese de Doutorado).

SANCHIDRIAN, J. L. **Manual de Arte Prehistórico.** Ed. Ariel Historia, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRIADO-BOADO, F. **Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje.** CAPA 6. Criterios y Convenciones em Arqueología del Paisaje. Universidade de Santiago de Compostela. 1999.

FLOOD, J. **Rock art of the dream time**. Sydney: Angus & Robertson, 1997.

FORSSMAN, T.; GUTTERIDGE, L. **Bushman. Rock Art**. Pinetown: Southbound, 2012.

HAYS-GILPIN, K. A. **Ambiguous Images**. Walnut Creek. Altamira Press, 2003.

MORALES JR. R. Considerations on the Art and Aesthetics of the Rock Art. In: T. Heyd and J. Clegg (ed.) **Aesthetics and Rock Art.** Aldeshot: Ashgate, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Geoarqueologia	CGP0008	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CGP0018-Geomorfologia

EMENTA:

Relações de convergência entre a Geociência e a Arqueologia. Técnicas geoarqueológicas. Ambientes de deposição e sítios arqueológicos. Contexto ambiental/arqueológico. Formação de solos. Estratigrafia. Identificação, descrição, registro e coleta de amostras de sedimentos em sítios arqueológicos.

OBJETIVO:

Caracterizar as relações entre a morfologia da Terra e o contexto das deposições arqueológicas nas suas dimensões dinâmicas; introduzir técnicas de pesquisa geoarqueológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1974.

RAPP, Jr., G. ; RUBIN, Julio Cezar; SILVA, Rosiclér Theodoro da. **Geoarqueologia: teoria e prática**. Editora da UCG, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VILLAGRAN, Ximena S. **Geoarqueologia de um Sambaqui Monumental – estratigrafias que falam**. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2010. 213p.

GUERRA, A. T**. Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
HILL, C.L.,.**Geoarchaeology**. The Earth-Science Approach to Archaeological Interpretation. Chelsea: BrookCrafters, 1998.

GOLDBERG, Paul & MACPHAIL, Richard I. **Practical and Theoretical. Geoarchaeology**. Oxford: Blackwell Science, 2006.

WATERS, Michael R. **Principles of Geoarchaeology**. Tucson: University of Arizona Press, 1997.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Zooarqueologia	CACAR/CCN021	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN010-Anatomia de Vertebrados para Arqueologia

EMENTA:

Princípios básicos. Coleções de referência. Métodos. Técnicas. Processos tafonômicos. Processos Formativos (culturais e naturais). Etnozooarqueologia. Estratégias de subsistência. Paleoambientes. Descrição de elementos esqueléticos. Recuperação de vestígios faunísticos.

OBJETIVO:

Descrever as formas de associação entre o ser humano e a fauna do passado e suas relações em diferentes contextos crono-culturais; inferir condições paleo-ecológicas de ambientes no passado a partir da análise de restos faunísticos; identificar taxa mais comuns em fauna arqueológica, bem como suas alterações tafonômicas antrópicas e naturais mais frequentemente observadas e contexto arqueológico; executar o inventário de material faunístico com a aplicação de conceitos do método zooarqueológico como o Número Mínimo de Indivíduos (MNI) e o Número Mínimo de Espécies (NME).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, N.J. Zooarqueologia e Tafonomia da Transição para a Agro-Pastorícia no Baixo e Médio Vale do Tejo. **ARKEOS - perspectivas em diálogo**, nº 44, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329138703_Zooarqueologia_e_tafonomia_da_transicao_para_a_agro-pastoricia_no_baixo_e_medio_vale_do_Tejo

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica.** Lisboa: Edições 70, 2006.

PACHECO, Mirian L. A. F. **Zooarqueologia dos sítios arqueológicos Maracaju 1, MS e Santa Elina, MT**. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, 2008, 285 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAVIS, S. J. M. ***The Archaeology of Animals***. London. New Haven: Yale University Press. 1987.

REITZ, E.; WING, E. S. ***Zooarchaeology***. Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge Manuals in Archaeology), 1999.

J. KLOKLER, D.; VILLAGRÁN, X.S.; GIANNINI, P.C.F., PEIXOTO, S.; DEBLASIS, P. Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 20: 53-75, 2010.

ROMER, A. S. & PARSONS, T. S. **Anatomia Comparada dos Vertebrados**. São Paulo. Atheneu, 1985.

RUPPERT, E. F. & BARNES, D. **Zoologia dos Invertebrados**. 7ª edição. São Paulo. Roca. 2005.

SOBOLICK, K. D. ***Archaeobiology*.** California: Alta Mira Press. 2003 (Archaeologist´s Toolkit 5).

5° SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
História dos Povos Indígenas no Brasil	CACAR/CCN022	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	CACAR/CCN011 – Arqueologia e Ciências Humanas

EMENTA:

Indígenas como sujeitos históricos (agenciamento indígena na história). A historiografia sobre os indígenas no Brasil e a sua influência na arqueologia. Trajetórias de alguns povos indígenas desde o período colonial até a atualidade. A atuação da/o arqueóloga/o junto aos povos indígenas.

OBJETIVO:

Apresentar o agenciamento indígena a partir de leituras e documentários elaborados pelos próprios povos indígenas; proporcionar uma leitura crítica da história oficial; conhecer trajetórias históricas de algumas etnias indígenas no passado e na atualidade, refletir sobre a atuação de arqueólogo/as junto aos povos indígenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BANIWA, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro***:* o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf. CUNHA, Manoela Carneiro (org.). ***História dos índios no Brasil.*** São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. HEMMING, John. **Ouro vermelho**: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2010. BARTH, Frederick. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In:____**O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas** (org. TomkeLask). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. LERY, Jean. **Viagem à terra do Brasil***.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 205-222. OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004. MONTEIRO, John. **O índio na história do Brasil:** informações, estudos, imagens. http://www.ifch.unicamp.br/ihb/.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Técnicas de Trabalho de Campo II	CACAR/CCN023	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
1.3.0	60h	CACAR/CCN017-Técnicas de Trabalhos de Campo I

EMENTA:

Contextualização teórica. Métodos e técnicas de escavação arqueológica. Planejamento. Delimitação. Abordagem da matriz: níveis naturais e artificiais. Decapagem. Estratigrafia. Documentação. Acondicionamento de materiais.

OBJETIVO:

Apresentar e aplicar métodos e técnicas de escavação arqueológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, A. G. M. **Teoria e Método em Arqueologia Regional:** Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: 2001. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação Interdepartamental de Arqueologia.

BICHO, N. F. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

WHEELER, M. **Arqueología de campo**. – 3. reimpr. – Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. Contexto: 2003.

BALME, J.; PATERSON, A. **Archaeology en practice**. A Student Guide to Archaeology Analyses. Oxford: Blackwell, 2006.

DREWETT, P. L. **Field Archaeology**: An Introduction. London: Taylor & Francis, 2001.
GARCÍA-DIEZ, Marcos; ZAPATA, Lydia. Métodos y Técnicas de análisis y estudio en arqueología prehistórica. **Universidad del País Vasco**, 2013.

RENFREW, C.; BAHN, P.. **Arqueología:** teoria, métodos y practica. Madrid: Akal Ediciones, 1993

SCHEEL-YBERT, R.; KLOKLER, D.; GASPAR, M.D. & FIGUTI L. 2005-2006
Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos: antracologia,arqueobotânica, zooarqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 15-16: 139-163.

RKE, H.; SMITH, C. **The Archaeologist's Field Handbook**. Crows Nest: Alenandunwin, 2004.

<table>
<tr><th colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Práticas de Conservação</td><td>CACAR/CCN024</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>1.3.0</td><td>60h</td><td colspan="3">CACAR/CCN019-Teoria da Conservação</td></tr>
</table>

EMENTA:

Conservação de material arqueológico: diagnósticos; técnicas de amostragem; intervenções de conservação, monitoramento e conservação preventiva.

OBJETIVO:

Instruir sobre as práticas de conservação em campo, laboratório e reserva técnica; praticar métodos e técnicas de estabilização, remontagem e conservação de louças, vidros, materiais líticos, cerâmicas, arte rupestre, metais, polímeros etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, G. N. e GRANATO, M. (organizadores) **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. Editor: Museu de Astronomia e Ciências Afins(MAST)-RJ-RJ,2017.
http://site.mast.br/hotsite_livro_desafios_e_estudos_de_caso/pdf/livro_completo. pdf.

IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33 – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf

LORÊDO, W. M. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNET, J; VIDAL, P.; VOUVÉ, J. **Conservation de l'art rupestre:** deux étude, glossaire illustré. UNESCO: Études et documents sur le patrimoine culturel, n. 7,1985.

CANEVA, Giulia; SALVADORI, Ornella. **La dégradation et La conservation de La Pierre**. Paris: UNESCO, n.. 16, 1996.

LAGE, M. C. S. M. e LAGE, W. Conservation of rock-art sites in Northeastern Brazil; IN: **Open-Air Rock-Art Conservation and Management** – State of the Art and Future Perspectives; Ed. Routledge Studies in Arqchaeology, 2014.

NEVES, W. Uma proposta pragmática para cura e recuperação de esqueletos humanos de origem arqueológica. **Bol. do Museu paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica**, 4(1);3-26. 1988.

SOLEILHAVOUP, F. L'étude, la dégradation et la protection des peintures rupestres préhistoriques. Exemple du Tassili (SaharaAlgérien). **Revue Caesar Augusta**, p. 115-153, n.. 49 e 50, 1979.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Introdução à Bioarqueologia	CACAR/CCN030	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CGP0040-Teorias e Métodos em Arqueologia

EMENTA:

Conceito – gênese, evolução teórica e campos de aplicação. Princípios éticos e legais em pesquisas relacionadas com restos humanos. Composição óssea e anatomia do esqueleto humano. Tafonomia; elaboração de perfil paleobiológico. Paleodemografia; caracterização da amostra, representatividade óssea e NMI; Morfologia métrica e não-métrica; Paleopatologia.

OBJETIVO:

Identificar os diversos componentes do esqueleto humano; dominar o conceito de necrocidadania e ética em pesquisa com remanescentes humanos; discorrer sobre a estrutura dos tecidos duros do esqueleto humano: composição e funções; traçar o perfil paleobiológico de indivíduos arqueológicos incluindo as variáveis mais comuns: sexo, idade à morte, estatura; variação discreta; e patologias mais comuns; traçar o perfil demográfico de coleções incluindo o Número Mínimo de Indivíduos (MNI), a razão entre ambos os sexos e a estimativa de longevidade dos indivíduos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
SUSANNE, C.; REBATO, E.; CHIARELLI, B**. Antropologia Biológica**: Evolução e Biologia Humana. Lisboa: Edições Piaget, 2014. MADRIGAL, L.; GONZALÉZ-JOSÉ, R. **Introducción a la Antropología Biológica***.* Book 1, 2016. Publicação opensource disponível em: http://scholarcommons.usf.edu/islac_alab_antropologia/1 RIBEIRO, M.S**. Arqueologia das Práticas Mortuárias**: uma abordagem historiográfica. São Paulo: Alameda, 2007**.**
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BUIKSTRA, J.; UBELAKER, D. **Standards for data collection from human skeletal remains**. Proceedings of a Seminar at The Field Museum of Natural History. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series No. 44, 1994. IRISH, J.D; SCOTT, G.R**. A Companion to Dental Anthropology***.* Chichester: *Wiley Blackwell,* 2016. SHAEFER, M.; BLACK, S.; SCHEURER, L. **Juvenile Osteology – a Laboratory and field Manual***.* Amsterdam, Boston, Heidelberg, London, New York, Oxford, Paris, San Diego, San Francisco, Singapore, Sydney, Tokyo: Elsevier, 2009. WALDRON, T. Paleopathology. **Cambridge Manuals in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. WHITE, T.; BLACK, M.; FOLKENS, P. 2012. **Human Osteology**. Amsterdam, Boston, Heidelberg, London, New York, Oxford, Paris, San Diego, San Francisco, Singapore, Sydney, Tokyo: Elsevier, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Mapeamento Arqueológico	CACAR/CCN026	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	-

EMENTA:

Abordagem histórica da cartografia. Georreferenciamento. Sistemas de Informações Geográficas: tipos de feições, atributos e relações. Aplicações em arqueologia: análise e prospectiva. Mapeamento arqueológico: registro e apresentação de dados. Práticas de produção cartográfica.

OBJETIVO:

Capacitar os discentes no uso da informática para a análise de dados arqueológicos; capacitar os discentes na aplicação de SIG (Sistema de Informações Geográficas) em Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IBGE. **Noções básicas de Cartografia**. Manuais Técnicos em Geociências. No. 8. Rio de Janeiro: FIBGE, 1999. 130p.

GONZALES, I.; FREIRE, C.; MORENTE, L.; ASENSIO, E. **Los Sistemas de Información Geográfica y la Investigación em Ciencias Humanas y Sociales**. Mardid, 2012.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 363p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CONNOLY, J. e LAKE, M. (2006). **Geographical Information Systems in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press.

DORLING, D., FAIRBAIRN, D. **Mapping ways of representing the world**. Essex: Longman, 1997. 184p.

MEHRER, M. & WESCOTT, K. **GIS and Archaeological Site Location Modeling**. New York, 2006.

QGIS 2.8 **Guia do Usuário**. 2016. SHEKHAR, S.; XIONG, H. (Org.) **Encyclopedia of GIS**. New York, 2008.

SHEKHAR, S.; XIONG, H. (Org.) **Encyclopedia of GIS**. New York, 2008.

<table>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</td><td>UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td>Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td>Arqueologia e Ética</td><td>CACAR/CCN025</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="2">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>4.0.0</td><td>60h</td><td colspan="2">CACAR/CCN 007 – Patrimônio Cultural e Legislação</td></tr>
</table>

EMENTA:

A construção do(s) conceito(s) de ética. Ética no meio científico. Ética e ciências humanas. Ética e compromisso social. Ética e prática arqueológica.

OBJETIVO:

Despertar o interesse pelo conhecimento ético, por sua valorização e aplicação na prática profissional, ao estudar o caráter histórico da construção do conceito e a relação Ética-Ciência; ao refletir sobre a ética no meio científico e na sociedade, com base em discussões contemporâneas e ao analisar a prática da arqueologia à luz da Ética, no tocante a aspectos como: diversidade cultural, propriedade intelectual, direitos e deveres profissionais, repatriação, vandalismo-pilhagem, o trabalho com restos humanos, e conservação preventiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVÉ, Leon (Ed.). **Ética y diversidad cultural**. Santafé de Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, aprovado em Assembléia Geral em 2015.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, Ética e Sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

LIMA, Tânia Andrade. Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética. In: **Historical Archaeology in Latin America**. n. 5. Columbia: The University of South Carolina, 1994.

LINOTT, Mark J. Ethical principles and archaeological practice: development of an ethics policy. **American Antiquity**. v. 62, n. 4, 1997.

SCARRE, Geoffrey; SCARRE, Chris. **The Ethics of Archaeology**: philosophicalperspectives on archaeological practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOARES,Inês Virgínia Prado. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil**: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Erechim: Habilis, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Etnografia e História Oral	CACAR/CCN031	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	CACAR/CCN 011- Arqueologia e Ciências Humanas

EMENTA:

Evolução. Conceitos. Métodos Etnográficos. Metodologia. Ética. Regulamentação nas pesquisas com seres humanos.

OBJETIVO:

Capacitar os educandos na realização de pesquisas com a abordagem da metodologia da Etnografia; capacitar os educandos na realização de pesquisas com a abordagem da metodologia da História Oral; conhecer a legislação e ética que regula a pesquisa com seres humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTI, Verena. **Manual de história ora**/. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: Algumas Reflexões sobre ética na História Oral, In: Ética e História Oral Projeto História, nº 15, Revista do departamento de História da PUC SP, São Paulo: Abril de 1997, p. 13-33.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

DA SILVA, Vagner G. 2006. **O Antropólogo e sua Magia nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-brasileiras**. São Paulo: EDUSP.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de janeiro: FGV, 1998.

GOLDENBERG, M. 2009. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. In:_____. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record. (pp.16-24).

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Tópicos da Cultura Material	CACAR/CCN033	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	CGP 040 – Teorias e Métodos em Arqueologia

EMENTA:

Paradigmas teóricos e metodológicos que orientam a reflexão sobre o lugar da materialidade nas relações sociais. Fontes Materiais: discussões e exercícios de análise.

OBJETIVO:

Apresentar os paradigmas teóricos e metodológicos que orientam a reflexão sobre o lugar da materialidade nas relações sociais; identificar as especificidades das fontes materiais por meio de discussões epistemológicas e exercícios de análise; analisar e criticar o tratamento ilustrativo, periférico e de viés logocêntrico, ainda recorrente para esse tipo de documentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APPADURAI, Arjun. ***A vida social das coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro– RJ, ZAHAR, 2013.

OLIVEIRA, Andrea Bandoni de. **Objeto da floresta: explorando a Amazônia através do olhar de designers**. 1ª ed. São Paulo-SP, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOIVIN, Nicole. ***Material Cultures, Material Minds.* The Impact of Things on Human Thought, Society, and Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011

MILLER, Daniel. **Artefacts and the meaning of things**. In INGOLD, T. (Ed) Companion Encyclopedia of Anthropology. Routledge: London, p 396-419, 1994.

THOMAS, Julian. **The trouble with material culture.** IN: Overcoming the modern of material culture. Porto, ADECAP, 2007.

WYLIE, Alison. **Thinking from things. Essays in the Philosophy of Archaeology**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2002.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Desenho aplicado à Paleontologia	CACAR/CCN036	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
1.3.0	60h	-

EMENTA:

Caracterização. Desenho de paleovertebrados, paleoinvertebrados e plantas fósseis. Desenho de material ósseo. Técnica do pontilhismo. Técnica do grafite. Técnicas digitais. Elaboração de pranchas.

OBJETIVO:

Introduzir noções de desenhos técnico paleontológico. Capacitar os discentes na realização de desenhos técnicos de paleovertebrados, paleoinvertebrados e plantas fósseis. Desenho de material ósseo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Ismar de S. (editor) **Paleontologia**. Interciência**.** 3ª ed. 2010.

BENTON, michael j. **Paleontologia dos vertebrados**. Editora Atheneu. São Paulo, SP. 3.ed. 2008.

MENDES, Josue Camargo. **Paleontologia geral.** Livros Tecnicos e Cientificos. Rio de Janeiro, RJ. 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Andrea Mendez. **Aplicações da ilustração científica em ciências biológicas.** Trabalho de Conclusão de Curso – UNESP. 2009.

BRUZZO, Cristina. Biology: education and illustrations. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1359-1378, 2004

MATEUS, Simão; TSCHOPP, Emanuel David. "Scientific illustration and reconstruction of a skull of the diplodocid sauropod dinosaur Galeamopus. **Journal of Paleontological Techniques**, 17:1-11. 2017.

DE TROTTA, Tatiana; SPINILLO, Carla Galvão. Ilustração Científica: a informação construída pela sintaxe visual| Scientific illustration: information built by visual syntax. **InfoDesign-Revista Brasileira de Design da Informação**, v. 13, n. 3, p. 261-276, 2016.

SUGUITURU, Silvia Sayuri; MORINI, M. S. C. Arte e ciência: uso de diferentes técnicas de Ilustração científica. In: **Anais do XV Congresso de Iniciação Científica da Universidade de Mogi das Cruzes**. 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Estudo dos Artefatos Cerâmicos	CGP0038	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN016-Técnica de Laboratório em Arqueologia II

EMENTA:

Origens da olaria. Produção e consumo entre as populações ceramistas. O estudo da cerâmica no panorama brasileiro. Categorias analíticas: tradição, horizonte, fase, estilo. Abordagens teóricas. Considerações metodológicas. O gesto técnico e a cadeia operatória. Reconstituição. Traços de uso. Interpretação. Inferências sociais.

OBJETIVO:

Ampliar os conhecimentos sobre o estudo de artefatos cerâmicos; realizar análises de artefatos cerâmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Cláudia. A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. **Revista CLIO, Série Arqueológica**. Recife: UFPE, n.7, 1991.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proenza. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica indígena Brasileira. In: RIBEIRO, Darcy. (ed.). **Suma etnológica brasileira.** Petrópolis: Vozes, v.2, p. 137-229. 1986. (Edição atualizada do Handbook of south american indians).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE, Marcos. Reflexões em torno da utilização do antiplástico como elemento classificatório da cerâmica pré-histórica. **Revista CLIO.** Recife: UFPE, n.6, p.109-112, 1984. (Série Arqueológica).

ALVES, M. A. As culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: estudo tecnotipológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo: MAE – USP, v.1, 1991.

BAUDRILLAR, Jean. A moral dos objetos. Função-signo e lógica de classe. In: MOLES, Abraham et al. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes, 1972.

BROCHADO, José Proenza. **Alimentação na floresta tropical.** Porto Alegre: UFRGS, 1977. (Cadernos, 2).

BROCHADO, José Proenza. Expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. **Dédalo,** São Paulo: USP, n. 27, p.65-82, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia em Ambiente Costeiro	CGP0042	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN 007 – Patrimônio Cultural e Legislação

EMENTA:

Conceitos e características do ambiente costeiro. Formação do registro arqueológico em sítios inseridos no ambiente costeiro. A relação homem- ambiente na elaboração da cultura material existente em sítios arqueológicos de regiões costeiras. Informações arqueológicas acerca das ocupações humanas em ambiente costeiro.

OBJETIVO:

Compreender as relações entre ambiente e seres humanos nos ambientes costeiros analisar os procedimentos de formação dos sítios arqueológicos em ambientes costeiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALIPPO, Flávio Rizzi. **Sociedade sambaquieira, Comunidades Marítimas**. 2010, p. 290. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GASPAR, Madu. **Sambaqui:** arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TENÓRIO, Maria Cristina . **Pré- história da Terra brasilis**. Rio de Janerio: Editora da UFRJ, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BANDEIRA, Arkley Marques. **Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense**: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na ilha de São Luís – Maranhão. Dissertação. São Paulo: MAE/USP, 2008.

BAVA DE CAMARGO, P. F. **Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX.** Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: MAE/USP, 2009.

MEDEIROS, Iago Henrique Albuquerque de. **Processos de formação do registro arqueológico em dunas eólicas**: os sítios do litoral setentrional do Rio Grande do Norte, Brasil. (Dissertação). Aracaju: UFS/CECH, 2005.

RAINBIRD, Paul. **The archaeology of the islands**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ULM, Sean. **Coastal themes**: an archaeology of the Southern Curtis Coast, Queensland. Canberra: Anu Press, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia e Licenciamento Ambiental	CGP0045	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	CACAR/CCN 007 – Patrimônio Cultural e Legislação

EMENTA:

Legislação. Impactos ao patrimônio arqueológico. Procedimentos de campo e de laboratório associados às etapas do licenciamento ambiental. Planejamento e manejo do patrimônio natural e cultural. Gerenciamento das informações arqueológicas advindas dos trabalhos de arqueologia por contrato.

OBJETIVO:

Conhecer a legislação pertinente ao licenciamento ambiental; aprender os procedimentos de planejamento, práticos e de manejo associados ao licenciamento ambiental em gabinete, laboratório e campo; produzir e apresentar informações pertinentes ao trabalho arqueológico relativo ao licenciamento ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FARIAS, Talden. **Licenciamento Ambiental**: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Gestão em Projetos de Arqueologia**. Erechim: Habilis, 2009.

SILVA, Vicente Gomes da. **Legislação Ambiental Comentada**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo (Org.). **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

DE BLASIS, P. A. D.; MORALES, W. F. Analisando sistemas de Assentamento em âmbito local: uma experiência com full-coverage survey no Bairro da Serra. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo: USP, v. 5, p. 125-143, 1995.

LIMA, Tânia Andrade (Org.). **Atas do Simpósio Arqueologia no Meio Empresarial**. Goiânia: SAB/IGPA/UCG, 28 a 31 de agosto de 2000.

MORAIS, José Luiz de. Reflexões acerca da arqueologia preventiva. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2006.

REDMAN, C. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. **American Antiquity,** 38 (1), p. 61-79, 1973.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Inglês Instrumental Básico	CLE0174	Disciplina Optativa	
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**	
4.0.0	60h	-	

EMENTA:

Treinar as estratégias de leitura skimming, scanning etc. Exercitar diferentes níveis de compreensão. General comprehension. Main points comprehencion and ditails.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MURPHY, Raymond. **English grammar in use:** a self study reference and practice book for intermediate students. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SOUZA, M. do S. E. de; SOUZA, C. N. N. de; GONÇALVES, L. R. L. R. et al.**Inglês instrumental. Estratégias de Leitura.** Teresina: Editora Halley, 2002.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et. al. **Leitura em língua inglesa:** uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Dicionário bilíngüe: Inglês-Português.

HEWINGS, Martin. **Advanced grammar in use:** a self study reference and practice book for advanced learners of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MUNHOZ, Rosangela. Inglês instrumental: estratégias de leitura. Módulo I. São Paulo: Textonovo, 2000. NUNAN, David. Second language teaching & learning. Massachusetts: Heinle & Heinle Publishers, 1999.

SWAN, Michael. **Practical english usage.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

Sites para consulta:

http://www.onelook.com (dicionário)
http://sk.com.br/sk.html
http://www.rd.com

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Português I – Prática de Redação	CLV0002	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	-

EMENTA:

Leitura e compreensão de textos. Processo de criação do texto escrito. Descrição. Narração. Dissertação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. **Prática de textos**: língua portuguesa para nossos estudantes. Vozes: Petrópolis, 1992.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. Brasiliense: São Paulo, 1994.

MARTINS, Dileta Silveira e ZILBERNOP, Lúbia Seliar. **Português instrumental.** Prodil: Porto Alegre, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARACO, Carlos Alberto e MANDARIK, David. **Prática de redação para estudantes universitários**. Vozes: Petrópolis, 1987.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1980.

INFANTE, Ulisses. **Do texto ao texto**.Scipione: São Paulo, 1991.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** Brasiliense: São Paulo, 1994. SILVA, Ezequiel Teodoro da. **O ato de ler.** Cortez: São Paulo, 1984.

6° SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
História do Piauí	CGP0023	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	-

EMENTA:

O processo de colonização do Piauí. A formação da sociedade piauiense. O processo de independência do Piauí. Tópicos sobre a nova historiografia piauiense.

OBJETIVO:

Analisar aspectos da produção do conhecimento da história piauiense considerando o processo de colonização e sua formação social, política e intelectual. Apresentar o contexto no qual ocorreu o processo de colonização do Piauí. Discutir sobre a formação da sociedade

piauiense. Compreender a participação do Piauí no contexto da Independência. Discutir aspectos peculiares da historiografia piauiense.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. Obra completa.

BRANDÃO, Tânya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. 344p

MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial. **População, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). **Gente de longe: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006.**

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo.** A casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, APL, FUNDAC, 2009. (Grandes Textos, v. 2).

BARBOSA, Edson; SILVA, Lina Pereira da. **Casa grande de São Domingos**. Teresina: EDUFPI, 1984. NUNES, Odilon. **Os primeiros currais**. Teresina: Comepi, 1972. (Monografias do Piauí, série histórica).

REGO, Junia Motta A. N. do. **Dos Sertões aos Mares**: História do Comércio e dos Comerciantes de Parnaíba (1700 – 1950). 2010. 291 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal Fluminense: UFF. Niterói, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Monografia I	CGP0025	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	CACAR/CCN006-Iniciação à Pesquisa Científica e Arqueológica e CGP0040-Teoria e Métodos em Arqueologia

EMENTA:

Planejamento e projeto de pesquisa. Técnicas de pesquisa. Coleta de dados. Problematizaçã Variáveis. A pesquisa bibliográfica e documental.

OBJETIVO:

Desenvolver a problematização e delimitação para projeto de pesquisa; realizar coleta de dados; elaborar projeto de pesquisa a ser desenvolvido na Monografia II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide. **Fundamentos da metodologia** científica: um guia para a iniciação científica. 3. ed.ampl. São Paulo: Makron Books, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARAAS, Robert. **Os cientistas precisam escrever**: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1979.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GRANJA, Elza Corrêa et.al. **Normalização de referências bibliográficas**: manual de orientação. 3ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1997.

LUCKESI, Cipriano et.al. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Desenho Técnico do Material Arqueológico	CACAR/CCN028	Disciplina Obrigatória	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.3.0	60h	-

EMENTA:

Caracterização do desenho arqueológico na construção dos registros gráficos, no contexto do desenho técnico. Técnicas de representação e interpretação: Secção, vistas, perfis, corte e plano.

OBJETIVO:

Introduzir noções de iconografia e ortografia na perspectiva arqueológica. Capacitar os discentes na realização de desenhos técnicos de materiais e fenômenos arqueológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIONGO, Affonso Rocha. **Curso de desenho geométrico**. 34ª edição. São Paulo: Nobel, 1984.

LIMA, Luís C. F. **O desenho como substituto do objecto: Descrição cientifica nas imagens do desenho de materiais arqueológicos.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes: Universidade do Porto, 2007.

MADEIRA J. L. **O desenho na Arqueologia**, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras , 2002, Coimbra.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADDINGTON, L. R. **Lithic Illustration: Drawing Flaked Stone Artifacts for Publication**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

ADKINS, L. e R. **Archaeological Illustration.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ARCELIN, P. **Normalisation du dessin en ceramologie**. Montpellier: D.A.M, 1979.

BURKE, H.; SMITH, C. (2004) - **The Archaeologist's Field Handbook**. Crows Nest: Allen &Unwin, 2004.

DAUVOIS,M. **Precis du dessin dynamique et struturel des industries lithiques préhistóriques.** Paris**:** Ed. Pierre Fanhac, 1976.

<table>
<tr><th colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Arqueologia em Museus</td><td>CACAR/CCN0029</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>2.2.0</td><td>60h</td><td colspan="3">-</td></tr>
</table>

EMENTA:

Museus e Arqueologia: uma perspectiva histórica. Musealização de vestígios arqueológicos por meio das coleções ou a partir dos territórios. Musealização da Arqueologia: cultura material, identidades e extroversão do conhecimento.

OBJETIVO:

Apresentar o surgimento e desenvolvimento da Arqueologia e dos Museus. Conhecer as diferentes vertentes da Museologia e a Musealização da Arqueologia. Conhecer os diferentes procedimentos necessários para o funcionamento dos museus com ênfase em Museus de Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema, São Paulo**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 17).

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTENCOURT, José Neves. Museu Paraense Emílio Goeldi: uma instituição científica em um museu. **MUSAS**. n. 2. Brasília: IPHAN, 2006.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. Porto Alegre: MEDIANIZ, 2013.

IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: Museus: antropofagia da memória e do patrimônio, Brasília: IPHAN, n. 31, 2005. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat31_m.pdf

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia, património e cultura**. Lisboa: ED. Instituto Piaget, 2000.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; DEMARTINI, Célia Maria Cristina; BUSTAMANTE, Alejandra. O aproveitamento científico de coleções arqueológicas: a coleção Tapajônica do MAE/USP. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, EDUSP, n. 6, 1996.

VARINE, Hughes. **Raízes do futuro**. O Patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WICHERS, C. A. de M.; RIBEIRO, D. L.; BRUNO, M. C. O. (Org.). **Museologia & Interdisciplinaridade**. v. 12 n.24, 2023. Dossiê Museologias, Coleções e Arqueologias. 2023. https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/2522

<table>
<tr><th colspan="4">COMPONENTE CURRICULAR</th><th>UNIDADE RESPONSÁVEL:</th></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Paleontologia Geral</td><td>CACAR/CCN027</td><td>Disciplina Obrigatória</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="3">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>3.1.0</td><td>60h</td><td colspan="3">CACAR/CCN014-Geologia Geral e do Quaternário</td></tr>
<tr><td colspan="5">EMENTA:
Introdução à Paleontologia. Bioestatigrafia e métodos de datação em Paleontologia. Processos de fossilização. Ocorrências paleontológicas no Piauí e NE. Técnicas de campo, coleta e preparo de material fossilífero. Microbialitos, microfósseis, invertebrados, vertebrados, Paleobotânica, icnofósseis.

OBJETIVO:
Adquirir um conhecimento geral sobre os fósseis. Fornecer recursos para a correta identificação de material fóssil dos diferentes grupos de seres vivos. Mostrar a utilidade da Paleontologia em estudos arqueológicos.</td></tr>
<tr><td colspan="5">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
</table>

CARVALHO, I. de S. (ed.. **Paleontologia**. Editora Interciência, Rio de Janeiro, 628 p. vols, 1, 2, e 3. 2011.

SOARES, M. B. (Org.). **A Paleontologia na Sala de Aula**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2015, 714 p.https://www.paleontologianasaladeaula.com

SANTOS, M. E. de C. M.; CARVALHO, M. S. S. de. **Paleontologia das bacias do Parnaíba, Grajaú e São Luis**. CPRM, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENTON, M.J. 1997. *Vertebrate Paleontology*. Chapman & Hall, London, 452 p.

BRASIER, M.D. 1980. **Microfossils**. George Allen & Unwin, London, 193 p.

CAMACHO, H.H. **Invertebrados fóssiles.** Buenos Aires: Universitária, 1974.

CLARKSON, E.N.K. 1993. **Invertebrate Paleontology and Evolution**. 3rd ed. Chapmann &Hall, London, 434 p.

COUTO, C. de P. **Tratado de Palemastozoologia**., Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1979.

IANNUZZI, R. e VIEIRA, C. E. L. **Paleobotânica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

NIELD E.W. & Tucker, V.C.T. 1985. **Palaeontology: an Introduction**. Pergamon Press, Oxford, 178p.
MENDES, J.C. 1988. **Paleontologia Básica**. EDUSP, São Paulo, 347 p.

SWINNERTON, M. H. **Elementos da Paleontologia**. Barcelona: Omega. 1992.

SCHOBBENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diógenes de Almeida; QUEIROZ, Emanuel Teixeira de. (Ed.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: CPRM, 2000.

WINGE, M. et al. (Ed.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: CPRM, 2009. v. 2. 515p.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Introdução à Antropologia Funerária	CACAR/CCN032	Disciplina Optativa	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	CACAR/CCN 011 – Arqueologia e Ciências Humanas e CACAR/CCN030 – Introdução à Bioarqueologia

EMENTA:

Conceito.Gênese.Evolução teórica.Campos de aplicação; princípios éticos e legais em pesquisas relacionadas com contextos funerários.Métodos e técnicas em escavação de contextos funerários. Anthropologie de Terrain – abordagens de recolha de informações em campo. Arquitetura dos espaços funerários.O mundo dos mortos na perspectiva indígena.O mundo dos mortos na perspectiva cristã.O mundo dos mortos na perspectiva das religiões de matriz africana.

OBJETIVO:

Descrever contextos funerários; diferenciar os tratamentos funerários de maior alcance geográfico e temporal no Ocidente; discorrer sobre: relações de status, rank e poder no tratamento funerário de indivíduos arqueológicos; gênero, compadrio e parentesco a partir da informação de contextos funerários; política e o tratamento funerário de indivíduos arqueológicos; memória e religião como inferidas a partir de contextos arqueológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNEIRO DA CUNHA, M**. Os mortos e os Outros** – uma Análise do Sistema Funerário e da Noção de Pessoa entre os Índios Krahó. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

MARTIN, G**. Pré-História do Nordeste do Brasil.** Ed 5°. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

RIBEIRO, M.S**. Arqueologia das Práticas Mortuárias***:* uma abordagem historiográfica. São Paulo: Alameda, 2007**.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGARWAL, S.C.; GLENCROSS, B.A**. Social Bioarchaeology**. Wiley-Blackwell, 2011.

ROBBEN, A.C.G.M**. Death, Mourning, and Burial**: A Cross-Cultural Reader. Victoria: Wiley-Blacwell, 2004.

STEWART, J.H**. Handbook of South American Indians***.* Volume 1 – The Marginal Tribes, 1946. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology,

Bulletin 143. Publicação opensource disponível em: https://archive.org/details/bulletin14311946smit

PEARSON, M.P**. The Archaeology of death and burial**. Gloucestershire: Sutton Publishing, 2005.

WHITE, T.; Black, M.; Folkens, P. **Human Osteology.** Amsterdam, Boston, Heidelberg, London, New York, Oxford, Paris, San Diego, San Francisco, Singapore, Sydney, Tokyo: Elsevier, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia e as interfaces entre o Xamanismo e a mitologia	CACAR/CCN034	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	-

EMENTA:

Relação da Arqueologia com os saberes tradicionais e mitológicos. Práticas de rituais e xamanismo: danças arquetípicas, curas, quatro elementos, mitos. Relação de pertencimento e integração entre os humanos e a natureza.

OBJETIVO:

Interagir com as múltiplas narrativas que podem envolver um sítio arqueológico; entender o sítio como local sagrado; analisar sobre a indivisibilidade dos grupos humanos e natureza.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARRIEN, Angeles. **O Caminho Quádruplo:** trilhando os caminhos do guerreiro, do mestre, do curador e do visionário. (Tradução Eleny C. Heller). São Paulo: Ágora, 1997.

CAPRA, Fritjof. **Sabedoria incomum.** Tradução Carlos Afonso Malferrari. Editora Cultrix. São Paulo, 1995.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu:** Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPRA, Fritjof; **A Teia da vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos, São Paulo, Cultrix, 1997.

CAVALCANTE, Ruth. GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Educação Biocêntrica**: ciências, arte, mística, amor e transformação. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

CLOTTES, Jean; LEWIS_WILLIAMS, Davi. **Los chamanes de la pré-história.** Ed. Planeta S.A. Barcelona, 2010.

ELIADE, Mircea. **O xamanismo e as técnicas arcaicas do êxtase**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOARES, Débora Leonel. **Xamanismo e Cosmovisão Andina: um estudo sobre práticas de curandeirismo mochica expressas na cerâmica ritua**l. Dissertação (Mestrado em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Processamento de Dados em Arqueometria	CACAR/CCN035	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
0.4.0	60h	CGP 0006 - Arqueometria

EMENTA:

Organização e processamento de dados em Arqueometria. Construção de tabelas. Construção de gráficos. Expressão correta de resultados em tabelas e gráficos. Normalização de dados obtidos por fluorescência de raios X e expressão dos resultados na forma de elementos químicos ou de seus óxidos mais comuns correspondentes. Conjugação ou sobreposição de espectros e difratogramas. Identificação de bandas de vibração de energia no infravermelho e das espécies químicas correspondentes. Identificação de bandas

de espalhamento Raman e das espécies químicas correspondentes. Busca de fases e identificação qualitativa de minerais por difratometria de raios X.

OBJETIVO:

Introduzir noções de organização, análise e processamento de dados em Arqueometria. Capacitar os discentes na construção de tabelas e gráficos, expressão de resultados e identificação de espécies químicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAVALCANTE, L. C. D. **Caracterização arqueométrica de pinturas rupestres pré-históricas, pigmentos minerais naturais e eflorescências salinas de sítios arqueológicos**. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências - Química) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CAVALCANTE, L. C. D.; SOUSA, J. W. L.; SILVA, H. K. S. B. **Análise químico-mineralógica e parâmetros de queima de cerâmicas do sítio arqueológico Entrada do Caminho da Caiçara, Brasil. Arqueología Iberoamericana**, v. 43, p. 20-34, 2019.

COHEN, E. R., et al. **Grandezas, unidades e símbolos em físico-química**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Química, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANINDÉ – **Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2001-. Disponível em:<http://max.ufs.br/pagina/publica-es-11292.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CAVALCANTE, L. C. D.; DA SILVA, H. K. S. B.; FABRIS, J. D.; ARDISSON, J. D.Red and yellow ochres from the archaeological site Pedra do Cantagalo I, in Piripiri, Piauí, Brazil. **Hyperfine Interactions**, v. 238, n. 1, p. 22.1-7, 2017.

CAVALCANTE, L. C. D.; TOSTES, V. H. G. Espécies ferruginosas em pigmentos minerais do sítio arqueológico Pedra do Atlas. **Arqueología Iberoamericana**, v. 36, p. 48-53, 2017.

HYPERFINE INTERACTIONS. Springer Nature, 1975.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
História Cultural	CGP0036	Disciplina Optativa	

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	-

EMENTA:

Aspectos teóricos e conceituais na abordagem da história cultural. Estudo das principais correntes teóricas versando sobre os problemas relativos aos aspectos culturais do comportamento do homem.

OBJETIVO:

Conhecer as abordagens historiográficas sobre Cultura. Capacitar os discentes para realizar análises das Culturas Humanas a partir da historiografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACQUAVIVA, M. C. **Lendas e tradições das Américas: a**rqueologia, etnologia e folclore dos povos latinos americanos. 2 ed. São Paulo: Hemus,199?.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** 2.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. ,2008.

COOK, M. A. **Uma breve história do homem**. Rio de janeiro : Jorge Zahar Editora, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AZEVEDO, E. B. de **Arquitetura do Açucar**. São Paulo: Nobel, 1990.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da mémoria**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FARIA, S. de C. **A colônia em Movimento**: Fortuna e familia no Cotidiano Colonial, 1998.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. 2 ed. São Paulo : Contexto, 2006.

FUNARI, P. P. **Cultura Material e Arqueologia Histórica** – Campinas, SP :UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia

Estudo dos Artefatos Líticos	CGP0039	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	CACAR/CCN016-Técnica de Laboratório em Arqueologia II

EMENTA:

Os artefatos líticos no processo de hominização. Influência do meio e fontes de recursos. Abordagens teóricas e categorias analíticas. Dinâmica de produção e utilização. Cadeias operatórias.Identificação de técnicas. Reflexo do domínio da matéria-prima na organização tecnológica. As "tradições" líticas . Inferências econômicas.Identidades culturais: interpretação dos níveis tecnológicos.

OBJETIVO:

Permitir que os discentes reconheçam artefatos líticos e que saiba distinguir fatores naturais de fatores técnicos de lascamento e/ou polimento; Apresentar as principais correntes (tipológica, morfométrica, tecnológica e tecno-funcional) e demonstrar com exemplos locais o potencial e os limites de cada uma; introduzir noções básicas de Arqueologia experimental em lascamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, L; ISNARDIS, A. (Org). **Das pedras aos homens**. Tecnologia lítica na Arqueologia brasileira. São Paulo: Argvmentvm, 2007.

INIZIAN, Marie-Louise, et al. **Tecnologia da Pedra Lascada**. Belo Horizonte: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2017.

LOURDEAU, Antoine. A pertinência de uma abordagem tecnológica para o estudo do povoamento pré-histórico do Planalto Central do Brasil. **Habitus**, v. 4,n. 2, p. 985-710, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAGUNDES, Marcelo. Atributos formais e tecnológicos da indústria lítica do Sítio Topo, Canindé de São Francisco - SE: estudo da organização tecnológica para a compreensão do sistema de assentamento regional de Xingó. **Canindé**. Xingó: MAX, n. 9, p. 89-120, jun., 2007.

LEROI-GOURHAN, André. **Evolução e técnicas**. Lisboa: Ed. 70, 1984.

FOGAÇA, E. Análise preliminar de algumas indústrias líticas lascadas recuperadas em Xingó. **Cadernos de Arqueologia**. Xingó: UFS, Chesf, Petrobras. 1997 (Documento 3).

MARQUES, Marcélia. Pedra que te quero palavra: discursividade e semiose no (con)texto arqueológico. Tese (doutorado em história). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2010.

MORAIS, J. L. **Tecnologia lítica**. Erechim (RS): Habilis, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia e Turismo	CGP0041	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	CACAR CCN 007 – Patrimônio Cultural e Legislação

EMENTA:

História e conceito de Patrimônio Arqueológico. A legislação referente ao turismo e patrimônio arqueológico no Brasil. Tipos de turismo arqueológico. Normas e técnicas de manejo, interpretação, sinalização e preparo de sítios arqueológicos visando a visitação turística. Exemplos de guias e roteiros turísticos arqueológicos. Riscos e ameaças ao patrimônio cultural oriundo de um turismo não planejado.

OBJETIVO:

Revisar sobre patrimônio arqueológico; estudar sobre os tipos de turismo arqueológico; entender a importância da visitação sustentável e estruturada para o sítio arqueológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GÒMEZ, M. R. **Patrimonio y Turismo**. Disponível em < www.naya.org.ar/ >. Capturado em dezembro de 2007.

SEPLAN. **Plano Diretor de desenvolvimento Turístico Arqueológico do Piauí**. Governo do Estado do Piauí, PRODETUR, Banco do Nordeste, 2000.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista de arqueologia**, v. 20.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Rossano Lopes. **O papel da Arqueologia na Inclusão Social.** In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF, Nº33/2007, IPHAN, p. 289-303.

CHADBURN, Amanda. **An Overview of Recent Developments and Initiatives by UNESCO and ICOMOS with Especial Reference to World Heritage Sites** in Open-Air Rock-Art Conservation and Management State of the Art and Future Perspectives. Routledge Studies in Archaeology, 2014. p.272-281.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Os Limites do Patrimônio* **in Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos.** Org. Manuel Ferreira Filho, Cornélia Eckert e Jane Felipe Beltrão. Ed. Nova Letra, 2007. p.239-248.

LIMAVERDE, Rosiane. ***Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ce.*** Tese de doutorado em Arqueologia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph,2000.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Etnoarqueologia	CGP0044	Disciplina Optativa	
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**	
4.0.0	60h	CACAR CCN011 – Arqueologia e Ciências Humanas e CGP 0040 Teorias e Métodos em Arqueologia	

EMENTA:

Surgimento. Desenvolvimento. Abordagens teórico-metodológicas. Pesquisa. Campos de estudo. O trabalho de campo e suas especificidades. Analogia etnográfica. Possibilidades. Limites da pesquisa.

OBJETIVO:

Compreender o contexto de surgimento e desenvolvimento da etnoarqueologia; apresentar principais abordagens teórico-metodológicas, práticas de pesquisa e campos de estudo; contribuir para a reflexão crítica do papel da arqueologia junto a sociedade..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 18, p. 13-60, 2002.

SILVA, Fabíola Andréa. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 27-37, 2009.

____. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis: história & cultura**, v. 8, n. 16, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Descolonizando a arqueologia no Brasil: contribuições da etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no estado de mato grosso do sul. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano– Series Especiales**, v. 2, n. 3, 2015.

GOULD, R. **Recovering the Past**. Albuquerque: University of New Mexico, 1990.

KENT, S. **Method and Theory for Activity Area Research**(An Ethnoarchaeological Approach).New York, Columbia University Press, 1987.

WYLIE, A. The reaction against analogy. In: SCHIFFER, M.B. (ed.). **Advances in Method and Theory**. New York: Academic Press, 1985. pp. 63-111.

WÜST, Irmhild. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno- históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 2, p. 13-26, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia Subaquática	CGP0047	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	CGP0040- Teorias e Metódos em Arqueologia

EMENTA:

Estudo das relações entre as sociedades humanas e os ambientes aquáticos e de transição. História da Arqueologia Subaquática. Teoria. Método, Técnica em Arqueologia Subaquática. Os desdobramentos da Arqueologia praticada em ambientes subaquáticos.

OBJETIVO:

Conhecer conceitos e técnicas subaquáticas. Capacitar os alunos no exercício da atividade arqueológica em meio aquático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BASS, George F. **Arqueologia subaquática**. Lisboa: Verbo, 1969.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DURAN, Leandro D. **Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.338.

FERREIRA, Ialy Cintra et al. ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: Linhas de pesquisa científica no Brasil entre 1970 e 2014. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 14, n. 27, p. 219-234, 2017.

ICOMOS. A carta internacional do ICOMOS sobre proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.7, 1997, p. 209-213.

MUCKELROY, Keith. **Maritime Archaeology**. (New Studies in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY. **Archaeology underwater: the NAS guide to principles and practice**. Portsmouth, 1995.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	**NOVA** **EMENTA**	Disciplina Optativa	
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**	
4.0.0	60 h	-	

EMENTA:

Arqueologia e a diversidade histórica da formação social nacional. Alicerces preconceituosos da história da Arqueologia: racismo, etnocentrismo, machismo, misoginia e homofobia. Novas Arqueologias: Arqueologia Indigena, Arqueologia da sexualidade, Arqueologia afrocentarda e outras.

OBJETIVO:

Analisar, a partir da materialidade, a historicidade da cultura afro-brasileira e indígena, debatendo conceitos como racismo e resistência cultural. Refletir criticamente a respeito da diversidade sexual e de gênero que compõem as sociedades, no passado e no presente, pensando ambos como construção históricas, materiais e encorpadas. Avaliar a incorporação de ontologias indígenas e afrocentradas no fazer arqueológico contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGOSTINI, Camilla. (org.) **Objetos da escravidão. Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

PASSOS, Lara de P. **Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico. Dissertação (Mestrado em Antropologia)** – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/42186008/ARQUEOPOESIA_uma_proposta_feminista_afrocentrada_para_o_universo_arqueol%C3%B3gico

CABRAL, Mariana Petry. **No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta**. Tese (Doutorado em Antropologia, Área de Concentração em Arqueologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/8602293/No_tempo_das_pedras_moles_Tese_de_Doutorado

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABREU E SOUZA, R. de. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 43–65, 2020. DOI: 0.24885/sab.v33i2.743. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/743. Acesso em: 10 jul. 2023.

AMORIM, Tomaz; NOGUEIRA, Renato**. Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza.** Negro Belchior, 2015. Disponível em: http://negrobelchior.cartacapital.com.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/. Acesso em 11 ago. 2017.

CARLE, Cláudio; SANTANA, Ingrid A. S. F.; OLIVEIRA, Cícero N. P. As cumplicidades racistas da arqueologia. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 12, n. 2, p. 1-19, 2018.

FERREIRA, Lucio M. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Métis**, v. 8, n. 16, p. 267-275, 200

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, v. 9, p. 133-141, 1988.

PEREIRA, Ricardo; CHEVITARESE, André L. Por uma arqueologia dos candomblés: contribuições da ciência do passado aos estudos dos fenômenos religiosos. **Revista Maracanan**, v. 20, p. 112-136, 2019.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 210-234, 2017.

RIBEIRO, Loredana; SILVA, Bruno. S. R.; SCHIMIDT, Sarah. K. S.; PASSOS, Lara. P. A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Estudos Feministas,** 2017.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melissa. Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. **Especiaria,** v. 11/12, n. 20/21, p. 219-240, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais	LIBRAS 012	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	-

EMENTA:

Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para as crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Decreto 5.626. Lei 10.436 de 2002. **Diário Oficial**, Brasília, 24 de abril de 2002, p. 23. http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10.436.htm. Acesso em 15/05/2010.

CAPOVILA, Fernando C. e RAPHAEL, W. D. D**icionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. 1v. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2001.

SOUZA, Regina M. de; GOES, Maria C. R. de. **O ensino para surdos na escola Inclusiva**: considerações sobre o excludente contexto da incluso. In: SKLIAR, C. Atualidades da Educação Bilingüe para surdos. Porto Alegre: Mediações. 1999.
1V. p. 163-187.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIAGET, Jean. **A Formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho. Imagen e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 370 p.

FELIPE, Tanya A**. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante**. 2007.

FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 200-217, 2006.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD- Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 295-305, 2006.

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Cadernos Cedes**, v. 26, n. 69, p. 205-229, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia Urbana	**NOVA**	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	-

EMENTA:

Introdução ao tema da Arqueologia Urbana. Direito à Cidade, Corpo e Arqueologia. Conceitos alicerçais. Revisão histórica e teórica. Estudos de casos no Brasil. Arqueologia da Arquitetura. Arqueologia Industrial. Arqueologia dos bordéis e da prostituição. Arqueologia das favelas. Arqueologia dos sem teto. Patrimônio arqueológico urbano: carta arqueológica, critérios de significância e outros instrumentos de preservação. Arqueologia com a cidade: trabalhos colaborativos na urbe. Arqueologia urbana em Teresina: histórias periféricas.

OBJETIVO:

Analisar as cidades do ponto de vista da Arqueologia, pensando-as como o resultado de camadas sobrepostas de resíduos materiais de diferentes épocas, que convivem na urbe e discutir noções vigentes de patrimônio e preservação aplicadas às particularidades de se considerar as cidades como um sítio arqueológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

THIESEN, Beatriz Valladão. **As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX.** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999. Disponível no link:

https://www.academia.edu/19786681/AS_PAISAGENS_DA_CIDADE_arqueologia_da_%C3%A1rea_central_da_Porto_Alegre_do_s%C3%A9culo_XIX

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte. **Um estudo em arqueologia urbana: a carta do potencial arqueológico do centro histórico de Porto Alegre**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35362

TESSARO, Piero Alessandro Bohn. **Pedaços de uma Paulicéia espalhados pela Urbe: Musealizando uma Arqueologia com a Cidade**. (Dissertação de Mestrado). MAE-USP, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-06052014-124403/pt-br.php

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CRESSEY, Pamela e STHEPHENS, John. The city-site approach to urban archaeology. In: DICKENS, Roy S. Jr. (org). **Archaeology of Urban America. The search for pattern and process**. New York: Academic Press, 1982: 41 – 59.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires.** (Tese de Doutorado). UNICAMP, 2001 ademic Press, 1982. 5:97-149. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/publicacao/137011/paredes-que-domesticam-arqueologia-da-arquitetura-escolar-c/

THIESEN, Beatriz. Valladão. **Fábrica, identidade e paisagem urbana: arqueologia da Bopp Irmãos (1906 –1924)**. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/29914541/F%C3%81BRICA_IDENTIDADE_E_PAISAGEM_URBANA_ARQUEOLOGIA_DA_BOPP_IRM%C3%83OS_1906_1924

MURRAY, Tim e MAYNE, Alan. **The archaeology of urban landscapes. Explorations in slumland**. Cambridge University Press, Cambridge, 2001

TOCCHETTO, Fernanda e THIESSEN, Beatriz. A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. In: LIMA, Tania Andrade (org). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Brasília: IPHAN, n. 33, 2007: 175-200. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL:
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Prática de Conservação de Arte Rupestre	**NOVA**	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
1.3.0	60h	CACAR CCN019 – Teoria da Conservação

EMENTA:

Práticas de campo de trabalhos de conservação de arte rupestre: levantamento de dados para elaboração de diagnósticos.Técnicas de amostragem Intervenções de conservação (limpeza e consolidação de placas rochosas).

OBJETIVO:

Realizar atividades de campo em sítios de arte rupestre. Analisar os principais problemas de conservação de painéis rupestres. Estabelecer e colocar em práticas medidas de intervenção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAGE, M. C. S. M. **Conservação de Arte Rupestre.** Teresina: Ed. Alinea, 1996.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses. A conservação de sítios de arte rupestre. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33 Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, 2007.

CAMPOS, G. N. e GRANATO, M. (organizadores) **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. Editor: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)-RJ-RJ, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNET, J; VIDAL, P.; VOUVÉ, J. Conservation de l'art rupestre: deux étude, glossaire illustré.UNESCO: **Études et documents sur le patrimoine culturel**, n. 7, 1985.

BRUNET, J; DANGAS, I; VIDAL, P. e VOUVÉ, J. La conservation de l'art des cavernes et des abris. **Section Française de l'Institut International de Conservation**: Champs sur Marne (França), 1990.

BRUNET, J. Presentación de la Conservación del arte rupestre prehistorico en Francia. **SIARB, Contribuciones al estudio del arte rupestre sudamericano**, Bolívia, n. 4, 1995.
Comité Dominicano del ICOMOS, **Consejo Internacional de Monumentos y Sitios: Carta de Venecia 1964, Normas de Quito 1967, Resolución de Santo Domingo 1974, Santo Domingo**, 1994.

CANEVA, Giulia; SALVADORI, Ornella. La dégradation et La conservation de La Pierre. Paris: **UNESCO**, n.. 16, 1996.

LAGE M. C. S. M. **Etude archéométrique de l'art rupestre du sud-est du Piauí – Brésil.** Thèse de doctorat, Université de Paris I, 1990.

SOLEILHAVOUP, F. L'étude, la dégradation et la protection des peintures rupestres préhistoriques. Exemple du Tassili (Sahara Algérien). **Revue Caesar Augusta,** p. 115-153, n..49 e 50, 1979.

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Práticas de restauro	**NOVA**	Disciplina Optativa	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
1.3.0	60h	CACAR CCN019 – Teoria da Conservação

EMENTA:

Práticas de restauro em diversos materiais arqueológicos. Estudos de pigmentos rupestres. Restauro de telas. Restauro de cerâmica. Restauro de líticos.

OBJETIVO:

Realizar práticas de restauro em diversos materiais arqueológicos para proporcionar experiências sobre a cadeia operatória (desde a fabricação, como são evidenciados, até possíveis práticas de restauro).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, G. N. e GRANATO, M. (organizadores) **Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso**. Editor: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)-RJ-RJ, 2017.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses. A conservação de sítios de arte rupestre. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33 Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, 2007.
LORÊDO, W. **Manual de Conservação em Arqueologia de Campo**. Rio de Janeiro, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BANNING, E. B. The Archaeologist's Laboratory. **The Analysis of Archeological**, 2000.

BRUNET, J. Presentación de la Conservación del arte rupestre prehistorico en Francia. **SIARB, Contribuciones al estudio del arte rupestre sudamericano,** Bolívia, n. 4, 1995.

CANEVA, Giulia; SALVADORI, Ornella. La dégradation et La conservation de La Pierre. Paris: **UNESCO**, n.. 16, 1996.

LAGE M. C. S. M. **Etude archéométrique de l'art rupestre du sud-est du Piauí – Brésil.** Thèse de doctorat, Université de Paris I, 1990.

VICROSKI, F. J. N. **Técnicas de laboratório em arqueologia**. Passos Fundos - RS. 2012.

7° SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Estágio Supervisionado	CGP0049	Disciplina	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
0.0.14	210h	CGP0040-Teorias e Métodos em Arqueologia CACAR/CCN023-Técnicas de Trabalho de Campo II CCN016 – Técnicas de Laboratório II

EMENTA:

Vivências profissionais com os métodos e técnicas associadas ao exercício do trabalho de campo em arqueologia. Experiência profissional com o tratamento do material arqueológico: limpeza, identificação, registro e acondicionamento. Análises da cultura material desenvolvidas em laboratório. Exercício da prática profissional relacionada à gestão dos bens arqueológicos em instituições públicas, privadas ou em ONGs.

OBJETIVO:

Realizar Estágio Obrigatório em instituições públicas, privadas ou em ONGs; exercer atividades pertinentes à prática arqueológica profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 85-185.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología:** teoria, métodos y practica. Madrid: AkalEdiciones, 1993.

WHEELER, Mortimer. **Arqueología de campo**. – 3. reimpr. – Madrid: Fondo de Cultura Económica,1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 6. ed. Recife: UFPE, 2013.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo (Orgs.). **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

LAGE, M. C. S. M. **Conservação de Arte Rupestre**. Teresina: Ed. Alinea, 1996.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 6, n. 1, janeiro/abril, 2011.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: UNB Editora, 1992.

8° SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR			**UNIDADE RESPONSÁVEL:**
Nome	**Código**	**Tipo**	Coordenação de Arqueologia
Arqueologia Pública	CGP0043	Disciplina	

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	CACAR CCN007 – Patrimônio Cultural e Legislação

EMENTA:

A socialização do saber científico. Abordagens arqueológicas: Arqueologia Pública, Simétrica, Multivocal, Decolonial e afins. Identidades e comunidades: Associações e apropriações do patrimônio arqueológico.

OBJETIVO:

Apresentar abordagens que envolvam as comunidades na prática arqueológica; habilitar os educandos em procedimentos que busquem as associações e apropriações do patrimônio pelas comunidades; realizar trabalho prático com alguma comunidade e seu patrimônio cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERNANDES, T. **Vamos criar um sentimento?** Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em:http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15042008- 144626/pt-br.php.

BEZERRA, Márcia. Os Sentidos Contemporâneos das coisas do passado: Reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**. N. 7. Julho 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 143-172, dec. 2015. ISSN 1678-9857. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108570/107406>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DE BURRA, Carta. **Carta de Australia para sitios de significación cultural. ICOMOS**, 1999. Disponível em: https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf. Acesso em 04/01/2023.

FUNARI, P.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. História, v.27, n.2, p.13-30, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a02v27n2.pdf.

FUNARI, P.P.A.; ORSER, E.C. Jr.; SCHIAVETTO, S.N.O. (Orgs.) **Identidades, Discurso e Poder**: Estudos de Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (ed.). Arqueología Simétrica. Un Giro Teoricos in Revolucion Paradigmática (withcommentary). **Complutum**, 18, p. 283-319, 2007. Disponível em: http://humanitieslab.stanford.edu/23/814.

LAP – Laboratório de Arqueologia Pública. **Revista de Arqueologia Pública**. Unicamp. Disponível em: http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/

RUIBAL, Alfredo Gonzalez. Hacia otra arqueología: diez propuestas. **Complutum**, 2012, Vol. 23 (2): 103- 116. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/40878/39138

<table>
<tr><td colspan="3">COMPONENTE CURRICULAR</td><td colspan="3">UNIDADE RESPONSÁVEL:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome</td><td>Código</td><td>Tipo</td><td colspan="2" rowspan="2">Coordenação de Arqueologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Monografia II</td><td>CGP0033</td><td>Disciplina</td></tr>
<tr><td>Créditos:</td><td>Carga Horária:</td><td colspan="4">Pré-requisito(s):</td></tr>
<tr><td>4.0.0</td><td>60h</td><td colspan="4">CGP0025-Monografia I</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA:
Desenvolvimento do projeto de pesquisa com elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO:
Desenvolver pesquisa científica, redigir, formatar, apresentar e defender o Trabalho de Conclusão de Curso.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide. Fundamentos da metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 3. ed.ampl. São Paulo: Makron Books, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2001.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</td></tr>
<tr><td colspan="6">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</td></tr>
<tr><td colspan="6">BARAAS, Robert. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1979.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GRANJA, Elza Corrêa et.al. Normalização de referências bibliográficas: manual de orientação. 3ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1997.</td></tr>
</table>

LUCKESI, Cipriano et.al. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Instalações e Equipamentos

O Curso de Arqueologia da UFPI funciona em prédio construído para abrigar os novos cursos do Centro de Ciências da Natureza - CCN. A parte da estrutura a ele destinada inclui salas de professores, salas de aula, uma sala de estudos para os discentes, 4 laboratórios, auditório, salas para coordenações e secretarias da Graduação e da Pós-Graduação de Arqueologia, espaço para o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (NAP), e para o Museu de Arqueologia e Paleontologia, além de uma área comum,destinada à instalação de pontos de serviço de alimentação, de fotocópias, de impressão, digitação e outros.

Em relação ao espaço de trabalho para docentes, cada um dos professores do curso possui uma sala de trabalho individual, com área de 8,88 m2 onde pode abrigar, além de móveis e equipamentos fornecidos pela Universidade, também outros que se fizerem necessários para o bom desempenho de suas funções. As salas individuais, além de proporcionarem o conforto e a privacidade dos professores, também permitem a guarda de material bibliográfico e equipamentos de uso pessoal. Nelas são realizados atendimentos a discentes, pesquisas, estudos, planejamentos, dentre outras atividades, inclusive as que necessitam do uso de WI FI ou internet via cabo da Universidade. Há banheiros feminino e masculino de uso exclusivo dos docentes no bloco destinado às salas dos professores, cada um com mais de 22m2.

Atualmente o Curso de Arqueologia da UFPI conta com cinco laboratórios, em razão da divisão do antigo LAB 1 em dois: Laboratório de Arqueometria e Arte Rupestre; Laboratório de Arqueologia e Estudos de Tecnologia (LATEC); Laboratório de Paleontologia; Laboratório de Arqueologia Marítima e Subaquática (LARQSUB) e

Laboratório de Osteoarqueologia (LOA). Os cinco laboratórios são pertencentes e de uso exclusivo do Curso de Arqueologia, e podem ser considerados salas de aula, pois são espaços e lugares nos quais são realizadas aulas práticas laboratoriais. São, portanto, laboratórios didáticos onde se desenvolvem atividades pedagógicas de integração entre teoria e prática. O Curso dispõe, também, de uma sala de desenho de 62m2, também de uso exclusivo, que abriga 17 pranchetas para as aulas das disciplinas cujas atividades práticas envolvem desenho, tais como desenho técnico de material arqueológico e desenho aplicado à Paleontologia, além de atender a outras necessidades do Curso.

Em relação às salas de aula do CCN II, o prédio é relativamente novo, todas as salas dispõem de ar-condicionado, aparelho data-show, quadro branco de acrílico, acesso WI FI e de cabo para a Internet, carteiras suficientes e novas para uso dos alunos, mesa e cadeira de uso docente. As salas têm entre 62m2 e 98m2, sendo suficientes para abrigar as turmas das diferentes disciplinas.

O Curso também utiliza o Auditório do Museu de Arqueologia, quando disponível,ou quando agendado, para aulas com exibição de filmes e documentários de longa duração, apresentação de seminários pelos discentes, além da apresentação dos Trabalhos de Conclusão do Curso. É importante frisar que há uma sala destinada ao Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Arqueologia, onde os alunos podem planejar atividades da vida acadêmica.

Os docentes e discentes do Curso têm acesso ao Laboratório de Informática do CCN2, vinculado ao curso de Estatística, que ocupa o mesmo prédio do de Arqueologia. Para as disciplinas que envolvem o uso de computadores, os discentes de Arqueologia podem usar este laboratório.

7.2 Recursos Humanos

7.2.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Arqueologia está atualmente institucionalizado pela **PORTARIA CCN/UFPI Nº 41/2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023** com a seguinte composição:

Joina Freitas Borges	Nato
Ana Luisa de Meneses Lage do Nascimento	Membro
Ângelo Alves Corrêa	Membro
Grégoire Andre Henri Marie Ghislain van Havre	Membro
Maria do Amparo Alves de Carvalho	Membro
Sônia Maria Campelo Magalhães	Membro
Vinicius Melquiades dos Santos	Membro

Em consonância com o que preconiza a Resolução 278/2011 CEPEX, todos os membros do NDE possuem titulação *strictu sensu* de doutorado, entre os quais 5 possuem licenciatura em suas formações de base e todos já participaram das Capacitações e Seminários de Docência Superior oferecidos anualmente pela UFPI. Todos atuam em regime de tempo integral e Dedicação Exclusiva. E em atendimento à sugestão de prioridade constante no Artigo 5 da resolução supracitada, todos os membros do NDE têm experiência de mais de dois anos de magistério superior.

7.2.2 Corpo Docente

O Corpo Docente do Curso de Arqueologia é composto por professores de diversas formações acadêmicas, em virtude da interdisciplinaridade característica da Arqueologia. Todo o corpo docente faz parte do Colegiado do Curso, sendo assim todos participam das tomadas de decisão em relação aos programas de disciplinas, oferta semestral, homologação dos Quadros de Atividades Docentes, logo todos participam do planejamento pedagógico semestral do Curso. A partir do planejamento semestral comum, a atuação de cada docente em nível individual vai acontecer de forma a integrar os conteúdos ministrados, de modo a cumprir os objetivos da formação interdisciplinar em Arqueologia. Todos os professores do corpo docente são atuantes, com projetos de pesquisa e/ou projetos de extensão, podendo assim ser considerados professores-pesquisadores e assim, a partir desta atuação que conjuga teoria e prática, trazem para a sala de aula questões atuais da Ciência, atualizando os conteúdos da Arqueologia ministrados em sala de aula.

Alguns docentes do curso colaboram com outras instituições atuando como orientadores/coorientadores de trabalhos de dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado. As articulações com outras instituições e entes federativos por parte dos docentes do curso também merecem destaque, pois resultam na participação e

formação de grupos de estudo nos níveis local, regional, nacional e internacional, além de pesquisas e participações em encontros que geram publicações, e assim, contribuem para requalificar os conteúdos curriculares, promovendo a autorreflexão crítica das disciplinas.

Dois docentes atuaram como presidentes da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) em mandatos consecutivos. Um destes, o Professor Flávio Rizzi Calippo, também atuou como Diretor do Centro Nacional de Arqueologia – CNA/IPHAN, órgão responsável pela gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro e pela autorização de todos os projetos arqueológicos em todo o país. Nesse contexto, como presidente da SAB, além da presidência de um congresso em âmbito nacional, para mais de mil pessoas, com financiamento CAPES e CNPq em seu nome, o professor conduziu a articulação no Congresso Nacional para a aprovação da Lei 13.653, de 18 de abril de 2018, que regulamentou a profissão de arqueólogo no Brasil.

A internacionalização dentro da estrutura da Graduação em Arqueologia da UFPI acontece em diferentes frentes: Dois dos professores permanentes do programa são estrangeiros: Prof. Dr. Juan Carlos Cisneros Martinez e Prof. Dr. Grégoire Andre Henri Marie Ghislain van Havre; três fizeram doutorado no exterior e dois realizaram estágios pós-doutorais também fora do Brasil. A formação dos docentes, bem como sua origem, ajudam a estabelecer e manter parcerias em pesquisas e publicações com pesquisadores e instituições no exterior. Isto colabora para a atuação desses docentes em vastas redes de cooperação internacional. Dois pesquisadores do Curso (Fernanda Codevilla Soares e Flávio Callippo) são integrantes de projetos internacionais que desenvolvem investigações arqueológicas na Antártica, ambos integram o Projeto “Paisagens em Branco: Arqueologia e Antropologia Antártica”, coordenado pelo prof. Andres Zarankin, que é fruto de uma parceria entre Brasil, Argentina, Chile e Austrália. Os dois professores do Curso realizam trabalhos de campo na Antártica e a prof. Fernanda desenvolve análises de materiais coletados naquele continente, bem como participa de eventos e faz publicações internacionais sobre o tema. Além disso, a prof. Fernanda tem realizado uma série de ações de extensão (programas, projetos e eventos cadastrados no SIGAA) com o objetivo de formar pesquisadores polares no Piauí e descortinar um novo campo de atuação para os estudantes em formação no Curso de Arqueologia da UFPI.

Entre as publicações internacionais realizadas pelos professores do Curso, cabe destacar a participação dos professores Vinícius Melquíades e Fernanda

Codevilla Soares como autores de capítulos no Handbook of Global Historical Archaeology (2020), obra de referência mundial em Arqueologia Histórica. O Prof. Dr. Grégoire van Havre participou, em 2019, do levantamento fotogramétrico do Sítio do Meio, um dos mais importantes sítios arqueológicos do Parque da Serra da Capivara sob direção do Prof. Dr. Eric Boëda (Missão Francesa). O convênio com a Universidade de Coimbra possibilita a realização de estágios e parceria de pesquisa com o Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS) da Universidade de Coimbra. Membros do CIAS fazem parte do Grupo de Pesquisa em Bioarqueologia do Nordeste Brasileiro (Bioarqueo-NE), com algumas publicações em periódicos internacionais desde 2018. Destacamos que os projetos, atividades e publicações citadas neste tópico são apenas parte dos trabalhos do corpo docente do Curso de graduação em Arqueologia da UFPI, e que suas comprovações e outras produções podem ser acessadas através de seus Currículos disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq.

Todos os docentes lotados no Curso de Arqueologia são Dedicação Exclusiva, o que permite o atendimento da demanda existente no Curso, tanto na oferta semestral de disciplinas, como na realização de atividades de pesquisa e extensão, grupos de estudo e atendimento individual aos discentes orientandos. Através das reuniões semestrais de elaboração do Quadro de Atividade Docente, sempre antecedendo o semestre subsequente, a carga horária distribuída na oferta é acordada em conjunto, permitindo, dessa forma, a organização e planejamento didático de cada um. No início de cada semestre os professores devem elaborar seus Planos de Disciplinas e disponibilizá-los no Sistema SIGAA. O Quadro de Atividade Docente e o Quadro de oferta trazem o registro individual das atividades dos docentes e são considerados para o planejamento e a gestão.

7.2.3 Atuação da Coordenação

Coordenador e Subcoordenador devem possuir pós-graduação em Arqueologia. Cabe à coordenação as seguintes atribuições: o planejamento pedagógico, organização, direção e supervisão do curso, identificação dos problemas relacionados à dinâmica das disciplinas, proposição de soluções compatíveis com as necessidades e prioridades para o desenvolvimento da matriz curricular; capacidade para aperfeiçoar o uso dos recursos didático-pedagógicos disponíveis; valorizar o

perfil de aptidões dos docentes no aproveitamento dos mesmos nas diversas disciplinas; manter o vínculo discente-coordenação retroalimentado; ter capacidade para lidar com a diversidade de comportamentos e ideias dos discentes, de modo a aproveitar o seu potencial e desenvolver empatia com os mesmos, impondo-lhes disciplina com flexibilidade.

Diante do exposto, a coordenação prioriza por uma atuação colaborativa e democrática junto com os docentes, discentes e técnicos. Seu papel associa-se a colocar em prática as diretrizes curriculares do PPC, cuidar da qualidade do curso, gerenciar as atividades de docentes, discentes e técnicos. É a coordenação que preside as reuniões de colegiado, do NDE e se faz presente nos colegiados superiores, sendo, por exemplo, membro do Conselho do Centro de Ciências da Natureza. Todas suas ações são pautadas no plano de ação do curso e compartilhadas com o corpo docente, discente e de técnicos. Entre suas atividades, é responsável por apoiar e/ou promover eventos de extensão, solicitar bolsas e relatórios para monitores de disciplinas, atender demandas do Diretório Acadêmico e incentivar a integração dos discentes entre si e destes com os docentes. Sempre comunica docentes e discentes sobre abertura de editais que visem oportunidades de melhoria do desempenho dos discentes, como, por exemplo, Programas de Iniciação Científica e de Extensão, estágios não-remunerados, participação em eventos científicos etc. Recebe presencialmente discentes que precisam tratar de assuntos acadêmicos. Também gerencia a oferta de disciplinas, matrículas e fechamento dos diários dos professores.

Como todos os docentes do Curso, coordenador(a) e subcoordenador(a) trabalham em regime integral e dedicação exclusiva (DE). O(a) Coordenador(a) destina, respeitando a Resolução 42/2018 CONSUN, 20 horas semanais presencialmente na coordenação, para a gestão do curso no âmbito administrativo e pedagógico, visto que, de acordo com a composição dos Cursos REUNI, coordenação e sub-coordenação atuam também como chefia e subchefia. Essa carga horária permite a realização das atividades administrativas, atividades pedagógicas junto ao corpo docente, gerindo, junto ao NDE, a avaliação constante das atividades curriculares, assim como do corpo docente. A carga horária também é destinada ao acompanhamento e aconselhamento discente. O(a) coordenador(a) faz parte do Conselho Departamental do Centro de Ciências da Natureza, junto a mais dois docentes que também atuam como conselheiros. Anualmente é realizado um relatório

de desempenho constando as atividades realizadas na coordenação, que constitui instrumento de análise para tomadas de decisão e planejamento futuro.

7.3 Bibliotecas

O acervo bibliográfico disponível para atendimento ao que se prevê nos ementários dos cursos em geral deve ser atualizado e estar em quantidade proporcional à quantidade de estudantes, conforme quantitativo indicador. O curso de Arqueologia tem procurado seguir essa recomendação, valendo-se para isso do acesso à Biblioteca Central da UFPI, à biblioteca setorial do CCN e a uma terceira biblioteca, especial por ter o acervo mais voltado para a Arqueologia, disponível no NAP-Núcleo de Antropologia Pré-Histórica.

A Biblioteca Vilma Chiara do Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (NAP-UFPI) conta com 2135 volumes, os quais enfocam, sobretudo, temas relativos à Arqueologia. Tendo recebido doação dos valiosos acervos da reconhecida antropóloga Vilma Chiara e das arqueólogas Ana Clélia Barradas Correia e Jacionira Coêlho Silva, somando-se ao já existente quando da criação do Núcleo, esta biblioteca tem obras raras e específicas sobre Arqueologia. Inicialmente pensado para realizar as pesquisas arqueológicas no Sudeste do estado, o NAP hoje atua em diferentes regiões do Piauí e em estados vizinhos; possui sob sua guarda um considerável acervo arqueológico em constante crescimento graças a pesquisas em curso, o qual está sendo inventariado e analisado pelos alunos da graduação e da Pós-graduação em Arqueologia da UFPI. Desde meados da década de 1980 o NAP é responsável pelo levantamento geral, cadastramento e pesquisas de sítios arqueológicos em todo o território piauiense. Além dos vestígios de cultura material resultantes de sua própria atuação e de endossos institucionais, que são facultados para estudo em sua reserva técnica, o Núcleo disponibiliza ainda para discentes e pesquisadores do Curso e a comunidade em geral o acervo da Biblioteca Vilma Chiara, com livros, periódicos, TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado versando sobre os mais variados temas arqueológicos. Este núcleo dispõe também de uma mapoteca, equipamentos de GPS, câmeras fotográficas digitais, 1 drone, 1 scanner 3D portátil, 1 impressora, computadores de mesa, scanners de mesa, software para tratamento de imagens e materiais rotineiros para a realização de escavação arqueológica. Esta biblioteca também serve de repositório da memória da Arqueologia na UFPI contando

com os originais de Relatórios Técnico-científicos de Projetos (tanto dos desenvolvidos internamente quanto daqueles para os quais o NAP forneceu endosso institucional), e de cadernos de campo de professores da graduação e da pós-graduação em Arqueologia da UFPI, como os das professoras Sônia Maria Campelo Magalhães, Maria Conceição Soares Meneses Lage e Ana Clélia Barradas Correia e do Professor Luís Carlos Duarte Cavalcante. Em conjunto, estes documentos abrangem três décadas de pesquisa da instituição, principalmente no que se refere à Arqueologia Pré-histórica. O espaço também serve de repositório físico dos trabalhos de dissertação defendidos no PPGArq, assim como das versões impressas ou eletrônicas dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) da Graduação em Arqueologia. Constam ainda exemplares dos trabalhos finais de conclusão do Curso de Especialização em Conservação de Arte Rupestre (ofertado pelo NAP entre os anos de 2000 e 2001), além de teses e dissertações de Arqueologia ou de áreas correlatas, defendidos em programas de pós-graduação de outras instituições brasileiras ou do exterior, inclusive de alguns docentes. Fazem parte ainda do acervo do NAP mapas temáticos e decalques valiosos de trabalhos de levantamento de sítios de arte rupestre do Piauí.

Os discentes do Curso de Graduação em Arqueologia contam ainda com uma rede consolidada de bibliotecas da UFPI, entre as quais a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (Biblioteca Central da UFPI) e algumas bibliotecas menores como a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza (CCN) e a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) que abrangem nos seus acervos títulos de interesse da Arqueologia e Ciências afins, já que a atuação da Arqueologia e das Arqueociências é interdisciplinar, muitas vezes dependendo de conhecimentos das Ciências Naturais, como Zoologia ou Geologia, e por outras de Ciências Humanas como a Antropologia e a Sociologia.

Pelo fato do curso estar localizado na Capital do Estado, nossos discentes têm também acesso a Bibliotecas de outras autarquias, fundações e institutos como a Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Biblioteca da Fundação Estadual do Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), a Biblioteca do Núcleo de Estudos do Piauí, a Biblioteca do Instituto Dom Barreto, além do acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí.

- BIBLIOTECA COMUNITÁRIA JORNALISTA CARLOS CASTELLO BRANCO

O sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Piauí (SIBi/UFPI) é composto por uma unidade principal, a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco, também conhecida como Biblioteca Central da UFPI e nove bibliotecas setoriais. Cinco das bibliotecas setoriais funcionam no campus onde está localizado o PPGArq: a Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha do Centro de Ciências da Saúde; a Biblioteca Setorial Profa. Raimunda Melo do Centro de Ciências da Educação; a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias; a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza, e a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras. Quatro bibliotecas setoriais funcionam em outros campi, mas são repositórios inestimáveis de obras e documentos sobre diferentes regiões do estado do Piauí: a Biblioteca Setorial do Campus Amílcar Ferreira Sobral (no Município de Floriano); a Biblioteca Setorial do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (no Município de Picos); a Biblioteca Setorial do Campus Profa. Cinobelina Elvas (no Município de Bom Jesus) e a Biblioteca Setorial do Campus Ministro Reis Velloso (no Município de Parnaíba), esta última em processo de desligamento do SIBi/UFPI com a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba e sua incorporação ao corpo da nova instituição.

A Biblioteca Central da UFPI dispõe de 70.798 títulos e 205.198 exemplares de livros (sendo 27.213 títulos e 87.937 exemplares em Bibliotecas Setoriais do Campus de Teresina e dos campi do interior do estado do Piauí), dos quais 12.385 títulos e 29.999 exemplares são da área de Ciências Humanas. A Biblioteca conta com 2.143 títulos e 57.274 fascículos de periódicos nacionais e internacionais, dos quais 590 títulos de periódicos são da área de Ciências Humanas.

É importante destacar que a Universidade Federal do Piauí disponibiliza acesso ao Portal de Periódicos da CAPES a todos os seus alunos, professores, servidores e visitantes desde que conectados à rede da UFPI. Pós-graduandos e docentes também podem acessar o Portal de Periódicos fora do ambiente da UFPI, mediante liberação junto ao setor de tecnologia da informação.

O espaço físico da Biblioteca Central é composto por um prédio moderno e confortável localizado a 500 m do bloco de prédios do CCN II onde acontecem as atividades acadêmicas do Curso de Arqueologia. O prédio da biblioteca em si conta com uma área de 1.296,82 m2 para o depósito do seu acervo impresso; áreas de leitura e consulta compreendendo 1.671,80 m2, além de áreas para o serviço público, técnico e outros que juntamente com os anteriores perfazem uma área total de 4.194,81m2. A biblioteca é estruturada com três amplos salões de estudos com 770

lugares, distribuídos em 307 cabines individuais, 155 cabines para uso de computadores portáteis, 1 mesa com 10 lugares, 47 mesas com 4 lugares, 55 mesas com 2 lugares, 1 sala de projeção com 80 lugares, 1 sala de xadrez com 6 mesas, 9 salas para estudo em grupos (cada sala com 10 lugares), 1 laboratório equipado para atender pessoas com visão subnormal ou deficientes visuais.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalência entre projetos pedagógicos

O PPC ora proposto possui **equivalência global** com as disciplinas da matriz curricular vigente (2019), visto que não houve alteração na carga horária, nos créditos, nem na nomenclatura das disciplinas.

8.2 Cláusula de vigência

Esta proposta de adequação, feita principalmente para regular a implantação das horas de Atividade Curriculares de Extensão, **deve entrar em vigor no Semestre 2024.1.** Como a equivalência entre esta matriz curricular e a matriz anterior é global não haverá alterações na oferta e os alunos do currículo anterior poderão realizar suas disciplinas normalmente, assim como não haverá alteração para os professores.

Os alunos que entraram a partir de 2023-1 deverão migrar compulsoriamente para esta matriz curricular a fim de corrigir a carga horária de extensão do currículo anterior.

REFERÊNCIAS

LEIS FEDERAIS

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6nº da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

DECRETOS

Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os
Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria Normativa MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Regulamenta a introdução, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial.

Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

Portaria Normativa MEC n° 23, de 01 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, Banco de Avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Portaria Normativa MEC nº 147, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a complementação da instrução dos pedidos de autorização de cursos de graduação em direito e medicina, para os fins do disposto no art. 31, § 1º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.

Resolução CONAES n° 01, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

PORTARIA MEC Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por
Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

PARECERES E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Parecer CNE/CP nº 08, de 06 de março de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP nº 14, de 06 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação*)*;

Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).Republicada em 15.04.2020.

REGRAMENTO ESPECÍFICO PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

DECRETO Nº 9.017, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

PORTARIA NORMATIVA No- 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2007.Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância.

Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

RESOLUÇÕES DA UFPI

Resolução CEPEX nº 177/12, de 5 de novembro de 2012 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.

Resolução UFPI/CEPEX nº 115/2005 – Diretrizes Curriculares para formação de professores formado na UFPI

Resolução UFPI/CEPEX nº 021/2014 estabelece normas referente ao Repositório Institucional (RI).

Resolução CEPEX nº 054/17 – Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na UFPI.

Resolução UFPI/CEPEX Nº 053/2019 - que regulamenta a inclusão das atividades curriculares de extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação.

Resolução UFPI/CEPEX Nº 220/2016 que define as diretrizes para formação em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica na UFPI.

Portaria PREG/CAMEN Nº 330/2017 que aprova as diretrizes gerais para o TCC.

Portaria PREG/CAMEN Nº 471/2016 que aprova a ementa das disciplinas: Didática, Avaliação e Libras.

Regulamento do Estágio elaborado no FORLIC

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Instrumentos de Avaliação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e Bacharelado, utilizados pelo Ministério da Educação – MEC / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Acesso no Portal MEC:
http://inep.gov.br/instrumentos

BIBLIOGRAFIA

- A –

ABRAMOVAY, Miriam; GARCIA, Mary Castro (Coord.). Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006. 370 p.

ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial, 1500-1800. 7. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADDINGTON, L. R. Lithic Illustration: Drawing Flaked Stone Artifacts for Publication. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

ADOVASIO, J. M.; PAGE, J. Os primeiros americanos. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ADKINS, L. e R. Archaeological Illustration. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

AFONSO, J. (2003). Notas de apoio às aulas práticas de Osteologia da disciplina Anatomia I (texto elaborado para a disciplina Anatomia I do curso de licenciatura em Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa).

AGARWAL, S.C.; GLENCROSS, B.A. Social Bioarchaeology. Wiley-Blackwell, 2011.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Marcos. Reflexões em torno da utilização do antiplástico como elemento classificatório da cerâmica pré-histórica. Revista CLIO. Recife: UFPE, n.6, p.109-112, 1984. (Série Arqueológica).

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. CLIO – Série Arqueológica. n. 8,v. 1. Recife: EDUFPE, 1993.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALVES, Cláudia. A cerâmica pré-histórica brasileira: novas perspectivas analíticas. Revista CLIO, Série Arqueológica. Recife: UFPE, n.7, 1991.

ALVES, M. A. As culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais: estudo tecnotipológico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: MAE – USP, v.1, 1991.

ALVES, Márcia A. Estudo técnico em cerâmica do Brasil. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. n. 4. São Paulo: EDUSP, 1994.

AMICO, J. C. Ciudad y território em los Andes. Contribuciones a la historia del urbanismo prehispánico. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2006.

ANDREFSKY JR., William (Ed.). Lithic Debitage: context, form, meaning. Salt Lake City: University Of Utah. Press, 2001.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AQUINO, J. G. (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. 2ª edição. São Paulo: Summus. 1998.

ARAUJO, A. G. M. Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: 2001. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação Interdepartamental de Arqueologia.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de; EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). Gente de longe: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006.

ARCELIN, P. Normalisation du dessin en ceramologie. Montpellier: D.A.M, 1979.

ARENAS, Iraida Vargas; SANOJA, Mario. Archaeology as a social science: its expression in Latin America. In: NEVES, Eduardo G.. Changing perspectives in Amazonian archaeology. In: POLITIS, Gustavo G.; ALBERTI, Benjamin (Eds.). Archaeology in Latin America. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724/2011: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/>.

ATKINS, Peter; JONES, Loretta. Princípios da Química - Questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2011.

AURICCHIO, P.; SALOMAO, M. da G. (2002) Técnicas de coleta e preparação de vertebrados. 350 p. Editora: Terra Brasilis.

AZEVEDO, Domingos de. Grande dicionário (Francês-Português). Lisboa: Bertrand

- B –

BADY, J. et al. Exerçons-nous: grammaire (cours de civilisation de la Sorbonne). 350 exercices niveau débutant. Paris: Hachette, 1990.

BAHN, P. et al. Dating and the earliest Known Rock. [s.l.]: Oxbow Books, 1999.

BALME, J.; PATERSON, A. Archaeology en practice. A Student Guide to Archaeology Analyses. Oxford: Blackwell, 2006.

BANDEIRA, Arkley Marques. Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na ilha de São Luís – Maranhão. Dissertação. São Paulo: 2008. Universidade de São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O feudo: A Casa da Torre de Garcia D'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

BAPTISTA, João Gabriel. Etnohistória indígena piauiense. 2. ed. Teresina: EDUFPI, APL, FUNDAC, 2009. (Grandes Textos, v. 2).

BARAAS, Robert. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1979.

BARBOSA, Edson; SILVA, Lina Pereira da. Casa grande de São Domingos. Teresina: EDUFPI, 1984. BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil.

Revista USP. São Paulo, n.44, p.10-31, dezembro/fevereiro, 1999-2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide. Fundamentos da metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 3. ed.ampl. São Paulo: Makron Books, 2007.

BARTH, Frederick. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas (org. TomkeLask). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo (Orgs.). Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, 2005.

BASTOS, Rossano Lopes. O papel da Arqueologia na Inclusão Social. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF, Nº33/2007, IPHAN, p. 289-303.

BAPTISTA, João Gabriel. Etnohistória indígena piauiense. Teresina: EDUFFPI, 1994. BASS, George F. Arqueologia subaquática. Lisboa: Verbo, 1969.

BAUDRILLAR, Jean. A moral dos objetos. Função-signo e lógica de classe. In: MOLES, Abraham et al. Semiologia dos objetos. Petrópolis: Vozes, 1972.

BAVA DE CAMARGO, P. F. Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BEDNARIK, Robert G. Rock Art Science: the scientific study of paleoart. New Delhi: Ed. Aryan Books International, 2007.Beck C. W. Archaeological Chemistry, Ed. American Chemical Society, Advances in Chemistry Series, 1974.

BENTON, M.J. 1997. Vertebrate Paleontology. Chapman & Hall, London, 452 p.

BERGER, Lee, HILTON-BARBER, Brett. In the footsteps of Eve: The mystery of human origins. Washington: National Geographic Society, 2000.

BERGER, Lee; HAWKS, John. Almost Human: The Astonishing Tale of Homo naledi and the Discovery That Changed Our Human Story. Washington: National Geographic Society, 2017.

BESCHERELLE, La conjugaison 1200 verbes. Paris: Hatier, 1990. BHABHA, H. O local da cultura. Trad.: Ávila, Myriam e outros. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2001. BICHO, Nuno Ferreira. Manual de arqueologia pré-histórica. Lisboa: Edições 70, 2006.

BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. American Antiquity. v. 8, n. 2, outubro, 1962.

DE BLASIS, P. A. D.; MORALES, W. F. Analisando sistemas de Assentamento em âmbito local: uma experiência com full-coverage survey no Bairro da Serra. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. v. 5. São Paulo: USP, 1995. p. 125-143.

BITTENCOURT, José Neves. Museu Paraense Emílio Goeldi: uma instituição científica em um museu. MUSAS. n. 2. Brasília: IPHAN, 2006.

BORGES, Jóina Freitas. A história negada: em busca de novos caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTTALLO, Marilúcia. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. n. 6. São Paulo: EDUSP, 1996.

BOWEN, D. Q. Quaternary Geology - A Stratigraphic Framework for Multidisciplirary Work. Londres: Pergamon, 1978, 217 p.

BRADLEY, D.; CREAGH, D. (Edit.). Physical techniques in the study of art, archaeological and cultural heritage. Amsterdam: Elsevier, 2006. v. 1. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/bookseries/18711731/1>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRANDÃO, Tânya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. 344p

BRANDI, C. Teoria da restauração. Cotia (SP): Atelie Editorial, 2004. 261p. Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n°9.394/1996.

BRASIL. Lei Federal No10. 172/2001

BRASIL. Decreto 5.626. Lei 10.436 de 2002. Diário Oficial, Brasília, 24 de abril de 2002, p. 23. http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L10.436.htm. Acesso em 15/05/2010.

BRASIL, Plano Nacional de Educação, Lei n°13.005/2014.

BRADY, James E.; HUMISTON, Gerard E. Química Geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1983. Volume 1.

BRANDÃO, Tânya Maria Pires. A elite colonial piauiense: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. 344p

BROCHADO, José Proenza. Alimentação na floresta tropical. Porto Alegre: UFRGS, 1977. (Cadernos, 2). BROCHADO, José Proenza. Expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica. Dédalo, São Paulo: USP, n. 27, p.65-82, 1998.BROTHWELL, D.; HIGGS, E. Science in archaeology: a survey of progress and research. London: Thames & Hudson, 1969.

BRUNET, J.; VIDAL, P. Les oeuvres rupestres préhistoriques: etude de problèmes de conservation. Studies In conservation, Paris, n. 25, p. 97-107, 1980.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema, São Paulo. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, nº 17).

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Museus: antropofagia da memória e do patrimônio, Brasília: IPHAN, n. 31, 2005.

BUENO, L.; ISNARDIS, A. (Orgs.). Das Pedras aos Homens: tecnologia lítica na arqueologia brasileira. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

BUIKSTRA, J.; UBELAKER, D. Standards for data collection from human skeletal remains. Proceedings of a Seminar at The Field Museum of Natural History. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series No. 44, 1994.

BURKE, H.; SMITH, C. (2004) - The Archaeologist's Field Handbook. Crows Nest: Allen &Unwin, 2004. BURKE, Peter. O que é história cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. BURSZTYN, Marcel (Org.). Ciência, Ética e Sustentabilidade: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

- C –

CALIPPO, Flávio Rizzi. Sociedade sambaquieira, Comunidades Marítimas. 2010, p. 290. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAMACHO, H.H. Invertebrados fóssiles. Buenos Aires: Universitária, 1974.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação sobre Patrimônio Cultural. 2. ed. 2013. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/4844>.

CAMPOS, G. N. e GRANATO, M. (organizadores) Preservação do Patrimônio Arqueológico: desafios e estudos de caso. Editor: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)-RJ-RJ, 2017;
http://site.mast.br/hotsite_livro_desafios_e_estudos_de_caso/pdf/livro_completo.p df.

CANEVA, Giulia; SALVADORI, Ornella. La dégradation et La conservation de La Pierre. Paris: UNESCO, n. 16, 1996.

CANINDÉ – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2001-. Disponível em: <http://max.ufs.br/pagina/publica-es-11292.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CAPOVILA, Fernando C. e RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira. 1v. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Os mortos e os Outros – uma Análise do Sistema Funerário e da Noção de Pessoa entre os Índios Krahó. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.

CARVALHO,, I. de S. (ed.) 2000. Paleontologia. Editora Interciência, Rio de Janeiro, 628 p.

CARVALHO, I. de S. (ed.) 2004. Paleontologia. 2a. ed. Editora Interciência, Rio de Janeiro, v. 1, 861 p., v. 2, 261.

CARVALHO FILHO, Sergio de. Estatística básica. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 464p.

CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia. Editora da UFG, Goiânia2, 1994.

CERAM, C. W..Deuses, Túmulos e Sábios: as grandes descobertas da arqueologia. 21. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHADBURN, Amanda. An Overview of Recent Developments and Initiatives by UNESCO and ICOMOS with Especial Reference to World Heritage Sites in Open-Air Rock-Art Conservation and Management State of the Art and Future Perspectives. Routledge Studies in Archaeology, 2014. p.272-281.

CHARBONNIER, Georges. Arte, linguagem, etnologia: Entrevistas com Lévi- Strauss. Campinas: Papirus, 1989.

CERVO, Amado Luiz. Metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. Obra completa.

CHMYZ, Igor (Ed.). Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica. Curitiba: CEPA/UFPR, 1966. (Série Manuais de Arqueologia, n. 1).

CHOAY, F. A Alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282p.

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blüher, 1974.

CLASTRES, Pierre. “O arco e o cesto”. In: A Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CONNOLY, J. e LAKE, M. (2006). Geographical Information Systems in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press.

COUTO, C. de P. Tratado de Paleomastozoologia., Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1979.

CREAGH, D. C.; BRADLEY, D. A. (Edit.). Radiation in art and archeometry. Amsterdam: Elsevier, 2000. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/book/9780444504876

CREAGH, D. C.; BRADLEY, D. A. (Edit.). Physical techniques in the study of art, archaeological and cultural heritage. Amsterdam: Elsevier, 2007. v. 2. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/bookseries/18711731/2

CRIADO-BOADO, F. Del Terreno a lEspacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología dei Paisaje. CAPA 6. Criterios y Convenciones em Arqueología del Paisaje. Universidade de Santiago de Compostela. 1999.

COLINVAUX, P. Ecology. Editora John Wiley & Sons, Inc. 1986.

COMERLATO, F. As representações rupestres do litoral de Santa Catarina. CONGRESSO DA SAB: arqueologia, patrimônio e turismo, XIII, 2005, Campo Grande (MS). Anais... Campo Grando (MS): Ed. Oeste, 2005. CD ROM.

CUNHA, Manoela Carneiro (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CURY, Isabele. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

- D –
DARWIN, Charles. A origem e evolução das espécies. São Paulo: Martin Claret, 2008.

DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. Teorizando a etnoarqueologia e a analogia. Horizontes Antropológicos, v. 8, n. 18, p. 13-60, 2002. DAVIDSON, D. A. Geomorphology and archaeology. IN: Archaeological Geology. London, 1985. DAVIES, N. Los antigos reinos del Peru. Barcelona: Critica, 1998.

DAVIS, S. J. M. The Archaeology of Animals. London. New Haven: Yale University Press. 1987.

DAWKINS, Richard. A grande história da evolução: na trilha dos nossos ancestrais. Sao Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAUVOIS,M. Precis du dessin dynamique et struturel des industries lithiques préhistóriques. Paris: Ed. Pierre Fanhac, 1976.

DENCKER, Ada de Freitas; DA VIÁ, Sarah C. Pesquisa empírica em Ciências Humanas. São Paulo: Futura, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DOBZHANSKY, Theodosius Grigorievich. O Homem em evolução. 2ed. Sao Paulo: Universidade de Sao Paulo, 1968. 422p.
DORLING, D., FAIRBAIRN, D. Mapping ways of representing the world. Essex: Longman, 1997. 184p.

DRENNAN, R. D. Statistics for Archaeologists: a common sense approach. 2ed. Berckley: Springer, 2009. 327p.

DREWETT, P. L. Field Archaeology: An Introduction. London: Taylor & Francis, 2001.

DUNNEL, Robert C. Classificação em arqueologia. São Paulo: EDUSP, 2006.

DURAN, Leandro D. Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p.338.

DYCE, K.M, SACK, W.O. e WENSING, C.J.G. (1996). Textbook of Veterinary Anatomy. W.B. Saunders Company, Philadelphia, Pennsylvania, U.S.A.

-E –
ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos).

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Descolonizando a arqueologia no brasil: contribuições da etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no estado de mato grosso do sul. Cuadernos del

Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano–Series Especiales,

v. 2, n. 3, 2015. ESTEVES, F.A. Fundamentos de limnologia. Rio de Janeiro, Interciência, 1998.

-F –
FAGUNDES, Marcelo. O conceito de estilo e sua aplicação em pesquisas arqueológicas. CANIDÉ. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. n. 4. Aracaju: UFS, dezembro de 2004.

FARACO, Carlos Alberto e MANDARIK, David. Prática de redação para estudantes universitários. Vozes: Petrópolis, 1987.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. Prática de textos: língua portuguesa para nossos estudantes. Vozes: Petrópolis, 1992.

FELIPE, Tanya Amara. Os processos de formação de palavra na Libras. ETD- Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 200-217, 2006.

FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante. 2007.

FERNANDES, T. Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-15042008- 144626/pt-br.php.

FERNANDES, A. G. & BEZERRA, P. Estudo fitogeográfico do Brasil. Fortaleza: Stilus Comunicações, 1990.

FERREIRA, Ialy Cintra et al. ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA: Linhas de pesquisa científica no Brasil entre 1970 e 2014. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 14, n. 27, p. 219-234, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de janeiro: FGV, 1998.

FIEDEL, S. Prehistoria de América. Barcelona: Critica, 1996.

FISH, S. K.; KOWALEWSKI, S. A. (Eds.). The Archaeology of Regions. A Case for Full-Coverage Survey. Washington: Smithsonian Institution Press, 1990.

FLINT, R. F. Glacial and Quaternary Geology. Nova York: Jonh Wiley & Sons, 1971, 892 p.

FLOOD, J. Rock art of the dreamtime. Sydney: Angus & Robertson, 1997.

FOGAÇA, E. Análise preliminar de algumas indústrias líticas lascadas recuperadas em Xingó. Cadernos de Arqueologia. Xingó: UFS, Chesf, Petrobras. 1997 (Documento 3).

FOLEY, Robert. Os humanos antes da humanidade. São Paulo: UNESP, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FORSSMAN, T.; GUTTERIDGE, L. Bushman Rock Art. Pinetown: Southbound, 2012.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. Brasiliense: São Paulo, 1994. FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P.P.A. Teoria Arqueológica na América do Sul. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Coleção “Primeira Versão” 76), 1998, 51pp.

FUNARI, P.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. História, v.27, n.2, p.13-30, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v27n2/a02v27n2.pdf.

FUNARI, P.P.A.; ORSER, E.C. Jr.; SCHIAVETTO, S.N.O. (Orgs.) Identidades, Discurso e Poder: Estudos de Arqueologia Contemporânea. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN. A.; REIS, J. A. (orgs.). Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960- 1980). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

FUMDHAMENTOS – Revista da Fundação Museu do Homem Americano. São Raimundo Nonato (Piauí): Anais da Conferência Internacional sobre o povoamento das Américas, 1996.

-G –

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1980. GASPAR, Madu. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
GATTI, Bernardete Angelina; FERES, Nagibe Lima. Estatística básica para ciências humanas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. 163p.

GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. GENDROP, P. A civilização maia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GIDDENS, Antonny. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GIONGO, Affonso Rocha. Curso de desenho geométrico. 34ª edição. São Paulo: Nobel, 1984.

GNECCO, Cristóbal. Archaeology and historical multivocality: a reflection from the Colombian multicultural context. In: POLITIS, Gustavo G.; ALBERTI, Benjamin (Eds.). Archaeology in Latin America. 2. ed. New York: Routledge, 2005.

GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro. Arqueología Suramericana – Arqueologia Sul-Americana. V.4, N.1, Janeiro 2008. Disponível em: http://worldarch.org/wp-content/uploads/2008/05/RAS_4.1_2008.pdf

GOLDBERG, Paul & MACPHAIL, Richard I. Practical and Theoretical Geoarchaeology. Oxford: Blackwell Science, 2006.

GOLDENBERG, M. 2009. Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. In: . A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 11. ed. Rio de Janeiro: Record. (pp.16-24).

GOMES, Denise Maria Cavalcante. Metodologia da pesquisa arqueológica: uma introdução. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 3, p. 513-516, set.-dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n3/02.pdf.

GOMES, N. L; SILVA, P. B. G. e (Org). Experiências étnicos-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.

GÒMEZ, M. R. Patrimonio y Turismo. Disponível em: www.naya.org.ar/

GOMIDE, J. H., SILVA, P. R., BRAGA, S. M. M. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Limites do Patrimônio in Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos. Org. Manuel Ferreira Filho, Cornélia Eckert e Jane Felipe Beltrão. Ed. Nova Letra, 2007. p.239-248.

GONÇALVEZ, J. Reginaldo Santos. A Retórica da Perda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (ed.). Arqueología Simétrica. Un Giro Teoricos in Revolucion Paradigmática (with commentary). Complutum, 18, p. 283-319, 2007. Disponível em: http://humanitieslab.stanford.edu/23/814.

GONZALES, I.; FREIRE, C.; MORENTE, L.; ASENSIO, E. Los Sistemas de Información Geográfica y la Investigación em Ciencias Humanas y Sociales. Mardid, 2012.

GOULD, R. Recovering the Past. Albuquerque: University of New Mexico, 1990. GOWLETT, John. Arqueologia das primeiras culturas. Barcelona: Folio, 2007. 212p.

GRANJA, Elza Corrêa et.al. Normalização de referências bibliográficas: manual de orientação. 3ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1997.

GREGOIRE, Maia; MERLO, Gracia. Grammaire progressive du Français: avec 400 exercices, niveau débutant. Paris: Cle International, 2004.

13
GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. Para entender a Terra. 6ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 738p.

GRUZINSKI, Serge. A passagem do século - 1480-1520: as origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUERRA, A. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (org). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GUERRA, A. J. T.; BATISTA, Sandra da Cunha. (org.). Geomorfologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

GUIDON, N. As Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato. Revista CLIO, Recife, n. 5, 1988. (Série Arqueológica).

GUIDON, N.; BUCO, C. Zone 3: Brésil - Nordeste – Etats du Piaui, Pernambuco, Rio Grande do Norte et Paraiba. In: ICOMOS - World Heritage Convention. (Org.) Paris, Rock Art of Latin America & the Caribbean, n. 1, p. 122-137, 2006.

-H –

HAYS-GILPIN, K. A. Ambiguous Images. Walnut Creek. Altamira Press, 2003.

HEMMING, John. Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

HEWINGS, Martin. Advanced grammar in use: a self-study reference and practice book for advanced learners of English. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HILDEBRAND, Milton; GOSLOW, G. E. Analise da estrutura dos vertebrados. 2ed. Sao Paulo: Atheneo, 2006. 637p.

HILL, C.L. Geoarchaeology. The Earth-Science Approach to Archaeological Interpretation. Chelsea: BrookCrafters, 1998.

HEMMING, John. Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros. São Paulo: Edusp, 2007.

HODDER, Ian (Ed.). Archaeological theory today. Cambridge: Polity Press, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLZ, M. e SIMÕES, M.G. Elementos Fundamentais de Tafonomia. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. 232p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Guia prático de Educação patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

HORTAS. A. I. Entre as Pedras: as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres de Diamantina, Minas Gerais. São Paulo. MAE – USP, 2009. (Tese de Doutorado).

-I –

IANNUZZI, R.; VIEIRA, C. E. L. Paleobotânica. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

IBGE. Noções básicas de Cartografia. Manuais Técnicos em Geociências. No. 8Rio de Janeiro: FIBGE, 1999. 130p.

ICOMOS. A carta internacional do ICOMOS sobre proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 7, 1997, p. 209-213.

INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto. Scipione: São Paulo, 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN – Disponível em http://portal.iphan.gov.br/legislacao. IPHAN. Revista do Patrimônio. Rio de Janeiro, n. 33, 2007.

IRISH, J.D; SCOTT, G.R. A Companion to Dental Anthropology. Chichester: Wiley Blackwell, 2016.

ISKANDER, Z. A Arqueologia da África e suas técnicas – Processos de datação. In: KI-ZERBO, J. (Edit.). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 213-246. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

-J –

JOHANSON, Donald; EDGARD Blake; BRILL, David. From Lucy to Language. New York: Simon & Schuster, 2006.

JOHNSON, Matthew. Teoría Arqueológica - Una Introducción. Barcelona: Ariel S. A., 2000.

JORGE, Vítor Oliveira. Arqueologia, património e cultura. Lisboa: ED. Instituto Piaget, 2000.

MATOS, Alexandre. Da escavação ao Museu: caminhos da informação. Práxis Archaeologica, Lisboa: Associação Profissional de Arqueólogos, n. 2. 2007.

JOUKOWSKY, M. A Complete Manual of Field Archaeology: tools and techniques of field work for archaeologists. New York: Prentice-Hall Press, 1986.

-K –

KENT, S. Method and Theory for Activity Area Research (An Ethnoarchaeological Approach).New York, Columbia University Press, 1987.

KI-ZERBO, Joseph (ed.). História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: http://www. dominiopublico. gov.br/download/ texto/ue000318.pdf LEAKEY, Richard. A origem da especie humana. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

KLOKLER, D.; VILLAGRÁN, X.S.; GIANNINI, P.C.F., PEIXOTO, S.; DEBLASIS, P. Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 20: 53-75, 2010.

-L –

LAMING-EMPERAIRE, Annette. Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul. Curitiba: EDUFPR, 1967.

LAGE, M. C. S. M. Conservação de arte rupestre. Teresina: Alínea, 1996.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses. A conservação de sítios de arte rupestre. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 33 – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Brasília: IPHAN, 2007.

LAGE, M. C. S. M. e LAGE, W. Conservation of rock-art sites in Northeastern Brazil; IN: Open-Air Rock-Art Conservation and Management – State of the Art and Future Perspectives; Ed. Routledge Studies in Arqchaeology, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonial idade_do_saber_eurocentris mo_ciencias_sociais.pdf.

LAP – Laboratório de Arqueologia Pública. Revista de Arqueologia Pública. Unicamp. Disponível em: http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/

13

LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel. São Paulo: Lapponi Treinamento, 2000. 450p.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proenza. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. O povo do lago: o homem – suas origens, natureza e futuro. 2.ed. Brasília: UNB, 1996.

LEMOS Carlos A.C. O que é patrimônio histórico. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. LE PETIT, Robert. Dictionnaire de la Langue Française. Paris:
Dictionnaires Le Robert, 1993. LEROI-GOURHAN, André.

Evolução e técnicas. Lisboa: Ed. 70, 1984.

LERY, Jean. Viagem à terra do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 205-222. LÉVI-STRAUSS, Claude. Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis: Vozes, 1982.
LÉVI-STRAUSS, Claude. “A ciência do concreto”. IN: . O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1992.
LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naif, 2008.

LEVIN, Jack. Estatística aplicada a ciências humanas. 2ed. São Paulo: Harbra, 1978. 392p.

LEVINE, David M; STEPHAN, David; BERENSON, Mark L. Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 811p.

LIMA, Luis C. F. O desenho como substituto do objecto: Descrição cientifica nas imagens do desenho de materiais arqueológicos. Dissertação de mestrado,

Faculdade de Belas Artes: Universidade do Porto, 2007. 13

LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica indígena Brasileira. In: RIBEIRO, Darcy. (ed.). Suma etnológica brasileira.
Petrópolis: Vozes, v.2, p. 137-229. 1986. (Edição atualizada do Handbook of south american indians).

LIMA, Tânia Andrade. Zooarqueologia: Considerações Teórico-Metodológicas. Dédalo. São Paulo, 1989.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico. Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. n. 1. São Paulo: EDUSP, 1993.

LIMA, Tânia Andrade. Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética. In: Historical Archaeology in Latin America. n. 5. Columbia: The University of South Carolina, 1994.

LIMA, Tania Andrade. Nos mares do sul: a pré-história do centro-meridional brasileiro. In: BANCO DO BRASIL.
Antes - História da Pré-História. Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo: Centro Cultural do Brasil, 2004.
LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 6, n. 1, janeiro/abril, 2011.

LIMAVERDE, Rosiane. Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ce. Tese de doutorado em Arqueologia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.

LINOTT, Mark J. Ethical principles and archaeological practice: development of an ethics policy. American Antiquity. v. 62, n. 4, 1997.

14

LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LORÊDO, Wanda M. Manual de Conservação em Arqueologia de Campo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Proteção, 1994.

LOURDEAU, Antoine. A pertinência de uma abordagem tecnológica para o estudo do povoamento pré- histórico do Planalto Central do Brasil. Habitus, v. 4, n. 2, p. 985-710, 2006.

LUCKESI, Cipriano et.al. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

-M –
MADEIRA J. L. O desenho na Arqueologia, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras , 2002, Coimbra.

MADRIGAL, L.; GONZALÉZ-JOSÉ, R.. Introducción a la Antropología Biológica. Book 1, 2016. Publicação opensource disponível em: http://scholarcommons.usf.edu/islac_alab_antropologia/1

MAHAN, Bruce M.; MYERS, R. J. Química - Um Curso Universitário. 4. ed. São Paulo: Ed. Edgard Blucher LTDA, 1995.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1995.

MAROTE, d'Olim. Mini-dicionário (Francês-Português). São Paulo: Ática, 1998.

MARQUES, Marcélia. Pedra que te quero palavra: discursividade e semiose no (con)texto arqueológico. Tese (doutorado em história). Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas. Porto Alegre, 2010. 14
MARQUES, P. Lições de Propedêutica Anatómica. Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa, 1995. MARTIN, Gabriela. Pré-história do Nordeste do Brasil. 3. ed. Recife: Editora da UFPE, 1999.
MARTINS, Dilamar Cândida et al. Gestão e tratamento do acervo arqueológico: rta – salas Judite Ivanir Breda.
Revista de Arqueologia. v. 14/15. São Paulo: SAB, 2001 – 2002.
MARTINS, Dileta Silveira e ZILBERNOP, Lúbia Seliar. Português instrumental. Prodil: Porto Alegre, 1979. MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. Brasiliense: São Paulo, 1994.
MARX, K. On Society and Social Change. Chicago: Chicago University Press, 1973.MATINI, L. et al. Fundamentos e reconstrução de antigos níveis marinhos do Quaternário. Boletim IG-USP, publicação Especial 4, 1986, 161 p.

MEDEIROS, Iago Henrique Albuquerque de. Processos de formação do registro arqueológico em dunas eólicas: os sítios do litoral setentrional do Rio Grande do Norte, Brasil. Dissertação. Aracaju: 2005. Universidade Federal de Sergipe: Centro de Educação e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia.

MEGGERS, B. América pré-histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

14

MEHRER, M. & WESCOTT, K. GIS and Archaeological Site Location Modeling. New York, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MENSCH, Peter Van. O objeto de estudo da museologia. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994. MICHEL, Maria Helena. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009 MITHEN, Steven. Pré- História da Mente. São Paulo: Unesp, 2002.
MONTEIRO, John. O índio na história do Brasil: informações, estudos, imagens. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/ihb/

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. ETD-Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 295-305, 2006.

MORAIS, J. L. Tecnologia lítica. Erechim (RS): Habilis, 2009.

MORALES JR. R. Considerations on the Art and Aesthetics of the Rock Art. In:

T. Heyd and J. Clegg (ed.) Aesthetics and Rock Art. Aldeshot: Ashgate. 2005a.MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial. População, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MUCKELROY, Keith. Maritime Archaeology. (New Studies in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

MUNHOZ, Rosangela. Inglês instrumental: estratégias de leitura. Módulo I. São Paulo: Textonovo, 2000.

MURPHY, Raymond. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate students. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

-N –
NAJJAR, Rosana. Arqueologia Histórica: manual. Brasília: IPHAN, 2005.

NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY. Archaeology underwater: the NAS guide to principles and practice. Portsmouth, 1995.NETTO, José Paulo. O que é marxismo. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção Primeiros Passos).

NEVES, W. Uma proposta pragmática para cura e recuperação de esqueletos humanos de origem arqueológica. Bol. do Museu paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica, 4(1);3-26. 1988.

NEVES, E. G. Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NEVES, Walter Alves. Assim Caminhou a Humanidade. São Paulo, Palas Athena, 2015. 320p. NEVES, W. A.; PILÓ, L. B. O povo de Luzia. Em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

NIELD E.W.; Tucker, V.C.T. 1985. Palaeontology: an Introduction. Pergamon Press, Oxford, 178p. NUNAN, David. Second language teaching & learning. Massachusetts: Heinle & Heinle Publishers, 1999.

NUNES, Odilon. **Os primeiros currais.** Teresina: Comepi, 1972. (Monografias do Piauí, série histórica).

-O –

ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia.** 8ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. OLIVÉ, Leon (Ed.). Ética y diversidad cultural. Santa fé de Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

ORSER Jr., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992. ORR, Robert T. Biologia dos vertebrados. 5ed. São Paulo: Roca, 1986. 508p.

ORTON, Clive. **Pottery in Archaeology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OLSON, Steve. **A história da humanidade.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

-P –

PACHECO, Mirian L. A. F. **Zooarqueologia dos sítios arqueológicos Maracaju 1, MS e Santa Elina, MT.** Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, 2008, 285 p.

PEARSON, M.P. **The Archaeology of death and burial.** Gloucestershire: Sutton Publishing, 2005.

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. Cadernos Cedes, v. 26, n. 69, p. 205-229, 2006.PENTEADO, M.M. **Fundamentos de Geomorfologia**. IBGE, Rio de Janeiro, 1994, 113p.

PERRRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças:** fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2ª edição. Trad.: Schilling, Cláudia. Porto Alegre: Artmed. 2001.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-história.** São Raimundo Nonato (PI): A & A Comunicação, Parque Nacional Serra da Capivara, 2003.

PIAGET, Jean. **A Formação do símbolo na criança:** imitação, jogo e sonho. Imagen e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 370 p.

PIAZZINI, C. - Arqueología, espacio y tiempo: una mirada desde latinoamerica in: **Arqueología Suramericana** 2 (1): 3-25. 2006.

POLITIS, G (ed). **Arqueología Latinoamericana Hoy.** Bogotá, Editorial del Fondo de Promoción de la Cultura, 1992

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho:** Algumas Reflexões sobre ética na História Oral, In: Ética e História Oral Projeto História, nº 15, Revista do departamento de História da PUC SP, São Paulo: Abril de 1997, p. 13-33.

PROUS, André. Os artefatos líticos: elementos descritivos classificatórios. In: **Arquivos do Museu de História Natural** – UFMG. Belo Horizonte: UFMG, v. 11, 1986/90.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB Editora, 1992.

-Q –

QGIS 2.8 **Guia do Usuário.** 2016.

-R –

RAINBIRD, Paul. The archaeology of the islands. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água.** São Paulo: Maranta, 2002.

REDMAN, C. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. **American Antiquity.** 38 (1), 1973, p. 61-79.

REGO, Junia Motta A. N. do. **Dos Sertões aos Mares:** História do Comércio e dos Comerciantes de Parnaíba (1700 – 1950). 2010. 291 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal Fluminense: UFF. Niterói, 2010.

REIS, José Alberione dos. **"Não pensa muito que dói":** um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese de Doutorado. Campinas: 2004. Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em História.

REITZ, E. J. & WING, E. S. **Zooarchaeology.** Cambridge: Cambridge University Press (Cambridge Manuals in Archaeology), 1999.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología:** teoria, métodos y practica. Madrid: Akal Ediciones, 1993.

RESOURCE: The Council for Museums, Archives and Libraries. **Conservação de Coleções.** São Paulo: EDUSP/Fundação Vitae, 2005. (Museologia. Roteiros Práticos; 9).

REVISTA BRASILEIRA DE ARQUEOMETRIA, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO. Recife: AERPA, 2006-. Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/home.html>. Acesso em: 10 dez. 2014.

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. **A Arqueologia e as Tecnologias de Informação.** Uma Proposta para o Tratamento Normalizado do Registo Arqueológico. Dissertação defendida pela Universidade de Minho, Braga, 2001. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8603/1/TESE_MESTR ADO.pdf

RIBEIRO, M.S. **Arqueologia das Práticas Mortuárias:** uma abordagem historiográfica. São Paulo: Alameda, 2007.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da natureza.** 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

RIEGL, A. **O Culto Moderno dos Monumentos**. 1. ed. Ed. Perspectiva. 2014.

RIDLEY, Matt. **O que nos faz humanos.** Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2004.

RIZZINI, C. T. **Tratado de fitogeografia do Brasil:** aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos. Âmbito Cultural Edições Ltda., 1997.

RIZZINI, C. T.; COIMBRA, A. F. & HOVAISS, A. **Ecossistemas brasileiros.** Rio de Janeiro: Index, 1988.

RKE, H.; SMITH, C. **The Archaeologist's Field Handbook.** Crows Nest: Alenandunwin, 2004.RODNEY, Carlos Bassanezi. Modelagem Matemática: Ensino e Aprendizagem. Editora Contexto, 2002.

ROBBEN, A.C.G.M. **Death, Mourning, and Burial:** A Cross-Cultural Reader. Victoria: Wiley-Blacwell, 2004. ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho;

TRINDADE, Azoilda Loretto da (Org.). **Ensino Fundamental:** orientações e ações para a educação das relações etnico-raciais. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

ROMER, A. S. & PARSONS, T. S. **Anatomia Comparada dos Vertebrados.** São Paulo. Atheneu, 1985.

ROSS, J. L. S. **Relevo Brasileiro:** Uma Nova Proposta de Classificação. Revista do Departamento de Geografia, 4, FFLCH/USP, São Paulo, 253p.ROUSE, Irving. The classification of artifacts in archaeology. American Antiquity. v. 23, n. 3, 1960.

RUBIN, Julio Cezar Rubin de; SILVA, Rosiclér Theodoro da. **Geoarqueologia:** teoria e prática. Editora da UCG, 2008.

RUIBAL, Alfredo Gonzalez. Hacia otra arqueología: diez propuestas. Complutum, 2012, Vol.23(2):103-116.Disponível em :https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/viewFile/40878/39138.

RUPPERT, E. F. & BARNES, D. **Zoologia dos Invertebrados.** 7ª edição. São Paulo. Roca. 2005.

RUSSELL, John Blair. **Química Geral.** 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2008. Volumes 1 e 2.

-S –

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SANCHIDRIAN, J. L. **Manual de Arte Pré-histórico.** Ed. Ariel Historia, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANTOS, Isabel Aparecida dos Santos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial. In: CAVALLEIRO, E. (org.). Racismo e anti- racismo: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-114.

SANTOS, Melquiades dos Santos. O**s artesãos da pedra:** arqueologia e museologia das vasilhas de pedra- sabão em Minas Gerais. São Paulo: USP, 2011 (Dissertação de Mestrado).

SCARRE, Geoffrey; SCARRE, Chris. **The Ethics of Archaeology:** philosophical perspectives on archaeological practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro; DEMARTINI, Célia Maria Cristina; BUSTAMANTE, Alejandra. **O aproveitamento científico de coleções arqueológicas:** a coleção Tapajônica do MAE/USP. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, EDUSP, n. 6, 1996.

SCHALLER, O. (1992). **Illustrated Veterinary Anatomical Nomenclature.** Ferdinand EnkeVerlag, Stuttgart.

SCHEEL-YBERT, R.; KLOKLER, D.; GASPAR, M.D. & FIGUTI L. 2005-2006 **Proposta de amostragem padronizada para macro-vestígios bioarqueológicos:** antracologia,

arqueobotânica, zooarqueologia. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 15-16: 139-163.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEMAR - **Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí.** ZEE – Zoneamento Ecológico e Econômico do Piauí. 2010.

SEPLAN. **Plano Diretor de desenvolvimento Turístico Arqueológico do Piauí.** Governo do Estado do Piauí, PRODETUR, Banco do Nordeste, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

SHAEFER, M.; BLACK, S.; SCHEURER, L. **Juvenile Osteology – a Laboratory and field Manual.** Amsterdam, Boston, Heidelberg, London, New York, Oxford, Paris, San Diego, San Francisco, Singapore, Sydney, Tokyo: Elsevier, 2009.

SHEKHAR, S.; XIONG, H. (Org.) **Encyclopedia of GIS.** New York, 2008.

SILVA, Cassio Roberto da. **Geodiversidade do Brasil:** conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 265p.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **O ato de ler.** Cortez: São Paulo, 1984.SILVA, Fabíola Andréa. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas, v. 4, n. 1, p. 27- 37, 2009.

SILVA, Fabíola Andréa. **Etnoarqueologia:** uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. Métis: história & cultura, v. 8, n. 16, 2009.

SILVA, Fabíola Andréa. **Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu:** Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 143-172, dec. 2015. ISSN 1678-9857. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/108570/107406.

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações.** 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 363p.

SILVA, Vagner G. da 2006. **O Antropólogo e sua Magia nas Pesquisas Antropológicas sobre Religiões Afro-brasileiras.** São Paulo: EDUSP.

SISSON, S. e GROSSMAN, J.M. (1981). A**natomia dos Animais Domésticos.** Rio de Janeiro: Ed. Interamericana.

SKOOG, D. A.; HOLLER, F. J.; NIEMAN, T. A. **Princípios de Análise Instrumental.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SOARES, A L. Ramos. **Educação Patrimonial:** Relatos e Experiências. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **Hermenêutica e Ciências Humanas.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 100-142, 1988.

SOBOLICK, K. D.**Archaeobiology.**California: Alta Mira Press.2003(Archaeologist´s Toolkit 5)

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira**,aprovado em Assembleia Geral em 1997.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Código de Ética da Sociedade de Arqueologia Brasileira, aprovado em Assembléia Geral em 2015.

SOLEILHAVOUP, F. L'étude, la dégradation et la protection des peintures rupestres préhistoriques. Exemple du Tassili (SaharaAlgérien). **Revue Caesar Augusta,** p. 115-153, n. 49 e 50, 1979.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na arqueologia histórica. **VESTÍGIOS**. Revista Latino- Americana de Arqueologia Histórica. v. 1, n. 1, jan./jun., 2007.

SOUZA, Adriana Grade Fiori et. al. **Leitura em língua inglesa:** uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

SOUZA, M. do S. E. de; SOUZA, C. N. N. de; GONÇALVES, L. R. L. R. et al. I**nglês instrumental.** Estratégias de Leitura. Teresina: Editora Halley, 2002.

SOUZA, Regina M. de; GOES, Maria C. R. de. **O ensino para surdos na escola Inclusiva:** considerações sobre o excludente contexto da incluso. In: SKLIAR, C. Atualidades da Educação Bilingüe para surdos. Porto Alegre: Mediações. 1999. 1V. p. 163-187.

STEWART, J.H. **Handbook of South American Indians.** Volume 1 – The Marginal Tribes, 1946. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Publicação opensource disponível em: https://archive.org/details/bulletin14311946smit

STRINGER, Chris; ANDREWS, Peter. **The Complete World of Human Evolution.** Thames & Hudson, 2012.

SUGUIO, Kenitiro. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais.** São Bernardo do Campo: Oficina de Textos, 2010. 408p.

SUGUIO, Kenitiro; SUZUKI, Uko. **A Evolução geológica da Terra e a fragilidade da vida.** São Paulo: Edgard Blucher, 2003. 152p.

SUSANNE, C.; REBATO, E.; CHIARELLI, B. **Antropologia Biológica:** Evolução e Biologia Humana. Lisboa: Edições Piaget, 2014.

SWAN, Michael. **Practical english usage.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável:** conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph,2000.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; SOUZA, Marcos André T. de. **O registro arqueológico dos grupos escravos:** questões de visibilidade e preservação. In: LIMA, Tânia A. (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 33, p. 215-243, 2007.

-T –

TANTALÉAN, Henry; AGUILAR, Miguel (compiladores). **La arqueología social latino americana:** de la teoría a la práxis. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2012. Disponível em: http://lagunablanca.unca.edu.ar/assets/libro-arqueologia- social-latinoamericana.pdf

TENÓRIO, M. C. (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica.** 2ed. São Paulo: Atlas, 2014. 459p.

TOCHETTO, Fernanda; MEDEIROS, João Gabriel Toledo. **A louça em lixeiras urbanas:** reflexões sobre atributos, datações e consumo em Porto Alegre. Revista de Arqueologia. v. 22, n. 1, jan./jul., 2009.

TOCCHETO, F.; THIESEN, B. **A memória fora de nós:** a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 33, p. 175-199, 2007.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico.** São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

-U –

ULM, Sean. **Coastal themes:** an archaeology of the Southern Curtis Coast, Queensland. Canberra: Anu Press, 2006.

UNESCO. **Cartas patrimoniais**. Disponível em:<http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=12024&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>.

UNIVERSIDADEFEDERAL PIAUÍ. **Guia do Calouro**. 2018. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/Guia_do_Calouro_2018-1.c20180425171719.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Informações gerais sobre o funcionamento da UFPI**. Disponível em: www.ufpi.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de funcionamento dos cursos de graduação da UniversidadeFederal do Piauí.** Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20(2).pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da Universidade Federal do**

Piauí. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf.

-V –

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética.** São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 1994.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. **O turismo em sítios arqueológicos:** algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. Revista de arqueologia, v. 20

VILLAGRAN, Ximena S. **Geoarqueologia de um Sambaqui Monumental** – estratigrafias que falam. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2010. 213p. VIVAS, L. El Cuaternario, Mérida (Venezuela), Imprenta, 266 p, 1984.

-W –

WALDRON, T. **Paleopathology.** Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WATERS, Michael R. **Principles of Geoarchaeology.** Tucson: University of Arizona Press, 1997. WHEELER, Mortimer. Arqueología de campo. – 3. reimpr. – **Madrid:** Fondo de Cultura Económica, 1995.

WHITE, T.; BLACK, M.; FOLKENS, P. 2012. **Human Osteology.** Amsterdam, Boston, Heidelberg, London, New York, Oxford, Paris, San Diego, San Francisco, Singapore, Sydney, Tokyo: Elsevier, 2012.WHITLEY, D. **Introduction to Rock Art Research.** Walnut Creek, CA: Left Coast Press, Inc. 2005.

WÜST, Irmhild. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 2, p. 13-26, 1992.

WYLIE, A. The reaction against analogy. In: SCHIFFER, M.B. (Ed.). **Advances in Method and Theory.** New York: Academic Press, 1985. pp. 63-111

WYLIE, Alison. Thinking from Things. **Essays in the Philosophy of Archaeology.** Berkeley: University of California Press, 2002.

-Z –

ZANETTINI, Paulo Eduardo; CAMARGO, Paulo Fernando Bava. **Cacos e mais cacos de vidro:** o que fazer com eles? São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2005.

ZARANKIN, Andrés e ACUTO, Félix A. (Eds). **Sed non satiata. Teoria social en la Arqueologia Latino americana Contemporanea,** Buenos Aires, Ediciones del Tridente, Colección Científica, 1999, 287 pp

APÊNDICE A –

FUNDAMENTOS LEGAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, tem sua base legal pautada na Legislação Federal (Lei Federal nº. 11.788), no Regimento Geral da UFPI, no Projeto Pedagógico do curso de Arqueologia e na Resolução 177/2012 — CEPEX. Seguem abaixo excertos destas disposições legais, as quais tratam do estágio acadêmico obrigatório e estágio profissionalizante:

I. Lei Federal nº. 11.788 de 25 setembro de 2008, da Subchefia para assuntos Jurídicos da Presidência da República – Dispõe sobre os estágios de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5. 452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art.82 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art.6º da medida Provisória nº. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;

II. Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí:

"§ 2º O estágio de extensão é um momento de prática profissional e de atendimento a demandas."

(CAPÍTULO VI - Da Extensão).

III. Resolução Nº. 177/2012, que institui as Normas dos Cursos de Graduação no âmbito da UFPI, orientando as diretrizes do Estágio Obrigatório:

APRESENTAÇÃO

O Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, objetiva orientar os discentes do curso em relação à matrícula, obrigações, documentos necessários, atribuições dos agentes envolvidos (estagiário, supervisor de campo e coordenador/supervisor de estágio) e elaboração do relatório final pelos estagiários. O Coordenador do curso de Arqueologia, no uso de suas atribuições regimentais, torna público os procedimentos e regras para a realização do Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado nos termos deste Regimento.

Das Disposições Gerais (Preâmbulo)

1.O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza. Devem ser observados os seguintes requisitos para o/a aluno/a candidato/a a estagiário/a:
(a)estar matriculado e ter frequência regular;
(b)respeitar o termo de compromisso no que ele dispõe
sobre as obrigações do aluno, da parte concedente do estágio e da UFPI;
(c)haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

2.O estágio curricular supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando.

2.1.As atividades de estágio curricular poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados apresentados pelo/a aluno/a.

Nestes termos, o Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado dispõe:

Art. 1º Os Orientadores/Supervisores de Estágio têm a atribuição de coordenar, supervisionar, controlar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio dos alunos do Curso de Arqueologia conforme dispõem as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação, a Lei nº11.788/2008, o Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia e a Resolução 177/2012 – CEPEX. O exercício de tais atribuições deve se dar, outrossim, em respeito às competências específicas da Coordenação do Curso de Arqueologia, bem como em respeito às competências da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e da Pró-Reitoria de Extensão (PREX).

Art.2º O Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado deve ser coordenado pelos supervisores de estágio e pelo supervisor de campo (funcionário chefe ou encarregado da empresa na qual o aluno fará estágio).
§1º O Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado deverá ocorrer no intervalo de um (1) período acadêmico no qual o/a aluno/a deverá exercer suas funções estagiárias durante um turno (manhã ou tarde), perfazendo 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais de trabalho de segunda à sexta-feira, facultando à cada caso particular de convênio, o cumprimento do expediente aos sábados.

Etapas do Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado

Art.3º O Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado possui carga horária total de 210 horas e acontece em uma única etapa, especificamente, durante o (7º) sétimo período, tendo como pré-requisito a disciplina Arte Rupestre II. O Estágio está voltado para a apresentação do local onde o/a aluno/a irá realizar seu estágio, descrição do setor do estágio, análise e diagnóstico do campo de estágio.

Procedimentos quanto à formalização do Estágio Supervisionado

Art.4º Para matricular-se na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório, conforme dispõe o Projeto Pedagógico do Curso de Arqueologia, o/a aluno/a deverá, preferencialmente, estar matriculado no 7º (sétimo) período.

Áreas de atuação

Art.5º Os alunos deverão escolher uma área de atuação para o Estágio, levando-se em conta sua afinidade, a disponibilidade de tempo e a compatibilidade temática com o/a orientador/a. São exemplos de áreas possíveis de atuação para estágio no curso de Arqueologia:
1) Realizar trabalhos nos laboratórios vinculados à Coordenação do Curso de Arqueologia da UFPI (Laboratório de Arqueologia e Estudos de Tecnologia, Laboratório de Arqueometria e Arte Rupestre, Laboratório de Paleontologia e Bioarqueologia, assim como laboratórios de arqueologia que estejam conveniados;
2) Realizar o estágio no Núcleo de Antropologia Pré-histórica, ou em outros núcleos e reservas técnicas conveniados à UFPI;
3) Atuar no Museu de Arqueologia e Paleontologia, além de outros museus que já tenham convênio com a UFPI;
4) Executar o estágio em empresas privadas que realizam a atividade arqueológica por contrato e que seja previamente conveniada com a instituição;
5) Exercício de funções de docente-pesquisador em Universidades, Faculdades e Instituições de Ensino e Pesquisa.

Horários de atendimento da coordenação de estágio

Art.6º A Coordenação de Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado do Curso de Arqueologia encontra-se localizada na sala da Coordenação do Curso, tendo seu horário de funcionamento compatível com o horário da referida Coordenação.

Horários de atendimento para orientação

Art.7º Durante o sexto (6º) período os alunos deverão entrar em contato com o/a professor/a coordenador/a de estágio, o qual será indicado pelo colegiado do curso como titular da disciplina "Estágio Supervisionado". Caberá a este professor/a apresentar aos alunos os convênios disponíveis para Estágio e articular a admissão do/a aluno/a numa das empresas conveniadas.

Prazo para entrega do relatório

Art.8º O relatório de estágio deve ser entregue ao coordenador/a de estágio no prazo estabelecido pela Coordenação de Estágio no início, ou no final de cada semestre letivo.

Estágios

Art.9º Quanto aos documentos exigidos para matricular-se e dar início ao Estágio Curricular destacam-se o **Termo de Convênio** e o **Termo de Compromisso**. O Termo de Compromisso é o documento que firma acordo entre a UFPI, empresa concedente e o discente, norteando alguns direitos e deveres. Finalmente, conforme estabelece a Lei nº. 11.788, todo estagiário/a deve estar assegurado por uma **apólice de seguros** contra acidentes pessoais, que atuará em todo território nacional. O/a estagiário/a não pode pagar por nenhuma taxa em decorrência de despesas administrativas do estágio, ficando esta sob responsabilidade da empresa contratante. Tal procedimento é realizado online via SIGAA, caberá ao aluno contratado entregar o termo de compromisso assinado ao contratante.

Estágios inválidos

Art.10º O Estágio Obrigatório pode ser invalidado pela Coordenação de Estágio e/ou pelo supervisor da empresa conveniada, quando:

a) O Estágio estiver em desacordo com a presente norma, com os regulamentos desta Universidade ou com a legislação brasileira vigente;

b) A área de conhecimento não for compatível com o caráter do curso;

c) A carga horária mínima não for atingida;

d) Os objetivos propostos para o Estágio não forem atingidos;
e) O/a discente não comparecer e não justificar a ausência nas reuniões marcadas pela Coordenação de Estágio e pelo orientador;
f) O/a discente deixar de apresentar ou apresentar fora de prazo, as documentações exigidas pela Coordenação do Estágio;
g) O Estágio for suspenso, exceto se a suspensão for motivada por desinteresse em continuidade, por quaisquer das partes, após o cumprimento dos objetivos e da carga horária mínima;
i) Houver a ocorrência de situações que justifiquem a invalidação do Estágio, segundo quaisquer partes envolvidas, cabendo ao discente recurso junto à Coordenação do Curso;

Obs.: A invalidação do Estágio implica na REPROVAÇÃO do/a aluno/a na respectiva disciplina.

Estágios suspensos

Art.11º O Estágio deve ser imediatamente suspenso se:
a) O Estágio estiver em desacordo com a presente norma, com os regulamentos desta Universidade ou com a legislação brasileira vigente;
b) As atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a estiverem fora dos objetivos do estágio obrigatório;
c) As atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a estiverem fora dos padrões de ética exigidos pela Universidade Federal do Piauí;
d) As atividades desenvolvidas pelo/a estagiário/a estiverem fora dos padrões de qualidade exigidos pelo curso;
f) O/a estagiário/a deixar a condição de aluno desta Universidade;
g) Houver desinteresse de continuidade da parte desta Universidade ou da organização cedente do estágio, sem prejuízo dos trabalhos em curso;
h) O/a estagiário/a estiver exposto ou causando risco à vida, ao patrimônio e ao ambiente;
i) Houver ato de má fé, fraude ou tentativa de fraude em atividades e documentação relativas ao estágio, por quaisquer das partes;
j) Houver a ocorrência de situações que justifiquem a suspensão do estágio, segundo quaisquer partes envolvidas, cabendo ao discente recurso junto à Coordenação de Curso.

Obs.: A suspensão do Estágio implica na REPROVAÇÃO do/a aluno/a na respectiva disciplina, exceto se a suspensão for motivada por desinteresse em continuidade, por quaisquer das partes, após o cumprimento dos objetivos e da carga horária mínima.

Atribuições do/a estagiário/a

Art.12º São atribuições dos/as alunos/as matriculados/as nas disciplinas de Estágio Obrigatório:

a) Tomar conhecimento integral do conteúdo das normas que regem as disciplinas, que estão disponibilizadas neste manual e na Coordenação do Curso;

b) Agendar com o professor orientador/supervisor, as datas e horários para o acompanhamento do relatório;

c) Procurar o/a professor/a supervisor/a (coordenador/a de estágio) e agendar horários para a definição do plano de trabalho e para elaboração do relatório de estágio, o qual deverá estar definido segundo as áreas de conhecimento inseridas nas normas vigentes;

d) Entregar, dentro do prazo estabelecido pela Coordenação de Estágio, todos os documentos necessários a consecução do estágio, bem como relatório do estágio as atividades realizadas.

e) No caso de estágio em instituições conveniadas, o aluno apresentará ao professor da disciplina, mensalmente, relatório com a comprovação da frequência e das atividades desenvolvidas, relatório este devidamente assinado pelo profissional orientador do aluno-estagiário.

Atribuições do Coordenador de Estágio

Art.13º São consideradas obrigações do/a professor/a supervisor/a (coordenador de estágio, titular da disciplina “Estágio Curricular”):

a) Elaborar a programação semestral de estágios obrigatórios;

b) Orientar os alunos, na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio;

c) Acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários;

d) Avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;

e) Cobrar dos estagiários, ao final do período letivo, o relatório correspondente ao Estágios Curricular;

f) Contribuir para a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio Curricular do Curso, com base nas legislações vigentes e na experiência da coordenação dos estágios;

g) Informar a Coordenadoria de Estágio Obrigatório da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (CEO/PREG) os Campos de Estágio, tendo em vista a celebração de Convênios e Termos de Compromisso;

h) Fazer, no final do período, levantamento acerca do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;

i) Elaborar a cada semestre, junto com a coordenação, as programações de Estágio Curricular que serão enviadas CEO/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
j) Orientar e encaminhar os alunos aos Campos de Estágio;
k) Acompanhar o desenvolvimento do Estágio, tendo em vista a consecução d1o5s objetivos propostos;
l) Enviar a CEO/PREG, no final de cada período letivo, o relatório correspondente ao Estágio curricular do Curso.
m) Caberá aos professores das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado estabelecer o plano de atividades dos alunos-estagiários matriculados na respectiva turma;
n) Os Supervisores de Estágio publicarão cadastro das instituições conveniadas;
o) A atribuição da nota final do estagiário conforme critérios claros e previamente apresentados ao aluno. Tais critérios devem estar de acordo com as exigências da Resolução 177/2012 – CEPEX.

DO ESTÁGIO EXTRAORDINÁRIO

Art.14º A prática real do estágio também poderá ser realizada, excepcionalmente, em projetos de extensão e pesquisa. O estágio extraordinário apenas será admitido com a prévia autorização dos Supervisores de Estágio.

ASPECTOS GERAIS DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art.15º O Relatório de Estágio Curricular é um documento acadêmico no qual o estagiário deve descrever sua experiência prática na empresa, sobretudo no que diz respeito à correlação entre o aprendizado acadêmico (empírico-teórico) e a experiência concreta. As observações do estagiário, contudo, devem estar sob a supervisão do coordenador de estágio. As informações gerais acerca da elaboração de tal Relatório devem ser fornecidas pelo Coordenador de Estágio nas semanas iniciais de cada semestre em aulas previamente marcadas. O Coordenador de Estágio deve esclarecer em pormenor os procedimentos e critérios para elaboração do documento. Os itens do relatório apresentado pela Coordenação de Estágio não são fixos ou definitivos. São apenas sugestões que devem se coadunar às particularidades de cada estágio ou área de trabalho.

Relatório de Estágio Curricular

Art.16º O Relatório do Estágio Curricular tem como objetivos:

1) Descrever a empresa - o local do campo de estágio, seu histórico, missão, visão e filosofia (ou política) de trabalho, sua estrutura organizacional e serviço. Entre os principais requisitos estão:

a) Razão social da empresa;

b) Endereço, CNPJ, telefone, principal contato (presidente);

c) Histórico (como foi criada a empresa e quando);

d) Segmento de atuação;

e) Principais atividades desenvolvidas durante a realização do estágio;

f) Organograma (apresentação dos principais dirigentes considerando os responsáveis de linha e assessoria);

g) Missão empresarial;

h) Visão de futuro;

i) Objetivos organizacionais.

2) Apresentar o campo de estágio – Isto é, o setor e as atividades que o estagiário está habilitado a desempenhar. Nesta apresentação deve constar, no mínimo:

j) Justificar a escolha; proceder uma descrição das atividades desenvolvidas pelo estagiário;

k) A apresentação das atividades ou rotinas em fluxograma;

l) A conclusão do capítulo: apresentação da importância das atividades do setor para a empresa, sob a ótica do estagiário;

3) No que diz respeito à correlação teoria e prática deve constar:

m) Abordagem das principais problemáticas identificadas pelo estagiário;

n) Análise de, pelo menos, uma das problemáticas que é considerada pelo estagiário de maior predominância ou que requer maior atenção por parte dos administradores/responsáveis do setor;

o) Relacionar as teorias ou abordagens estudadas no curso as quais envolvam o problema, realizando uma comparação entre a teoria e a prática;

APÊNDICE B

REGULAMENTO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CAPÍTULO I
DA NATUREZA

Art. 1º– A Monografia, ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é parte integrante da estrutura curricular obrigatória do Curso de Graduação em Arqueologia, e funcionará sob a forma de duas disciplinas, Monografia I e Monografia II, com carga horária de 60 horas, cada.

Parágrafo único – A disciplina Monografia I compreenderá a elaboração do projeto de pesquisa e deverá ser cursada no 6º semestre, enquanto a Monografia II refere-se à execução do projeto e redação da monografia, devendo ser cursada no 8º semestre.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 2º – A Monografia é uma atividade acadêmica obrigatória, que visa complementar o ensino teórico-prático, com o objetivo de desenvolver o espírito criativo, científico e crítico do aluno de graduação, capacitando-o na abordagem de problemas e proposição de soluções, sob a orientação de um professor-orientador.

Art. 3º – A área de conhecimento da monografia será de livre escolha do estudante, em consonância com as linhas de pesquisa do professor-orientador vinculado ao Curso de Arqueologia.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES E DIREITOS

Art. 4º – São atribuições do professor-orientador da monografia:

I - Orientar a elaboração do projeto de pesquisa (Monografia I) e as atividades inerentes ao seu desenvolvimento;

II - Acompanhar a execução das atividades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa (Monografia ll);

III - Orientar a redação da monografia;

IV - Autorizar o aluno a submeter a monografia à avaliação da banca examinadora, utilizando para isso o formulário próprio, devidamente assinado por ambos (Monografia II);

V - Designar, caso o trabalho assim o exija, um co-orientador, que poderá ser um docente da UFPI ou de outra instituição.

Art. 5º – São atribuições do Orientando:

I - Elaborar o projeto da Monografia l, sob a orientação do professor- orientador;

II - Executar as atividades relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa e elaborar o texto monográfico (Monografia ll);

III - Defender publicamente a monografia elaborada como produto final da Monografia II;

IV - Expor à Coordenação do Curso, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do projeto de pesquisa, visando encontrar soluções.

Art. 6º – São direitos do Orientando:

I - Receber orientação do professor-orientador no período de realização da monografia.

II - Dispor dos elementos básicos necessários à execução das atividades previstas no projeto de pesquisa, dentro das possibilidades científicas, técnicas e financeiras da UFPI.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO

Art. 7º – A avaliação da monografia será feita por disciplina (Monografia I e Monografia II) observando o estabelecido nos artigos 5o e 14o da Resolução No 043/95 CEPEX.

§ 1º O estudante matriculado na disciplina Monografia I será avaliado pelo projeto de pesquisa elaborado.

§ 2º O estudante matriculado na disciplina Monografia II será avaliado com base no trabalho de monografia, apresentado oralmente a uma banca examinadora, em defesa pública.

CAPÍTULO VI

DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA MONOGRAFIA

Art. 8º – A Monografia deverá ser enviada ao e-mail da coordenação do curso em formato de arquivo previamente especificado e devidamente identificado, até a data definida em Assembleia do Curso a cada semestre, juntamente ao formulário de requisição contendo a lista dos membros que irão compor a banca examinadora, com ciência do orientador.

Art. 9º – A Banca Examinadora para avaliação da Monografia será aprovada em Assembleia do Curso, sendo constituída de no mínimo 3 (três) membros, sob a presidência do professor-orientador.

§ 1o Poderão participar da Banca Examinadora profissionais da área não vinculados à UFPI e que tenham experiência acadêmica comprovada ou didática em nível superior, desde que não supere 1/3 (um terço) do número de membros que compõem a banca.

§ 2o Na ausência de algum dos membros titulares, a Coordenação do Curso, fundamentada na lista encaminhada para o depósito da monografia, deve indicar avaliadores suplentes até compor o número mínimo exigido de avaliadores para possibilitar a defesa da Monografia.

Art. 10º – O horário e o local da Defesa da Monografia serão amplamente divulgados, devendo a defesa ocorrer em sessão aberta ao público.

Art. 11º – São atribuições do Presidente da Banca:

I - Zelar pelo cumprimento dos horários;

II - Distribuir os instrumentos de avaliação aos demais membros da banca examinadora;

III - Conduzir as atividades, fazendo com que cada membro participe, bem como suscitar o exame acurado dos aspectos que lhe parecem pertinentes e úteis à avaliação do aluno;

IV - Atuar como moderador e/ou dinamizador dos debates;

V - Recolher os instrumentos de avaliação devidamente preenchidos e rubricados pelos membros da Banca;

VI - Encerrar os trabalhos da Banca;

VII - Elaborar uma ata que deverá ser assinada por todos os membros da Banca Examinadora;

VIII - Encaminhar à Coordenação do Curso a Ata, juntamente com todos os instrumentos de avaliação.

Art. 12º – A Banca Examinadora deve observar os seguintes critérios de avaliação da Monografia:

I - Clareza e objetividade do texto;

II - Domínio do assunto;

III - Pertinência e eficácia dos métodos empregados;

IV - Qualidade das evidências apresentadas;

V - Lógica e relevância das conclusões obtidas;

VI - Abrangência e relevância da bibliografia consultada.

Parágrafo único – A Banca Examinadora pode acrescentar outros critérios além dos especificados neste Artigo, de acordo com o assunto e tipo de trabalho em julgamento.

Art. 13º – O aluno será considerado aprovado pela Banca Examinadora, quando obtiver nota média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, conforme o que estabelece o artigo 13º da Resolução 043/95 do CEPEX/UFPI.

Art. 14º – Após a sessão de avaliação e tendo a Monografia sido aprovada, o estudante deve proceder às correções recomendadas pela Banca Examinadora e entregar à Coordenação, a Biblioteca Vilma Chiara do NAP e a Biblioteca Setorial do Centro ou para a Biblioteca Comunitária a versão definitiva, em formato digital (não mais impressos), com capa box para DVD (mesmo sendo em mídia CD) e arquivo em PDF, no prazo de 30 (trinta) dias, para integrar banco de dados.

CAPÍTULO VII

DA ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Art. 15º – A estrutura e apresentação da monografia deverão seguir os padrões acadêmicos da área e estar conforme previsto nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor.

Art. 16º – A monografia poderá ser acompanhada de informações suplementares em formato eletrônico, tais como vídeos, programas, planilhas, mapas, bases de dados, e outros arquivos que complementem o trabalho realizado ou que forem relevantes para a devida avaliação do mesmo.

Parágrafo único – Estes arquivos deverão ser armazenados em um meio durável, como o DVD, e anexados ao texto, devendo estar listados no sumário.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17º – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Arqueologia, seguindo deliberação do Colegiado do Curso, devendo ser observadas as normas e regulamentos da UFPI e as disposições legais vigentes.

Art. 18º – Este Regulamento entrará em vigência no período letivo seguinte ao de sua aprovação.

Teresina, 28 de Junho de 2018.

ANEXO A: PORTARIAS DO COLEGIADO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PORTARIA PREG/UFPI Nº 008, DE 15 DE MARÇO DE 2022

Designar composição docente de Núcleo Docente Estrutrante.

A **PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando:

- o que estabelece a resolução Nº 278/11 - CEPEX; e
- o memo nº 22/2022 - CACAR/CCN, de 07/03/2022;

RESOLVE:

Art.1º Designar a composição, do **Núcleo Docente Estruturante – NDE**, do Curso de **BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE**, do Centro de Ciências da Natureza - **CCN**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella - **CMPP**, desta Universidade, com mandato de **02** (dois) anos, da forma que se segue:

DOCENTE	CONDIÇÃO	MANDATO
JÓINA FREITAS BORGES	NATO	Período de vigência da função
ÂNGELO ALVES CORRÊA	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024
ANA LUISA MENESES LAGE NASCIMENTO	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024
CLAUDIA MINERVINA SOUZA CUNHA	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024
SÔNIA MARIA CAMPELO MAGALHÃES	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024
MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024
ELAINE IGNÁCIO	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024
FERNANDA CODEVILLA SOARES	MEMBRO	31/01/2022 a 31/12/2024

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa, no contexto da calamidade pública decorrente da pandemia pela COVID-19.

Teresina, 15 de março de 2022.

ANA BEATRIZ SOUSA GOMES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5511/3215-5513/215-5516; Fax (86) 3237-1812/3237-1216;
Internet: www.ufpi.br

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PORTARIA PREG/UFPI Nº 74, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Atualizar composição docente de Núcleo Docente Estrutrante.

A **PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando:

- o que estabelece a resolução Nº 278/11 - CEPEX;
- a Portaria PREG/UFPI nº 08/2022, de 15 de março de 2022; e
- o memo nº 102/2022 - CACAR/CCN, de 14/10/2022;

RESOLVE:

Art.1º Atualizar a composição, do **Núcleo Docente Estruturante – NDE** e retificar a **Portaria PREG/UFPI nº 08/2022**, de 15 de março de 2022, do Curso de **BACHARELADO EM ARQUELOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE**, do Centro de Ciências da Natureza - **CCN**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella - **CMPP**, desta Universidade, com mandato de **02** (dois) anos, da forma que se segue:

DOCENTE	CONDIÇÃO	MANDATO	PORTARIA
JÓINA FREITAS BORGES	NATO	Período de vigência da função	–
ÂNGELO ALVES CORREÂ	MEMBRO	31/01/2022 a 30/01/2024	PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022
ANA LUISA MENESES LAGE NASCIMENTO	MEMBRO	31/01/2022 a 30/01/2024	PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022
SÔNIA MARIA CAMPELO MAGALHÃES	MEMBRO	31/01/2022 a 30/01/2024	PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022
MARIA DO AMPARO ALVES DE CARVALHO	MEMBRO	31/01/2022 a 30/01/2024	PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022
ELAINE IGNÁCIO	MEMBRO	31/01/2022 a 30/01/2024	PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022
FERNANDA CODEVILLA SOARES	MEMBRO	31/01/2022 a 30/01/2024	PORTARIA PREG/UFPI N° 08/2022, DE 15 DE MARÇO DE 2022
VINÍCIUS MELQUIADES DOS SANTOS	MEMBRO	14/10/2022 a 13/10/2024	–

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa institucional, conforme parágrafo único do Art. 4º do Decreto 10.139/2019.

Teresina, 18 de outubro de 2022.

ANA BEATRIZ SOUSA GOMES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Campus Universitário Ministro Petrônio Portela, Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5511/3215-5513/215-5516; Fax (86) 3237-1812/3237-1216;
Internet: www.ufpi.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP
64049-550 Telefones: (86) 3215-5525/3215-
5526
E-mail: ***assessoriaufpi@gmail.com*** ***ou*** ***comunicacao@ufpi.edu.br***

BOLETIM DESERVIÇO

Nº 670 - junho/2023
Portaria - N° 32/2023
(CCN/UFPI)

Teresina, 22 de junho de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 36 / 2023 - CCN (11.00.24)

Nº do Protocolo: 23111.031562/2023-25

Teresina-PI, 21 de Junho de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências da Natureza

PORTARIA CCN/UFPI Nº 32/2023, DE 21 DE JUNHO DE 2023*

O Diretor do Centro de Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella/Teresina-PI, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, delegadas por meio do Ato da Reitoria N° 290/2021, de 10 de março de 2021 e considerando: - A Portaria nº 112/2018-PREG/UFPI e

- O memorando eletrônico nº 56/2023 - CACAR/CCN, de 21/06/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a composição do Colegiado do Curso de Bacharelado em Arqueologia, do Centro de Ciências da Natureza (CCN) da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella/TeresinaPI, na forma que segue.

I - Representantes docentes natos:
-Profª. Jóina Freitas Borges - SIAPE 1535017-
Presidente; -Prof. Ângelo Alves Corrêa - SIAPE 2232128
- Vice-Presidente; **II - Representantes Docentes:**
- Profª. Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento - SIAPE 2266305
- Prof. Flávio Rizzi Calippo - SIAPE 1861182
- Profª. Claudia Minervina Souza Cunha - SIAPE 3038714
-Profª. Elaine Ignácio - SIAPE 1467417
-Prof. Grégoire André Henri Marie Ghislain van Havre - SIAPE 2297796
-Prof. Juan Carlos Cisneros Mar nez - SIAPE 1785324
-Prof. Luis Carlos Duarte Cavalcante - SIAPE 1656914
-Profª. Maria do Amparo Alves de Carvalho - SIAPE 2153338
-Profª. Sônia Maria Campêlo Magalhães - SIAPE 23455
- Profª. Fernanda Codevilla Soares - SIAPE 1222853
- Prof. Vinícius Melquíades dos Santos - SIAPE 1106129
III - Representantes Docentes do Departamento de Morfologia/CCS:

- Prof. Leonardo Borges Ferro - SIAPE 1550495 - tular- Prof. Aglaísio Borges Leal - SIAPE 423600 - suplente **IV - Representantes Discentes:**
- Evlem Lorena Silva de Oliveira - matrícula 20209033618 - tular
- Hudna Aléxia Lima Sousa - matrícula 20209030741 - suplente

Art. 2º Revogar a Portaria CCN/UFPI n.º 33/2022, de 14 de outubro de 2022.
Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do ar go 4º, do Decreto nº 10.139/2019, da Presidência da República.

Cer fique-se. Publique-se. Cumpra-se.

_____

*Numeração sequencial de portarias do CCN - 2023.

(Assinado digitalmente em 21/06/2023 21:35)

EDMILSON MIRANDA DE MOURA

DIRETOR
Matrícula: 2363808

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://www.sipac.ufpi.br/documentos/ informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **54b71b0fd4**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP
64049-550 Telefones: (86) 3215-5525/3215-
5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

N.º 965 - Setembro/2023 Portaria N° 41/2023 (CCN/UFPI)

Teresina, 01 de setembro de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 45 / 2023 - CCN (11.00.24)

Nº do Protocolo: 23111.043542/2023-60

Teresina-PI, 31 de Agosto de 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências da Natureza

PORTARIA CCN/UFPI Nº 41/2023, DE 31 DE AGOSTO DE 2023*

O Diretor do Centro de Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella/Teresina-PI, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, delegadas por meio do Ato da Reitoria N° 290/2021, de 10 de março de 2021 e considerando a Portaria PREG/UFPI nº 97/2018, de 26 de junho de 2023 e o memorando eletrônico nº 75/2023 - CACAR/CCN, de 31/08/2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Bacharelado em Arqueologia, do Centro de Ciências da Natureza (CCN) da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portella/TeresinaPI, para mandato de 02 (dois) anos, a par r de 31/08/2023, na forma que segue.

I - Membro docente nato:
Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges - SIAPE 1535017 **II -**
Membros docentes:
Prof. Dr. Vinicíus Melquiades dos Santos - SIAPE 1106129
Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Campelo Magalhães - SIAPE 423455
Prof.ª Dr.ª Maria do Amparo Alves de Carvalho - SIAPE 2153338
Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Meneses Lage Nascimento - SIAPE 2266305
Prof. Dr. Ângelo Alves Correâ - SIAPE 2232128
Prof. Dr. Gregoire Andre Henri Marie Ghislain Van Havre - SIAPE 2297796

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do ar go 4º, do Decreto nº 10.139/2019, da Presidência da República.

Cer fique-se. Publique-se. Cumpra-se.

_____
*Numeração sequencial de portarias do CCN - 2023.

(Assinado digitalmente em 01/09/2023 12:06)

EDMILSON MIRANDA DE MOURA

DIRETOR
Matrícula: 2363808

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://www.sipac.ufpi.br/documentos/ informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **5da0544a9e**

ANEXO B - ATAS DE APROVAÇÃO DO PPC (COLEGIADO E NDE)

sipac.ufpi.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2599981

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATA DE REUNIÃO Nº 11 / 2023 - CACAR/CCN (11.00.24.11)

Nº do Protocolo: 23111.058738/2023-78

Teresina-PI, 27 de Novembro de 2023

ATA DE REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Às dez horas e trinta minutos da manhã do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se a **Reunião do NDE**, em modo remoto, pelo link: https://meet.google.com/vnq-wxvx-quz. Estiveram presentes, compondo o quórum da referida reunião: Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges, Prof.º Dr. Vinícius Melquiades dos Santos, Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Campelo Magalhães, Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage Nascimento, Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa, Prof. Dr. Grégoire van Havre. Após a saudação da Prof.ª Jóina a reunião foi iniciada e passou-se a deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Aprovação da nova formatação do PPC 2024:** A prof. Jóina iniciou explanando sobre a aprovação do PPC anteriormente, inclusive pela CAMEN, mas do retorno do mesmo pela CDAC, visto que, depois de deliberação interna, entenderam que o mesmo teria que passar pela reunião do CEPEX; após vários meses de indas e vindas junto à CDAC, somente no mês de setembro que a senhora Djanira passou um "modelo" de PPC (*template*), segundo o qual o nosso deveria se adequar. O prof. Ângelo iniciou a formatação do PPC, e adiantou o documento, porém, frente às demandas da visitação do MEC, só agora a formatação no novo modelo foi concluída. A professora Jóina também informou que solicitou à CDAC, através de despacho no processo, que informassem todas as correções que deveriam ser realizadas para evitar mais idas e vindas do processo, ao que foi respondida com um despacho que enumerou apenas questões de formatação. Após esta explanação, o novo documento foi apresentado ao NDE, para deliberação, correções e sugestões, as quais foram sendo realizadas conforme a apresentação. Ficou faltando determinar os eixos temáticos da extensão, porém, devido o adiantado da hora, a prof.ª Jóina sugeriu falar com a professora Elaine e assim terminar esta pendência na reunião antes da Assembleia Extraordinária convocada para aprovação da nova formatação do PPC (24/11/2023). Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, e para constar, redigiu-se a presente ATA, que se aprovada, será assinada por todos os membros presentes à reunião.

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2297796

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 12:59)
ANA LUISA MENESES LAGE DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2266305

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 14:14)
ANGELO ALVES CORREA
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2232128

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 12:26)
GREGOIRE ANDRE HENRI MARIE GHISLAIN VAN HAVRE

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 17:54)
JOINA FREITAS BORGES
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1535017

https://www.sipac.ufpi.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=2599981

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 17:24)
SONIA MARIA CAMPELO MAGALHAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 423455

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 13:05)
VINICIUS MELQUIADES DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1106129

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://www.sipac.ufpi.br/documentos/ informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **b70bf04810**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATA DE REUNIÃO Nº 12 / 2023 - CACAR/CCN (11.00.24.11)

Nº do Protocolo: 23111.058741/2023-94

Teresina-PI, 27 de Novembro de 2023

ATA DE REUNIÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

As nove horas e trinta minutos da manhã do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se a Reunião do NDE, em modo remoto. Estiveram presentes, compondo o quórum da referida reunião: Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges, Prof.0 Dr. Vinícius Melquiades dos Santos, Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Campelo Magalhães, Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage Nascimento, com a participação da Prof.ª MSC Elaine Ignácio. Após saudação inicial da Prof.ª Jóina a reunião foi iniciada e passou-se a deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

Finalização da formatação do texto do PPC 2024 com acréscimo da sugestão de criação do Núcleo de Extensão e dos eixos temáticos de extensão, a partir da proposição da professora Elaine Ignácio (coordenadora de extensão do Curso de Arqueologia). Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, e para constar, redigiu-se a presente ATA, que se aprovada, será assinada por todos os membros presentes à reunião.

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 12:59)
ANA LUISA MENESES LAGE DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2266305

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 17:56)
JOINA FREITAS BORGES
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1535017

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 17:23)
SONIA MARIA CAMPELO MAGALHÃES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 423455

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 13:05)
VINICIUS MELQUIADES DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1106129

Para verificar a autenticidade deste documento entre em bups://www.sipag:Úpi.br/documentos/
informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: a6fac45043

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATA Nº 4 / 2023 - CACAR/CCN (11.00.24.11)

Nº do Protocolo: 23111.058746/2023-56

Teresina-PI, 27 de Novembro de 2023

ATA DA 32ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Às dez horas e trinta minutos da manhã do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se a 32ª Assembleia Extraordinária do Curso De Graduação Em Arqueologia, por modo remoto no Link: https://meet.google.com/wnb-nzpt-tkt. Estiveram presentes, compondo o quórum da referida reunião: Prof.ª Dr.ª Jóina Freitas Borges, Prof.ª Dr.ª Ana Luísa Meneses Lage Nascimento, Prof. Dr. Gregoire van Havre, Prof. Dr. Vinícius Melquíades dos Santos, Prof. Dr. Luís Carlos Duarte Cavalcante; Prof.ª Dr.ª Fernanda Codevilla Soares; Prof.ª MSC Elaine Ignácio; Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Campelo Magalhães, Prof. Dr. Juan Carlos Cisneros, a representante discente Hudna Aléxia Lima Sousa. Em licença pós-doc o Prof. Dr. Flávio Rizzi Calippo e em licença capacitação a Prof.ª Claudia Minervina Cunha. O Prof. Dr. Ângelo Alves Corrêa e a Prof.ª Maria do Amparo justificaram suas ausências. Após a saudação inicial, a Prof.ª Jóina iniciou a reunião, com apreciação da **ORDEM DO DIA**: **1. Aprovação da nova formatação do PPC 2024:** A Prof. Jóina explicou que em virtude da correção da carga horária de extensão foi necessária a formulação de um novo PPC, e que o mesmo fora formatado de acordo com o modelo (*template*) que foi enviado pela CDAC. A prof.ª Jóina, então, junto com alguns membros do NDE, apresentaram uma a uma as alterações realizadas, diretamente no arquivo do drive da coordenação, que foi previamente disponibilizado (por meio de e-mail no dia 16/11/2023) a todos os membros do Colegiado, a fim de analisarem mais atentamente o texto do documento. A partir da exposição, as dúvidas e correções foram sendo realizadas pela Assembleia e, sendo concluídas, o PPC foi aprovado por unanimidade por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, e para constar, redigiu-se a presente ATA, que se aprovada, será assinada por todos os membros presentes à reunião.

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 13:00)
ANA LUISA MENESES LAGE DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2266305

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 14:02)
ELAINE IGNACIO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1467417

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 17:38)
FERNANDA CODEVILLA SOARES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1222853

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 12:58)
GREGOIRE ANDRE HENRI MARIE GHISLAIN VAN HAVRE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2297796

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 20:02)
JOINA FREITAS BORGES
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 1535017

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 12:47)
JUAN CARLOS CISNEROS MARTINEZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1785324

(Não Assinado)
LUIS CARLOS DUARTE CAVALCANTE
Matrícula: 1656914

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 17:22)
SONIA MARIA CAMPELO MAGALHAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 423455

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 13:04)
VINICIUS MELQUIADES DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1106129

(Assinado digitalmente em 27/11/2023 19:53)
HUDNA ALEXIA LIMA SOUSA
Matrícula: 20209030741

Para verificar a autenticidade deste documento entre em https://www.sipac.ufpi.br/documentos/ informando seu número, ano, tipo, data de emissão e o código de verificação: **68c82aa32a**

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 611, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Senador Helvídio Nunes de Barros.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.037404/2023-13;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Senador Helvídio Nunes de Barros, conforme Projeto Pedagógico anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude do supracitado Curso ter que iniciar suas atividades no Período Letivo 2024.1, sob pena de produzir maiores problemas tanto no fluxo discente (atraso), bem como quanto ao redimensionamento de plantel de docentes.

Teresina, 18 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM ENFERMAGEM-CSHNB/UFPI

GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315

Digitally signed by GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=PRESENCIAL, email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.20 11:39:48 -03'00'

PICOS

2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem (presencial) do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí.

PICOS

2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITOR(A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR(A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-reitora

Prof. Dr. Eliesé Idalino Rodrigues
Coordenação Geral de Graduação

Prof. Ma. Maria Rosália Ribeiro Brandim
Coordenação Geral de Estágio

Prof. Me. Francisco Newton Freitas
Coordenação de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos
Diretoria de Administração Acadêmica

Prof. Dra. Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva
Coordenação de Administração Acadêmica Complementar

Prof. Me. Maycon Silva Santos
Coordenação de Seleção e Programas Especiais

Danielle Maria de Brito Aragão
Assessoria da Pró-Reitoria

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

DIRETOR

Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento

VICE-DIRETOR

Profa Dra. Patricia da Cunha Gonzaga Silva

COORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. Mailson Fontes de Carvalho

VICE-COORDENADORA DO CURSO

Profa. Dra. Suyanne Freire de Macêdo

COLEGIADO DO CURSO

Prof. Dr. Mailson Fontes de Carvalho (Presidente)
Profa. Dra. Suyanne Freire de Macedo (docente)
Profa. Dra. Nádya dos Santos Moura (docente)
Profa. Dr. Edina Araujo Rodrigues Oliveira (docente)
João Rafael da Silva Fonseca (discente)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Prof. Dr. Mailson Fontes de Carvalho
Profa. Dra. Suyanne Freire de Macedo
Profa. Dra. Aline Raquel de Sousa Ibiapina
Profa. Dra. Lany Leide de Castro Rocha Campelo
Profa. Dra. Cinara Maria Feitosa Beleza
Prof. Dr. Rumão Batista Nunes de Carvalho

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: *Bacharelado em Enfermagem*

CÓDIGO DO CURSO: *99864*

CRIAÇÃO DO CURSO: *Resolução CEPEX/UFPI Nº 130; Publicação: 28 de julho de 2006*

RECONHECIMENTO DO CURSO:
Portaria MEC Nº 446 de 01 de novembro de 2011
Publicação no DOU: 03 de novembro de 2011

TÍTULO ACADÊMICO: *Graduado - Bacharel*

MODALIDADE: *Ensino Presencial*

DURAÇÃO DO CURSO:
Mínimo: 10 (dez) semestres letivos (5 anos)
Máximo: 14 (catorze) semestres letivos (7 anos)
Para alunos com necessidades educ. especiais acrescentar até 50% do prazo máx.

ACESSO AO CURSO:
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: *Pré-requisito*

TURNO(S) DE OFERTA: *Matutino e vespertino*

VAGAS AUTORIZADAS: *30 vagas semestrais (Resolução CEPEX N°. 159/16)*

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.700	180
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso	60	4
Estágio Curricular Obrigatório	840	56
Atividades Complementares	120	8
Atividades Curriculares de Extensão	450	30
TOTAL	4.290	286

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	9
1.	**INTRODUÇÃO**	10
1.1	**Justificativa**	10
1.2	**Contexto regional e local**	14
1.2.1	Piauí: um estado em desenvolvimento	14
1.2.2	Picos-PI: a capital do mel no semiárido piauiense	17
1.3	**Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso**	19
2	**CONCEPÇAO DO CURSO**	23
2.1	**Princípios curriculares e especificidades**	23
2.1.1	Marco teórico-conceitual	27
2.2	**Missão**	34
2.3	**Objetivos do Curso**	34
2.4	**Perfil de egresso**	35
2.5	**Competências e Habilidades**	35
2.6	**Perfil do corpo docente**	40
3	**PROPOSTA CURRICULAR**	42
3.1	**Estrutura e Organização Curricular**	42
3.1.1	Componentes curriculares obrigatórios	49
3.1.2	Componentes curriculares optativos	50
3.2	**Fluxograma**	52
3.3	**Atividades acadêmicas específicas**	53
3.3.1	Estágio Obrigatório	53
3.3.2	Atividades complementares	54
3.3.3	Atividades de Extensão	55
3.3.4	Trabalho de Conclusão de Curso	56
3.4	**Metodologia**	57
4	**POLÍTICAS INSTITUCIONAIS**	64
4.1	**Ensino**	64
4.1.1	Monitoria acadêmica	64
4.2	**Pesquisa**	65
4.3	**Extensão**	65
4.4	**Apoio Estudantil**	66

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO 68
5.1 Avaliação da aprendizagem 69
5.2 Avaliação do Curso 70
6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS 72
6.1 Disciplinas obrigatórias 72
6.2 Disciplinas optativas
7 INFRAESTRUTURA 114
7.1 Laboratórios
7.2 Biblioteca
8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
8.1 Equivalências entre projetos pedagógicos
8.2 Vigência e migrações
REFERÊNCIAS
APÊNDICES

APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi criado em 2006, fruto do Projeto de Expansão das Universidades Federais e tem se consolidado como espaço de formação qualificada de profissionais de Enfermagem no interior do Piauí.

A formação do Enfermeiro no Curso de Enfermagem do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB/UFPI) busca observar os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para cursos da área de saúde e de enfermagem, através de um processo formativo ancorado na construção de saberes e práticas em áreas de interesse distintas, contempladas pela oferta de componentes curriculares desmembrados em disciplinas e atividades acadêmicas específicas, respeitando a legislação vigente.

Desde a formação das primeiras turmas do curso a reformulação do projeto pedagógico do curso pautou o imaginário dos docentes e, para além do desejo dos envolvidos, tornou-se uma preocupação institucional considerando a necessidade de responder às novas demandas da sociedade e do mercado de trabalho e alinhar a perspectiva formativa aos mais recentes pressupostos educacionais para a saúde, especialmente voltados à formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documento que agrupa diretrizes e estratégias formativas de aplicabilidade na prática pedagógica para formação profissional, fundamenta-se em teorias, conhecimentos, referenciais e evidências cientificamente comprovadas e socialmente aceitas. Nesta perspectiva, diversos grupos de trabalho foram montados pelo corpo docente no intuito de apresentar uma nova matriz curricular para o curso voltada à formação centrada no aluno e alinhada com o perfil profissional desejado.

Esta versão foi construída a partir da confluência de ideias entre docentes e discentes e da convergência de versões anteriormente propostas e não implantadas, partindo de uma avaliação da primeira versão do PPC e sua implementação desde a criação do curso. Destaque-se que em razão da pandemia da covid-19, que demandou uma reorganização do ensino nas universidades, uma versão transitória

foi implementada no ano de 2020, que deverá ser substituída pela versão aqui apresentada.

O processo de revisão e atualização do novo Projeto Pedagógico do Curso foi então retomado em 2022 pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, que conjuntamente com todo o corpo docente, redigiu esta proposta pautada no perfil de egresso desejado frente ao contexto local e desenvolvimento regional, observando as fragilidades e fortalezas do curso e da Instituição.

Assim, apresentamos uma nova versão do PPC para o Curso de Enfermagem/CSHNB/UFPI, ancorado na perspectiva dialógica, reflexiva e significativa da prática pedagógica e em princípios formativos inovadores, incorporando demandas estratégicas e fundamentais para garantir aprimoramentos na qualidade do ensino superior.

O documento espelha a articulação existente do compromisso com as questões do ensino superior e o compromisso profissional a ser contemplado dentro das condições de ensino possíveis, observada a articulação do ensino, pesquisa e extensão e a premissa da inserção formativa considerando a integração ensino-serviço-comunidade, em uma trajetória formativa que tem como núcleo central a promoção da saúde, ancorada por eixos formativos das ciências sociais e humanas, ciências biológicas, da saúde e da enfermagem, numa perspectiva complementar e integrada.

Espera-se que esse documento seja representativo da comunidade acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem –UFPI/CSHNB e que sua implementação possa gerar resultados profícuos na qualidade do ensino-aprendizagem.

Núcleo Docente Estruturante (Enfermagem / UFPI / CSHNB)

1. INTRODUÇÃO

A reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) propõe alinhar os processos formativos do Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB/UFPI para responder às necessidades iminentes do mercado de trabalho, atender ao novo perfil de egresso proposto e alinhar-se aos preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de enfermagem e de saúde.

Desde a implantação do curso, em 2006, o currículo sofreu pequenos ajustes, sobretudo em razão de situações excepcionais, tal como os desafios decorrentes da pandemia da covid-19. Assim, três versões do PPC foram instituídas: (a) PPC 2006 - implantação do curso, (b) PPC 2019 e (c) PPC 2020, ainda que o currículo tenha permanecido inalterado.

Nesta perspectiva, vislumbra-se a necessidade de reformulação profunda do PPC no intuito de enfrentar problemas emergentes relacionados aos aspectos teóricos, epistemológicos, estruturais e metodológicos Necessita-se, pois, de um novo modelo pedagógico capaz de atender às exigências institucionais, comunitárias e profissionais da atualidade.

1.1 Justificativa

A formação em saúde tem sido alvo de muitas propostas de mudanças nos últimos anos no Brasil, sobretudo frente aos desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados à disponibilidade e perfil dos profissionais provedores de cuidados. A especialização do cuidado à saúde, a distância do sujeito nos processos de cuidado e as grandes diferenças entre o que pensam os usuários e os trabalhadores e gestores da saúde têm se configurado como uma grande tensão na construção do modelo de saúde sonhado, chegando, algumas vezes, a diminuir ou impossibilitar o acesso dos usuários ao sistema (BATISTA; GONÇALVES, 2011).

Apesar de alguns avanços, a formação dos profissionais de saúde ainda tem se conformado alheia à organização da gestão setorial e ao debate crítico sobre os sistemas de estruturação do cuidado, mostrando-se impermeável ao controle social sobre o setor, fundante do modelo oficial de saúde brasileiro. As instituições formadoras têm perpetuado modelos essencialmente conservadores, centrados em aparelhos e sistemas orgânicos e tecnologias altamente especializadas, dependentes

de procedimentos e equipamentos de apoio diagnóstico e terapêutico. O perfil dos profissionais de saúde demonstra qualificação insuficiente para as mudanças das práticas, demandando necessidade crescente de educação permanente para esses profissionais, com o objetivo de (re)significar seus perfis de atuação, para implantação e fortalecimento da atenção à saúde no SUS (BATISTA; GONÇALVES, 2011).

A necessidade de mudança do perfil profissional também é impulsionada pela transição da situação de saúde que acontece no Brasil. A situação epidemiológica brasileira distancia-se da transição epidemiológica clássica, observada nos países desenvolvidos, e tem sido definida, recentemente, como tripla carga de doenças porque envolve, ao mesmo tempo, uma agenda não concluída de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; o desafio das doenças crônicas não-transmissíveis e de seus fatores de risco, como o tabagismo, o sobrepeso, a obesidade, a inatividade física, o estresse e a alimentação inadequada; e o forte crescimento das causas externas (MENDES, 2010). Logo, a situação de saúde de forte predomínio relativo das condições crônicas não pode ser respondida, com eficiência, efetividade e qualidade, por sistemas de saúde voltados, prioritariamente, para as condições agudas e para as agudizações de condições crônicas, e organizados de forma fragmentada.

Romper com os paradigmas da atenção à saúde demanda profissionais de saúde éticos, críticos, reflexivos, com perfil voltado para a promoção da saúde e prevenção de riscos, agravos e doenças, além do comprometimento social com os princípios e diretrizes do sistema público de saúde. Nesta perspectiva, tem-se discutido a necessidade de se repensar a formação em saúde, seja no nível da graduação, seja na pós-graduação. Para que o modelo de atenção à saúde integral, equânime e universal seja operacionalizado na prática, faz-se necessário que os profissionais de saúde saiam do paradigma biomédico e hospitalocêntrico e evoluam para a perspectiva da promoção da saúde e da qualidade de vida, na qual o usuário deve ser o foco da atenção, com valorização da atenção básica.

Assim, revela-se necessário e urgente um movimento social por uma Reforma da Educação, que expresse o atendimento dos interesses públicos no cumprimento das responsabilidades de formação acadêmico-científica, ética e humanística para o desempenho tecnoprofissional. Deve expressar ainda a produção de conhecimento e promoção de avanços nos campos científico, tecnológico e cultural e prestação de

serviços, principalmente de cooperação e assessoramento técnicos, de retaguarda e avaliação tecnológica e de documentação e disseminação dos saberes produzidos nos serviços, nos movimentos sociais e nas práticas populares (VENDRUSCOLO; PRADO; KLEBA, 2016).

É recorrente a dificuldade de materializar currículos capazes de promover a formação de enfermagem voltada para a concreta articulação entre teoria e prática, bem como, profissionais voltados a uma prática social que responda às necessidades de saúde da população. Da mesma forma, é um desafio capacitar profissionais para atender as demandas assistenciais do Sistema Único de Saúde (FROTA *et al.,* 2020). Logo mudanças importantes devem ser implementadas para a formação de enfermagem, tais como a integralização em cinco anos e um currículo que oportunize ao estudante vivenciar mais conteúdos teóricos, estágios, atividades complementares e atividades de extensão, proporcionando um melhor preparo dos formandos para o mercado de trabalho em saúde (XIMENES NETO, 2019).

Nos últimos anos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as portarias promulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) e da Saúde (MS) apontam para a necessidade de acelerar as mudanças curriculares dos cursos de graduação na área da saúde, o que foi potencializado a partir de 2004, com a criação do Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde (FNEPAS), um importante ator social nas discussões de formação em saúde.

Especificamente, em relação à Enfermagem, as DCN apontam a necessidade de direcionar a formação do enfermeiro com o objetivo de desenvolver no aluno habilidades e competências, criando oportunidades de ensino-aprendizagem que vão além do cognitivo. É importante destacar que este documento foi elaborado a partir de indicações contidas nas DCN atualizadas para cursos de bacharelado em Enfermagem, publicadas em 2018 (BRASIL, 2018).

A graduação em enfermagem deve buscar a formação de um profissional de saúde com autonomia para garantir a integralidade do cuidado, capaz de articular diversos conhecimentos na solução de problemas frequentes numa unidade de saúde; contudo para que isso aconteça, faz-se necessário que todos os envolvidos nesse processo sejam responsáveis pela mudança.

Cabe ressaltar que um importante desafio no processo de transformação dos cursos da área da saúde refere-se à incorporação da concepção ampliada de saúde

com ênfase na integralidade e no cuidado no processo de formação profissional, bem como na aprendizagem para o trabalho em equipe interprofissional.

O trabalho interdisciplinar questiona a produção e socialização do conhecimento científico, uma vez que se interroga a respeito da (im)possibilidade de uma única perspectiva que é a de responder à tarefa de desvendamento, explicação e intervenção na realidade. O modelo de ciência que tem como referencial a compartimentalização do conhecimento em disciplinas, fragmentando o saber e estabelecendo dicotomias em torno das relações entre teoria/prática, razão/emoção, pensar/fazer, parece estar sendo abandonado por não atender mais às demandas sociais e das próprias comunidades científicas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015). Na área da saúde, essa compartimentalização do conhecimento mostra-se ainda mais ineficaz, uma vez que o sujeito do cuidado é um ser completo e complexo que vive inserido em uma família-comunidade-sociedade, e seu modo de ser saudável ou ser doente é indissociável às suas experiências de vida e cultura.

Neste contexto, discussões acerca da formação em saúde estão cada vez mais presentes nas instituições de ensino. O processo ensino-aprendizagem atualmente desenvolvido, em sua maioria, ligado ao método tradicional, de educação bancária, com a simples transmissão do conhecimento, vem sendo questionado quanto a sua eficácia para atender às novas demandas que se apresentam.

Alguns autores questionam por que tem se tornado imperioso rediscutir os processos de ensino-aprendizagem necessários à formação para o trabalho em saúde (VASCONCELOS; GOUVEIA, 2011). As profundas modificações que transparecem no mundo contemporâneo justificam tal preocupação, cabendo citar: a velocidade das transformações nas sociedades laicas e plurais contemporâneas, em um contexto em que a produção de conhecimento é extremamente veloz, tornando ainda mais provisórias as verdades construídas no saber-fazer científico; a perspectiva vigente, quase marca desse tempo, de colocar em xeque os valores até então considerados intocáveis, o que impõe uma profunda (e necessária) reflexão sobre a inserção do profissional de saúde nesse novo contexto; a inequívoca influência dos meios de comunicação na construção/formatação do homem/profissional nesses primórdios do século XXI, marcada por um genuíno bombardeio de imagens, as quais embasam as possibilidades de reflexão sobre a vida, a inserção no mundo e a própria práxis; a

configuração de uma nova modalidade de organização do espaço-tempo social, as sociedades de controle, o que torna imperiosa a adoção de uma postura crítica sobre a inscrição do sujeito no mundo — aqui incluído o trabalho — caracterizando um verdadeiro ato de resistência (COELHO *et al.,* 2020).

Assim, a mudança curricular se faz urgente e necessária para superar o pensamento fragmentado e possibilitar aos profissionais uma visão integrada, complexa e inovadora. O novo currículo pretende colocar o estudante no centro de sua formação, tornando-o motivado a buscar novos conhecimentos e a agir frente às mudanças sociossanitárias, avanços tecnológicos e adversidades políticas, econômicas e regionais (FROTA *et al.,* 2020). A mudança curricular influenciada pelas demandas e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) vai permitir o estudante vivenciar conteúdos e práticas baseados no perfil epidemiológico locorregional e nas políticas sanitárias, levando ao aprendizado significativo principalmente na atenção primária e na gestão sanitária (XIMENES NETO, 2019).

1.2 Contexto regional e local

1.2.1 Piauí: um estado em desenvolvimento

O Piauí possui uma área de 251.577,738 km², distribuídos em 224 municípios que, juntos, perfazem uma população estimada de 3.289.290 habitantes (IBGE, 2021). O estado está localizado no noroeste da região Nordeste e tem como limites o oceano Atlântico ao norte; Ceará e Pernambuco ao leste; Bahia ao sul e sudeste; Tocantins ao sudoeste; e Maranhão ao oeste e noroeste. Apresenta uma densidade populacional igual a 12,40 e uma população rural de cerca de 34,23%, com elevada concentração populacional na capital do Estado.

Atualmente, o Piauí possui 224 municípios, nos quais os mais populosos são: Teresina, a capital, com 30% da população do estado; Parnaíba; Picos; Piripiri e Floriano. Esses cinco municípios juntos respondem por 35,6% da população total do Piauí.

O estado apresenta coeficientes que o classificam como um dos mais pobres do país. O rendimento mensal domiciliar *per capita* é da ordem de R$ 837,00 (2021) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,646 (2010) (IBGE, 2021). A taxa de ocupação da população em idade ativa no Piauí (67%) é uma das mais elevadas

do país, contudo a remuneração é a mais baixa. A renda média em 2014 era de R$ 771, cerca da metade da renda nacional (R$ 1.595). A boa notícia é que a remuneração média tem crescido rápido, a uma taxa de 4,6% ao ano. Essa baixa retribuição decorre da baixa escolaridade da população adulta no estado (PIAUÍ, 2018).

Na estrutura setorial da economia do Piauí existe a predominância do setor de serviços, contudo, nos últimos anos observa-se uma mudança de participação em favor da agropecuária e da indústria, devido principalmente ao aumento da produção e rendimento médio da soja e, também, em favor da indústria, graças ao crescimento no segmento de geração e distribuição de energia elétrica (CEPRO, 2020).

Quanto aos níveis de longevidade atual, o Piauí enfrenta causas de mortalidade relacionadas com cada etapa do ciclo de vida. Na mortalidade infantil, destaca-se os fatores de fecundidade precoce no período de 22 ou mais semanas de gestação, e o efeito da falta do pré-natal sobre as mortes no primeiro mês após o nascimento. No período da infância e adolescência, considera-se as questões de saneamento relacionadas à extrema pobreza. Entre os jovens de 15 a 29 anos, destaca-se as causas externas, como a violência e os acidentes de trânsito. Por fim, nas etapas adulta e idosa, têm-se as causas externas e as doenças crônicas (PIAUÍ, 2018).

Apesar da queda na última década, a mortalidade infantil (até 1 ano) é uma das mais altas do país. No Piauí, a proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal é de 60%, mesma média do Nordeste e abaixo da média brasileira de 68%. O estado possui a maior taxa de mortalidade na infância (crianças com até 5 anos) da região Nordeste e apresentou uma alta neste índice de 15% entre 2015 e 2016 (PIAUÍ, 2020).

No Piauí, em 2016, dois terços dos óbitos de crianças com até 5 anos de idade foram por causas “evitáveis reduzíveis”, segundo classificação do SUS. Além disso, a taxa de mortalidade materna subiu na contramão da tendência brasileira e regional. O índice do estado registrou duas altas seguidas, em 2015 e 2016, e é a segunda maior taxa entre os estados do Nordeste, inferior apenas a do Maranhão (122,2). A maior parte (87%) dos óbitos maternos registrados foram por causas diretas, aquelas que ocorrem por complicações obstétricas durante a gravidez, parto ou puerpério; além disso, um quinto dos nascidos vivos são filhos de mães com idade entre 10 e 19 anos (SESAPI, 2020).

Os óbitos por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na população entre 30 e 69 anos, no Piauí, teve crescimento de 32% entre 2006 e 2016. As DCNT são responsáveis por 56% do total de mortes registradas na população dessa faixa etária, proporção superior à média do Nordeste (52,4%). No estado, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório é superior à média do Nordeste e do Brasil. Em 2016, 43,3% dos óbitos ocorridos na população com mais de 70 anos foram decorrentes desses agravos. No Piauí, entre 2006 e 2016, os casos de neoplasias e diabetes foram os que mais cresceram, 64% e 61% (SESAPI, 2020).

O modelo de saúde proposto no estado, incorpora 11 regiões de saúde. Os municípios que conformam cada uma dessas 11 regiões oferecem serviços e ações de média complexidade ambulatorial e hospitalar, além de atuarem, à luz da nova proposta de agregação regional do PDR/2015, como municípios de referência nas MACRORREGIÕES DE SAÚDE. São considerados, além de Teresina, como municípios de referência macrorregional para a média complexidade ambulatorial e hospitalar, Parnaíba, Picos e Floriano (SESAPI, 2020).

Contudo, apesar dos avanços observados na organização do SUS em âmbito nacional, estadual, regional e local, o SUS Piauí ainda registra limitações de natureza financeira, logística e de recursos humanos. No que concerne à oferta de ações e serviços de saúde, o estado apresenta, na Atenção Primária, ampla cobertura da Estratégia de Saúde da Família (99,36%,). E, dispõe de uma rede assistencial e de atenção composta de 2.650 unidades/estabelecimentos/núcleos/equipes de saúde, dos quais 60,83% são públicos, aí incluídos 106 hospitais gerais, 22 hospitais especializados, 17 maternidades, além de leitos obstétricos, localizados em 49 hospitais gerais (SESAPI, 2020).

A fragilidade das estruturas públicas locais e regionais de saúde existentes no Estado em termos de capacidade tecnológica e humana, acaba por determinar que a cidade de Teresina seja referência para toda população do Estado em ações de alta complexidade, o que sobrecarrega o sistema e produz um desequilíbrio na oferta. Tais situações produzem descontinuidade e falta de seguimento nas ações assistenciais e apontam para a necessidade de reestruturação da assistência hospitalar no Estado, com vistas a integrá-lo, efetivamente, a Rede de Atenção à Saúde (RAS) em franco processo de implantação no Estado (SESAPI, 2020).

1.2.2 Picos-PI: a capital do mel no semiárido piauiense

O município de Picos fica localizado na região centro-sul do Piauí, há 307 km de sua capital - Teresina, e é conhecido como a capital do mel. Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010), sua população residente era de 73.414 habitantes, mas a estimativa populacional, em 2021, foi de 78.607 habitantes, sendo sua área territorial equivalente a 534,175 Km² e a densidade demográfica de 137,30 (hab/km²).

Quanto ao IDH municipal, para a educação, foi de 0,621, em uma escala de 0 a 1 e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 98,3% (IBGE, 2010). Este índice teve uma grande ascendência entre os anos de 1991 e 2010, o que caracteriza uma maior escolaridade da população do município, com mais crianças e jovens nas escolas ou completando ciclos, no Brasil ensino fundamental e médio (ATLAS BRASIL, 2013).

A expectativa de anos de estudo na população do município passou de 6,74 anos em 1991 para 9,48 anos em 2010, o que indica que a população em idade escolar passa um maior número de anos estudando, e a taxa de analfabetismo no município diminuiu entre todas as faixas etárias, porém a população com 25 anos carrega uma grande inércia, em virtude de gerações mais antigas com menor escolaridade (ATLAS BRASIL, 2013).

Sobre o enfoque do setor saúde, Picos representa uma sede de macrorregião (Macro do Semiárido – 70 municípios), pois interliga-se a 42 outros municípios, congregados no Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Guaribas. Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em 2019, o município possuía 69 estabelecimentos de saúde distribuídos nas esferas estadual e/ou municipal (administração pública).

Considerado como referência macrorregional para a Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Picos passou a acrescer ao elenco de responsabilidade, em vista a oferta recente de Serviços e Ações de Alta Complexidade Hospitalar, com a ampliação da Unidade de Terapia Intensiva e a implantação do serviço de Neurologia/Neurocirurgia e do Centro de Parto de Normal, entre outros.

A cidade conta com quatro hospitais: 1 público - Hospital Regional Justino Luz (HRJL) e 4 privados: Casa de Saúde Nossa Senhora dos Remédios, Hospital Memorial do Carmo, Clínica de Urgência de Picos e Clínica Materno Infantil Anisinha

Luz, além de vários serviços de atendimento especializado, Centro de Hemoterapia do Piauí (HEMOPI), Centro de Testagem e Aconselhamento (IST/AIDS-CTA), dentre outros.

No âmbito da atenção básica, o município conta, atualmente, com 33 (trinta e três) Unidades Básicas de Saúde (UBS), distribuídas nas zonas urbana (22) e rural (11), desenvolvendo programas e ações pactuadas na Política Nacional de Atenção Básica, orientada pela Estratégia de Saúde da Família.

Acrescenta-se a oferta dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) no modelo básico e avançado, 2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e AD) com serviços de saúde especializados, de caráter aberto e comunitário, realizando, prioritariamente, atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, bem como necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial.

Destaca-se também serviços ambulatoriais especializados como o Centro de Especialidades Médicas de Picos (CEMPI), o Posto de Assistência Médica de Picos (PAM) e a Policlínica de Picos (estadual), com atendimentos especializados para população de Picos e região.

Nessa perspectiva, salienta-se que no segmento da saúde, o município de Picos, ao longo das últimas décadas, tem alcançado avanços significativos, com notória visibilidade sobre a saúde e qualidade de vida de sua população.

Quanto ao setor educação, no ano de 2010, em Picos, o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, foi de 0,621, em uma escala de 0 a 1; e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é 98,3%. Ademais, a expectativa de anos de estudo na população passou de 7,78 anos em 2000 para 9,48 anos em 2010; e a taxa de analfabetismo diminuiu entre todas as faixas etárias (IBGE, 2022).

O município de Picos é constituído de uma rede de ensino nas redes pública e privada desde o maternal até o superior. Em 2021, havia 74 estabelecimentos de ensino fundamental e 20 de ensino médio (IBGE, 2022). Quanto às de ensino superior, destacam-se: a Universidade Estadual do Piauí; a Universidade Aberta do Brasil, (antiga UESPI); a Universidade Federal do Piauí; o Instituto de Ensino Superior R. Sá (faculdade privada) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEFET); além de diversos estabelecimentos privados.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI). Com sede e foro na cidade de Teresina, possui outros três campi sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Profª. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Almícar Ferreira Sobral). Em 2018, um dos seus campi (Campus Ministro Reis Velloso), no município de Parnaíba, foi desmembrado através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) (UFPI, 2020).

Por meio do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945, houve o credenciamento das Faculdades isoladas já existentes no Piauí (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba). Após essa fusão, em 1968 a UFPI foi credenciada como Universidade através da Lei n° 5528, de 12 de novembro de 1968, resultado de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade que acalentaram um sonho por décadas de se instalar no Piauí uma Universidade. Em 2012, foi credenciada por meio da Portaria MEC n° 645 de 18 de maio de 2012, pelo prazo de 10 (dez) anos (UFPI, 2020).

De 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, e a partir de 2006, conforme previa o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e posterior ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD.

Em 2010, a UFPI foi credenciada para a oferta de curso na modalidade a distância e, em 2013, o MEC reconheceu o CEAD, por meio do qual ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) nos mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial, objetivando atingir público que não tem oportunidade de participar ativamente do cotidiano institucional, em caráter presencial.

Ainda em 2006, a UFPI aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetivando favorecer o acesso e permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Isso possibilitou a expansão da oferta com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantando dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distando 234 km da capital. O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e o de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009.

Atualmente a UFPI oferta cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura. São ofertados 71 cursos de graduação presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Em 2019 houve 5.556 alunos ingressantes, 24.171 matriculados e 2.799 egressos na modalidade presencial. E 9.284, em 2017, na modalidade de educação a distância (UFPI, 2020), consolidando-se como maior instituição de ensino superior do estado do Piauí.

Nesse contexto, a presença de uma universidade pública e gratuita de qualidade, em conjunto com o investimento sistemático em pesquisa e extensão, proporciona contribuições significativas para o desenvolvimento regional. A instalação dos novos campi, promovendo a interiorização do ensino superior, representa uma estratégia para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população, vindo, assim, ao encontro dessa realidade carente de oportunidades (UFPI, 2020).

Entre esses campi, o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), sediado em Picos (PI), foi criado no ano de 1982 com 5 cursos de Licenciatura Curta (duração de dois anos), a saber: Ciências de 1º grau, Estudos Sociais de 1º grau, Letras de 1º grau, Pedagogia com habilitação em Supervisão e Pedagogia com habilitação em Administração. Em 1984, foi autorizada a plenificação (duração de quatro anos) dos cursos de Pedagogia/Supervisão e Pedagogia/Administração, bem como a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Magistério (UFPI, 2020).

Todavia, a inexistência de documentação que comprovasse juridicamente a criação do *Campus*, a falta de espaço apropriado para as atividades acadêmicas, além do baixo índice de aprovação nos vestibulares fizeram com o mesmo fosse fechado, por unanimidade de votos no Conselho Universitário da UFPI, em 25 de junho de 1987 (UFPI, 2020). Quatro anos depois, em 10 de junho de 1991, foi autorizada a reabertura do *Campus* com apenas 2 cursos de Licenciatura Plena: Letras e Pedagogia com habilitação em Magistério. Em 2006, após a adesão da UFPI ao Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram implantados mais 7 novos cursos (Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem, História, Matemática, Nutrição, Sistemas de Informação). Já em 2013, foi instituído o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e em 2016 o curso de Medicina, totalizando em 11 (onze) modalidades de graduação. Convém lembrar que data de 2006 a criação oficial do *Campus*, antes denominado *Campus* do Junco, que doravante passou a ser chamado de CSHNB (UFPI, 2020).

Atualmente, no CSHNB são desenvolvidas atividades educativas e educacionais, envolvendo áreas do conhecimento acadêmico especialmente relacionadas à formação de professores (educação), de profissionais de saúde e da tecnologia. Para tanto, conta com uma estrutura física que contempla instalações administrativas (direção, secretaria da direção, coordenação administrativa e financeira, protocolo, recursos humanos, núcleo de atendimento estudantil, divisão de assuntos educacionais, divisão de transporte e almoxarifado, divisão de limpeza, conservação e vigilância, divisão de patrimônio e espaço físico, 11 coordenações dos cursos), 28 salas de professores, 01 restaurante universitário, 02 consultórios odontológicos, 45 (quarenta e cinco) salas de aula, 02 (dois) auditórios (com capacidade para 120 e 300 pessoas, respectivamente), 01 (uma) residência universitária com capacidade para alojar 96 (noventa e seis) discentes, 39 (trinta e nove) laboratórios; 01(uma) biblioteca acadêmica de 820 metros quadrados; 01 (sala) multiuso de reunião e vídeo conferências, 01 (uma) reprografia; 01 (uma) cantina; 01 (um) pátio-área de convivência, 01 (um) Centro de Tecnologia da Informação, 32 (trinta e dois) banheiros, 01 (um) alojamento para motoristas, entre outros (UFPI, 2020).

O CSHNB funciona com um quadro de servidores composto por (novembro/2022):

a) 160 (cento e sessenta) professores efetivos, sendo 16 (dezesseis) especialistas, 39 (trinta e nove) mestres e 105 (cento e cinco) doutores;

b) 27 (vinte e sete) professores substitutos;

c) 59 (cinquenta e nove) técnicos administrativos.

O CSHNB/UFPI assume no atual cenário educacional, que também é político e administrativo, o explícito compromisso de propiciar aos atores sociais envolvidos, direta e indiretamente com a academia, o desenvolvimento de uma formação cidadã; a produção e disseminação de conhecimentos nas diversas áreas das ciências, das culturas e das tecnologias, além da promoção de uma modalidade de extensão assente na participação coletiva, objetivando um intercâmbio sócio político, econômico e cultural às organizações sociais e aos movimentos populares, mas também com o mundo do trabalho. Afinal, sendo o CSHNB patrimônio público da comunidade piauiense, não poderá, nunca, se esquivar da responsabilidade social de oferecer respostas concretas a sociedade que a rodeia, estimulando o desenvolvimento regional e a descentralização da produção do conhecimento e do saber, principalmente (UFPI, 2020).

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB/UFPI, sediado em Picos – PI, foi criado no ano de 2006, após a adesão da UFPI ao Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Ministério de Educação, por meio do qual foram implantados mais 7(sete) novos cursos de graduação: Administração; Enfermagem; Nutrição; Sistemas de Informação; Ciências Biológicas; História e Matemática, adicionalmente a reestruturação dos cursos já existentes de Licenciatura em Letras e Pedagogia, perfazendo um total de 9 (nove) cursos àquele momento.

A primeira turma do Curso de Enfermagem ingressou por meio do Programa Seletivo Especial (PSE/UFPI), em 2006.2, sendo ofertadas 50 vagas. A partir do ano de 2007, foram ofertadas, anualmente, 100 vagas para o curso, sendo 50 vagas por semestre letivo, com ingresso através do Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU/UFPI) e posteriormente através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) via Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC).

Após a adesão da UFPI ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) do MEC, e com a aprovação da Resolução CEPEX N°. 159/16, a partir de 2017, houve redução da oferta de 100 para 60 vagas anuais, sendo 30 vagas por semestre letivo.

A participação de estudantes do curso no primeiro Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) ocorreu em 2010, alcançando nota 5 – conceito máximo. Em abril de 2011, o curso passou pelo processo de reconhecimento do MEC, recebendo nota 4 (Conceito Preliminar de Curso - CPC) pelo processo de avaliação. Atualmente, o curso apresenta os seguintes indicadores: Conceito Enade 4 (2019), Conceito Preliminar de Curso 4 (2019), Conceito de Curso 3 (2011) e Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado 3 (2019), com perspectivas de melhorias nos resultados das avaliações previstas para os próximos anos.

O quadro docente efetivo é composto por enfermeiros e outros profissionais da área da saúde com titulação de Mestre e Doutor, ministrando disciplinas no ciclo básico, como as específicas, desenvolvendo pesquisas científicas e projetos de extensão na cidade de Picos e macrorregião, envolvendo discentes e profissionais lotados nas áreas de atenção básica à saúde e assistência hospitalar, para possibilitar a associação entre a teoria e a prática, além de estimular mudanças nos indicadores de saúde.

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB já graduou mais de 700 enfermeiros, alcançando, em 2019, uma taxa de sucesso de 92,1%. Além disso, muitos egressos são constantemente aprovados em diversos concursos, programas de Mestrados e Doutorados, processos seletivos para docência e assistência, além de ocupar cargos técnicos no Ministério da Saúde, de docência em Instituições de Ensino Superior Pública e Privada, e retornando ao CSHNB como docentes efetivos, substitutos ou técnicos administrativos.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades

Os princípios curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem/CSHNB emergem da concepção filosófica da Universidade Federal do Piauí e dos valores nela contidos, com objetivo fundamental de desenvolver a potencialidade intelectual dos

alunos e a formação profissional através de práticas pedagógicas inovadoras, integradas e contextualizadas, orientadas pelos Planos de Ensino e nas Diretrizes Regimentais.

Destaque-se a existência de intensa discussão envolvendo Entidades de Classe (COFEN, ABEn), instituições de ensino, Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Conselho Nacional de Educação (CNE) no entorno da reconstrução das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem, que tem sido acompanhada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Enfermagem/CSHNB. Todavia, na urgência para a realização de aprimoramentos no Projeto Pedagógico do Curso, adotam-se para tal os pressupostos e concepções apresentadas nos regramentos, diretrizes e normativas vigentes abaixo relacionadas:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);
- Parecer CNE/CES 1.133/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição;
- Resolução CNE n. 4/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em saúde na modalidade presencial;
- Parecer CNE/CES n. 441/2020, que trata das cargas horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação;
- Resolução CNS n. 569/2017, que apresenta Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde;
- Resolução CNS n. 573/2018, que apresenta recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de graduação Bacharelado em Enfermagem;
- Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Enfermagem.

Nesta perspectiva, adota-se como princípios gerais do Curso de Graduação em Enfermagem/CSHNB:

I- A saúde como direito social do cidadão;

II- A integralidade da pessoa nas dimensões biológica, psicológica, social e espiritual;

III- O Sistema Único de Saúde (SUS) como ordenador da formação em saúde;

IV- As políticas públicas no contexto social e sanitário do país;

V- O respeito à diversidade e a valorização da pluralidade de culturas, grupos sociais e indivíduos;

VI- A atenção integral à saúde do ser humano, considerando as condições ambientais, econômicas, políticas e culturais, individuais e coletivas;

VII- A promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar por meio da atenção e cuidado em enfermagem;

VIII- O cuidado profissional como finalidade do processo de trabalho da/o enfermeira/o no contexto da multi e interprofissionalidade;

IX- O agir ético, o rigor técnico-científico e o avanço dos conhecimentos e das práticas em enfermagem;

X- Compromisso com a formação dos trabalhadores em enfermagem.

Alcançar os objetivos formativos e o adequado perfil de egresso requer observância e comprometimento institucional com os princípios explicitados e comportamento proativo, ético e interativo de discentes, docentes, dirigentes, da comunidade e também do mercado de trabalho.

Para tanto, no intuito de consolidar uma proposta pedagógica que contemple a formação integral do futuro egresso do curso de Enfermagem do CSHNB/UFPI, devem também ser consideradas as seguintes diretrizes formativas:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: pressupõe ações acadêmicas sistêmicas, com interfaces nas três áreas, que favoreçam a aproximação entre universidade e sociedade, proporcionando emancipação teórica e prática dos estudantes;

- Formação para cidadania: compromisso institucional de desenvolver o espírito crítico-reflexivo e a autonomia intelectual através de atividades acadêmicas que proporcionem informações e promovam diálogos sobre as relações humanas, estruturas e formas de organização social, suas transformações, suas expressões e seu impacto na qualidade de vida das pessoas, famílias, grupos e comunidades.

- Interdisciplinaridade e multirreferencialidade: perspectivas de promoção da integração curricular e compartilhamento de saberes nas atividades teóricas e práticas do curso de graduação, no intuito de contribuir para a formação de profissionais dotados de postura crítica e dialógica que atuarão nos diversos cenários e dimensões biológicas, psicológicas, e sócio-política-cultural. A multirreferencialidade

analisa a integração dos saberes em saúde por meio dos fatos, práticas e situações educacionais, quebrando fronteiras disciplinares, através da explicação, compreensão dos objetos e linguagens, e da (re)criação do conhecimento, ao mesmo tempo, permite rupturas paradigmáticas tanto na formação, quanto no cotidiano dos profissionais (BAGNATO; RENOVATO e BASSINELLO, 2007).

- Articulação entre teoria e prática: essencial no processo ensino-aprendizagem dos componentes curriculares do curso, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades a partir do estudo teórico integrado, produzindo aprendizagem crítica, criativa e significativa.

- Integração ensino-serviço-comunidade: fundamentação do processo de ensino aprendizado crítico, criativo e reflexivo, que permite a integração e aproximação do ensino com a realidade da comunidade em todos os âmbitos envolvidos, ensino, estudantes, docentes, serviços de saúde, profissionais do serviço e comunidade (BUENO et al., 2021).

- Uso de tecnologias de informação e comunicação: utilização de ferramentas auxiliares à prática pedagógica, que promove participação ativa do educando no processo de ensino-aprendizagem, que contribuem para o desenvolvimento do ensino pautado na autonomia, na construção, desenvolvimento e compartilhamento de habilidades teórico-prático através de cenários interativos em suas diferentes perspectivas (ALVES et al., 2020).

- Flexibilização curricular: estratégia pautada na produção e exercício da autonomia e liberdade dos discentes frente aos componentes curriculares ofertados, respeitando o sequenciamento adequado, pré-requisitos e equivalências dos componentes curriculares. Fundamenta-se no caráter articulado do conhecimento, sem negar-lhe as especificidades ou atribuir generalizações ou reducionismos tecnicistas e/ou instrumentais.

- Intersetorialidade e interprofissionalidade: A Intersetorialidade é uma estratégia articulada entre os diferentes setores de uma gestão, que favorece o fortalecimento da rede de atenção à saúde, por meio dos diálogos partilhados entre instituições, governo e pessoas, a fim de garantir o direito à saúde e cuidados, resolver os problemas cotidianos e superar a fragmentação da execução das políticas públicas. A Interprofissionalidade proporciona ações em saúde de forma articulada e integrada do trabalho em equipe, através de uma rede de cuidados entre os diferentes níveis de

atenção à saúde de forma holística, otimizando as práticas de enfermagem (REUTER; SANTOS; RAMOS, 2018).

- Aprendizagem significativa: estratégia educacional que destaca as repercussões das experiências educativas prévias sobre a assimilação do novo conhecimento proporcionado, fomentando a utilização de conteúdos potencialmente significativos e de uma atitude favorável para aprender significativamente. Logo, requer do proatividade do aprendiz para o estabelecimento de relações entre o novo e os elementos já presentes na sua estrutura cognoscitiva.

2.1.1 Marco teórico-conceitual

Nova formação em saúde

Os mundos do trabalho, da educação e da saúde se interpenetram no campo da formação profissional, com diferentes regulações, regulamentações, interesses e práticas e, sobremodo, com suas subjacentes concepções e referenciais teóricos.

Frente a complexidade do campo profissional de trabalho da saúde, anseia-se por profissionais com competências e habilidades para além das técnicas, indispensável ao exercício profissional em saúde, todavia insuficientes para enfrentar os desafios do cotidiano do trabalho na saúde, sobretudo relacionados às mudanças consistentes nos fatores condicionantes e determinantes da saúde e a garantia da integralidade da assistência e promoção da saúde de indivíduos e comunidades, sob as perspectivas preceituais do Sistema Único de Saúde (SUS) (BISCARDE; SANTOS; SILVA, 2014).

O perfil profissional almejado incita uma nova perspectiva a ser incorporada na formação em saúde, conectada com o compreensão ampliada da saúde, comprometida com a realidade dos serviços, com as necessidades da comunidade e com os desafios do Sistema único de Saúde frente a multiplicidade e complexidade dos fenômenos emergentes.

Neste liame, faz-se necessário vislumbrar novos projetos formativos, ancorados em referenciais crítico-reflexivos, que valorizem a interdisciplinaridade, os aspectos humanísticos e a experimentação nos cenários reais de formação profissional, capazes de articular instituições de ensino, a gestão do SUS, os serviços de saúde e a comunidade em torno de um projeto comum de ensino integrado aos

serviços e à comunidade, com a educação voltada não apenas para a transmissão de conhecimento, mas para as relações sociais, para a problematização e transformação da realidade no cotidiano dos serviços e da realidade sanitária das comunidades (BISCARDE; SANTOS; SILVA, 2014).

Os profissionais devem compreender o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, garantindo a integralidade da atenção à saúde com qualidade, eficiência e resolutividade.

Portanto, as abordagens pedagógicas progressivas de ensino-aprendizagem vêm sendo incorporadas pelas instituições formadoras, sobretudo frente a agenda do SUS e as novas diretrizes curriculares nacionais que orientam a busca do desenvolvimento de competências éticas, políticas e técnicas na formação em saúde, aliando conhecimento, raciocínio, crítica, responsabilidade e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade, capacitando-os para intervirem em contextos de incertezas e complexidades.

Aprendizagem significativa

Definida como processo de ensino-aprendizagem em que as novas informações se conectam a um conhecimento preexistente (subsunçor) de maneira sustentável, sem arbitrariedade. Assim, uma nova informação adquire significado para o aprendiz através da ancoragem desta em aspectos relevantes de sua estrutura cognitiva prévia, pela interação entre o novo conhecimento e o subunçor.

Ancorada nas pesquisas do psicólogo David Ausubel, a abordagem significativa tem sido estratégia de ensino-aprendizagem amplamente utilizada no ensino superior. O termo “significativo” é utilizado para destacar o processo fenomenológico de aprendizagem que ocorre quando o aprendiz incorpora o conteúdo a um símbolo potencialmente representativo na sua estrutura cognitiva, convertendo-se em um conteúdo que faz sentido (MOREIRA, 2011). Assim, aprender significativamente implica atribuir significados ao novo conhecimento, com componentes pessoais presentes no sistema cognitivo de cada sujeito em aprendizagem.

No âmbito da Enfermagem, a aprendizagem significativa pode ser empregada para a educação dos profissionais da área, com ênfase na apresentação do novo, do atual, do diferente, para a reelaboração de conceitos, a partir do conhecimento prévio e da retenção do que faz sentido e é significativo para a transformação da prática

profissional. Neste liame, Dantas (2018) apresenta cinco diretrizes para a aprendizagem significativa no ensino da enfermagem, relacionadas ao: docente, estilo de ensino, material, ambiente e à avaliação, que apenas quando atuando em um fluxo multidimensional serão capazes de fomentar a aprendizagem significativa (figura 1).

Figura 1: Fluxo esquemático multidirecional para aprendizagem significativa. (Adaptado de Dantas, 2018).

Saúde

Discutir saúde na contemporaneidade, talvez mais que em qualquer outra época, constitui uma tarefa desafiadora. Pois, se faz necessário um enfoque mais amplo e social que leve em consideração a questão do modo de vida, dos acontecimentos culturais historicamente construídos de diversas formas em diferentes sociedades. Por esse ângulo, concebe-se a poluição atmosférica, as condições climáticas, a violência, o estresse, o ritmo de trabalho e o ambiente familiar como elementos essenciais na discussão do conceito saúde (MINAYO, 1997).

Nesse sentido, o conceito ampliado de saúde formulado em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, é fruto desse constante esforço de buscar compreender a saúde como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar

grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (Anais da 8a CNS, 1986).

À luz de aspectos sócio-históricos, de maneira densa, Almeida Filho (2018) pondera que não podemos tratar a saúde com casos isolados, mas sim como um todo, na pluralidade de vida e na riqueza de perspectivas conceituais e metodológicas, a depender dos níveis de complexidade e dos planos de emergência considerados. E argumenta que o conceito de saúde deve ser entendido como um problema filosófico e científico. Tendo em vista os grandes autores de distintas escolas de pensamento, pode-se registrar que a saúde, pelo seu caráter multidimensional, relacional e holístico, conceitualmente, por vezes, é reconhecida como um fenômeno, uma metáfora, uma medida, um valor ou uma práxis.

Promoção da Saúde

As perspectivas histórico-conceituais da promoção da saúde advém de movimento ocorrido na década 70, com uma série de iniciativas que se configuraram em conferências internacionais que resultaram em significativos produtos definidores e orientadores da promoção da saúde (DIAS *et al.,* 2018). Dentre eles, a Carta de Ottawa representa o documento oriundo da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em novembro de 1986, como resposta a um movimento mundial, considerando as crescentes expectativas por uma nova saúde pública (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Definida como conjunto de estratégias e formas de produzir saúde no âmbito individual e coletivo, a promoção da saúde caracteriza-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, a fim de modificar os determinantes da saúde em benefício da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades (BRASIL, 2014).

No Brasil, a promoção da saúde incorpora-se como uma nova filosofia na prática inerente às políticas de saúde, em convergência com as perspectivas apontadas pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que culminou na criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, tornou-se uma política nacional, ratificando o compromisso governamental na ampliação e

qualificação das ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Política Nacional de Promoção da Saúde tem por objetivo promover a equidade e a melhoria das condições de vida e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde, decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (BRASIL, 2014).

Em sua perspectiva atual, a promoção da saúde apresenta-se como paradigma a ser implementado pelos sistemas de saúde em resposta ao perfil demográfico, epidemiológico e ambiental das populações, considerando a observância dos determinantes gerais sobre as condições de saúde. Logo, suas atividades voltam-se, especialmente, à coletividade e ao ambiente, por meio de políticas públicas e de ambientes favoráveis ao desenvolvimento da saúde, além do empoderamento (empowerment) dos indivíduos e das comunidades, missão fundamental exercida pelos profissionais de saúde.

Enfermagem

É uma profissão da área da saúde que congrega ciência, arte e tecnologia na produção de conhecimentos necessários ao cuidado do indivíduo, família, grupos e comunidade, cuja práxis se sustenta em bases específicas e interdisciplinares para um cuidar holístico comprometido com as transformações sociais em nível individual e coletivo, desenvolvendo os processos de trabalho para assistir, administrar, ensinar, pesquisar e participar politicamente, nos níveis primário, secundário e terciário. Para tanto busca-se o ensino do autocuidado, com a recuperação, manutenção e promoção da saúde de forma interdisciplinar e multiprofissional.

Meleis (2012) afirma que a “enfermagem é uma ciência humana, com uma orientação prática, uma tradição de cuidar e uma orientação para as questões de saúde”. Vale ressaltar que a enfermagem não pode ser considerada tão somente arte, mas como ciência e profissão.

Como ciência e arte, produz conhecimentos que atribuem significado aos elementos constitutivos do seu ser, saber e fazer, o que possibilita a compreensão acerca das representações do pensamento e do mundo, seja como veículo de

comunicação ou como instrumento de ação/interação.

Ainda nesse ínterim, é importante compreender a relação consolidada entre a teoria, a pesquisa e a prática clínica, pois a partir dessa integração a continuidade do desenvolvimento da enfermagem como profissão e como ciência se solidifica. A prática, evidentemente, deve ser baseada nas teorias que são validadas pela pesquisa. Dessa maneira, teoria, pesquisa e prática afetam-se de maneira recíproca e contínua (BOUSSO; POLES; CRUZ, 2014).

Portanto, o profissional de enfermagem deve conduzir sua prática assistencial considerando os pilares da promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais. Como integrante da equipe de saúde, tem o papel de desenvolver de forma conjunta ações que visem suprir e atender as necessidades de saúde da população, a fim de garantir, sobretudo, a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, longitudinalidade do cuidado, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

Cuidado

Cuidado significa desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. O mesmo implica num modo-de-ser o qual a pessoa passa a enxergar o outro para além de si. Essa atitude reflete, na maioria das vezes, em provocações, inquietações e o sentimento de responsabilidade pelo outro. Nesse sentido, a compreensão de cuidado é construída a partir do envolvimento de uma relação intersubjetiva no qual os profissionais de saúde são incentivados a fazer parceria com os pacientes para co-projetar e fornecer cuidados personalizados que forneçam às pessoas os cuidados de alta qualidade de que precisam e melhorem a eficiência e a eficácia do sistema de saúde (BOFF, 2005; SANTANA *et al.,* 2018).

Nesse escopo, como um pilar fundamental do cuidado no sentido amplo, o cuidado em saúde refere-se ao tratar, escutar, respeitar, acolher, compreender e assistir o ser humano em seu sofrimento ou até menos na ausência dele, como forma de prevenção; devendo este ser prestado com qualidade e resolutividade. Assim, o cuidado em saúde diz respeito ao que fora supracitado: a relação de si com o outro. A interação entre profissional e paciente reflete em repercussões e atitudes como o

tratamento digno e respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo.

Para além disso, o cuidado deve ser pensado também como um trabalho interdisciplinar, fortalecendo a articulação entre profissionais, gestores dos serviços de saúde e usuários. Com isso, a noção de cuidado integral permite inserir, no âmbito da saúde, as preocupações pelo bem estar dos indivíduos e devolver a estes o poder de julgar quais são suas necessidades de saúde, situando-os assim como outros sujeitos e não como outros-objetos (PINHEIRO; MATOS, 2005). Essa condição reforça, também, a corresponsabilização do cuidado, pois ao passo em que o cuidado é prestado, aquele que recebe o cuidado tem papel fundamental no processo de manutenção da sua própria saúde, não se restringindo apenas à atuação profissional. Assim, o indivíduo deve se corresponsabilizar pelo cuidado de si nos tratamentos, assumindo posição protagonista com relação a sua saúde (BRASIL, 2013).

Por fim, o cuidado sob a ótica da enfermagem enquanto disciplina compreende uma das dimensões do cuidado humano, que se realiza em ato no processo de trabalho em enfermagem, no qual os trabalhadores operam saberes e múltiplos instrumentos com a finalidade de promover a saúde, prevenir e diagnosticar doenças, promover saúde, reabilitar, reduzir agravos, recuperar e/ou manter a saúde de pessoas, grupos sociais (famílias, outros) ou coletividades.

Processo de cuidar

O entendimento sobre o processo de cuidar em saúde baseia-se na perspectiva da integração teoria-prática, a fim de garantir que o mesmo seja executado baseado em evidências, de maneira efetiva, resolutiva e integral. Compreende o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades para que esse processo seja implementado, sobretudo, ao indivíduo no seu ciclo vital.

O processo do cuidar em enfermagem está ancorado nas grandes teorias que norteiam a prática do cuidado, considerando o metaparadigma: pessoa, ambiente, saúde e enfermagem. Além disso, é apoiado por meio de seus aspectos técnico-científicos, no raciocínio clínico, na ética profissional e na sistematização da assistência, em situações que requerem ações e intervenções de enfermagem de menor ou maior grau de complexidade nas diversas especialidades.

De acordo com Waldow (2006), o processo de cuidar é a forma como se realiza o cuidado, em uma ação que envolve a interação entre o enfermeiro e o

paciente. Com base nisso, as atividades do profissional são desenvolvidas “para” e “com” o paciente, norteadas pelo conhecimento científico, habilidades, intuição, pensamento crítico e criatividade, sendo acompanhadas de comportamentos e atitudes de cuidar/cuidado no sentido de promover, manter e/ou recuperar a totalidade e a dignidade humana.

Como forma de instrumentalizar o processo de cuidar, bases legais específicas ratificam e garantem sua implementação, como a Lei do Exercício Profissional nº 7948/1986, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem Resolução nº 564/2017 e pela Resolução 358/2009 que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a implementação do Processo de Enfermagem (PE) em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem.

Para tanto, o processo do cuidar em enfermagem deve considerar o desenvolvimento da atenção à saúde individual, familiar e coletiva, por meio de ações de promoção, prevenção, reabilitação e redução de danos, na qual a assistência enfermagem pode - e deve - ser prestada de forma integral e articulada a equipe multiprofissional e com a rede de saúde, reforçando seu papel de cuidado no contexto do ciclo vital, isto é, na atenção à saúde da criança, do adolescente, do adulto, do homem, da mulher e do idoso no ambiente hospitalar, ambulatorial e comunitário.

2.2 Missão

Formar enfermeiros generalistas, críticos, reflexivos, investigativos e responsáveis pelos processos de cuidado em saúde, conectados com o contexto social, educacional, ambiental, econômico e político do Piauí, do Nordeste e do Brasil, com comportamento ético na defesa da vida, nas ações de promoção da saúde, diagnóstico e tratamento das respostas humanas aos problemas de saúde.

2.3 Objetivos do Curso

O Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB tem como objetivos:

- Proporcionar formação profissional de base técnico-científica, sociopolítica e cultural na área de enfermagem, fundamentada nas demandas dos serviços de saúde e da sociedade brasileira;
- Formar profissionais generalistas, críticos, reflexivos, investigativos e responsáveis pelos processos de cuidado em saúde, capazes de interagir e intervir adequadamente na diversidade de situações relacionadas ao processo saúde-doença junto a indivíduos, famílias e comunidades;
- Desenvolver ações de integração ensino-serviço-comunidade a partir da inserção das atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto dos serviços de saúde, instituições e comunidades, de forma integrada, colaborativa e compromissada com o aprimoramento das organizações e da sociedade.

2.4 Perfil de Egresso

Enfermeiro(a), com formação generalista, humanista e crítico-reflexiva, capaz de atuar nos diversos cenários do setor saúde. Profissional da saúde com competências necessárias para intervir no processo saúde-doença, individual e/ou coletivamente, compromissado com as transformações sociais, a cidadania e a promoção da saúde e devidamente habilitado às dimensões do cuidar, gerenciar, educar e pesquisar, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos e transdisciplinares.

Considerando os pressupostos e diretrizes formativas do Curso de Graduação em Enfermagem CSHNB/UFPI, o egresso deverá:

- reconhecer seu papel de profissional da saúde, atuando como multiplicador e mediador da troca de conhecimentos no cuidado em enfermagem e saúde;
- contribuir com a formulação e implementação de políticas pública na área da saúde;
- evidenciar compromissos profissionais com a ciência, a enfermagem científica, a vida, os direitos humanos e o SUS;
- identificar o significado da prática de enfermagem no contexto social, posicionando-se de modo crítico-reflexivo frente ao contexto sócio-político-econômico do país;

- atuar como promotor da saúde de indivíduos, famílias e comunidades, atuando individualmente ou em equipe multiprofissional, nos diversos contextos;
- ser capaz de atuar na assistência, gestão, pesquisa e/ou educação de/em enfermagem nos diversos níveis de atenção à saúde;
- administrar e gerenciar os processos de trabalho em saúde e a equipe de enfermagem, responsabilizando-se pela qualidade da assistência de enfermagem;
- defender a saúde individual e coletiva, à luz das diretrizes do SUS.

2.5 Competências e Habilidades

A formação em saúde deve basear-se em competências (BRASIL, 2018). A competência é denominada como um conjunto de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e a escolha de atitudes (saber agir/ser) mais relevantes, que integradas de forma individual e coletiva, potencializam a qualidade da atenção em saúde oferecida à clientela (VIEIRA *et al.,* 2016; MANENTI, 2008).

Essas competências são primordiais para a formação do enfermeiro, pois estas devem contemplar o cuidado holístico em todos os níveis de atenção à saúde, de forma a permitir que o aluno (futuro profissional), apresente maior proatividade durante o desenvolvimento das ações relacionando a teoria com a prática profissional, e isso contribui para o desenvolvimento de suas habilidades (VIEIRA *et al.,* 2016).

As habilidades são práticas integradas ao comprometimento do processo de trabalho em saúde que se apresentam em ações com domínios, prático, de liderança, tomada de decisão, empreendedorismo, e a capacidade de agir diante das diversas situações no ambiente de trabalho, mas para isso, é necessário que o aluno/graduando transforme o conhecimento adquirido em resultado satisfatório, por meio da execução de atividades com habilidades necessárias, a fim de obter a atividade concluída com maestria, até se tornar um profissional eficiente na execução de determinadas tarefas (SOARES; SANTOS, 2022; OLIVEIRA *et al.,* 2018; NASCIMENTO, 2006).

As atitudes precisam estar interligadas ao conhecimento e as habilidades no ambiente de trabalho, pois estas ocorrem por meio da compreensão, resiliência, trabalho em equipe, proativo na resolução de problemas, criatividade e inovação

tecnológica, comunicação interprofissional, responsabilização e comprometimento com o trabalho, pois estas atitudes fazem com que o aluno/graduando passe a aprimorar as competências, além de contribuir com a qualidade da assistência oferecida a toda clientela (SOARES; SANTOS, 2022; OLIVEIRA *et al.,* 2018; NASCIMENTO, 2006).

Nesta perspectiva, a formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o graduando dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências gerais:

I - **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas e nas particularidades regionais;

III - **Comunicação:** os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos , uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - **Liderança:** no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V - **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, gerenciar e administrar tanto a força de trabalho quanto os recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

VI - **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento / estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Frente ao perfil profissional desejado para os egressos do curso de graduação em enfermagem, são requeridos conhecimentos, para o exercício das seguintes **competências, habilidades e atitudes** específicas:

I. Atuar profissionalmente, compreendendo o processo de viver humano em suas dimensões, expressões e fases evolutivas;

II. Incorporar a ciência, a arte e a tecnologia do cuidar como instrumentos de atuação e desenvolvimento profissional;

III. Desenvolver permanentemente sua formação ética, social, política, técnico-científica, conferindo qualidade ao exercício profissional;

IV. Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

V. Compreender a política de saúde no contexto das macro-políticas, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;

VI. Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade do cuidado, entendida como conjunto articulado e contínuo de ações de promoção e de recuperação da saúde e de prevenção de agravos, individuais e coletivas, em todos os níveis de complexidade do sistema e de acordo com as especificidades regionais;

VII. Atuar nas políticas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso, considerando o gênero e as questões etno-raciais;

VIII. Ser capaz de avaliar, diagnosticar e atuar na solução de problemas de

saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho de saúde, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;

IX. Reconhecer as relações e organização do trabalho e seus impactos na saúde e na qualidade dos cuidados oferecidos;

X. Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional e transdisciplinar em saúde em todos os âmbitos de atuação profissional;

XI. Desenvolver, acessar e usar criticamente inovações tecnológicas tanto de informação quanto de comunicação a favor do cuidado em enfermagem e saúde;

XII. Incorporar e implementar as modalidade tradicionais e as Práticas Integrativas e Complementares, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde;

XIII. Atuar nos diferentes cenários da prática profissional, identificando as necessidades individuais e coletivas de saúde, seus condicionantes, determinantes e perfis epidemiológicos;

XIV. Gerenciar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde e a articulação às ações multiprofissionais;

XV. Prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades do indivíduo, família e grupos sociais;

XVI. Gerenciar o processo de trabalho de enfermagem, respeitando os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

XVII. Planejar, implementar e participar do processo de formação e da qualificação permanente e contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

XVIII. Planejar e implementar ações de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;

XIX. Desenvolver, participar e aplicar pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento, que objetivem a qualificação da prática profissional;

XX. Cooperar na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;

XXI. Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;

XXII. Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;

XXIII. Cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e profissional enfermeiro;

XXIV. Reconhecer o papel social da(o) enfermeira(o) e organizar-se politicamente para a defesa dos interesses da categoria e da sociedade.

2.6 Perfil do corpo docente

Os docentes com lotação no Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB estão listados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Informações sobre os docentes. Picos-PI, 2022.

Docente	Titulação	Graduação	Regime de trabalho
ALINE RAQUEL DE SOUSA IBIAPINA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
ANA KARLA SOUSA DE OLIVEIRA	Mestrado	Enfermagem Psicologia	40h / DE
ANA ROBERTA VILAROUCA DA SILVA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
ANTÔNIA SYLCA DE JESUS SOUSA	Mestre	Enfermagem Pedagogia	40h / DE
BRUNA KAREN CAVALCANTE FERNANDES	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
CINARA MARIA FEITOSA BELEZA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
EDINA ARAUJO RODRIGUES OLIVEIRA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
FERNANDO SÉRGIO P. DE SOUSA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
FRANCISCO GILBERTO FERNANDES PEREIRA	Doutorado	Enfermagem Filosofia	40h / DE
IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR	Mestrado	Enfermagem C. Biológicas	40h / DE
LANY LEIDE DE CASTRO R. CAMPELO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
LAURA MARIA FEITOSA FORMIGA	Doutorado	Enfermagem Pedagogia	40h / DE
LUISA HELENA DE OLIVEIRA LIMA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
MAILSON FONTES DE CARVALHO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
NÁDYA DOS SANTOS MOURA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE

RUMÃO BATISTA N. DE CARVALHO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
SUYANNE FREIRE DE MACEDO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
TIAGO BARRETO DE CASTRO E SILVA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
VALÉRIA LIMA DE BARROS	Doutorado	Enfermagem	40h / DE
YULLA KLINGER DE CARVALHO LEITE	Doutorado	Biomedicina	40h / DE

3. PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

O currículo do Curso de Graduação em Enfermagem CSHNB/UFPI organiza-se a partir de eixos estruturantes que circundam e consolidam um núcleo fundamental, que expressam a trajetória do discente durante o processo de sua formação profissional, direcionando a ação educativa e coordenando as diversas possibilidades e experiências para o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas.

Desta forma, adota como núcleo fundamental a ***Promoção da Saúde***, caracterizada como estratégia de busca da qualidade de vida de indivíduos, famílias e comunidades, observados os fatores condicionantes e determinantes dos processos de saúde e doença nas populações. Como núcleo, orienta o desenvolvimento das atividades formativas na perspectiva da compreensão ampliada do conceito de saúde e nos pressupostos teórico-conceituais, sendo interpelado transversalmente por diretrizes relacionadas a educação em saúde, a ética e bioética, a articulação entre pesquisa, ensino e extensão e a integração ensino-serviço-comunidade e ladeado por eixos que se articulam através de vetores que são as próprias unidades curriculares integradas.

O arcabouço organizacional da trajetória formativa ancora-se, portanto, em eixos estruturantes conformados no entorno das áreas do conhecimento que dão suporte à formação, a saber: (a) Ciências Sociais e Humanas aplicadas, (b) Ciências Biológicas e da Saúde, (c) Fundamentos do Cuidado de Enfermagem, (d) Processos de Cuidado no Viver Humano e (e) Formação Complementar.

A estrutura curricular será implementada a partir de uma matriz, organizada em componentes curriculares que se classificam como disciplinas (teóricas e teórico-práticas) e atividades acadêmicas específicas (estágio obrigatório, trabalho de conclusão de curso (TCC), atividades curriculares de extensão (ACE) e Atividades Complementares (AC)), observando o Regulamento Geral da Graduação na UFPI (Res. CEPEX n. 177/2012). Nesta perspectiva, a oferta das unidades curriculares segue a periodicidade determinada pelo calendário acadêmico da universidade, considerando o período de formação mínimo de 10 semestres letivos e uma carga horária semestral menos densa.

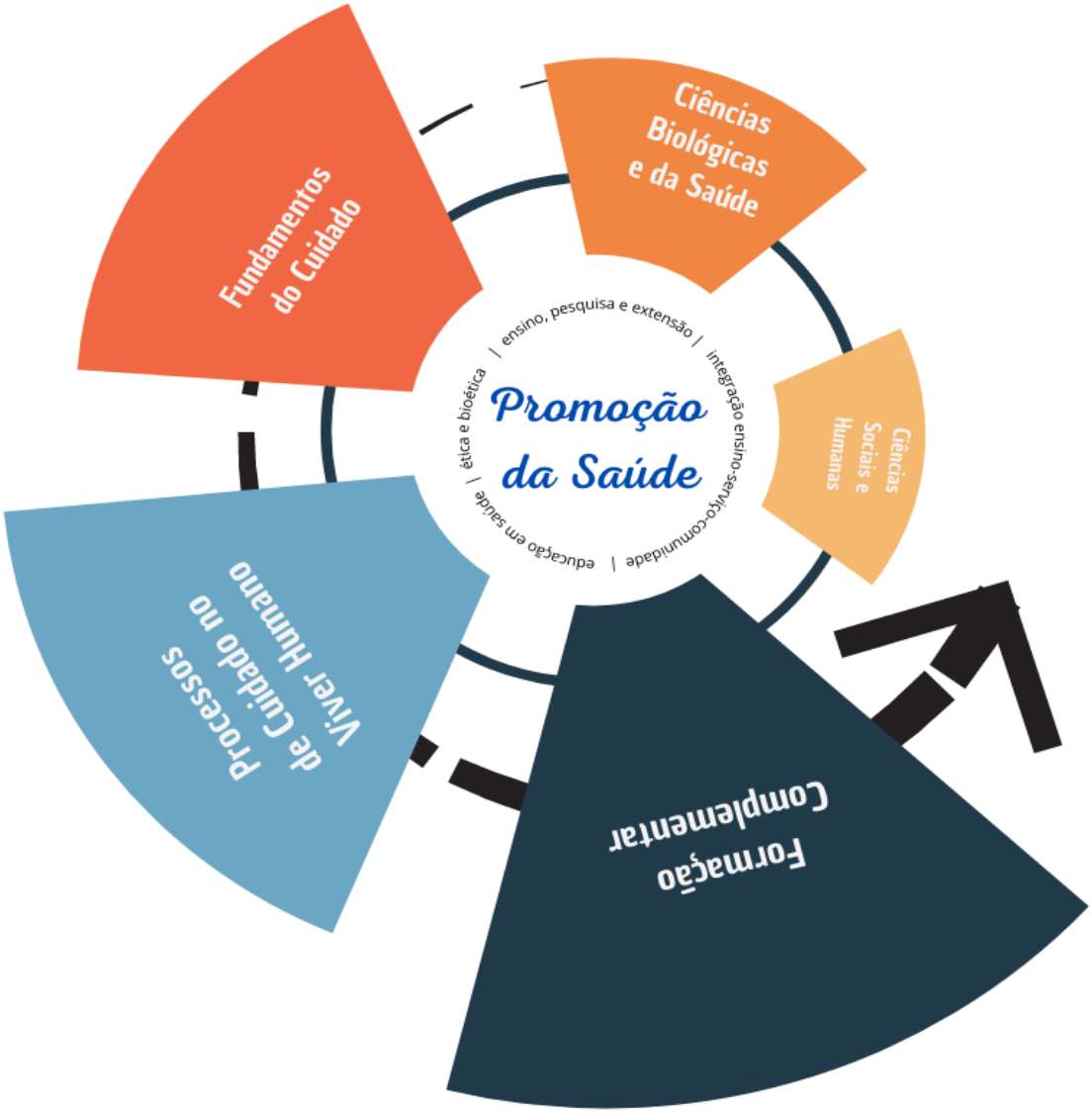


Figura 2: Estrutura curricular do Curso de Enfermagem CSHNB/UFPI, 2022.

Quadro 2: Caracterização dos eixos de estruturação curricular do Curso de Enfermagem/CSHNB/UFPI, 2022.

Eixo	Descrição
Ciências Sociais e Humanas	Pressupõe a concepção ampliada de saúde, derivada da estrutura social em seus aspectos históricos, econômicos e políticos-ideológicos, construída nos limites da relação biológico-social dos processos saúde-doença, das práticas de atenção e

	cuidado e das estratégias políticas de atuação. Apresenta componentes que problematizadores relacionados aos temas cultura, etnocentrismo, natureza e cultura, corpo, indivíduo e sociedade, além de métodos e técnicas de pesquisa.
Ciências Biológicas e da Saúde	Aborda as bases biológicas relacionadas aos biossistemas do corpo humano em funcionamento normal e os processos de agressão e defesa. Contempla também conhecimentos acerca da relação do ser humano com o meio ambiente e situações derivadas desta.
Fundamentos do Cuidado em Enfermagem	Ancorado na Ciência da Enfermagem, compõe-se de unidades curriculares voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas do profissional enfermeiro desenvolvidas nos diferentes cenários de atuação profissional.
Processos de Cuidado no Viver Humano	Propõe o desenvolvimento de ações de cuidado nas diferentes especificidades do viver humano (indivíduo criança, adolescente, adulto e idoso, família, grupo e comunidade) nos diferentes cenários deste viver em sociedade e nos diferentes contextos de atenção à saúde (no domicílio, na escola, na comunidade, nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, entre outros).
Formação Complementar	Contempla atividades de consolidação da formação profissional e aos aspectos relacionados à formação cidadã, fomentando aprendizagem vivencial de abordagem específica e interdisciplinar, capaz de desenvolver competências cognitivas e relacionais imprescindíveis ao profissional crítico, reflexivo e criativo.

Cabe ressaltar diferenciações conceituais e especificidades importantes:

- DISCIPLINAS TEÓRICAS: atividade educacional que trabalhe conteúdos, podendo ser realizada em sala de aula e outros cenários, salas virtuais para o desenvolvimento da cognição e condições psicoafetivas. Incorpora a dimensão presencial e virtual do conteúdo teórico disponível na literatura acadêmico-científica.
- DISCIPLINAS TEÓRICO-PRÁTICAS: atividade educacional que articule conteúdos teóricos e práticos, realizada em sala de aula e em cenários de prática (simulada ou real), focada no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, do pensamento crítico e raciocínio clínico, preferencialmente orientada por casos e situações que reflitam a experiência do mundo do trabalho da enfermagem e saúde.
- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho. Trata-se portanto, da consolidação da formação a partir de vivências e experiências desenvolvidas nos cenários de prática do Sistema Único de Saúde (SUS), respeitadas a legislação e a normativa institucional vigente.
- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: corresponde a produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, podendo retratar pesquisa, extensão ou intervenção, conforme diretrizes do curso.
- ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE): consiste em um conjunto de atividades de extensão (projetos, programas, eventos e outros) inseridas no currículo, que objetivam reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade e contribuir para o aprimoramento da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social.
- ATIVIDADES COMPLEMENTARES: conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação.

A matriz curricular proposta divide-se em componentes curriculares obrigatórios e optativos, oferecidos ao longo 10(dez) períodos, conforme detalhamento a seguir:

1º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Seminário de introdução ao curso	1.0.0	15	-
História da Enfermagem	2.0.0	30	
Anatomia humana	4.3.0	105	-
Citologia, histologia e embriologia	3.1.0	60	-
Bioquímica	3.1.0	60	-
Bioestatística	2.0.0	30	
Metodologia Científica	2.0.0	30	-
TOTAL	17.7.0	360	

2º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Saúde e sociedade	4.0.0	60	
Fisiologia humana	4.2.0	90	Anatomia Humana; Cit., hist. e embrio.; Bioquímica
Microbiologia e imunologia	2.2.0	60	
Parasitologia	2.2.0	60	
Epidemiologia	3.1.0	60	Bioestatística
TOTAL	17.7.0	360	

3º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Psicologia e saúde	4.0.0	60	Saúde e sociedade
Farmacologia	4.2.0	90	Fisiologia Humana.
Patologia humana	3.1.0	60	Micro. e imunologia; Parasitologia.
Saúde Coletiva I	3.1.0	60	Saúde e Sociedade; epidemiologia
Optativa	2.2.0	60	

TOTAL	16.6.0	330	

4º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Fundamentos de enfermagem	6.6.0	180	Farmacologia
Semiologia e semiotécnica de enfermagem	4.4.0	120	Patologia Humana; Farmacologia.
Metodologia da assistência de enfermagem	2.2.0	60	História da Enfermagem
TOTAL	12.12.0	360	

5º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Ética e Bioética	2.0.0	30	
Enfermagem em saúde mental	4.2.0	90	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
Enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
Saúde Coletiva II	2.2.0	60	Saúde Coletiva I.
Didática	4.0.0	60	
TOTAL	16.8.0	360	

6º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Processo de cuidar da mulher	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
Processo de cuidar da criança	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
Saúde Coletiva III	3.1.0	60	Saúde Coletiva II Epidemiologia
TOTAL	12.10.0	330	

7º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Processo de cuidar do adulto I	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
Processo de cuidar do adolescente	2.2.0	60	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
Enfermagem nas urgências e emergências	4.2.0	90	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
Optativa	2.2.0	60	-
TOTAL	12.10.0	330	

8º PERÍODO

DISCIPLINAS	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Processo de cuidar do adulto II	4.2.0	90	Proc. de cuidar do adulto I; Enfermagem perioperatória; Enferm. Urg e emerg.
Processo de cuidar do idoso	2.2.0	60	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
Gerenciamento em Enferm. e saúde	4.2.0	90	-
Saúde, Ambiente e Sustentabilidade	3.1.0	60	-
Metodologia da Pesquisa em Saúde	2.0.0	30	-
TOTAL	15.7.0	330	

9º PERÍODO

COMPONENTES	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Trabalho de Conclusão de Curso I	0.2.0	30	Metodologia da Pesquisa
Estágio Obrigatório I	0.0.28	420	Todas as disciplinas até o 8º semestre
TOTAL	0.2.28	450	

10º PERÍODO

COMPONENTES	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
Trabalho de Conclusão de Curso II	0.2.0	30	TCC I
Estágio Obrigatório II	0.0.28	420	Estágio Obrigatório I
TOTAL	0.2.28	450	

3.1.1 Componentes curriculares obrigatórios

São componentes curriculares obrigatórios:

PER.	CAT.	COMPONENTE	CRÉDITOS	C.H.
1	D	Seminário de introdução ao curso	1.0.0	15
1	D	História da Enfermagem	2.0.0	30
1	D	Anatomia humana	4.3.0	105
1	D	Citologia, histologia e embriologia	2.2.0	60
1	D	Bioquímica	2.2.0	60
1	D	Bioestatística	2.0.0	30
1	D	Metodologia científica	2.0.0	30
2	D	Saúde e sociedade	4.0.0	60
2	D	Fisiologia humana	4.2.0	90
2	D	Microbiologia e imunologia	4.2.0	90
2	D	Parasitologia	2.2.0	60
2	D	Epidemiologia	3.1.0	60
3	D	Psicologia e saúde	4.0.0	60
3	D	Farmacologia	4.2.0	90
3	D	Patologia humana	3.1.0	60
3	D	Saúde Coletiva I	3.1.0	60
3	D	Optativa	2.2.0	60
4	D	Fundamentos de enfermagem	6.6.0	180
4	D	Semiologia e semiotécnica de enfermagem	4.4.0	120
4	D	Metodologia da assistência de enfermagem	2.2.0	60
5	D	Ética e Bioética	2.0.0	30

5	D	Enfermagem em saúde mental	4.2.0	90
5	D	Enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde	4.4.0	120
5	D	Saúde Coletiva II	2.2.0	60
5	D	Didática	4.0.0	60
6	D	Processo de cuidar da mulher	4.4.0	120
6	D	Processo de cuidar da criança	4.4.0	120
6	D	Saúde Coletiva III	3.1.0	60
7	D	Processo de cuidar do adulto I	4.4.0	120
7	D	Processo de cuidar do adolescente	2.2.0	60
7	D	Enfermagem nas urgências e emergências	4.2.0	90
7	D	Optativa	2.2.0	60
8	D	Processo de cuidar do adulto II	4.4.0	120
8	D	Processo de cuidar do idoso	2.2.0	60
8	D	Gerenciamento em enferm. e saúde	4.2.0	90
8	D	Saúde, Ambiente e Sustentabilidade	3.1.0	60
8	D	Metodologia da Pesquisa em Saúde	2.0.0	30
9	AE	Trabalho de Conclusão de Curso I	2.0.0	30
9	AE	Estágio Curricular I	0.0.28	420
10	AE	Trabalho de Conclusão de Curso II	2.0.0	30
10	AE	Estágio Curricular II	0.0.28	420
-	AE	Atividades Complementares	-	120
-	AE	ACE	-	420

Legenda: PER.: período de oferta; CAT: categoria do componente curricular; D: disciplina; AE: atividade específica.

3.1.2 Componentes curriculares optativos

As disciplinas optativas não possuem pré-requisitos e podem ser cursadas a partir da capacidade de oferta do curso, em número mínimo de 2 (duas) ao longo do curso. Fazem parte do rol de disciplinas optativas com possibilidade de oferta pelo curso:

PER.	CAT.	COMPONENTE	CRÉDITOS	C.H.
-	D	Genética humana*	2.2.0	60
-	D	Enfermagem de família	2.2.0	60
-	D	Língua Brasileira de Sinais*	4.0.0	60
-	D	Relações étnico-raciais, gênero e diversidade*	4.0.0	60
-	D	Nutrição e dietoterapia*	2.2.0	60
-	D	Atenção integral às doenças prev. na infância*	2.2.0	60
-	D	Auditoria em enfermagem	2.2.0	60
-	D	Práticas integrativas e comp. em saúde*	2.2.0	60
-	D	Saúde sexual e reprodutiva*	2.2.0	60
-	D	Saúde do homem*	2.2.0	60
-	D	Enfermagem em nefrologia	2.2.0	60
-	D	Enfermagem em estomaterapia	2.2.0	60
-	D	Saúde do trabalhador*	2.2.0	60
-	D	Segurança do Paciente*	2.2.0	60
-	D	Práticas integradas de saúde*	2.2.0	60

* Oferta interdisciplinar: 1) o discente de enfermagem poderá cursar esta disciplina se ofertada em outro curso de graduação da UFPI; 2) o discente de outro curso de graduação da UFPI, poderá cursar esta disciplina, quando for ofertada pelo Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB.

Excepcionalmente outras disciplinas poderão ser incorporadas ao histórico do aluno a partir de uma análise de correlação realizada pelo colegiado do curso, em similaridade à modalidade de crédito concedido (dispensa de disciplina).

3.2 Fluxograma

1º Período		2º Período		3º Período		4º Período		5º Período		6º Período		7º Período		8º Período		9º Período		10º Período	
Sem. Introd. Curso		Saúde e Sociedade		Psico. e saúde		Fund. de Enfermagem		Ética e bioética		Proc. Cuidar da Mulher		Proc. Cuidar do Adulto I		Proc. Cuidar do Adulto II		TCC I		TCC II	
15	1.0.0	60	4.0.0	60	4.0.0	180	6.6.0	30	2.0.0	120	4.4.0	120	4.4.0	120	4.4.0	30	0.2.0	30	0.2.0
História da Enferm.		Fisiologia Humana		Farmacologia		Semio e semiot.		Enfer. em Saúde Mental		Proc. Cuidar da Criança		Proc. Cuidar do Adolescente		Proc. Cuidar do Idoso		Estágio I		Estágio II	
30	2.0.0	90	4.2.0	90	4.2.0	120	4.4.0	90	4.2.0	120	4.4.0	60	2.2.0	60	2.2.0	420	0.0.28	420	0.0.28
Anatomia Humana		Microbiologia e Imuno.		Patologia Hum.		Met. Assist. de Enf.		Enfer. Perioperatória		Saúde Coletiva III		Enf. nas Urg. e Emerg.		Gerenc. Enf. Saúde					
105	4.3.0	60	2.2.0	60	3.1.0	60	2.2.0	120	4.4.0	60	3.1.0	90	4.2.0	90	4.2.0				
Cit. Hist. e Embriologia		Parasitologia		Saúde Coletiva I				Saúde Coletiva II				Optativa		Saúde, amb. e sust.					
60	2.2.0	60	2.2.0	60	3.1.0			60	2.2.0			60	2.2.0	60	3.1.0				
Bioquímica		Epidemiologia		Optativa				Didática						Metodologia da Pesquisa					
60	2.2.0	60	3.1.0	60	2.2.0			60	4.0.0					30	2.0.0				
Bioestatística																			
30	2.0.0																		
Metodologia Científica																			
30	2.0.0																		

COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.700	180
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso	60	4
Estágio Curricular Obrigatório	840	56
Atividades Complementares	120	8
Atividades Curriculares de Extensão	450	30
TOTAL	4.290	286

3.3 Atividades acadêmicas específicas

3.3.1 Estágio Obrigatório

Trata-se de atividade acadêmica específica, dirigida ao desenvolvimento de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho. Como estratégia pedagógica fundamental no processo de formação profissional, o estágio proporciona a articulação entre teoria e prática (ensino, pesquisa e extensão), a fim de promover o desenvolvimento de consciência crítica e competência técnica, que possibilite ao futuro enfermeiro desenvolver capacidades críticas e analíticas, competências e habilidade para o exercício autônomo e qualificado da profissão.

No Curso de Enfermagem/CSHNB, o Estágio Obrigatório é parte integrante indispensável do currículo, concebido com objetivo de permitir ao discente a aplicação dos conhecimentos e habilidades adquiridos na gestão e assistência de enfermagem a indivíduos, famílias e coletividades, em espaços diversos (serviços de saúde, escolas, domicílios, comunidades) com base nos conhecimentos técnico, científico, ético e legal que subsidiam os processos de cuidar.

O Estágio Obrigatório será ofertado prioritariamente como atividade especial coletiva, podendo excepcionalmente ser ofertado como atividade de orientação individual. A oferta de estágio deve ocorrer nos dois últimos períodos do fluxo curricular, divididos em dois: Estágio Obrigatório I (420h / 0.0.28), desempenhado no âmbito da atenção primária à saúde e Estágio Obrigatório II (420h / 0.0.28), desempenhado na esfera da atenção secundária e terciária à saúde, envolvendo atuação em unidades clínicas, ambulatoriais e hospitalares, com foco em atividades gerenciais, educacionais e assistenciais.

A realização do estágio deve estar assegurada por convênios celebrados entre a UFPI e as instituições concedentes (interveniência da UFPI) e assinatura dos Termos de Compromisso entre estagiário e concedentes (interveniência da Coordenação de Estágios do Curso);

A fim de cumprir com as normativas relacionadas a orientação da execução das atividades e avaliação do desempenho dos estagiários, todas as atividades do Estágio Obrigatório do Curso de Enfermagem/CSHNB deverão ser realizadas em instituições de atenção à saúde do município de Picos, ou, excepcionalmente, de

municípios circunvizinhos, mediante convênio interinstitucional realizado com a UFPI, conforme disposto no Capítulo III da Resolução CEPEX nº 22/09. Atualmente encontram-se conveniadas em Picos, a Secretaria Municipal de Saúde (Pronto Atendimento Infantil - PAIM Frei Damião, Clínica Integrada de Saúde da Mulher - CLISAM, Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS II, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD, Vigilância Epidemiológica e o Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA); o Hospital Regional Justino Luz; o Instituto do Rim e o Centro de Terapia Renal, podendo outras instituições terem convênio solicitado conforme necessário e oportuno.

A organização administrativa do Estágio Obrigatório é pautada nas diretrizes das Resoluções Nº 22/09 e 177/2012 do CEPEX, as quais atribuem a responsabilidades dos estágios na UFPI à Coordenadoria de Estágio Obrigatório (CEO/PREG) e em nível de curso, atribuída a um Coordenador de Estágio, escolhido entre os docentes orientadores de estágio e indicados pelo Colegiado do Curso.

A organização didática e operacional dos estágios obrigatórios está descrita no Regulamento do Estágio Obrigatório do Curso de Enfermagem/CSHNB (APÊNDICE B)

3.3.2 Atividades complementares

As atividades complementares de graduação constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. Dentro da estrutura curricular de um curso, tais atividades não poderão exceder 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, tendo como patamar mínimo 120 (cento e vinte) horas, excetuando-se os casos em que esteja expressamente recomendado nas diretrizes curriculares do curso, não podendo haver substituição da carga horária de atividades complementares por outros componentes curriculares obrigatórios e optativos.

A implantação, o acompanhamento e a avaliação das atividades complementares de graduação ficam a cargo das coordenações de curso de graduação e a participação dos alunos, deverá seguir os seguintes critérios (Resolução Nº 177/2012):

I – realizadas a partir do ingresso do aluno no curso;

II – compatíveis com o projeto pedagógico do curso (PPC);

III – variadas, com, pelo menos, 2 (duas) categorias entre os critérios citados no Art. 98[1].

O registro de Atividades Complementares de Graduação pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro deve ser previsto no calendário acadêmico de cada período letivo, seguido de período destinado à avaliação destas pela Coordenação do Curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

Em consonância com a Resolução Nº 177/2012 e a Resolução Nº 150/2006, o Curso de Bacharelado em Enfermagem – UFPI/CSHNB - define que, para a integralização curricular, o aluno deve cumprir um mínimo de 120 horas de Atividades Complementares de graduação, distribuídas conforme o Regulamento (APÊNDICE C), o qual contém as respectivas cargas-horárias e formas de comprovação.

3.3.3 Atividades de extensão

A extensão universitária compreende uma estratégia privilegiada para aproximação da realidade de vida de sujeitos e coletividades, possibilitando a experimentação e invenção de novas formas de cuidar e de produzir conhecimento no contexto acadêmico em articulação e diálogo legítimos com o saber popular.

Sua importância como componente formativo e de construção de conhecimento passa a ser legitimada por meio do processo de curricularização da extensão, que prevê a inserção de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação de todo o país.

No âmbito da UFPI, para além das normativas nacionais, esse processo encontra respaldo na Resolução CEPEX nº 53/2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, além da Resolução CEPEX nº 035/14, que define as Diretrizes da Política de Extensão da UFPI e das Resoluções nº 085/18, 021/18, 022/18 e 184/18 do CEPEX, que regulamenta os programas, projetos, eventos e cursos de extensão na UFPI.

Frente às normativas vigentes, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de

[1]A Resolução 177/2012 em seu art. 98 delimita que a aprovação em componente curricular está condicionada ao rendimento acadêmico do aluno, mensurado através da avaliação do ensino-aprendizagem e da assiduidade às atividades didáticas, e implica a contabilização de sua carga horária e consequente integralização como componente curricular.

graduação, devendo integrar a matriz curricular destes. Na UFPI, a Resolução CEPEX nº 297/2022, que atualiza a normativa sobre a temática na instituição, apresenta três possibilidades de curricularização da extensão:

I – Disciplinas: oferta de atividades de extensão parcial ou integralmente em disciplinas, por meio de execução na disciplina ou creditação;

II – Atividade Curricular de Extensão (ACE): oferta de ACEs conforme previsão no PPC do curso e registro no módulo de extensão do SIGAA; e

III – Creditação: utilização do sistema acadêmico para cadastro de atividades realizadas pelos discentes, posteriormente validadas pela Coordenação de Curso.

Considerando que as atividades de extensão já são eminentemente presentes no cotidiano da comunidade acadêmica do curso, parte integrante da rotina de docentes e discentes, o Curso de Enfermagem/CSHNB adotará a modalidade III para creditação das atividades de extensão no currículo do curso, observando as diretrizes do Regulamento das Atividades de Extensão (APÊNDICE C)

Para fins de integralização, as atividades de extensão realizadas durante a graduação e devidamente registradas na PREXC serão lançadas no módulo de extensão pelo aluno e posteriormente validadas pela Coordenação do Curso ou pelo Coordenador de Extensão do Curso. Assim, após validação as atividades serão registradas no histórico do aluno, devendo respeitar o percentual mínimo exigido para integralização da carga horária total do curso.

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelo discente na área da pesquisa em enfermagem e saúde, ancorado em conhecimentos metodológicos adquiridos durante a graduação.

No Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB/UFPI, este componente curricular será coordenado por docente efetivo do curso, escolhido em Assembleia de Curso e nomeado pelo Coordenador de Curso.

O TCC deve ser orientado por docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB ou de outros cursos, desde que tenha desenvolvido junto ao discente (orientando) alguma atividade de ensino, pesquisa e/ou extensão.

A carga horária do TCC totaliza 60 horas/aula, sendo 30 horas/aula (2 créditos práticos) em cada período letivo. A descrição detalhada de sua

operacionalização e sistemática de avaliação se encontra disponível no Regulamento do TCC (APÊNDICE D).

3.4 Metodologia

O processo de ensino-aprendizagem no Curso de Graduação em Enfermagem/CSHNB toma por base as premissas da abordagem significativa proposta por David Ausubel (1980), utilizando-se das diretrizes propostas por Dantas (2018) para implementação da teoria no cotidiano das atividades de ensino.

Frente à natureza teórico-prática do ensino de Enfermagem e às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais de saúde com engajamento efetivo no processo de construção do Sistema Único de Saúde, as atividades práticas do Curso de Enfermagem/CSHNB integram-se ao contexto social e de saúde local, permitindo o reconhecimento das necessidades locais, considerando as perspectivas culturais, sociais, políticas e estruturais.

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento das atividades de ensino serão utilizados os espaços acadêmicos do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros/UFPI, a saber: Salas de Aula, Laboratórios de Informática, Laboratórios Multidisciplinares de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ciências da Natureza e da Saúde, além das Unidades de Saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde no município de Picos, unidades educacionais, comunitárias e outras, caracterizadas como cenários práticas de enfermagem e saúde.

No tocante aos procedimentos de ensino, tão importantes quanto os próprios conteúdos de aprendizagem, destacam-se tendências do século XXI relacionadas ao deslocamento do processo educacional do enfoque individual para o enfoque social, político e ideológico (PAIVA, 2016). Diante disso, são necessárias atualização das metodologias educacionais com o intuito de considerar os quatro pilares do conhecimento e da formação continuada: i) aprender a conhecer; ii) aprender a fazer; iii) aprender a conviver; e iv) aprender a ser (DELORS, 2000).

Tomando tais premissas como norteadoras da formação, utilizar-se-á de metodologia educacional mista, adequada à multiplicidade de conhecimentos, cenários e processos de ensino-aprendizagem na Enfermagem. Objetiva-se pois congregar diversas formas de ensinar, aprender e agir, proporcionando aprendizagem

significativa nas diversas situações e cenários, atuando individualmente ou de forma articulada com outras pessoas ou grupos.

Trata-se, portanto, de atribuir dinamicidade aos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, os quais se articulam para atender às diversas necessidades dos alunos, individual ou coletivamente. Atendendo, pois, às suas necessidades de construção individual de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, bem como às inserções na realidade social através de atividades coletivas de ensino, pesquisa e extensão.

Os métodos suportam estratégias expositivas, interrogativas, demonstrativas, ativas, dentre outros. O uso dessas abordagens permite questionamentos, debates, interpretações e o confronto com a realidade. Dessa forma, há um favorecimento de uma análise crítica, direcionando o estudante à produção de novos conhecimentos (ANASTASIOU, 2004).

Ao considerar a abordagem de aprendizagem idealizada para a formação pretendida e a multiplicidade técnicas disponíveis ao processo de ensino-aprendizagem, destacam-se com elevado potencial de utilização nas atividades acadêmicas:

Exposição dialogada – apresentação oral de temas/conteúdos estruturados, explanados pelo docente de maneira participativa, através de uma perspectiva aberta à contestação, discussão, reflexão e participação dos alunos;

Estudo dirigido - estudo acerca de um tema/conteúdo em que o professor orienta caminhos para o aprofundamento do estudo e das análises dos discentes através de indicações de leitura, questões norteadoras ou outra estratégia direcionadora, finalizando com a discussão do assunto em classe;

Leitura dirigida – utilizado para aprofundar conhecimentos acerca de determinada unidade de estudo, por meio de indicação de textos estratégicos complementares, destinados ao aprofundamento e ampliação da aprendizagem ou à melhor apreensão dos conteúdos temáticos;

Arguição – verificação da aprendizagem realizada através de questionamento oral acerca de assuntos previamente encaminhados aos discentes, possibilitando familiarização com a estratégia presente no campo profissional; pode ocorrer em proposta de dupla arguição - aluno-professor e professor-aluno;

Problematização - proposição de situações-problema aos discentes, para que eles possam explorá-las e, consequentemente, propor soluções a partir do estudo de

conteúdos correlacionados, estimulando o raciocínio crítico, reflexivo e resolutivo dos discentes, devidamente apoiados pelo professor. Técnica amplamente utilizada em disciplinas específicas de cursos da área da saúde.

Aprendizagem em grupos: técnica eficaz para atingir certos tipos de objetivos de aprendizagem intelectual e social, pois tem como foco trabalhos em grupo que favorecem um ambiente cooperativo. Socialmente, melhora as relações intergrupais e ensina habilidades para atuar em equipe que podem ser transferidas para muitas situações. É também uma estratégia para enfrentar problemas comuns na condução da sala de aula, como manter os alunos envolvidos com sua atividade (COHEN, LOTAN, 2017).

Aprendizagem por projetos: integra o grupo das metodologias de ensino ativasé, é um método que envolve os alunos na aquisição de conhecimentos e habilidades por meio de um processo de investigação, estruturado em torno de questões complexas e de produtos e tarefas planejadas. O estudante deve resolver um problema do mundo real por meio de projetos. Há características que mudam conforme o contexto, de modo que, ao final, o mesmo pode apresentar uma solução para o problema ou mesmo um produto.

Círculo De Cultura: é um método criado por Paulo Freire e propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Baseia-se nos seguintes princípios: dialogicidade, valorização dos diferentes saberes, desenvolvimento da consciência crítica e autonomia do(a) educando(a) (DANTAS, LINHARES, 2014).

Mapa Conceitual: é uma representação gráfica de conteúdo que ajuda a organizar ideias, conceitos e informações de modo esquematizado. Os conceitos são escritos dentro de figuras geométricas como retângulo ou elipses, que ficam ligadas por linhas. Nestas são colocadas expressões de ligação para dar sentido às conexões pensadas A aparência de um mapa conceitual assemelha-se a uma rede de conexões.

Mapa Mental: partem de uma ideia central, a partir da qual se articulam as ideias conectadas, semelhantes a uma árvore com raízes e galhos ou a estrutura de um neurônio. Em cada item do mapa, há apenas uma palavra, ou uma pequena frase. A organização é feita de forma a desencadear um pensamento. A partir disso, é possível trabalhar com cores, inserir imagens, links, etc. O uso de símbolos

adequados no mapa mental facilita a memorização e compreensão das ideias relacionadas.

Casos Clínicos: são situações reais ou fictícias, com dados resumidos e intencionalidade cognitiva, cujo objetivo é introduzir ou ilustrar determinado conhecimento. Porém, por conta de sua natureza teórica, não permitem a experiência real, é apenas uma proposta artificial, parcial, sistematizada e teórica da prática profissional. A apresentação e discussão de casos clínicos em sala de aula como forma de estímulo à reflexão são imprescindíveis quando o aluno já está inserido na prática profissional, pois o conhecimento da realidade prática, mesmo inicial, permite uma postura crítica do aluno perante a situação apresentada, verdadeiramente problematizadora (HOKAMA, P.O.M; HOKAMA, N.K; BATISTA, 2018).

Simulações Computacionais: é um método de resolução de problemas, de modelagem utilizado para implementar e analisar um procedimento real (físico), proposto em um computador (virtual) ou em protótipos (ensaios). A simulação busca imitar um procedimento real em menor tempo e com menor custo, ao permitir estudo de acontecimentos passados, presentes e até mesmo projeções de futuros. O uso de simulação traz uma abordagem de geração de conhecimento racional com modelos objetivos que explicam o comportamento dos processos operacionais da vida real. A utilização da simulação computacional em atividades pedagógicas deve proporcionar melhor compreensão e apreensão do conteúdo, uma vez que a simulação possibilita que esses estudantes possam experienciar os processos e operações que compõem alguns dos sistemas de sua área de conhecimento (DA VEIGA *et al*., 2021).

Simulação Clínica: é uma estratégia pedagógica orientada pela aprendizagem experiencial que atende as necessidades de estudantes e profissionais, ao aproximá-los de contextos reais simulados. Esta estratégia, no momento operacional, tem como etapas o *briefing*, cena e o *debriefing*. O *briefing* constitui-se pelas orientações básicas que o estudante recebe antes de iniciar sua atuação em um cenário simulado, como uma passagem de plantão em que o quadro clínico é descrito. A cena é o momento da simulação em que o caso tem um desfecho a depender da intervenção do estudante. O *debriefing*, que ocorre logo após a cena, compreende a última etapa em que o estudante e o professor refletem sobre o ocorrido e pontuam o que poderia ou não ter sido feito diferente. Diversos estudos confirmam a eficiência desta estratégia

pedagógica para estimular o pensamento clínico, crítico e reflexivo do estudante (OLIVEIRA *et al*., 2018).

Demonstrações: também chamado de aula prática, esse método está ligado intrinsecamente com a realidade, e pode ser aplicado antes ou depois da aula teórica. A técnica da demonstração é bem manuseável e o professor tem a capacidade de cunhar e alcançar diferentes objetivos, como: propiciar a comunicação entre a teoria e a prática; consolidar conhecimentos; estimular a criticidade e a criatividade; propor alternativas para resolução de problemas, entre outros que os professores são livres para fazer (VERDE, 2019).

Vídeos: a prática do uso do vídeo como recurso pedagógico traz a possibilidade de utilizar não somente palavras, mas também imagens. Nesse aspecto, vale ressaltar que os vídeos se utilizam de efeitos visuais (gráficos, animações, legendas etc.) para reforçar uma mensagem veiculada por esse recurso audiovisual. Além disso, a estética das imagens pode ser atraente e também possibilitar a compreensão com mais facilidade (SILVA et al., 2012). Os vídeos podem ser utilizados tanto para enriquecer aulas presenciais quanto a distância. Professores e alunos podem produzir vídeos, como atividades de criação.

Gamificação: a técnica consiste em aplicar elementos de jogos no processo de aprendizagem. Ela é beneficiada pelo uso da tecnologia por meio de tablets, smartphones e computadores para aplicar conhecimentos através de atividades interativas. Essa prática conta com a presença constante das características inerentes ao jogo como a competição, os feedbacks instantâneos, a evolução e a recompensa (premiação). Contudo, a gamificação não precisa da tecnologia para existir. Muito antes dos avanços tecnológicos, os educadores já utilizavam a estratégia quando promoviam disputas entre os alunos e ofereciam recompensas ao time vencedor.

Resenha: é uma modalidade de texto em que o autor interpreta um produto e expõe, com base em argumentos, o seu ponto de vista sobre ele. Consiste, então, em um trabalho de análise e interpretação de uma obra. Uma das suas principais características é que sempre deve conter a crítica. Essa técnica é muito utilizada na academia, pois diversos textos são lidos pelos pesquisadores para conhecer seus aspectos positivos e negativos, expandir a visão sobre o tema explorado e entender melhor a abordagem utilizada pelo autor.

Prática simulada: são um conjunto de atividades práticas desenvolvidas em um ambiente de simulação, em condições similares à do contexto real de trabalho, de

aprendizagens relevantes para o perfil profissional. É uma estratégia para treinar os profissionais de saúde no sentido de uma prática mais segura e, conforme as recomendações internacionais, minimizar os erros e aumentar a responsabilidade dos discentes diante sua prática clínica.

Objective Structured Clinical Examination (OSCE): é uma ferramenta baseada em estações práticas simuladas que permitem avaliar habilidades técnicas, aspectos afetivos e de raciocínio clínico dos discentes. O OSCE foi introduzido como um método de avaliação das competências clínicas que considera o desempenho do aprendiz em situações delimitadas, baseadas em um roteiro predefinido, em que há interação com paciente simulado ou recursos didáticos por meio de estações de avaliação em rodízio, com o propósito de realizar diferentes tarefas. Assim, em cada estação, os candidatos são convidados a demonstrar, além de habilidades relacionadas ao exame físico, anamnese e interpretação de dados, aspectos afetivos e de comunicação (SILVA et al., 2019).

Portfólio: ferramenta pedagógica que consiste na listagem de construções acadêmicas (textos, relatos, imagens, desenhos, artes, reflexões, etc) realizados pelo estudante ao longo de um determinado período de aprendizagem, geralmente organizado de forma cronológica e destinado à demonstração das competências adquiridas por meio das tarefas realizadas.

Fóruns de discussão: reunião, presencial ou virtual, na qual seus membros (discentes, docentes, convidados) tem a oportunidade de participar ativamente da discussão temática, dando opiniões, debatendo, relatando exemplos. Pode versar sobre temas, fragmentos textuais, filmes, livros ou outros fatos a ser explorados. Permite a mediação e o execício da capacidade de fala/exposição de conhecimentos e experiências em atividades em grupo e o aprendizado pela vivência, relatos e conhecimentos do outro.

Palestras: exposição temática realizada por pessoa externa ao ambiente universitário sobre um assunto de interesse coletivo, com um novo enfoque ou abordagem inovadora. Deve prever espaços para discussão e questionamentos ao final.

Júri Simulado: simulação de um júri relacionado a um problema, com a apresentação de argumentos de defesa e de acusação. Proporciona análise e avaliação de um fato previamente proposto com objetividade e a exploração de pontos

de vista diferentes, incitando à fundamentação teórica e científica dos discursos dos discentes.

Seminário: desenvolvimento das habilidades de expor, ouvir, extrair idéias e responder questionamentos através da apresentação acerca de uma temática previamente delimitada, individualmente ou em grupos. Deve prezar pelo debate qualificado da temática, subsidiada por um texto base.

Estudo de caso: análise minuciosa e objetiva de uma situação (real ou hipotética) que necessita ser investigada, analisada e aprofundada, com potencial de conferir aprendizagem de conceitos que podem ser abstratos ou desconexos quando abordados apenas teoricamente e/ou isoladamente. Os casos são fenômenos, indivíduos, famílias ou situações construídas (hipotéticas) ou exploradas (realistas) em torno de objetivos de aprendizagem, competências e/ou habilidades pré-definidas que se desejam desenvolver.

Cabe ressaltar que as técnicas descritas acima não inviabilizam a utilização de outras, uma vez que a dinâmica de ensino deve envolver métodos e técnicas diversificadas e plurais, sobretudo frente às condições do educador e do educando, dos recursos didáticos disponíveis e do contexto educacional vivenciado.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) supervisiona e coordena o ensino de graduação na UFPI, juntamente com as Coordenações de Curso. Também está sob sua responsabilidade assuntos relacionados com a matrícula institucional, matrícula curricular, monitoria, estágios, atividades complementares e diplomas.

Além das ações ordinárias da graduação, estão vinculados à PREG outros quatro programas especiais de graduação: o Programa/Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO/LEDOC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / Residência Pedagógica (PIBID/RP).

Com vistas a nortear o alcance de suas atribuições em busca da excelência, a PREG tem constantemente monitorado e aperfeiçoado o Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX nº 177/2012), conjunto de normas institucionais acerca da organização e funcionamento dos cursos de graduação na instituição. Destaca-se ainda a adoção do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) que permitiu que a tecnologia assumisse uma importante função no apoio pedagógico visando ao desenvolvimento do potencial humano nas atividades realizadas na graduação.

4.1.1 Monitoria Acadêmica

Trata-se de atividade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação do discente, e tem por finalidade despertar o interesse pela carreira docente integrada às atividades de ensino do curso de graduação. Tem como objetivos: contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico nos cursos de graduação; criar condições para que os alunos possam contribuir no desenvolvimento de atividades didáticas, agindo como colaboradores, da produção acadêmica; incentivar a carreira docente; promover cooperação acadêmica entre discentes e docentes.

A monitoria acadêmica é atividade ofertada, semestralmente, pela Coordenação de Curso, com vagas remuneradas e não remuneradas. As disciplinas participantes e quantidade de vagas são informadas pelos docentes de cada curso e a quantidade de vagas remuneradas disponibilizada ao Curso pela Coordenadoria de

Administração Acadêmica Complementar (CAAC), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) por meio de Edital publicado a cada período.

4.2 Pesquisa

Um dos entendimentos mais consistentes dos tempos atuais é que a ciência, a tecnologia e a inovação desempenham papel central no conjunto da vida social. As universidades de nossos dias têm lugar importante nos chamados “Sistemas Nacionais de Inovação”, conceito atualmente usado para designar as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação. Além das universidades, os Sistemas Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento e são voltados para a transformação do conhecimento produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, como também para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

Preocupada com os desafios da contemporaneidade a UFPI oportuniza a participação dos discentes dos cursos de graduação em:

- Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) CNPq/UFPI;
- Bolsa de Iniciação Científica-Ações afirmativas(PIBIC-AF) - CNPq/UFPI;
- Iniciação Científica Voluntária (ICV);
- Programa PIBIC Ensino Médio;
- Programa Jovens Talentos na UFPI;
- Seminário de Iniciação Científica da UFPI;
- Grupos de Pesquisa UFPI/CNPq.

4.3 Extensão

No intuito de reafirmar a indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão na universidade, a UFPI estabelece as diretrizes da Política de Extensão e Cultura através da Resolução CEPEX nº. 035/14, de 14 de março de 2014.

Com a iniciativa, a extensão universitária materializa o compromisso da Universidade com a transformação da sociedade, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

No contexto institucional, a extensão universitária é coordenada pela Pro-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), responsável por articular e coordenar as atividades de extensão e cultura de diversos setores da Universidade com outros segmentos da sociedade, através de programas, projetos, cursos, eventos, atividades culturais, prestação de serviços etc., em todas as suas áreas de atuação.

Destaque-se que a UFPI tem incentivado a realização de atividades de extensão através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), do Programa Institucional da Orquestra e Coral (PIBOC), do Programa de Iniciação à Extensão no Ensino Básico e Tecnológico (PIEX), do Programa de Educação Tutorial (PET) e de outras ações institucionais como o Seminário de Extensão e Cultura (SEMEX).

Nesta perspectiva, considerando as recentes Diretrizes para a Extensão no Ensino Superior (Resolução CNE/CES nº 7/2018) e as normativas institucionais que regulamentam e incentivam o processo de curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação da UFPI (Res.CEPEX n° 053/19, atualizada pela Resolução CEPEX nº 297/2022), o Curso de Enfermagem/CSHNB passará a destinar 10% (dez por cento) da sua carga horária total de componentes curriculares para atividades de extensão, conforme Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão.

4.4 Apoio Estudantil

A Assistência Estudantil é conduzida na UFPI pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que executa a Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento à comunidade ufpiana. Na estrutura da UFPI, a PRAEC é o órgão que implanta as ações para garantir a permanência do alunado e a conclusão de cursos de graduação, agindo, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Em nível central, atua através da Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM) e da Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND) e de forma descentralizada, com atuação nos *Campi* fora de sede através dos Núcleos de Assistência Estudantil (NAE).

O NAE/CSHNB configura-se como órgão multiprofissional de apoio aos estudantes, com gestão administrativa compartilhada entre a PRAEC e a Diretoria do Campus, no intuito de implementar a Política de Assistência Estudantil da UFPI e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este subdivide-se nos seguintes serviços e subunidades: Serviço Social; Serviço Pedagógico; Serviço Psicológico; Serviço Odontológico; Brinquedoteca; Sala de Apoio à Amamentação.

Além dos serviços que compõem o NAE, este coordena os benefícios e programas relacionados à Política de Assistência Estudantil da UFPI no Campus, observadas as Resolução Nº049/2019 CEPEX-UFPI e Resolução Nº040/2020 CEPEX-UFPI, sem prejuízo de outros benefícios a serem criados.

Os benefícios e programas descritos a seguir estão implantados, com caráter permanente, e são voltados para o oferecimento, aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, subsídios necessários à melhoria de seu desempenho acadêmico e, consequentemente, da garantia de sua permanência na instituição até a conclusão do curso.

- *Residência Universitária:* Moradia e alimentação para alunos de baixa renda familiar oriundos de outros municípios e estados.
- *Isenção da Taxa de Alimentação (ITA):* Isenção do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive alunos oriundos de outros países.
- *Bolsa de Apoio Estudantil (BAE):* Auxílio financeiro concedido por 24 meses a alunos de baixa renda familiar.
- *Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA):* Auxílio financeiro concedido com objetivo estimular a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI, possibilitando sua formação ampliada.
- *Auxílio para Atividades Acadêmicas, Culturais e Acadêmicas (APEC):* Possibilita a participação dos estudantes de graduação em atividades acadêmicas, culturais e acadêmicas, por meio de ajuda de custo.
- *Auxílio Creche:* Auxílio financeiro concedidos a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses.
- *Apoio Pedagógico:* Auxílio financeiro concedido a alunos com necessidades educacionais especiais.

● *Atendimento Odontológico:* Procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes.

● *Atendimento Psicossocial e Pedagógico:* Serviço de atendimento ao servidor e ao estudante, com vistas à superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica.

● *Atendimento a Necessidades Educacionais Específicas:* Serviço de apoio ao estudante com necessidades educacionais especiais específicas, com vistas a superação de dificuldades causadas por deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

● *Programa de Apoio aos Esportes (PRAE):* Programa que incentiva a prática do esporte na UFPI, com bolsas para atletas, realização de competições locais e apoio à participação em competições externas.

Além dos benefícios e serviços coordenados pelo NAE/CSHNB, o Campus dispões do Restaurante Universitário (RU/CSHNB), destinado ao fornecimento de alimentação e nutrição adequada à comunidade acadêmica do Campus, a valores acessíveis.

O Restaurante Universitário do Campus fornece aproximadamente 2.000(duas mil) refeições por dia, em funcionamento de segunda a sexta, de 11 às 19h e sábado de 11h às 13h. A tabela de preços praticados pela unidade leva em conta categorias de usuários, a saber:

Categoria	Especificação	Valor
Estudantes	Participantes do Programa de Isenção da Taxa de Alimentação (ITA)	R$ 0,00
	Moradores das Residências Universitárias	R$ 0,00
	Colégios Técnicos da UFPI	R$ 0,00
	Geral – Graduação e Pós-graduação	R$ 0,80
Servidores	Efetivos e terceirizados	R$ 7,00
Visitantes	Em atividade técnica ou acadêmica na UFPI	R$ 3,50

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação do Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB possui duas dimensões: avaliação do processo de ensino e aprendizagem e

avaliação do curso, de acordo com a dinâmica curricular e o sistema de avaliação da IFES a qual pertence.

5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é realizada em conformidade com Regulamento Geral da Graduação na UFPI (Resolução CEPEX Nº 177/2012), compreendida como processo formativo de diagnóstico, realizado por professor, sobre os conhecimentos adquiridos e competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser contínuo e progressivo, oferecendo ao aluno a oportunidade de avaliação externa e autoavaliação, abrangendo as áreas cognitiva, afetiva e psicomotora, considerando os seguintes domínios:

- *Cognitivo:* capacidades, habilidades intelectuais, conhecimento dos conteúdos bem como domínio de informações;
- *Afetivo:* atitudes, valores e ajustamento ao ambiente onde se presta assistência de Enfermagem;
- *Psicomotor:* habilidades motoras para a execução das atividades técnico-profissionais.

Destaque-se que a normativa institucional condiciona a aprovação nos componentes curriculares ao rendimento do aluno mensurado na avaliação da aprendizagem e na assiduidade às atividades didáticas, numa escala de rendimento de 0 (zero) a 10 (dez).

Serão considerados aprovados no componente curricular àqueles que obtiverem média parcial igual ou superior a 7,0 (sete) e obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga-horária dos componentes ou àquele que, submetido ao exame final, alcançar média aritmética final igual ou superior a 6,0 (seis).

A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais seguem as necessidades específicas de cada componente curricular, observada a normativa institucional, e devem constar no plano de ensino de cada disciplina, devidamente apresentado ao discente após análise e aprovação em colegiado do curso.

Todavia, para cada disciplina deve ser realizada no mínimo uma avaliação escrita (prova teórica objetiva ou dissertativa), podendo as demais utilizar formas alternativas e/ou inovadoras de avaliação, obedecendo a escala de pontuação de 0

(zero) a 10 (dez). São exemplos de avaliações alternativas: prova oral ou prática, trabalhos de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, debates, relatórios ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina. Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

A divulgação do rendimento acadêmico parcial e final deve ser realizada através do SIGAA pelo professor responsável pela disciplina conforme os prazos pré-definidos nas normas da graduação. No ato da divulgação do rendimento escolar de uma avaliação, o professor já deve ter registrado no sistema de registro e controle acadêmico as faltas do aluno até aquela data.

Aspectos relacionados a correção, revisão de correção, divulgação, segunda chamada e outras seguem os preceitos constantes no Regulamento Geral da Graduação (Res. 177/2012).

5.2 Avaliação do Curso

Com intuito de proporcionar aprimoramento contínuo do Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB, sobretudo nos aspectos acadêmico e administrativo, propõe-se a realização de processos de monitoramento de indicadores estratégicos e avaliação curricular.

Destaque-se ainda o processo de autoavaliação do curso já institucionalizada, construída a partir de um processo participativo desenvolvido em consonância com o processo de autoavaliação institucional, o qual é uma exigência legal do Ministério da Educação (MEC) para todas as IES e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão de sua oferta, ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

O processo de monitoramento de indicadores estratégico será realizado pelo NDE do Curso anualmente, considerando o acompanhamento das tendências e a possibilidade de emissão de sugestões de intervenção em processos em vigência. Serão utilizados os indicadores abaixo relacionados:

- Taxa de sucesso na Graduação (TSG);
- Conceito Preliminar de Curso (CPC);
- Índice Geral de Curso (IGC);
- Indicador de Diferença entre resultado esperado e resultado observado (IDD);

Além destes, podem ser utilizados outros indicadores de desempenho a serem incluídos no monitoramento do desempenho de estudantes, docentes e do processo de ensino aprendizagem no curso.

Cabe destacar que a Taxa de Sucesso do Curso de Enfermagem do CSHNB, em 2018, foi de 77,46%, considerado um bom indicador para o curso que traz relação estreita com fenômenos de retenção e evasão, os quais foram 12,64% e 6,56% no ano de 2018, respectivamente. Observa-se que a avaliação quantitativa do Curso de Enfermagem é favorável, considerando ser um curso jovem e sediado em campus do interior do estado. Esses indicadores são usados pelo MEC com o intuito de monitorar ações e resultados das IFES e como ferramenta de apoio à autoavaliação institucional.

No tocante ao processo de avaliação curricular, conduzido pelo NDE do Curso, destacam-se os seguintes objetivos:

a) Identificar as fragilidades e potencialidades do corpo docente, discente e da gestão do curso, a fim de propor estratégias para melhorar a qualidade do ensino de graduação;

b) Realizar pesquisa do perfil dos egressos do curso, a fim de subsidiar ajustes no perfil de egresso proposto no curso, adaptando às exigências do mercado de trabalho, do sistema de saúde, à evolução do processo educacional e às determinações do MEC.

c) Revisar a matriz curricular do curso, as ementas das disciplinas e sua bibliografia, com o propósito de aperfeiçoá-las e adequá-las às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;

Propõe-se, portanto, que a implementação do que predispõe o PPC seja acompanhado pelo NDE periodicamente e que revisões sejam realizadas a cada 5 (cinco) anos, de forma a observar mudanças sociais, organizacionais e operacionais importantes para o aperfeiçoamento do curso.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

DISCIPLINA: SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
1.0.0	15h	---
EMENTA: Apresentação do Projeto Pedagógico (PPC), do fluxograma e da matriz curricular. Reconhecimento da estrutura normativa, física e organizacional da Universidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES 03/2001**. Institui Diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p.37. UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº 177/2012.** Regulamenta as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2012. UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Enfermagem**. Picos: UFPI, 2023.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALMEIDA, M. D. (org). **Projeto Político-Pedagógico**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004. MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C. M. B. Educação Superior: universidade e o projeto de formação cidadã. **Educação (Santa Maria. Online)**, 2011. CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 14, p. 41-65, 2004. LUCKESI, C.C. **Fazer universidade:** uma proposta metodológica. 5.ed. - São Paulo, SP: Cortez, 2012. UFPI.Gabinete do Reitor. **Resolução CONSUN/UFPI nº 94 de 4 de agosto de 2022**. Teresina, 2022.		

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA ENFERMAGEM		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.0.0	30h	---
EMENTA: Evolução histórica da prática de enfermagem no mundo, no Brasil e no Piauí. Construção do conhecimento crítico sobre a profissão e atuação do enfermeiro no mercado de trabalho. Enfermagem como ciência. Entidades representativas dos profissionais da Enfermagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
NUNES, B.M.V. T.; SANTOS, A.M.R. org. **História da Associação Brasileira de Enfermagem seção Piauí**: 50 anos de responsabilidade ético-social. Teresina,PI: ABEn, 2009. 184 p.		

GEOVANNI, T. et al. **História da Enfermagem:** versões e interpretações. 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
OGUISSO, T. **Trajetória Histórica e legal da enfermagem.** São Paulo: Manole, 2007**.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CINCIARULO, T.; OGUISSO, T. **Trajetória histórica da Enfermagem.** São Paulo: Manole, 2014.
LIMA, M.J. **O que é enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2005;
NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem**: o que é e o que não é. São Paulo: Cortez, 1989.
NUNES, B. M. V. T.: BAPTISTA, S. S. **Os Primórdios do ensino da Enfermagem Moderna no Piauí:** Lutas e conquistas na Universidade 1973 – 1977**.** Teresina: EDUFPI, 2004.
PADILHA, M.I.;BOREINSTEIN, M.S.; BELAGUADA, M.L.R; SANTOS, I. **Enfermagem: história de uma profissão.** 2 ed. São Paulo: Difusão Editora, 2015.

DISCIPLINA: ANATOMIA HUMANA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.3.0	105h	---

EMENTA:
Introdução à morfologia humana. Anatomia dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema esquelético, articular, muscular, nervoso, tegumentar, respiratório, cardiovascular, digestório, urinário, genital e endócrino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NETTER, F. H. **Atlas de Anatomia Humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
SOBOTTA, J. **Sobotta**: Atlas de Anatomia Humana. 23. ed. 3 volumes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
MOORE, K.L; DALLEY II, A.F. **Anatomia orientada para a clínica**. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. 1101 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DUGANI, E. **Anatomia Clínica** - Integrada com Exame Físico e Técnicas de Imagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
GARDNER, E. **Anatomia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
HANKIN, M. H.; MORSE, D. E.; BENNETT-CLARKE, C. A. **Anatomia Clínica**: Uma Abordagem por estudos de casos. Editora McGraw-Hill, 2015.
TORTORA, G. J.; NIELSEN, M. T. **Princípios de Anatomia Humana.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
TOY, E. C.; ROSS, L. M.; ZHANG, H.; PAPASAKELARIOU, C. **Casos clínicos em Anatomia.** 3. ed. Editora McGraw-Hill, 2016.

DISCIPLINA: CITOLOGIA, HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Noções fundamentais de citologia. Estudo dos tecidos: epitelial, conjuntivo, cartilaginoso, ósseo, sanguíneo, nervoso, muscular. Estudo da embriologia humana: processos de gametogênese e fecundação; períodos de desenvolvimento humano: pré-embrionário, embrionário e fetal; organização morfofuncional dos anexos embrionários; estudos das malformações e agentes teratogênicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular**. 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2019.
JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. **Histologia Básica**: Texto e Atlas. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
LANGMAN, M. **Embriologia Médica.** 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBERTS, B. et al. **Biologia Molecular da Célula.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
MOORE, K.L; PERSAUD, T. V. N. **Embriologia clínica**. 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2013. 609 p
ROSS, M. H.; PAWLINA, W. **Histologia: texto e atlas.** Em correlação com biologia celular e molecular. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
MEDRADO, L. **Citologia e histologia humana:** fundamentos de morfofisiologia celular e tecidual. Saraiva Educação SA, 2014.
ROSS, M. H.; PAWLINA, W. **Ross Histologia: texto e atlas.** Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2016.

DISCIPLINA: BIOQUÍMICA

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Estudo das propriedades da água, soluções-tampão e técnicas biofísicas de análise. Enzimas e outros marcadores de disfunção tecidual, bioenergética e metabolismo dos carboidratos, lipídios e aminoácidos. Síntese de DNA, RNA e proteínas. Equilíbrio ácido-base dos líquidos corporais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAYNES, J. W; DOMINICZAK, M. H. **Bioquímica médica**. 4. ed. Elsevier: São Paulo, 2015.
LEHNINGER, A. L. **Princípios de Bioquímica**. 6. ed. São Paulo: Sarvier, 2014.
NELSO, D.L; COX, M.M. **Princípios de bioquímica de Lehninger**. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERRIER, D.R. **Bioquímica Ilustrada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2018.
HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. **Bioquímica ilustrada**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015.
KAMOUN, P.; LAVOINNE, A.; VERNEUIL, H. **Bioquímica e Biologia molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
MOTTA, V. T. **Bioquímica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2011.
TYMOCZKO, J. L.; BERG, J.M.; STRYER, L. **Bioquímica Fundamental**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DISCIPLINA: BIOESTATÍSTICA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.0.0	30h	---

EMENTA:
Conceitos básicos em estatística. O papel e a importância da estatística na saúde. Estatística descritiva. Noções de probabilidade. Variáveis aleatórias: principais modelos probabilísticos discretos e contínuos. Inferência estatística: estimação e testes de hipóteses. Amostragem. Apresentação, leitura e interpretação de dados científicos na saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VIEIRA, Sônia. **Introdução à bioestatística**. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2008.
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística básica**. 7.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 540 p.
PETRIE, A; SABIN, C. **Estatística Médica**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2007. 164 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIELD, A. **Descobrindo a estatística usando o SPSS**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
MARTINEZ, E.Z. **Bioestatística para os cursos de graduação na saúde.** São Paulo: Blucher, 2015.
SIQUEIRA, A.L.; TIBÚRCIO, J.D. **Estatística na área da saúde**: conceitos, metodologia, aplicações e prática computacional. Belo Horizonte: Coopmed, 2011.
SILVANY NETO, A.M. **Bioestatística sem segredos** (ebook). Salvador: edição do autor, 2008.
VIEIRA, S. **Introdução a Bioestatística**. São Paulo: Artmed, 2021.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.0.0	30h	---

EMENTA:
Os diferentes tipos de conhecimento. A universidade e a produção de conhecimento. Técnicas e modalidades de leitura, registro, produção e apresentação de trabalhos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2021.
MARCONI, M.A.;LAKATOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
VOLPATO, G. L. **Bases para a redação científica**.2. ed. São Paulo. Livraria e Editora Científica Ltda. 2021.

2º PERÍODO

DISCIPLINA: SAÚDE E SOCIEDADE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	---

EMENTA:
O homem como ser social, político, econômico, religioso, racional, de linguagem, biológico. Homem como ser para si, para o mundo e para os outros no pensamento ocidental. Antropologia da saúde e da doença. Conceitos sociológicos estruturantes da vida social. Representações socioculturais do corpo na saúde, na doença e na morte. Diversidade e desigualdades sociais. O hospital e a medicina social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HELMAN, C.G. **Cultura, saúde e doença**. 5.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. 431 p.
SILVA, E.A. (Org.). **Sociologia aplicada a enfermagem.** São Paulo: Manole, 2012.
TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano.** 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, D. V.; SILVA, C. T.; SILVA, M. T. A. A importância da sociologia no curso de graduação em enfermagem: reflexões contemporâneas pertinentes. **Revista Cocar**, v. 15, n.32, p. 1-20, 2021.
CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 520 p.
DEMO, P. **Introdução à sociologia:** complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**.** São Paulo: Atlas, 2010.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
GIDDENS, A. **Sociologia.** 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DISCIPLINA: FISIOLOGIA HUMANA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.2.0	90h	Anatomia Humana; Cit., hist. e embrio.; Bioquímica

EMENTA:
Fisiologia dos órgãos e sistemas do corpo humano e sua homeostase: sistema nervoso, muscular, cardiovascular, hematopoiético, respiratório, renal, digestório, endócrino, urinário e genital. Estudo da interação de suas funções.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERNE, R.M; LEVY, M.N. **Fisiologia**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 844 p.
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. (Colab.). **Tratado de fisiologia médica.** 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. (Colab.). **Corpo humano:** fundamentos de anatomia e fisiologia**.** 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COSTANZO, L. S.; ARAUJO, C. L. C. (Trad.). **Fisiologia.** 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
DOUGLAS, C. R.**Tratado de fisiologia:** aplicada as ciências médicas**.** 6. ed. Guanabara Koogan, 2008.
HANSEN, J. T. **Atlas de fisiologia humana de Netter.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
AIRES, M.M. **Fisiologia.** 5. ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
WIDMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K. T. (Colab.). **Vander, Sherman & Luciano: fisiologia humana: os mecanismos das funções corporais.** 12. ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

DISCIPLINA: MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA BÁSICA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.2.0	90h	---

EMENTA:
Estudo das bactérias, vírus e fungos causadores de doenças humanas quanto aos seus aspectos morfológicos, tintoriais, laboratoriais e de patogenicidade. Organização anatômica e funcional dos componentes do sistema imune e dos mecanismos celulares e moleculares que medeiam a imunidade inata e a imunidade adquirida. Mecanismos imunológicos envolvidos na hipersensibilidade, autoimunidade, transplante e tumores. Reações entre antígenos e anticorpos. Vacinas e soros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LEVINSON, W.; JAWETZ, E. **Microbiologia médica e imunologia**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. MURRAY, P. R. et al. **Microbiologia médica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. TRABULSI, L.R. **Microbiologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. **Imunologia Básica.** Funções e distúrbios do sistema imunológico. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. BARBOSA, H.R.; GOMEZ, J. G. C.; TORRES, B.B. **Microbiologia básica**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2018. MURPHY, K. **Imunobiologia de Janeway**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. SCHECHTMAN, R. S.; AZULAY, D. R. **Micologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. TORTORA, G.J. et al. **Microbiologia**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

DISCIPLINA: PARASITOLOGIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---
EMENTA: Introdução ao estudo da parasitologia. Relação parasita-hospedeiro. Entomologia. Morfologia, biologia, epidemiologia, patogenia e diagnóstico de parasitas humanos. Reconhecimento de artrópodes, helmintos e protozoários. Técnicas de exames parasitológicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARLI, G. A. **Parasitologia clínica:** seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. 2.ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. CIMERMAM, B. **Atlas de parasitologia** - Artrópodes; Protozoários. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2012; NEVES, D.P. **Parasitologia humana**. 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. **Parasitologia humana e seus fundamentos gerais**. São Paulo: Atheneu, 2005. REY, L. **Bases de Parasitologia Médica.** 3 ed. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2010. COURA, J.R.; PEREIRA, N.G. **Fundamentos das doenças infecciosas e parasitárias**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. SIQUEIRA-BATISTA, R. et al. **Parasitologia:** fundamentos e prática clínica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. FERREIRA, M. U., et al. **Parasitologia contemporânea**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.		

DISCIPLINA: EPIDEMIOLOGIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	Bioestatística

EMENTA:
Fundamentos teórico-conceituais da epidemiologia. Processo saúde-doença. Indicadores de saúde. Determinação da validade e confiabilidade de testes de diagnóstico e rastreamento. Metodologia Epidemiológica. Vigilância epidemiológica. Sistemas de Informação em Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MEDRONHO, R.A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2009.
ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z**. Introdução à epidemiologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4. ed. 2017.
ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia e Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FLETCHER, G. S. **Epidemiologia clínica**: elementos essenciais. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.
GORDIS, L. **Epidemiologia**. 5. ed. Thieme Revinter Publicações LTDA, 2017.
ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde:** fundamentos, métodos, aplicações. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
OLIVEIRA FILHO, P. F. **Epidemiologia e bioestatística:** fundamentos para a leitura crítica. Rio de Janeiro: Rubio: 2015.
ROTHMAN, K.; GREENLAND, S.; LASH, T. **Epidemiologia Moderna.** 3. ed. Artmed Editora, 2016.

3º PERÍODO

DISCIPLINA: PSICOLOGIA E SAÚDE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	Saúde e Sociedade

EMENTA:
A ciência psicológica: conceito, amplitude, teorias e aplicação. Estudo das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem humana, da estrutura da personalidade, dos mecanismos de defesa do ego, dos níveis de consciência e das funções psíquicas e a psicossomática. Relacionamento terapêutico e técnicas de comunicação e entrevista. Contribuições da psicologia para abordagem à saúde de indivíduos, família e comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVIDOFF, L. L. **Introdução à psicologia.** 3. ed. - São Paulo: Pearson education do Brasil, 2006.
LEITE, A. J. M.; CAPRARA, A.; FILHO, J.M.C. Org. **Habilidades de comunicação com pacientes e família**. São Paulo: Sarvier, 2007. 242 p.
MELLO FILHO, J. **Psicossomática hoje.** 2. ed**.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva Uni, 2018. 464 p.
QUADROS, E. A. **Psicologia e desenvolvimento humano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 184 p.
PRETTE, A. D.; PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das relações interpessoais**. 11. ed. São Paulo: Vozes, 2014. 232 p.
MONTAGU, A. **Tocar**: o significado humano da pele. São Paulo: Summus, 1999.
MOTTA, P. A. **Genética humana aplicada a psicologia e toda a área biomédica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
SCORSOLINI-COMIN, F. **Psicologia aplicada à enfermagem.** São Paulo: Vozes, 2022.
ANGERAMI, V. A. et al. **Psicologia hospitalar:** teoria e prática**.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

DISCIPLINA: FARMACOLOGIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.2.0	90h	Fisiologia Humana

EMENTA:
Introdução à farmacologia: farmacocinética e farmacodinâmica. Vias de administração dos fármacos. Mecanismos de ação dos fármacos em sistemas biológicos e os principais grupos de medicamentos, considerando as diferentes especialidades clínicas. Farmacologia dos sistemas: sistema nervoso autônomo simpático e parassimpático; sistema nervoso central; sistema cardiovascular e respiratório; sistema endócrino e gastrointestinal. Farmacologia da inflamação e antimicrobiana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASPERHEIM, M.K. **Farmacologia para Enfermagem**. São Paulo: Elsevier, 2008.
BRUNTON, L.L (Org). **As bases farmacológicas da terapêutica de Goodnam & Gilman**. 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
RANG, H. P et al. **Rang & Dale – Farmacologia**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CLAYTON, B.D.; COOPER, B.D.; STOCK, Y.N. **Farmacologia na prática de enfermagem**. 15 ed. Rio de Janeiro: Elservier, 2012.
GOLAN, D.E.; TASHJIAN JR, A.H.; ARMSTRONG, E.J.; ARMSTRONG, A.W. **Princípios de farmacologia**: a base fisiopatológica da farmacologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
GRAHAME-SMITH, D.G. & ARONSON, J.K. **Tratado de Farmacologia Clínica e Farmacoterapia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
KATZUNG, B.G.; TREVOR, A.J. **Farmacologia Básica & Clínica**. 15 ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
WHALEN, K.; FINKEL, R.; PANAVELIL, T.A. **Farmacologia Ilustrada**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

DISCIPLINA: PATOLOGIA HUMANA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	Micro. e imunologia; Parasitologia

EMENTA:
Estudo das alterações degenerativas, necroses, inflamações específicas e inespecíficas e dos processos reparativos. Distúrbios do metabolismo dos pigmentos e minerais. Perturbações circulatórias: edema, congestão, hemorragia, trombose, embolia, infarto e choque. Alterações do crescimento celular. Oncogênese e estudo de neoplasias benignas e malignas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MONTENEGRO, M. R. et al. **Patologia:** processos gerais. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
BRASILEIRO FILHO, G. **Bogliolo Patologia geral.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
KUMAR, V.; ABBAS ; ASTER **Robbins & Cotran Patologia:** Bases patológicas das doenças. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRANCO M. et al. **Patologia - processos gerais**. 6 ed. São Paulo: Atheneu, 2015.
HAMMER, G.D.; MCPHEE, S.J. **Fisiopatologia da doença:** uma introdução à medicina clínica. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
PARADISO. **Fisiopatologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
PORTH, C.M.; KUNERT, M. P. **Fisiopatologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
ROBBINS, S.L.; COTRAN, R. S.; KUMAR, V. **Patologia estrutural e funcional**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

DISCIPLINA: SAÚDE COLETIVA I		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	Saúde e Sociedade; Epidemiologia

EMENTA:
Compreensão do processo saúde-doença-cuidado como construção histórica e social, resultante das condições sociais, econômicas, políticas e culturais das sociedades. Breve histórico das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS): aspectos organizacionais, gerenciais e assistenciais. Modelos de atenção à saúde. Reconhecimento das condições e necessidades de saúde de uma população.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A. et al. (orgs). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
GIOVANELLA, Lígia *et al*. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. 1097 p.
PAIM, J. **SUS: Sistema Único de Saúde:** tudo o que você precisa saber. São Paulo, SP: Atheneu, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. A gestão do SUS.** Brasília: CONASS, 2015. 133 p.
CUBAS, M.R.; SANTOS, A.S. **Saúde Coletiva-linhas de Cuidado e Consulta de Enfermagem.** Rio de Janeiro: Elservier, 2012.
MENDES, E.V. **Redes de atenção a saúde.** Brasília: CONASS, 2011.
SOUZA, M.C.M.R.; HORTA, N.C. **Enfermagem em saúde coletiva**: teoria e prática. Rio de janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
TEIXEIRA, L.A.; PIMENTA, T.S.; ROCHMAN, G. **História da Saúde no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2018.

4º PERÍODO

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
6.6.0	180h	Farmacologia

EMENTA:
Conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para a execução de procedimentos, técnicas e processos de cuidado frente às necessidades humanas: conforto e higiene, eliminação vesical e intestinal, oxigenação, hidratação, nutrição e alimentação, mobilidade. Terapêuticas medicamentosas, coleta de materiais e tratamento de feridas e lesões de pele. Hemoterapia. Medidas universais de biossegurança e controle de infecções. Aspectos gerais de segurança do paciente. Registros de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. BRUNNER & SUDDARTH - **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. - 14.ed. - Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.
TIMBY, B.K. **Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem**. 8.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014.
PERRY, A.G. et al. **Fundamentos de enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DU GAS, B.W. **Enfermagem Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
IBIAPINA, A.R.S et al. **Roteiro teórico-prático de fundamentação básica em enfermagem I**. 1. ed. Belém: RFB Editora, 2022.
NETTINA, S.M. **Prática de Enfermagem.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PERRY, A.G.; POTTER, P.A. **Guia completo de Procedimentos e Competências de Enfermagem.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
POTTER, P.A.; PERRY, A.G.; ELKIN, A.K. **Procedimentos e intervenções de Enfermagem.** 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
TAYLOR, C. **Fundamentos de enfermagem**: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 9.ed. - Porto Alegre: Guanabara Koogan, 2018.

DISCIPLINA: SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.4.0	120h	Patologia Humana; Farmacologia

EMENTA:
Introdução ao raciocínio clínico (diagnóstico e terapêutico). Métodos propedêuticos, instrumentos e técnicas de anamnese e exame físico. Avaliação estrutural, fisiológica, funcional, nutricional, psicossocial e de desenvolvimento de indivíduos para a identificação de riscos à saúde e necessidades de atenção e cuidado. Desenvolvimento de competências e habilidades para avaliação da saúde de indivíduos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, A. L. B. L. **Anamnese e exame físico**: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
JARVIS, C. **Exame físico e avaliação de saúde para enfermagem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
PORTO, C.C. **Exame clínico**. 8. ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BICKLEY, L. S. **Bates - Propedêutica Médica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
SILVA, C.R.L.; SILVA, R.C.L.; SANTIAGO, L.C. **Semiologia em Enfermagem**. São Paulo: Roca, 2011.
TIMBY, B. K. **Conceitos e habilidades fundamentais de enfermagem.** 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
TANNURE, M.C; PINHEIRO, A.M. **Semiologia: bases clínicas para o processo de enfermagem.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
SWARTZ, M.H. **Tratado de Semiologia Médica:** história e exame clínico. Rio de Janeiro: Elservier, 2015.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	História da Enfermagem

EMENTA:
Natureza científica da enfermagem. Legislação em enfermagem: Lei do exercício profissional, Código de Ética Profissional da Enfermagem e outras normativas. Teorias e modelos teóricos do processo de enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Processo de Enfermagem: coleta de dados, diagnósticos, planejamento, implementação e avaliação. Classificações de linguagem em enfermagem: NANDA, NIC, NOC, CIPE, CIPESC e outros. Registros de enfermagem. Desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo, raciocínio clínico e de habilidades cognitivas e perceptuais no processo de cuidar em enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MCEWEN, M.; WILLS. E.M. **Bases Teóricas para Enfermagem**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. 608p.
OGUISSO, T.; **O exercício da Enfermagem: uma abordagem ético-legal.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
TANNURE, M. C.; PINHEIRO, A. M. **SAE-Sistematização da Assistência de Enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do processo de Enfermagem**: uma ferramenta para o pensamento crítico. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
BUTCHER, H. et al. **Classificação das intervenções de enfermagem (NIC).** 7. ed. Porto Alegre: Elsevier, 2020.
HORTA, W.A. **Processo de enfermagem**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.
MOORHEAD, S. et al. **Classificação dos Resultados de Enfermagem (NOC):** mensuração dos resultados em saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.
NANDA Internacional. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2021-2023**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

5º PERÍODO

DISCIPLINA: ÉTICA E BIOÉTICA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.0.0	30h	---

EMENTA:
Ética filosófica. A natureza da moralidade. Ética do cuidado. Bioética e seus princípios. Bioética no contexto do processo de cuidar do ser humano, família e comunidade. Ética na pesquisa científica. Dilemas éticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOFF, L. **Ética e moral:** a busca dos fundamentos**.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
OGUISSO, T. (Org.); ZOBOLI, E. L. C. P. (Colab.). **Ética e bioética:** desafios para a enfermagem e a saúde**.** 2. ed. Barueri (SP): Manole, 2017.
JORGE FILHO, I. **Bioética: fundamentos e reflexões**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012 SGANZERLA, A.; SCHRAMM, F. R. **Fundamentos da bioética.** Curitiba: CRV, 2016. SÁ, A. L. **Ética profissional.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SAVATER, F. **Ética para amador**. Barcelona: Planeta, 2012. PALÁCIOS, M. **Bioética, Saúde e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019

DISCIPLINA: ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.2.0	90h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.

EMENTA:
Fundamentos históricos e conceituais da psiquiatria e saúde mental. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde mental. Enfermagem psiquiátrica: diagnósticos, tratamento, tecnologias e reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico e abuso de substâncias psicoativas. Diretrizes e estratégias de atuação na atenção psicossocial e saúde mental. Práticas de cuidado interprofissional na atenção, reabilitação, reinserção social e promoção da saúde mental de indivíduos e famílias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
COSTA, N.R.; TUNDIS, S. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 8.ed. Petrópolis, RJ: Abrasco/Vozes, 2007. BOTEGA, J.N. **Prática psiquiátrica no hospital geral**: interconsulta e emergência. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012. VIDEBECK, S.L. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007. DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. ROSA, L. **Transtorno mental e cuidado na família**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. TAYLOR, C. M. **Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica de Mereness**. 13.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. TOWNSEND, M.C. **Enfermagem Psiquiátrica**: conceitos de cuidados. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

DISCIPLINA: ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA E PROCESSAMENTO DE MATERIAIS PARA A SAÚDE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.

EMENTA:
Aspectos históricos e conceituais da prática cirúrgica. Estrutura física, recursos humanos, organização e funcionamento do Centro cirúrgico (CC), Sala de recuperação pós-anestésica (SRPA) e Central de Material e Esterilização (CME). Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória. Segurança do paciente no período perioperatório. Noções sobre instrumentação cirúrgica e anestesiologia. Controle da infecção em sítio cirúrgico. Princípios e métodos de processamento de produtos para a saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JORGE FILHO, I; ZILIOTTO JUNIOR, A; ANDRADE, J.I. **Cirurgia geral: pré e pós operatório**. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
POSSARI, J.F. **Centro Cirúrgico: planejamento, organização e gestão**. 5. ed. São Paulo: Iátria, 2011.
SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. **Brunner & Suddarth**. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXANDER, M. H. M. **Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico**. Tradução Ivone Evangelista Cabral e Cláudio L. C. de Araújo. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
BRASIL. **Protocolo para cirurgia segura.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
MALAGUTTI, W.; BONFIM, I. M. **Enfermagem em Centro Cirúrgico:** atualidades e perspectivas no ambiente cirúrgico. São Paulo: Martinari, 2013.
MALAGUTTI, W.; BONFIM, I. M. **Centro de Material e Esterilização:** planejamento e gestão. 4. ed. São Paulo: Iátria, 2010.
SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. **Diretrizes de Práticas em enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde.** 8. ed. São Paulo: SOBECC, 2021.

DISCIPLINA: SAÚDE COLETIVA II		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	Saúde Coletiva I

EMENTA:
Atenção primária à saúde: princípios e diretrizes. Política Nacional de Atenção Básica e estratégia saúde da família. Estrutura e processo de trabalho na Estratégia Saúde da Família: princípios e operacionalização. Promoção da saúde e prevenção das condições e agravos à saúde. Educação em Saúde para a qualidade de vida. Imunização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde.** Brasília: CONASS, 2015. 127 p.
CUBAS, M.R.; NÓBREGA, M.M.L.Org. **Atenção primária em saúde**: diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 328 p.
SOUZA, M.C.M.R; HORTA, N.C. **Enfermagem em saúde coletiva**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTABLE, S.B. **O enfermeiro como educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem.** 3.ed.Porto Alegre: Artmed, 2010.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A. et al. (orgs). **Tratado de Saúde Coletiva.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
CUNHA, C.L.F.; SOUZA, I.L. **Guia de trabalho para enfermeiro na atenção primária à saúde.** Curitiba: CRV, 2020.
MENDES, E.V. **A construção social da atenção primária à saúde.** Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), 2015.

DISCIPLINA: DIDÁTICA

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	---

EMENTA:
Concepções de educação: comportamentalista, humanista, cognitivista, transformadora e contextual. Fundamentos epistemológicos da didática. Didática e o processo ensino-aprendizagem. Planejamento didático: objetivos, conteúdos, metodologia, material e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANDAU, V.M.F. **A Didática em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
FREIRE, P. **Educação e mudança**. 41. ed. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
TALBERT, R. **Guia para utilização da aprendizagem invertida no ensino superior**. Penso Editora, 2019.
TAJRA, Sanmya et al. **Metodologias Ativas e as Tecnologias Educacionais:** conceitos e práticas. Alta Books, 2021.
FILATRO, A.; BILESKI, S. M. C. **Produção de conteúdos educacionais.** São José dos Campos: Saraiva Uni, 2015.

6º PERÍODO

DISCIPLINA: PROCESSO DE CUIDAR DA MULHER		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.

EMENTA:
Atenção integral à saúde da mulher nos diversos contextos de cuidado. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde das mulheres. Promoção da saúde sexual e reprodutiva. Enfermagem Obstétrica: atenção à mulher no ciclo gravídico-puerperal; complicações da gravidez, parto e puerpério; promoção do aleitamento materno; sistematização da assistência de enfermagem. Atenção às mulheres no climatério e em situações de vulnerabilidade e/ou violências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PASSOS, E.P. et al. **Rotinas em Ginecologia.** 7. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2017.
REZENDE, J. **Obstetrícia.** 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
RICCI, S.S. **Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher.** 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres** Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 230 p. : il.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
LOWDERMILK, D.L.; CASHION, K.; PERRY, S.E. **Saúde da Mulher e Enfermagem Obstétrica** – 10. ed. – Rio de janeiro: Elsevier, 2012.
MARTINS-COSTA, S.H. et al. **Rotinas em Obstetrícia.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012
BRASIL. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2. ed. Departamento de Atenção Básica – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013.

DISCIPLINA: PROCESSO DE CUIDAR DA CRIANÇA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.

EMENTA:
Atenção integral à saúde da criança nos diversos contextos de cuidado. Processos de cuidar do recém-nascido em unidades neonatais. Semiologia pediátrica. Puericultura: aspectos do crescimento e desenvolvimento, alimentação e nutrição, saúde mental, imunização e promoção da saúde da criança. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde das crianças. Sistematização da Assistência de Enfermagem à criança no ambiente hospitalar, ambulatorial e comunitário. Cuidado centrado na criança e na família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, M. A. et al. **Semiologia da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Medbook, 2010.
SABATÉS, A. L. et al. **Manual de exame físico para a prática da enfermagem em pediatria.** São Paulo: Iátria, 2005.
WONG, D. L. **Enfermagem pediátrica:** elementos essenciais à intervenção efetiva. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEONE, C. R.; TRONCHIN, D. M. R.; TOMA, E. **Assistência integrada ao recém-nascido de baixo risco.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
SOUZA, A. B. G. **Enfermagem Neonatal:** cuidado integral ao recém-nascido. São Paulo: Martinari, 2011.
TAMEZ, R. N.; SILVA, M.J.P. **Enfermagem na UTI neonatal:** assistência ao recém-nascido de alto risco. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
BEE, H.; BOYD, D, **A criança em desenvolvimento.** 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. **Enfermeiras e família: guia para avaliação e intervenção na família.** São Paulo: Roca, 2012.

DISCIPLINA: SAÚDE COLETIVA III		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60h	Saúde Coletiva II; Epidemiologia

EMENTA:
Vigilância em saúde: saberes, processos e práticas relacionados à vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, alimentar e nutricional e vigilância à saúde do trabalhador. Análise de situação de saúde: doenças emergentes e reemergentes; emergências em saúde pública; condições e agravos de importância loco-regional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**. 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A. et al. (orgs). **Tratado de Saúde Coletiva.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.
ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia e Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica: emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019 – covid-19**. Brasília : Ministério da Saúde, 2022.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. S**aúde Brasil 2020/2021**: uma análise da situação de saúde e da qualidade da informação [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Situação alimentar e nutricional de crianças na Atenção Primária à Saúde no Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
FERREIRA, M.C.; PAULA, A.; ZUBEN, B.V. **Vigilância em saúde nos municípios** 1. ed.[livro eletrônico]. Campinas: IPADS, 2020.

7º PERÍODO

DISCIPLINA: PROCESSO DE CUIDAR DO ADULTO I		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.

EMENTA:
Atenção à saúde do adulto no contexto da atenção primária. Situações clínicas, agravos e riscos mais comuns no adulto. Saúde do Trabalhador. Sistematização da Assistência de Enfermagem e desenvolvimento de habilidades relacionadas à promoção da saúde do adulto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LUNA, R.L.; SABRA, A. **Medicina de família**: saúde do adulto e do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
SOUZA, M.C.M.R.; HORTA, N.C. **Enfermagem em saúde coletiva**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.
DUNCAN, B.B. **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

DISCIPLINA: PROCESSO DE CUIDAR DO ADOLESCENTE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.

EMENTA:
Atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens nos diversos contextos de cuidado. Semiologia do adolescente. Principais situações clínicas, patologias e agravos em adolescente. Sistematização da Assistência de Enfermagem ao adolescente na atenção e recuperação da saúde dos adolescentes. Desenvolvimento de habilidades na prevenção de doenças e agravos e na promoção da saúde dos adolescentes e jovens.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2010. LEAL, M. M.; SAITO, M. I.; SILVA, L. E. V. **Adolescência**: prevenção e riscos. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2014. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP.) **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência**. 2.ed. Brasília: CFM, 2018. 327 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei: instrutivo para a implantação e implementação da PNAISARI**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da criança e do adolescente**. 3.ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009.
BORGES, A.L.V.; FUJIMORI, E. **Enfermagem e a Saúde do Adolescente na Atenção Básica.** São Paulo: Manole, 2009.
HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. **Wong Fundamentos de Enfermagem Pediátrica.** 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. 1072p.
PUCCINI, R.F. **Semiologia da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010
SOUZA, M.C.M.R; HORTA, N.C. **Enfermagem em saúde coletiva**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.

DISCIPLINA: ENFERMAGEM NAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.2.0	90h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.

EMENTA:
Organização e funcionamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Acolhimento com classificação e estratificação de risco nos serviços de saúde. Suporte básico e avançado de vida em cardiologia. Atendimento pré e intra-hospitalar aos eventos traumatológicos e às urgências e emergências clínicas, cirúrgicas, obstétricas, psiquiátricas, neurológicas e intoxicações exógenas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CALIL, A.M.; PARANHOS, W.Y. **O enfermeiro e as situações de emergência**. São Paulo: Atheneu, 2010.
PIRES, M.T.B.; STARLING, S.V. **Erazo**: **manual de urgências em pronto-socorro.** 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017.
NAEMT. National Association of Emergency Medical Technicians. **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado** (PHTLS: *prehospital trauma life support*). 9.ed. Burlington, MA: Jones & Bartlett Learning, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KNOBEL, Elias (org.). **Condutas no paciente grave**. 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2007.
NAEMT. National Association of Emergency Medical Technicians. A**tendimento Pré-hospitalar às Emergências Clínicas:** Advanced Medical Life Support. Porto Alegre: Artmed, 2022.
SANTOS, N.C.M. **Urgência e emergência para a enfermagem**: do atendimento pré-hospitalar APH à sala de emergência. 6. ed. São Paulo, SP: Iatria, 2010. 224 p.
SOUSA, R.M.C. **Atuação no trauma**: uma abordagem para a enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2009.
VIANA, R.A.P.P.; WHITAKER, I.Y. (Orgs.) **Enfermagem em terapia intensiva**: práticas e vivências. Porto Alegre: Artmed, 2011.

8º PERÍODO

DISCIPLINA: PROCESSO DE CUIDAR DA SAÚDE DO ADULTO II		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.4.0	120	Proc. de cuidar do adulto I; Enfermagem perioperatória; Enferm. Urg e emerg.
EMENTA: Atenção à saúde do adulto no contexto ambulatorial e hospitalar. Principais situações clínicas, patologias e agravos em adultos: distúrbios respiratórios, cardiovasculares, hematológicos, gastrointestinais, renais, neurológicos. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Sistematização da Assistência de Enfermagem em situações clínicas nas unidades ambulatoriais especializadas e hospitalares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARBOSA, Dulce et al. **Enfermagem baseada em evidências**. São Paulo: Atheneu, 2014. SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. **Brunner e Suddarth**: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 14.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020. VIANA, R.A.P.P.; WHITAKER, I.Y. **Enfermagem em Terapia Intensiva** - práticas e vivências. Porto Alegre: Artmed, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos e diretrizes terapêuticas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022. CINTRA, E. A. **Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2003. KNOBEL, E. (org.). **Condutas no paciente grave**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. LEWIS, S.L. et al. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica: avaliação e assistência dos problemas clínicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. JEVON, P; EWENS, B. **Monitoramento do paciente crítico:** Habilidades Fundamentais para Enfermagem. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 312 p.		

DISCIPLINA: PROCESSO DE CUIDAR DO IDOSO		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II

EMENTA:
Atenção integral à saúde do idoso nos diversos contextos de cuidado. Processo de envelhecimento humano: aspectos biológicos, demográficos e epidemiológicos. Teorias do envelhecimento. Alterações biofuncionais do envelhecimento humano. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde dos idosos. Sistematização da Assistência de Enfermagem ao idoso no ambiente domiciliar, hospitalar, ambulatorial e comunitário. Ações coletivas de promoção do envelhecimento saudável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREITAS, E. V. et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
SILVA, J.V. **Saúde do idoso e a enfermagem: processo de envelhecimento sob múltiplos aspectos.** São Paulo: Íatria, 2009.
GONÇALVES, L.H.T.; TOURINHO, F.S.V. **Enfermagem no cuidado ao idoso especializado**. Barueri: Manole, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, N.C. **Dinâmicas para idosos**: 125 jogos e brincadeiras adaptados. Editora Vozes, 2011.
ELIOPOULOS, C. **Enfermagem Gerontológica.** Porto Alegre: Artmed, 2019.
GUIMARÃES, R.M.; CUNHA, U.G.V. **Sinais e Sintomas em Geriatria**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2017.
CHAIMOWICZ, F. **Saúde do idoso** [publicação digital]. Belo Horizonte: Nescon UFMG, 2013.
SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. **Brunner & Suddarth**. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

DISCIPLINA: GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM E SAÚDE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.2.0	90	---

EMENTA:
Fundamentos teórico-filosóficos da administração e sua aplicação na organização da enfermagem e saúde. A gestão da saúde no contexto público e privado. O planejamento, a organização, a liderança e a avaliação em saúde. Gestão de sistemas e de organizações e gerência de unidades de saúde e serviços de enfermagem nos diferentes níveis de complexidade. Gestão de recursos e do processo de trabalho em enfermagem e saúde. Competências gerenciais. Modelos e processos gerenciais em enfermagem e saúde. Práticas inovadoras em gerência de enfermagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
MARQUIS, B.; HUSTON, C. J. **Administração e liderança em enfermagem**. 8 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015.
KURCGANT, P. et al. **Gerenciamento em enfermagem**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOHOMOL, E.; GIUNTA, L. (coord). **Gerenciamento em serviços de saúde e enfermagem.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A gestão do SUS**. Brasília: CONASS, 2015.
VECINA NETO, G.;MALIK, A.M. (Org). **Gestão em saúde.** 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.
SANTOS, S.R. **Administração aplicada à enfermagem**. 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2007.
DAMÁZIO, L.F.; GONÇALVES, C.A. **Desafios da gestão estratégica em serviços de saúde**: caminhos e perspectivas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DISCIPLINA: SAÚDE, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
3.1.0	60	---

EMENTA:
Relações entre saúde humana e ambiental num contexto sanitário, político, econômico e cultural. Controle sanitário dos resíduos sólidos e da contaminação ambiental nos meios urbano e rural. A poluição do solo, ar é água e suas relações com a saúde das populações. Gerenciamento de resíduos em serviços de saúde. Vigilância e controle de zoonoses. Problemas emergentes de saúde ambiental. Desenvolvimento sustentável e saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PHILIPPI JR, A. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2005.
DIAS, G.F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2013.
GALVÃO, L. A. C.; FINKELMAN, J.H.S. **Determinantes ambientais e sociais da saúde.** Washigton, DC: OPAS: 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, A.F. **Saúde ambiental em debate.** João Pessoa: Editora IFPB, 2021.
BRASIL, Ministério da Saúde. REFORSUS. **Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n° 222, de 28 de março de 2018**. Brasília,DF, 2018.
OPAS. **Desenvolvimento Sustentável e Saúde:** tendências dos indicadores e desigualdades no Brasil. Brasília, DF: OPAS, 2014.
SOUZA, C.N.M et al. **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.0.0	30	---

EMENTA:
Relação da pesquisa com produção do conhecimento científico. Importância da pesquisa no desenvolvimento da enfermagem. Metodologia do estudo. Abordagens teórico-metodológicas que direcionam a pesquisa em saúde. Aspectos éticos e legais da pesquisa com seres humanos. ABNT. Noções de pesquisa de artigos científicos em banco de periódicos indexados. Ferramentas para escrita científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
POLIT, D. F. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem:** Avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 7 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DYNIEWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014. 246 p.
MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MINAYO, M.C.S. **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 11ed. São Paulo: Hucitec, 2011
VOLPATO, G. L. **Guia prático para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2015.
ROTHMAN, K.; GREENLAND, S. **Epidemiologia moderna**. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2011.

9º PERÍODO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
0.2.0	30	Metodologia da Pesquisa

EMENTA:
Elaboração de um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, dentro das normas do Regulamento, sob orientação técnica de um professor/orientador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12** (dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos). Brasília, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DYNIEWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M.. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MATIAS PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2019. MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DISCIPLINA: ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
0.0.28	420	Todas as disciplinas até o 8º semestre
EMENTA: Planejamento, execução e avaliação de atividades de enfermagem na atenção primária à saúde, envolvendo as dimensões do cuidado (atenção, promoção, recuperação e prevenção), gerência e educação em enfermagem e saúde nos processos e fases do viver humano. Aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes a partir da vivência em cenários de prática do SUS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
Bibliografias básicas utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
Bibliografias complementares utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.		

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
0.2.0	30h	Trabalho de Conclusão de Curso I
EMENTA: Elaboração de uma monografia, dentro das normas do Regulamento, sob orientação técnica de um professor/orientador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 466/12** (dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos). Brasília, 2012.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DYNIEWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.
LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M.. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
MATIAS PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2019.
MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DISCIPLINA: ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
0.0.28	420	Estágio Obrigatório I

EMENTA:
Planejamento, execução e avaliação de atividades de enfermagem no contexto hospitalar e ambulatorial especializado, envolvendo as dimensões do cuidado (atenção, promoção, recuperação e prevenção), gerência e educação em enfermagem e saúde nos processos e fases do viver humano. Aprimoramento de conhecimentos, habilidades clínicas, raciocínio crítico e atitudes a partir do acompanhamento do processo de trabalho do(a) enfermeiro(a) nos serviços de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Bibliografias básicas utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bibliografias complementares utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.

6.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: GENÉTICA BÁSICA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Introdução à genética; estrutura e funcionamento da molécula de DNA; estrutura e funcionamento do cromossomo; divisões celulares; mutações gênicas e cromossômicas; bases da hereditariedade; extensões e modificações dos princípios da hereditariedade; segregações; ligações gênicas; interação gênica; herança extra nuclear; herança ligada ao sexo; herança quantitativa; genética do câncer.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRIFFITHS, A.J.F.; GELBART, W.M.; MILER, J.H.; LEWONTIN, R.C. **Introdução à Genética.** 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
PIERCE, B.A. **Genética**: um enfoque conceitual. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013.
NUSSBAUM, R.L.; WILLARD, H.F.; MCINNES, R.R.. **Thompson & Thompson Genética médica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FARAH, S.B. **DNA segredos e mistérios.** 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2007.
DE ROBERTIS, E.; HIB, J.. **De Robertis: bases da biologia celular e molecular.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
JORDE, L.B.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J. **Genética Médica**. 4. ed. Elsevier, 2010
MALUF, Sharbel Weidner. **Citogenética humana.** Porto Alegre: Artmed, 2011.
PASTERNAK, J. J. **Uma Introdução à Genética Molecular Humana: Mecanismos das Doenças Hereditárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.

DISCIPLINA: ENFERMAGEM FAMILIAR		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Enfermagem familiar sistêmica: fundamentos e conceitos. Avaliação do sistema familiar: estrutura, estágios de desenvolvimento e funcionamento. Intervenção familiar: comunicação circular, papéis familiares, crenças, alianças e perguntas terapêuticas. Desenvolvimento de habilidades para abordagem familiar. Assistência à saúde centrada na família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

WRIGHT, L.M.; LEAHEY, M. **Enfermeiras e Famílias**: Um Guia para Avaliação e Intervenção na Família. 5. ed. São Paulo (SP): Roca, 2012.
RAKEL, Robert E; RAKEL, David P. **Textbook of family medicine**. 9.ed. Philadelphia, PA: Saunders Elsevier, 2016. 1200p.
OHARA, E. C.C.; SAITO, R.X.S. **Saúde da família**: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo, SP: Martinari, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARGIMON, I. L. et al. **Avaliação e Intervenção no Ciclo Vital**: da Promoção de Saúde à Prática Clínica. São Paulo: Hogrefe, 2019.

AUN, J. C.; VASCONCELLOS, M. J. E.; COELHO, S. V. **Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais:** fundamentos teóricos e epistemológicos. v.1. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.
DOHMS, M; GUSSO, G. **Comunicação Clínica**: Aperfeiçoando os Encontros em Saúde. Porto Alegre: Artmed, 2020.
GUALDA, D. M. R.; BERGAMASCO, R. B. **Enfermagem, Cultura e o processo Saúde-Doença**. São Paulo: Ícone, 2004.

DISCIPLINA: AUDITORIA EM ENFERMAGEM		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Fundamentos, princípios e aspectos legais da auditoria na saúde. Auditoria de custos e dos cuidados. Documentação, registros e anotações das ações de enfermagem. Acreditação de serviços de saúde. Qualidade da assistência de enfermagem. Auditoria hospitalar e na atenção básica à saúde. Auditoria do SUS e auditoria nas operadoras de planos de saúde. Instrumentos e ferramentas do enfermeiro auditor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Auditoria do SUS :** orientações básicas, 2011.
BRASIL. **Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
MORAIS, M.V.; BURMESTER, H. **Auditoria em saúde.** São Paulo: Saraiva Uni, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSUMPÇÃO, L.F. J. **Manual Prático do Auditor.** 2. ed. Curitiba: editora Juruá, 2022.
BRASIL. **Auditoria do SUS no contexto do SNA:** qualificação do relatório de auditoria. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
GALANTE, A.C. **Auditoria hospitalar do serviço de enfermagem**. 2. ed. Goiânia: AB editora, 2008.
MEIRA, S. R.C.; OLIVEIRA, A. S. B.; SANTOS, C. O. A contribuição da auditoria para a qualidade da gestão dos serviços de saúde. **Brazilian Journal of Business**, v. 3, n. 1, p. 1021-1033, 2021.
PIRES, R. P.; PIRES, J. T. **Acreditações, certificações e auditoria da qualidade em saúde**. Editora Senac São Paulo, 2021.

DISCIPLINA: ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Assistência de enfermagem a pacientes com estomias, feridas e incontinência. desenvolvimento de habilidades no cuidado às estomias, fístulas, tubos, cateteres, drenos, feridas agudas e crônicas e incontinências anal e urinária, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, visando a melhoria da qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Guia de atenção à saúde da pessoa com estomia** – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.
SILVA, R.C.L. et al. **Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem.** 2. ed. São Caetano do Sul - SP: Yendis, 2007.
JORGE, S.A.; DANTAS, S.R.P.E. **Abordagem multiprofissional do tratamento de feridas.** São Paulo: Atheneu, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GEOVANINI, T. **Tratado de feridas e curativos.** 2. ed. São Paulo - SP: Editora Rideel Ltda, 2022.
SOUSA, M. S. C. **Feridas e curativos.** 1. ed. Editora Sanar, 2020.
ARAÚJO, S. E. A. **Disfunções do Assoalho Pélvico** - Abordagem Multiprofissional e Multiespecialidades. 1.ed. Atheneu, 2018.
SOBEST. **Consenso Brasileiro de Cuidado às Pessoas Adultas com Estomias de Eliminação**. 1. ed. São Paulo : Segmento Farma Editores, 2021.
CAMPOS, M.G.C.A. et al. **Feridas complexas e estomias: aspectos preventivos e manejo clínico**.[Livro eletrônico] João Pessoa: Ideia, 2016.

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Desenvolvimento de expressão visual espacial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília: MEC/SEEP, 2005.
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da língua de sinais brasileira**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
FFERRAZ, C.L.M. Dicionário de configurações das mãos em libras [livro digital]. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, E. G. C. **Leitura e surdez**: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.
LACERDA, C. B. F.; GOES, M.C.R. (orgs.). **Surdez**: processos educativos e **lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
MOURA, M. C. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B (col.). **Língua de sinais brasileira: estudos linguíaricos.** Porto Alegre: Revinter, 2000.

DISCIPLINA: NUTRIÇÃO E DIETOTERAPIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Introdução ao estudo da nutrição, evolução e conceitos básicos. Nutrientes: composição química, conceitos, objetivos e princípios da dietoterapia. Avaliação do estado nutricional do indivíduo. Dieta normal e suas modificações. Dietas hospitalares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAHAN, L. K.. **Krause alimentos, nutrição & dietoterapia.** 14. ed. São Paulo: Roca, 2018.
OLIVEIRA,E.A.R et al. (Org). **Nutrição em Saúde Coletiva**: ações para a promoção da saúde. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021.
ROSS, C.A. et al. **Nutrição moderna de Shils na saúde e na doença**. 11.ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ADORNE, E.F. **Manual de dietas hospitalares.** 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2021.
BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
BRASIL. **Guia alimentar para crianças menores de dois anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
DOVERA, T.M.D.S. **Nutrição aplicada ao curso de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
ESCOTT-STUMP, S. **Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento**. 5.ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

DISCIPLINA: PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Estudo das práticas terapêuticas tradicionais, alternativas, complementares e integrativas em saúde. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Plantas Medicinais e Fitoterapia. Medicina Tradicional Chinesa. Homeopatia. Termalismo – Crenoterapia. Medicina Antroposófica. Reiki.

Terapia Floral. Ayurveda. Interprofissionalidade no uso de práticas integrativas e complementares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares**: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
MACHADO, K. et al. **Trajetórias das práticas integrativas e complementares no SUS** - Volume I.[Livro digital] Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático**: práticas integrativas e complementares em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Farmacopeia Homeopática Brasileira**. 3. ed. Brasília: Anvisa, 2011.
BRASIL. **Práticas integrativas e complementares:** plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
SESA-ES. Secretaria de Saúde do Espírito Santo. **Manual de práticas integrativas e complementares no SUS.** [Livro eletrônico] Vitória-ES: SESAES, 2013.

DISCIPLINA: SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Introdução à saúde sexual e reprodutiva. Paternidade responsável. Saúde no âmbito dos direitos reprodutivos. Tecnologias para contracepção e infertilidade. Saúde sexual e relações de gênero. Promoção da saúde sexual e reprodutiva do ser humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos Sexuais e Reprodutivos**: uma prioridade do governo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro:** tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST).** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
BRASIL. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
BRASIL. **Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
CATONNÉ, J.P. **A sexualidade ontem e hoje.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
GIUGLIANI, C. et al. **Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil: fatos e reflexões**. Editora Fiocruz, 2021.

DISCIPLINA: Relações étnico-raciais, gênero e diversidade		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Educação e diversidade cultural. Direitos humanos. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Racismo, preconceito e discriminação racial e suas manifestações. Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e diversidade na sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília-DF, 2013.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
NARDI, H.C. SILVEIRA, R.S. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUTLER, J. **Desfazendo gênero.** 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
FACCHINI, R.; FRANÇA, I.L. **Direitos em disputa:** LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Editora da Unicamp, 2020.
FERREIRA, A.J. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [e-book]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
FERNANDES, G. G.; OLIVEIRA, C. M. B.; GOMES, A. B. **Educação para as relações étnico-raciais.** Teresina: EDUFPI, 2011.
RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

DISCIPLINA: SAÚDE DO TRABALHADOR		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Políticas públicas de atenção à saúde dos trabalhadores. Riscos, doenças ocupacionais e prevenção de acidentes de trabalho. Instrumentos de coleta de informações para a Vigilância em Saúde. Intervenções na atenção, promoção e recuperação da saúde do trabalhador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **A epidemiologia da saúde do trabalhador no Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
MENDES, R.(Org.). **Patologia do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
JACQUES, M.G. **Saúde mental & trabalho.** 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Guia de orientações ergonômicas para o trabalho remoto** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde - **Norma Operacional em Saúde do Trabalhador do SUS.** Portaria nº. 3.908, de 30 de outubro de 1998. Brasília, 1998.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora.** Cadernos de atenção básica, n. 41[recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde - Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
MARTINS, R. A. **Saúde do Trabalhador**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2017.

DISCIPLINA: ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Princípios anatomofisiológicos da função renal. Doenças Renais. Fundamentação técnica e científica dos métodos dialíticos (hemodiálise; diálise peritoneal). Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente submetido às Terapias Renais Substitutivas (hemodiálise; diálise peritoneal; ultrafiltração; transplante renal).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada RDC n0 11 de 13 de maio de 2014**. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao paciente com Doença Renal Crônica – DRC no Sistema Único de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. BRUNNER & SUDDARTH - **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 14.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Endocrinologia e nefrologia.** Brasília : Ministério da Saúde, 2015. (Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção especializada; v. 1)
FERMI, M. R. V. **Diálise para Enfermagem:** guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2018.
PEREIRA, W.A. **Manual de Transplantes de Órgãos e Tecidos**: Transplante Renal. 4. ed. Coopmed, 2011.
RIELLA, M.C. **Princípios de Nefrologia e distúrbios hidroeletrolíticos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
VERONESE, F.V. et al. **Nefrologia na prática clínica**. 1. ed. São Paulo: Balieiro, 2019.

DISCIPLINA: SEGURANÇA DO PACIENTE

Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
4.0.0	60h	---

EMENTA:
Erro humano e sua interface com a prática dos cuidados à saúde humana. Histórico e taxonomia de Segurança do Paciente. A compreensão dos sistemas e o efeito da complexidade nos cuidados ao paciente. Aprender com os erros para evitar danos. Cultura de segurança. Estratégias para reduzir os erros e eventos adversos à saúde. O trabalho em equipe e o gerenciamento dos riscos clínicos e não-clínicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PAULO, S.; MENDES,W. (Org.).**Segurança do paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde.** [Livro eletrônico] Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 2019.
PAULO, S.; MENDES,W. (Org.).**Segurança do paciente: criando organizações de saúde seguras**. [Livro eletrônico] Rio de janeiro: Editora Fiocruz, 2019.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Patient safety curriculum guide**: multiprofessional edition [Internet]. Geneva: WHO, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529** de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1377** de 09 de Julho de 2013. Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Cirurgia Segura, Prática de Higiene das mãos e Úlcera por Pressão. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.b
BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2095** de 24 de Setembro de 2013. Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Prevenção de Quedas; o Protocolo de Identificação do Paciente e o Protocolo de Segurança na Prescrição e

de Uso e Administração de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de Referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DISCIPLINA: ATENÇÃO INTEGRAL ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Compreende a integração de atividades de avaliação, classificação, tratamento e encaminhamento de doenças consideradas prevalentes na infância, ressaltando-se a comunicação entre profissionais de saúde e familiares para o fortalecimento de sua participação nas ações de prevenção e promoção da saúde no apoio ao desenvolvimento da saúde da criança. Atenção voltada à criança menor de dois meses e à criança de dois meses a cinco anos, tendo como foco as doenças prevalentes nestas faixas etárias. Orientação às mães/acompanhantes na perspectiva de educação/promoção da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Aidpi Criança**: 2 meses a 5 anos [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Manual de quadros de procedimentos**: Aidpi Criança: 2 meses a 5 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Manual AIDPI neonatal**. 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, E.A.; FUKUSATO, P.C.S. **Manual prático do desenvolvimento infantil**. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2020.
BEHRMAN, R.E.; KLIEGMAN, R. M.; JENSON, H.B. **Nelson: tratado de pediatria.** 17. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Manual AIDPI Neonatal**: quadro de procedimentos. 5 ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
BRETAS, J.R.S. (Org.). **Manual de exame físico para a prática da enfermagem em pediatria.** São Paulo: Iátria, 2005.
MARCONDES, E. et al. **Pediatria básica.** 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004.

DISCIPLINA: SAÚDE DO HOMEM		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Saúde na concepção masculina. Principais patologias que acometem os homens no cenário brasileiro. Fundamentos político-assistenciais de atenção à saúde do homem em adoecimento crônico e agudo. Estratégias de promoção da saúde do homem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde departamento de ações programáticas estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Brasília: MS, 2008.
BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil da Situação da Saúde do Homem no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
GOMES, R. **Saúde do homem em debate**. [Livro eletrônico]. Rio de janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da saúde. **Guia de atividade física para a população brasileira: recomendações para gestores e profissionais de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
BREWER, S. **Saúde e alimentação: o homem moderno: o guia definitivo para os homens atingirem a saúde total.** São Paulo: Manole, 1998.
HERRMANN, A. et al. **Guia de Saúde do Homem para Agente Comunitário de Saúde (ACS).** Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.
HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. BRUNNER & SUDDARTH - **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 14.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.

DISCIPLINA: PRÁTICAS INTEGRADAS DE SAÚDE		
Créditos:	**Carga Horária:**	**Pré-requisito(s):**
2.2.0	60h	---

EMENTA:
Conceitos e práticas multiprofissionais, interprofissionais e interdisciplinares de saúde em cenários de produção e gestão do cuidado no Sistema Único de Saúde(SUS). Competências profissionais para o trabalho em equipe. Processo de trabalho e construção de práticas de organização, gestão e cuidado em saúde incluindo processos decisórios e diferentes dispositivos de gestão da clínica ampliada frente ao contexto e necessidades identificadas nos diversos serviços de saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANCO, T.B.; MERHY, E. E. T**rabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde:** textos reunidos. São Paulo: Hucitec, 2013.
MOSSER, G.; BEGUN, J.W. **Compreendendo o trabalho em equipe na saúde**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015.
TOASSI, R.F. C. (organizadora). **Interprofissionalidade e formação na saúde:** onde estamos? 1.ed. [e-book] Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MERHY, E.E. et. al. **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde**: surpreendendo o instituído nas redes - vol. 1. [e-book] Rio de Janeiro: Hexis, 2016.
MERHY, E.E. et al. O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde. **In.** BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **VER–SUS Brasil: cadernos de textos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
OLIVEIRA, G.N. **O projeto terapêutico e a mudança nos modos de produzir saúde.** São Paulo: Hucitec, p. 77-96, 2008.
PADILHA, R. Q. et al. Princípios para a gestão da clínica: conectando gestão, atenção à saúde e educação na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 23, n. 12, p.4249-4257, 2018.
STEWART, M. et al. **Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2017.

7 INFRAESTRUTURA

7.1 Biblioteca

Os laboratórios multidisciplinares do CSHNB/UFPI estão sob a Coordenação Geral de Laboratórios e, cada laboratório possui um coordenador específico da área como responsável pelo recinto.

A organização e funcionamento dos Laboratórios são normatizados pela Resolução CEPEX nº 343/2022, que trata das Normas Gerais de Funcionamento dos Laboratórios Multidisciplinares de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ciências da Natureza e Saúde/CSHNB.

As atividades do Curso de Graduação em Enfermagem utilizam os espaços abaixo descritos, além de outras estruturas laboratoriais de forma auxiliar.

Laboratórios de Habilidades em Saúde

Ambientes de ensino/aprendizagem destinados a atividades educacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, especialmente destinado às práticas das disciplinas que o curso oferece. O espaço assemelha-se a ambientes de unidades de saúde e comporta materiais e equipamentos necessários ao treinamento de habilidades e aprimoramento de competências a partir de simulação básica, sendo um facilitador no aprendizado do aluno.

Os Laboratórios de Habilidades em Saúde possuem ampla área física e contam com um conjunto de equipamentos, utensílios e instrumentais apropriados para o ensino prático, além de móveis hospitalares, tais como: camas, macas, cadeira de rodas, monitor cardíaco, material cirúrgico, simuladores de peças anatômicas, kit planejamento familiar

As atividades práticas realizadas nos Laboratórios de Habilidades permitem ao estudante experimentar, testar, repetir, errar e, sobretudo, corrigir os erros, facilitando a compreensão das técnicas estudadas. São utilizados manequins para simulação de baixa fidelidade para o treinamento de procedimentos básicos, tais como: curativos, sondagens, banho no leito, administração de medicamentos, cuidados com recém-nascidos, reanimação cardiopulmonar, entre outras atividades afins.

Laboratório de Parasitologia

Ambiente destinado a realização de aulas práticas de Parasitologia e de Processos de Agressão, Defesa e Proteção, com visualização e identificação de protozoários, helmintos e artrópodes de importância em saúde humana, através de microscópios e lupas. Além disso, são realizados diferentes testes de diagnóstico de parasitoses, como verminoses, protozooses intestinais e leishmaniose.

Laboratório de Pesquisa I

Espaço destinado a pesquisas aplicadas nas áreas de ciências biológicas e ciências da saúde, que atualmente recebe alunos de graduação e pós-graduação (mestrado e especialização) para pesquisas nos TCC e dissertações. Além da pesquisa, o laboratório recebe visitas de alunos e professores de escolas públicas.

Laboratórios de Anatomia Humana

Ambientes destinados às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão na área de morfologia humana, onde são realizadas aulas práticas de Anatomia Sistêmica, Topográfica e Clínica com discussão de casos clínicos durante as aulas dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas e Medicina. As atividades de pesquisa e extensão são realizadas pelos coordenadores das Ligas Acadêmicas e projetos de extensão envolvendo universitários e alunos da rede pública de ensino desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Conta com uma Sala de Tanques destinada ao armazenamento de peças e de cadáveres humanos, além da recepção e da fixação em formol de cadáveres e, também, no preparo e manutenção (osteotécnicas) de ossos para as aulas práticas. Além disso, as dissecações em cadáver humano são realizadas nesse recinto. Nesse recinto também são atendidos os alunos que participam das ações de extensão, visto que o cadáver fica exposto nessa sala durante as visitas.

Laboratório de Histologia

Espaço destinado a manipulação de microscópios para estudo de lâminas histológicas durante as aulas de graduação. Realiza esfregaço sanguíneo de voluntário para confecção de lâminas para estudos. Além disso, realiza atividades de pesquisa: são realizados cortes em micrótomo e demais preparações para a montagem de lâminas (sala de preparo).

Laboratório de Biofísica e Fisiologia

Ambiente destinado prioritariamente às aulas práticas a nível de Graduação, também pode comportar a Pós-Graduação. No laboratório são realizados experimentos reais e simulados da área de biofísica e fisiologia abordados em disciplinas dos cursos de graduação da área de saúde do CSHNB/UFPI.

Laboratório Multidisciplinar

Espaço dinâmico, com equipamentos e materiais que possibilitam a realização de aulas práticas de Citologia e Histologia, Bioquímica, Fisiologia, Parasitologia, Microbiologia, entre outros. Por ser um laboratório multidisciplinar, é possível desenvolver atividades que agucem e despertem a curiosidade e o interesse dos discentes por uma determinada área, estimulando-os a encontrar um dado problema, levantar hipóteses, observar, descobrir, analisar resultados, concluir e solucionar os experimentos, assim eles conseguem aliar as teorias vistas em sala de aula com as práticas em laboratório.

Laboratório de Simulação Avançada em Saúde

Ambiente destinado para o treinamento de habilidades específicas e simulações de alta fidelidade para diversos procedimentos e cenários. A estrutura simula ambientes e situações em unidades de terapia intensiva, enfermarias, salas de emergências e outros. Com simuladores e modelos anatômicos, o laboratório atende com qualidade às demandas curriculares dos cursos de Enfermagem e Medicina.

No espaço, existem um simulador de paciente real adulto interativo com respiração espontânea, monitor multiparâmetro de 21”, notebook e sistema de sangramento; e um simulador paciente real bebê de alta fidelidade interativo com respiração espontânea e respostas fisiológicas. Uma equipe de apoio com técnicos capacitados auxilia na montagem dos cenários e no uso dos equipamentos.

Logo, os métodos de simulação possibilitam um ambiente para a ampliação do ensino, a avaliação do conhecimento, o trabalho em equipe, a comunicação interprofissional, os processos de tomada de decisão, além do treinamento de habilidades técnicas.

7.2 Biblioteca

A Biblioteca Universitária atua na promoção do acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFPI, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do estado do Piauí. No CSHNB, a Biblioteca Setorial recebeu o nome de Biblioteca José Albano de Macedo, em homenagem ao professor e historiador José Albano de Macedo, popularmente conhecido como “Ozildo Albano”, cidadão picoense que soube edificar um notável patrimônio cultural através de peças, documentos, livros e objetos.

O espaço físico da Biblioteca Setorial conta com 816,48m² e possui salão de estudos com 84 lugares, 6 salas de estudo em grupo com 24 lugares, cabines de estudo individual com 25 lugares. Possui como equipamentos: 3 computadores para pesquisa do acervo, 3 computadores para empréstimo/devolução/renovação, 3 computadores para processamento técnico e 2 impressoras.

O acervo geral da biblioteca possui aproximadamente 8 mil títulos, alcançando mais de 27 mil exemplares disponíveis para uso. O material bibliográfico é composto de livros, atlas, periódicos, enciclopédias, monografias, dissertações, teses, CDs e DVDs. Além do acesso aos títulos físicos, a Biblioteca Setorial oferece acesso aberto ao Portal de Periódicos CAPES e ao Portal do Sistema de Bibliotecas da UFPI (SIBi) através do SIGAA. Também são ofertados serviços de elaboração de fichas catalográficas, elaboração de folder informativo, livros e periódicos, repositórios de TCCs, manuais e bases de dados, treinamento de usuários, campanhas educativas, atualização das Redes Sociais (Facebook e Instagram); exposições de obras; flanelógrafo digital (TV), em atendimento presencial (balcão) ou assistência remota por telefone e e-mail.

O acervo possui 543 títulos na área de ciências da saúde, com aproximadamente 3 mil exemplares de materiais disponíveis para consulta. Os alunos de graduação podem realizar empréstimos de até 3 livros por 7 dias; os alunos de pós-graduação podem realizar empréstimos da mesma quantidade de livros por até 14 dias. Docentes e técnicos-administrativos podem realizar empréstimos de até 4 livros por 14 dias.

A Biblioteca Setorial possui funcionamento contínuo, de segunda à sexta-feira, de 8 às 21h, e aos sábados, de 8 às 12h. As normativas de acesso, organização e funcionamento da Biblioteca estão dispostas no Regimento Interno da Biblioteca

José Albano de Macêdo. Maiores informações podem ser consultadas no website da biblioteca (www.ufpi.br/biblioteca-setorial-picos) e através dos canais de relacionamento da mesma.

8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalências entre projetos pedagógicos (anterior e novo)

CURRÍCULO ANTERIOR			CURRÍCULO PROPOSTO		
PER.	**DISCIPLINA**	**CH**	**PER.**	**DISCIPLINA**	**CH**
1	Sem. de Introd. ao Curso	15	1	Sem. de Introd. ao Curso	15
1	Anatomia geral	120	1	Anatomia humana	120
1	Histologia e embriologia	60	1	Citologia, histologia e embriologia	60
1	História da enfermagem	45	1	História da Enfermagem	30
3	Bioquímica para enfermagem	90	1	Bioquímica	60
1	Antropologia filosófica	30	2	Saúde e sociedade	60
1	Tópicos em sociologia da saúde	45			
3	Fisiologia para enfermagem	105	2	Fisiologia Humana	90
1	Bioestatística	60	1	Bioestatística	45
3	Psicologia aplicada à enfermagem	45	3	Psicologia e saúde	60
2	Introdução à Pesquisa e Tec. da Comu. Em Saúde	75	3	Metodologia científica	30
				Metodologia da pesquisa	30
2	Microbiol e Imunol. Básica	90	3	Microbiologia e Imunologia	60
4	Metodologia da assistência de enfermagem	45	4	Metodologia da assistência de enfermagem	60
3	Patologia e processos gerais	60	3	Patologia humana	75
4	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	120	4	Semiologia e Semiotécnica de enfermagem	120
2	Parasitologia Geral	60	2	Parasitologia geral	60
4	Farmacologia para Enfermagem	105	3	Farmacologia	90
5	Enferm. na atenção às enferm. infectocontagiosas e parasitárias	105	6	Saúde Coletiva III	60
7	Administração em Saúde Pública	120	2	Saúde Coletiva I	60

4	Fundamentação Básica de Enfermagem I	105	4	Fundamentos de Enfermagem	180
5	Fundamentação Básica de Enfermagem II	120			
1	Saúde Ambiental	45	8	Saúde, ambiente e sustentabilidade	60
5	Didática aplicada à Enfermagem	60	5	Didática	60
5	Enfermagem nas cirurgias e emergências	135	5	Enfermagem perioperatória	120
3	Enfermagem em Saúde Mental	75	5	Enfermagem em Saúde Mental	90
6	Saúde da mulher	165	6	Processo de cuidar da Mulher	120
6	Saúde da criança e do adolescente	165	6	Processo de Cuidar da Criança	120
			7	Processo de Cuidar da adolescente	60
7	Administração em Enfermagem	150	8	Gerenciamento em Enfermagem e saúde	90
6	Saúde do adulto e do idoso I	135	7	Processo de cuidar do Adulto I	120
6	Saúde do adulto e do idoso II	135	8	Processo de cuidar do Adulto II	90
8	Seminário de Pesquisa I	45	8	Met. da Pesquisa	30
9	Seminário de pesquisa II	45	9	Trabalho de Conclusão de Curso I	30
			10	Trabalho de Conclusão de Curso II	30
8	Estágio Curricular I	420	9	Estágio Curricular I	420
9	Estágio Curricular II	420	10	Estágio Curricular II	420

Foi excluída a disciplina de Biofísica e seu conteúdo incorporado à disciplina de Fisiologia.

8.2 Vigência e migrações

Bloco	Currículo	Períodos					
		2023.2	2024.1	2024.2	2025.1	2025.2	2026.1
1º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
2º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 1	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
3º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 2	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
4º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 3	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
5º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 4	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
6º	Anterior	OFERTA	-	-	-	-	
	Novo	-	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
7º	Anterior	OFERTA	OFERTA	-	-	-	
	Novo	-	-	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
8º	Anterior	OFERTA	OFERTA	OFERTA	-	-	
	Novo	-	-	-	OFERTA	OFERTA	OFERTA
9º	Anterior	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	-	
	Novo	-	-	-	-	OFERTA	OFERTA
10º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	-	-	-	-	-	OFERTA

Período para migrações: 2023.2

Período de transição: 2023.2 a 2025.2

Implantação total do currículo novo: 2026.1

Migração 1:

Pendente: Bioquímica + Metodologia Científica

Equivalência: Saúde e Sociedade (Não ofertar)

Migração 2:

Pendente: Bioquímica + Metodologia Científica

Migração 3:

Pendente: Farmacologia

Migração 4:

Pendente: Fundamentação Básica de Enfermagem II

Equivalente: Enfermagem em Saúde Mental (não ofertar)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2ª ed. 2018.

ALVES, A. G. et al. Tecnologia de informação e comunicação no ensino de enfermagem. **Acta Paul Enferm**. v.33, n. eAPE20190138, p.1-8, 2020.

ANASTASIOU, A. **Estratégias de ensino,** 2004, p. 97.

BAGNATO, M. H. S; RENOVATO, R. D; BASSINELLO, G. A. H. De Interdisciplinaridade e multirreferencialidade na Educação superior em Saúde. **Cogitare Enfermagem,** v. 12, n. 3, p. 365-370, 2007.

BATISTA, K. B. C.; GONCALVES, O. S. J. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saude soc.**, v. 20, n. 4, p. 884-899, 2011.

BATISTA, N. A. et al.Interprofessional health education: the experience of the Federal University of Sao Paulo, Baixada Santista campus, Santos, Brazil. **Interface (Botucatu)**, v. 22, Supl. 2, p. 1705-1715, 2018.

BISCARDE, D.G.S.; PEREIRA-SANTOS, M; SILVA, L.B. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 18, n. 48, pp. 177-186, 2014.

BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Inclusão social**, v. 1, n. 1, 2005.

BOUSSO, R. S.; POLES, K.; CRUZ, D. A. L. M. Conceitos e teorias na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP,** v. 48, p. 141-145, 2014.

BRASIL. CONASS. **Publicada a Resolução CNS N. 573 que aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem**. Brasília CONASS, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização.** 1. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. **Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde**: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BUENO, B. da C. et al. Integração ensino-serviço-comunidade na percepção de docentes do curso de Enfermagem. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v.10, n.14, pág. e353101421978, 2021.

CECCIM, R. B.; FEUERWERKER, L. C. M. O quadrilátero da formação para a área dasaúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 41- 65, 2004.

COELHO, M. P.; MORAES-PARTELLI, A. N.; ASSIS, J. S. de; LÚCIO, V. R.; FREITAS, P. de S. S.; ALMEIDA, A. P. S. C. Desafios na formação de enfermeiros na perspectiva dos egressos. **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 3, no. 5, p. 13274–13291, 2020.

COHEN, E. G.; LOTAN, R. A. **Planejando o trabalho em grupo:** estratégias para salas de aula heterogêneas. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

COLINVAUX, D. Aprendizagem e construção/constituição de conhecimento: reflexões teórico-metodológicas. **Pró-Posições**, v. 18, n. 3, p. 29-51, 2007.

DA VEIGA, C.H.A et al. Sistemática pedagógica para desenvolvimento de ambiente de simulação computacional na perspectiva da teoria da atividade. **Informática na educação: teoria & prática**, v.24, n.1, p.13-25, jan/abr. 2021.

DANTAS, F.C. **Diretrizes para aprendizagem significativa no ensino da enfermagem: uma contribuição para o cuidado** [Dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós Graduação em Ciências do Cuidado em Saúde, 2018.

DANTAS, V.R; LINHARES, A.M.B. Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DELORS, J. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo/Brasília (DF): Cortez/Unesco, 2000.

FERNANDES, J. D. et al. Diretrizes estratégicas para a implantação de uma nova proposta pedagógica na Escola de Enfermagem da Universidade da Federal da Bahia. **Rev. Enfermagem**, v. 56, n. 54, p. 392-395, 2003.

FEURWERKER, L. C. M.; SENA, R. R. A contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 6, n. 10, p. 37-50, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FROTA, M. A.; WERMELINGER, M. C. de M. W.; VIEIRA, L. J. E. de S.; XIMENES NETO, F. R. G.; QUEIROZ, R. S. M.; DE AMORIM, R. F. Mapping nursing training in Brazil: Challenges for actions in complex and globalized scenarios. **Ciencia e Saude Coletiva**, v.25, n.1, p. 25–35, 2020.

HOKAMA, P.O.M; HOKAMA, N.K; BATISTA, N. Caso Motivador como Estratégia Problematizadora e Integradora no Ensino Médico em um Curso de Oncologia. **Rev. Bras. Educ. Med.,** Rio de Janeiro, v.42, n4, p. 165-174, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: nov. 2022.

KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educ. Soc.**, v. 26, n. 93, p.1273-1288, 2005.

LIMA, M. M.; REIBNITZ, K. S.; KLOH, D.; SILVA, K. L.; FERRAZ, F. Relação pedagógica no ensino prático-reflexivo: elementos característicos do ensino da integralidade na formação do enfermeiro. **Texto Contexto Enferm**, v. 27, n. 2, e1810016, 2018.

MELEIS, A. I. **Theoretical Nursing: development and progress**. 5. Ed. Philadelphia: Wolters Kulwer Health | Lippincott Williams & Wilkins, 2012.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2009.

MINAYO, M.C.S. Saúde: concepções e políticas públicas Saúde e doença como expressão cultural. In: AMÂNCIO FILHO, A.; MOREIRA, M.C.G.B., orgs. **Saúde, trabalho e formação profissional** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MITRE, S. M. et al . Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, 2008.

MOREIRA, M.A. **Aprendizagem significativa:** a teoria e textos complementares. São Paulo (SP): Editora Livraria da Física; 2011.

OLIVEIRA, S.N. de et al. Da teoria à prática, operacionalizando a simulação clínica no ensino de Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 71, suppl 4, p. 1791-1798. 2018.

PAIVA, M. R. F.; PARENTE, J. R. F.; BRANDÃO, I. R.; QUEIROZ, A. H. B. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE**, v.15, n.2, p.145-153, 2016.

PIAUÍ. SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO PIAUÍ. **Plano Estadual de Saúde do Piauí - 2020 a 2023**. Secretaria Estadual da Saúde do Piauí/ Diretoria de Planejamento. Piauí: SESAPI, 2020.

PIAUÍ. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Estudo sobre desenvolvimento humano e política social no Piauí.** Teresina: CEPRO, 2018. 154 p.

PIAUÍ. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Produto Interno Bruto do Piauí 2018.** Teresina: CEPRO, 2020.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Cuidado:** as fronteiras da integralidade. 3.ed. Hucitec/IMS/Uerj-Abrasco. 2005.

REUTER, C. L. O.; SANTOS, V. C. F.; RAMOS, A. R. O exercício da Interprofissionalidade e da intersetorialidade como arte de cuidar: inovações e desafios. **Escola Anna Nery**, v. 22, n.4, p. e20170441, 2018.

SANTANA, Maria J. et al. How to practice person-centred care: A conceptual framework. **Health Expectations**, v. 21, n. 2, p. 429-440, 2018.

SILVA, D.K.B. da et al. Percepções de estudantes de medicina sobre o OSCE: análise de seu papel como instrumento de avaliação formativa em uma universidade na Amazônia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento,** São Paulo, v.2, n.5, p.66-85, 2019.

SILVA, J. L. et al. A Utilização de Vídeos Didáticos nas Aulas de Química do Ensino Médio para Abordagem Histórica e Contextualizada do Tema Vidros. **Química Nova na Escola,** v. 34, n. 4, p. 189-200, 2012.

SIQUEIRA-BATISTA, R. **Às margens do Aqueronte**: finitude, autonomia, proteção e compaixão no debate bioético sobre a eutanásia [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz, 2006.

UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem** - Campus Amílcar Ferreira Sobral. Floriano: UFPI, 2016.

UFPI. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem** - Campus Ministro Petrônio Portela. Teresina: UFPI, 2012.

Universidade Federal do Piauí. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2020-2024.UFPI: Teresina, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/CONCSHNB. Resolução nº 001, de 29 de outubro de 2020, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Unidade – (PDU) do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros 2020-2022, UFPI – Picos, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

VASCONCELOS, S. S.; GOVEIA, G. P. de M. Saúde Coletiva E Desafios Para a Formação Superior Em Saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, vol. 35, no. 2, p. 498, 2012.

VENDRUSCOLO, C.; DO PRADO, M. L.; KLEBA, M. E. Integração ensino-serviço no âmbito do programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde. **Ciencia e Saude Coletiva**, vol. 21, no. 9, p. 2949–2960, 2016.

VERDE, E.S.L. **Didática e seu objeto de estudo.** Teresina: EDUFPI, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

WALDOW, V. R. **Cuidar expressão humanizadora da enfermagem**. Petrópolis: Vozes, 2006.

XIMENES NETO, F. R. G. Educação em Enfermagem no Brasil: avanços e riscos. **Enfermagem em Foco**, vol. 10, no. 6, p. 4–5, 2020.

APÊNDICE A

PLANO DE ENSINO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: **CÓDIGO:**

SEMESTRE: **CARGA HORÁRIA:** **PERÍODO LETIVO:**

DOCENTE(S): Nome - SIAPE

I – EMENTA

II – OBJETIVO GERAL

III – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

V – PROCEDIMENTOS DE ENSINO
Técnicas de Ensino **Recursos Didáticos** **Atividades práticas**

VI – SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

VII – BIBLIOGRAFIA
Básica: **Complementar:**

Data de aprovação: _____/_____/_____

Carimbo e assinatura do(a) Coordenador(a)

APÊNDICE B
REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Art. 1º. Este regulamento normatiza as atividades relacionadas ao Estágio Obrigatório do Curso de Enfermagem/CSHNB/UFPI, em atenção as normativas abaixo:

- Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001;
- Resolução CEPEX/UFPI nº 22/09, que dispõe sobre o estágio obrigatório;
- Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Resolução CEPEX/UFPI nº177/2012;
- Regimento Geral da UFPI.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 2º. O Estágio obrigatório é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho.

Art. 3º. O Estágio obrigatório, para efeito de integralização curricular, é determinado pelo Conselho Nacional de Educação nas Diretrizes Curriculares e previsto no PPC do Curso de Bacharelado em Enfermagem, constituindo-se, componente curricular indispensável à formação do Enfermeiro.

Art. 4º. São objetivos do Estágio Obrigatório:

a. Garantir a formação acadêmica: conclusão do processo Ensino Aprendizagem;

b. Vivenciar a prática profissional e as tendências do mercado;

c. Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais, tendo em vista a interdisciplinaridade;

d. Oportunizar para desenvolver habilidades de liderança (atuar de forma participativa, crítica, reflexiva, criativa, compartilhada, sinérgica e segura);

e. Participar do gerenciamento da assistência de enfermagem prestada ao cliente, família e comunidade (negociar, inovar, ousar, estudar, desenvolver ações estratégicas, ter consciência sociopolítica e cultural, interagir permanentemente com o cliente, família e comunidade, além de promover visão holística e crítica do aluno).

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 5º. O Estágio Obrigatório divide-se em Estágio Obrigatório I e II, ambos com carga horária de 420 horas por período, totalizando 840 horas nos dois últimos períodos do curso.

Art. 6º. O Estágio Obrigatório I será desenvolvido integralmente a nível da Atenção Primária à Saúde, especificamente em Unidades Básicas de Saúde, a fim de proporcionar vivências e aprendizados acerca do trabalho profissional do enfermeiro, envolvendo atividades de assistência, educação e promoção da saúde, bem como gerência nesses serviços.

Art. 7º. O Estágio Obrigatório II será desenvolvido no contexto das Redes de Atenção à Saúde - RAS, notadamente nas unidades de atenção especializada à saúde, unidades ambulatoriais, clínicas, serviços especializados e unidades hospitalares, visando proporcionar vivências e aprendizados acerca do trabalho profissional do enfermeiro, envolvendo atividades de assistência, educação e promoção da saúde, bem como gerência nesses serviços.

Art. 8º. Respeitada a legislação vigente, a carga horária de estágio discente deve respeitar a jornada semanal máxima de 40 horas, em distribuição de até 8 horas diárias.

Parágrafo único: Excepcionalidades poderão ser avaliadas e autorizadas pelo Colegiado de Curso, respeitando a legislação vigente, o funcionamento dos campos de estágio (plantão) e o limite máximo de 40 horas semanais.

Art. 9º. São campos de estágio os serviços de saúde públicos ou privados conveniados com a UFPI e que atendam ao disposto nas normativas estabelecidas para o Estágio Obrigatório do Curso de Enfermagem CSHNB/UFPI.

Seção I
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS

Art. 10. O estágio obrigatório, para a sua regularidade, envolve:

I – Coordenação Geral de Estágio(CGE)/PREG;

II – Coordenação de Estágio no Curso;

III – Orientador de Estágio;

IV – Supervisor de Campo;

V – Acadêmicos.

Art. 11. A Coordenação Geral de Estágio da PREG tem como funções básicas:

a. Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Obrigatório na UFPI;

b. propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;

c. assessorar as coordenações de estágios nos cursos na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio obrigatório, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;

d. providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;

e. organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

Art. 12. A Coordenação do Estágio no Curso será exercida por docente efetivo escolhido em Assembleia de Curso, com mandato de dois anos, cada, e cuja nomeação deverá ser efetivada por portaria da unidade acadêmica a qual o estágio está vinculado.

Parágrafo único: São atribuições do Coordenador de Estágio:

a. coordenar a elaboração ou adequações de normas ou critérios específicos do estágio do curso, com base nas leis e resoluções;

b. informar à CGE/PREG os campos de estágio, quando for o caso, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

c. fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;

d. elaborar, a cada semestre, junto com os docentes-orientadores, as programações de estágio obrigatório que serão enviadas à CGE/PREG no prazo estabelecido no calendário acadêmico;

e. orientar e encaminhar os alunos ao campo de estágio;

f. acompanhar o desenvolvimento do estágio, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;

g. enviar a CGE/PREG, no final de cada período letivo, o relatório correspondente ao estágio obrigatório do curso;

h. informar à Chefia do curso, ao final de cada período letivo, os dados de cada supervisor de campo com a finalidade de posterior emissão de certificados pela CGE/PREG, com o preenchimento da planilha específica para este fim (APÊNDICE C);

i. prover calendário próprio que atenda as várias etapas do processo de Estágio do Curso;

j. coordenar, acompanhar, assessorar e avaliar os orientadores de estágio e os supervisores de campo.

a. apresentar no primeiro encontro pré-estágio dos componentes curriculares de Estágio Obrigatório I e II a documentação necessária para firmar o seguro contra acidentes pessoais dos acadêmicos

b. Apresentar no primeiro encontro pré-estágio aos discentes e docentes os locais e vagas disponíveis para estágio obrigatório na cidade de Picos.

Art. 13. O Orientador de Estágio é um professor do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

a. ser o elo entre o órgão formador e a instituição de saúde que recebe o aluno para a realização do estágio obrigatório;

d. elaborar junto ao Coordenador de Estágio do curso a programação semestral de estágios obrigatórios;

e. orientar os alunos na elaboração dos seus planos de atividades e relatórios de estágio;

f. acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários com carga-horária compatível com as atividades dos serviços de saúde e com os horários das disciplinas ministradas pelo mesmo, como disposto no PPC;

g. criar e recriar espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;

h. propor alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou cultura institucional no decorrer do estágio curricular, garantindo o alcance dos objetivos propostos;

i. enviar ao Coordenador de Estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Obrigatórios dos alunos sob a sua responsabilidade;

j. receber as fichas de avaliação discente devidamente preenchida pelo Supervisor de Campo.

k. Ao final do semestre letivo informar para o coordenador de estágio a quantidade de vagas no campo disponíveis para o semestre seguinte.

Parágrafo primeiro: Excepcionalmente, e somente após autorização prévia do Colegiado do curso, o acompanhamento do orientador de estágio da instituição de ensino poderá ocorrer através de supervisão indireta, devendo tal acompanhamento ser comprovado através de fichas de assiduidade, bem como relatórios e/ou planilhas demonstrativas da supervisão na instituição de saúde onde o estágio foi realizado para efeito de fiscalização pelos órgãos competentes.

Art. 14. O Supervisor de Campo é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade. Tem as seguintes funções:

a. Participar do processo Ensino-Aprendizagem (corresponsável);

b. Participar da avaliação do processo;

c. Proporcionar ambiente conceptual que favoreça o aprendizado;

d. Manter comunicação efetiva com o orientador de estágio e com o coordenador.

Parágrafo primeiro: Nos casos de estágios onde há a participação de Supervisor de Campo, a avaliação do estágio é responsabilidade do supervisor de estágio, sendo solicitada a participação do professor orientador, quando necessário. Os Enfermeiros Supervisores dos Estágios obrigatórios, não serão remunerados, recebendo certificado de participação em supervisão, fornecido pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Piauí.

Parágrafo segundo: É vedado ao enfermeiro dos serviços conveniados exercer simultaneamente as funções de Enfermeiro Supervisor e de Enfermeiro Docente da Instituição de Ensino no desenvolvimento do Estágio Obrigatório. Dessa forma é facultado ao Enfermeiro do Serviço participar da supervisão do Estágio.

Parágrafo terceiro: No desenvolvimento do Estágio Obrigatório, é proibido ao Enfermeiro na condição de docente, Enfermeiro responsável ou supervisor eximir-

se da responsabilidade por atividades executadas por alunos ou estagiários, como previsto no art. 95 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Art. 15. O discente estagiário deve entregar um relatório final à unidade onde se realiza o estágio e à unidade da UFPI a qual se vincula a atividade de estágio. A unidade da UFPI à qual se vincula a atividade de estágio deve receber também, da unidade onde se realiza o estágio, avaliações e frequência do estagiário, assinados pelo supervisor de campo.

Parágrafo único: São atribuições/atividades e deveres dos estagiários:

a. Gerenciar a assistência de Enfermagem nas diferentes especialidades;
b. Assegurar princípios éticos no exercício das atividades;
c. Prestar assistência livre de riscos e malefícios aos clientes;
d. Favorecer a comunicação com todos os membros da equipe de Enfermagem, profissionais afins, cliente, família e comunidade;
e. Manter estudo técnico científico das especialidades atendidas;
f. Assegurar o planejamento da assistência de Enfermagem;
g. Determinar os padrões de desempenho no trabalho através de instruções específicas (ensinar, supervisionar, compartilhar, avaliar);
h. Prestar assistência de Enfermagem ambulatorial, hospitalar e domiciliar;
i. Elaborar relatório de conclusão do estágio curricular;
j. Ter frequência de 100% no Estágio Curricular Obrigatório, mediante apresentação da ficha de assiduidade;
k. Justificar ausências ao supervisor e ao orientador de Estágio, solicitando reposição das atividades de estágio, considerando a legislação e normativas vigentes.
l. Estar devidamente uniformizado, conforme as normas da Instituição e/ou regulamentação própria das disciplinas específicas:

   • Roupa branca: camisa ou camiseta de manga e com decote discreto, calça comprida e jaleco branco e longo, manga comprida, saia comprida.

   • Jaleco: deverá conter o nome do aluno e o logotipo da UFPI no braço esquerdo ou bolso; deverá ser abaixo do joelho, de mangas compridas e branco;

• Sapato branco, totalmente fechado e de material impermeável; o aluno não poderá adentrar em campo de estágio com sapato de salto fino e alto (acima de 5cm);

• Roupa privativa hospitalar: adquirir, para as áreas hospitalares críticas, roupa privativa de acordo com as normas da Instituição (pijama cirúrgico; scrub);

• Cabelos longos e semi-longos deverão ser presos de forma adequada, evitando-se o contato com pacientes e materiais;

• Adornos: será permitido o uso de aliança, sem presença de pedras; brincos pequenos e discretos. É proibido o uso de pulseiras, cordões e piercing em mucosas (para evitar disseminação de microorganismos);

• Manter as unhas curtas e limpas; não será permitido uso de esmaltes escuros;

• Será permitido o uso de maquilagem, desde que discreta;

• O uniforme deverá estar limpo e bem passado;

• Não será permitido o uso de blusas coloridas sob ou sobre o uniforme;

• O uso constante do crachá de identificação da UFPI é obrigatório. Deve conter logomarca da instituição, foto legível e atualizada de fundo branco, nome completo, número de matrícula, curso, acadêmico de enfermagem e data de validade.

m. Portar materiais individuais e obrigatórios para a execução de atividades próprias da enfermagem: estetoscópio, termômetro, garrote, luva de procedimento, máscara, gorro, pro-pé, tesoura sem ponta, lupa, lanterna, fita métrica, caderneta, caneta azul e vermelha e carimbo com as seguintes informações: nome completo, Acadêmico de Enfermagem/UFPI e nº de matrícula;
n. Apresentar fotocópia da identidade (RG), CPF, comprovante de matrícula, crachá de identificação da UFPI e cartão vacinal atualizado para Hepatite B, Difteria e Tétano (dT adulto), Sarampo e Rubéola (dupla viral), influenza e outras consideradas importantes frente ao perfil epidemiológico local.

Art. 16. Considerando a necessidade do cumprimento da carga horária integral do estágio obrigatório, ressalta-se não haver abono de faltas em atividades de estágio.

Parágrafo primeiro: Ausências em atividades de estágio deverão ser reportadas à coordenação de estágio, ao supervisor e orientador, acompanhadas de solicitação de reposição.

Parágrafo segundo: Ausências derivadas de situações previstas em lei (trauma, aborto, doenças infectocontagiosas, motivos legais e morte de parente de 1º grau) ou outros não reportados serão avaliados pela coordenação de estágio, considerando a viabilidade de reposição no período letivo;

CAPÍTULO II
DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 17. O estágio obrigatório poderá ser realizado na própria UFPI, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica.

Parágrafo primeiro: Não é permitido o encaminhamento, para o estágio, de aluno que esteja com o curso trancado.

Parágrafo segundo: O estágio será realizado em instituições públicas, filantrópicas, beneficentes ou particulares que atendam aos seguintes critérios:

I - Serviço de Enfermagem organizado (filosofia, regimento e protocolos);

II - Presença do profissional de Enfermagem nas unidades em todos os turnos;

III - Possuem convênio com a UFPI em vigência.

Parágrafo terceiro: Somente será permitido o estágio individual e/ou em grupo fora dos campos de estágio conveniados ou de atividades institucionais de pesquisa ou extensão em casos excepcionais, devidamente analisados e aprovados pelo colegiado do curso.

Art. 18. Os discentes devem realizar matrícula em estágio curricular após cursar todas as disciplinas obrigatórias do curso, aceitando as normas deste regulamento com a assinatura dos respectivos documentos necessários à efetivação do estágio obrigatório.

Parágrafo primeiro: Não será permitido o estágio concomitante do curricular I e II exceto, em casos excepcionais devidamente analisados e aprovados pelo colegiado do curso.

Parágrafo segundo: Nenhum acadêmico poderá colar grau sem ter cumprido, integralmente, a carga horária de estágio obrigatório fixado no Projeto Político do Curso.

Art. 19. O estágio obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá ou não receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordado, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.

Art. 20. As atividades de estágio ocorrerão em unidades de saúde e outros espaços vinculados à instituições conveniadas à UFPI.

Parágrafo primeiro: As atividades serão desenvolvidas individualmente ou em grupos, nos serviços e espaços previamente indicados pela coordenação de estágio.

Parágrafo segundo: A definição das unidades de estágio ocorrerá mediante a oferta de vagas apresentada pelo coordenador de estágio curricular, obedecendo a disponibilidade de vagas e dinâmica organizacional do campo.

Parágrafo terceiro: O estágio obrigatório deve ocorrer em instituições localizadas no município de Picos, onde encontra-se instalado o respectivo curso, podendo excepcionalmente ocorrer em outros municípios, com a devida anuência do Colegiado do Curso.

Parágrafo quarto: A excepcional solicitação de estágios em unidades de saúde de outros municípios deverá ser formalizada via processo à Coordenação de Curso, acompanhada da devida justificativa e manifestação de concordância e aceite da instituição receptora em realizar convênio com a UFPI, respeitado o trâmite abaixo:

I) aluno requerente deverá realizar a solicitação formal por meio de protocolo constando a justificativa e documentos comprobatórios.

II) Quando não houver convênio firmado, o mesmo poderá ser solicitado pelo aluno mediante encaminhamento de informações solicitadas pela Coordenação Geral de Estágios, ao coordenador de estágio do curso no período de trinta dias antes do início das atividades letivas conforme calendário acadêmico proposto pela UFPI. A solicitação será avaliada pela Coordenação Geral de Estágio, responsável por aprovar ou recusar o convênio;

III) Caberá ao discente realizar o contato prévio com o enfermeiro supervisor de campo, que deverá informar a disponibilidade de acompanhar as atividades e disponibilizar: cópia do COREN, número de contato telefônico, e-mail ou outras

formas que possibilitem contato com o coordenador de estágio e professor orientador.

IV) De posse de todas as informações e acesso a toda a documentação, o Colegiado do Curso deve deliberar sobre o requerimento do aluno, respeitada a legislação vigente.

Art. 21. Além do acompanhamento das atividades realizadas nos serviços de saúde, a Coordenação de Estágios poderá realizar atividades de atualização teórico-conceitual e/ou desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, sob a forma de circuitos, palestras, oficinas ou cursos na modalidade presencial ou remota, devidamente previstas no Plano de Ensino do Estágio Obrigatório.

Art. 22. O estágio obrigatório deve implementar processos avaliativos dos estagiários, de forma sequencial e constante, subsidiando o processo formativo em curso.

Parágrafo primeiro: Cada etapa do estágio obrigatório (I e II) deverá realizar no mínimo 4(quatro) Avaliações Parciais no decorrer do período, entre as quais devem constar:

I - Avaliação do Desempenho do Estagiário - Supervisor;

II - Avaliação do Desempenho do Estagiário - Orientador;

III - Intervenção Teórico-prática (Estudo de caso, Projeto Terapêutico Singular e/ou outros)

IV - Relatório de Estágio.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. A Universidade deverá disponibilizar seguro de vida (seguro saúde) contra acidentes para os alunos regularmente matriculados em estágio obrigatório, assegurando alunos em atividades de estágio, inclusive fora do Campus.

Art. 24. Em caso de acidente de estagiários envolvendo material biológico deverão ser tomadas as seguintes providências:

I. comunicar a Coordenação de Estágio, imediatamente;
II. inicialmente solicitar o teste rápido (presente no hospital e/ou na vigilância epidemiológica) do paciente fonte;
III. acionar a vigilância epidemiológica do município para a coleta dos demais exames necessários do acadêmico e paciente fonte (HIV,

HbsAg, HbC, sífilis) e procedimentos preconizados pelo Ministério da Saúde;

IV. ao chegar o resultado dos exames, uma cópia destes deverá ser entregue para o Coordenador do Estágio. Fica sob responsabilidade do Professor Orientador e/ou Supervisor de Campo a emissão de um relatório detalhado do acidente e das condutas tomadas, que deverá ficar anexado cópia no seu registro acadêmico, sendo comunicado imediatamente à coordenação do curso.

Parágrafo único. As devidas medidas de registro, comunicação e notificação de acidentes devem ser realizadas às instituições competentes, podendo ser acionado o seguro de vida.

Art. 25. O estagiário que por má administração, por negligência ou omissão, danificar e extraviar equipamentos ou parte deles ou outros danos causados à instituição conveniada ou da UFPI, deverá ressarcir ou indenizar pelos prejuízos causados.

Art. 26. A antecipação de estágio obrigatório poderá ser solicitada por estagiários, considerando os preceitos da Lei Federal nº 11.788/2008, bem como as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução CEPEX/UFPI 177/2012), Regulamento de Estágio Obrigatório (Resolução CEPEX/UFPI 22/09) e as normativas deste regulamento.

Parágrafo Único: A solicitação de que trata o caput deste artigo deve ser requerida à Coordenação de Estágio, mediante a formalização de processo contendo o requerimento com a devida justificativa e documentações comprobatórias, devendo ser analisada pelo Colegiado do Curso.

Art. 27. O presente Regulamento poderá ser alterado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros/UFPI, em reunião exclusiva para este fim.

Art. 28. Os casos omissos serão deliberados pela Coordenação de Estágio, com anuência do Colegiado do Curso.

INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Nome do Aluno:_____

Avaliador(a): _____

Campo de estágio: _____

DESCRIÇÃO	VALOR	PONTUAÇÃO
Adequação às normas de formatação geral da ABNT (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais)	1,0	
Adequação do texto às normas cultas da língua portuguesa	1,0	
Introdução (contextualizada, atualizada, com referências relevantes à temática estudada, e com coerência e coesão textual)	2,0	
Desenvolvimento: Descrição sumarizada das atividades realizadas no campo de estágio e das vivências e aprendizados adquiridos fundamentados em literatura e evidências científicas.	4,5	
Conclusão/Considerações: consolidação das experiências vivenciadas e autoavaliação.	1,0	
Referências, segundo normas ABNT (atualidade, organização e relevância)	0,5	
TOTAL	10,0	

Observação: Nos casos em que forem detectados plágios ou cópias fiéis a textos já publicados em quaisquer veículos de comunicação, será atribuída nota zero.

Picos, ____ de _____ de _____

_____

Assinatura do(a) examinador(a)

ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

A estrutura do relatório deve contemplar as seguintes partes: 1. Introdução; 2. Desenvolvimento (descrição, análise e interpretação) e 3. Considerações finais, incluindo também os elementos pré e pós-textuais.

INTRODUÇÃO: Parte introdutória ao corpo geral do relatório, apresenta o campo da atividade e descreve, em termos gerais, os objetivos e a finalidade do estágio realizado. Aqui é necessário fazer uma breve descrição do(s) local(is) de desenvolvimento do estágio: instituição, serviços que oferece, profissionais do serviço, capacidade de atendimento, setor onde o estágio foi realizado, etc.

DESENVOLVIMENTO: Relato de todas as atividades realizadas. É o corpo do trabalho. Deve acompanhar cada etapa do Estágio Curricular, a observação e participação na instituição, descrição dos projetos de intervenção realizados, descrição dos trabalhos realizados solicitados pelos professores orientadores. Incluem-se aqui as atividades teóricas e teórico-práticas nos eventos de formação/capacitação discente, bem como a elaboração de materiais.

A descrição pode ser realizada de forma cronológica (como um diário de campo), em formato de tópicos ou tabelas de atividades. Os fatos descritos devem ser acompanhados de análises e interpretações na perspectiva de avaliar a contribuição dos mesmos para a sua formação profissional e fundamentados em literatura e evidências científicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Deve expressar em termos de síntese os elementos relevantes descritos e analisados.

Deve apresentar a avaliação do estágio realizado, com comentários sobre sua aprendizagem nos respectivos setores, dificuldades encontradas, críticas e sugestões para melhoria do aprendizado, além de uma autoavaliação relacionada às fortalezas e fragilidades ao final do estágio.

É importante que o estagiário avalie qual a importância do estágio para sua formação, buscando um esforço de síntese de cada etapa/setor ou local onde o estágio aconteceu.

Normas técnicas de redação

Em relação à redação propriamente dita, convém lembrar que existem dois determinantes: um é o estilo pessoal do autor; o outro é o conjunto de normas propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para redação técnico-científica.

As normas de apresentação seguirão o padrão ABNT, com a seguinte estrutura:

Pré-texto: Capa e Folha de rosto, Sumário (obrigatórios).

Agradecimentos, dedicatória, folha de citação: (Opcionais).

Texto: Introdução, Desenvolvimento e Considerações Finais.

Pós-texto: Referências (obrigatório), Anexos (obrigatório).

Formatação do Relatório de Estágio

1. Apresentação: deve ser encadernado em Espiral, com capas transparentes.
2. Espaçamento: 1,5 (um e meio) para o texto geral; todo parágrafo deve ser iniciado com 1 cm a partir da margem esquerda. O espaçamento simples somente deve ser usado no caso de citações, notas de rodapé, notas de fim de texto, títulos com mais de uma linha, nas referências bibliográficas e divisões secundárias do sumário.
3. Margem: devem conter as seguintes dimensões: superior: 3cm; inferior: 2cm; Esquerda: 3cm; Direita: 2cm.
4. Numeração da página: a partir da introdução, a contar da folha de rosto, porém o número de página só aparecerá a partir da Introdução. A numeração deverá vir na página alinhada á margem superior direita.
5. Papel e fonte: Papel: tamanho A4, cor branco; Alinhamento: justificado; Fonte texto: 12; tipo Arial; Títulos: 14, em negrito.

*Este modelo de relatório poderá ser ajustado pela coordenação de estágio a cada semestre a depender da necessidade identificada.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO

PROFESSOR ORIENTADOR E SUPERVISOR

Nome do aluno: _____

Campo de estágio: _____

SABER-SABER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Demonstra conhecimento teórico acerca dos assuntos abordados na clínica durante as práticas	
Demonstra interesse em aprender sobre os assuntos (doenças, diagnósticos, tratamentos) abordados na prática	
Utiliza referenciais teóricos próprios da ciência de enfermagem para nortear suas ações práticas	
Desenvolve linha de raciocínio lógico e coerente quando questionado sobre processos patológicos e seus desmembramentos	
TOTAL (Máx. 2 pontos)	

SABER-SER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Apresenta postura ética no desenvolvimento das atividades	
Demonstra cooperação com a equipe do serviço e com os demais colegas, assumindo postura solidária no tratamento com seus pares	
Manifesta empatia, ética, compromisso e solidariedade junto a pacientes e familiares	
Comprova assiduidade e compromisso com horários	
Denota observância e receptividade às normas e rotinas da instituição e às críticas recebidas.	
Apresenta iniciativa e proatividade ao desempenho das atividades	
TOTAL (Máx. 3 pontos)	

SABER-FAZER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Demonstra habilidades motoras na execução dos procedimentos práticos	
Demonstra raciocínio crítico e clínico estruturado ao preencher instrumentos da assistência de enfermageM	
Reconhece e utiliza tecnologias do cuidado na assistência de enfermagem	
Utiliza estratégias de educação, comunicação e informação em saúde	
Interage com equipe do serviço de modo colaborativo	
Atua no planejamento, execução e avaliação do cuidado assistencial	
TOTAL (Máx. 3 pontos)	

SABER-APRENDER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Apresenta curiosidade quanto a procedimentos, técnicas, casos, tratamentos e/ou situações ocorridas no estágio	
Explicita motivação a aprender e reaprender assuntos da formação profissional	
Denota criatividade na realização das atividades do estágio	
Apresenta demandas e soluções para além das solicitadas pelos serviços, docentes e/ou supervisores	
TOTAL (Máx. 2 pontos)	

OBSERVAÇÕES:

_____

_____

_____

_____

NOTA FINAL: _____

_____

Assinatura do(a) examinador(a)

INFORMAÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO

Para a solicitação de cadastro de Convênio de Estágio, são necessárias as seguintes informações:

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE	
CNPJ:	
Razão Social:	
CEP da Instituição de saúde:	
Endereço (Logradouro, número, bairro, complemento):	
UF:	Município:
Telefone fixo:	Telefone celular:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF:
Nome:
Cargo:
E-mail:

SOLICITAÇÃO PARA REPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Eu,_____

aluno (a) do Curso de Enfermagem da UFPI/CSHNB, venho solicitar reposição de Estágio referente à(s) falta(s) do(s) dia(s) _____, conforme justificativa a seguir discriminada:

(Anexar comprovante da Justificativa e declaração).

Nestes termos, peço deferimento.

_____
Assinatura do Estagiário

Despacho:

( ) Deferido ( ) Indeferido

Picos, ____/____/____

_____
Coordenador (a) de Estágios

FICHA DE FREQUÊNCIA DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

PERÍODO LETIVO:	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: ( ) I ( ) II
ALUNO(A):	MATRÍCULA:
ORIENTADOR(A):	

Data	Horário		Descrição das atividades realizadas	Local	Assinatura orientador/ supervisor
	Ent.	Saí.			

APÊNDICE C
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Art. 1º. As Atividades Complementares integram a parte flexível do currículo do Curso de Enfermagem/CSHNB, sendo o seu integral cumprimento exigência indispensável para a obtenção do diploma de graduação.

Art. 2º. As atividades complementares serão implementadas e acompanhadas pela Coordenação do Curso e avaliadas pelo Colegiado do mesmo, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Projeto Pedagógico do Curso e com a Resolução CEPEX no. 150/06 e/ou outras normativas vigentes, obedecendo às normas deste Regulamento e observando o disposto no calendário universitário.

Art. 3º. Para o deferimento das atividades complementares realizadas pelo aluno, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – atividades realizadas a partir do registro acadêmico/matrícula do aluno como graduando no curso;

II – atividades compatíveis com as diretrizes do PPC;

III – compatíveis das atividades realizadas com o período cursado pelo aluno ou nível de conhecimento compatível com a aprendizagem;

IV – devem ser realizadas durante o transcorrer do curso, sem comprometimento e/ou interferência nas atividades de ensino;

V – devem ser integralizadas até o período anterior de conclusão do curso;

VI - devem ser diferentes daquelas contabilizadas como Atividades Curriculares de Extensão (ACEs).

Parágrafo único. As atividades realizadas no último bloco do curso não serão consideradas para efeito de integralização.

Art. 4º. Para a solicitação de integralização das atividades complementares junto à Coordenação do Curso, o aluno deverá, no SIGAA, realizar escolha do componente ao qual se refere a atividade e anexar cópia comprobatória da atividade.

Art. 5°. Compõem Atividades Complementares as seguintes atividades, com a respectiva carga horária e documentação exigida:

ATIVIDADES	PONTUAÇÃO	MÁXIMO	COMPROVAÇÃO
Atividade de iniciação à docência e à pesquisa		**90h**	
Monitoria no curso	10h/ semestre	20h	Relatório do professor, orientador ou declarações dos órgãos/unidades competentes;
Participação em projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQI), orientado por professor da UFPI.	20h/projeto	40h	
Iniciação científica (PIBIC ou ICV)	20h/ano	40h	
Participação em grupos de estudo ou pesquisa na UFPI.	10h/ano	20h	
Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas		**60h**	
Organização de atividades artístico-culturais e esportivas	5h/ evento	10	Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos, registro de software, patente de produtos.
Participação de grupos de atividades artístico-culturais e/ou esportivos	10h/ano	20	
Produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições, programas radiofônicos, entre outros produtos patenteados	10h/produção	20	
Produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições, poesia, música, cordel e programas	5h/produção	10	

radiofônicos, entre outros produtos técnicos.			
Apresentação e/ou organização de eventos		**60**	
Apresentação de trabalhos (como relator) em eventos nacionais ou internacionais	10h/trabalho	40h	Certificado de participação, apresentação e organização de eventos, relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes
Apresentação de trabalhos (como relator[2]) em eventos locais ou regionais	5h/trabalho	20	
Organização de evento (Monitor ou Comissão organizadora)	10h/evento	20h	
Participação/ouvinte em eventos nacionais ou internacionais (ch.mín. 15h)	10h/ evento	30	
Participação/ouvinte em eventos regionais ou locais (ch. mín. 15h)	5h/evento	20	
Experiências profissionais e/ou complementares		**120 h**	
Realização de estágio não obrigatório, cadastrado na PREXC.	60h/semestre	120h	Termo de compromisso da Pró-Reitoria de Extensão (PREXC), atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos
Participação em projeto social governamental e/ou não governamental.	20h/projeto	40h	
Participação de empresa júnior ou incubadora de empresa	20h/ano	40	

[2] Será considerado relator o autor designado como tal no certificado do evento ou o primeiro autor designado no certificado do evento.

Participação em programa de Bolsa de Incentivo a Atividades Sociais e Esportivas (BIASE).	20h/ano	40	
Trabalhos e/ou resumos publicados		**90h**	
Livro publicado com ISBN	30h/publicação	60	Certificado de publicação, folha de rosto, folha de indexação e outros documentos comprobatórios;
Capítulos de livro publicados com ISBN.	15h/publicação	30	
Artigo publicado em periódicos científicos indexados.	20h/publicação	40h	
Resumos publicados em anais de eventos nacionais ou internacionais.	10h/publicação	40h	
Resumos publicados em anais de eventos locais ou regionais.	5h/publicação	20h	
Prêmio, menção honrosa ou láurea científico, técnico, artístico-cultural ou profissional de caráter nacional ou internacional.	10h/prêmio	20h	
Experiências de Gestão		**60h**	
Representação em conselhos universitários.	20h/ano	40h	Atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios
Participação em entidades de representação estudantil da UPFI como membro de diretoria (CA ou DCE).	20h/ano	40h	
Participação em comitês e comissões de trabalho da UFPI não relacionados a eventos.	5h/participação	10h	
Formação adicional		60h	

Disciplina eletiva cursada além do exigido pelo PPC vigente	60h/disciplina	60h	Histórico Escolar

Art. 6º. Os casos não especificados neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Enfermagem/CSHNB.

Art. 7º. O presente regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação.

APÊNDICE D
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO DE EM ENFERMAGEM/CSHNB

Artigo 1°. As atividades de extensão passam a integrar o currículo do Curso de Graduação em Enfermagem do CSHNB/UFPI como componente obrigatório, devendo ser integralizadas no histórico do aluno através da apresentação das atividades realizadas pelos discentes e posterior validação pela Coordenação de Curso e/ou Coordenação de Extensão do Curso, observadas as normativas vigentes. E respeitado o calendário acadêmico.

Artigo 2º. Serão consideradas atividades curriculares de extensão (ACE) as ações cadastradas na PREXC/UFPI, nas seguintes modalidades:

I – Programas de extensão;

II – Projetos de extensão;

III – Cursos de Extensão;

IV – Eventos de extensão;

V - Prestação de serviços à comunidade externa

VI - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE.

Artigo 3°. O Quadro de ACE do Curso de Enfermagem do CSHNB/UFPI apresenta o rol de atividades passíveis de integralização, sua respectiva contabuilização de carga-horária e as exigências comprobatórias.

Artigo 4°. As ACE apresentadas pelos discentes devem ser validadas pela Coordenação de Curso ou por Coordenador(a) de Extensão do Curso, considerando os seguintes critérios:

a) apresentar cadastro na PREXC;

b) possuir relatórios (semestrais ou finais) homologados pela PREXC;

c) ser diferentes daquelas contabilizadas como Atividades Complementares.

Parágrafo único - Em casos de transferência interna de curso ou mudança de curso o aluno poderá solicitar, junto ao assessor de extensão do *Campus*, o aproveitamento das ACEs já integralizadas no currículo do curso de origem;

Quadro XX – Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Enfermagem CSHNB/UFPI. Picos-PI, 2022.

Atividades	Condição de participação	Carga-horária integralizada	Máximo de Atividades apresentadas	Comprovação
Programas e Projetos de Extensão	Bolsista ou voluntário	180h/ semestre.	Máx. 2 semestres	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
Ligas Acadêmicas	Integrante	180h/ ano	Máx. 2 anos	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
Cursos e Oficinas *(Até 40h)*	Organizador	20h	Máx. 3 cursos	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
	Participante/ Ouvinte	10h	Máx. 4 cursos	
Cursos e Oficinas *(Acima de 40h)*	Organizador	40h	Máx. 3 cursos	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
	Participante/ Ouvinte	40h	Máx. 4 cursos	
Eventos *(Até 40h)*	Organizador	20h	Máx. 3 eventos	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
	Participante/ Ouvinte	10h	Máx. 4 eventos	
Eventos *(Acima de 40h)*	Organizador	40h	Máx. 3 eventos	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
	Participante/ Ouvinte	40h	Máx. 4 eventos	
Atividade Curricular de Extensão (ACE)	Participante/ Extensionista	60h	Máx. 4 ACE	Certificado de participação (PREXC/UFPI)
Prestação de Serviços	Participante/ Extensionista	40h	Máx. 5 atividades	Certificado de prestação de serviços (PREXC/UFPI) ou Declaração de instituição.

Artigo 5º. As ACEs poderão ser realizadas conjuntamente pela UFPI e instituições de ensino superior parceiras, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnicos administrativos.

Artigo 6º - O Curso poderá eleger docente efetivo lotado no Curso para exercer o cargo de Coordenador(a) de Extensão do Curso, com designação efetivada por meio de portaria, com mandato de até 2 anos.

Artigo 7º. Os casos não atendidos por esse regulamento serão resolvidos conforme resoluções que regulamentam as atividades de extensão da UFPI.

APÊNDICE E
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Art. 1°. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória do currículo do Curso de Enfermagem/CSHNB, sendo a sua elaboração exigência indispensável para a obtenção do grau de bacharel.

Parágrafo único: Como forma de subsidiar a construção do TCC serão ofertados componentes curriculares (disciplinas, atividades ou outras) de formação e orientação em metodologia da pesquisa científica.

Art. 2º. O TCC consiste em relatório de pesquisa ou intervenção, abordando temas relacionados às ciências da enfermagem e saúde, produzido pelo aluno sob a orientação de um docente efetivo e aprovado pela Banca Examinadora.

CAPÍTULO I
DA COORDENAÇÃO DO TCC

Art. 3º. A coordenação do TCC do Curso de Enfermagem/CSHNB será exercida por professor(a) efetivo(a) lotado(a) no curso, escolhido(a) em Assembleia de Curso, com designação efetivada por meio de portaria para mandato de até dois anos.

Art. 4º. À coordenação do TCC compete:

I - coordenar a elaboração, adequações e adaptações do Regimento do TCC; divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do VIII Semestre do curso e aos professores efetivos do curso de enfermagem;

II - conduzir reuniões com os orientadores de TCC, com vistas a alinhar as diretrizes pertinentes às etapas constitutivas do TCC;

III - emitir relatório, ao final de cada semestre, contendo o levantamento dos discentes aprovados ou não no TCC, encaminhando-o à apreciação da Assembleia Docente;

IV - coordenar grupos de trabalho com vistas a orientar os alunos na escolha da linha temática do TCC, tendo em vista a área de conhecimento dos docentes orientadores;

V - promover eventos (seminários, fóruns, encontros, mesas redondas…), com o fito de socializar e apresentar aos discentes do respectivo curso os TCCs aprovados, submetidos a eventos científicos e a periódicos.

VI - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;

VII - mediar se necessário, as relações entre professor orientador e orientando(s);

VIII - avaliar possíveis desistências de professores orientadores;

IX - analisar a indicação e pertinência da composição da Banca Examinadora e encaminhar o Requerimento para Apresentação do TCC (APÊNDICE A) para apreciação pelo Colegiado do Curso;

XII - receber as avaliações dos orientandos e os resultados da Banca Examinadora, pelo orientador.

CAPÍTULO II
DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 5º. São orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Enfermagem/CSHNB e adicionalmente docentes de outros cursos.

Art. 6º. A designação do orientador será realizada considerando as temáticas de interesse do discente e as linhas de pesquisa e atuação dos professores, mediante aceite do orientador.

Parágrafo único: a designação do orientador será realizada pelo Coordenador do TCC ao final do oitavo semestre, de forma a permitir a vinculação aluno-orientador a partir do nono período do curso.

Art. 7º. Cada professor poderá ser orientador de, no máximo, cinco discentes por semestre.

Art. 8º. A desistência por parte do orientador deverá ser por ele formalizada, mediante documento dirigido à Coordenação do Curso, encaminhado à Coordenação do TCC, especificando as razões da desistência.

Parágrafo único – o pedido de desistência do orientador será apreciado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem, conforme os seguintes requisitos:

I - mérito da questão;

II - aceitação da orientação do TCC por outro orientador da mesma área.

Art. 9º. É responsabilidade do orientador a sugestão das datas para apresentação do TCC, observando o calendário de apresentações do Curso.

Art. 10º. As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos e exigências determinadas, tendo seu registro efetuado através do Sistema SIGAA;

Art. 11. São atribuições do orientador do TCC:

I - participar das reuniões convocadas pela Coordenação do TCC;

II - atender seu orientando em horários previamente fixados;

III - elaborar plano de trabalho para o desenvolvimento do TCC;

IV - participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;

V - preencher e assinar, juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, os formulários de avaliação do TCC (anexos) e encaminhá-los à Coordenação do TCC ao final da sessão de apresentação;

VI – certificar-se da entrega de cópias da versão final do TCC à Biblioteca do CSHNB e à Coordenação do Curso, em até vinte dias após a defesa;

VII - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO III
DO ORIENTANDO

Art. 12. O discente em desenvolvimento de TCC terá as seguintes atribuições específicas:

I – comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação do TCC;

II - comparecer às sessões de orientação nos dias e horários estabelecidos no plano de trabalho elaborado pelo orientador, com respectivos registros no sistema acadêmico;

III - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do TCC para a entrega do mesmo e demais apêndices que o compõem;

IV - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar seu TCC;

V – encaminhar cópia do TCC aos membros da Banca Examinadora, com pelo menos 10 dias de antecedência da data da sua apresentação, após a autorização pelo orientador.

VI – encaminhar versão final do TCC no formato de PDF bloqueado à biblioteca do CSHNB e uma cópia à Coordenação do Curso, pelo aluno, até vinte dias após a defesa;

VII - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO IV
DO TCC E DE SUA APROVAÇÃO

Art. 13. O TCC deve ser desenvolvido individualmente.

Art. 14. A construção do TCC dar-se-á em dois momentos contínuos:

I – Projeto;

II – Trabalho Final.

Art. 15. Os produtos científicos do TCC (projeto e trabalho final) devem ser elaborados de acordo com as normas deste regulamento e normalização científica indicada pela Biblioteca/CSHNB.

Art. 16. Estará aprovado no TCC aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) em ambas etapas (TCC I E TCC II), conforme diretrizes da Resolução CEPEX n. 177/2012.

CAPÍTULO V
DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17. A banca examinadora será designada pela Coordenação do Curso, sendo composta pelo orientador, dois componentes titulares (interno e externo) e um suplente.

§ 1º. – ao orientador, na qualidade de presidente da Banca Examinadora, caberá o convite formal aos examinadores designados, mediante entrega de convite elaborado pela secretaria do curso;

§ 2º. – após a apresentação do TCC, a Coordenação do Curso emitirá declaração de participação para a Banca Examinadora.

Art. 18. Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo à UFPI, desde que preencha os seguintes requisitos:

I – possuir titulação mínima de especialista em áreas da enfermagem ou afins, ou notório saber na área;

II - apresentar *curriculum lattes* atualizado nos últimos 6 meses (apresentar a capa);

III – ser aprovado pelo Colegiado do Curso.

Art. 19. O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação do TCC, após a qual consolida as avaliações emitidas pela Banca Examinadora utilizando as fichas de avaliação propostas neste regulamento.

Art. 20. Compete à Banca Examinadora ao final da apresentação do TCC e após reunião entre seus componentes emitir o parecer: aprovado ou reprovado.

Art. 21. A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação da Ficha de Avaliação do TCC devidamente preenchida, bem como da assinatura na Ata e na Ficha de Avaliação do TCC – Conceito Final.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO DO TCC II

Art. 22. O processo de avaliação do TCC será feito pela análise da versão impressa e apresentação oral.

§ 1º. – Para a versão impressa serão atribuídos valores de 0 a 70 pontos, conforme os critérios a seguir:

I - qualidade da apresentação gráfica, redação, correção;

II - resumo com todas as informações necessárias e adequadas ao trabalho, contendo também as palavras-chave;

III - delimitação do tema, formulação do problema, hipótese e/ou suposição e objetivos claramente definidos;

IV - fundamentação teórica adequada ao trabalho;

V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo a formato adequado e corretamente referenciadas;

VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;

VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;

VIII - conclusão ou considerações finais estabelecidas de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;

IX - referências em formato adequado e coerente.

§ 2º. – Para a apresentação oral serão atribuídos valores de 0 a 30 pontos, conforme os critérios a seguir:

I – domínio do conteúdo;

II - qualidade do material didático apresentado e seu uso adequado;

III – postura adotada na apresentação;

IV - capacidade de síntese;

V - apresentação de forma clara e consistente;

VI - utilização adequada do tempo de apresentação;

VII – coerência nas respostas das arguições.

§ 3º - Os componentes da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio para registrar a pontuação emitida para o TCC.

Art. 23. A nota do TCC, emitida por cada membro da Banca Examinadora, será obtida pelo somatório da pontuação da versão impressa e da apresentação oral.

Art. 24. A nota final do TCC será o registro da média aritmética obtida pelas notas dos membros da Banca Examinadora, sendo repetida nos dois campos do SIGAA.

Art. 25. A conclusão do TCC será efetuada após a entrega da versão final à Biblioteca e Coordenação de Curso.

Art. 26. Contra o resultado da avaliação final da Banca Examinadora caberá recurso ao Colegiado do Curso de Enfermagem/CSHNB.

CAPÍTULO VII
DA FORMATAÇÃO DO TCC

Art. 27. A versão definitiva do TCC poderá ser em apresentada forma de monografia ou artigo, entregue na Biblioteca/CSHNB, conforme as recomendações de normalização da biblioteca e modelos descritos neste regulamento;

Art. 28. A estrutura formal de monografia deve obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, sendo composta de:

I – Capa

II – Folha de rosto e ficha catalográfica

III – Folha de aprovação

IV – Dedicatória (opcional)

V – Agradecimentos (opcional)

VI – Lista de gráficos, tabelas, siglas (opcional)

VII – Epígrafe (opcional)

VIII – Resumo em português

IX – Resumo em língua estrangeira (inglês)

X – Sumário

XI – Introdução

XII - Objetivos

XIII – Revisão de literatura/Marco teórico/ Referencial teórico

XIV - Métodos / Metodologia

XV – Resultados

XVI - Discussão (associada ou não aos resultados)

XVII – Conclusão / considerações finais

XVIII – Referências

XIX – Apêndices e anexos (especialmente, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI).

Art. 28º. A estrutura formal de artigo deve obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos e as normas da revista escolhida, sendo composta de:

I – Capa

II – Folha de rosto e ficha catalográfica

III – Folha de aprovação

IV – Dedicatória (opcional)

V – Agradecimentos (opcional)

VI – Lista de gráficos, tabelas, siglas (opcional)

VII – Epígrafe (opcional)

VIII – Apresentação

IX - Revisão de literatura/Marco teórico/ Referencial teórico

X – Manuscrito (conforme tópicos e normas da revista)

XI – Considerações finais

XII – Referências

XIII – Apêndices e anexos (especialmente, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI e normas da revista escolhida).

Art. 29. O trabalho deverá ser digitado em papel branco ou reciclado, tamanho A4, com letra do tipo Times New Roman ou Arial, tamanho 12 para o texto, exceto citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme. As margens deverão ser de 3 cm (esquerda e superior) e 2 cm (direita e inferior).

Art. 30. Todo o texto deve ser digitado com espaço 1,5, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, ficha catalográfica, natureza do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido, que devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples.

Art. 31. Todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas. A numeração é colocada, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior.

Parágrafo Único – Devem ser seguidas as recomendações da normatização para trabalhos acadêmicos vigentes.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. O TCC deverá ser desenvolvido em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem/CSHNB e com este regulamento, além de observar as Normalizações Brasileiras sobre trabalhos acadêmicos vigentes (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Enfermagem/CSHNB.

FICHA DE INSCRIÇÃO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Aluno(a) _____ Mat.: _____

Possui projeto de pesquisa?

Sim ( ) Não ( )

Que temática gostaria de desenvolver no TCC? _____

_____

Sugestão de orientadores com quem gostaria de desenvolver o seu TCC:

Orientador 1: _____

Orientador 2: _____

Picos, ___ de _____ de _____

_____

Assinatura do(a) aluno(a)

Preencha o quadro abaixo **(somente se você já possuir projeto de pesquisa)**:

SÍNTESE DO PROJETO
Título do projeto:
Tema:
Objetivos: _____ _____ _____ _____ _____
Metodologia (pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, relato de caso, outros) _____ _____

TERMO DE COMPROMISSO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

- TERMO DO(A) ORIENTADOR(A) E ORIENTANDO (A)

Nós, professor(a) _____ e aluno(a) _____, comprometemo-nos a cumprir as exigências constantes no Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem/CSHNB, bem como o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem/CSHNB.

Picos, ____ de _____ de _____

_____
Assinatura do(a) orientador(a)

_____
Assinatura do(a) orientando(a)

REQUERIMENTO PARA APRESENTAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Eu, professor(a) _____, orientador(a) do Trabalho de Conclusão intitulado _____ _____, tendo como orientando(a) o(a) aluno(a) _____, atendendo ao disposto no Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem/CSHNB, venho requerer à Chefia do Curso de Enfermagem/ CSHNB autorização para apresentação considerando as definições abaixo sugeridas:

Proposta de data para apresentação do TCC:
Data preferencial: ____/____/___ Data alternativa: ____/____/_____ Turno: (.) M (.) T
Sugestão de nomes para compor a Banca Examinadora:

Nome:	
Instituição:	
E-mail:	

Nome:	
Instituição:	
E-mail:	

Suplente:

Nome:	
Instituição:	
E-mail:	

Picos, ____ de _____ de _____

_____
Assinatura do(a) orientador(a)

FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Título do Trabalho:

_____

Orientando(a):

_____

Examinador(a):

_____

- APRESENTAÇÃO ESCRITA -

DESCRIÇÃO	VALOR	PONTUAÇÃO
Título (tamanho, adequação ao objeto de estudo)	0 a 1	
Resumo (tamanho, estrutura, uso de descritores/palavras-chave)	0 a 2	
Introdução (objeto, justificativa, problematização)	0 a 10	
Objetivos (geral e/ou específicos)	0 a 5	
Revisão de literatura/Marco teórico/Referencial teórico (citações textuais, uso de literatura atualizada)	0 a 10	
Material e métodos/Metodologia/Percurso metodológico (tipo, local, população e amostra/participantes, período de coleta, instrumentos e procedimentos de coleta, apres. e análise dos resultados, aspectos éticos/CEP)	0 a 10	
Resultados e discussão/Apresentação, análise e interpretação dos resultados (apresentação gráfica, identificação dos sujeitos do estudo, menção da literatura revisada) ou avaliação do artigo.	0 a 25	
Conclusão/Considerações finais (achados mais relevantes do estudo, alcance dos objetivos, sugestões)	0 a 5	

Referências (formato conforme normalização ABNT, uso de literatura atualizada, exceto os clássicos)	0 a 1	
Formatação geral (folha de rosto, sumário, paginação)	0 a 1	
TOTAL	0 a 70	

- APRESENTAÇÃO ORAL -

DESCRIÇÃO	VALOR	PONTUAÇÃO
Domínio do conteúdo (expressão verbal e não verbal)	0 a 10	
Uso dos recursos audiovisuais (qualidade do material exposto, postura)	0 a 5	
Tempo de apresentação (uso adequado do tempo)	0 a 5	
Apresentação dos pontos relevantes do estudo (capacidade de síntese)	0 a 5	
Arguição (coerência nas respostas)	0 a 5	
TOTAL	0 a 30	

Picos, ____ de _____ de _____

_____

Assinatura do(a) examinador(a)

FICHA DE AVALIAÇÃO GERAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

– CONCEITO FINAL -

Título do Trabalho:

_____

Orientando(a):

_____

Orientador(a):

_____

CATEGORIA	EXAMINADOR 1	EXAMINADOR 2	EXAMINADOR 3	SOMATÓRIO
APRESENTAÇÃO ESCRITA				
APRESENTAÇÃO ORAL				
TOTAL				
			MÉDIA	

Conceito final:

( ) aprovado(a)

( ) reprovado(a)

Picos, ____ de _____ de _____

_____

Assinatura do(a) examinador(a)

_____

Assinatura do(a) examinador(a)

_____

Assinatura do(a) orientador(a)

ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS/UFPI

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas, em sessão pública na sala _____ do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, reuniu-se a Banca Examinadora, formalmente convidada para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente _____, que apresentou o trabalho intitulado _____ _____, sob a orientação do(a) professor(a) _____. A referida Banca esteve constituída pelos seguintes examinadores: _____ e _____.

O(A) presidente da Banca Examinadora, _____, iniciou a sessão, passando a palavra para o(a) discente, que expôs seu trabalho em vinte minutos. A seguir, passou a palavra para os examinadores, para comentários e arguições. Cada examinador dispôs de dez minutos, para a arguição e para as respostas do(a) discente. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram seus pareceres, que foram consolidados e apresentados através da nota final. Em face dos referidos pareceres, o(a) discente foi considerado(a) _____ no Trabalho de Conclusão de Curso e eu, na qualidade de presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos examinadores e pelo(a) orientando(a). Picos, Piauí, _____ de _____ de _____.

Assinaturas:

MODELO DE FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DO TCC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito à obtenção do Grau de Bacharel pela Universidade Federal do Piauí, Campus Sen. Helvídio Nunes de Barros.

Picos - Piauí, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Nome Titulação
Intituição

_____

Nome Titulação
Instituição

_____

Nome Titulação
Instituição

MODELO DE CAPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

NOME DO ALUNO

TÍTULO

SUBTÍTULO

PICOS

ANO

APÊNDICE F
SUGESTÃO DE DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DE COMPONENTES CURRICULARES

BLOCO I - 30 ALUNOS
Demanda docente: 18h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8:00 – 9:00	ANATOMIA (T)	ANATOMIA (P1)	ANATOMIA (P2)	BIOQUÍMICA (T)	BIOQUÍMICA (P1)
9:00 – 10:00	ANATOMIA (T)	ANATOMIA (P1)	ANATOMIA (P2)	BIOQUÍMICA (T)	BIOQUÍMICA (P1)
10:00 – 11:00	ANATOMIA (T)	ANATOMIA (P1)	ANATOMIA (P2)	HISTOLOGIA (T)	BIOQUÍMICA (P2)
11:00 – 12:00	ANATOMIA (T)			HISTOLOGIA (T)	BIOQUÍMICA (P2)
14:00 – 15:00	METOD. CIENT. (T)	HISTOLOGIA(P1)		BIOESTATÍSTICA	
15:00 – 16:00	METOD. CIENT. (T)	HISTOLOGIA(P1)		BIOESTATÍSTICA	
16:00 – 17:00		HISTOLOGIA(P2)		HISTÓRIA DA ENF. (T)	
17:00 – 18:00		HISTOLOGIA(P2)		HISTÓRIA DA ENF. (T)	

BLOCO II
Demanda docente: 4h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8:00 – 9:00	EPIDEMIO.(T)	MICRO/IMUNO (T)	MICRO/IMUNO (P1)	SAÚDE E SOCIED. (T)	FISIOLOGIA (P)
9:00-10:00	EPIDEMIO.(T)	MICRO/IMUNO (T)	MICRO/IMUNO (P1)	SAÚDE E SOCIED. (T)	FISIOLOGIA (P)
10:00 – 11:00	EPIDEMIO.(T)	SAÚDE E SOCIED. (T)	MICRO/IMUNO (P2)		
11:00 – 12:00	EPIDEMIO.(P)	SAÚDE E SOCIED. (T)	MICRO/IMUNO (P2)		
14:00 – 15:00		PARASITOLOGIA (T)		FISIOLOGIA (T)	
15:00 – 16:00		PARASITOLOGIA (T)		FISIOLOGIA (T)	
16:00 – 17:00		PARASITOLOGIA (T)		FISIOLOGIA (T)	
17:00-18:00		PARASITOLOGIA (P)		FISIOLOGIA (T)	

BLOCO III
Demanda docente: 20h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8:00 – 9:00	PSICOLOGIA (T)	FARMACOLOGIA (T)	SAÚDE COL. I(T)	FARMACOLOGIA (T)	OPTATIVA
9:00 – 10:00	PSICOLOGIA (T)	FARMACOLOGIA (P)	SAÚDE COL I (T)	FARMACOLOGIA (T)	OPTATIVA
10:00 – 11:00	PSICOLOGIA (T)	FARMACOLOGIA (P)	SAÚDE COL. I(P)	FARMACOLOGIA (T)	OPTATIVA
11:00 – 12:00	PSICOLOGIA (T)		SAÚDE COL I (P)		OPTATIVA
14:00 – 15:00		PATOLOGIA (T)		ÉTICA (T)	
15:00 – 16:00		PATOLOGIA (T)		ÉTICA (T)	
16:00 – 17:00		PATOLOGIA (P1)			
17:00 – 18:00		PATOLOGIA (P1)			

BLOCO IV

Demanda docente: 48h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA		QUARTA	QUINTA		SEXTA
8:00 – 9:00	SEMIO (T)	SEMIO (P1)	FUND(P1)	MAE (T)	FUND(P3)	SEMIO (P3)	FUND (T)
9:00 – 10:00	SEMIO (T)	SEMIO (P1)	FUND(P1)	MAE (T)	FUND(P3)	SEMIO (P3)	FUND (T)
10:00 – 11:00	SEMIO (T)	SEMIO (P1)	FUND(P1)	MAE (T)	FUND(P3)	SEMIO (P3)	FUND (P1/P2/P3/P4)
11:00 – 12:00	SEMIO (T)	SEMIO (P1)	FUND(P1)	MAE (T)	FUND(P3)	SEMIO (P3)	FUND (P1/P2/P3/P4)
14:00 – 15:00	FUND (T)	SEMIO (P2)	FUND(P2)		FUND(P4)	SEMIO (P4)	
15:00 – 16:00	FUND (T)	SEMIO (P2)	FUND (P2)		FUND(P4)	SEMIO (P4)	
16:00 – 17:00	FUND (T)	SEMIO (P2)	FUND(P2)		FUND(P4)	SEMIO (P4)	
17:00 – 18:00	FUND (T)	SEMIO (P2)	FUND(P2)		FUND(P4)	SEMIO (P4)	

BLOCO V

Demanda docente: 34h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA		QUARTA	QUINTA		SEXTA
8:00 – 9:00	PERIOP (T)	PERIOP (P1)	S. MENTAL (P1)	PERIOP (P2)	PERIOP (P3)	S. MENTAL (P3)	SAÚDE COLETIVA II(P1)
9:00 – 10:00	PERIOP (T)	PERIOP (P1)	S. MENTAL (P1)	PERIOP (P2)	PERIOP (P3)	S. MENTAL (P3)	SAÚDE COLETIVA II(P1)
10:00 – 11:00	PERIOP (T)	PERIOP (P1)	S. MENTAL (P2)	PERIOP (P2)	PERIOP (P3)	S. MENTAL (P4)	SAÚDE COLETIVA II(P2)
11:00 – 12:00	PERIOP (T)	PERIOP (P1)	S. MENTAL (P2)	PERIOP (P2)	PERIOP (P3)	S. MENTAL (P4)	SAÚDE COLETIVA II(P2)
14:00 – 15:00	S. MENTAL (T)	DIDÁTICA			SAÚDE COLETIVA II (T)		
15:00 – 16:00	S. MENTAL (T)	DIDÁTICA			SAÚDE COLETIVA II (T)		
16:00 – 17:00	S. MENTAL (T)	DIDÁTICA					
17:00 – 18:00	S. MENTAL (T)	DIDÁTICA					

BLOCO VI
Demanda docente: 38h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA		QUARTA		QUINTA		SEXTA
8:00 – 9:00	SC (T)	SM (P1)	SC (P2)	SM (P2)	SC (P1)	SM (P3)	SC (P3)	SAÚDE COL III (P1)
9:00 – 10:00	SC (T)	SM (P1)	SC (P2)	SM (P2)	SC (P1)	SM (P3)	SC (P3)	SAÚDE COL III (P1)
10:00 – 11:00	SM (T)	SM (P1)	SC (P2)	SM (P2)	SC (P1)	SM (P3)	SC (P3)	SAÚDE COL III (P2)
11:00 – 12:00	SM (T)	SM (P1)	SM (P2)	SM (P2)	SC (P1)	SM (P3)	SC (P3)	SAÚDE COL III (P2)
14:00 – 15:00		SC (T)				SM (T)		
15:00 – 16:00		SC (T)				SM (T)		
16:00 – 17:00						SAÚDE COL III (T)		
17:00 – 18:00						SAÚDE COL III (T)		

BLOCO VII

Demanda docente: 36h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA		QUARTA	QUINTA		SEXTA
8:00 – 9:00	URG. E EMERG (T)	ADULTO I (P1)	URG. E EMERG (P1)	ADULTO I (P2)	ADULTO I (P3)	URG. E EMERG (P3)	OPTATIVA
9:00 – 10:00	URG. E EMERG (T)	ADULTO I (P1)	URG. E EMERG (P1)	ADULTO I (P2)	ADULTO I (P3)	URG. E EMERG (P3)	OPTATIVA
10:00 – 11:00	URG. E EMERG (T)	ADULTO I (P1)	URG. E EMERG (P2)	ADULTO I (P2)	ADULTO I (P3)	URG. E EMERG (P4)	OPTATIVA
11:00 – 12:00	URG. E EMERG (T)	ADULTO I (P1)	URG. E EMERG (P2)	ADULTO I (P2)	ADULTO I (P3)	URG. E EMERG (P4)	OPTATIVA
14:00 – 15:00		ADULTO I (T)			ADOLEC. (T)		
15:00 – 16:00		ADULTO I (T)			ADOLEC. (T)		
16:00 – 17:00		ADULTO I (T)			ADOLEC. (P)		
17:00 – 18:00		ADULTO I (T)			ADOLEC. (P)		

BLOCO VIII

Demanda docente: 40h

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA		QUARTA	QUINTA		SEXTA
8:00 – 9:00	IDOSO (T)	IDOSO (P1)		GERENC. (T)	IDOSO (P3)		SAÚDE, AMB E SUST (T)
9:00 – 10:00	IDOSO (T)	IDOSO (P1)		GERENC. (T)	IDOSO (P3)		SAÚDE, AMB E SUST (T)
10:00 – 11:00	MET. PESQ. (T)	IDOSO (P2)		GERENC. (T)	IDOSO (P4)		SAÚDE, AMB E SUST (T)
11:00 – 12:00	MET. PESQ. (T)	IDOSO (P2)		GERENC. (T)	IDOSO (P4)		SAÚDE, AMB E SUST (T)
14:00 – 15:00	ADULTO II (T)	GERENC. (P1)	ADULTO II (P1)		GERENC. (P3)	ADULTO II (P3)	
15:00 – 16:00	ADULTO II (T)	GERENC. (P1)	ADULTO II (P1)		GERENC. (P3)	ADULTO II (P3)	
16:00 – 17:00	ADULTO II (T)	GERENC. (P2)	ADULTO II (P1)		GERENC. (P4)	ADULTO II (P3)	
17:00 – 18:00	ADULTO II (T)	GERENC. (P2)	ADULTO II (P1)		GERENC. (P4)	ADULTO II (P3)	

BLOCO IX
Demanda docente: 30h
(Resol. 042/2018)

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
8:00 – 9:00	EC I	EC I	EC I	EC I	EC I
9:00 – 10:00	EC I	EC I	EC I	EC I	EC I
10:00–11:00	EC I	EC I	EC I	EC I	EC I
11:00–12:00	EC I	EC I	EC I	EC I	EC I
14:00–15:00		EC I		EC I	TCC I
15:00–16:00		EC I		EC I	TCC I
16:00–17:00		EC I		EC I	
17:00–18:00		EC I		EC I	

BLOCO X
Demanda docente: 30h
(Resol. 042/2018)

TURNO/DIA	SEGUNDA	TERÇA		QUARTA		QUINTA		SEXTA
8:00 – 9:00	EC II (P1) HRJL(Adm)	EC II (P1)	EC II (P2) Clínicas	EC II (P1/P2) (CAPS)	EC II (P1/P2)	EC II (P1) Clínicas	EC II (P2)	EC II (P1/P2)
9:00 – 10:00	EC II (P1)	EC II (P1)	EC II (P2)	EC II (P1/P2)	EC II (P1/P2)	EC II (P1)	EC II (P2)	EC II (P1/P2)
10:00–11:00	EC II (P1)	EC II (P1)	EC II (P2)	EC II (P1/P2)	EC II (P1/P2)	EC II (P1)	EC II (P2)	EC II (P1/P2)
11:00–12:00	EC II (P1)	EC II (P1)	EC II (P2)	EC II (P1/P2)	EC II (P1/P2)	EC II (P1)	EC II (P2)	EC II (P1/P2)
13:00-14:00		EC II (P1) HRJL (ASS)	EC II (P2) CTR/IRIM			EC II (P1) CTR/IRIM	EC II (P1) HRJL (Ass)	
14:00–15:00		EC II (P1)	EC II (P2)			EC II (P1)	EC II (P1)	TCC II
15:00–16:00		EC II (P1)	EC II (P2)			EC II (P1)	EC II (P1)	TCC II
16:00–17:00		EC II (P1)	EC II (P2)			EC II (P1)	EC II (P1)	

DEMANDA DOCENTE PARA FUNCIONAMENTO DO CURSO

Bloco	CH Docente - Enfermagem	CH Docente - Outros	Total
I	18h	10h	28h
II	06h	18h	24h
III	22h	04h	26h
IV	50h	-	50h
V	34h	04h	38h
VI	38h	-	38h
VII	36h	-	36h
VIII	40h	-	40h
IX	30h	-	30h
X	30h	-	30h
Total	**304h**	**36h**	**340h**

304 HORAS DE LOTAÇÃO / SEMANA

Força de trabalho atual:
21 docentes (Dedicação Exclusiva)

Média de distribuição de CH:
14h/semana

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, sob a presidência do Professor Mailson Fontes de Carvalho, realizou-se a reunião do colegiado do Curso de Bacharelado em Enfermagem, excepcionalmente de forma remota, através do google meet, com a presença dos professores Mailson Fontes de Carvalho (membro nato), Suyanne Freire de Macedo (membro nato), Edina Araújo Rodrigues Oliveira (membro titular), Profa Nadya Santos Moura (membro titular, da representante discente Mayra Raylane de Sousa Carvalho e dos membros suplentes Prof. Fernando Sérgio Pereira de Sousa e Profa Lany Leide de Castro Rocha Campelo. **PAUTA ÚNICA:** Proposta de Novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). **Interessado**: Coordenação de Curso. **Relator**: Prof. Mailson Fontes de Carvalho. A proposta do novo PPC foi apresentada pelo Coordenador de Curso, ressaltando que a referida proposta é fruto de trabalho conjunto do Núcleo Docente Estruturante do Curso, em observância aos necessários ajustes à proposta anteriormente apresentada, destacando que a versão em análise foi discutida e apresentada ao corpo docente em reuniões com pauta específica, ocorrida em outubro do corrente ano. Os membros presentes reforçaram a necessidade de implementação de um novo currículo, visto que ainda permanece o mesmo currículo desde a criação do curso. **Resultado:** O colegiado aprova por unanimidade a Proposta de PPC apresentada, a ser implementada a partir de 2023. Por fim, foi encerrada a reunião, e eu, professor Mailson Fontes de Carvalho Coordenador do Curso de Bacharelado em Enfermagem, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e pelos demais membros presentes na reunião. Picos, Piauí, vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois.

MAILSON FONTES DE CARVALHO

LANY LEIDE DE CASTRO R. CAMPELO (SUPLENTE)

SUYANNE FREIRE DE MACEDO

FERNANDO SÉRGIO PEREIRA DE SOUSA (SUPLENTE)

EDINA ARAÚJO RODRIGUES OLIVEIRA

NÁDYA DOS SANTOS MOURA

MAYRA RAYLANE DE SOUSA CARVALHO (DISCENTE)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
Chefia do Curso de Bacharelado em Enfermagem

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM DO *CAMPUS* SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS/UFPI-PICOS

Às treze horas do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se remotamente a reunião ordinária do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Enfermagem. Participaram da reunião o coordenador do curso Prof. Mailson Fontes de Carvalho, que presidiu a reunião, e os demais docentes: Profa. Suyanne Freire de Macêdo, Profa. Lany Leide de Castro Rocha Campelo, Prof. Rumão Batista Nunes de Carvalho, Profa. Cinara Maria Feitosa Beleza e Profa. Aline Raquel de Sousa Ibiapina. Ao iniciar a reunião, o presidente cumprimentou a todos e, em seguida iniciou a sessão. **PAUTA ÚNICA**: Alterações do Projeto Pedagógico do Curso. O Prof. Mailson Fontes apresentou a Proposta do Novo Currículo, considerando as últimas alterações realizadas a partir do encontro com os docentes do Curso, realizado nos dias vinte e vinte e um de outubro de dois mil do corrente ano. A proposta foi aperfeiçoada pelos membros deste núcleo docente, especialmente no tocante às observações relacionadas à (a) curricularização das atividades de extensão, (b) atualização bibliográfica, (c) ajustes na carga horária de disciplinas, (d) correlação/interseção entre currículos (atual e novo) e (e) ajustes relacionados às disciplinas interprofissionais. Os presentes destacaram a urgência na implementação do novo currículo considerando que diversas propostas já foram idealizadas e esta versão mais atual já havia inclusive sido discutida com o corpo discente e docente, ressaltando a necessidade de atenção às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem e às novas diretrizes relacionadas à curricularização da extensão universitária, reforçando que a escolha do Curso foi para que a extensão fosse inserida sob a terceira forma prevista na Resolução CEPEX nº. 53/2019 - cumprimento das atividades de extensão, respeitando as normativas institucionais vigentes e a Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – CNE/MEC – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Por fim, os presentes manifestaram concordância com a proposta em curso e deliberaram pela aprovação do novo projeto político pedagógico (PPC) e pelo encaminhamento da sua implementação a partir do ano de 2023. Por fim, o professor Mailson Fontes de Carvalho agradeceu a presença de todos e, não havendo novas demandas, encerrou a reunião. Eu, Suyanne Freire de Macêdo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente e demais membros do NDE. Picos-Piauí, vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois.

MAILSON FONTES DE CARVALHO

SUYANNE FREIRE DE MACEDO

ALINE RAQUEL DE SOUSA IBIAPINA

LANY LEIDE DE CASTRO ROCHA CAMPELO

CINARA MARIA FEITOSA BELEZA

RUMÃO BATISTA NUNES DE CARVALHO

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 612, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 18/12/2023 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.013716/2023-68;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, da Universidade Federal do Piauí – **Campus** Ministro Petrônio Portella, conforme Projeto Pedagógico anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a urgência em virtude do supracitado Curso ter que iniciar suas atividades no Período Letivo 2024.1, sob pena de produzir maiores problemas tanto no fluxo discente (atraso), bem como quanto ao redimensionamento de plantel de docentes

Teresina, 18 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA / Presencial (Currículo II)

GILDASIO GUEDES FERNANDES: 07757956315

Digitally signed by GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=PRESENCIAL, email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.20 11:40:16 -03'00'

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
CENTRO DE TECNOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura/Presencial - Universidade Federal do Piauí – *Campus* Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina – Piauí.

Digite o texto a

TERESINA- 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITORA

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR (A) DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR (A) DE ADMINISTRAÇÃO

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Profª. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR (A) DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR (A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Profª. Drª. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITOR (A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Profª. Drª. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR (A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Profª Drª Mônica Arrivabene

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Leomá Albuquerque Matos

Diretora de Administração Acadêmica

Silvana Santiago da Rocha

Coordenadora Geral de Graduação

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenadora Geral de Estágio

Francisco Newton Freitas

Coordenadora de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenadora de Administração Acadêmica Complementar

Maycon Silva Santos

Coordenadora de Seleção e Programas Especiais

Ana Caroline Moura Teixeira

Assessora do Pró-Reitor

CENTRO DE TECNOLOGIA

DIRETORA
Marcos Antônio Tavares Lira

VICE-DIRETOR
Giovana Mira de Espindola

COORDENADOR DO CURSO
Péricles Luiz Picanço Júnior

SUBCOORDENADOR DO CURSO
Lucas Gonzales Lima Pereira Calado

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

PRESIDENTE

Péricles Luiz Picanço Júnior

VICE-PRESIDENTE

Lucas Gonzales Lima Pereira Calado

REPRESENTANTES DOS DEPARTAMENTOS

Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Profa. Maria Betânia Guerra Negreiros Furtado

Departamento de Estruturas (DE)

Profa. Maria Eulália Ribeiro Gonçalves

Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada

Profª. Aline Machado Marwel

Departamento de Transportes

Dinameres Aparecida Antunes

REPRESENTANTE ESTUDANTIL

Representante do Centro Acadêmico da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura

Dankrat Sousa Aguiar (Matrícula: 20189024286)

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

PRESIDENTE

Péricles Luiz Picanço Júnior

MEMBROS

Dinameres Aparecida Antunes

Emanoel Gomes de Sousa Silva

Fabrício Rosa Amorim

Lineardo Ferreira de Sampaio Melo

Lucas Gonzales Lima Pereira Calado

Marcos Machado de Albuquerque

Rogério de Carvalho Veras

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 9
2. APRESENTAÇÃO 10
3. HISTÓRICO 12
4. JUSTIFICATIVA 16
5. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA 19
5.1. Coordenação, Colegiado e Núcleo Docente Estruturante 19
5.2. Corpo Docente 22
5.3. Apoio aos Discentes 24
6. CONCEPÇÃO DO CURSO 26
6.1. Princípios Curriculares 26
6.2. Fundamentação Teórico-Metodológica 27
6.3. Objetivos do Curso 28
6.4. Perfil do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor 29
6.5. Atribuições Profissionais 30
7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 36
7.1. Competências e Habilidades 36
7.2. Curricularização da Extensão 38
7.3. Matriz Curricular 40
7.4. Fluxograma Curricular dos Componentes Curriculares Obrigatórios 49
7.5. Lotação dos Componentes Curriculares nos Departamentos 50
7.6. Plano de Adaptação Curricular 52
7.6.1. Planilha de Equivalências 53
8. ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS 57
8.1. Estágio Curricular Supervisionado 57
8.2. Trabalho de Conclusão de Curso 58
8.3. Atividades Complementares 59
9. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 63
9.1. Orientação Acadêmica 63
9.2. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem 64
9.3. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso 66
9.4. Avaliação Institucional 67
10. MEDIDAS PARA CONSOLIDAÇÃO 68
10.1. Recursos Humanos 68
10.2. Recursos Físicos e Materiais 68
11. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES 71
11.1. Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios 71
11.2. Ementário dos Componentes Curriculares Optativos 103

12. REFERÊNCIAS 117
13. APÊNDICES 121
13.1. Normas de Curricularização da Extensão do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura 121
13.2. Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso 124
ANEXO I 132
ANEXO II 134
ANEXO III – Exemplo de Artigo 135
ANEXO IV 138
ANEXO V 139
ANEXO VI 140
ANEXO VII 141
ANEXO VIII 142
ANEXO IX 143
ANEXO X 144
ANEXO XI 145
13.3. Regulamento do Estágio Supervisionado 146
13.4. Relatório NDE Referendando as Referências Bibliográficas 150

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

MODALIDADE OFERECIDA Bacharelado.

TÍTULO ACADÊMICO Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor.

PORTARIA DE RECONHECIMENTO Portaria MEC Nº 95, de 21/01/1980.

REGIME DE MATRÍCULA Semestral/por créditos.

TURNO DE FUNCIONAMENTO Integral (manhã, tarde e noite).

CARGA HORÁRIA 4.125 horas/275 créditos.

SÍNTESE DA MATRIZ CURRICULAR

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	
Disciplinas Obrigatórias	Conteúdos Básicos	1080 h	26,2 %
	Conteúdos Profissionalizantes	510 h	12,4 %
	Conteúdos Específicos	1.620 h	39,3 %
Disciplinas Optativas (OP)		120 h	2,9 %
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90 h	2,2 %
Estágio Supervisionado (ES)		165 h	4,0 %
Atividades Complementares (AC)		120 h	2,9 %
Atividades Curricular de Extensão (ACE)		420 h	10,1 %
Carga Horária Total		4.125 h	100 %

TEMPO DE DURAÇÃO
Mínimo: 5,0 anos (10 semestres);
Médio: 6,0 anos (12 semestres);
Máximo: 7,5 anos (15 semestres).
Para acadêmicos(as) com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo de permanência no curso

NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS 60 vagas distribuídas nos dois semestres do ano letivo. A forma de ingresso obedece à política de acesso implantada pela Universidade Federal do Piauí.

PERFIL (COMPETÊNCIA) Formar profissionais capacitados nas seguintes áreas do conhecimento: geodésia, topografia, fotogrametria, cartografia, astronomia de posição, sensoriamento remoto, cadastro territorial, geoprocessamento, sistemas de informações geográficas, georreferenciamento e outras áreas afins e correlatas.

ÁREAS DE ATUAÇÃO Órgãos da administração pública, civil ou militar, empresas privadas, organizações não governamentais, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica, de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria, programas de pós-graduação de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

ENDEREÇO DO CURSO
Universidade Federal do Piauí - Centro de Tecnologia
Coordenação do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
Bairro Ininga – CEP: 64049-550 – Teresina/PI
Telefone: (86) 3215-5699 (secretaria administrativa - CT)
E-mail: eng_cartograficaedeagrimensura@ufpi.edu.br

2. APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí – UFPI é uma instituição de educação superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina. Goza de autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial, bem como pauta sua atuação na busca da universalidade do conhecimento e do fomento à interdisciplinaridade.

Suas atividades relativas à educação superior são desenvolvidas, sob o ponto de vista presencial, no âmbito de seus quatro *Campi*, que são: *Campus* Ministro Petrônio Portella (Teresina); *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos), *Campus* Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus), *Campus* Dr. Amílcar Ferreira Sobral (Floriano) e as relacionadas ao ensino médio profissionalizante são centralizadas nos três Colégios Agrícolas, sediados em Teresina, Floriano e Bom Jesus. Porém existem polos de educação à distância em outros 20 municípios piauienses. O antigo *Campus* Ministro Reis Veloso (Parnaíba) da UFPI tornou-se em 2021 na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR).

O *Campus* Ministro Petrônio Portella (CMPP), em Teresina, sedia as unidades gestoras da UFPI, que estão organizadas em Órgãos Centrais e Unidades de Ensino. Os primeiros são compostos pela Reitoria, Vice-Reitoria e seis Pró-Reitorias. As nove Unidades de Ensino, instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, abrigam 74 dos 135 cursos que a universidade oferece, distribuídos ao longo das seguintes áreas do conhecimento: ciências da natureza, da saúde, agrárias, educação, humanas e letras e tecnologia. Os cursos ligados às áreas de tecnologia são: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Materiais.

A Universidade Federal do Piauí oferece desde 1975 o curso superior de Engenharia de Agrimensura, reconhecido em 21/01/1980, através da Portaria Ministerial Nº 95 - MEC. A grade curricular do curso de Engenharia de Agrimensura passou por diversas alterações, sempre buscando acompanhar o contínuo desenvolvimento avanço científico, tecnológico e jurídico da área a fim de propiciar aos alunos uma formação atualizada e condizente com as necessidades do País.

Legalmente, a diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, ficam a cargo das Instituições de Ensino Superior que adaptam os projetos pedagógicos de seus cursos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e aos objetivos inerentes aos cursos.

Regularmente, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação atualiza e pública os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura com o intuito de corrigir algumas assimetrias verificadas no processo de crescimento da oferta do ensino

superior no Brasil, como por exemplo, a condição de poucas especialidades concentrarem grande parte do total das matrículas, enquanto outras, igualmente demandadas pela sociedade brasileira, apresentar carência em número de vagas e de distribuição pelo território nacional, bem como ao amplo número de variações de denominações dos cursos superiores, as quais nem sempre correspondem a uma formação específica.

Neste último item, mesmo para os cursos com diretriz curricular consolidada, há muitas variações nas denominações para projetos que enfocam o mesmo perfil formativo. Consequência imediata deste desacerto é a dificuldade de jovens, pais, empregadores e a sociedade em geral, identificarem a educação superior com as demandas sociais e profissionais, além de comprometer o sistema de avaliação da qualidade.

A reformulação curricular de 2013 modificou a denominação do outrora Curso de Engenharia de Agrimensura, para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Foi uma adequação aos referenciais curriculares nacionais que implicaram em novas atribuições profissionais aos seus egressos. Isto exigiu a adaptação do currículo para que este contemple-se os conhecimentos característicos e atuais da Engenharia Cartográfica, bem como procedesse à atualização dos conhecimentos específicos da Engenharia de Agrimensura. Esta modificação foi aprovada pela Resolução Nº 047/13 – CEPEX/UFPI de 26 de março de 2013.

Esta nova alteração de currículo, em 2023, visa atualizar a formação do(a) Engenheiro(a) Cartógrafo(a) e Agrimensor(a) frente às novas diretrizes curriculares nacionais (CNE/CES Nº02/2019), às resoluções do CONFEA/CREA, aos avanços na área da tecnológicos que afetam a área e ao dinamismo do mercado profissional do(a) engenheiro(a). Dessa forma, foi proposta a modificação de carga horária total do curso derivada das mudanças de ementas e conteúdo de disciplinas, adequação das nomenclaturas de disciplinas, aumento ou redução de carga horária de disciplinas, inclusão ou exclusão de disciplinas obrigatórias e optativas; mudança de oferta de disciplina, modificações na forma de execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), inclusão de seu regulamento e modelo de documento. Além disso também foi incluído os regulamentos de Estágio Supervisionado e de Atividades Curriculares de Extensão (ACE) conforme a Lei 11.788 de 25/09/2008 e a Resolução UFPI/CEPEX nº 053/2019 respectivamente.

A experiência do corpo docente do curso, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado e a representação estudantil, permitiram a elaboração deste Projeto Pedagógico que teve por base uma ampla pesquisa referente à temática, bem como considerou uma vasta base documental pertinente, como por exemplo: Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em engenharia; Regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA;

Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Normas de funcionamento dos cursos de graduação e Regimento geral da Universidade Federal do Piauí.

O curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura tem o perfil (competência) de formar profissionais capacitados nas seguintes áreas do conhecimento: Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia, Astronomia de Posição, Sensoriamento Remoto, Cadastro Territorial, Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas (SIG), Georreferenciamento e outras áreas afins e correlatas como planejamento e infraestrutura de transportes, avaliações e perícias, assim como gestão de dados espaciais e desenvolvimento de aplicações espaciais.

Depois de formado, o Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor poderá atuar nos órgãos da administração pública, civil ou militar, empresas privadas, organizações não governamentais, empresas e laboratórios de pesquisa científica e tecnológica, de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria, programas de pós-graduação de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado no Brasil e no exterior.

3. HISTÓRICO

A Universidade Federal do Piauí – UFPI foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. De acordo com o seu Estatuto, é missão da UFPI "propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional".

O Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí foi implantado através da Resolução Nº 38 do Conselho Diretor da Universidade Federal do Piauí, a 25 de agosto de 1975, sendo inicialmente constituído pelas Coordenações de Ciências Agrárias e de Tecnologia. Após a criação do Centro de Ciências Agrárias, que absorveu a Coordenação do mesmo nome, em 15 de março de 1978, o Centro de Tecnologia foi reestruturado através da Resolução Nº 18 do Conselho Diretor, que extinguiu a Coordenação de Tecnologia e criou os Departamentos de Construção Civil, Estruturas e Transportes. Posteriormente, em 1981, foi criado o Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada, mantida esta estrutura desde então.

Em 2009, com a criação dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e Engenharia de Materiais, a estrutura administrativa do CT incorporou as chefias/coordenações destes Cursos. No final do ano de 2022, foi aprovado a mudança do nome do

Departamento de Transportes para Departamento de Transportes e Geomática com a intenção do nome abranger a área de atuação do Departamento e seus professores e professoras.

O Centro de Tecnologia possui excelente estrutura física composta por doze blocos onde estão distribuídas: Instalações administrativas; Centros acadêmicos; Salas de professores; 50 Salas de aula climatizadas; 04 Salas de desenho com pranchetas; 25 Laboratórios adequadamente equipados; 01 Auditório para 160 lugares; 01 Núcleo de Maquetes e Modelos Reduzidos; 01 Núcleo de Engenharia de Sistemas; 01 Sala de Estudos, 01 Escritório-Escola do Centro de Tecnologia; Setores de reprografia; Sanitários e áreas de convivência. Encontra-se informatizado e interligado ao sistema de comunicação interna da UFPI, permitindo o acesso às redes de informação, refletindo diretamente na melhoria das condições de ensino e das atividades de pesquisa e extensão.

Funcionam no Centro de Tecnologia, em nível de graduação, os cursos de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Materiais e Engenharia de Produção, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

O Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, outrora Curso Superior de Agrimensura, foi implantado na Universidade Federal do Piauí em 1975 através da Resolução Nº 33, de 15/08/1975, do Conselho Universitário e reconhecido em 21/01/1980, através da Portaria Ministerial Nº 95 - MEC. Na época de sua implantação estava em vigência a Lei Federal Nº 3.144, de 20/05/1957, que criara os cursos superiores de Agrimensura no Brasil e listava as disciplinas básicas que deveriam ser ministradas, ficando facultado ao estabelecimento de educação superior instituir e ministrar outras disciplinas. Em 3/11/1965 a Portaria Ministerial Nº 315 fixou o mínimo de conteúdo e duração dos Cursos Superiores de Agrimensura. Na UFPI o curso foi implantado com duração de tempo total variável de 3,5 a 7 anos letivos.

Em 1985, considerando o Parecer 85/1985, aprovado em 26 de fevereiro daquele ano, o Conselho Federal de Educação (CFE), atual Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Resolução Nº 02, de 08/04/1985, caracterizava a habilitação específica Engenharia de Agrimensura com origem na área Civil do Curso de Engenharia. Como habilitação da Engenharia, o curso deveria satisfazer as Resoluções 48/1976, de 27/04/1976, e 50/1976, de 09/09/1976 do mesmo Conselho, incluindo no seu currículo novas disciplinas e modificando o tempo para conclusão do mesmo entre 4 e 9 anos.

Em nível de UFPI, somente a partir de 1988, através da aprovação da Resolução Nº 001/88 - CEPEX de 02 de fevereiro de 1988, o curso passa a ter duração mínima de 4,5 anos e máxima de 9 anos, atendendo às determinações das Resoluções 48/1976, 50/1976 e 02/1985. Cadastrou-se o novo currículo, na Diretoria de Administração Acadêmica da UFPI, como Currículo 03.

Com a operacionalização do Currículo 03, detectaram-se vários problemas tais como: alta taxa de evasão, de retenção, baixo número de graduados e o fluxo entre algumas disciplinas e seus pré-requisitos inadequados. A partir do ano 2000, objetivando solucionar os problemas citados, o Curso sofreu um ajuste curricular, através da aprovação da Resolução Nº 37/2000 - CEPEX, de 02/03/2000. Cadastrou-se o currículo ajustado como CURRÍCULO 04. No ano 2004, por sugestão do Departamento de Física da UFPI e acatado pelo Colegiado, o Curso sofreu alteração curricular somente na matéria física, através da aprovação da Resolução Nº 122/04 do CEPEX, de 20 de março de 2004.

Em 2011, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, aprovadas pela Resolução Nº 11, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), na Resolução CNE/CES Nº 02, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, e na Resolução Nº 150/06-CEPEX, de 08 de setembro de 2006, do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, que dispõe sobre as atividades acadêmico-científico-culturais (atividades complementares) nos cursos de graduação da UFPI, novamente foi alterado o Projeto Pedagógico do Curso e cadastrado como CURRÍCULO 05. Destacam-se nesta alteração a inclusão do trabalho de conclusão de curso (60h), atividades complementares (120h), estágio supervisionado (165h) e a redução da carga horária para 3825h.

Em 2013, aconteceu a modificação da denominação do outrora Curso de Engenharia de Agrimensura, para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. A adequação foi executada aderente aos referenciais curriculares nacionais que implicaram em novas atribuições profissionais aos seus egressos. Isso exigiu a adaptação do currículo para que este contemplasse os conhecimentos característicos e atuais da Engenharia Cartográfica, bem como procedesse à atualização dos conhecimentos específicos da Engenharia de Agrimensura. Esse primeiro PPC do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, levou em conta as resoluções, decretos, portarias atualizadas do CNE, MEC e UFPI, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente da instituição, buscando contemplar as políticas e ações institucionais.

Em 2023, fez-se necessária a atualização do primeiro currículo da nova denominação do curso, atualizando as disciplinas e conhecimentos do curso à evolução dos métodos e técnicas da área, as inovações de Tecnologia Digital da Informação e Comunicação (TDIC), as novas diretrizes curriculares, as habilitações do profissional, assim como a curricularização da extensão e os novos rumos do mercado, no qual o profissional está inserido. O novo currículo foi desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com a consultoria dos demais professores do curso.

Entre as principais mudanças do currículo estão a expansão da trilha de cartografia do curso, a qual teve o seu início deslocado para o terceiro período, com a disciplina de Cartografia Geral (sem pré-requisitos) e subsequentemente as disciplinas de Projeções Cartográficas, Cartografia Digital e Topográfica, Cartografia Temática, Gestão de Dados Espaciais, Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais e Sistema de Informação Geográfica. Uma importante mudança em direção à habilitação recebida e o mercado de trabalho brasileiro. As disciplinas de gestão de Dados Espaciais e Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais também são importantes para todas as áreas de trabalho do curso e suas aplicações.

Algumas disciplinas foram renomeadas e/ou movimentadas para o arranjo de carga-horária ou para o estabelecimento de pré-requisitos. Foi o que aconteceu com a disciplina de Direito e Legislação de Terras que foi mudada do 9º para o 6º período e Pavimentação que neste novo currículo está no 9º período, com isso estabelece-se Direito e Legislação de Terras como pré-requisito de Parcelamento Territorial (7º período), que por sua vez vira pré-requisito de Cadastro Territorial (8ºperíodo). E Pavimentação depende da aprovação na disciplina Projeto de Estradas (8º período).

A disciplina de Desenho Técnico e Topográfico passa a ter 90h e se torna pré-requisito de Topografia I, Topografia III passa a ter 60h, foi criada a disciplina de Ajustamento II para o aprofundamento na área de Ajustamento de Observações, enquanto as disciplinas de Geodésia I e II (90h cada) foram divididas em Geodésia Geométrica (60h), Geodésia Espacial (60h) e Geodésia Física (60h) para um melhor aproveitamento das ementas. A disciplina Agrimensura Aplicada foi extinta e seu conteúdo divididos entre as ementas de Topografia III e Parcelamento Territorial.

As disciplinas de Desenho Assistido por Computador (CAD) e Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania se tornaram disciplinas eletivas junto com as novas disciplinas optativas de Empreendedorismo, Geografia, Storytelling de dados, InSAR, Instrumentação Topográfica e 5 Tópicos Especiais em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, voltados aos assuntos de vanguarda nas áreas do curso e tecnologia.

Outra inclusão importante no currículo foram as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que foram estabelecidas em 2018 pela Resolução MEC Nº07/2018, e operacionalizada na UFPI através da Resolução CEPEX-UFPI Nº053/19, que regulamenta a sua como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação, totalizando 10% da carga-horaria total do currículo. Ainda em 2023, o curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura foi avaliado com nota 04 pelo MEC.

4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, em abril de 2010, publicou os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura dentro da perspectiva da melhoria da qualidade de ensino, apoiada pelo fortalecimento dos perfis formativos das mais diversas especialidades.

Os referenciais privilegiam as nomenclaturas historicamente consolidadas, apoiadas pelas legislações regulamentadoras de profissões e pelas diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Juntos, compõem um conjunto de descritivos que apontam: o perfil do egresso, os temas abordados na formação, os ambientes em que o profissional poderá atuar e a infraestrutura mínima recomendada para a oferta. Estes referenciais não restringem as instituições na construção dos projetos pedagógicos, uma vez que traça um referencial que não é limitador, mas orientador. Portanto, cada Instituição de Ensino Superior (IES) pode, respeitando as orientações dos referenciais, inserir novas temáticas e delinear linhas de formação no curso.

Segundo o documento, o Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor atua:

> na resolução de problemas relacionados com ordenamento territorial, mapeamento e emprego de dados e informações espaciais. Em sua atividade, planeja, coordena e executa levantamentos topográficos, geodésicos, fotogramétricos, gravimétricos e batimétricos, gerando documentos como mapas, cartas, coordenadas, mosaicos, modelos de análise espacial – analógicos ou digitais. Desempenha atividades de aquisição e distribuição de material técnico cartográfico, geodésico, fotogramétrico e de sensoriamento remoto. Aplica conhecimentos de posicionamento, ajustamento de observações e comunicação cartográfica. Elabora projetos geométricos e levantamentos para a locação de obras de engenharia, tais como estradas, portos, aeroportos, dutos, loteamentos e assentamentos rurais e urbanos. Subsidia a elaboração de Cadastro Técnico Multifinalitário. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais (MEC,2010).

Até o presente momento a denominação Engenharia Cartográfica e de Agrimensura foi adotada pelas seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG (Goiânia - GO), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (São Leopoldo - RS), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (Presidente Prudente – SP), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Recife – PE),Universidade Federal do Paraná – UFPR (Curitiba - PR), Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (Belém - PA), Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (Pato Branco – PR) e com a nomenclatura de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica as IES: Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM (Paracatu – MG) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IF

Sul de Minas (Inconfidentes – MG), Universidade Federal da Bahia – UFBA (Salvador – BA), Universidade Federal de Uberlândia – UFU (Monte Carmelo - MG), Universidade Federal de Viçosa – UFV (Viçosa - MG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (Seropédica – RJ).

A mudança da denominação do curso para Engenharia Cartográfica e de Agrimensura implicou na adequação aos referenciais curriculares nacionais que trouxeram novas atribuições profissionais aos seus egressos. Isto exigiu a adaptação do currículo para que este contemplasse os conhecimentos característicos da Engenharia Cartográfica, bem como procedesse à atualização dos conhecimentos específicos da Engenharia de Agrimensura à época.

A nova reformulação curricular de 2022 espera ampliar o mercado de trabalho dos profissionais Engenheiros(as) Cartógrafos(as) e Agrimensores(as) formados na UFPI, além de aproximar o curso aos currículos praticados nos cursos de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura de outras IES. Essa atualização do currículo e das ementas das disciplinas mantidas visa gerar maior interesse nos discentes do curso, diminuindo a sua evasão escolar, além de tornar o curso mais competitivo no Sistema de Gestão Unificada, a partir do interesse de novos alunos, assim formando mais profissionais Engenheiras Cartógrafas e Agrimensoras e Engenheiros Cartógrafos e Agrimensores valiosos à missão da UFPI em seu papel de desenvolvimento da sociedade.

Vale ressaltar que considerando as especificidades nacionais e do nordeste brasileiro em particular, ainda se destacam ainda as seguintes questões relevantes:

- Carência de mapeamento sistemático em todos os níveis e em todas as regiões dos municípios, estados e País;
- Carência de profissional especializado para atender às demandas da sociedade relacionadas às questões fundiárias, principalmente àquelas que envolvem litígios sobre domínio de propriedade rural e urbana (REURB);
- Necessidades em implantar e atualizar sistemas de cadastro territorial em áreas rurais (Lei Nº 10.267/2001 - Georreferenciamento de Imóveis Rurais) e em áreas urbanas (Estatuto das Cidades, Planos Diretores Municipais, e projetos de lei sobre responsabilidade territorial e sistemas de cadastro multifinalitário);
- Necessidades em implantar e atualizar Sistemas de Informações Geográficas (SIG) em diversos setores da sociedade, fomentando o desenvolvimento de sistemas WEB e móveis que envolvam a informação geográfica.
- Necessidades da Gestão Territorial e nas suas diversas áreas de interseção como Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Gestão Hídrica etc.

Vale ressaltar que nesse contexto, a Coordenação do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura observou as metas e ações estabelecidas no Plano de Melhorias Acadêmicas do Curso de Graduação em Engenharia de Agrimensura, de 14 de abril de 2011, como também em consonância com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024.

O Plano de Melhorias foi elaborado em atendimento à Nota Técnica do INEP, de 09 de fevereiro de 2011, relativa à avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e recredenciamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O objetivo do plano de melhorias foi adequar o curso em suas três dimensões, quais sejam "Organização Didático-pedagógica", "Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-administrativo" e "Instalações Físicas", e eventuais novas diretrizes curriculares e temas emergentes nas áreas das engenharias, o que demandava contínua pesquisa e ação Coordenação/CPA sobre itens como: ementário, atualização periódica de bibliografias, aquisições de materiais permanentes e infraestrutura, atividades didáticas e de extensionismo, relacionamento com alunos, etc.

As principais metas do plano de melhorias, divididas nas três dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, são;

- Dimensão Organização Didático-Pedagógica: Organização de uma nova proposta curricular; Reestruturação das atividades didático-pedagógicas; Elaboração e desenvolvimento de projetos de extensão para atendimento a comunidade sempre oportunizando prática extracurricular aos acadêmicos, invariavelmente supervisionados por professores do curso; Execução de mecanismos e sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno, outros estudos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas; Encontros pedagógicos bimensais entre coordenação e docentes para definição e acompanhamento de metas, a curto, médio e longo prazo, visando contribuir com a melhoria do desempenho no ENADE e, por conseguinte elevar demais conceitos como o CPC.
- Dimensão Corpo Docente e Tutorial: Formação acadêmica continuada do corpo docente e discente; Implantação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; Formação de grupos de estudos e pesquisas entre professores para promover a "qualificação mútua", decorrendo desta atividade projetos que utilizem os laboratórios da instituição em atividades de pesquisa-extensão; Divulgação de eventos nacionais e internacionais, bem como, programas de pós-graduação, apoiando a participação de docentes e discentes; Organização da atividade docente.
- Dimensão Infraestrutura: Adequação da infraestrutura do Bloco de Engenharia de Agrimensura (salas de aula, laboratórios, equipamentos de informática, rede de informações e outros) às

atividades de pesquisa e extensão; Reestruturação dos laboratórios específicos com a aquisição de equipamentos de última geração para os laboratórios no tocante ao desenvolvimento de conteúdos relacionados às disciplinas específicas do curso, bem como, a normalização relativa ao seu uso; Atualização do acervo bibliográfico no tocante a bibliografia básica das disciplinas específicas do curso; Disponibilização de espaços (salas equipadas) para atividades acadêmicas (discentes e docentes) como: orientação de monografia, sala para Núcleo Docente Estruturante e reuniões do Colegiado do Curso.

5. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

De acordo com o Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí, a administração do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é exercida, no plano executivo, pela Coordenação do Curso e, no plano deliberativo, pelo Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante do Curso.

5.1. Coordenação, Colegiado e Núcleo Docente Estruturante

A coordenação do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, órgão executivo vinculado à diretoria do Centro de Tecnologia, cumpre a função de zelar pela organização administrativa, acadêmica e pedagógica do Curso. O Coordenador e o Subcoordenador são nomeados pelo Reitor e escolhidos através de eleição direta e uninominal, de que participam professores do Centro de Tecnologia que ministram disciplinas específicas e alunos regularmente matriculados no Curso. Segundo o Regimento Geral da UFPI compete ao Coordenador de Curso:

- Promover as medidas necessárias à constituição do Colegiado de Curso, na forma do Regimento Geral da UFPI;
- Convocar as reuniões do Colegiado de Curso e exercer sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- Executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado;
- Representar o Colegiado no Conselho Departamental;
- Cumprir as determinações dos órgãos superiores do Centro e da Universidade;
- Superintender os trabalhos da Coordenação;
- Comunicar à Diretoria do Centro de Tecnologia quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;

- Aplicar ou propor pena disciplinar, na forma do Regimento Interno da UFPI;
- Manter articulação permanente com os Departamentos corresponsáveis pelo Curso;
- Propor ao Colegiados alterações do currículo do Curso a serem submetidas ao Conselho Departamental e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sucessivamente;
- Acompanhar e avaliar a execução curricular;
- Articular-se com os Departamentos na elaboração da oferta de disciplinas para cada período;
- Exercer a coordenação de matrícula no âmbito do Curso, em articulação com o órgão central de controle acadêmico;
- Encaminhar à Diretoria do Centro as resoluções do Colegiado que dependam de aprovação superior;
- Enviar, ao fim de cada período letivo, à Diretoria do Centro relatório sobre as atividades da Coordenação e do Colegiado;
- Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Regimento Geral da UFPI e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Colegiado de Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, órgão deliberativo, também cumpre a função de zelar pela organização administrativa, acadêmica e pedagógica do Curso. O Colegiado é constituído pelo Coordenador (Presidente); Subcoordenador (Vice-Presidente); um representante docente por Departamento, que ministre disciplinas específicas do Curso, eleito, com o respectivo suplente, pelos seus pares, com mandato de 2 (dois) anos; representação discente, nos termos da legislação em vigor, com mandato de 1 (um) ano.

De acordo o Regimento Geral da UFPI, compete ao Colegiado de Curso:

- Decidir em primeira instância, sobre organização e revisão curricular;
- Fixar diretrizes de execução do currículo, bem como normas de seu acompanhamento e avaliação;
- Recomendar aos Departamentos o ajustamento de plano de disciplinas ao interesse do Curso;
- Decidir sobre os procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções do órgão central de controle acadêmico;
- Opinar sobre pedidos de revalidação de diplomas;
- Apreciar representação de aluno em matéria de interesse do Curso, ressalvada a competência departamental no que interfere com a atuação docente;
- Adotar e sugerir providências para a melhoria do nível de ensino do Curso;
- Opinar sobre transferências de aluno, submetendo o assunto ao conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

- Julgar pedidos de trancamento de disciplinas;
- Representar junto ao Conselho Departamental e propor, mediante e aprovação de pelo menos 1/3 (dois terços) dos respectivos membros, o afastamento ou a destituição de Coordenador e Subcoordenador de Curso;
- Exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Regimento Geral da UFPI e em normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do outrora Curso de Bacharelado em Engenharia de Agrimensura, do Centro de Tecnologia, foi oficialmente constituído no dia 27 de maio de 2011, através da Portaria N° 031/PREG/UFPI, para um mandato de dois anos. Compunha este NDE os seguintes professores: Prof. Me. Alessandro Rhadamek Alves Pereira (Presidente), Prof. Me. Francisco Soares Barbosa (Membro), Prof. Me. José Lincoln de Sousa Meneses (Membro), Prof. Me. José Ozildo de Moura (Membro) e a Profª. Dra. Oneida Barros Bezerra (Membro).

Atualmente, por meio da Portaria N° 03/2023/-PREG/UFPI, de 02 de fevereiro de 2023, foi atualizada a composição do NDE com os professores: Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior (Presidente - Nato), Prof. Me. Lucas Gonzales Lima Pereira Calado (membro), Profª Dra. Dinameres Aparecida Antunes (membro), Prof. Me. Marcos Machado de Albuquerque (membro), Prof. Me. Emanoel Gomes de Sousa Silva (membro), Prof. Me. Fabrício Rosa Amorim, Prof. Esp. Rogério de Carvalho Veras e Prof. Me. Lineardo Ferreira de Sampaio Melo (membro) para mandatos de até dois anos que finalizam entre 2023 e 2024.

De acordo com a Resolução N° 278/11 - CEPEX, de 15 de setembro de 2011, as atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso são:

- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, em observância ao que preconizam o PPC e Diretrizes Curriculares Nacionais da área;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Zelar permanentemente pelo desenvolvimento de atividades inerentes ao curso, quanto aos aspectos de sua organização didático-pedagógica, atuação do corpo docente e infraestrutura adequada, de forma a auxiliar a Coordenação ou Chefia de Curso nos procedimentos relativos ao bom andamento dessas atividades;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

- Auxiliar a coordenação na busca de estratégias de cumprimento das atividades pertinentes ao estágio curricular e trabalho de conclusão de curso, quando estes forem obrigatórios para a área do curso;
- Colaborar para a difusão, entre o alunado, da cultura avaliativa desenvolvida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), incluindo a avaliação interna (participação no processo anual realizado pela Comissão Própria de Avaliação) e externa (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e processos avaliativos in loco por comissões do MEC).
- Organizar "grupos de trabalho" que contém, eventualmente, com a participação de docentes não integrantes ao Núcleo, com vistas a desempenhar as atribuições enumeradas no caput deste artigo de maneira objetiva e eficaz.

5.2. Corpo Docente

Atualmente o corpo docente do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura totaliza os 44 docentes, parte listados abaixo e dos quais 21 são doutores (53,8%), 15 são mestres (38,4%) e os 3 restantes (7,8%) ainda não possuem titulação em nível *Stricto Sensu*. Vale ressaltar que deste total, 40 são professores contratados em regime de 40 horas semanais (36 com dedicação exclusiva DE) e 03 são professores com 20 horas semanais (TP-20).

Nº	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO	LATTES	REGIME DE TRABALHO (Parcial, DE, 40h etc.)
01	Alessandro Rhadamek Alves Pereira	Doutorado	Eng. de Agrimensura	http://lattes.cnpq.br/4380868517368133	DE
02	Alexandre Miranda Pires dos Anjos	Doutorado	Física	http://lattes.cnpq.br/7403838205970291	DE
03	Aline Machado Marwell	Mestrado	Eng. Civil	https://lattes.cnpq.br/6978656182181415	DE
04	Almir de Oliveira Pimentel Sobrinho	Mestrado	Eng. Civil	-	DE
05	Amadeu Matias Bernardes Filho	Mestrado	Filosofia		DE
06	Andressa de Araujo Carneiro	Doutorado	Geologia	http://lattes.cnpq.br/0875241084102716	DE
07	Antônio Helson Mineiro Soares	Doutorado	Computação	http://lattes.cnpq.br/0055233538172646	DE
08	Benedito Batista Farias Filho	Doutorado	Química	http://lattes.cnpq.br/1026260648517314	DE
09	Carlos Ernando da Silva	Doutorado	Eng. Química	http://lattes.cnpq.br/4423443968266807	DE
10	Cícero Pedro de Aquino	Doutorado	Matemática	http://lattes.cnpq.br/5688999279159670	DE
11	Dinameres Aparecida Antunes	Doutorado	Geografia	http://lattes.cnpq.br/4511214562924677	DE
12	Emanoel Gomes de Sousa Silva	Mestrado	Eng. Cartográfica e de Agrimensura	http://lattes.cnpq.br/7923152969036642	DE

13	Ewerton Chaves Moreira Torres	Mestrado	Eng. Civil	http://lattes.cnpq.br/2569579574179471	DE
14	Fabrício Rosa Amorim	Mestrado	Eng. Cartográfica e de Agrimensura	http://lattes.cnpq.br/4294172017706260	DE
15	Francisca Maria Cosme de Carvalho	Doutorado	Administração	http://lattes.cnpq.br/2057558940856086	DE
16	Francisco Mesquita de Oliveira	Doutorado	Sociologia	http://lattes.cnpq.br/7265838320213992	DE
17	Francisco Soares Barbosa	Mestrado	Eng. de Agrimensura	http://lattes.cnpq.br/3197621251746224	DE
18	Gelson de Sousa Alves	Doutorado	Eng. Civil	http://lattes.cnpq.br/2544529466584990	DE
19	Giovana Mira de Espindola	Doutorado	Eng. Cartográfica	http://lattes.cnpq.br/0674714745081970	DE
20	Helder de Sena Barboza	Mestrado	Eng. Civil		TP-20h
21	Ítalo Dowell Lira Melo	Doutorado	Matemática	http://lattes.cnpq.br/6477816522355050	DE
22	João Mateus Reis Melo	Mestrado	Eng. Civil	https://lattes.cnpq.br/5343136632167068	DE
23	Leandro Ítalo Barbosa de Medeiros	Mestrado	Eng. Cartográfica e de Agrimensura	https://lattes.cnpq.br/2314027317942483	DE
24	Lineardo Ferreira de Sampaio Melo	Mestrado	Geoprocessamento	http://lattes.cnpq.br/5093957484886819	DE
25	Lucas Gonzales Lima Pereira Calado	Mestrado	Eng. Cartográfica	http://lattes.cnpq.br/8037447731794851	DE
26	Marcos Machado de Albuquerque	Mestrado	Eng. de Agrimensura	http://lattes.cnpq.br/7126484269259830	DE
27	Marcos Vinicio Travaglia	Doutorado	Matemática	https://lattes.cnpq.br/2046548241545110	
28	Maria Atila da Silva Costa	Especialização	Computação	http//lattes.cnpq.br/6950171375138600	TP-20h
29	Maria de Nazaré Bandeira Dos Santos	Doutorado	Física	http://lates.cnpq.br/3802693593214490	DE
30	Maria Eulalia Ribeiro Goncalves	Especialização	Eng. Mecânica	-	TP-20h
31	Mário Gomes dos Santos	Mestrado	Matemática	http://lattes.cnpq.br/7709118612992217	DE
32	Mayra Fernandes Nobre Moscardi	Doutorado	Eng. Agronômica	http://lattes.cnpq.br/9644496514415811	DE
33	Péricles Luiz Picanço Junior	Doutorado	Eng. Cartográfica	http://lattes.cnpq.br/6290571450341942	DE
34	Renata Shirley de Andrade Araujo	Doutorado	Eng. Civil	http://lattes.cnpq.br/6959135851581992	DE
35	Rita de Cássia de Lima Idalino	Doutorado	Estatística	http://lattes.cnpq.br/1907064683657020	DE
36	Rogério de Carvalho Veras	Especialização	Eng. de Agrimensura		DE
37	Romina Julieta Sanchez Paradizo de Oliveira	Doutorado	Economista	http://lattes.cnpq.br/9198539260484260	DE
38	Shisleny Machado Lopes	Mestrado	Letras - LIBRAS	http://lattes.cnpq.br/4719007753647765	DE
39	Wendson de Oliveira Souza	Doutorado	Eng. Cartográfica	http://lattes.cnpq.br/6274664603721806	DE

5.3. Apoio aos Discentes

O discente do curso tem, no dia a dia, livre acesso ao corpo docente, em suas respectivas salas, para dirimir suas dúvidas e obter esclarecimentos relacionados ao conteúdo das disciplinas ministradas, trabalhos de conclusão de curso, atividades de monitoria, de pesquisa e extensão.

A coordenação do curso está instalada em uma ampla sala climatizada e equipada com um telefone, dois computadores conectados à internet, uma impressora laser, armários de escritório, duas mesas de escritório, uma mesa circular grande para reuniões e seis cadeiras, bem como existe a presença de um técnico administrativo para auxiliar o coordenador no atendimento das demandas relacionadas aos discentes, aos docentes, às atividades acadêmicas e administrativas pertinentes.

Complementando esse atendimento, existe a opção de consulta aos seguintes departamentos que ofertam disciplinas ao curso: Coordenação do Curso de Administração, Coordenação do Curso de Estatística, Coordenação do Curso de Letras – Libras, Coordenação do Curso de Letras Vernáculas, Departamento de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Sociais, Departamento de Computação, Departamento de Construção Civil e Arquitetura, Departamento de Estruturas, Departamento de Filosofia, Departamento de Física, Departamento de Matemática, Departamento de Química, Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental, e Departamento de Transportes e Geomática.

O Departamento de Transportes e Geomática oferta 48 disciplinas (obrigatórias e optativas) para o curso, que equivalem a 59,3% das disciplinas ofertadas, sendo que 02 são de conteúdos básicos, 03 são de conteúdos profissionalizantes e 43 são de conteúdos específicos. A chefia do Departamento de Transportes e Geomática está instalada em uma ampla sala climatizada e equipada com dois telefones, três computadores conectados à internet, duas impressoras laser multifuncionais Lexmark, quatro armários de escritório, seis mesas de escritório, bem como existe a presença de um técnico administrativo.

Em relação ao controle acadêmico, o alunado tem acesso às suas informações comparecendo à secretaria acadêmica institucional ou realizando as consultas através do sítio eletrônico institucional (www.ufpi.br), link “SIGAA” Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.

A UFPI, no contexto das políticas de atendimento aos discentes, executa ações que interligam as áreas de ensino (através da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG), pesquisa/iniciação científica (através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG), extensão (através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PREXC) e assistência estudantil propriamente dita (por intermédio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC), que desenvolve ações afirmativas de acesso e inclusão social que buscam garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, através da promoção das condições básicas para sua permanência na instituição. Assim, por meio da PRAEC

será oferecido aos estudantes programas de acompanhamento e de estímulo à permanência na UFPI, tais como:

- Apoio à Participação em Eventos Científicos (APEC) – Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do Campus onde cursa a graduação;
- Atendimento Odontológico – procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes;
- Atendimento Psicossocial e Pedagógico – serviço de atendimento ao servidor e ao estudante, com vistas à superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica;
- Auxílio ao Estudante Estrangeiro – Através de atendimento odontológico; Psicossocial e Pedagógico. Bolsa de Apoio Estudantil (desde que se enquadre nos requisitos exigidos pelo Decreto nº 7.234/2010 e no Edital da PRAEC/UFPI).
- Auxílio Creche – auxílio financeiro no valor de uma bolsa concedida a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses;
- Auxílio Emergencial Especial (AEE) - Benefício de até 12 (doze) meses destinado a estudantes de graduação presencial, público-alvo da educação especial, devidamente matriculados/as em componentes curriculares ofertados pela UFPI com finalidade de subsidiar a permanência desses estudantes.
- Auxílio Inclusão Digital (AID) - destinado a estudantes de graduação presencial devidamente matriculados em componentes curriculares ofertados pela UFPI (em calendário regular ou especial), que se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconômica, com finalidade de subsidiar inclusão digital em modalidades específicas;
- Auxílio Residência (AR) - Benefício em pecúnia destinado a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de outros municípios e/os Estados. A distância entre o município de residência e a UFPI deverá ser de no mínimo 50 Km (cinquenta quilômetros). O repasse do auxílio é feito mensalmente no prazo estipulado em Edital.
- Bolsa de Apoio Estudantil (BAE) – auxílio financeiro concedido de uma bolsa por 24 meses a alunos de baixa renda familiar;
- Bolsa de Incentivo às Atividades Socioculturais e Esportivas (BIASE) - Benefício de 12 (doze) meses ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo de contribuir com as ações afirmativas e sociais no âmbito da universidade, visando contemplar os 10 eixos estabelecidos pelo PNAES;

- Bolsa de Inclusão Social (BINCS - Estudantes Surdos) - auxílio financeiro ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante surdo, desta Instituição.
- Bolsa de Inclusão Social (BINCS) - auxílio financeiro destinado ao estudante regularmente matriculado na UFPI que presta auxílio acadêmico a um estudante com necessidade educacional especial (NEE) desta Instituição.
- Bolsa Permanência (PBP) para Quilombolas e Indígenas - Bolsa mensal, até a conclusão do curso, paga pelo Programa Bolsa Permanência do Governo Federal (PBP/MEC), para estudantes que comprovem a sua situação de renda familiar e a descendência quilombola e indígena.
- Isenção da Taxa de Alimentação (ITA) – não há cobrança do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive, para os alunos oriundos de outros países;
- Kit Odontológico – material permanente de uso clínico nas aulas práticas do Curso de Graduação em Odontologia, cedido em comodato, para alunos cotistas, a partir do quarto período do Curso;
- Residência Universitária – moradia e alimentação para alunos de baixa renda oriundos de outros municípios e Estados em relação ao Campus sede da UFPI em Teresina-PI;

A política de apoio aos estudantes conta, ainda, com programas especiais como: Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), Programa de Educação Tutorial (PET), monitoria, além de outros desenvolvidos no âmbito da Instituição e do curso.

Em relação às atividades referentes ao nivelamento dos estudantes, conforme necessidades diagnosticadas pela coordenação do curso, serão realizadas ações para atendê-los, com o apoio dos departamentos, assim como dos programas vinculados à UFPI.

6. CONCEPÇÃO DO CURSO

Este currículo foi desenvolvido de maneira participativa, procurando atender todas às demandas legais pertinentes e os anseios institucionais, para se obter um egresso responsável e direcionado ao desenvolvimento econômico e social.

6.1. Princípios Curriculares

A Universidade Federal do Piauí como um todo e o curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em particular, consciente de seu fundamental papel como agente de transformação do

Piauí, região Nordeste/Meio Norte e, consequentemente, com o do País, embasa suas estratégias e ações nos seguintes princípios:

- Dignidade e direitos fundamentais da pessoa, abolindo o tratamento desigual, por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa ou por preconceito de classe, idade, gênero e etnia;
- Inclusão social e promoção do desenvolvimento sustentável e ambientalmente responsável;
- Respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, preservar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Respeito ao pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e autonomia didático-científica;
- Comportamento ético em todos os setores com estrita observância da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Busca pela excelência acadêmica;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo a desenvolver, nos estudantes, atitudes investigativas e instigadoras e sua participação no desenvolvimento do conhecimento e da sociedade como um todo;
- Interdisciplinaridade e articulação entre as atividades que compõem a proposta curricular, evitando-se a pulverização e a fragmentação de conteúdo, bem como a valorização da experiência extraescolar.

6.2. Fundamentação Teórico-Metodológica

O Engenheiro é um indivíduo que busca continuamente ampliar seus conhecimentos, aptidões técnicas, de comunicações e relações humanas, a fim de contribuir com o desenvolvimento global da sociedade, em harmonia com o meio ambiente, através da teorização, do desenvolvimento e produção de processos, estruturas e máquinas de valor prático e econômico.

É função das universidades a construção de um cidadão que saiba conviver com as mudanças, um sujeito analítico, reflexivo, crítico, capaz de viver e conviver no mundo real.

Neste contexto, a formação do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor necessita acompanhar as novas demandas surgidas a partir das diferentes aplicações nas diversas áreas de conhecimento da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e atender às exigências legais cabíveis.

Baseado na experiência do corpo docente do curso, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado, representação estudantil e na base legal pertinente, propõe-se a integração entre os conteúdos das disciplinas e as metodologias pedagógicas utilizadas, pois somente assim poder-se-á obter interdisciplinaridade do conhecimento.

Este currículo foi desenvolvido tendo como base o conhecimento teórico-prático, através da exposição dialogada, seguida de exercícios teórico/práticos e avaliação. A abordagem pedagógica pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática. Os alunos têm a oportunidade de observar, participar, analisar, refletir, levantar problemas, propor soluções e investigar, dentro e fora da UFPI.

Na dimensão técnico-pedagógica, a interação e a construção coletiva de alternativas e soluções são valorizadas, considerando-se sempre as especificidades individuais e coletivas dos envolvidos no processo de formação promovido pelo curso. Após a fundamentação teórica, disponibilizam-se aos alunos oportunidades de experiências de aprendizagem, de modo a colocá-los diretamente em contato com o objeto do conhecimento.

As opções teórico-metodológicas utilizadas devem se pautar nas seguintes características:

- Os participantes do processo ensino-aprendizagem são considerados em sua totalidade, sendo que o ensino está centrado no aluno e voltado para os resultados do aprendizado;
- O diálogo e a participação coletiva permeiam a relação ensino-aprendizagem;
- Incentivo ao trabalho em equipe e o desenvolvimento da capacidade empreendedora;
- A teoria e a prática se encontram em interdependência direta, buscando a totalidade;
- A ênfase na solução de problemas de engenharia e na formação de profissionais adaptáveis;
- A capacidade de lidar com os aspectos socioeconômicos e político-ambientais de sua profissão;
- O enfoque multidisciplinar e interdisciplinar e a articulação com a pós-graduação;
- Aulas teóricas com projetor eletrônico, retroprojetor, quadro branco para escrita;
- Aulas práticas em campo e em laboratório, usando recursos tecnológicos adequados;
- Palestras técnicas e práticas, com profissionais qualificados, resultante de parcerias com empresas locais, apresentando novas tecnologias de mercado;
- Permitir o contato dos alunos com a realidade do mercado de trabalho desde o primeiro período curricular.
- Permitir a interação do alunato com a comunidade acadêmica e externa, possibilitando a aplicação de seu conhecimento em benefício da população através de projetos de extensão.

6.3. Objetivos do Curso

São objetivos do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura:

- Formar profissional com habilidade de pesquisar, planejar, projetar, supervisionar e controlar dentro dos padrões da ciência e da tecnologia, obras, serviços ou sistemas concernentes ao perfil e atribuições inerentes ao Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor;

- Habilitar profissional Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor com boa formação cidadã, com uma visão global do meio no qual ele irá atuar e consciência do papel social de sua profissão frente às diversidades local, regional e nacional;
- Oferecer através do Escritório Escola do Centro de Tecnologia serviços especializados concernentes às atribuições do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

6.4. Perfil do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor

Os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (MEC, 2010), descreve o perfil curricular do Bacharel em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e define em conjunto com a Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, a sua carga horária mínima de curso. Os referenciais relatam que esse profissional atua na resolução de problemas relacionados com ordenamento territorial, mapeamento e emprego de dados e informações espaciais. Em sua atividade, planeja, coordena e executa levantamentos topográficos, geodésicos, fotogramétricos, gravimétricos e batimétricos, gerando documentos como mapas, cartas, coordenadas, mosaicos, modelos de análise espacial. Desempenha atividades de aquisição e distribuição de material técnico cartográfico, geodésico, fotogramétrico e de sensoriamento remoto. Aplica conhecimentos de posicionamento, ajustamento de observações e comunicação cartográfica. Elabora projetos geométricos e levantamentos para a locação de obras de engenharia, tais como estradas, portos, aeroportos, dutos, loteamentos e assentamentos rurais e urbanos. Subsidia a elaboração de cadastro técnico multifinalitário. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em suas atividades, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais.

De forma que para atingir os objetivos propostos o curso pretende formar profissionais capacitados nas seguintes áreas do conhecimento: Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia, Astronomia de Posição, Sensoriamento Remoto, Cadastro Territorial, Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas, Georreferenciamento e outras áreas afins e correlatas.

Para tanto, deve ser levado em consideração os seguintes aspectos:

- Autonomia intelectual, que o capacite a desenvolver uma visão histórico-social, necessária ao exercício de sua profissão, como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
- Capacidade para atitudes solidárias, cooperativas, coletivas, críticas e criativas;
- Possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias;

- Capacidade para envolver-se em questões sociais para a utilização do conhecimento adquirido na solução de problemas principalmente socioambientais;
- Formação continuada para constante desenvolvimento e aprimoramento profissional.

No processo de formação do Engenheiro(a) Cartógrafo(a) e Agrimensor(a) são consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia, Resolução CNE/CES nº 02 de 24 de abril de 2019, que estabelece a organização que um curso de graduação em engenharia deve possuir, assim como as disciplinas básicas que devem estar no Plano Pedagógicos dos Cursos e lista as características esperadas no engenheiro formado, tais como:

I. ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético e com forte formação técnica;
II. estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora;
III. ser capaz de reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Engenharia;
IV. adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática;
V. considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho;

6.5. Atribuições Profissionais

Sendo a profissão do engenheiro regulamentada, as suas atribuições profissionais iniciais são definidas a priori pela Lei Federal Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, e por Resoluções emanadas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea, que a nível nacional, é o órgão responsável pela fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia e Agronomia, bem como, através de seus Conselhos Regionais (Creas). As questões relativas a arquitetos e urbanistas são tratadas na Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

Considerando que as atividades e competências dos profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea estão em contínua discussão entre os profissionais envolvidos, tratam das competências dos profissionais da engenharia e agronomia as seguintes resoluções do Confea: Resolução Nº 218, de 29 de junho de 1973 e Resolução Nº 1.073, de 19 de abril de 2016.

Na Resolução Nº 218, o seu Art. 1º descreve que para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

A Resolução Nº 218, no seu Art. 4º diz: Compete ao ENGENHEIRO AGRIMENSOR:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do Artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; locação de:

a) loteamento;

b) sistemas de saneamento, irrigação e drenagem;

c) traçados de cidades;

d) estradas; seus serviços e correlatos.

II – o desempenho das atividades 06 a 12 e 14 a 18 do artigo 1°, desta Resolução, referente a arruamentos, estradas e obras hidráulicas; seus serviços e correlatos.

A Resolução Nº 218, no seu art. 6º relata: Compete ao ENGENHEIRO CARTÓGRAFO ou ao ENGENHEIRO DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA ou ao ENGENHEIRO GEÓGRAFO:

I - o desempenho das atividades 01 a 12 e 14 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; elaboração de cartas geográficas; seus serviços afins e correlatos.

As atribuições profissionais concedidas pela Resolução Nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional, em seu artigo 5º, estabelece que ficam designadas as seguintes atividades que poderão ser atribuídas, de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, observadas as disposições gerais e limitações estabelecidas nos Arts. 7°, 8º, 9º, 10º e 11º e seus parágrafos da referida resolução aos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA:

- Atividade 01 - Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica;
- Atividade 02 - Coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria, consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra ou serviço técnico;
- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo ou função técnica;
- Atividade 08 - Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração, controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra ou serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra ou serviço técnico;
- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de serviço técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 17 - Operação, manutenção de equipamento ou instalação;
- Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Ainda, a mesma resolução, em seu artigo 8º, esclarece que a concessão de atribuição profissional considerará a sistematização dos campos de atuação profissional, estabelecida em anexo da própria resolução, passando por análise de Câmara especializada após análise do perfil profissional do diplomado, do currículo integralizado e do projeto pedagógico do curso, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais. Os campos de atuação profissional do Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor são:

Nº	SETOR	TÓPICOS
1.6.1	Topografia	
	1.6.1.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Topografia
	1.6.1.02.00	Dados e Informações Topográficas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.1.02.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Topográficos (Planialtimétricos; Batimétricos; De Minas; Geológicos; Hidrográficos; Cubagem)
	1.6.1.03.00	Mapeamento com Emprego de Topografia (Sistemas, Métodos e Processos de Elaboração de Plantas e Desenho Topográfico)
1.6.2	Geodésia	
	1.6.2.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Geodésia
	1.6.2.02.00	Dados e Informações Geodésicas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.2.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Geodésicos (Mapeamento com Emprego de Geoposicionamento; Elaboração de Produtos Geodésicos
	1.6.2.04.00	Redes Geodésicas (Projeto, Implantação e Levantamento de Redes Geodésicas por meio de Sistema de Posicionamento Global; Sistemas de Referência Geodésicos; Gravimetria; Georreferenciamento ao Sistema Geodésico Brasileiro; Altitudes Científicas)
	1.6.2.05.00	Sistemas de Posicionamento por Satélite
	1.6.2.06.00	Sistemas de Localização Automática

Nº	SETOR	TÓPICOS
1.6.3	Cartografia	
	1.6.3.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Cartografia, da Cartografia Digital Matemática e da Cartografia Digital Temática
	1.6.3.02.00	Dados e Informações Cartográficas, Cartográficas Estatísticas e Temáticas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.3.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Cartográficos
	1.6.3.04.00	Mapeamento de (Aptidão Agrícola; Relevo; Uso do Solo; Florestal; Hidrográfico; Pedológico; Fragilidade do Solo; Potencial de Uso do Solo)
	1.6.3.05.00	Cartas Geográficas (Planejamento; Confecção; Elaboração; Utilização)
	1.6.3.06.00	Utilização de Cartas Geológicas
	1.6.3.07.00	Cadastro dos Setores que Utilizam Bases Cartográficas
1.6.4	Sensoriamento Remoto	
	1.6.4.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Fotogrametria Terrestre (Mapeamento com Emprego de Fotogrametria)

	1.6.4.02.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Aerofotogrametria (Aerolevantamentos)
	1.6.4.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia do Sensoriamento Remoto Orbital (Mapeamento com Emprego de Sensoriamento)
	1.6.4.04.00	Fotointerpretação (Análise, Classificação, Interpretação e Processamento de Imagens obtidas por Fotogrametria Terrestre e Aérea, e Orbitais)
1.6.5	Agrimensura	
	1.6.5.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia da Agrimensura
	1.6.5.02.00	Dados e Informações Geográficas (Análise; Aquisição; Armazenamento; Classificação; Disseminação; Interpretação; Leitura; Processamento; Recuperação; Representação Gráfica)
	1.6.5.03.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia dos Levantamentos Cadastrais
	1.6.5.04.00	Cadastro Técnico (Multifinalitário; Urbano; Rural; Georreferenciamento de Imóveis Urbanos; Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Gestão do Cadastro Predial; Gestão do Cadastro Territorial; Levantamento para Determinação de Reserva Legal; Agricultura de Precisão; Levantamento para Determinação de Área de Preservação Permanente)
	1.6.5.05.00	Gestão Territorial referente à elaboração de Plano Diretor no âmbito da Agrimensura (Sistemas de Informações Geográficas; Sistema de Informações Geográficas para Rede de Utilidades; Banco de Dados Geográficos; Geoestatística; Locação de Parcelamento do Solo; Locação de Loteamento; Desmembramento; Remembramento; Locação de Arruamento; Modelagem Digital de Terrenos)
	1.6.5.06.00	Atividades Interdisciplinares referentes a elaboração de Plano Diretor no âmbito da Agrimensura
	1.6.5.07.00	Agrimensura Legal
1.6.6	Construção Civil	
	1.6.6.01.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia de Locação de Estruturas e Obras Civis
	1.6.6.02.00	Sistemas, Métodos, Processos e Tecnologia de Monitoramento de Estruturas e Obras Civis
	1.6.6.03.00	Terraplenagem (Obras de Terra; Obras Hidráulicas; Drenagem;)

Em 2016, o Confea publicou a Resolução 1.073, de 19 de abril de 2016, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea, a partir da data de publicação, para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia.

O Art. 5º dessa resolução diz que aos profissionais registrados nos Creas são atribuídas as atividades profissionais estipuladas nas leis e nos decretos regulamentadores das respectivas profissões, acrescidas das atividades profissionais previstas nas resoluções do Confea, em vigor, que dispõem sobre o assunto. Ainda neste artigo, a Resolução designa 18 atividades profissionais que poderão ser atribuídas de forma integral ou parcial, em seu conjunto ou separadamente, mediante a análise do currículo escolar e do projeto pedagógico do curso de formação do profissional, observado o disposto nas leis, nos decretos e nos normativos do Confea, em vigor, que tratam do assunto.

As atividades profissionais designadas aos profissionais registrados nos Creas para efeito de fiscalização do exercício profissional são:

Atividade 01 – Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica.

Atividade 02 – Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação.

Atividade 03 – Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

Atividade 04 – Assistência, assessoria, consultoria.

Atividade 05 – Direção de obra ou serviço técnico.

Atividade 06 – Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem.

Atividade 07 – Desempenho de cargo ou função técnica.

Atividade 08 – Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão.

Atividade 09 – Elaboração de orçamento.

Atividade 10 – Padronização, mensuração, controle de qualidade.

Atividade 11 – Execução de obra ou serviço técnico.

Atividade 12 – Fiscalização de obra ou serviço técnico.

Atividade 13 – Produção técnica e especializada.

Atividade 14 – Condução de serviço técnico.

Atividade 15 – Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 16 – Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 17 – Operação, manutenção de equipamento ou instalação.

Atividade 18 – Execução de desenho técnico.

Em 1º de dezembro de 2017, foi publicada, no Diário Oficial da União a Resolução nº 1.095, de 29 de novembro de 2017, que discrimina as atividades e competências profissionais do Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo e inseri o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

Os artigos 2º e 3º da Resolução 1.095/2017 estabelecem que compete ao Engenheiro Agrimensor e Cartógrafo o desempenho das atividades 1 a 18 do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, referentes a levantamentos topográficos, batimétricos, geodésicos e aerofotogramétricos; sensoriamento remoto; loteamento, desmembramento e remembramento; agrimensura legal; elaboração de cartas geográficas e locações de obras de engenharia; e referentes a arruamentos, estradas e obras hidráulicas, em função estritamente do enfoque e do projeto pedagógico do curso, a critério da câmara especializada.

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Esta organização curricular revela o conjunto de componentes curriculares do curso, bem como das demais atividades acadêmicas necessárias para a formação do profissional desejado. Desse modo, deve proporcionar uma visão geral deste currículo.

7.1. Competências e Habilidades

As competências e habilidades do profissional da engenharia guardam estreita relação com os objetivos do curso, perfil profissional, atribuições profissionais, diretrizes curriculares e pela formação específica adquirida através das disciplinas que caracterizam a profissão.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Engenharia (CNE/CES nº 02 de 24 de abril de 2019), a formação do engenheiro deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, as seguintes competências gerais:

I. Formular e conceber soluções desejáveis de engenharia, analisando e compreendendo os usuários dessas soluções e seu contexto:
    a) ser capaz de utilizar técnicas adequadas de observação, compreensão, registro e análise das necessidades dos usuários e de seus contextos sociais, culturais, legais, ambientais e econômicos;
    b) formular, de maneira ampla e sistêmica, questões de engenharia, considerando o usuário e seu contexto, concebendo soluções criativas, bem como o uso de técnicas adequadas;

II. Analisar e compreender os fenômenos físicos e químicos por meio de modelos simbólicos, físicos e outros, verificados e validados por experimentação:
    a) ser capaz de modelar os fenômenos, os sistemas físicos e químicos, utilizando as ferramentas matemáticas, estatísticas, computacionais e de simulação, entre outras.
    b) prever os resultados dos sistemas por meio dos modelos;
    c) conceber experimentos que gerem resultados reais para o comportamento dos fenômenos e sistemas em estudo.
    d) verificar e validar os modelos por meio de técnicas adequadas;

III. Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos (bens e serviços), componentes ou processos:
    a) ser capaz de conceber e projetar soluções criativas, desejáveis e viáveis, técnica e economicamente, nos contextos em que serão aplicadas;
    b) projetar e determinar os parâmetros construtivos e operacionais para as soluções de Engenharia;

c) aplicar conceitos de gestão para planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de Engenharia;

IV. Implantar, supervisionar e controlar as soluções de Engenharia:

a) ser capaz de aplicar os conceitos de gestão para planejar, supervisionar, elaborar e coordenar a implantação das soluções de Engenharia.

b) estar apto a gerir, tanto a força de trabalho quanto os recursos físicos, no que diz respeito aos materiais e à informação;

c) desenvolver sensibilidade global nas organizações;

d) projetar e desenvolver novas estruturas empreendedoras e soluções inovadoras para os problemas;

e) realizar a avaliação crítico-reflexiva dos impactos das soluções de Engenharia nos contextos social, legal, econômico e ambiental;

V. Comunicar-se eficazmente nas formas escrita, oral e gráfica:

a) ser capaz de expressar-se adequadamente, seja na língua pátria ou em idioma diferente do Português, inclusive por meio do uso consistente das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), mantendo-se sempre atualizado em termos de métodos e tecnologias disponíveis;

VI. Trabalhar e liderar equipes multidisciplinares:

a) ser capaz de interagir com as diferentes culturas, mediante o trabalho em equipes presenciais ou a distância, de modo que facilite a construção coletiva;

b) atuar, de forma colaborativa, ética e profissional em equipes multidisciplinares, tanto localmente quanto em rede;

c) gerenciar projetos e liderar, de forma proativa e colaborativa, definindo as estratégias e construindo o consenso nos grupos;

d) reconhecer e conviver com as diferenças socioculturais nos mais diversos níveis em todos os contextos em que atua (globais/locais);

e) preparar-se para liderar empreendimentos em todos os seus aspectos de produção, de finanças, de pessoal e de mercado; 3

VII. Conhecer e aplicar com ética a legislação e os atos normativos no âmbito do exercício da profissão:

a) ser capaz de compreender a legislação, a ética e a responsabilidade profissional e avaliar os impactos das atividades de Engenharia na sociedade e no meio ambiente.

b) atuar sempre respeitando a legislação, e com ética em todas as atividades, zelando para que isto ocorra também no contexto em que estiver atuando; e

VIII. Aprender de forma autônoma e lidar com situações e contextos complexos, atualizando-se em relação aos avanços da ciência, da tecnologia e aos desafios da inovação:

a) ser capaz de assumir atitude investigativa e autônoma, com vistas à aprendizagem contínua, à produção de novos conhecimentos e ao desenvolvimento de novas tecnologias.
b) aprender a aprender.

Parágrafo único. Além das competências gerais, devem ser agregadas as competências específicas de acordo com a habilitação ou com a ênfase do curso.

7.2. Curricularização da Extensão

Em 2018, a Resolução MEC Nº07/2018 estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Na resolução são consideradas como atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante e conforme normas institucionais próprias. As instituições tinham 3 (três) anos a partir da homologação da resolução para a implantação das atividades de extensão.

Assim, a UFPI elaborou e publicou a resolução CEPEX-UFPI Nº053/19 que regulamenta a inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação. A partir dessa resolução as coordenações de curso de graduação devem rever seus Planos Pedagógicos dos Cursos (PPC) levando as seguintes diretrizes:

- Deverão ser criados os componentes curriculares denominados “Atividade Curricular de Extensão (ACE)”;
- 10% da carga horária total do curso deverão ser destinadas às ACE;
- Cada curso de Graduação deverá ofertar no mínimo uma ACE a cada semestre, conforme calendário acadêmico;
- Criar a função de Coordenador de Extensão do Curso” com funções específicas estabelecidas na Resolução CEPEX-UFPI Nº53/19;
- As atividades curriculares de extensão devem ser cadastradas na PREXC nas seguintes modalidades:
    - Programas de Extensão;
    - Projetos de Extensão;
    - Cursos de Extensão;
    - Eventos de Extensão;
    - Prestação de serviço à comunidade externa;
    - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade.

- As ACEs poderão ser realizadas conjuntamente por duas ou mais IES em parceria;
- As ACEs a serem integralizadas no currículo do curso deverão ser registradas em sistema e lançadas no histórico escolar como ACE e não como disciplina.
- O lançamento das horas das ACEs acontecerá apenas depois da homologação do relatório semestral da atividade pela PREXC;
- Organização das atividades curriculares de extensão:

Período	Sugestão de CH	Atividades Curriculares de extensão	Eixo temático
1º	20h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação e Tecnologia.
2º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
3º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
4º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
5º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
6º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
7º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
8º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
9º	44h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.
10º	48h	Participação em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços cadastrados na PREX/UFPI.	Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

As cargas-horárias acima são sugestão de distribuição da execução de carga horária por semestre. No entanto, os discentes não são obrigados a realizarem o valor exato de horas de extensão

por sugerida por semestre, pois como as ACEs são flexíveis e dependem de oferta, os discentes terão a flexibilidade e responsabilidade de execução e envio das atividades.

Os discentes dos cursos de graduação:

- Poderão participar de ACEs ofertadas pelas coordenações de curso, pela PREXC ou por outros órgãos da UFPI;
- A realização das atividades curriculares de extensão é obrigatória para todos os discentes de graduação da UFPI;
- O cumprimento da carga horária de Atividades Curricular de Extensão prevista no PPC do curso é condição para a conclusão do referido curso;
- Sua participação se dará na organização e/ou execução da atividade, com ou sem bolsa, sob a coordenação/orientação de professores efetivos da UFPI ou por técnico-administrativos efetivos da UFPI.
- Cursos de extensão e Eventos de Extensão podem ser coordenados por entidades estudantis com representação comprovada.
- Os discentes poderão atuar em qualquer ACE ofertada pela UFPI, respeitando os eventuais pré-requisitos especificados pelo Coordenador da ACE.
- Não há limite de períodos letivos em que o discente poderá estar vinculado em atividades curriculares de extensão;
- Os discentes poderão solicitar o aproveitamento de ACEs desenvolvidas em outras IES, junto ao coordenador de extensão do curso, via processo, até 1(um) ano antes da previsão de conclusão do curso.

A coordenação do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura estabelece as regras para as Atividades Curriculares de Extensão no Apêndice 13.1 deste Plano Pedagógico.

7.3. Matriz Curricular

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia (CNE/CES nº 02/2019) e (CNE/CES nº 01/2021), as demandas da sociedade, do mercado de trabalho e da academia, o curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFPI oferece os seguintes componentes curriculares:

- Disciplinas: obrigatórias e optativas;
- Atividades acadêmicas específicas: estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares e atividades curriculares de extensão.

No tocante às disciplinas, a matriz curricular segue apresentada a seguir, sendo que as disciplinas estão distribuídas pelos núcleos de conteúdos básicos, profissionalizantes e específicos, conforme disposto nas diretrizes curriculares. O conteúdo específico considera a Resolução Nº 218, de 29 de junho de 1973, Resoluções Nº 1.073, de 19 de abril de 2016 e Nº 1.095, de 29 de novembro de 2017 do Sistema CONFEA/CREA. Para a conclusão do Curso, o aluno deverá cursar, 3180 horas em disciplinas obrigatórias e 120 horas, no mínimo, em disciplinas optativas.

NÚCLEO DE CONTEÚDOS BÁSICOS			
Nº	Tópicos	Disciplinas	Categoria
1	Administração	Administração e Organização de Empresas	Obrigatória
		Empreendedorismo	Optativa
2	Ciência e Tecnologia dos Materiais	Resistência dos Materiais	Obrigatória
3	Ciências do Ambiente	Ciências do Ambiente	Obrigatória
4	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão	Optativa
		LIBRAS	Optativa
5	Direito	Direito e Legislação de Terra	Obrigatória
6	Economia	Elementos de Economia	Obrigatória
7	Expressão Gráfica	Desenho Técnico e Topográfico	Obrigatória
		Geometria Descritiva	Optativa
8	Fenômenos de Transportes	Fenômenos de Transportes	Optativa
9	Física	Física Geral I	Obrigatória
		Física Geral II	Optativa
		Física Geral IV	Obrigatória
10	Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	Introdução ao Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Obrigatória
		Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	Optativa
		Relações Étnico-Raciais, Gên. e Diversidade	Optativa
11	Informática	Programação de Computadores	Obrigatória
		CAD - Desenho Assistido por Computador	Optativa
12	Matemática	Álgebra Linear	Obrigatória
		Cálculo Diferencial e Integral I	Obrigatória
		Cálculo Diferencial e Integral II	Obrigatória
		Geometria Analítica	Obrigatória
13	Estatística	Probabilidade e Estatística	Obrigatória
14	Mecânica dos Sólidos	Mecânica Geral	Obrigatória
15	Metodologia Científica e Tecnológica	Introdução à Metodologia Científica	Obrigatória
16	Química	Química Geral	Optativa

NÚCLEO DE CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES			
Nº	Tópicos	Disciplinas	Categoria
1	Ergonomia e Segurança do Trabalho	Higiene e Segurança do Trabalho	Obrigatória
2	Construção Civil	Obras de Terra	Optativa
3	Geografia	Geografia	Optativa
4	Geotecnia	Fundamentos de Geologia e Geoquímica	Obrigatória
		Mecânica dos Solos	Obrigatória

5	Hidráulica, Hidrologia Aplicada e Saneamento Básico	Hidráulica	Optativa
		Hidrologia	Obrigatória
		Saneamento Básico	Obrigatória
6	Materiais de Construção Civil	Construção Civil e Materiais	Optativa
7	Métodos Numéricos	Cálculo Numérico	Obrigatória
8	Transporte e Logística	Engenharia de Tráfego	Optativa
		Equipamento de Construção	Optativa
		Projetos de Estradas	Obrigatória
		Pavimentação	Obrigatória
		Transportes	Obrigatória

NÚCLEO DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

Nº	Tópicos	Disciplinas	Categoria
1	Agrimensura	Avaliações e Perícias	Obrigatória
		Cadastro Territorial	Obrigatória
		Parcelamento Territorial	Obrigatória
		Projeto de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Optativa
2	Astronomia	Astronomia de Posição	Obrigatória
		Astronomia Aplicada	Optativa
	Cartografia e SIG	Cartografia Geral	Obrigatória
		Cartografia Temática	Obrigatória
		Projeções Cartográfica	Obrigatória
		Cartografia Digital e Topográfica	Obrigatória
		Gestão de Dados Espaciais	Obrigatória
		Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais	Obrigatória
		Storytelling com Dados	Optativa
3	Disciplinas Complementares	Tópicos Especiais I	Optativa
		Tópicos Especiais II	Optativa
		Tópicos Especiais III	Optativa
		Tópicos Especiais IV	Optativa
		Tópicos Especiais V	Optativa
4	Geodésia	Geodésia Geométrica	Obrigatória
		Geodésia Espacial	Obrigatória
		Geodésia Física	Obrigatória
		Projeto e Análise de Redes Geodésicas	Obrigatória
5	Fotogrametria e Sensoriamento Remoto	Fotogrametria I	Obrigatória
		Fotogrametria II	Obrigatória
		Fotointerpretação	Optativa
		Sensoriamento Remoto	Obrigatória
		Processamento Digital de Imagens	Obrigatória
		InSAR	Optativa
6	Ajustamentos	Ajustamento de Observações I	Obrigatória
		Ajustamento de Observações II	Obrigatória
7	Topografia	Instrumentação Topográfica	Optativa
		Levantamentos Especiais I	Obrigatória
		Levantamentos Especiais II	Obrigatória

		Topografia I	Obrigatória
		Topografia II	Obrigatória
		Topografia III	Obrigatória

O sistema curricular adotado é de créditos, contabilizados ao final de cada período letivo, sendo um crédito equivalente a 15 horas-aula e uma hora-aula corresponde a 60 minutos. A execução curricular é feita em dois períodos letivos por ano, cada um com duração de 100 dias de trabalhos escolares efetivos.

Conforme estabelece o Regimento Geral da UFPI, as diretrizes de execução do currículo do Curso, seu acompanhamento e sua avaliação, são fixadas pelo Colegiado do Curso, órgão deliberativo em primeira instância. Em instância superior, é realizada pela Câmara de Ensino de Graduação e pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

A integralização curricular é realizada após o cumprimento, pelo aluno, da carga horária de todas as disciplinas obrigatórias e optativas mínimas e dos seguintes componentes curriculares:

- Estágio Supervisionado – ES, 165 horas, que corresponde ao estágio curricular obrigatório sob supervisão direta da instituição de ensino;
- Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, 90 horas, que corresponde ao trabalho de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos;
- Atividades Complementares – AC, 120 horas, que permitem a articulação entre a teoria e a prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades para a sua formação, conforme quadro de atividades complementares.
- Atividades Curricular de Extensão – ACE, 10% da carga-horária total do curso,

Resumindo, em cumprimento às resoluções pertinentes o Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí terá uma carga horária de 4.125 horas (275 créditos) a serem integralizadas em um tempo mínimo de 5 anos (10 semestres), tempo médio de 6 anos (12 semestres) e tempo máximo de 7,5 anos (15 semestres).

Os componentes curriculares estão distribuídos conforme o quadro resumo abaixo.

COMPONENTES CURRICULARES		**CARGA HORÁRIA**	
Disciplinas Obrigatórias	Núcleo de Conteúdos Básicos (CB)	1080 h	26,2 %
	Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes (CP)	510 h	12,4 %
	Núcleo de Conteúdos Específicos (CE)	1620 h	39,3 %
Disciplinas Optativas (OP)		120 h	2,9 %
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90 h	2,2 %
Estágio Supervisionado (ES)		165 h	4,0 %
Atividades Complementares (AC)		120 h	2,9 %
Atividades Curricular de Extensão (ACE)		420 h	10,1 %
Carga Horária Total		4125 h	100 %

Os 58 (cinquenta e oito) componentes curriculares obrigatórios estão gradativamente distribuídos do 1º ao 10º período, com duração mínima de 315 horas e máxima de 390 horas por período, conforme tabelas abaixo, onde: CÓD = Código do componente; COMPONENTE CURRICULAR: disciplina obrigatória, atividade acadêmica específica (estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, atividades complementares); CR = créditos consignados às atividades: teórica, prática e atividade acadêmica específica; CH = carga horária.

1° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
1.1	Introdução ao Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	DTR107	1.0.0	15	Não tem
1.2	Cálculo Diferencial e Integral I	-	3.3.0	90	Não tem
1.3	Geometria Analítica	-	2.2.0	60	Não tem
1.4	Desenho Técnico e Topográfico	-	3.3.0	90	Não tem
1.5	Programação de Computadores	-	2.2.0	60	Não tem
1.6	Introdução à Metodologia Científica	DFI0254	4.0.0	60	Não tem
Total			25	375	

2° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
2.1	Probabilidade e Estatística	-	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I
2.2	Cálculo Diferencial e Integral II	-	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I
2.3	Álgebra Linear	-	2.2.0	60	1.3 Geometria Analítica
2.4	Cálculo Numérico	-	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 1.5 Programação de Computadores
2.5	Topografia I	-	2.4.0	90	1.4 Desenho Técnico e Topográfico
2.6	Física Geral I	-	2.2.0	60	Não tem
Total			26	390	

3° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
3.1	Higiene e Segurança do Trabalho	DCO0151	4.0.0	60	Não tem
3.2	Cartografia Geral	-	2.2.0	60	Não tem
3.3	Mecânica Geral	-	2.2.0	60	1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 2.3 Álgebra Linear
3.4	Ciências do Ambiente	DRH0036	3.0.0	45	Não tem
3.5	Topografia II	-	2.4.0	90	2.5 Topografia I
3.6	Física Geral IV	DFIS256	4.0.0	60	2.6 Física Geral I

Total		25	375	

4° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
4.1	Resistência dos Materiais	-	2.2.0	60	3.3 Mecânica Geral
4.2	Projeções Cartográficas	-	2.2.0	60	2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 3.2 Cartografia Geral
4.3	Astronomia de Posição	-	2.2.0	60	3.5 Topografia II
4.4	Ajustamento de Observações I	-	2.2.0	60	2.1 Probabilidade e Estatística + 2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 2.3 Álgebra Linear + 2.4 Cálculo Numérico + 3.5 Topografia II
4.5	Topografia III	-	2.2.0	60	3.5 Topografia II
4.6	Hidrologia	DRH0040	2.2.0	60	3.3 Mecânica Geral + 3.4 Ciências do Ambiente
Total			24	360	

5° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
5.1	Fundamentos de Geologia e Geoquímica	DRHGA055	2.2.0	60	Não tem
5.2	Cartografia Digital e Topográfica	-	2.2.0	60	4.2 Projeções Cartográficas
5.3	Fotogrametria I	-	2.2.0	60	4.4 Ajustamento de Observações I
5.4	Ajustamento de Observações II	-	2.2.0	60	4.4 Ajustamento de Observações I
5.5	Geodésia Geométrica	-	2.2.0	60	4.3 Astronomia de Posição + 4.4 Ajustamento de Observações I
5.6	Saneamento Básico	DRH0041	2.2.0	60	4.6 Hidrologia
Total			24	360	

6° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
6.1	Mecânica dos Solos	-	2.2.0	60	4.1 Resistência dos Materiais + 5.1 Fundamentos de Geologia e Geoquímica
6.2	Cartografia Temática	-	2.2.0	60	5.2 Cartografia Digital e Topográfica
6.3	Fotogrametria II	-	2.2.0	60	5.3 Fotogrametria I
6.4	Transportes	-	4.0.0	60	2.1 Probabilidade e Estatística

6.5	Geodésia Espacial	-	2.2.0	60	5.5 Geodésia Geométrica
6.6	Direito e Legislação de Terra	DCJ0027	2.2.0	60	2.5 Topografia I
Total			24	360	

7° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
7.1	Elementos de Economia	DAA0018	4.0.0	60	Não tem
7.2	Gestão de Dados Espaciais	-	2.2.0	60	6.2 Cartografia Temática
7.3	Sensoriamento Remoto	-	2.2.0	60	3.6 Física Geral IV + 5.3 Fotogrametria I
7.4	Projeto e Análise de Redes Geodésicas	-	2.2.0	60	2.4 Cálculo Numérico + 4.1 Resistência dos Materiais + 6.5 Geodésia Espacial
7.5	Geodésia Física	-	2.2.0	60	6.5 Geodésia Espacial
7.6	Parcelamento Territorial	-	2.2.0	60	4.5 Topografia III + 6.6 Direito e Legislação de Terra
Total			24	360	

8° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
8.1	Trabalho de Conclusão de Curso I	-	0.2.0	30	1.6 Introdução à Metodologia Científica + 6.5 Geodésia Espacial + 7.2 Gestão de Dados Espaciais+ 7.3 Sensoriamento Remoto
8.2	Sistema de Informação Geográfica - SIG	-	2.2.0	60	7.2 Gestão de Dados Espaciais
8.3	Processamento Digital de Imagens	-	2.2.0	60	1.5 Programação de Computadores + 7.3 Sensoriamento Remoto
8.4	Projeto de Estradas	DTR087	4.2.0	90	3.5 Topografia II + 6.1 Mecânica dos Solos
8.5	Levantamentos Especiais I	-	2.2.0	60	6.5 Geodésia Espacial
8.6	Cadastro Territorial	-	2.2.0	60	7.6 Parcelamento Territorial
Total			24	360	

9° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
9.1	Trabalho de Conclusão de Curso II	-	0.2.0	30	8.1 Trabalho de Conclusão de Curso I
9.2	Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais	-	2.2.0	60	1.5 Programação de Computadores + 8.2 Sistema de Informação Geográfica

9.3	Administração e Organização de Empresas	CCA0142	4.0.0	60	Não tem
9.4	Pavimentação	DTR088	2.2.0	60	6.1 Mecânica dos Solos + 8.4 Projeto de Estradas
9.5	Levantamentos Especiais II	-	2.2.0	60	8.5 Levantamentos Especiais I
9.6	Avaliações e Perícias	DTR0056	2.2.0	60	2.1 Probabilidade e Estatística + 8.6 Cadastro Territorial
Total			22	330	

10° PERÍODO

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	PRÉ-REQUISITO
10.1	Trabalho de Conclusão de Curso III	-	0.2.0	30	9.1 Trabalho de Conclusão de Curso II
10.2	Estágio Supervisionado	DTR0089	0.11.0	165	5.2 Cartografia Digital e Topográfica + 5.3 Fotogrametria I + 5.5 Geodésia Geométrica
10.3	Optativa I	-	2.2.0	60	
10.4	Optativa II	-	2.2.0	60	
Total			21	315	

A seguir é apresentado o quadro das disciplinas optativas para a formação complementar do profissional da área de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓD	DISCIPLINA	CÓDIGO EXISTENTE	CR	CH	A PARTIR DO PERÍODO	PRÉ-REQUISITO
01	CAD – Desenho Assistido por Computador	-	2.2.0	60	2º	1.4 Desenho Técnico e Topográfico
02	Comunicação e Expressão	CLV0263	4.0.0	60	2º	Não tem
03	Empreendedorismo	-	4.0.0	60	2º	Não tem
04	Fenômenos de Transportes	DRH0037	2.2.0	60	4º	3.3 Mecânica Geral
05	Física Geral II	-	2.2.0	60	3º	2.6 Física Geral I
06	Geometria Descritiva	DCO0186	2.2.0	60	2º	1.4 Desenho Técnico e Topográfico
07	Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	DCS228	4.0.0	60	2º	Não tem
08	LIBRAS	LIBRAS011	2.2.0	60	2º	Não tem
09	Química Geral	-	2.2.0	60	2º	Não tem
10	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	-	4.0.0	60	2º	Não tem
11	Construção Civil e Materiais	DCO0185	2.2.0	60	3º	09 Química Geral
12	Engenharia de Tráfego	-	2.2.0	60	7º	6.4 Transportes

13	Equipamento de Construção	DTR0050	2.2.0	60	9º	8.4 Projeto de Estradas
14	Geografia	-	2.2.0	60	2º	Não tem
15	Hidráulica	DRH0002	2.2.0	60	5º	04 Fenômenos de Transportes
16	Obras de Terra	DRH0050	2.2.0	60	7º	6.1 Mecânica dos Solos
17	Astronomia Aplicada	DTR0032	2.2.0	60	5º	4.3 Astronomia de Posição
18	Storytelling com Dados	-	2.2.0	60	2º	Não tem
19	Fotointerpretação	DTR0068	2.2.0	60	6º	5.3 Fotogrametria I
20	InSAR	-	2.2.0	60	8º	7.3 Sensoriamento Remoto
21	Instrumentação Topográfica	-	2.2.0	60	5º	3.5 Topografia II + 4.4 Ajustamento de Observações I
22	Projeto de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	-	4.0.0	60	9º	6.2 Cartografia Temática + 6.5 Geodésia Espacial + 8.4 Projeto de Estradas
23	Tópicos Especiais I	-	2.2.0	60	2º	Não tem
24	Tópicos Especiais II	-	2.2.0	60	2º	Não tem
25	Tópicos Especiais III	-	2.2.0	60	2º	Não tem
26	Tópicos Especiais IV	-	2.2.0	60	2º	Não tem
27	Tópicos Especiais V	-	2.2.0	60	2º	Não tem

7.4. Fluxograma Curricular dos Componentes Curriculares Obrigatórios

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE TECNOLOGIA - CT
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA
FLUXOGRAMA CURRICULAR DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

Telefone: (86) 3215-5708, e-mail: eng_cartograficaedeagrimensura@ufpi.edu.br

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO	10º PERÍODO
25c - 375h	26c - 390h	25c - 375h	24c - 360h	24c - 360h	24c - 360h	24c - 360h	24c - 360h	22c - 330h	21c - 315h
1.1 - INTRODUÇÃO AO CURSO DE ENG CART E DE AGRIM CB 1.0.0 15	2.1 1.2 PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA CB 2.2.0 60	3.1 - HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO CP 4.0.0 60	4.1 3.3 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS CB 2.2.0 60	5.1 - FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA E GEOQUÍMICA CP 2.2.0 60	6.1 4.1+5.1 MECÂNICA DOS SOLOS CP 2.2.0 60	7.1 - ELEMENTOS DE ECONOMIA CB 4.0.0 60	8.1 1.6+6.5+7.2+7.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I TCC 0.2.0 30	9.1 8.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II TCC 0.2.0 30	10.1 9.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III TCC 0.2.0 30
1.2 - CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I CB 3.3.0 90	2.2 1.2 CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II CB 2.2.0.0 60	3.2 - CARTOGRAFIA GERAL CE 2.2.0 60	4.2 2.2+3.2 PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS CE 2.2.0 60	5.2 4.2 CARTOGRAFIA DIGITAL E TOPOGRÁFICA CE 2.2.0 60	6.2 5.2 CARTOGRAFIA TEMÁTICA CE 2.2.0 60	7.2 6.2 GESTÃO DE DADOS ESPACIAIS CE 2.2.0 60	8.2 7.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA – SIG CE 2.2.0 60	9.2 1.5+8.2 DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES GEOESPACIAIS CE 2.2.0 60	10.2 5.2+5.3+5.5 ESTÁGIO SUPERVISIONADO ES 0.0.11 165
1.3 - GEOMETRIA ANALÍTICA CB 2.2.0 60	2.3 1.3 ÁLGEBRA LINEAR CB 2.2.0 60	3.3 1.2 + 2.3 MECÂNICA GERAL CB 2.2.0 60	4.3 3.5 ASTRONOMIA DE POSIÇÃO CE 2.2.0 60	5.3 4.4 FOTOGRAMETRIA I CE 2.2.0 60	6.3 5.3 FOTOGRAMETRIA II CE 2.2.0 60	7.3 3.6+5.3 SENSORIAMENTO REMOTO CE 2.2.0 60	8.3 1.5+7.3 PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS CE 2.2.0 60	9.3 - ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS CB 4.0.0 60	10.3 - OPTATIVA I OP 2.2.0 60
1.4 - DESENHO TÉCNICO E TOPOGRÁFICO CB 3.3.0 90	2.4 1.2 + 1.5 CÁLCULO NUMÉRICO CB 2.2.0 60	3.4 - CIÊNCIAS DO AMBIENTE CB 3.0.0 45	4.4 2.1+2.2+2.3+2.4+3.5 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES I CE 2.2.0 60	5.4 4.4 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES II CE 2.2.0 60	6.4 2.1 TRANSPORTES CP 4.0.0 60	7.4 2.4+4.1+6.5 PROJ. E ANÁLISE DE REDES GEODÉSICAS CE 2.2.0 60	8.4 3.5+6.1 PROJETO DE ESTRADAS CP 4.2.0 90	9.4 6.1+8.4 PAVIMENTAÇÃO CP 2.2.0 60	10.4 - OPTATIVA II OP 2.2.0 60
1.5 - PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES CB 2.2.0 60	2.5 1.4 TOPOGRAFIA I CE 2.4.0 90	3.5 2.5 TOPOGRAFIA II CE 2.4.0 90	4.5 3.5 TOPOGRAFIA III CE 2.2.0 60	5.5 4.3+4.4 GEODÉSIA GEOMÉTRICA CE 2.2.0 60	6.5 5.5 GEODÉSIA ESPACIAL CE 2.2.0 60	7.5 6.5 GEODÉSIA FÍSICA CE 2.2.0 60	8.5 6.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS I CE 2.2.0 60	9.5 8.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS II CE 2.2.0 60	
1.6 - INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA CB 4.0.0 60	2.6 - FÍSICA GERAL I CB 2.2.0 60	3.6 2.6 FÍSICA GERAL IV CB 4.0.0 60	4.6 3.3 + 3.4 HIDROLOGIA CP 2.2.0 60	5.6 4.6 SANEAMENTO BÁSICO CP 2.2.0 60	6.6 2.5 DIREITO E LEGISLAÇÃO DE TERRA CB 2.2.0 60	7.6 4.5 + 6.6 PARCELAMENTO TERRITORIAL CE 2.2.0 60	8.6 7.6 CADASTRO TERRITORIAL CE 2.2.0 60	9.6 2.1+8.6 AVALIAÇÕES E PERÍCIAS CE 2.2.0 60	

A	B
C	
D	E F

LEGENDA		COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA	
A: Código do componente curricular			Núcleo de Conteúdos Básicos (CB)	1080 h	26,2 %
B: Pré-requisito do componente curricular		Disciplinas Obrigatórias (OP)	Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes (CP)	510 h	12,4 %
C: Nome do componente curricular			Núcleo de Conteúdos Específicos (CE)	1620 h	39,3 %
	CB: Núcleo de Conteúdos Básicos	Disciplinas Optativas (OP)		120 h	2,9 %
D:	CP: Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		90 h	2,2 %
	CE: Núcleo de Conteúdos Específicos	Estágio Supervisionado (ES)		165 h	4,0 %
E: Número de créditos		Atividades Complementares (AC)		120 h	2,9 %
F: Carga horária total		Atividades Curriculares de Extensão (ACE)		420 h	10,1%
		TOTAL		4125 h	100 %

7.5. Lotação dos Componentes Curriculares nos Departamentos

Consta no quadro abaixo a identificação dos departamentos responsáveis pela lotação dos componentes curriculares.

Nº	Departamento	DISCIPLINAS	Carga Horária	Status
1	Coordenação do Curso de Administração	Empreendedorismo	60	Optativa
2		Administração e Organização de Empresas	60	Obrigatória
3	Coordenação do Curso de Estatística	Probabilidade e Estatística	60	Obrigatória
4	Coordenação do Curso de Letras - Libras	Libras	60	Optativa
5	Coordenação do Curso de Letras Vernáculas	Comunicação e Expressão	60	Optativa
6	Departamento de Ciências Econômicas	Elementos de Economia	60	Obrigatória
7	Departamento de Ciências Jurídicas	Direito e Legislação de Terra	60	Obrigatória
8	Departamento de Ciências Sociais	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade	45	Optativa
9		Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	60	Optativa
10				
11	Departamento de Computação	Programação de Computadores	60	Obrigatória
12	Departamento de Construção Civil e Arquitetura	Higiene e Segurança do Trabalho	60	Obrigatória
13		Geometria Descritiva	60	Optativa
14		Construção Civil e Materiais	60	Optativa
15	Departamento de Estruturas	Mecânica dos Sólidos	60	Obrigatória
16		Resistência dos Materiais	60	Obrigatória
17	Departamento de Filosofia	Introdução à Metodologia Científica	60	Obrigatória
18	Departamento de Física	Física Geral I	60	Obrigatória
19		Física Geral IV	60	Obrigatória
20		Física Geral II	60	Optativa
	Departamento de Matemática	Álgebra Linear	60	Obrigatória
21		Cálculo Diferencial e Integral I	90	Obrigatória
22		Cálculo Diferencial e Integral II	60	Obrigatória
23		Cálculo Numérico	60	Obrigatória
24		Geometria Analítica	60	Obrigatória
25	Departamento de Química	Química Geral	60	Optativa
26	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental	Ciências do Ambiente	45	Obrigatória
27		Fundamentos de Geologia e Geoquímica	60	Obrigatória
28		Hidrologia	60	Obrigatória
29		Mecânica dos Solos	60	Obrigatória
30		Saneamento Básico	60	Obrigatória
31		Fenômenos de Transportes	60	Optativa
32		Hidráulica	60	Optativa

Nº	Departamento	DISCIPLINAS	Carga Horária	Status
33	Departamento de Transportes	Ajustamento de Observações I	60	Obrigatória
34		Ajustamento de Observações II	60	Obrigatória
35		Astronomia Aplicada	60	Optativa
36		Astronomia de Posição	60	Obrigatória
37		Avaliações e Perícias	60	Obrigatória
38		CAD – Desenho Assistido por Computador	60	Optativa
39		Cadastro Territorial	60	Obrigatória
40		Cartografia Digital e Topográfica	60	Obrigatória
41		Cartografia Geral	60	Obrigatória
42		Cartografia Temática	60	Obrigatória
43		Desenho Técnico e Topográfico	90	Obrigatória
44		Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais	60	Obrigatória
45		Engenharia de Tráfego	60	Optativa
46		Equipamento de Construção	60	Optativa
47		Estágio Supervisionado	165	Obrigatória
48		Fotogrametria I	60	Obrigatória
49		Fotogrametria II	60	Obrigatória
50		Fotointerpretação	60	Optativa
51		Geodésia Espacial	60	Obrigatória
52		Geodésia Física	60	Obrigatória
53		Geodésia Geométrica	60	Obrigatória
54		Geografia	60	Optativa
55		Gestão de Dados Espaciais	60	Obrigatória
56		Introdução ao Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	15	Obrigatória
57		InSAR	60	Optativa
58		Instrumentação Topográfica	60	Optativa
59		Levantamentos Especiais I	60	Obrigatória
60		Levantamento Especiais II	60	Obrigatória
61		Obras de Terra	60	Optativa
62		Parcelamento Territorial	60	Obrigatória
63		Pavimentação	60	Obrigatória
64		Processamento Digital de Imagens	60	Obrigatória
65		Projeto e Análise de Redes Geodésicas	60	Obrigatória
66		Projeções Cartográficas	60	Obrigatória
67		Projeto de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	60	Optativa
68		Projeto de Estradas	90	Obrigatória
69		Sensoriamento Remoto	60	Obrigatória
70		Sistema de Informação Geográfica (SIG)	60	Obrigatória
71		Storytelling com Dados	60	Optativa
72		Tópicos Especiais I	60	Optativa
73		Tópicos Especiais II	60	Optativa
74		Tópicos Especiais III	60	Optativa

Nº	Departamento	DISCIPLINAS	Carga Horária	Status
75	Departamento de Transportes	Tópicos Especiais IV	60	Optativa
76		Tópicos Especiais V	60	Optativa
77		Topografia I	90	Obrigatória
78		Topografia II	90	Obrigatória
79		Topografia III	60	Obrigatória
80		Trabalho de Conclusão de Curso I	30	Obrigatória
81		Trabalho de Conclusão de Curso II	30	Obrigatória
82		Trabalho de Conclusão de Curso III	30	Obrigatória
83		Transportes	60	Obrigatória

7.6. Plano de Adaptação Curricular

Implantada a matriz curricular 2 do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, todos os alunos se submeterão ao plano de adaptação curricular considerando os seguintes itens:

- Os alunos que cursaram até 40% da carga horária integralizada no período anterior à sua implantação, serão transferidos compulsoriamente para a nova estrutura curricular, respeitando o quadro de equivalência abaixo;
- Os alunos que cursaram acima de 40% até 80% da carga horária integralizada no período anterior à sua implantação poderão optar pela migração para o currículo 2 ou permanência no currículo 1 após análise do histórico acadêmico junto à coordenação e assinatura de Termo de Anuência.
- Os alunos que cursaram mais de 80% da carga horária integralizada no período anterior à sua implantação, mediante assinatura de Termo de Anuência, poderão permanecer no currículo anterior.
- Os alunos que optarem em permanecer no currículo 1 da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura terão prazo para conclusão do curso estabelecido pela coordenação, porém não concluindo neste prazo, serão transferidos compulsoriamente para a nova estrutura curricular, respeitando o quadro de equivalência abaixo;
- As disciplinas cursadas nos currículos anteriores que não constam neste currículo poderão ser aproveitadas como disciplinas eletivas até o limite de 60 horas.

7.6.1. Planilha de Equivalências

COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA Nº 01		PRÉ-REQUISIT O (NOME E CÓDIGO)	RECIPRO CIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
DTR111	Ajustamento de Observações	DMA0023 - Álgebra Linear e Geometria Analítica, DMA0156 - Cálculo Diferencial e Integral II T e DTR110 - Topografia II	|====>	NOVO	Ajustamento de Observações I	NOVO - Probabilidade e Estatística, NOVO - Álgebra Linear, NOVO - Cálculo Numérico e NOVO - Topografia II	Específica
DTR111	Ajustamento de Observações	DMA0023 - Álgebra Linear e Geometria Analítica, DMA0156 - Cálculo Diferencial e Integral II T e DTR110 - Topografia II	|====>	NOVO	Ajustamento de Observações II	NOVO - Ajustamento de Observações I	Específica
DMA0023	Álgebra Linear e Geometria Analítica	Não tem	|====>	NOVO	Álgebra Linear	NOVO - Geometria Analítica	Específica
DTR0078	Astronomia de Posição	DTR110 - Topografia II	|====>	NOVO	Astronomia de Posição	NOVO - Topografia II	Específica
DTR108	CAD – Desenho Assistido por Computador	DTR106 - Desenho Técnico	<====>	NOVO	CAD – Desenho Assistido por Computador	NOVO - Desenho Técnico e Topográfico	Específica
DTR/CT010	Cadastro Territorial	DTR122 - Agrimensura Aplicada	<====>	NOVO	Cadastro Territorial	NOVO - Parcelamento Territorial	Específica
DMA0155	Cálculo Diferencial e Integral I	Não tem	<====>	NOVO	Cálculo Diferencial e Integral I	Não tem	Específica
DMA0156	Cálculo Diferencial e Integral II T	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I	<====>	NOVO	Cálculo Diferencial e Integral II	NOVO - Cálculo Diferencial e Integral I	Específica
DIE0069	Cálculo Numérico T	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I e DC002 - Programação de Computadores	<====>	NOVO	Cálculo Numérico	NOVO - Cálculo Diferencial e Integral I e NOVO - Programação de Computadores	Específica

DTR117	Cartografia Digital, Topográfica e Temática	DTR108 - CAD – Desenho Assistido por Computador, CGB0002 - Probabilidade e Estatística T e DTR113 - Cartografia Geral	|====>	NOVO	Cartografia Digital e Topográfica	NOVO - Projeções Cartográficas	Específica
DTR113	Cartografia Geral	DTR112 - Geodésia I	<====>	NOVO	Cartografia Geral	Não tem	Específica
DTR117	Cartografia Digital, Topográfica e Temática	DTR108 - CAD – Desenho Assistido por Computador, CGB0002 - Probabilidade e Estatística T e DTR113 - Cartografia Geral	|====>	NOVO	Cartografia Temática	Cartografia Digital e Topográfica	Específica
DTR106	Desenho Técnico	Não tem	|====>	NOVO	Desenho Técnico e Topográfico	Não tem	Específica
DTR123	Engenharia de Tráfego	DTR0030 - Transportes	<====>	NOVO	Engenharia de Tráfego	NOVO - Transportes	Específica
DFI0013	Física Geral I	Não tem	<====>	NOVO	Física Geral I	Não tem	Específica
DFI0018	Física Geral II T	DFI0013 - Física Geral I	<====>	NOVO	Física Geral II	NOVO - Física Geral I	Específica
DTR0038	Fotogrametria I	DTR110 - Topografia II	<====>	NOVO	Fotogrametria I	NOVO - Ajustamento de Observações I	Específica
DTR115	Geodésia II	DTR112 - Geodésia I	|====>	NOVO	Geodésia Espacial	NOVO - Geodésia Geométrica	Específica
DTR112	Geodésia I	DTR111 - Ajustamento de Observações e DTR0078 - Astronomia de Posição	|====>	NOVO	Geodésia Geométrica	NOVO - Topografia II, NOVO - Ajustamento de Observações e NOVO - Astronomia de Posição	Específica
DMA0023	Álgebra Linear e Geometria Analítica	Não tem	|====>	NOVO	Geometria Analítica	Não tem	Específica
DTR119	Levantamentos Especiais	DTR115 - Geodésia II	|====>	NOVO	Levantamentos Especiais I	NOVO - Geodésia Espacial	Específica
DTR0083	Locações Especiais e Batimetria	DTR115 - Geodésia II	|====>	NOVO	Levantamentos Especiais II	NOVO - Levantamentos Especiais I	Específica
DRH0039	Mecânica dos Solos A	DES0076 - Resistência dos Materiais A e DRH0037 - Fenômenos de Transportes	<====>	NOVO	Mecânica dos Solos	NOVO - Mecânica Geral	Específica

DEST077	Mecânica dos Sólidos	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I e DMA0023 - Álgebra Linear e Geometria Analítica	<====>	NOVO	Mecânica Geral	NOVO - Cálculo Diferencial e Integral I e NOVO - Álgebra Linear	Específica
DTR116	Parcelamento Territorial	DTR122 - Agrimensura Aplicada	<====>	NOVO	Parcelamento Territorial	NOVO - Topografia III e DCJ0027 - Direito e Legislação de Terra	Específica
CGB0002	Probabilidade e Estatística	DMA0155 - Cálculo Diferencial e Integral I	<====>	NOVO	Probabilidade e Estatística	NOVO - Cálculo Diferencial e Integral I	Específica
DTR114	Processamento Digital de Imagens	DC002 - Programação de Computadores e DFIS256 - Física IV	<====>	NOVO	Processamento Digital de Imagens	NOVO - Sensoriamento Remoto	Específica
DC002	Programação de Computadores	Não tem	<====>	NOVO	Programação de Computadores	Não tem	Específica
DTR118	Projeto e Análise de Redes Geodésicas	DIE0069 - Cálculo Numérico T, DES0076 - Resistência dos Materiais A e DTR115 - Geodésia II	<====>	NOVO	Projeto e Análise de Redes Geodésicas	NOVO- Cálculo Numérico T, NOVO - Resistência dos Materiais e NOVO - Geodésia Espacial	Específica
DQU0004	Química Geral	Não tem	<====>	NOVO	Química Geral	Não tem	Específica
DES0076	Resistência dos Materiais A	DEST077 - Mecânica dos Sólidos	<====>	NOVO	Resistência dos Materiais	NOVO - Mecânica Geral	Específica
DTR0082	Sensoriamento Remoto	DTR0038 - Fotogrametria I e DTR114 - Processamento Digital de Imagens	<====>	NOVO	Sensoriamento Remoto	DFIS256 - Física Geral IV e NOVO - Fotogrametria I	Específica
DTR0091	Sistema de Informação Geográfica	DTR110 - Topografia II e DTR0082 - Sensoriamento Remoto	<====>	NOVO	Sistema de Informação Geográfica	NOVO - Gestão de Dados Espaciais	Específica
DTR109	Topografia I	Não tem	<====>	NOVO	Topografia I	Desenho Técnico e Topográfico	Específica
DTR110	Topografia II	DTR109 - Topografia I	<====>	NOVO	Topografia II	NOVO - Topografia I	Específica
DTR0080	Topografia III	DTR111 - Ajustamento de Observações	|====>	NOVO	Topografia III	NOVO - Topografia II	Específica

DTR120	Trabalho de Conclusão de Curso I	DFI0254 - Introdução à Metodologia Científica, DTR115 - Geodésia II e DTR0082 - Sensoriamento Remoto	<====>	NOVO	Trabalho de Conclusão de Curso I	DFI0254 - Introdução à Metodologia Científica + NOVO - Geodésia Espacial + NOVO - Gestão de Dados Espaciais + NOVO - Sensoriamento Remoto.	Específica
DTR121	Trabalho de Conclusão de Curso II	DTR120 - Trabalho de Conclusão de Curso I	|====>	NOVO	Trabalho de Conclusão de Curso II	NOVO - Trabalho de Conclusão de Curso I	Específica
DTR121	Trabalho de Conclusão de Curso II	DTR120 - Trabalho de Conclusão de Curso I	|====>	NOVO	Trabalho de Conclusão de Curso III	NOVO - Trabalho de Conclusão de Curso III	Específica
DTR0030	Transportes	CGB0002 - Probabilidade e Estatística T	<====>	NOVO	Transportes	NOVO - Probabilidade e Estatística	Específica

8. ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em engenharia estabelecem a obrigatoriedade dos estágios curriculares sob supervisão direta da IES, trabalhos de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos e atividades complementares.

8.1. Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI), o Estágio Supervisionado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho. O estágio obrigatório proporciona ao aluno uma complementação profissional, colocando-o em contato com o mercado de trabalho, dando-lhe a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em empresas públicas, privadas ou nos laboratórios do Departamento de Transportes, sob orientação de professores do referido departamento.

O cumprimento do estágio supervisionado segue as exigências legais em relação às diretrizes curriculares do MEC (CNE/CES nº 01/2019) para os cursos de engenharia, o Regimento Geral desta instituição de educação superior e normatização específica do âmbito acadêmico da UFPI. De acordo com tais documentos, o estágio supervisionado é uma das atividades constantes no currículo pleno, para aprofundamento ou aplicação de estudos, a serem desenvolvidas pelo corpo discente.

A operacionalização do estágio supervisionado é de responsabilidade da Coordenação Geral de Estágio (CGE), setor da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG, que desenvolve a parte administrativa dos convênios relacionados a estágio e presta assessoria à Coordenadoria de Estágio do Curso, na elaboração e sistematização das programações.

O estágio supervisionado deve ser iniciado a partir do momento em que o aluno integralize as disciplinas Cartografia Digital e Topográfica, Fotogrametria I e Geodésia Geométrica de modo que o aluno vá se familiarizando com o mercado de trabalho e será realizado em horário diferenciado das atividades escolares.

O estágio supervisionado poderá ser do seguinte tipo, de acordo com sua natureza:

- Atividade de orientação individual, quando cada aluno dispõe do seu próprio orientador e executa o estágio de forma autônoma;

- Atividade especial coletiva, quando o professor orienta coletivamente um grupo de alunos em atividades de preparação ou prática para o exercício profissional.

O estágio supervisionado pode ser realizado na própria UFPI, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica. O desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado obrigatório deverá obedecer ao Regulamento do Estágio Supervisionado (Apêndice).

Para a realização de estágio junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado faz-se necessária a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFPI, mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria Geral de Estágio/PREG.

O programa do estágio supervisionado tem conteúdo variável, dependendo do tipo de empresa e estágio, sendo que no decorrer da atividade serão exigidos os seguintes itens:

- Elaboração de um plano de trabalho;
- Elaboração de um relatório final das atividades realizadas durante o estágio, trazendo a descrição das experiências e atividades desenvolvidas.

8.2. Trabalho de Conclusão de Curso

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Engenheiro Cartógrafo e Agrimensor, os estudantes do curso necessitam, obrigatoriamente, desenvolver um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Segundo as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI), o TCC é uma atividade acadêmica específica, que corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso.

O objetivo do TCC é consolidar os conhecimentos e exigir do aluno demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação de conhecimentos técnicos e científicos para solução de problemas da área de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

O TCC poderá ser realizado na forma de artigo científico para publicação ou monografia e ser desenvolvido individualmente ou em grupo de até 2(dois) alunos, sob orientação de um professor designado para esse fim, sendo que cada professor poderá orientar no máximo 5 (cinco) Trabalhos de Conclusão de Curso por semestre.

O desenvolvimento do TCC será divido em três etapas:

- TCC I, com 30 horas e pré-requisitos as disciplinas Introdução à Metodologia Científica, Geodésia Espacial, Gestão de Dados Espaciais e Sensoriamento Remoto, para estudos dos fundamentos teóricos metodológicos do TCC, definição do tema, pré-projeto e convite do professor orientador;
- TCC II, com 30 horas e pré-requisito TCC I, sob a orientação do Professor(a) escolhido ao final de TCCI, desenvolver o início do trabalho escrito, como a fundamentação teórica e providências para o desenvolvimento de atividade de campo quando convier.
- TCC III, com 30 horas e pré-requisito TCC II, para continuação do trabalho escrito, execução do trabalho de campo, finalização do método, resultados e conclusão da Monografia ou Artigo.

A orientação do TCC deve ser garantida a todos os estudantes e realizada por pelo menos um docente-orientador, pertencente ao quadro de professores que ministram disciplinas no curso, indicado pelo Colegiado do curso e acordado pelo discente. A carga horária do docente-orientador será de no máximo ¼ (um quarto) daquela definida para o discente por trabalho e se inicia no TCC2.

O TCC deverá apresentar caráter abrangente e versará sobre pelo menos uma das áreas específicas do curso (geodésia, topografia, fotogrametria, cartografia, astronomia de posição, sensoriamento remoto, cadastro territorial, sistemas de informações geográficas, georreferenciamento) ou a aplicação destas áreas em outras áreas afins e correlatas.

A construção do TCC deverá obedecer às Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso (Apêndice: Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso), aprovadas pelo Colegiado do curso, e poderá ser iniciado quando o aluno tiver as disciplinas Introdução à Metodologia Científica, Gestão de Dados Espaciais, Geodésia Espacial e Sensoriamento Remoto, desde que o aluno tenha, ao fim de TCC I, um docente-orientador e um tema central de sua escolha. O TCC será avaliado através de apresentação e defesa oral, além da avaliação do documento, sendo que o número de cópias deverá ser igual ao número de membros da banca examinadora, composta pelo orientador e coorientador (se existir) e mais dois membros avaliadores. O critério de avaliação deverá considerar a capacidade do discente em defender o TCC de maneira clara, apresentando domínio sobre os fundamentos das áreas de conhecimentos envolvidos. Caberá à banca atribuir uma nota de zero a dez, que considere os quesitos de defesa, relevância do tema e documento escrito apresentado.

8.3. Atividades Complementares

Conforme as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI), as atividades complementares constituem um conjunto de estratégias

didático-pedagógicas que permitem aos alunos a articulação entre a teoria, a prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades para a sua formação. Visam o enriquecimento acadêmico, têm carga horária de 120 horas e são compostas de:

- Exercício de monitoria;
- Participação em PET;
- Participação em pesquisa e projetos institucionais;
- Participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI;
- Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);
- Experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Coordenadoria Geral de Estágios (CGE) / Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI;
- Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;
- Atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;
- Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;
- Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos;
- Disciplinas eletivas.

Visando o equilíbrio entre as diversas modalidades de atividades, a carga horária e as exigências estão distribuídas de acordo com os limites indicados no quadro de atividades complementares abaixo:

COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Exigência
CÓDIGO	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO			
CCEC001	Exercício de monitoria	Exercício de monitoria remunerada ou não remunerada	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos

					órgãos/unidades competentes
CCEC002	Participação em PET	Participação em PET	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes
CCEC003	Participação em pesquisa e projetos institucionais	Participação em pesquisa e projetos institucionais	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes
CCEC004	Participação em grupos de estudo/pesquisa	Participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI	60	60	Relatório do professor orientador e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes
CCEC005	Atividades de participação e/ou organização de eventos	Atividades de participação e/ou organização de eventos gerais em congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fórum, semanas acadêmicas	60	60	Certificado de participação, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes
CCEC006 a CCEC009	Experiências profissionais e/ou complementares	CCEC006 - Participação em Comissão de Elaboração de Projetos Institucionais (PPP, PDI, estatutos e regimentos): 10h. CCEC007 -Participação como bolsista da PRAEC: 10h. CCEC008 - Experiência profissional como docente, com dedicação semanal de até 20 h, por um período mínimo de um semestre: 40h. CCEC009 - Realização de estágios não obrigatórios cadastrados na CGE/PREG, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsa da UFPI: 60h.	10	120	Cadastro do Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório na Coordenadoria Geral de Estágio (CGE/PREG), atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos.
CCEC010 a CCEC011	Trabalhos publicados	CCEC010 - Trabalhos publicados revistas indexadas, jornais e anais, internacionais: 50h. CCEC011 - Trabalhos publicados revistas indexadas, jornais e anais, nacionais: 40h.	40	90	Cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios

CCEC012	Atividades de extensão	Cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão	90	90	Atestados ou certificados de participação, e apresentação de relatórios e projetos registrados na Pró-Reitoria de Extensão
CCEC013 a CCEC015	Vivências de gestão	CCEC013 - Participação em órgãos colegiados da UFPI: 15h. CCEC014 - Participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos: 15h. CCEC015 - Participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria: 10h;	10	40	Atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios
CCEC016	Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas	Produção ou elaboração de softwares e patentes	90	90	Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos
CCEC017	Disciplinas eletivas	Disciplinas cursadas em outros currículos da Engenharia de Agrimensura da UFPI não constantes no currículo da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFPI	60	60	Histórico escolar.

Ainda conforme as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução Nº 177/2012 CEPEX - UFPI) as atividades complementares, devem ser:

- Realizadas a partir do ingresso do aluno no curso;
- Compatíveis com este Projeto Pedagógico;
- Variadas, com pelo menos 2 (duas) categorias (atividades) entre as citadas anteriormente.

O Calendário Acadêmico estipulará período para registro de atividades complementares pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro, cada período letivo, bem como, estipulará período para avaliação das atividades complementares pela Coordenação do Curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

O Coordenador do Curso avaliará o desempenho do aluno nas atividades complementares, emitindo a decisão Deferido/Indeferido, estipulando a carga horária a ser aproveitada de acordo com as normas estabelecidas para o curso, e homologará no sistema para que a sejam incluídas no histórico do aluno.

Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de atividades complementares, serão avaliados pelo Coordenador

do Curso, que poderá computar total ou parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem, de acordo com as disposições da Resolução N°177/12 - CEPEX e normatizações internas.

9. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A aplicação do sistema de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura será responsabilidade da Coordenação, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado. Deve ser entendida como uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores, dos técnicos administrativos e dos alunos.

Deve ser concebida como um momento de reflexão sobre as diferentes dimensões do processo formativo, como a implementação do projeto pedagógico, as metodologias utilizadas, a abordagem dos conteúdos, a relação professor-aluno e os instrumentos de avaliação acadêmica, entre outros. Deve ser de natureza processual e contínua, centrada na análise e reflexão do direcionamento do plano de curso, das atividades curriculares e do desenvolvimento do aluno, bem como ser sistemática, inclusiva e abrangente.

9.1. Orientação Acadêmica

A orientação acadêmica tem como objetivo contribuir para que os estudantes ingressantes na UFPI tenham melhor acompanhamento por parte dos docentes durante o curso, proporcionando condições de obterem maior conhecimento da instituição, como por exemplo, o conhecimento dos seus direitos e obrigações e melhor formação profissional, bem como, é uma forma de auxiliar o aluno na escolha das disciplinas a serem cursadas, orientar sobre os diversos procedimentos administrativos, estimular o aluno a desenvolver suas aptidões, etc.

Os alunos do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura contarão com Orientação Acadêmica dos professores que ministram disciplinas específicas do Curso, dispostos a ajudá-los durante todo o seu curso.

São competências do Professor Orientador:

- Familiarizar o aluno sobre as características e peculiaridades do curso;
- Auxiliar na seleção das disciplinas a serem cursadas em cada semestre, principalmente nas matérias optativas, onde existe uma tendência de agrupá-las conforme o campo de atuação profissional;
- Orientar o aluno na matrícula quanto aos pré-requisitos das disciplinas;

- Informar sobre a existência de auxílio financeiro que a UFPI oferece através do Programa de Bolsas Institucionais tais como: Monitoria, Iniciação Científica, entre outras;
- Informar o funcionamento da estrutura da UFPI (Conselhos, Pró-Reitorias, Coordenações, Departamentos, Bibliotecas, etc.) e das instituições complementares como Escritório Escola, Empresa Júnior e Centro Acadêmico;
- Acompanhar o desempenho acadêmico do aluno;
- Orientar sobre participação em estágios profissionalizantes;
- Conhecer a Resolução que fixa o currículo do Curso, o Projeto Pedagógico do Curso e as Resoluções que estiverem em vigor e que normatizam todo o percurso do aluno na UFPI desde seu ingresso até sua colação, contidas no Manual do Aluno.

9.2. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

No processo de ensino e aprendizagem o aluno constrói o conhecimento e desenvolve as competências necessárias para exercer sua profissão. Caracteriza-se como uma sequência ordenada, períodos de atividades com certo sentido, segmentos em que se pode notar uma trama hierárquica de atividades incluídas umas nas outras, que servem para dar sentido unitário à ação de ensinar. Este processo envolve relações entre pessoas e está imbuído de várias sutilezas como a negociação, controle, persuasão, entre outras. Por outro lado, em razão de seu caráter interativo, evoca atividades como: instruir, supervisionar, servir e colaborar. Também requer intervenções que, mediadas pela linguagem, manifestam a afetividade, a subjetividade e as intenções dos agentes.

O papel do professor está intimamente relacionado ao perfil do egresso que esse curso objetiva formar, desta maneira, tem por finalidade, fomentar saberes que requer, além de saberes éticos, morais e técnico-científicos, estéticos, lúdicos, artísticos e biossociais, também, saberes afetivos, interpessoais, pessoais, comunicacionais e dialógicos, inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo para que a relação estabelecida entre alunos e professores possa favorecer o processo de ensino e de aprendizagem. Assim, nesse caso, o professor será o mediador do processo de construção do conhecimento científico necessário à formação do aluno egresso desse curso, desempenhando papéis de orientadores seja na sala de aula, no ambiente acadêmico ou nas instituições onde o processo é realizado.

O papel do aluno enquanto um dos sujeitos do processo de ensinar e aprender é de assumir uma postura de curiosidade epistemológica, marcada pelo interesse por novas aprendizagens com a finalidade de desenvolver a capacidade de trabalhar coletivamente, atitudes de ética e de humanização, responsabilidade e espírito crítico-reflexivo.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve ter como finalidade a integração dos conteúdos vistos como meio e não como fim da aprendizagem, bem como deve haver coerência entre o sistema de avaliação, a concepção do curso e o projeto pedagógico do curso. Neste processo deve-se acompanhar a evolução do aluno, identificar avanços e dificuldades que possibilitem a tomada de decisões e a intervenção, quando necessário, para o alcance das competências e habilidades propostas. As avaliações devem basear-se nas competências e habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as diretrizes curriculares.

O curso utiliza metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação definido pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) da UFPI.

A verificação do rendimento escolar obedece aos preceitos da Resolução N°177/12-CEPEX, Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (2012), segundo a qual a verificação do rendimento acadêmico é feita por período letivo, em cada disciplina, compreendendo a avaliação da aprendizagem e da assiduidade e consequente integralização como componente curricular.

Para efeito de registro, o número de notas parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitado o mínimo de: I – 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 horas; II – 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 a 75 horas; III – 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 horas. O tipo de instrumento utilizado pelo professor, para avaliação da aprendizagem, deverá considerar a sistemática de avaliação definida no projeto pedagógico do curso, podendo incluir prova escrita, oral ou prática, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina, de acordo com a natureza da disciplina e especificidades da turma.

A assiduidade é aferida através da frequência às atividades didáticas (aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina) programadas para o período letivo e o aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos nos exames parciais e no final, proporcionais à carga horária da disciplina. São considerados exames parciais todas as verificações realizadas ao longo do período letivo, para avaliação progressiva do aproveitamento do aluno. O exame final corresponde a aplicação de uma prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina, não podendo, em qualquer caso, ser inferior a 50% (cinquenta por cento) desse conteúdo. É considerado como reprovado na disciplina, o aluno que não obtiver 75% (setenta e cinco por cento) da frequência às atividades didáticas respectivas programadas no período letivo, sendo atribuída a média final igual a 0,0 (zero), bem como cuja média parcial for menor que 4,0

(quatro). Comprovada a assiduidade, a média mínima para “aprovação por média" é 7,0 (sete) e para “aprovação no exame final” é 6,0 (seis).

No âmbito dos docentes, os professores são avaliados semestralmente pelo corpo discente, para a coordenação do curso e departamentos envolvidos contarem, constantemente, com elementos críticos que permitam a evolução de seu desempenho e da disciplina ministrada. O instrumento avaliativo foi elaborado de acordo com a Resolução N° 007/92 do Conselho Universitário e aplicado, depois de cumpridos pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, aplicando-se o questionário por amostragem aleatória de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos alunos, para turmas com número de alunos superior a 10 (dez) e à totalidade dos alunos, para turmas com número inferior a 10 (dez).

9.3. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

O processo de avaliação do projeto pedagógico do curso deve ser realizado em conjunto pela Coordenação, Colegiado e pelo Núcleo Docente Estruturante, procurando identificar erros e acertos, redefinindo ações e metas, objetivando o melhoramento contínuo. A avaliação deve ser vista como um instrumento de construção e não de punição.

A dinâmica de avaliação deste PPC pelo NDE do curso deverá acontecer ao longo dos anos de sua implantação, acompanhando a primeira turma, visando levantar dados que permitam indicar alterações na estrutura e nos objetivos do curso que se revelem necessárias. Esta avaliação terá como objeto a proposta como um todo, partindo de reflexões sobre a concepção do curso – sua pertinência e atendimento às demandas da comunidade, ao campo profissional do educador do campo, o perfil do egresso, os objetivos propostos: integração dos conteúdos; relação teoria-prática, flexibilização do currículo, o planejamento realizado em conjunto pelas/os professoras/es no início do semestre; a concretização dos seminários integradores e dinâmica da alternância, ementas, da bibliografia, da carga horária, dos critérios de avaliação e das equivalências entre os componentes curriculares, dentre outros aspectos do PPC, visando diagnosticar dificuldades, conquistas e propor sugestões.

Nesse sentido, algumas estratégias devem ser desenvolvidas, tais como:

- Encontros para avaliação ao final de cada semestre/ano com a participação do conjunto de professoras/es e estudantes e parceiros da sociedade com o objetivo de relatar o acompanhamento realizado ao longo do ano e discutir as dificuldades, conquistas e sugestões propostas.
- Realização de fóruns abertos de avaliação do PPC, envolvendo a comunidade acadêmica;

- Avaliação do desempenho acadêmico, semestral por meio de questionários de avaliação e autoavaliação para professores e estudantes;
- Incentivar a vivência de práticas inovadoras e criativas para avaliar a aprendizagem dos alunos, tomando por base o desenvolvimento de competências e habilidades básicas para sua formação;
- Realizar reuniões pedagógicas com objetivos de socializar experiências novas;
- Com o término da primeira turma deste PPC, realizar encontro para avaliação geral do PPC. Assim como, avaliar por meio de questionário a satisfação dos egressos e do mercado de trabalho com relação ao curso.

Assim, o acompanhamento sistemático e permanente do Projeto Pedagógico do Curso configura-se como uma condição essencial para a concretização dos objetivos por ele propostos. Deve contar com o envolvimento de professores, estudantes, egressos do curso e mercado de trabalho, sendo aberta à participação de outros profissionais que possam contribuir para o aprimoramento do Projeto e, consequentemente, do Curso.

Cabe ao Núcleo Docente Estruturante a gestão do processo de avaliação do curso, que deve ser conduzida com o apoio do colegiado do curso e dos demais setores administrativo-pedagógico da instituição, permanentemente inteirados do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e que dê respaldo às necessidades que se apresentem, pensando e viabilizando estratégias para a melhor resolução das situações. Neste sentido, é necessária a avaliação periódica do processo de implementação/implementação do Projeto Pedagógico do Curso, suas dificuldades e êxitos, à luz das informações resultantes da avaliação das disciplinas pelos discentes, da avaliação dos docentes pelos discentes, da autoavaliação institucional, de seminários de avaliação do curso, do resultado da Avaliação *In loco* do INEP, dentre outros. Com base nesta avaliação tomar decisões sobre as reformulações necessárias para o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso.

Outro processo de avaliação do projeto pedagógico é realizado de maneira geral através da Semana da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura – realizada a cada ano, evento no qual toda a comunidade do curso reunida (alunos, professores e profissionais) discute os rumos profissionais da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

9.4. Avaliação Institucional

Simultaneamente, deve-se estar atento aos instrumentos avaliativos externos, como as avaliações institucionais da Universidade Federal do Piauí e do Ministério da Educação, utilizando-os como parâmetros para a busca da melhoria da qualidade do ensino público. Dentre os instrumentos avaliativos, deve-se considerar o acompanhamento do Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes - ENADE, o qual tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. A proposta de acompanhamento centra nas seguintes direções: atender as solicitações de datas e inscrições dos alunos no ENADE, bem como atentar para os conteúdos programáticos adotados no exame.

A avaliação interna é realizada pela Comissão Própria de Avaliação do Centro de Tecnologia (CPA-CT) sendo orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

A avaliação externa é realizada pelos órgãos do Sistema Federal de Ensino por meio de comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar suas naturezas formativas e de regulação numa perspectiva de globalidade.

10. MEDIDAS PARA CONSOLIDAÇÃO

Neste tópico são apontados quais os encaminhamentos necessários em relação aos recursos humanos, recursos físicos e materiais para a operacionalização deste Projeto Pedagógico.

10.1. Recursos Humanos

A atualização do currículo da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura acarretou o acréscimo de novas disciplinas, portanto, para atender o desenvolvimento das atividades acadêmicas das novas disciplinas será necessária a contratação de dois docentes e a criação de mais dois laboratórios didáticos, de acordo com o quadro abaixo:

10.2. Recursos Físicos e Materiais

A atual infraestrutura que atente ao curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é composta por três laboratórios exclusivos e um laboratório compartilhado. Esses laboratórios não atendem por completo as necessidades pedagógicas do curso pela falta de equipamentos mais modernos e pelo alto custo de manutenção dos equipamentos existentes nas áreas de informática, topografia, geodésia, astronomia, fotogrametria e sensoriamento remoto. Além disso, é fundamental a criação de um Laboratório que atenda a área de cartografia e SIG do curso, pois atualmente é

utilizado um laboratório compartilhado com os outros cursos do Centro de Tecnologia, o Núcleo de Engenharia de Sistemas, que não atende por completo as necessidades específicas do curso.

Assim sendo, para atender às necessidades deste Projeto Pedagógico, faz-se necessário a criação do Laboratório de Cartografia e SIG, equipá-lo, reequipar os Laboratórios de Topografia e Geodésia, de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, além de adequar e melhor equipar o recém-criado Laboratório de Geomática, utilizado como base para os projetos de iniciação científica e de extensão universitária.

Os laboratórios de Topografia e Geodésia e o de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto estão equipados para dar apoio à pesquisa, extensão e às atividades didáticas ligadas às disciplinas de graduação oferecidas pelo Departamento de Transportes e Geomática, atendendo diretamente aos Cursos Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo.

Os dois laboratórios didáticos especializados atendem as seguintes disciplinas específicas do do novo currículo: Astronomia Aplicada, Astronomia de Posição, Fotogrametria I, Fotogrametria II, Fotointerpretação, Geodésia Geométrica, Geodésia Espacial, Geodésia Física, Levantamentos Especiais I, Levantamentos Especiais II, Parcelamento Territorial, Projeto e Análise de Redes Geodésicas, Projeto de Estradas, Processamento Digital de Imagens, Sensoriamento Remoto Topografia I, Topografia II, Topografia III.

O Laboratório de Cartografia e SIG atenderá as disciplinas de Cartografia Geral, Projeções Cartográficas, Cartografia Digital e Topográfica, Cartografia Temática, Gestão de Dados Espaciais, Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e Desenvolvimento de Soluções Geoespaciais. Até aproximadamente 350 alunos seriam atendidos por semestre.

Existe também o desejo da coordenação de criar associado ao Laboratórios de Topografia e Geomática a estrutura física necessária para a Instrumentação Topográfica, permitindo que nossos alunos aprendam a verificação, calibração e retificação de equipamentos, tornando o nosso curso autossuficiente na manutenção de nossos equipamentos de topografia.

Os equipamentos atualmente disponíveis nos laboratórios específicos do curso estão listados abaixo, no entanto ao menos 50% deles necessite alguma manutenção ou substituição de seus componentes, como baterias. A última aquisição de equipamentos aconteceu há mais de 10 anos e nova aquisição de equipamentos está sendo planejada.

Laboratório de Topografia e Geodésia:

- Receptor GPS Topográfico Ashtech (08);
- Estação Total Trimble 3305 (10);
- Estação Total Trimble S20 (03);
- Teodolito Mecânico Vasconcelos (21);

- Nível NI-007 (01);
- Prumo Zenital PZL 100 (02);
- Nível Automático (17);
- Sistema de receptores GNSS L1 e L2 RTK (UHF-via rádio e NTRIP) com coletor/controlador de dados e software de pós-processamento L1 e L2 (02);
- Sistema de receptores GNSS L1 e L2 com coletor/controlador de dados e software de pós-processamento L1 e L2 (02);
- Receptor GPS de mapeamento e GIS (03);
- Receptor GPS de navegação (03);
- Estação total para medidas com e sem prisma (10);
- Teodolito eletrônico de precisão (10);
- Nível eletrônico digital (02);
- Nível óptico automático (10);
- Ecobatímetro (01).
- Pantógrafo Polar (10);
- Coordenatógrafo Polar (02);

Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto:

- Máquina Fotográfica 35mm c/ 4 objetivas F-90X/N-905-NIKON (01);
- Nível Laser FPM Holding Gmbh (05);
- Planímetro Polar HFF (01);
- Planímetro Curvímetro Digital (02);
- Altímetro de Precisão (01);
- Pantógrafo de madeira 40 cm (09);
- Planímetro Haff-315 (01);
- Barômetro Sund (02);
- Altímetro 7010 (01)
- Curvímetro 122/15 (01)
- Estereoscópio de Espelho SOKKIA (10), com barra de paralaxe;
- Mesa de Luz (04);
- Luminárias para Mesa (10);
- Estereoscópio de bolso (02);
- Estereoscópio Sokisha MS 27 (05);
- Estereoscópio Carl Zeiss Jena (02);
- Retroprojetor Grafotec (01);
- Projetor de Slide (01);
- Mesa de luz (01);
- Aeroesketmaster (01);
- Acervo de carta e mapas, imagens de satélite e fotografia aéreas; Computador (01).
- Estação fotogramétrica digital completa (software + hardware) (05);
- Computadores completos, com placa gráfica 3D (24);
- Scanner tamanho A1 (01);
- Impressora laser colorida tamanho A3 (01);
- Switch gerenciável com, no mínimo, 30 portas (01);
- Bancadas com instalação elétrica e rede lógica para, no mínimo, 30 pontos.

11. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Neste tópico é descrito a ementa de cada componente curricular, atualizada e adequada à concepção e currículo do curso, que servirá de base para a elaboração do plano de ensino**.**

11.1. Ementário dos Componentes Curriculares Obrigatórios

1º Período

1.1 INTRODUÇÃO AO CURSO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA (COD. DISCIPLINA - DTR107)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 1.0.0	**Carga Horária:** 15 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Unidade gestora: instâncias e competências. Projeto Pedagógico do curso de graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. O sistema CONFEA/CREAs. O papel do sistema formador e do sistema fiscalizador da profissão. Apresentações e discussões temáticas na Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Bibliografia Básica:

1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Guia Acadêmico da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2011. 71p.
2. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2012. 49p.
3. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2013. 122p.

Bibliografia Complementar:

4. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Legislação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA**.
5. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ. **Regimento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA-PI**.
6. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: UFPI, 2011. 52p.

1.2 CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I

Unidade Responsável: Departamento de Matemática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 3.3.0	**Carga Horária:** 90 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Funções reais de uma variável real. Limite e continuidade. Derivada e aplicações. Integral de Riemann: Teorema fundamental do cálculo; Métodos de integração; Aplicações da integral; Integrais impróprias.

Bibliografia Básica:

1. GUIDORIZZI, H.L. Um Curso de Cálculo, Vol. 1, 5 ed, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2001.

2. STEWART, J. Cálculo, vol. 1, 2, 4 ed, São Paulo: Pioneira, 2001.
3. THOMAS, G.B. Cálculo, vol. 1, 10 ed, São Paulo: Addison-Wesley, 2002.

Bibliografia Complementar:

4. SIMMONS, G.F. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1, 2, Rio de Janeiro: Mc. GrawHill, 1987.
5. CONDE, A. Fast Calculus, ICMC-USP, 2001.
6. SWOKOWSKI, E.W. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1, 2, 2 ed, Rio de Janeiro: Makron- Books, 1995.

1.3 GEOMETRIA ANALÍTICA

Unidade Responsável: Departamento de Matemática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Vetores. Dependência linear. Bases. Produto escalar. Produto vetorial. Coordenadas cartesianas. Translação e rotação. Retas e planos. Distância e ângulo. Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Cônicas. Equações reduzidas.

Bibliografia Básica:

1. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. [S.l.]: McGraw-Hill, 2010.
2. STEINBRUCH, A.; WINTERLE, P. Geometria Analítica. 2. ed. [S.l.]: McGraw-Hill, 2012.
3. BOULOS, P.; CAMARGO, I. de. Geometria Analítica: Um Tratamento Vetorial. 3 ed. [S.l.]: McGraw-Hill, 2007.

Bibliografia Complementar:

4. LEITHOLD, L. O Cálculo com Geometria Analítica. 3. ed. [S.l.]: Harbra, 1994.
5. REIS, G. L. dos; SILVA, V. V. da. Geometria Analítica. 2. ed. [S.l.]: LTC, 2007.
6. CONDE, A. Geometria Analítica. [S.l.]: Atlas, 2004.
7. SWOKOWSKI, E.W. Cálculo com Geometria Analítica. [S.l.]:McGraw-Hill, 1994.
8. LIMA, E. L.; CARVALHO, P. C. P. Coordenadas no Plano Com As Soluções dos Exercícios: geometria analítica, vetores e transformações geométricas. 4. ed. [S.l.]: INEP, 2002.

1.4 DESENHO TÉCNICO E TOPOGRÁFICO

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 3.3.0	**Carga Horária:** 90 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Introdução ao Desenho Técnico. Normas técnicas e convenções. Materiais e instrumentos de desenho. Escalas numéricas e gráficas. Escrita técnica. Contagem. Sistemas de projeções. Cortes e seções. Perspectivas. Desenho cartográfico: definições; enquadramento e articulação de folhas; modelos de molduras (selo) e legenda; composição e reprodução de cartas ou mapas; métodos e processos de ampliação e redução de plantas, cartas ou mapas. Introdução ao CAD – Desenho Assistido por Computador.

Bibliografia Básica:

1. FUNDAÇÃO IBGE. **Manual de normas, especificações e procedimentos técnicos para a carta internacional do mundo ao milionésimo – CIM 1:1000000**. Rio de Janeiro, 1993. 49p. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Manual%20de%20normas%20especificacoes%20e%20proce

dimentos%20tecnicos%20para%20Carta%20Internacional%20do%20Mundo%20ao%20milionesimo.pdf
2. MINISTÉRIO DA DEFESA – Exército Brasileiro. **Manual técnico T34-700: convenções cartográficas (1ª parte) – normas para o emprego de símbolos**. 2ed. 2002. 112p. Disponível em: https://doutrina.ensino.eb.br/Manuais/T%2034-700%201%C2%AA%20Parte.pdf
3. SILVA, Arlindo. **Desenho técnico moderno**. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 475p.

Bibliografia Complementar:

4. CUNHA, Luís Veiga da. **Desenho técnico**. 13ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 854p.
5. MINISTÉRIO DA DEFESA – Exército Brasileiro. **Manual técnico T34-700: convenções cartográficas (2ª parte) – catálogo de símbolos**. 2ed. 2002. 72p. Disponível em: https://doutrina.ensino.eb.br/Manuais/T%2034-700%202%C2%AA%20Parte.pdf
6. OLIVEIRA, Ceurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.

1.5 PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES

Unidade Responsável: Departamento de Computação

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Sistemas computacionais: hardware e software; Internet e crimes informáticos; Algoritmos: estruturas sequenciais, de seleção e repetição; Tipos estruturados básicos: vetores e matrizes; Funções; Conceitos sobre tipos abstratos de dados; Estruturas de dados estáticas e dinâmicas; Algoritmos de pesquisa e de ordenação; Implementação dos algoritmos: emprego de linguagem de programação.

Bibliografia Básica:

1. PEREIRA, Silvio do L. Algoritmos e Lógica de Programação em C: uma Abordagem Didática. São Paulo: Érica, 2010.
2. HOLLOWAY, James Paul. Introdução a programação para engenharia: resolvendo problemas com algoritmos. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 339p.
3. BACKES, André. Linguagem C: Completa e Descomplicada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2012.

Bibliografia Complementar:

4. MIZRAHI, Victorine Viviane. Treinamento em linguagem C. Sao Paulo: Pearson Education, 2008.
5. ASCENCIO, Ana F. G.; CAMPOS, Edilene A. V. de. Fundamentos da Programação de Computadores: algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. 2ª Ed. São Paulo: Pearson, 2002.
6. LOPES, Anita; GARCIA, Guto. Introdução à Programação: 500 algoritmos resolvidos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.
7. MOKARZEL, Fabio C. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
8. CELES, Waldemar; CERQUEIRA, Renato; RANGEL, José Lucas. Introdução a Estrutura de Dados: com técnicas de programação em C. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
9. MANZANO, Jose Augusto Navarro Garcia. Estudo dirigido de linguagem C. 9ed. Sao Paulo: Erica, 2006. 214p.

1.6 INTRODUÇÃO À METODOLOGIA CIENTÍFICA (COD. DISCIPLINA - DFI0254)

Unidade Responsável: Departamento de Filosofia

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Metodologia do estudo, caracterização e instrumentalização: leitura, documentação, trabalho científico. Metodologia do trabalho científico: pré-requisito do trabalho científico; visão geral do trabalho científico; elaboração do trabalho científico. O conhecimento, a ciência e o método científico. Ciência e sociedade.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
3. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.

Bibliografia Complementar:

4. ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. 3ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2003. 181p.
5. KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 19ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. 180p.
6. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

2º Período

2.1 PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA

Unidade Responsável: Coordenação do Curso de Estatística

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
1.2 Cálculo Diferencial e Integral I.

Ementa:
Noções de probabilidade. Variáveis aleatórias. Distribuição de probabilidade: Binomial, Poisson e Normal. Conceitos básicos de Estatística. Distribuição de frequências. Apresentação gráfica. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Noções de amostragem. Distribuições amostrais. Intervalos de confiança. Teste de hipótese. Correlação e regressão.

Bibliografia Básica:

1. COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. 264p.
2. MEYER, Paul L. **Probabilidade: aplicações à estatística.** 2ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 426p.
3. LIPSCHUTZ, Seymour. **Probabilidade**. 4ed. São Paulo: Makron Books, 1993. 261.

Bibliografia Complementar:

4. OLIVEIRA, Francisco Estevam Martins de. **Estatística e probabilidade**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1999. 221p.
5. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010. 459p.

2.2 CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II

Unidade Responsável: Departamento de Matemática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I.

Ementa:
Sequências e Séries. Funções Vetoriais de uma Variável Real. Introdução às Funções Reais de várias Variáveis Reais.

Bibliografia Básica:

1. LEITHOLD, Louis. O Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1 e 2. São Paulo; Harper & Row do Brasil, 1982.
2. BOULOS, P. Introdução ao Cálculo, vol. 1,2 e 3. Edgard Blusher Ltda MEC 1973
3. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de Cálculo, Vols. 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1988.
4. STEWART, J. Cálculo. v2. 5ed. Edição. Editora Thomson Learning, 2004.
5. SWOKWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica, Vol. II. 2ª Edição, Makron Books, 1995.

Bibliografia Complementar:

6. SIMMONS, G. F. Cálculo com Geometria Analítica. São Paulo, McGraw-Hill, 1968, vol. 1.
7. APOSTOL, T. M. Calculus. New York, Blaisdell, 1961, vol. 1 e 2.
8. ÁVILA, G. S. Funções de uma variável, vols. 1, 2, e 3. Rio de Janeiro, L.T.C. Ed. S/A, 1982

2.3 ÁLGEBRA LINEAR

Unidade Responsável: Departamento de Matemática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
1.3 Geometria Analítica

Ementa:
Espaços vetoriais reais e complexos. Dependência linear. Base. Dimensão. Subespaços. Soma direta. Transformações lineares. Núcleo e imagem. Isomorfismo. Matriz de uma transformação linear. Autovalores e autovetores. Subespaços invariantes. Diagonalização de operadores. Forma canônica de Jordan. Espaços com produto interno. Ortogonalidade. Isometrias. Operadores auto-adjuntos.

Bibliografia Básica:

1. STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Álgebra linear. 2ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014.
2. LANG, Serge. Álgebra linear. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003
3. LIMA, Elon Lages. Álgebra linear. 9ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2016
4. LAY, D. C. Álgebra Linear e Suas Aplicações. 4. ed. [S.l.]: LTC, 2013
5. COSTA, Sueli Irene Rodrigues; BOLDRIINI, José Luiz. Álgebra linear. 3ed. São Paulo. Harbra, 1980.

Bibliografia Complementar:

6. COELHO, F. U.; LOURENÇO, M. L. Um Curso de Álgebra Linear. 2. ed. [S.l.]: EDUSP, 2007.
7. LIPSCHUTZ, S. Álgebra Linear: Teoria e Problemas. 3. ed. [S.l.]: Pearson, 2011.
8. ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra linear com aplicações. 10ed. Porto Alegre: Bookman, 2012
9. LAY, David C. Álgebra linear e suas aplicações. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
10. AMARAL, Leo Huet. Linear algebra and geometry. São José dos Campos: L. H. Amaral, 2002.

2.4 CÁLCULO NUMÉRICO (COD. DISCIPLINA - DIE0069)

Unidade Responsável: Departamento de Matemática

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 1.5 Programação de Computadores.

Ementa:

Erros. Série de Taylor. Equações algébricas e transcendentes. Sistemas lineares. Ajuste de curvas. Interpolação polinomial. Diferenciação e integração numérica. Resolução numérica de equações diferenciais. Aplicações no computador.

Bibliografia Básica:

1. BARROS, Ivan de Queiroz. **Introdução ao cálculo numérico**. São Paulo: Blucher, 1981. 114p.
2. CLAUDIO, Dalcidio Moraes. **Cálculo numérico computacional: teoria e prática**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2000. 464p.
3. SANTOS, Vitorino Ruas de Barros. **Curso de cálculo numérico**. 3ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982. 258p.

Bibliografia Complementar:

4. CONTE, S. D. **Elementos de análise numérica**. Porto Alegre: Globo, 1975. 327p.
5. RUGGIERO, Marcio A. Gomes; LOPES, Vera Lucia da Rocha. **Cálculo numérico: aspectos teóricos e computacionais**. 2ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996. 406.

2.5 TOPOGRAFIA I

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.4.0	**Carga Horária:** 90 h

Pré-requisito:

1.4 Desenho Técnico e Topográfico

Ementa:

Introdução: conceitos, importância, divisão, plano topográfico local e distinção de entre Topografia e Geodésia. Revisão de trigonometria plana. Escalas. Unidades de medidas; Medida de distâncias. Medida de direções. Orientação. Normas técnicas relacionadas à Topografia; Posicionamento planimétrico local. Instrumentos: teodolitos, estação total e seus acessórios. Desenho topográfico planimétrico. Cálculo de áreas. Memorial descritivo. Atividades de campo.

Bibliografia Básica:

1. BORGES, Alberto de Campos. Topografia. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 2v.
2. COMASTRI, José Anibal. Topografia: planimetria. 2ed. Viçosa (MG): UFV, 1992. 336p.
3. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998. 203p.
4. ESPARTEL, Lelis; LUDERITZ, João. Manual de topografia e caderneta de campo. Porto Alegre: Globo, 1983. 3v.
5. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
6. LOCH, Carlos; CORDINI, Jucilei. Topografia contemporânea: planimetria. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2000. 321p.

Bibliografia Complementar:

7. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021.
8. FAGGION, P. L. Considerações sobre a Instrumentação Topográfica. Curitiba. 2010.
9. SEGANTINE, P.; SILVA, I. Topografia para Engenharia: Teoria e Prática de Geomática. Elsevier Brasil, 2015.
10. SEGANTINE, P.; SILVA, I. Exercícios de topografia para engenharia: Teoria e Prática de Geomática. Elsevier Brasil, 2018.
11. TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia: Série Tekne. Bookman Editora, 2014.

12. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p
13. VERAS, R. C. Topografia: exercícios. Teresina: 2012
14. VERAS, R. C. Topografia: notas de aulas. Teresina: 2012

2.6 FÍSICA GERAL I

Unidade Responsável: Departamento de Física

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Sistemas de unidades. Medições. Análise dimensional. Leis de Newton. Força de atrito. Cinemática. Trabalho e energia. Leis de conservação. Momento linear. Sistemas de partículas. Colisões. Dinâmica da rotação. Momento angular e sua conservação. Estática de corpos rígidos. Gravitação. Equilíbrio estático.

Bibliografia Básica:

1. NUSSENZVEIG, Herch Moyses. **Curso de física básica**. 4ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 4v.
2. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. **Física para cientistas e engenheiros**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 3v.

Bibliografia Complementar:

4. HALLIDAY, David; WALKER, Jearl; RESNICK, Robert. **Fundamentos de física**. 6ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
5. TIPLER, Paul A. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 2006. 4v.
6. TIPLER, Paul A.; LLEWELLYN, Ralph A. **Física moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 515p.

3º Período

3.1 HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO (COD. DISCIPLINA -DCO0151)

Unidade Responsável: Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Introdução: conceitos de higiene e segurança do trabalho. Acidentes e doenças do trabalho: definições, situação brasileira e mundial, comunicação, cadastro e estatística. Custo dos acidentes. Arranjo físico, máquinas e equipamentos. Segurança do trabalho: proteção contra incêndios, explosões e choques elétricos. Sinalização de segurança. Equipamento de proteção coletiva e individual. Higiene do trabalho: agentes físicos, químicos e biológicos. Reconhecimento, avaliação e controle dos riscos do ambiente (insalubridade e periculosidade). Serviços especializados (SESMT e CIPA). Noções de esforço físico, lesões por esforços repetitivos, biomecânica e antropometria. Fisiologia do trabalho, ritmos biológicos, tempos humanos e tempos de trabalho. Cognição e inteligência no trabalho. Ergonomia.

Bibliografia Básica:

1. CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística**. São Paulo: Atlas, 1999. 254p.
2. SAAD, Eduardo Gabriel. **Introdução a engenharia de segurança do trabalho**. São Paulo: FUNDACENTRO, 1981. 547p.
3. SALIBA, Tuffi Messias; CORRÊA, Márcia Angelim Chaves. **Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos**. 4ed. São Paulo: LTR, 1998. 276p.

Bibliografia Complementar:

4. SAMPAIO, José Carlos de Arruda. **Manual de aplicação da NR 18**. São Paulo: Pini, 1998. 540p.
5. ROUSSELET, Edison da Silva; FALCÃO, Cesar. **A Segurança na obra: manual técnico de segurança do trabalho em edificações prediais**. Rio de Janeiro: Interciência, 1999. 344p.

3.2 CARTOGRAFIA GERAL

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Introdução e histórico da Cartografia. A Cartografia e os Mapas. Formas e dimensões da Terra e sistemas de referência. Teoria da Comunicação Cartográfica. Escalas. Erros em cartografia. Modelo e estrutura de dados espaciais. Projeto Cartográfico. Mapeamento Sistemático e Séries cartográficas. Índice de Nomenclatura. Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE-BR). Cartometria. Introdução às Projeções Cartográficas.

Bibliografia Básica:

1. MENEZES, P.M.L. & FERNANDES, M.C. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª edição, 288 p., 2013.
2. DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2002. 208p.
3. JOLY, Fernand. A **Cartografia**. 9ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. 136p.
4. LIBAULT, André. **Geocartografia**. São Paulo: Nacional, 1975. 388p.
5. OLIVEIRA, Ceurio de. **Dicionário cartográfico**. 3ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 645p.
6. RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414p.

Bibliografia Complementar:

7. DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia básica**. 2ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 182p.
8. OLIVEIRA, Ceurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
9. SANTOS, Adeildo Antão dos. **Representações cartográficas**. Recife: Universitária, 1985. 201p.
10. ROBINSON, Arthur H. **Elements of cartography**. New York: John Wiley & Sons, 1969. 415p.
11. MARTINELLI, Marcelo. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991. 174p.

3.3 MECÂNICA GERAL

Unidade Responsável: Departamento de Estruturas

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

1.2 Cálculo Diferencial e Integral I + 2.3 Álgebra Linear

Ementa:
Forças e binários. Equilíbrio de corpos rígidos no espaço. Sistemas equivalentes de forças. Forças distribuídas. Cálculo de reações em apoios. Propriedades de áreas: momentos de primeira e segunda ordem. Determinação do centroide. Esforços solicitantes. Diagramas de esforços solicitantes. Treliças, cabos.

Bibliografia Básica:

1. BEER, Ferdinand Pierre; JOHNSTON, Elwood Russel. **Mecânica vetorial para engenheiros**. 5ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2011. 2v.
2. FONSECA, Adhemar. **Curso de mecânica**. 3ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. 4v.
3. SHAMES, Irving Herman. **Estática: mecânica para engenharia**. 4ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 1v.

Bibliografia Complementar:

4. ALMEIDA, Marcio Tadeu; LABEGALINI, Paulo Roberto; OLIVEIRA, Wlamir Carlo de. **Mecânica geral: estática**. São Paulo: Edgard Blucher, 1984. 508p.
5. HIBBELER, R. C. **Estática: mecânica para engenharia**. 10ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008. 540p.

3.4 CIÊNCIAS DO AMBIENTE (COD. DISCIPLINA -DRH0036)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotenica e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 3.0.0	**Carga Horária:** 45 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Engenharia e meio ambiente. Noções gerais de ecologia. Noções de ecossistema. Ciclos biogeoquímicos. Definição de meio ambiente: interligações do homem ao meio terrestre. Ar: noções de poluição atmosférica. Solo: composição e propriedades. Aspectos ecológicos. Importância da vegetação no equilíbrio ecológico. Lixo e poluição do solo. Aspectos ecológicos. O meio aquático: necessidade e utilização de água. Requisitos de qualidade da água. Poluição das águas. Compostos biodegradadores, compostos resistentes e biodegradação. Fontes de energia: exploração racional e utilização, esgotamento de reservas. Noções sobre contaminação radioativa do ambiente. Gestão ambiental.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL. Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente. **Recursos naturais, meio ambiente e poluição**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 2v.
2. DAJOZ, Roger. **Princípios de ecologia**. 7ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 519p.
3. MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Elen B. A. V; BONELLI, Claudia M. C. **Meio ambiente, poluição e reciclagem**. São Paulo: Edgard Blucher, 2005. 182p.

Bibliografia Complementar:

4. ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de ecologia**. 8ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. 612p.
5. DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973. 394p.

3.5 TOPOGRAFIA II

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.4.0	**Carga Horária:** 90 h

Pré-requisito:
2.5 Topografia I.

Ementa:
Posicionamento altimétrico. Instrumentos e acessórios. Nivelamentos: geométrico, trigonométrico e taqueométrico. Estudo e representação do relevo. Topologia. Desenho topográfico planialtimétrico. Cálculo de volumes. Atividades de campo.

Bibliografia Básica:

1. BORGES, Alberto de Campos. Topografia. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 2v.
2. COMASTRI, José Anibal; TULER, José Cláudio. Topografia: altimetria. 3ed. Viçosa (MG): UFV, 2005. 200p.
3. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998. 203p.
4. ESPARTEL, Lelis; LUDERITZ, João. Manual de topografia e caderneta de campo. Porto Alegre: Globo, 1983. 3v.
5. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

Bibliografia Complementar:

6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021.
7. SEGANTINE, Paulo; SILVA, Irineu. Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática. Elsevier Brasil, 2015.
8. TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia: Série Tekne. Bookman Editora, 2014.
9. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p

3.6 FÍSICA GERAL IV (COD. DISCIPLINA – DFIS256)

Unidade Responsável: Departamento de Física

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
2.6 Física Geral I.

Ementa:
Ondas eletromagnéticas. Ótica geométrica, reflexão e refração. Ótica física, interferência, difração e polarização da luz. Física quântica, fonte de luz, efeito fotoelétrico.

Bibliografia Básica:

1. NUSSENZVEIG, Herch Moyses. **Curso de física básica**. 4ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 4v.
2. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. **Física para cientistas e engenheiros**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 3v.

Bibliografia Complementar:

4. HALLIDAY, David; WALKER, Jearl; RESNICK, Robert. **Fundamentos de física**. 6ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
5. GONÇALVES, Dalton. **Física: termologia, óptica, ondas**. 3ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 503p.
6. TIPLER, Paul A.; LLEWELLYN, Ralph A. **Física moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 515p.

4º Período

4.1 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS

Unidade Responsável: Departamento de Estruturas

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
3.3 Mecânica Geral.

Ementa:
Objeto de elasticidade. Diagrama tensão de formação. Centro de gravidade. Momentos de inércia. Módulo resistente de uma seção. Círculo de Mohr. Tração e compressão. Flexão. Torção simples. Equação da linha elástica. Flambagem de colunas.

Bibliografia Básica:

1. FONSECA, Adhemar. **Curso de mecânica**. 3ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. 4v.
2. COSTA, Evaristo Valladares. **Curso de resistência dos materiais: com elementos de grafostática e de energia de deformação**. 2ed. São Paulo: Nacional, 1979. 2v.
3. NASH, William Arthur. **Resistência dos materiais; resumo da teoria, problemas resolvidos, problemas propostos**. 2ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. 521p.
4. TIMONSHENKO, Stephen P. **Resistência dos materiais**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976. 2v.

Bibliografia Complementar:

5. COSTA, Evaristo Valladares. **Exercícios de resistência dos materiais, com elementos de grafostática e de energia de deformação**. São Paulo: Nacional, 1974. 2v.
6. MELCONIAN, Sarkis. **Mecânica técnica e resistência dos materiais**. 16ed. São Paulo: Érica, 2005. 360p.
7. SILVA JÚNIOR, Jayme Ferreira da. **Resistência dos materiais**. 5ed. Rio de Janeiro: Engenharia e Arquitetura, 1982. 456p.
8. WILLEMS, Nicholas; ROLFE, Stanley T; EASLEY, John T. **Resistência dos materiais**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983. 497p.

4.2 PROJEÇÕES CARTOGRÁFICAS

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 3.2 Cartografia Geral

Ementa:
Sistemas de Coordenadas. Conceito de projeção cartográfica. Classificação das projeções cartográficas. Teoria das Distorções. Elipse indicatriz de Tissot. Propriedades das projeções cartográficas. Projeções cartográficas azimutais. Projeções cartográficas equivalentes. Projeções cartográficas equidistantes. Projeções cartográficas conformes. Projeção Transversa de Mercator. Sistema UTM e suas derivações (RTM e LTM). Projeções cartográficas e ambientes computacionais.

Bibliografia Básica:

1. DUARTE, Paulo Araujo. Fundamentos de cartografia. 2ed. Florianópolis: UFSC, 2002. 208p.
2. JOLY, Fernand. A Cartografia. 9ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. 136p.
3. GEMAEL, C. Sistemas de projeções. Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas. Curitiba: UFPR, 1975.
4. MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Roteiro de cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 288 p.
5. LIBAULT, André. Geocartografia. São Paulo: Nacional, 1975. 388p.
6. OLIVEIRA, Ceurio de. Dicionário cartográfico. 3ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 645p.
7. RAISZ, Erwin. Cartografia geral. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414p.
8. ROBINSON, Arthur H. Elements of cartography. New York: John Wiley & Sons, 1969.415p.

Bibliografia Complementar:

9. DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia básica**. 2ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 182p.
10. OLIVEIRA, Ceurio de. **Curso de cartografia moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 152p.
11. SANTOS, Adeildo Antão dos. **Representações cartográficas**. Recife: Universitária, 1985. 201p.
12. ROBINSON, Arthur H. **Elements of cartography**. New York: John Wiley & Sons, 1969. 415p.

4.3 ASTRONOMIA DE POSIÇÃO

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60h

Pré-requisito:

3.5 Topografia II.

Ementa:

Trigonometria Esférica. Noções de Cosmografia. Esfera Celeste. Sistemas de Coordenadas Celestes e suas Transformações. Movimento Diurno. Sistema de Tempo. Variação das Coordenadas Equatoriais/Uranográficas. Determinações Astronômicas.

Bibliografia Básica:

1. BAKULIN, P. I.; KONONOVICH, E. V.; MOROZ, V. I. Curso de astronomía general. Moscou: Mir, 1987.
2. OLIVEIRA FILHO, K. S.; SARAIVA, M. F. O. Astronomia e astrofísica. São Paulo: Editora Livraria da Física, v. 780, n. 2004, p. 183, 2004.
3. GEMAEL, C. Elementos de Trigonometria Esférica. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas, 1981.

Bibliografia Complementar:

4. ARANA, J. M.; PEREIRA, V. A. S.; ALVES, D. B. M. Astronomia de Posição: Notas de Aulas do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2020.
5. DOMINGUES, F. A. A. Topografia e astronomia de posição para engenheiros e arquitetos. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.
6. BRADT, H. Astronomy methods: A physical aproach to astronomical observations. Cambridge University Press, 2004.
7. KARTTUNEN, H. et al. (Ed.). Fundamental astronomy. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2007.
8. KOVALEVSKY, J. Modern astrometry. Springer Science & Business Media, 2002.

4.4 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES I

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específico	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

2.1 Probabilidade e Estatística + 2.2 Cálculo Diferencial e Integral II + 2.3 Álgebra Linear + 2.4 Cálculo Numérico + 3.5 Topografia II.

Ementa:

Visão geral do Ajustamento. Estatística. Álgebra matricial. Derivadas. Aproximação linear da série de Taylor. Teoria dos erros em observações. Lei de propagação das covariâncias. Princípio do Método dos Mínimos Quadrados (M.M.Q). Ajustamento de observações diretas. Ajustamento de

observações Indiretas: método de ajustamento paramétrico. Iterações. Injunções. Aplicação do método paramétrico problemas de topografia.

Bibliografia Básica:

1. DALMOLIN, Q. (2004). Ajustamento por mínimos quadrados. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Universitária – UFPR.
2. GEMAEL, C. et. al. (2015). Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR.
3. GRIPP, J. J. (1993). Ajustamento de Observações. Curso: Pós-Graduação em Topografia.
4. ALSADIK, B. (2019). Adjustment models in 3D geomatics and computational geophysics: with MATLAB examples. Elsevier.
5. GHILANI, C. D. (2017). Adjustment computations: spatial data analysis. 6th ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
6. OGUNDARE, J. O. (2019). Understanding least squares estimation and geomatics data analysis. John Wiley & Sons.

Bibliografia Complementar:

7. GHILANI, C. D., WOLF, P.R. Adjustment computations: spatial data analysis. 6th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017.
8. GHILANI, C. D., WOLF, P.R., Tradução Daniel Vieira. Geomática. 13th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.
9. GHILANI, C. D. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 15th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2017.
10. HELENE, Otaviano. Método dos mínimos quadrados com formalismo matricial. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.
11. VUOLO, J. H. Fundamento da teoria dos erros. 2a. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
12. MIKAEL, E.M. & GRACIE, G. Analysis and Adjustment of Survey Measurements. Nostradams: Van Nostrand Reinhold, 1981. 339p.
13. WOLF, P.R. Adjustment computations. 2.ed. University of Wisconsw, 1981. 283p.

4.5 TOPOGRAFIA III

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60h

Pré-requisito:

3.5 Topografia II

Ementa:

Aviventação de Rumos; Triangulação Topográfica e Trilateração; Divisão de Áreas: Processo analítico, numérico e gráfico. Processamento de dados topográficos; Classificação, Verificação e Retificação de Instrumentos Topográficos.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, Camil. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR, 1994. 319p.
2. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998.
3. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia Complementar:

5. DALMOLIN, Quintino. Ajustamento por mínimos quadrados. 2ed. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2004. 175p.
6. FAGGION, P. L. Considerações sobre a Instrumentação Topográfica. Curitiba. 2010.

7. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p.
8. WOLF, P. R. e GHILANI, C. D. (1997). Adjustment computations: statistics and least squares in surveying and GIS. New York: John Wiley & Sons Inc. 3ª Ed. 564p.

4.6 HIDROLOGIA (COD. DISCIPLINA -DRH0040)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
3.3 Mecânica Geral + 3.4 Ciências do Ambiente

Ementa:
A atmosfera terrestre e os fenômenos climáticos. Ciclo hidrológico. Bacia hidrográfica. Precipitação. Infiltração. Evapotranspiração. Escoamento superficial. Medição de vazão. Águas subterrâneas. Barragens de terra. Regularização de cursos d'água. Galerias de águas pluviais.

Bibliografia Básica:
1. GARCEZ, Lucas Nogueira. **Hidrologia**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. 291p.
2. TUCCI, Carlos E. M. **Hidrologia**. 2ed. Porto Alegre: ABRH, 1997. 943p.
3. VILLELA, Swami M; MATTOS, Arthur. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 245p.

Bibliografia Complementar:
4. LINSLEY, Ray Keyes; FRANZIN, Joseph B. **Engenharia de recursos hídricos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 798p.
5. PINTO, Nelson L. de Sousa; HOLTZ, Antonio Carlos Tatit; GOMIDE, Francisco Luiz Sibut; MARTINS, Jose Augusto. **Hidrologia básica**. São Paulo: Edgard Blucher, 1976. 278p.

5º Período

5.1 FUNDAMENTOS DE GEOLOGIA E GEOQUÍMICA (COD. DISCIPLINA – DRHGA055)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Conceitos básicos sobre a Terra e o seu interior. Mineralogia: estrutura, propriedades físicas e químicas, classificação, reconhecimento microscópico dos minerais. Petrologia: rochas sedimentares, ígneas e metamórficas. Noções de Geoquímica de rochas sedimentares, ígneas e metamórficas. Intemperismo. Vulcanismo. Plutonismo. Tectonismo. Geologia econômica. Geologia aplicada. A importância da geologia nas barragens, estradas, túneis, pontes, metrôs e nas fundações.

Bibliografia Básica:
1. DANA, James Dwight. **Manual de mineralogia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
2. GUERRA, Antonio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 648p.
3. LEINZ, Viktor; AMARAL, Sérgio Estanislau de. **Geologia geral**. 14ed. São Paulo: Nacional, 2005. 399p.

Bibliografia Complementar:

4. CHIOSSI, Nivaldo José. **Geologia aplicada à engenharia**. 2ed. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1979. 427p.
5. ISSLER, Roberto S; JOST, Hardy. **Geologia econômica**. 3ed. Porto Alegre: DAEG, 1975. 4v.
6. POPP, José Henrique. **Geologia geral**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. 376p.

5.2 CARTOGRAFIA DIGITAL E TOPOGRÁFICA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.2 Projeções Cartográficas

Ementa:

Cartografia analógica e digital. Características dos dados geográficos; Estruturas e Modelos de Dados Espaciais. Softwares CAD e SIG. Entrada, Armazenamento e manipulação de dados espaciais. Considerações sobre o processo de obtenção de base cartográfica. Padrão de Exatidão Cartográfica (PEC). Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE-BR). Generalização Cartográfica. Processo de Produção Cartográfica. Cartografia Topográfica.

Bibliografia Básica:

1. CÂMARA, G. Introdução à Ciência da geoinformação. www.dpi.inpe.br/gilberto/livro
2. MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
3. SAMPAIO, T. V. M.; BRANDALIZE, M. C. B. Cartografia Geral, Digital e Temática. http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf

Bibliografia Complementar:

4. CLARKE, K.C. Analytical and Computer Cartography. 2ª ed. New Jersey, 1995.
5. DENT, Borden D. ; TORGUSON, Jeffrey S. ; HODLER, Thomas W.. Cartography: thematic map design. 6 ed.: McGrawHill, New York, 2009.

5.3 FOTOGRAMETRIA I

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Introdução a Fotogrametria. O espectro eletromagnético e a aquisição de imagens. Sensores de imageamento fotogramétrico. Recobrimento aerofotogramétrico. Elementos da geometria de uma foto vertical. Estereoscopia. Paralaxe estereoscópica. Fotoíndice, mosaico, fotocarta e ortofotocarta. Transformações matemáticas. Fotogrametria analítica e digital. Referências em fotogrametria. Orientação fotogramétrica analítica e digital. Aerotriangulação.

Bibliografia Básica:

1. ANDRADE, J. Bittencourt de. Fotogrametria. Curitiba. SBEE, 1998.
2. 2.GHILANI, Charles D. e WOLF, Paul R. Geomática. Tradução. São Paulo. Person Education do Brasil, 2013.
3. 3. MIKHAIL, Edward M.; Bethel, J. S.; Mcglone, J. Chris. Introduction to Modern Photogrammetry. John Wiley & Sons, Inc. New York/Chichester /Weinheim /Brisbane/Singapore/Toronto, 2009.

4. 4. MOFFITT, Francis H; MIKHAIL, Edward M. Photogrammetry. 3ed. New York: Harper & Row, 1980. 648p.
5. 5. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
6. 6. WOLF, Paul R. Elements of photogrammetry. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.
7. WOLF, Paul R; DEWITT, Bon A; WILKINSON, Benjamin E. Elements of photogrammetry with applications in gis. 4ed. Burr Ridge: McGraw-Hill Professional, 2012. 640p.

Bibliografia Complementar:

8. BRASIL. Estado Maior do Exército. Apoio suplementar para aerotriangulação e restituição. Brasília: s.n, 1976. 1v.
9. FACUNDES, P. - Fotogrametria; SBC - Sociedade Brasileira de Cartografia, Geodésia, Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Rio de Janeiro, 1992.
10. LEHMANN, Gerhard. Fotogrametria. Barcelona: Técnicos Associados, 1975. 399p.
11. LOCH, Carlos. Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
12. MARCHETTI, Delmar Antônio Bandeira. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.

5.4 AJUSTAMENTO DE OBSERVAÇÕES II

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Métodos de ajustamento: correlato e combinado. Controle de qualidade do ajustamento. Iterações. Injunções. Ajustamento em topografia: poligonais, triangulação, trilateração e redes verticais.

Bibliografia Básica:

1. DALMOLIN, Q. (2004). Ajustamento por mínimos quadrados. 2ª Ed. Curitiba: Imprensa Universitária – UFPR.
2. GEMAEL, C. et. al. (2015). Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR.
3. GRIPP, J. J. (1993). Ajustamento de Observações. Curso: Pós-Graduação em Topografia.
4. ALSADIK, B. (2019). Adjustment models in 3D geomatics and computational geophysics: with MATLAB examples. Elsevier.
5. GHILANI, C. D. (2017). Adjustment computations: spatial data analysis. 6th ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
6. OGUNDARE, J. O. (2019). Understanding least squares estimation and geomatics data analysis. John Wiley & Sons.

Bibliografia Complementar:

7. GHILANI, C. D. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 15th ed. New Jersey: Prentice Hall, 2017.
8. GHILANI, C. D., WOLF, P.R., Tradução Daniel Vieira. Geomática. 13th ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2013.
9. HELENE, Otaviano. Método dos mínimos quadrados com formalismo matricial. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2013.
10. VUOLO, J. H. Fundamento da teoria dos erros. 2a. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
11. MIKAEL, E.M. & GRACIE, G. Analysis and Adjustment of Survey Measurements. Nostradams: Van Nostrand Reinhold, 1981. 339p.

12. WOLF, P.R. Adjustment computations. 2.ed. University of Wisconsin, 1981. 283p.

5.5 GEODÉSIA GEOMÉTRICA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.3 Astronomia de Posição + 4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Aspectos gerais da geodésia. aspectos geométricos das superfícies de referência. geometria do elipsóide de revolução. sistema de coordenadas geodésicas. definição e realização de sistemas geodésicos de referência clássicos e modernos. Datum horizontal e vertical. redução das observações geodésicas ao elipsóide. levantamentos geodésicos clássicos. transporte de coordenadas geodésicas. sistema geodésico brasileiro.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, C. Introdução à geodésia geométrica - 1ª parte. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1987.
2. VANICEK, P., KRAKIWSKI, E. Geodesy: the concepts. Amsterdam: North Holland Publishing Co., 1986.
3. GEMAEL, C. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. editora UFPR, 1994.

Bibliografia Complementar:

4. GEMAEL, C. Introdução à geodésia geométrica - 2ª parte. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.
5. MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. Editora Unesp, 2008.
6. TORGE, W. Geodesy. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2001. 416 p.
7. TEUNISSEN, P. J. G.; MONTENBRUCK, O. (Ed.). Springer handbook of global navigation satellite systems. New York, NY, USA: Springer International Publishing, 2017.

5.6 SANEAMENTO BÁSICO (COD. DISCIPLINA – DRH0041)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.6 Hidrologia.

Ementa:

Abastecimento urbano de água. Previsão de população. Consumo de água, distribuição e redes. Cálculo de redes Hardy Cross. Sistemas de esgotos sanitários. Sistema pluvial urbano.

Bibliografia Básica:

1. CREDER, Helio. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1995. 460p.
2. DACACH, Nelson Gandur. **Saneamento básico**. 3ed. Rio de Janeiro: EDC, 1990. 293p.
3. GARCEZ, Lucas Nogueira. **Elementos de engenharia hidráulica e sanitária**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1976. 356p.

Bibliografia Complementar:

4. AZEVEDO NETTO, José Martiniano de; ALVAREZ, Guillermo Acosta. **Manual de hidráulica**. 8ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 2v.
5. LEME, Francilio Paes. **Engenharia do saneamento ambiental**. 2ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984. 358p.

6º Período

6.1 MECÂNICA DOS SOLOS

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.1 Resistência dos Materiais + 5.1 Fundamentos de Geologia e Geoquímica.

Ementa:

Índice físico dos solos. Plasticidade e consistência dos solos. Capacidade de carga dos solos. Obras de terras. Barragens de terra. Distribuição de pressões. Empuxos de terras. Muro de arrimo. Estabilidade de taludes. Fundações.

Bibliografia Básica:

1. CAPUTO, Homero Pinto. **Mecânica dos solos e suas aplicações**. 2ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988. 3v.
2. BAPTISTA, Cyro de Freitas Nogueira. **Pavimentação**. 3ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 3v.
3. PINTO, Carlos de Sousa. **Curso básico de mecânica dos solos**. 3ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 355p.

Bibliografia Complementar:

4. TSCHEBOTARIOFF, Gregory Porphyriewitch. **Fundações, estruturas de arrimo e obras de terra**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 513p.
5. VARGAS, Milton. **Introdução a mecânica dos solos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 509p.

6.2 CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

5.2 Cartografia Digital e Topográfica

Ementa:

Definição de Cartografia Temática e de mapas temáticos. Teoria de cores na Cartografia Temática. Linguagem Cartográfica. Projeto Cartográfico. Classificação de dados. Mapas coropléticos. Mapas de símbolos proporcionais. Mapas de pontos de contagem. Mapas Isarítmicos.

Bibliografia Básica:

1. JOLY, Fernand. A cartografia. 9ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. 136p.
2. MARTINELLI, Marcelo. Curso de cartografia temática. São Paulo: Contexto, 1991. 174p.
3. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da geografia e cartografia temática. 5ed. São Paulo: Contexto, 2010. 110p.
4. MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
5. ROBINSON, Arthur H. Elements of cartography. New York: John Wiley & Sons, 1969. 415p

Bibliografia Complementar:

6. BREWER, Cynthia A.. **Designing Better Maps**: a guide for GIS users. 2. ed. Redlands, Califórnia: Esri Press, 2019.
7. DENT, Borden D. ; TORGUSON, Jeffrey S. ; HODLER, Thomas W.. **Cartography: thematic map design**. 6 ed.: McGrawHill, New York, 2009.
8. Slocum, Terry A.; McMaster, Robert B.; Kessler, Fritz C.; Howard, Hugh H.. **Thematic cartography and geovisualization**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2008.

6.3 FOTOGRAMETRIA II

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática		
Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
5.3 Fotogrametria I

Ementa:
Restituição fotogramétrica. Modelo Digital de Terreno. Ortofoto Digital. Aeronaves remotamente pilotadas. Fotointerpretação.

Bibliografia Básica:

13. MOFFITT, Francis H; MIKHAIL, Edward M. **Photogrammetry**. 3ed. New York: Harper & Row, 1980. 648p.
14. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
15. WOLF, Paul R. **Elements of photogrammetry**. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.
16. WOLF, Paul R; DEWITT, Bon A; WILKINSON, Benjamin E. **Elements of photogrammetry with applications in gis**. 4ed. Burr Ridge: McGraw-Hill Professional, 2012. 640p.

Bibliografia Complementar:

17. BRASIL. Estado Maior do Exército. **Apoio suplementar para aerotriangulação e restituição**. Brasília: s.n, 1976. 1v.
18. LEHMANN, Gerhard. **Fotogrametria**. Barcelona: Técnicos Associados, 1975. 399p.
19. LOCH, Carlos. **Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
20. MARCHETTI, Delmar Antonio Bandeira. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.

6.4 TRANSPORTES

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática		
Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
2.1 Probabilidade e Estatística

Ementa:
Sistemas de transportes; introdução ao planejamento de transportes; definições e apresentação de conceitos básicos de planejamento de transportes; o processo de planejamento de transportes; principais atores envolvidos nesse processo; planejamento de transportes de cargas e passageiros; evolução do processo de planejamento de transportes; técnicas de planejamento de transportes; aspectos de tecnologia dos sistemas de transportes; introdução ao transporte público de passageiros.

Bibliografia Básica:

1. BRUTON, M. J. Introdução ao planejamento dos transportes. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.
2. CAMPOS, V. B. G. Planejamento de transportes: conceitos e modelos. Editora Interciência. Rio de Janeiro, 2013.
3. HUTCHINSON, B. G. Princípios de Planejamento dos Sistemas de Transportes Urbanos. Guanabara Dois. Rio de Janeiro, 1979.
4. FERRAZ, A. C. P; TORRES, l. G. E. Transporte público urbano. Editora Rima. São Carlos, 2001.

5. MELLO, J. C. Planejamento dos transportes. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1975.

Bibliografia Complementar:

6. HOEL, A. H., GARBER, N. J. & SADEK, A. W. Engenharia de infraestrutura de Transportes: Uma integração multimodal. Editora Cenegage. Brasil, 2011.
7. ORTÚZAR, J. de D. & WILLUMSEN. L. G. Modelling Transport, 4ª Edição. Willey. 1990.
8. SARAIVA, M. A Cidade e o Tráfego - uma abordagem estratégica. Editora Universitária UFPE. 2000.
9. STIEL, W.C. História dos Transportes Urbanos no Brasil. Editora Pini. Brasilia, 1984.
10. VASCONCELLOS, Eduardo A. Transporte Urbano nos países em desenvolvimento - Reflexões e propostas. Editora ANNABLUME, 3ª Edição. 2000.
11. VASCONCELLOS, Eduardo A. Transporte Urbano Espaço e Qualidade - Análise das Políticas Públicas. Editora ANNABLUME, 3ª edição. 2001 .

6.5 GEODÉSIA ESPACIAL

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
5.5 Geodésia Geométrica

Ementa:
Sistema de posicionamento espacial, sistemas de referência e redes de estações, órbitas e sistemas de tempo. Transformação de coordenadas e modelos de velocidades. métodos de posicionamento GNSS: absoluto, relativo, diferencial e em redes. Fontes de erros no posicionamento GNSS. Aplicações práticas com o GNSS.

Bibliografia Básica:

1. TEUNISSEN, P. J. G.; MONTENBRUCK, O. (Ed.). Springer handbook of global navigation satellite systems. New York, NY, USA: Springer International Publishing, 2017.
2. MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. Editora Unesp, 2008.
3. SEEBER, G. Satellite Geodesy. 2. ed. Berlin: Walter Gruyter, 2003 589p.

Bibliografia Complementar:

4. LEICK, A. GPS satellite surveying. New York: John Wiley & Sons, 1995. 550 p.
5. TORGE, W. Geodesy. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2001. 416 p.
6. HOFFMANN – WELLENHOF, B.; LICHTENEGGER, H.; WASLE, E. GNSS Global Navigation Satellite Systems: GPS, GLONASS, Galileo & More. New York: Springer Wien New York, 2008. 516 p.

6.6 DIREITO E LEGISLAÇÃO DE TERRA (COD. DISCIPLINA – DCJ0027)

Unidade Responsável: Departamento de Ciências Jurídicas

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
2.5 Topografia I

Ementa:
Conceituação do ordenamento fundiário. Legislação federal relacionada à propriedade do solo. Formas de aquisição, posse, conservação e perda de propriedade. Usucapião. Direitos reais: condomínio e incorporação. Código de minas, de águas e florestal. Estatuto de terra. Terreno de marinha. Evolução do registro de propriedade de imóveis no Brasil. Participação do profissional

de agrimensura nas ações judiciais. Lei 10.267/01. Legislação agrária. Direito civil. Direito agrário. Agrimensura legal.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao estatuto da cidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 445p.
2. CRUZ, Alcides de Freitas. **Teoria da demarcação e divisão de terras**. Alegre: AJURIS, 1979. (Coleção AJURIS/13. Porto)
3. MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 9ed. São Paulo: Atlas, 2011. 260p.
4. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código civil comentado**. 7ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1727p.
5. OPITZ, Silvia C. B; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 484p.

Bibliografia Complementar:

6. BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm
7. BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015.htm
8. BRASIL. **Lei n° 6.383, de 7 de dezembro de 1976, Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/lEis/L6383.htm
9. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm
10. BRASIL. **Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9393.htm
11. BRASIL. **Lei no 10.267, de 28 de agosto de 2001, Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12/12/1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10267.htm

7º Período

7.1 ELEMENTOS DE ECONOMIA (COD. DISCIPLINA – DAA0018)

Unidade Responsável: Departamento de Ciências Econômicas

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Introdução às ciências econômicas. Conceitos de economia. Sistemas econômicos: organização da atividade econômica. Escolas e doutrinas econômicas. Leis de oferta e demanda. Estruturas de mercado. Agregados macroeconômicos. Produto, moeda e inflação. Sistema financeiro: moeda, crédito e câmbio. Economia internacional. Formação de blocos e globalização das atividades econômicas. Crescimento e desenvolvimento econômico. Viabilidade econômico-financeira. Economia brasileira: evolução e atualidade.

Bibliografia Básica:

1. ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti de. **Introdução a teoria econômica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1974. 158p.
2. ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a economia**. 20ed. São Paulo: Atlas, 2007. 921p.

3. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2006. 441p.

Bibliografia Complementar:

4. CASTRO, Antônio Barros de; LESSA, Carlos Francisco. **Introdução a economia: uma abordagem estruturalista**. 13ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973. 162p.
5. GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JUNIOR, Rudinei; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. **Economia brasileira contemporânea**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2011. 659p.

7.2 GESTÃO DE DADOS ESPACIAIS

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
6.2 Cartografia Temática

Ementa:
Introdução à banco de dados. Modelo Relacional. Introdução ao SQL. Projeto de banco de dados e o modelo E-R Modelo relacional.; arquiteturas de sistemas de bancos de dados; banco de dados orientado a objetos; banco de dados geográficos; estudo de caso: PostgreSQL e PostGIS. e Gerenciamento de Dados Espaciais.

Bibliografia Básica:

1. TEOREY, Toby; LIGHTSTONE, Sam; NADEAU, Tom. Projeto de modelagem de banco de dados. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007. 276 p.
2. KORTH, Henry F; SILBERSCHATZ, Abraham; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 781 p.
3. EXÉRCITO BRASILEIRO, NORMA PARA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA PRODUTOS DE CONJUNTO DE DADOS GEOESPACIAIS (ET-PCDG). 2ª Edição, disponível em: http://www.geoportal.eb.mil.br/images/PDF/ET_PCDG_2016_2aEdicao_Aprovada_Publicada_BE_ 7_16.pdf>
4. EXÉRCITO BRASILEIRO, NORMA DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA ESTRUTURAÇÃO DE DADOS GEOESPACIAIS VETORIAIS DE DEFESA DA FORÇA TERRESTRE - (ET EDGV Defesa F Ter), 1ª Parte, 2ª Edição, 2016. Disponível em:
5. MENEZES, P.M.L. & FERNANDES, M.C. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª edição, 288 p., 2013.
6. RAISZ, Erwin. **Cartografia geral**. Rio de Janeiro: Científica, 1969. 414p.

Bibliografia Complementar:

1. CASANOVA, M.A.; CÂMARA, G.; DAVIS JR., C.A.; VINHAS, L.; QUEIROZ, G.L. Bancos de Dados Geográficos. Editora MundoGeo, 2005.
2. RAMAKRISHNAN, Raghu; GEHRKE, Johannes. Sistemas de gerenciamento de banco de dados. [São Paulo]: McGraw-Hill, 2008. 884p. ISBN 9788577260270.
3. MOLENAAR, Martien. Introduction to the theory of spatial object modelling for GIS. [London]: Taylor & Francis, [c1998]. 246p. ISBN 0748407758.

7.3 SENSORIAMENTO REMOTO

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

3.6 Física Geral IV + 5.3 Fotogrametria I

Ementa:

Conceituação, histórico, objetivos e aplicações do sensoriamento remoto. Princípios físicos do sensoriamento remoto. Comportamento espectral de alvos. Principais sensores e produtos (terrestres, aerotransportados e orbitais). Sensores multiespectrais na faixa óptica. Sensores na faixa termal. Sensor radar de abertura sintética. Interpretação e análise de dados de sensoriamento remoto. Análises multitemporais.

Bibliografia Básica:

1. FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 2ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 101 p.
2. GONZALEZ, Rafael C; WOODS, Richard E. **Processamento de imagens digitais**. São Paulo: Blucher, 2007. 509p.
3. LOCH, Carlos. **Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
4. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
5. WOLF, Paul R. **Elements of photogrammetry**. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.

Bibliografia Complementar:

6. AZEVEDO, Eduardo; CONCI, Aura. **Computação gráfica: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 353p.
7. CENTENO, Jorge Antonio Silva. **Sensoriamento remoto e processamento de imagens digitais**. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas/UFPR, 2004. 209p.
8. GOMES, Jonas; VELHO, Luiz. **Computação gráfica**. Rio de Janeiro: IMPA, 1998. 1v.
9. PEDRINI, Hélio; SCHWARTZ, William Robson. **Análise de imagens digitais: princípios, algoritmos e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning. 2008. 508p.
10. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

7.4 PROJETO E ANÁLISE DE REDES GEODÉSICAS

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

2.4 Cálculo Numérico + 4.1 Resistência dos Materiais + 6.5 Geodésia Espacial.

Ementa:

Mecânica e estruturas geodésicas: estática de pontos materiais, forças atuantes e equilíbrio dos corpos rígidos, dilatação volumétrica, estado plano e múltiplo de tensões, flexão simples, torção. Pré-análise e otimização de redes geodésicas. Projeto da rede geodésica. Análise da rede geodésica. Métodos de monitoramento.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, Camil. **Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas**. Curitiba: Editora UFPR, 1994. 319p.
2. GHILANI, Charles D. **Adjustment computations: spatial data analysis**. 5ed. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2010. 672p.
3. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

Bibliografia Complementar:

4. DALMOLIN, Quintino. **Ajustamento por mínimos quadrados**. 2ed. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2004. 175p.

5. HOFMANN-WELLENHOF, Bernard; LICHTENEGGER, Herbert; WASLE, Elmar. **GNSS - Global Navigation Satellite Systems: GPS, GLONASS, Galileo and more**. New York: Springer, 2008. 548p.
6. KUANG, Shanlong. **Geodetic network analysis and optimal design: concepts and applications**. Chelsea: Ann Arbor Press, 1996. 368p.
7. LEICK, Alfred. **GPS Satellite Surveying**. 3ed. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2003. 464p.

7.5 GEODÉSIA FÍSICA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
6.5 Geodésia Espacial

Ementa:
Introdução à Teoria do Potencial; Campo da Gravidade Real e Normal; Geopotencial e Esferopotencial; Número Geopotencial e Altitudes Científicas; Problema do Valor de Contorno da Geodésia (PVCG); Desenvolvimento do Potencial em Harmônicos Esféricos; Modelos Globais do Geopotencial; Altimetria e Gravimetria por Satélites; Levantamentos gravimétricos; Reduções gravimétricas; Métodos de determinação do geóide; Sistema Vertical de Referência Global (IHRS/IHRF).

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, C. Introdução à Geodésia Física. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002 302p. ISBN 8573350296
2. HEISKANEN, W. A.; MORITZ, H. (1979) Physical geodesy. Austria: Reprint Institute of Physical Geodesy, Technical University, 1979.
3. HOFMANN-WELLENHOF, Bernhard; MORITZ, Helmut. Physical Geodesy. 2ed. New York: Springer, 2006. 420p.

Bibliografia Complementar:

4. FLURY, J. RUMMEL, R. (2005). Future Satellite Gravimetry for Geodesy. Institut für Astronomische und Physikalische Geodäsie, TU. Earth, Moon, and Planets, 94: 13-29p.
5. FREITAS, S. R. C. de; BLITZKOW, D. (1999). Altitudes e Geopotencial, Trabalho publicado no "IGeS Bulletin N.9 – International Geoid Service, June 1999, 47 – 62, Milan.
6. TORGE, W. Geodesy. 3 ed. Berlin: Walter de Gruyter Co., 2001. 416p. ISBN 3110170728
7. MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo GNSS: Descrição, Fundamentos e Aplicações. São Paulo, Editora UNESP, 2000. 476p.
8. SEEBER, G. (2003) Satellite Geodesy: foundations, methods, and applications.2nd.ed.,Berlin,New-York:Walter de Gruyter, 2003.
9. TORGE, W. (1989) Gravimetry. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1989.
10. VANIĈEK, P. KRAKIWSKY, E. J. (1986) Geodesy: the concepts. 2. ed. North-Holland, 1986.

7.6 PARCELAMENTO TERRITORIAL

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
4.5 Topografia III + 6.6 Direito e Legislação de Terra

Ementa:
Planejamento do parcelamento do solo urbano e rural. Legislação específica. Estudo de viabilidade econômica. Noções de urbanismo. Elementos do planejamento urbano. Levantamento de propriedades para fins de ações demarcatórias. Divisão e demarcação de áreas urbanas e rurais. O espaço urbano: aspectos da urbanização brasileira. A dinâmica do espaço urbano e o planejamento

estratégico. Metodologia do planejamento urbano. Projeto geométrico de uso do solo para fins urbano e rural. Roteiro prático para avaliação e registro de loteamento. Plano diretor. Política imobiliária e fundiária e de uso do solo.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Comentários ao estatuto da cidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 445p.
2. FERRARI, Celson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1979. 631p.
3. MAUSBACH, Hans. **Urbanismo contemporâneo; análise dos fundamentos do planejamento actual**. Portugal: Presença, 1974. 211p.
4. MUNFORD, Lewis. **A Cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982. 741p.

Bibliografia Complementar:

5. ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Parcelamento do pólo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal**. Campo Grande (MS): FAU/Uniderp, 1997. 59p.
6. PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Da nova lei de parcelamento do solo urbano: Lei Federal N. 6.766 de 19/12/79**. São Paulo: EMPLASA, 1980. 247p.
7. PEREIRA, Rubens de Mattos; FERRARI, Celson. **Organização administrativa para o planejamento municipal**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. 127p.
8. RIZZARDO, Arnaldo. **Promessa de compra e venda e parcelamento do solo urbano; Lei N. 6766/79**. Porto Alegre: AJURIS, 1980. 259p.

8º Período

8.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Trabalho de Conclusão de Curso	**Créditos:** 0.2.0	**Carga Horária:** 30 h

Pré-requisito:

1.6 Introdução à Metodologia Científica + 6.5 Geodésia Espacial + 7.2 Gestão de Dados Espaciais + 7.3 Sensoriamento Remoto.

Ementa:

A importância do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Lógica da pesquisa científica. Tipologia de trabalhos científicos. Normatização científica. Redação e comunicação científica. Temas de pesquisa. Elaboração de projetos de pesquisa: a pergunta de partida; exploração do campo de pesquisa; a problemática; modelo de análise; construção da operacionalização; apresentação.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
4. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.
5. MOURA FILHO, Geraldo Batista de; CARVALHO, Rigoberto Veloso de; CARVALHO, Vanessa Andrade de. **Manual de Normalização de Monografia, Dissertação e Tese**. Teresina: Ufpi, 2020. 53 p. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/MANUAL_TCCs_-_PUBLICA%C3%87%C3%83O20201120194049.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.
6. SILVA, Joseli Maria da; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a Ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Londrina: Pós-Escrito, 2009. 91 p. Disponível em:

http://www.uel.br/cce/geo/didatico/omar/pesquisa_geografia_fisica/ConstruindoCiencia.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

8.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática		
Núcleo de Conteúdos: Específica	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
7.2 Gestão de Dados Espaciais

Ementa:
Introdução ao SIG. Características do dado espacial: posição, atributos, relações e tempo. Modelos de classificação de dados, métodos de cruzamento e mensuração espaciais. Análise de proximidade e zonas de influência. Definições, componentes e plataformas de Sistema de Informação Geográfica - SIG. Modelagem espacial. Integração de dados gráficos e descritivos. Relacionamento, manipulação e análise de dados espaciais. Métodos de acesso espacial e otimização de consultas. Interoperabilidade e ontologias. Implantação e gerência de projetos de SIG. Modelagem digital de terreno.

Bibliografia Básica:

1. MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
2. INPE. Análise espacial de dados geográficos. Rio de Janeiro: INPE. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/index.html
3. INPE. Introdução à ciência da geoinformação. Rio de Janeiro: INPE. Disponível em: http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/index.html
4. CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Geoprocessamento. Teresina: Do Autor, 2000. 89p.
5. MOURA, Ana Clara Mourão. Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano. 2ed. Belo Horizonte: s.n. 2005. 294p.
6. SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e análise **ambiental: aplicações**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 363p.

Bibliografia Complementar:

7. ANTENUCCI, John C. et al. Geographic Information Systems: A Guide to the Technology.Van Nostrand Reunhold, New York, 1992.
8. ARONOFF, Stan. Geographic Information Systems: a Management Perspective. WDL Publications, Ottawa, Canadá.
9. BURROUGH, P.A.; McDONNELL, R. Principles of Geographical Information Systems. Oxford University Press, 1998.
10. LONGLEY, P.A et al. Sistemas e Ciência da Informação Geográfica. Revisão Tecnica: Heinrich Hasenack et al. 3° ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
11. MAGUIRE, D.; GOODCHILD, M.; RHIND, D.. Geographical Information Systems: Principles and Applications. New York: John Wiley and Sons, 1991.

8.3 PROCESSAMENTO DIGITAL DE IMAGENS

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática		
Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
1.5 Programação de Computadores + 7.3 Sensoriamento Remoto.

Ementa:
Formatos de imagens de sensoriamento remoto. Distorções e correções de dados de sensoriamento remoto. Manipulação de histograma e contraste. Formação das cores. Fusão de imagens. Operações aritméticas. Transformação por rotação espectral. Classificação pixel a pixel. Classificação por região. Processamento de dados hiperespectrais.

Bibliografia Básica:

1. FLORENZANO, Teresa Gallotti. **Iniciação em sensoriamento remoto**. 2ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 101 p.
2. GONZALEZ, Rafael C; WOODS, Richard E. **Processamento de imagens digitais**. São Paulo: Blücher, 2007. 509p.
3. PEDRINI, Hélio; SCHWARTZ, William Robson. **Análise de imagens digitais: princípios, algoritmos e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning. 2008. 508p.

Bibliografia Complementar:

4. AZEVEDO, Eduardo; CONCI, Aura. **Computação gráfica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 353p.
5. CENTENO, Jorge Antônio Silva. **Sensoriamento remoto e processamento de imagens digitais**. Curitiba: Curso de Pós-Graduação em Ciências Geodésicas/UFPR, 2004. 209p.
6. GOMES, Jonas; VELHO, Luiz. **Computação gráfica**. Rio de Janeiro: IMPA, 1998. 1v.

8.4 PROJETO DE ESTRADAS (COD. DISCIPLINA – DTR0087)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 4.2.0	**Carga Horária:** 90 h

Pré-requisito:
3.5 Topografia II + 6.1 Mecânica dos Solos.

Ementa:
Generalidades. Estudos: de viabilidade técnico-econômica, topográficos, geotécnicos, geológicos, hidrológicos, de tráfego e interferência no ecossistema. Projetos: geométrico, de terraplenagem, de drenagem, de sinalização, de desapropriação, de obras complementares e de interseção. Noções de pavimentação e obras de arte especiais. Software de projeto de estradas. Projeto final da implantação. Noções de conservação, restauração e melhorias rodoviárias. Ferrovias: estudos e projeto.

Bibliografia Básica:

1. CARVALHO, M. Pacheco de. **Curso de estradas**. 4ed. Rio de Janeiro: Científica, s.d . 2v.
2. FIGUEIRA, Fernando M. M. **Estudo e concepção de estradas**. Coimbra: Almedina, 1984. 222p.
3. BRINA, Helvécio Lapertosa. **Estradas de ferro**. 2ed. Rio de Janeiro: UFMG, 1988. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. DNIT. **Diretrizes básicas para elaboração de estudos e projetos rodoviários**. Rio de Janeiro, 1999. 391p. Disponível em: www1.dnit.gov.br/download/DiretrizesBasicas.pdf
5. FONTES, Luiz Carlos A. de A. **Engenharia de estradas: projeto geométrico**. Salvador: UFBA, 1995. 1v.
6. PONTES FILHO, Glauco. **Estradas de rodagem: projeto geométrico**. São Carlos (SP): Bidim, 1998. 432p.

8.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS I

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
6.5 Geodésia Espacial.

Ementa:
Monitoramento geodésico de estruturas e superfícies. Acompanhamento dos serviços de terraplenagem ou movimentos de terra. Métodos de Levantamentos Especiais. Projeto e execução de levantamentos topográficos associados a levantamentos geodésicos empregando processos automatizados e ajustados aplicados a normas técnicas relacionadas à Topografia, Geodésia e georreferenciamento de imóveis. Locações de obras de engenharia: portos, aeroportos, dutos, loteamentos e assentamentos rurais e urbanos.

Bibliografia Básica:

1. GEMAEL, Camil. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. Curitiba: Editora UFPR, 1994. 319p.
2. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998. 203p.
3. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.

Bibliografia Complementar:

4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.
5. BORGES, A. C. Exercícios de Topografia. São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1994.
6. BRASIL. LEI Nº 10.267, DE 28 DE AGOSTO DE 2001. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. 2001.
7. DALMOLIN, Quintino. Ajustamento por mínimos quadrados. 2ed. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR. 2004. 175p.

8.6 CADASTRO TERRITORIAL

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
7.6 Parcelamento Territorial

Introdução ao cadastro territorial. História do Cadastro. Cadastro imobiliário. Cadastro x registo de Imóveis. Cadastros Temáticos. Cadastro Técnico multifinalitário. Boletim de informações cadastrais (BIC). Cartografia cadastral. Rede de referência cadastral. Avaliação Imobiliária. Planta Genérica de Valores. Imposto Predial territorial Urbano (IPTU). Sistema de Informação territorial (SIT). Atualização cadastral. Regularização fundiária urbana (REURB). Cadastro rural. Imóvel rural. Sistema nacional de cadastro rural (SNCR). Georreferenciamento de imóveis rurais. Imposto territorial rural (ITR). Cadastro rural x Cadastro ambiental rural (CAR). Sistema nacional de gestão de informações territoriais (SINTER).

Bibliografia Básica:

1. CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório. **Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis.** 1ed. São Paulo: safE, 2003. 272p.
2. LOCH, Carlos & ERBA, Diego. **Cadastro técnico multifinalitário: rural e urbano**. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.142p.
3. ERBA, Diego Alfonso; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 144p.
4. OLIANI, Luiz Octávio. Noções de cadastro territorial multifinalitário – CTM. Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar. Curitiba: CREA-PR. 2016. 38p.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14166: Rede de Referência Cadastral Municipal – Requisitos e Procedimentos. Rio de Janeiro, 2022. 23p.

6. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Manual Técnico para o Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição. Brasília, 2022 63p.
7. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria Nº 3.242/2022 - Diretrizes para a criação, a instituição e a atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM, nos municípios brasileiros. Brasil, 2022.

Bibliografia Complementar:

8. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: Execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 2021. 57p.
9. FERRARI, Celson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1979. 631p.
10. SILVA, Pedro Cordeiro da. **Cadastro e tributação**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982. 196p.

9º Período

9.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Trabalho de Conclusão de Curso	**Créditos:** 0.2.0	**Carga Horária:** 30 h

Pré-requisito:

8.1 Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa:

Planejamento do Artigo Científico ou Monografia baseado no projeto de TCC desenvolvido na disciplina de TCC1. Pesquisa bibliográfica e elaboração da parte inicial do trabalho escrito. Definição inicial do método. Preparação para trabalho de campo.

Bibliografia Básica:

7. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
8. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
9. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

Bibliografia Complementar:

10. Bibliografia específica escolhida em função do tema da pesquisa.

9.2 DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES GEOESPACIAIS

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específico	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

1.5 Programação de Computadores + 8.2 Sistema de Informação Geográfica

Ementa:

Introdução ao desenvolvimento de aplicações geoespaciais. Experiência do Usuário e Projeto de Interface UX/UI. Arquitetura de aplicações. Bibliotecas e linguagens disponíveis. Desenvolvimento de Banco de Dados Espaciais. Visualização de dados espaciais. Desenvolvimento de Modeladores Gráficos em SIG. Desenvolvimento de Plugins em SIG. Desenvolvimento de Aplicações Web. Desenvolvimento de aplicações desktop em software livre e proprietário.

Bibliografia Básica:

1. Paul A. Longley, Michael F. Goodchild, David J. Maguire, David W. Rhind. Geographic Information Science and Systems, 4th Edition. Wiley, 2015 –
2. Erik Westra. Building Mapping Applications with QGIS. Packt Publishing, 2014 –
3. Joel Lawhead. Learning Geospatial Analysis with Python. Packt Publishing Paperback, 2013
4. QGIS Project. PyQGIS 3.10 developer cookbook, 2020.

Bibliografia Complementar:

5. LAWHEAD, Joel. QGIS python programming cookbook. Packt Publishing Ltd, 2015.
6. BEAIRD, Jason; WALKER, Alex; GEORGE, James. The principles of beautiful web design. Sitepoint, 2020.
7. TIDWELL, Jenifer. Designing interfaces: Patterns for effective interaction design. " O'Reilly Media, Inc.", 2010.

9.3 ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS (COD. DISCIPLINA – CCA0142)

Unidade Responsável: Coordenação do Curso de Administração

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Direção de empresa. Planejamento e tomada de decisões. Organização e métodos. Organograma. Fluxograma. Distribuição de espaços. Linhas de autoridades. Conceito de pesquisa operacional. Programação linear. Matemática financeira. Noções de contabilidade. Composição de preços. Licitações. Gerenciamento e fiscalização de serviços e obras. Planejamento e controle de produção. Controle de qualidade. Empreendedorismo.

Bibliografia Básica:

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2004. 634p.
2. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 299p.
3. FARIA, Rogério Gomes de. **Matemática comercial e financeira**. 6ed. São Paulo: Ática, 2007. 208p.

Bibliografia Complementar:

4. CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 579p.
5. FARIA, Albino Nogueira de. **Organização de empresas**. 9ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. 3v.

9.4 PAVIMENTAÇÃO (COD. DISCIPLINA – DTR0088)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

6.1 Mecânica dos Solos + 8.4 Projeto de Estradas

Ementa:

Terminologia. Classificação dos pavimentos. Materiais utilizados em pavimentação. Projeto de pavimentos. Dimensionamento. Drenagem. Estimativa de custos das obras. Construção de pavimentos. Manutenção de pavimentos. Interferências com o meio ambiente.

Bibliografia Básica:

1. BAPTISTA, Cyro de Freitas Nogueira. **Pavimentação**. 3ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 3v.
2. SENCO, Wlastermiler de. **Manual de técnicas de pavimentação**. São Paulo: Pini, 1997. 1v.
3. SOUZA, Murillo Lopes de. **Pavimentação rodoviária**. Rio de Janeiro: s.n, 1976. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. DNIT. **Manual de Pavimentação**. 3ed. Rio de Janeiro: DNIT, 2006. 278p. Disponível em: www1.dnit.gov.br/.../Manual_de_Pavimentacao_Versao_Final.pdf
5. YODER, Eldon Joseph; WITCZAK, M. W. **Principles of pavement design**. 2ed. New York: John Wiley & Sons, 1975. 711p.

9.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS II

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
8.5 LEVANTAMENTOS ESPECIAIS I

Ementa:
Monitoramento geodésico de estruturas e superfícies. Topografia subterrânea e de caverna. Noções de levantamento subterrâneo. Acompanhamento dos serviços de terraplenagem ou movimentos de terra. Georreferenciamento de imóveis.

1. GEMAEL, Camil et al. Introdução ao ajustamento de observações: aplicações geodésicas. 2ª Edição. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
2. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: na introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011.
3. COMASTRI, José Anibal; GRIPP JUNIOR, Joel. Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação. Viçosa (MG): UFV, 1998.
4. MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. 2ed. Presidente Prudente: Unesp, 2008.

Bibliografia Complementar:

5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13.133: Execução de levantamento topográfico - Procedimento. Rio de Janeiro, 2021.
6. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.166: Rede de referência cadastral municipal – Requisitos e procedimentos. Rio de Janeiro, 2022.
7. BORGES, A. C. Topografia aplicada à Engenharia Civil. São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1994.
8. COMASTRI, José Anibal; TULER, José Cláudio. Topografia: altimetria. 3ed. Viçosa (MG): UFV, 2005.
9. LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia Contemporânea. Florianópolis, Editora da UFSC, 1995.
10. DEPARTMENT OF ARMY – U.S. Army Corps of Engineers. Manual 1110-1-1004 Deformation Monitoring and Control Surveying. Washington, DC, 1994.

9.6 AVALIAÇÕES E PERÍCIAS (COD. DISCIPLINA – DTR0056)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
2.1 Probabilidade e Estatística + 8.6 Cadastro Territorial

Ementa:
Conceitos gerais. Matemática financeira e estatística aplicada a avaliações. Pesquisa e homogeneização de valores. Avaliação de terrenos urbanos, de propriedades rurais, de glebas suscetíveis de urbanização, de servidões e de benfeitorias urbanas e rurais. Depreciação de imóveis. Vantagem de coisa feita e valor em marcha. Laudos periciais.

Bibliografia Básica:

1. ABUNAHMAN, Sérgio Antônio. **Curso básico de engenharia legal e de avaliações**. 3ed. São Paulo: Pini, 2006. 334p.
2. DANTAS, Rubens Alves. **Engenharia de avaliações: uma introdução à metodologia científica**. São Paulo: Pini, 2001. 251p.
3. FIKER, José. **Manual de avaliações e perícias em imóveis urbanos**. São Paulo: Pini, 2001. 131p.
4. FIKER, José. **Avaliação de terrenos e imóveis urbanos**. 2ed. São Paulo: Pini, 1985. 106p.
5. MAIA NETO, Francisco. **Perícias judiciais de engenharia: doutrina, prática, jurisprudência**. 3ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 250p.
6. MEDEIROS JÚNIOR, Joaquim da Rocha; FIKER, José. **A Perícia judicial**. São Paulo: Pini, 1996. 138p.
7. MOREIRA, Alberto Lélio. **Princípios de engenharia de avaliações**. 4ed. São Paulo: Pini, 1997. 504p.

Bibliografia Complementar:

8. AURICCHIO, Luiz. **Especulação imobiliária: terrenos**. São Paulo: Pini, 1985. 42p.
9. FIKER, José. **Avaliação de imóveis urbanos**. 5ed. São Paulo: Pini, 1997. 104p.
10. MONTEIRO, Samuel. **Perícias judiciais**. 2ed. São Paulo: Universitária de Direito, 1980. 613p.
11. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010. 459p.

10º Período

10.1 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Trabalho de Conclusão de Curso	**Créditos:** 0.2.0	**Carga Horária:** 30 h

Pré-requisito:

9.1 Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa:

Elaboração e defesa individual do Artigo Científico ou da Monografia de conclusão de curso envolvendo uma ou mais áreas de conhecimentos específicos da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura ou a aplicação destas em outras áreas afins e correlatas.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
3. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

Bibliografia Complementar:

4. Bibliografia específica escolhida em função do tema da pesquisa.

10.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO (COD. DISCIPLINA -DTR0089)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Estágio Supervisionado	**Créditos:** 0.11.0	**Carga Horária:** 165 h

Pré-requisito:

5.2 Cartografia Digital e Topográfica + 5.3 Fotogrametria I + 5.5 Geodésia Geométrica

Ementa:

Planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de atividades na área da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. Elaboração de um plano de trabalho. Elaboração de um relatório final das atividades realizadas, trazendo a descrição das experiências e atividades desenvolvidas.

Bibliografia Básica:

1. CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. 162p.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297p.
3. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321p.

Bibliografia Complementar:

4. GHILANI, Charles D. **Adjustment computations: spatial data analysis**. 5ed. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2010. 672p.
5. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. **Elementary surveying: an introduction to geomatics**. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
6. JOLY, Fernand. **A cartografia**. 9ed. Campinas (SP): Papirus, 2007. 136p.
7. MONICO, João Francisco Galera. **Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações**. 2ed. Presidente Prudente: Unesp, 2008. 480p.
1. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
2. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. **Fundamentos de topografia**. UFPR: Engenharia Cartográfica, 2009. 205p.

10.3 OPTATIVA I		
Disciplina Optativa	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

10.4 OPTATIVA II		
Disciplina Optativa	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

11.2. Ementário dos Componentes Curriculares Optativos

01 CAD - DESENHO ASSISTIDO POR COMPUTADOR

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

1.4 Desenho Técnico e Topográfico.

Ementa:

Conceitos gerais de computação gráfica. Editores gráficos: apresentação e configuração do ambiente de trabalho. Sistemas de coordenadas. Criação de primitivas geométricas. Vistas ortográficas principais e auxiliares. Vistas seccionais. Ajuste de atributos de objetos. Ferramentas de ajuste de visualização, de edição do desenho e de dimensionamento. Criação de blocos/células. Plotagem. Digitalização via mesa digitalizadora e scanner. Noções de georreferenciamento de arquivos digitais.

Bibliografia Básica:

1. BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. **Autocad 2006: utilizando totalmente**. 4ed. São Paulo: Érica, 2007. 428p.
2. MACHADO, Ardevan. **O desenho na prática da engenharia**. 2ed. São Paulo: Autor, s.d. 410p.
3. TURQUETTI FILHO, Reynaldo; MORAES, Marlos Fabiano de. **Microstation V8 2004 edition: básico e 2d**. São Paulo: Terra, 2004. 374p.

Bibliografia Complementar:

4. MAGUIRE, D. E; SIMMONS, C. H. **Desenho técnico**. s.l: Hemus, 2004. 257p.
5. TURQUETTI FILHO, Reynaldo; BENTO, Leonardo Berges; MORAES, Marlos Fabiano de. **Aprenda a desenhar com autocad 2000: 2D, 3D e modelamento com sólidos**. São Paulo: Érica, 2000. 374p.

02 COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO (COD. DISCIPLINA -CLV0263)

Unidade Responsável: Coordenação do Curso de Letras Vernáculas/CCHL

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Definição de comunicação. Âmbito e objetivo de comunicação. Modelo, sentido e fidelidade de comunicação. Formas de comunicação verbal e não-verbal. Aspectos biológicos e psicológicos da comunicação. Problemas de comunicação em atividades complexas. Leitura e compreensão de textos. Processo de criação do texto escrito.

Bibliografia Básica:

1. BERLO, David Kenneth. **O processo da comunicação: introdução à teoria e a prática.** 10ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 330p.
2. FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. 12ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008. 383p.
3. GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 26ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 539p.

Bibliografia Complementar:

4. CAMARGO NETO, José Ortiz. **Redação prática e moderna (trilogia): a expressão do sentimento, pensamento e ação**. São Paulo: Érica, 1999. 189p.
5. FREIRE, Paulo. **A Importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102p. (Coleção Questões da Nossa Época, 22)
6. MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2007. 442p.

03 EMPREENDEDORISMO

Unidade Responsável: Coordenação do Curso de Administração

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

A revolução do empreendedorismo. O empreendedorismo no Brasil. História do empreendedorismo. Conceito de empreendedorismo. Característica e perfil do empreendedor. Identificação de oportunidades de negócios. Fatores a serem considerados na escolha de um negócio. Natureza jurídica dos negócios. Firma individual. Sociedades. Formas de sociedades. O simples. Abertura e registro de empresas. Micro e pequenas empresas. Carreiras empreendedoras do futuro. Mitos de empreendedorismo. Discussão do processo de elaboração do Planejamento Estratégico. Plano de negócios. Roteiro de um plano de negócios: Ramo de atividade; Mercados consumidor; concorrente; fornecedor; Localização; Processo operacional. Montagem de um plano de negócio. Discussão de um plano de negócio.

Bibliografia Básica:

1. • DOLABELA, F. Oficina do Empreendedor. 6. ed. [S.l.]: Cultura, 1999.
2. • DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios. [S.l.]: Elsevier, 2012.
3. • BRUNSTEIN, I. Economia de Empresas: Gestão Econômica de Negócios. [S.l.]: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

4. MATOS, F. G. de. Estrategia de Empresa. [S.l.]: Makron Books, 1993.
5. DEGEN, R. J.; MELLO Álvaro A. A. O Empreendedor: Fundamentos da Iniciativa Empresarial. [S.l.]: Pearson, 2005.
6. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo Corporativo: Como Ser Empreendedor, Inovar e se Diferenciar em Organizações Estabelecidas. [S.l.]: Elsevier, 2003.
7. HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.
8. KAPFERER, J.-N. Marcas, Capital da Empresa: Criar e Desenvolver Marcas Fortes. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

04 FENÔMENOS DE TRANSPORTES (COD. DISCIPLINA -DRH0037)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

3.3 Mecânica Geral.

Ementa:

Propriedades dos fluidos. Manometria. Escoamento dos fluidos reais. Hidrostática. Cinemática e dinâmica dos fluidos. Princípios básicos da termodinâmica. Transferência de calor. Condução, convecção e radiação térmica. Transporte de massa.

Bibliografia Básica:

1. GILES, Ranald V. **Mecânica dos fluidos e hidráulica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. 401p.
2. KREITH, Frank. **Princípios da transmissão de calor**. São Paulo: Edgard Blucher, 1969. 642p.
3. SCHIOZER, Dayr. **Mecânica dos fluidos**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996. 629p.

Bibliografia Complementar:

4. GARCEZ, Lucas Nogueira. **Elementos de mecânica dos fluidos: hidráulica geral**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. 449p.
5. SHAMES, Irving Herman. **Mecânica dos fluidos**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973. 2v.

05 FÍSICA GERAL II

Unidade Responsável: Departamento de Física

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

2.6 Física Geral I.

Ementa:

Oscilações. Movimento ondulatório. Temperatura e calor. Carga e matéria. Campo elétrico. Lei de Gauss. Potencial elétrico. Capacitores. Corrente contínua. O campo magnético. A lei de Ampère. A lei de Faraday. Indutância. Corrente alternada. Natureza e propagação da luz.

Bibliografia Básica:

1. RESNICK, Robert; HALLIDAY, David. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
2. TIPLER, Paul A. **Física**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 2006. 4v.
3. TIPLER, Paul A; MOSCA, Gene. **Física para cientistas e engenheiros**. 6ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 3v.

Bibliografia Complementar:

4. HALLIDAY, David; WALKER, Jearl; RESNICK, Robert. **Fundamentos de física**. 6ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2003. 4v.
5. GONÇALVES, Dalton. **Física: termologia, óptica, ondas**. 3ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 503p.

6. TIPLER, Paul A.; LLEWELLYN, Ralph A. **Física moderna**. 3ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. 515p.

06 GEOMETRIA DESCRITIVA (COD. DISCIPLINA – DCO0186)

Unidade Responsável: Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
1.4 Desenho Técnico e Topográfico

Ementa:
Sistemas de projeções. Ponto, reta, plano. Interseções de planos. Paralelismo. Perpendicularismo. Métodos descritivos. Figuras planas. Poliedros: representação de pirâmide, prisma, cilindro, cone e esfera. Seções planas de poliedros.

Bibliografia Básica:

1. MONTENEGRO, Gildo A. **Geometria descritiva**. São Paulo: Edgard Blucher, 1991. 1v.
2. PINHEIRO, Virgilio Athayde. **Noções de geometria descritiva**. 5ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989. 3v.
3. PRINCIPE JUNIOR, Alfredo dos Reis. **Noções de geometria descritiva**. 38ed. São Paulo: Nobel, 1989. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. BORGES, Gladys Cabral de Mello; BARRETO, Deli Garcia Olle; MARTINS, Enio Zago. **Noções de geometria descritiva: teoria e exercícios**. 7ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998. 173p.
5. RODRIGUES, Alvaro J. **Geometria descritiva: operações fundamentais e poliedros**. 6ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1964. 352p.

07 HUMANIDADES, CIÊNCIAS SOCIAIS E CIDADANIA (COD. DISCIPLINA -DCS228)

Unidade Responsável: Departamento de Ciências Sociais/CCHL

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem.

Ementa:
Sociologia crítica e científica. A relação indivíduo-sociologia. A sociedade de classe. O significado das classes sociais do mundo moderno. Teoria clássica da cidadania: as vertentes liberal, democrático-burguês e crítica. Os direitos sociais no mundo moderno e na contemporaneidade. Cidadania e direitos sociais no Brasil. A constituição brasileira e a sua relação com a cidadania e os direitos sociais; Sujeitos sociais, espaços sócio-políticos, cidadania e direitos sociais. Questões contemporâneas, cidadania, direitos sociais e questões locais. Concepções de Ética. Ética e cidadania. Ética profissional.

Bibliografia Básica:

1. DIAS, Reinaldo. **Introdução a sociologia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 338p.
2. NOVAES, Elidia Maria; FISCHER, Rosa Maria. **Construindo a cidadania: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social**. São Paulo: CEATS, 2005. 340p.
3. RIBEIRO, Gustavo Lins. **As Ciências sociais no mundo contemporâneo: revisões e prospecções**. Brasília: Letras Livres, 2011. 308p.
4. ROSA, Luiz Pinguelli. **Tecnociências e humanidades: novos paradigmas, velhas questões**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 2v.

Bibliografia Complementar:

5. COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3ed. São Paulo: Moderna, 2005. 416p.
6. FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. 365p.
7. PINTO, L. A. Costa. **Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo**. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 332p.

08 LIBRAS (COD. DISCIPLINA -LIBRAS11)

Unidade Responsável: Coordenação do Curso de Letras-Libras

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Língua de sinais enquanto língua dos surdos. Aspectos da organização educacional e cultural dos surdos. Aspectos gramaticais da língua de sinais. Atividades de base para a aprendizagem da língua de sinais para uso no cotidiano ou relacionado ao trabalho docente. Diferentes etapas utilizadas pelo contador de estórias para crianças surdas. Exploração visual espacial das diferentes narrativas bem como da criação literária surda.

Bibliografia Básica:

1. FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos**. Recife: Do Autor, 2010. 420p.
2. GONÇALVES, Francisca Maria Vieira. **A concepção de alunos surdos acerca da inclusão**. Teresina: [s.n.], 2007. 37p.
3. SIMEÃO, Natalia de Almeida. **O conhecimento da libras e o processo de ensino e de aprendizagem do surdo na perspectiva do professor e do aluno do ensino regular**. Teresina: [s.n.], 2008. 48p.

Bibliografia Complementar:

4. FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Aprendendo libras e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexivo sobre a inclusão: estabelecendo novos diálo**gos. 2ed. Recife, 2007. 304p.
5. SA, Nidia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2002. 388p.

09 QUÍMICA GERAL

Unidade Responsável: Departamento de Química

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Arquitetura atômica. Tabela periódica dos elementos. Ligação química. Soluções. Reações: conceito, tipos, notação. Reações ácido-base e óxido-redução. Estequiometria. Cinética química. Atividades de laboratórios: Normas e segurança. Técnicas elementares de laboratórios. Aplicação do conhecimento químico a problemas de interesse das engenharias.

Bibliografia Básica:

1. BRADY, James E; HUMISTON, Gerard E. **Química geral**. 2ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988. 2v.
2. ROZENBERG, I. M. **Química geral**. São Paulo: Edgard Blucher, 2006. 676p.
3. RUSSEL, John B. **Química geral**. 2ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008. 2v.

Bibliografia Complementar:

4. MAIA, Daltamir Justino; BIANCHI, J. C. de A. **Química geral: fundamentos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 436p.
5. SLABAUGH, Wendell H; PARSONS, Theran D. **Química geral**. 2ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990. 267p.

10 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE

Unidade Responsável: Departamento de Ciências Sociais/CCHL

Núcleo de Conteúdos: Básicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem.

Ementa:

Educação e diversidade cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e diversidade na sala de aula.

Bibliografia Básica:

1. ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, 2006. 370p.
2. BARROS, Jose Marcio. **Diversidade cultural: da proteção a promoção**. Belo Horizonte: Autentica, 2008. 163p.
3. SOUZA, João Francisco de. **Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2002. 222p.

Bibliografia Complementar:

4. BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
5. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais**. 2ed. Brasília: DP&A, 2000. 10v.
6. BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.** Brasília: SECAD/MEC, 2006. 261p.

11 CONSTRUÇÃO CIVIL E MATERIAIS (COD. DISCIPLINA – DCO0185)

Unidade Responsável: Departamento de Construção Civil e Arquitetura

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

09 Química Geral.

Ementa:

Teoria: Introdução aos materiais de construção. Conceitos, classificação, seleção e propriedades dos materiais. Elementos gráficos e escritos de um projeto de engenharia. Pedras naturais: obtenção, classificação e aplicação. Aglomerante: conceito, classificação, tipos e aplicações. Agregados: conceito, obtenção, classificação, propriedades e tipos. Argamassa: conceito, obtenção, classificação, tipos e aplicações. Concreto: conceito, obtenção, propriedade e empregos. Cerâmica: conceito, obtenção, classificação, tipos, fabricação e aplicação. Tintas: conceito, obtenção e aplicação. Prática: consistência da pasta de cimento. Início de pega do cimento. Finura do cimento. Massa específica real do cimento. Consistência da argamassa. Peso unitário do agregado miúdo e graúdo. Granulometria do agregado miúdo e graúdo. Massa específica real. Teor de absorção. Inchamento da areia. Determinação de resistência e compressão dos concretos. Densidade do querosene. Modelagem e cura dos corpos de prova de concreto. Resistência mecânica dos cimentos. Resistência a compressão de materiais cerâmicos.

Bibliografia Básica:

1. BAUER, L. A. Falcão. **Materiais de construção**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. 2v.
2. PETRUCCI, Eladio Gerardo Requião. **Materiais de construção**. 2ed. Porto Alegre: Globo, 1976. 435p.
3. VAN VLACK, Lawrence Hall. **Princípios de ciência dos materiais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1994. 427p.

Bibliografia Complementar:

4. FIORITO, Antonio J. S. I. **Manual de argamassas e revestimentos: estudos e procedimentos de execução**. São Paulo: Pini, 1994. 221p.
5. RIPPER, Ernesto. **Manual prático de materiais de construção**. São Paulo: Pini, 1995. 252p.

12 ENGENHARIA DE TRÁFEGO

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

6.4 Transportes.

Ementa:

Noções básicas e conceitos fundamentais sobre a engenharia de tráfego. Elementos que compõem o fluxo de tráfego: Veículo, usuário e via. Teoria do fluxo de tráfego. Contagem, estatística e pesquisa de tráfego. Sinalização: Horizontal e vertical. Estudo de interseções urbanas. Capacidade e Nível de Serviço. Semáforos: conceito, tipos e dimensionamentos. Coordenação de semáforos. Análise de acidentes e outras ocorrências. Estudo de impactos de tráfego. Medidas de restrição de tráfego. Sistemas Inteligentes de Transportes (ITS). Estacionamentos. Organização de redes viárias. Microssimulação de tráfego. Palestras. Visitas a estabelecimento e empresas de transportes. Trabalho prático orientado.

Bibliografia Básica:

1. BRASIL. DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Manual de estudos de tráfego. Rio de Janeiro, 2006.
2. HOEL, Lester A, GARBER, Nicholas J. , SADEK, Adel W. Engenharia de infraestrutura de transportes: uma integração multimodal. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
3. PORTUGUAL, Licínio da Silva. Simulação de tráfego conceitos e técnicas de modelagem.1ª. ed., Rio de Janeiro: Interciência Ltda., 2005.
4. PORTUGUAL, Licínio da Silva. Polos Geradores de Viagens orientados à Qualidade de Vida e Ambiental: Modelos e Taxas de Geração de Viagens. 1ª ed., Rio de Janeiro: Interciência Ltda., 2005.

Bibliografia Complementar:

5. CCDR–N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Manual de Planeamento das Acessibilidades e da Gestão Viária. Portugal, 2008.
6. GARBER, Nicholas J., HOEL, Lester A. Traffic and Highway Engineering. 4ª. ed. Toronto: Cengage Learning, 2009.
7. TRB–Transportation Research Board of the National Academy of Sciences. HCM 2010 - Highway Capacity Manual 2010. Volume 1. Washington, DC, 2010.
8. TRB–Transportation Research Board of the National Academy of Sciences. HCM 2010 - Highway Capacity Manual 2010. Volume 2. Washington, DC, 2010.
9. TRB–Transportation Research Board of the Nacional Academy of Sciences. HCM 2010 - Highway Capacity Manual 2010. Volume 3. Washington, DC, 2010..

13 EQUIPAMENTO DE CONSTRUÇÃO (COD. DISCIPLINA – DTR0050)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
8.4 Projeto de Estradas.

Ementa:
Estudo dos equipamentos de construção e suas finalidades. Tipos, rendimento, potência, variação de potência, implementos e manutenção. Escolha, dimensionamento dos equipamentos e custos. Instalações de canteiros de obra.

Bibliografia Básica:

1. CARDAO, Celso. **Técnica da construção**. 5ed. Belo Horizonte: Engenharia e Arquitetura, 1981. 2v.
2. DNIT – **Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes – SICRO 3 - 3ª edição**, Rio de Janeiro, 2008, Disponível em: http://www.dnit.gov.br/servicos/sicro/manual-de-custos-rodoviarios
3. RICARDO, Helio de Souza; CATALANI, Guilherme. **Manual prático de escavação**. 2ed. São Paulo: Pini, 1990. 668p.

Bibliografia Complementar:

4. CATERPILLAR, Brasil. **Manual de Produção e Princípios Básicos de Terraplenagem**.
5. DNIT – **Manual de Custos Rodoviários – SICRO 2 - 3ª edição**, Rio de Janeiro, 2003, Disponível em: http://www.dnit.gov.br/servicos/sicro/manual-de-custos-rodoviarios
6. VERDU, Francisco Arredondo Y; MARTIN, Francisco Gimenez. **Compactacion de terrenos; terraplanes y pedraplenes**. Barcelona: Técnicos Associados, 1970. 261p.

14 GEOGRAFIA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem

Ementa:
Espaço geográfico como instância social. O espaço e o tempo nos estudos geográficos. Globalização. Urbanização. A função da cidade. Problemas sociais nas cidades. Conceitos básicos de Geossistema. A questão ambiental.

Bibliografia Básica:

1. AB' SABER, Aziz. Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
2. CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis, Ed UFSC, 1999.
3. CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979. 248 p.
4. HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. 231 p.
5. HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
6. LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
7. Lefebvre, Henri. O direito à cidade.5.ed. - São Paulo, SP: Centauro Editora, 2016. 144 p
8. MASSEY, Doreen. Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
9. ROSS, Jurandyr. L. Sanches. Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
10. SANTOS, M. Ensaios sobre a urbanização latino-americana. São Paulo, Hucitec, 1982.
11. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010.
12. TRICART, Jean. Ecodinâmica. Rio de Janeiro, IBGE/SUPREN, 1977.

Bibliografia Complementar:

13. GOMES, P.C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
14. HARVEY, D. A liberdade da cidade. Geousp Espaço E Tempo (Online), (26), 09-18, 2009. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124
15. HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
16. HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. CASTRO, I.E. Espaço e política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
17. ROSENDHAL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Paisagens, Texto e Identidades. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.
18. SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo, Educ/Hucitec, 2004.
19. SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo - globalização e meio técnico-científico e informacional. São Paulo, Hucitec, 2004.
20. SPÓSITO, Eliseu Sáverio. Redes e Cidades. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

15 HIDRÁULICA (COD. DISCIPLINA – DRH0002)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Profissionalizantes	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

04 Fenômenos de Transportes.

Ementa:

Escoamento nos encanamentos e condutos. Condutos forçados (cálculo prático), a multiplicidade de fórmulas para cálculo de encanamento; linhas de carga, posição de encanamentos e órgãos acessórios das canalizações; principais tipos de tubulações hidráulicas, suas características e seu campo de emprego. Instalações elevatórias, bombas, linhas de recalque; golpe de aríete, encanamentos e reservatórios. Redes hidráulicas. Noções de hidrometria. Canais.

Bibliografia Básica:

21. AZEVEDO NETTO, José Martiniano de; ALVAREZ, Guillermo Acosta. **Manual de hidráulica**. 8ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 2v.
22. GILES, Ranald V. **Mecânica dos fluidos e hidráulica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976. 401p.
23. NEVES, Eurico Trindade. **Curso de hidráulica**. 9ed. Porto Alegre: Globo, 1989. 577p.

Bibliografia Complementar:

24. LANCASTRE, Armando. **Manual de hidráulica geral**. São Paulo: Edgard Blucher, 1972. 411p.
25. PIMENTA, Carlito Flavio. **Curso de hidráulica geral**. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1981. 2v.

16 OBRAS DE TERRA (COD. DISCIPLINA -DRH0050)

Unidade Responsável: Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

6.1 Mecânica dos Solos.

Ementa:

Tipos de obras de terra. Aterros, cortes, barragens. Investigações do subsolo para aterro e cortes. Reconhecimento de empréstimos e jazidas. Fatores condicionantes do projeto. Percolação através de aterros. Propriedades de solos compactados. Técnicas construtivas. Controle de construção. Ensaios de campo e de laboratório.

Bibliografia Básica:

1. SIMPOSIO SOBRE INSTRUMENTACAO DE BARRAGENS, 2006. **Anais do simpósio sobre instrumentação de barragens**. São Paulo: Comitê Brasileiro de Barragens, 2006. 721p.
2. SILVEIRA, João Francisco Alves. **Instrumentação e segurança de barragens de terra e enrocamento**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 413p.
3. TSCHEBOTARIOFF, Gregory Porphyriewitch. **Fundações, estruturas de arrimo e obras de terra**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978. 513p.

Bibliografia Complementar:

4. PINTO, Carlos de Sousa. **Curso básico de mecânica dos solos**. 3ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 355p.
5. VARGAS, Milton. **Introdução a mecânica dos solos**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977. 509p.

17 ASTRONOMIA APLICADA (COD. DISCIPLINA – DTR0032)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

4.3 Astronomia de Posição.

Ementa:

Introdução. Determinação da hora. Determinação da latitude. Determinação do meridiano. Determinação da longitude. Insolação em paredes verticais e diagrama de sombra.

Bibliografia Básica:

1. ON. **Anuário do Observatório Nacional**. Rio de Janeiro: DIID. Disponível em: http://www.on.br/conteudo/modelo.php?endereco=coad/diid/biblioteca.html
2. BAKULIN, P. I. **Curso de astronomia general**. Moscou: Mir Moscu, 1987. 567p.
3. FARIA, Romildo Povoa; ALARSA, Flavio. **Fundamentos de astronomia**. 3ed. Campinas, SP: Papirus, 1987. 209p.

Bibliografia Complementar:

4. FARIA, Romildo Póvoa. **Iniciação à astronomia**. 12 ed. São Paulo, SP: Ática, 2004. 48 p.
5. MOURAO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 914p.
6. OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. **Astronomia e astrofísica**. 2 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2004. 557 p.
7. TOURINHO, Plínio Alves Monteiro. **Tratado de astronomia**. Curitiba: Mundial, 1960. 2v.

18 STORETELLING DE DADOS

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

Não tem

Ementa:

Importância do Contexto. Escolhendo um visual eficaz. Identificação e eliminação da saturação. Como dirigir a atenção do público para onde se deseja. Conceitos de design aplicados à comunicação com dados. Dissecagem de modelos visuais. Dicas sobre Storytelling. Estudos de casos.

Bibliografia Básica:

1. KNAFLIC, C. N. Storytelling com dados: Um guia sobre visualização de dados para profissionais de negócios. Traduzido por João Tortello. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. 256p.
2. CHINEN, N. Curso básico de design gráfico. São Paulo: Escala, 2011. 175p.

3. KNAFLIC, C. N. Storytelling with data. Blog. Disponível em: https://www.storytellingwithdata.com/

Bibliografia Complementar:

4. BERENGUERES, J.; SANDELL, M.; FENWICK, A. Introduction to data visualization & storytelling: A guide for the data scientist. Stokes-Hamilton, 2019.
5. XAVIER, A. Storytelling: Histórias que deixam marcas. Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

19 FOTOINTERPRETAÇÃO (COD. DISCIPLINA – DTR0068)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

5.3 Fotogrametria I

Ementa:

Conceito, definição e aplicação da fotointerpretação. Tipos de fotos. Tipos de interpretação de imagens. Interrelação da fotointerpretação com a fotogrametria e outras ciências. Estágios da fotointerpretação. Etapas de um trabalho de fotointerpretação. Aplicação da fotointerpretação. Noções de tonalidade e textura fotográfica. Estruturas e trajetórias. Análise das formas fisiográficas. Padrões de drenagem. Distribuição e tipos de vegetação. Estudo da rede viária. Uso da terra. Cadastro urbano. Estudo integrado de uma área.

Bibliografia Básica:

3. MOFFITT, Francis H; MIKHAIL, Edward M. **Photogrammetry**. 3ed. New York: Harper & Row, 1980. 648p.
4. NOVO, Evlyn M. L. de Moraes. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 2ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 308p.
5. WOLF, Paul R. **Elements of photogrammetry**. Tokio: McGraw-Hill Kogakusha, 1974. 562p.
6. WOLF, Paul R; DEWITT, Bon A; WILKINSON, Benjamin E. **Elements of photogrammetry with applications in gis**. 4ed. Burr Ridge: McGraw-Hill Professional, 2012. 640p.

Bibliografia Complementar:

7. LEHMANN, Gerhard. **Fotogrametria**. Barcelona: Técnicos Associados, 1975. 399p.
8. LOCH, Carlos. **Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1984. 82p.
9. MARCHETTI, Delmar Antonio Bandeira. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo: Nobel, 1978. 253p.

20 InSAR

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

7.3 Sensoriamento Remoto

Ementa:

Princípios e técnicas de Radar. Radar de Abertura Sintética (SAR). Características das imagens SAR. Princípios da interferometria de Radar por satélite (InSAR). Registro de imagens de Radar e criação de interferogramas. Criação de MDT com InSAR. Resolução espacial InSAR. Descorrelação e efeitos atmosféricos. Técnicas multitemporais interferométricas (MT-InSAR) avançadas. Casos de monitoramento de deformação em Geociências e em Engenharia Civil.

Bibliografia Básica:

1. BAMLER, R.; HARTL, P. Synthetic aperture radar interferometry. Inverse Problems, v. 14, n. 4, p. R1-R54, 1998. DOI: 10.1088/0266-5611/14/4/001.
2. FERRETTI, A. Satellite InSAR data: reservoir monitoring from space. The Netherlands: EAGE Publications bv, 2014. 178 p. ISBN: 978-90-73834-71-2.
3. FERRETTI, A.; MONTI-GUARNIERI, A.; PRATI, C.; ROCCA, F. InSAR Principles: Guidelines for SAR Interferometry Processing and Interpretation. ESA Publications, 2007. 250 p. ISBN: 92-9092-233-8.

Bibliografia Complementar:

4. BÜRGMANN, R.; ROSEN, P. A.; FIELDING, E. J. Synthetic aperture radar interferometry to measure Earth's surface topography and its deformation. Annual review of earth and planetary sciences, v. 28, n. 1, p. 169-209, 2000.
5. GABRIEL, A. K.; GOLDSTEIN, R. M.; ZEBKER, H. A. Mapping small elevation changes over large areas: Differential radar interferometry. Journal of Geophysical Research: Solid Earth, v. 94, n. B7, p. 9183-9191, 1989. DOI: 10.1029/JB094iB07p09183.
6. HO TONG MINH, D.; HANSSEN, R.; ROCCA, F. Radar interferometry: 20 years of development in time series techniques and future perspectives. remote sensing, v. 12, n. 9, 2020. DOI: 0.3390/rs12091364.

21 INSTRUMENTAÇÃO TOPOGRÁFICA

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

3.5 Topografia II + 4.4 Ajustamento de Observações I

Ementa:

Introdução ao instrumental topográfico: Trena, Teodolitos, Estação Total, Níveis; Conceituação sobre termos Técnicos utilizados na Metrologia; Verificação e Retificação de Teodolito e da Componente Angular de Estações Totais; Verificação e retificação de Níveis Ópticos e Digitais; Classificação de Níveis Ópticos, Digitais de Teodolitos e da Componente Angular de Estações Totais; (Introdução à) Calibração da componente linear de Estações Totais.

Bibliografia Básica:

1. GHILANI, Charles D; WOLF, Paul R. Elementary surveying: an introduction to geomatics. 13ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011. 984p.
2. RÜEGER, J. M. Electronic distance measurement. 3ª. Edição. Berlin: Springer Verlag, 1996
3. SILVA, I.; SEGANTINE, P. C. L. Topografia para Engenharia: teoria e prática de geomática. São Paulo: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar:

4. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: execução de levantamento topográfico. 2 ed. Rio de Janeiro, 2021. 35 p.
5. FAGGION, P. L. Considerações sobre a Instrumentação Topográfica. Curitiba. 2010.
6. VEIGA, Luis Augusto Koenig; ZANETTI, Maria Aparecida Z; FAGGION, Pedro Luis. Fundamentos de topografia. UFPR: _Engenharia Cartográfica, 2012. 2088p

22 PROJETO DE ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA (COD. DISCIPLINA – DTR124)

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 4.0.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:

6.2 Cartografia Temática + 6.5 Geodésia Espacial + 8.4 Projeto de Estradas

Ementa:
Ante-Projeto de engenharia. Projeto básico de engenharia. Projeto executivo de engenharia. Elaboração de prescrições técnicas e editais. Elaboração de proposta técnica. Elaboração de laudos e pareceres.

Bibliografia Básica:

7. Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. **Manual de contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo**. 2ed. São Paulo: Pini, 2001. 87p.
8. LARA, Francisco de Assis. **Manual de propostas técnicas: como vender projetos e serviços de engenharia consultiva**. 2ed. São Paulo: Pini, 1995. 198p.
9. SALOMO, Jorge Lages. **Contratos de prestação de serviços: manual teórico e prático**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 135p.

Bibliografia Complementar:

10. NOCERA, Rosaldo de Jesus. **Planejamento e controle de obras na prática com o microsoft project 98**. Santo Andre: Técnica de Engenharia, 2000. 313p.
11. WOILER Samsão; MATHIAS Washington Franco. **Projetos: planejamento, elaboração e análise.** São Paulo: Atlas, 2008. 2ed. 304p.

23 TÓPICOS ESPECIAIS I

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem

Ementa:
Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

24 TÓPICOS ESPECIAIS II

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem

Ementa:
Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

25 TÓPICOS ESPECIAIS III

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem

Ementa:
Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

26 TÓPICOS ESPECIAIS IV

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem

Ementa:
Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

27 TÓPICOS ESPECIAIS V

Unidade Responsável: Departamento de Transportes e Geomática

Núcleo de Conteúdos: Específicos	**Créditos:** 2.2.0	**Carga Horária:** 60 h

Pré-requisito:
Não tem

Ementa:
Disciplina de conteúdo variável. Discussão de temas específicos da Engenharia cartográfica e de Agrimensura, complementando e atualizando assuntos já desenvolvidos ou não.

Bibliografia Básica:

Bibliografia Complementar:

12. REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. CNE/CES nº 01/2021 - **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. CNE/CES nº 02/2019- **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.** Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN22019.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução MEC Nº07/2018 estabeleceu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução Nº 1.095, de 29 de novembro de 2017, que discrimina as atividades e competências profissionais do engenheiro agrimensor e cartógrafo e insere o respectivo título na Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional**. Disponível em: https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=64609

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução Nº 1.073, de 19 de abril de 2016, Regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea**. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24775268/do1-2016-04-22-resolucao-n-1-073-de-19-de-abril-de-2016-24775171

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2012. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20(2).pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. CNE/CES 11 - **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em engenharia**. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba-PR, 2011. Disponível em: http://www.cartografica.ufpr.br/home/wp-content/uploads/2011/10/PPP2012_carto_e_agrimensura1.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução N° 278/11 – CEPEX-UFPI**. Teresina, 2011. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/CT/graduação/resolucao278-11-cepex_nde_NUCLEO_DOCENTE_ESTRUTURANTE.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução N° 053/19 – CEPEX-UFPI**. Teresina, 2011. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Resolu%C3%A7%C3%A3o_053_20192019 0514173348.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 3, de 14/10/10, que Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14917&Itemid=866

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/documentos/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia-MG, 2010. Disponível em: http://www.ig.ufu.br/sites/ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Projeto_pedag%C3%B3gico_EAC.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, da Universidade Federal da Bahia**. Salvador-BA, 2009. Disponível em: http://www.geodesia.ufba.br/CursoEngAgrimCartUFBA_Projeto_08_03_2010.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa-MG, 2008. Disponível em: http://www.ufv.br/dec/eam/downloads/eam/projeto_pedagogico_eam.pdf

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução Nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional**. Disponível em: http://www.confea.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=1196

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Regimento Geral da Universidade Federal do Piauí**. Teresina, 2000. Disponível em: http://www.ufpi.br/arquivos/File/estatutos_e_regimentos/regimento_geral_ufpi.pdf

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Decisão Normativa Nº 047, de 16 de dezembro de 1992, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Disponível em: https://normativos.confea.org.br/Ementas/Visualizar?id=601

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. **Resolução Nº 218, de 29 de junho de 1973, que dispõe sobre as atividades de Parcelamento do Solo Urbano, as competências para executá-las e dá outras providências**. Disponível em: https://www.fca.unesp.br/Home/Graduacao/0218-73.pdf

BRASIL. **Lei Nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm

13. APÊNDICES

13.1. Normas de Curricularização da Extensão do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura

Regulamenta as atividades de curricularização da extensão no curso de graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Considerando a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, CNE/CES que estabelece as Diretrizes para a Extensão na educação superior brasileira.

Considerando a Resolução nº 053, de 12 de abril de 2019, CEPEX que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI.

RESOLVE:

Art. 1º Entende-se como extensão no ensino superior as atividades que se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, mediante produção e aplicação do conhecimento, articulados com o ensino e a pesquisa.

Art. 2º As Diretrizes da Extensão na Educação Superior tem como estrutura em sua concepção e prática: a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade; a formação cidadã dos estudantes por meio da vivência de seus conhecimentos; a produção de mudanças na própria instituição de ensino superior e nos demais setores da sociedade a partir da construção e aplicação do conhecimento bem como de outras atividades acadêmicas e sociais.

Art. 3º As Diretrizes da Extensão na Educação Superior tem como estrutura em sua concepção e prática: contribuição na formação integral do estudante como um cidadão crítico e responsável; estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade; promoção de iniciativas que expressam o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas; promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira; apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação e atuação na produção e na construção de conhecimentos atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade do país.

Art. 4º Consideram-se atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Art. 5º São modalidade de atividade de extensão:

I. Programas;
II. Projetos;
III. Cursos e oficinas;
IV. Eventos;
V. Prestação de serviços;
VI. Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina.

Art. 6º As atividades de extensão requerem participação ativa dos discentes na sua promoção, desde o planejamento, organização, execução, avaliação e produção de relatórios finais.

Art. 7º As atividades de extensão compõem 10% da carga horária total do curso, totalizando **420 horas.**

Art. 8º A oferta da atividade curricular de extensão no SIGAA será semestral, obedecendo o calendário acadêmico da UFPI e regramentos da PREXC, submetida através dos Professores Dedicados ou Colaboradores, do Coordenador de Extensão do Curso e/ou do Coordenador do Curso.

Art. 9º É permitido aos estudantes participarem de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior desde que cumpram os requisitos:

I. Envolver diretamente comunidades externas à universidade como público;
II. Estar vinculada à formação do estudante;
III. Serem realizadas presencialmente;
IV. Atender as especificidades do curso e abranger todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
V. Emita certificado com a carga horária do discente juntamente com disponibilização do plano de trabalho deste e a proposta da atividade.

Art. 10º As atividades curriculares de extensão serão submetidas e contabilizadas empregando o módulo de extensão para o lançamento das horas.

§ 1º Os discentes podem cadastrar quaisquer certificados de extensão para serem submetidos a validação através de funcionalidade específica no SIGAA;

§ 2º Cabe a Coordenação de Extensão do curso a avaliação e validação dos certificados submetidos pelos discentes com base nos critérios do Art. 7º.

Art. 11º Deve ser realizada eleição para estabelecimento da "Coordenação das atividades de Extensão" entre os professores que ministram disciplinas específicas no Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 12º Dentre as atribuições da Coordenação de Extensão estão inclusas:

I. Fomentar a extensão no curso mediante levantamento de demanda de discentes e docentes referentes a atividades de extensão;
II. Manter registro de atividades de extensão propostas e realizadas pelo Departamento de Transportes;
III. Notificar os alunos sobre vagas e editais de seleção para projetos de extensão realizados pelo Departamento de Transportes;
IV. Avaliar e validar os certificados de extensão submetidos pelos discentes, bem como solicitar mais documentos se necessário;
V. Encaminhar casos omissos para o Colegiado de Curso.

Art. 13º Estas normas entram em vigor após sua aprovação.

Teresina, 17 de março de 2023

Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI

13.2. Normas para o Trabalho de Conclusão de Curso

NORMAS PARA O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aprovadas pela Portaria Nº 005, de 17 de março de 2023, do Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Portaria supracitada regulamenta a atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fixada no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, do Centro de Tecnologia, desta Instituição de Ensino Superior e dá outras providências.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso é parte dos requisitos necessários para a integralização curricular do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, em que os (as) discentes devem demonstrar a capacidade de articulação das competências inerentes a sua formação, conforme a Resolução CNE/CES Nº 02, de 24 de abril de 2019 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia.

O desenvolvimento do TCC será divido em três etapas:

I. TCC I, com 30 horas para estudos dos fundamentos teóricos metodológicos do TCC, definição do tema e orientação. Tem como pré-requisitos as disciplinas Introdução à Metodologia Científica, Geodésia Espacial, Sensoriamento Remoto e Gestão de Dados Espaciais.

II. TCC II, com 30 horas e pré-requisito TCC I, com a realização de "Seminário de TCC" onde os alunos devem apresentar publicamente seus projetos e a execução parcial deles. O TCC II será coordenado pela Coordenação de Curso e os(as) discentes terão orientadores individuais.

III. TCC III, com 30 horas e pré-requisito o TCC II, nessa disciplina os (as) discentes auxiliados por seus (suas) orientadores (as) finalizarão a execução do projeto de TCC e serão avaliados (as) mediante apresentação para banca examinadora. O TCC III será coordenado pela Coordenação de Curso e os(as) discentes terão orientadores individuais.

§ 2º O TCC é uma atividade acadêmica específica, que corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso.

§ 3º A produção acadêmica poderá ter a forma de monografia ou artigo científico para publicação.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos:

I. Consolidar os conhecimentos adquiridos durante o curso e exigir do aluno demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação de conhecimentos técnicos científico para solução de problemas da área de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

II. Estimular o aprofundamento temático, a consulta bibliográfica, a pesquisa e a produção científica.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso consiste em pesquisa individual ou em dupla, sob orientação de docente com designação para esse fim, relatada na forma de uma monografia ou artigo científico para publicação, nas áreas de conhecimento da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá apresentar caráter abrangente e versará sobre pelo menos uma das áreas específicas do curso (Geodésia, Topografia, Fotogrametria, Cartografia, Astronomia de Posição, Sensoriamento Remoto, Cadastro Territorial, Geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica, Georreferenciamento) ou a aplicação destas em outras áreas afins e correlatas.

CAPÍTULO II – DA MATRÍCULA NO TCC

Art. 6º O/A aluno (a) terá aptidão para se matricular na disciplina TCC I após a aprovação nas disciplinas de pré-requisito (Introdução à Metodologia Científica, Geodésia II, Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informação Geográfica) conforme Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 7º Uma vez realizada a matrícula na disciplina TCC II e TCC III, deve-se efetuar cadastro junto à Coordenação do Curso contendo a definição do tema, plano de desenvolvimento do trabalho e aceite de orientação (Formulário no Anexo I).

I. Caso o discente ou docente resolva interromper a orientação, devem encaminhar a ficha preenchida pelos dois para a coordenação (Anexo II).
II. Para seguir com o mesmo projeto de TCC com a mudança de orientação é necessário concordância do (a) orientador (a) anterior.
III. Caso seja definido um novo projeto, deve-se apresentar este à Coordenação com a assinatura de concordância da nova orientação.

Art. 8º São responsabilidades do aluno:

I. Conhecer estas Normas;
II. Manter o (a) orientador (a) informado (a) sobre o andamento de suas atividades;
III. Apresentar o Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme as prescrições formais e as datas limites especificadas;
IV. Apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso, conforme as prescrições formais e as datas limites especificadas;
V. Apresentar-se para a defesa do Seminário e Trabalho de Conclusão de Curso perante banca examinadora;
VI. Fazer as correções previstas na ata de defesa e entregar a versão final do documento no prazo determinado.
VII. A omissão ou atraso na entrega do cadastro por mais de 30 (trinta) dias, fica configurado abandono de disciplina.

CAPÍTULO III – DA DEFINIÇÃO E NATUREZA DO TEMA

Art. 9º A escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso é livre, desde que se enquadre entre as áreas de atuação da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura e, deve ser definida em comum acordo com o (a) orientador (a).

Art. 10. Não serão aceitos como Trabalho de Conclusão de Curso, relatórios de Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório ou não obrigatório) e relatórios de atividades de extensão ou pesquisa científica ou tecnológica, assim como não será permitido o aproveitamento de estudos de outras disciplinas de mesma natureza, cursadas nesta ou em qualquer outra Instituição de Ensino Superior.

CAPÍTULO IV – DA DEFINIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DE ORIENTAÇÃO

Art. 11. O (a) docente orientador (a) deve pertencer ao quadro de docentes dos Departamentos que ministram disciplinas do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, e poderá acumular o máximo de 05 (cinco) orientações.

I. Caso o (a) orientador (a) julgue necessário o trabalho pode ter coorientação;
II. A coorientação pode ser de docente da UFPI ou outras instituições de ensino superior ou profissional com formação superior específica e experiência comprovada na área de atuação do TCC.

Art. 12. São atribuições de orientação:

I. Definir em conjunto com discente o tema do estudo a ser desenvolvido no TCC;
II. Acompanhar as atividades e orientar os (as) discentes durante o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões periódicas;
III. Presidir a banca examinadora durante a defesa do TCC II e III;
IV. Verificar, antes da entrega da versão final do documento, se as correções sugeridas pela banca examinadora foram feitas pelo aluno.
V. Encaminhar a ata de defesa devidamente preenchida à Coordenação responsável pela disciplina TCC (modelo no Anexo III).

Art. 13. A qualquer tempo, mediante justificativa apresentada por escrito, poderá haver a transferência do graduando para outro professor orientador.

I. Caso discente ou docente resolva interromper a orientação devem encaminhar ficha preenchida pelos dois para a coordenação (Anexo II);
II. Para seguir com o mesmo projeto de TCC com a mudança de orientação é necessário concordância do (a) orientador (a) anterior.
III. A aprovação do projeto (novo ou já em desenvolvimento) pelo novo orientador é requisito para a mudança de orientação;
IV. Caso seja definido um novo projeto, deve-se apresentar este à Coordenação com a assinatura de concordância da nova orientação;
V. Casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 14. Caso um ou mais alunos não consigam orientação, caberá ao Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura a distribuição dos mesmos entre os (as) docentes do Curso.

CAPÍTULO V – DA ATRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA À ORIENTAÇÃO

Art. 15. A orientação será considerada como atividade de ensino, com vistas à produtividade da UFPI e produtividade individual do docente.

§ 1º. Será atribuída a carga horária de 02 (duas) horas semanais pelo exercício da função orientação pela disciplina TCC I.

§ 2º. Será atribuído aos orientadores das disciplinas de TCC II e TCC III, 22,5 (vinte e duas vírgula cinco) horas semestrais por cada aluno orientado, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DO TCC

Art. 16. O Trabalho de Conclusão de Curso, em versão final, deverá atender:

§ 1º Aos critérios técnicos estabelecidos pelas normas da ABNT sobre documentação, no que eles forem aplicáveis;

§ 2º Na sua estrutura formal, à apresentação escrita distribuída nas seguintes partes:

I) Preliminar ou elementos pré-textuais:

a) Capa (obrigatório) – (Fig. 01 do Anexo I): deve conter o nome da instituição, autor, título do trabalho, subtítulo (se houver, esse deve ser em fonte menor do que a utilizada para o título), local (cidade) e ano de defesa (entrega), dispostos nessa ordem. A inclusão de outros elementos ou dados é opcional.

b) Folha de rosto (obrigatório) – (Fig. 02 do Anexo I): deve conter o nome do autor, título com fonte maior do que do autor, nota da monografia com o objetivo do grau pretendido, orientador, local e ano da defesa.

c) Ficha catalográfica (opcional) - constitui-se de um conjunto de informações bibliográficas descritas de forma ordenada, seguindo o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente. Deve ser inserida no verso da folha de rosto. Sua elaboração é de responsabilidade do profissional bibliotecário. Apesar de ser obrigatória somente para dissertações e teses, recomenda-se também no TCC para disponibilização em bibliotecas.

d) Folha de aprovação (obrigatório) – (Fig. 03 do Anexo I): deve conter título e subtítulo (se houver), nome do(a) autor (a) do trabalho, objetivo do trabalho, nome da instituição, nome completo dos membros da banca examinadora, titulação e instituições a que pertencem e local para assinatura dos mesmos, cidade e data de aprovação.

e) Dedicatória (opcional) - trata-se de um pequeno texto onde o autor homenageia ou dedica seu trabalho a alguém. O texto é inserido na parte inferior, alinhado à direita.

f) Agradecimentos (opcional) - texto que manifesta agradecimento a pessoas e/ou instituições que, de alguma forma, colaboraram para a execução do trabalho.

g) Resumo em língua vernácula (obrigatório) - síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa, direta, com o máximo de 500 palavras - deve ressaltar o objetivo, o resultado e as conclusões do trabalho. O resumo é seguido das palavras-chave (no máximo de 6 e separadas por ponto e vírgula) que representam o conteúdo da pesquisa.

h) Resumo em língua estrangeira (opcional) - tradução do resumo para o inglês ou para outra língua estrangeira.

i) Lista de ilustrações (opcional) - relação de gráficos, quadros, fórmulas, lâminas, figuras (desenhos, gravuras, mapas, fotografias), na mesma ordem em que são citadas no texto, com cada ilustração designada por seu tipo e a indicação da folha onde estão localizadas.

j) Lista de tabelas (opcional) - relação numérica das tabelas na mesma ordem em que se sucedem no texto, seguida do título e com a indicação da folha ou folha correspondente.

k) Sumário (obrigatório) - indicação do conteúdo do documento, refletindo suas divisões e/ou seções, na mesma ordem e grafia em que aparecem no texto. Usa-se o termo "sumário" (e não a palavra, índice ou lista) para designar essa parte. Na representação das divisões do sumário, assim como no texto, deverá ser aplicada a numeração progressiva:

Indicativo de seção	Título
1	CAPÍTULOS
1.1	Seção secundária
1.1.1	Seção terciária
1.1.1.1	Seção quaternária
1.1.1.1.1	Seção quinária

II) Corpo do trabalho ou elementos textuais:

O corpo do trabalho divide-se em capítulos, cada um com seções e subseções, que variam de acordo com a natureza do trabalho realizado. Deverá conter pelo menos o capítulo introdutório, em que se delimita e justifica o tema de estudo, contendo seus objetivos; o capítulo de fundamentação teórica; o capítulo de metodologia, em que devem ser apresentados os materiais e os métodos utilizados; a apresentação e discussão dos resultados obtidos (no caso de estudos de casos ou pesquisa) e, por fim, as considerações finais ou conclusões do TCC. Recomenda-se que os textos sejam escritos com os verbos sempre na 3ª (terceira) pessoa.

III) Elementos pós-textuais:

Em papel branco, formato A4 (21,0cm x 29,7 cm), digitados na cor preta, com exceção das ilustrações, no anverso das folhas. Recomenda-se, para digitação, a utilização da fonte *Times New Roman* tamanho 12 para o corpo do texto e tamanho menor 10 para as citações longas e notas de rodapé. As margens das folhas do trabalho devem ser as seguintes: superior de 3,0 cm; inferior de 2,0 cm; esquerda de 3,0 cm e direita de 2,0 cm. Com relação ao espacejamento, todo o texto deve ser digitado com espaço 1,5 (um vírgula cinco), e relativo à paginação, a numeração deve ser inserida na primeira folha de texto, computando-se na contagem as folhas preliminares ao texto desde a folha de rosto.

CAPÍTULO VII – DA BANCA EXAMINADORA DO TCC III

Art. 17. Os trabalhos serão avaliados por bancas examinadoras designadas mediante Portaria do Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, compostas por profissionais qualificados para a área do trabalho:

I. Para o TCC II, a banca será composta por docente de orientação mais um membro avaliador, será presidida pela Coordenação de Curso no Seminário de TCC II.
II. Para o TCC III, a banca examinadora terá em sua composição como presidente o(a) docente responsável pela orientação, o(a) docente de coorientação (caso existir), e mais 2 (dois) membros avaliadores. qualificados na área de estudo do trabalho, indicados pela orientação, sendo preferencialmente um membro interno a UFPI e um externo.
III. Podem fazer parte das bancas examinadoras professores e profissionais qualificados da UFPI ou de outras Instituições com interesse nas áreas de abrangência do trabalho.
IV. Sugere-se que os membros avaliadores sejam um interno à UFPI e outro externo.

Art. 18. Caberá à banca examinadora:

I. Avaliar o documento final de TCC sob o rigor científico e segundo estas normas;
II. Avaliar a apresentação do TCC e o desempenho na arguição perante os membros da banca;
III. Apresentar por escrito, na ata de defesa, a avaliação do TCC, bem como as alterações necessárias ao trabalho, com a finalidade de contribuir para o seu aperfeiçoamento e para o processo de aprendizagem do aluno;
IV. Entregar ao aluno, logo após a divulgação da nota final do TCC, a folha de aprovação devidamente assinada pelos membros da banca examinadora, para ser anexada à versão final da monografia.

CAPÍTULO VIII – DA APRESENTAÇÃO DOS EXEMPLARES DE DEFESA

Art. 19. Nas disciplinas de TCC II e III, os (as) discentes devem entregar 03 (três) vias impressas e encadernadas e em arquivo digital (.pdf) do Trabalho de Conclusão de Curso aos membros da banca examinadora com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias corridos da data marcada para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º A data da defesa será definida pela Coordenação do Curso em conjunto com o (a) orientador (a).

CAPÍTULO IX – DA DEFESA E AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 20. Os Trabalhos de Conclusão de Curso II e III devem ser apresentados publicamente dentre o cronograma de datas definido pela Coordenação do Curso.

I. Para o TCC II será realizado o "Seminário de TCC II" organizado e presidido pela Coordenação do Curso. Este será em um único dia, terá as apresentações dos (as) discentes publicamente em que cada trabalho terá 20 (vinte) minutos para exposição, os membros avaliador e orientador terão 15 (quinze) minutos para as suas considerações cada um.
II. Para o TCC III, o tempo de exposição do trabalho, por parte dos (as) discentes, será de 30 (trinta) minutos e cada membro da banca terá 20 (vinte) minutos para arguição.

Art. 21. A avaliação do TCC II e III será realizada da seguinte forma:

I. Avaliação do documento de TCC: média aritmética das notas de 0 (zero) a 10 (dez), de cada membro da banca examinadora (modelo de ficha de avaliação no Anexo I).

II. Para a aprovação no TCC, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) e proceder a entrega do material detalhado no artigo 22 destas normas.
III. Caso o aluno tenha obtido nota final inferior a 7,0 (sete), será considerado reprovado, devendo matricular-se novamente nesta disciplina e apresentar um novo trabalho.

Art. 22. A ata de defesa deverá ser entregue pelo orientador ao Presidente do Colegiado do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, enquanto a folha de aprovação deverá ser entregue ao aluno após a divulgação da nota final.

CAPÍTULO X – DA ENTREGA DO EXEMPLAR FINAL APÓS A DEFESA

Art. 23. Após a defesa, o aluno aprovado no TCC III terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para entrega do exemplar final do documento de Trabalho de Conclusão de Curso com as alterações solicitadas pela banca examinadora, formalizadas na ata de defesa, composto de 01 (uma) cópia em meio digital, do formulário de encaminhamento à Coordenação do Curso e do Termo de Autorização para Publicação Eletrônica no Sistema de Bibliotecas da UFPI.

I. Fica a critério dos membros da banca examinadora receber suas cópias digitais do exemplar final da monografia com as alterações solicitadas.

II. A cópia digital da monografia deve ser identificada com os nomes do aluno e do orientador, o título do trabalho e o ano de defesa, no formato para publicação. Solicita-se que o aluno encaminhe juntamente com sua monografia, os arquivos gerados no trabalho (arquivos vetoriais, imagens processadas, mapas, etc) para armazenamento da coordenação.

II. A publicação do resultado final no sistema acadêmico fica condicionada à entrega das cópias corrigidas, devidamente conferidas e atestadas pelo (a) professor (a) orientador (a).

CAPÍTULO XI – DO COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 24. A coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) será desempenhada pelo Coordenador ou Vice-coordenadores do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, definição documentada em ATA de Colegiado, e terá as seguintes atribuições:

I. O coordenador de TCC deverá definir o calendário de TCC do semestre, conforme modelo, e divulgá-lo entre os discentes e orientadores;

II. O coordenador de TCC deverá estabelecer formas de comunicação com os discentes e orientadores;

III. O coordenador de TCC deverá orientar discentes e orientadores quanto as normas de TCC do curso, disponibilizando-a na página do curso e enviando os modelos de documentos necessários, como: Ata de defesa, Formulário de encaminhamento de versão final de monografia ou artigo, Termo de autorização de publicação, Portaria de designação e Declaração de participação em banca;

IV. O coordenador de TCC deverá sistematizar o recebimento, armazenamento e o envio semestral dos arquivos digitais dos TCCs ao Sistema de Bibliotecas da UFPI.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os casos omissos serão apreciados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Art. 29. Este regulamento entra em vigor na data de assinatura da Portaria que o aprovou.

Teresina, 13 de março de 2023

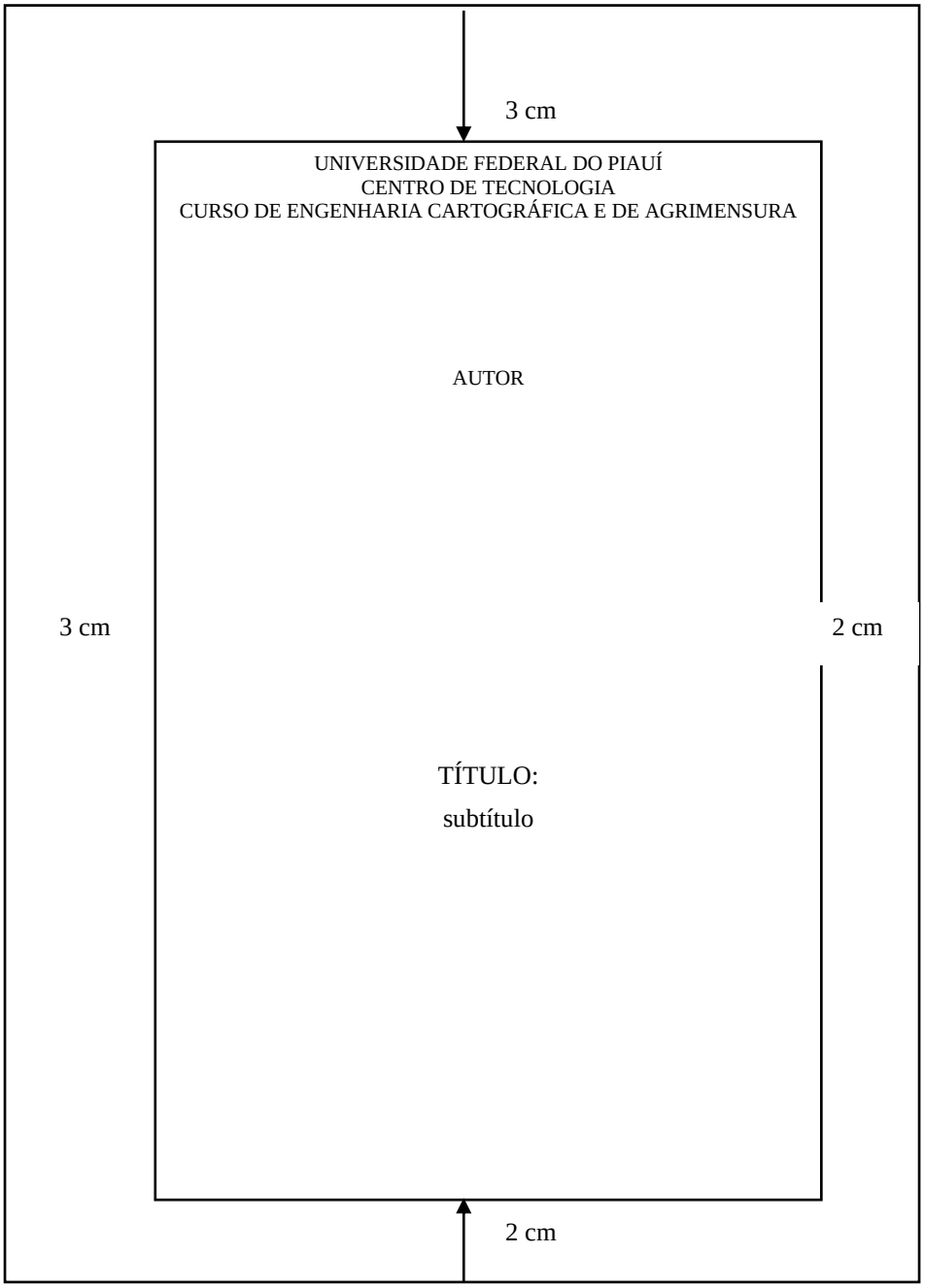
Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI

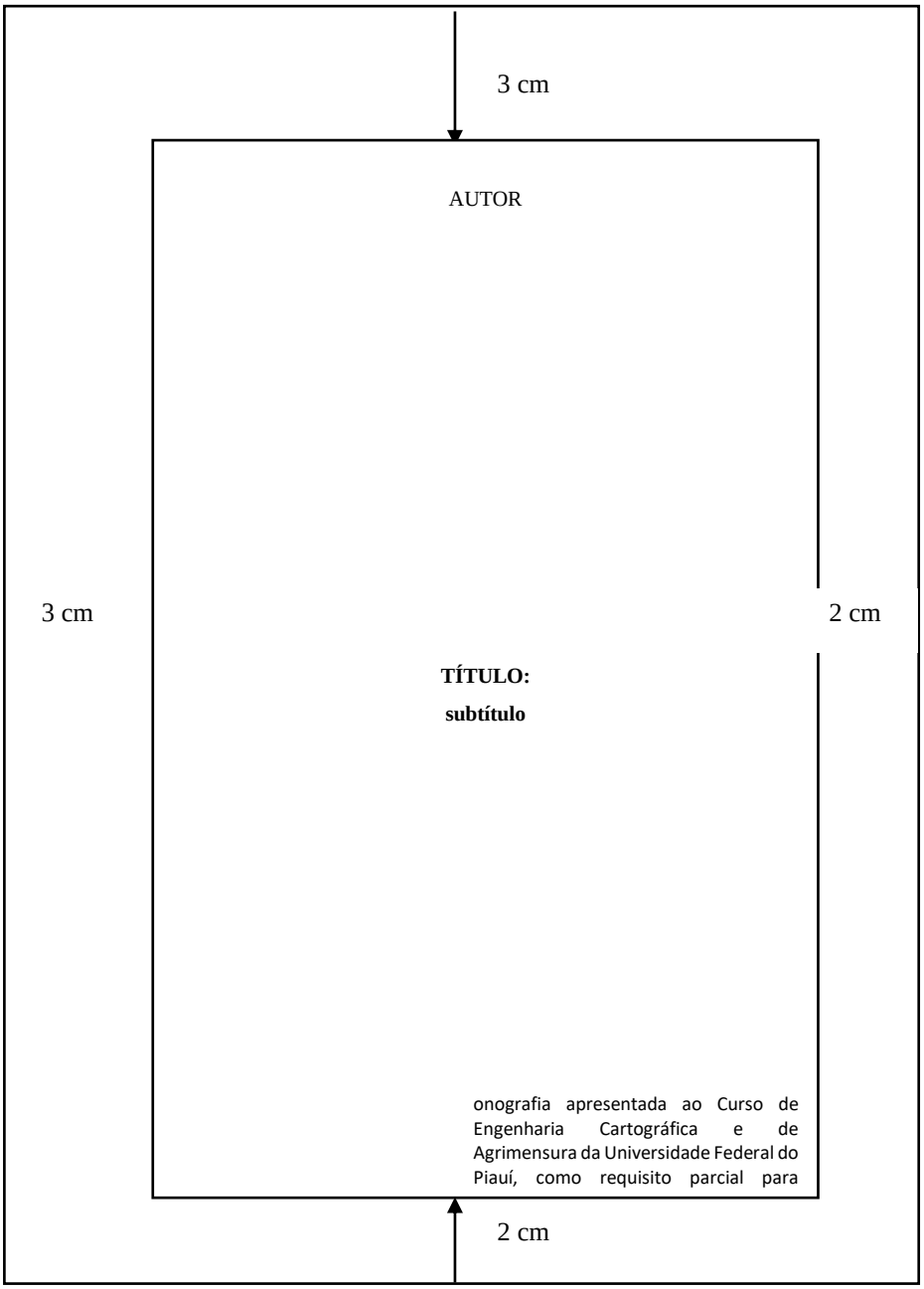
ANEXO I

Figura 01



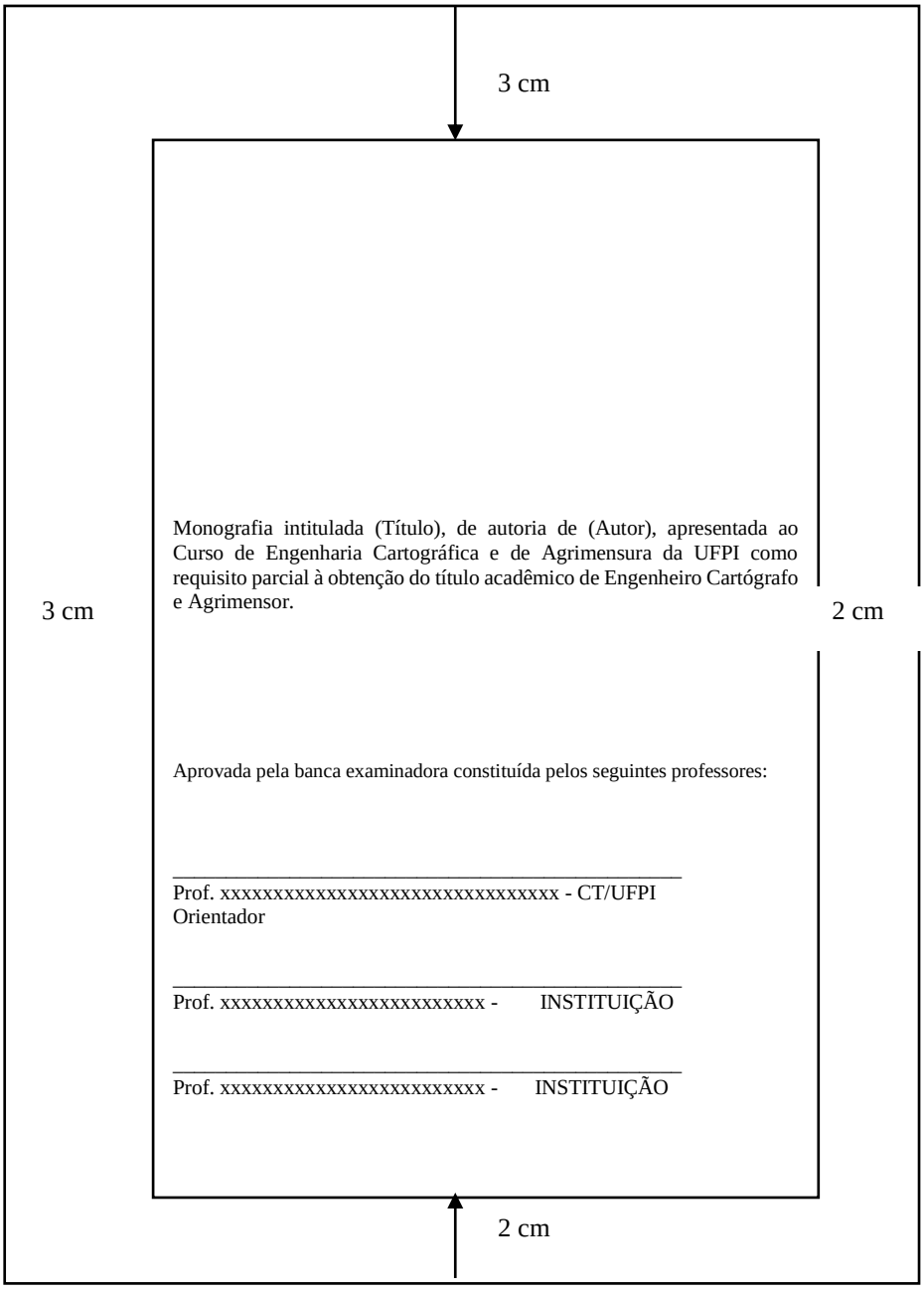
ANEXO I

Figura 02



ANEXO II

Figura 03



ANEXO III – Exemplo de Artigo

TÍTULO EM PORTUGUÊS
Título em inglês

Primeiro Autor[1], Segundo Autor [2] e Último Autor [3]

[1] Estudante; e-mail@e-mail.com.br
[2] Orientador; e-mail@e-mail.com.br
[3] Coorientador; e-mail@e-mail.com.br

RESUMO: Deve ser escrito em português, em parágrafo único, com no máximo 250 palavras. O resumo deve ressaltar sucintamente o conteúdo do trabalho, informando a finalidade, metodologia, resultados e conclusões (NBR 6028).

Palavras-chave: No mínimo 3 e no máximo 5 palavras. Apresentadas em ordem alfabética e separadas por ponto e vírgula e finalizadas por ponto. Exemplo: Cartografia; Geodésia; Agrimensura.

ABSTRACT: resumo no idioma inglês.
Keywords: as mesmas palavras-chave, mas no idioma inglês.

1 Introdução

Esse modelo serve de referência para escrita/organização do artigo científico para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

O artigo deverá seguir as normas da ABNT e conter os elementos e as seções: título em português e inglês, resumo, palavras-chave, abstract, *keywords*, introdução, desenvolvimento e conclusão, considerações finais e referências.

O artigo deve ser digitado em processador de texto Word (arquivo com extensão doc. ou docx) e deve ser digitado em espaço 1,5 entre linhas, tamanho 12, fonte Times New Roman. O artigo completo não deve ser inferior a 15 (quinze) e nem ultrapassar o limite de 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo, resumos, corpo do texto, referências, figuras, tabelas e demais elementos pertinentes.

O título do artigo deve estar centralizado, tamanho 12 em negrito, espaçamento simples, com letras maiúsculas e não ultrapassar três linhas e deve ser seguido de sua tradução no idioma inglês. Os nomes dos autores devem aparecer na sequência ser alinhado à direita, tamanho 12, espaçamento simples, a primeira letra de cada nome em maiúsculo.

Títulos das seções: os títulos das seções do trabalho devem ser posicionados à esquerda sem recuo. Deve-se utilizar texto com fonte Times New Roman, tamanho 12, em negrito, letra minúscula, adicional espaçamento de 1,5 antes e depois dos títulos. Não colocar ponto final nos títulos e subtítulos. As subseções devem aparecer com o recuo do parágrafo.

Os elementos pré-textuais obrigatórios do artigo são: Título em português e inglês, autoria, resumo em português e inglês, palavras-chave em português e inglês.

Na introdução, o artigo deve apresentar o tema, a relevância do estudo, a problemática, objetivos, os principais embasamentos utilizados.

2 Desenvolvimento

O Desenvolvimento tem como objetivo discorrer sobre a temática da pesquisa, é a parte central do artigo, deve ser realizado de forma ordenada e detalhada. Pode ser subdividido em seções (2.1, 2.2, 2. 3) (NBR 6024). Deve-se explicitar as teorias e metodologias empregadas na análise do objeto de pesquisa, utilizando de literatura científica adequada.

Para citações diretas e indiretas utilizar as normas da ABNT (NBR 10520), evitando a reprodução de textos longos, comentando de forma satisfatória as citações utilizadas, sempre estabelecendo ligação com o objeto da pesquisa.

2.1 Essa seção poderá ser subdividida em subseções

As subseções são itens necessários para organizar uma sequência lógica da seção. Uma discussão sem estrutura coerente desagrada ao leitor, sendo conveniente a distribuição dos temas em tópicos e subtópicos.

2.2 Figuras, Esquemas ou Tabelas

Todas as figuras, esquemas, quadros e tabelas, devem vir citados no texto com título na parte superior e ordenada numericamente, como Figura 1, Figura 2, ...Tabela 1, Tabela 2...Esquema 1, Esquema 2... sempre informando a fonte destas.

Figura 1: Brasão da UFPI

Fonte: UFPI (2022)

As Figuras devem ser centralizadas, com boa resolução. No título da Figura deverão constar as informações necessárias, identificando o que representa a Figura.

Tabela 1. O Título é a descrição do conteúdo e do período referente aos dados coletados

Coluna	Variável	Variável
Dados	Dados	Dados
Dados	Dados	Dados

Fonte: é a indicação do responsável dos dados numéricos.

2.3 Equações

As equações devem ser identificadas com algarismos arábicos sequenciais entre parênteses alinhados à direita, junto à margem.

$$X\ 2 + y2 = z\ 2 \quad (1)$$

3 Considerações finais

As considerações finais devem expressar a relação entre os objetivos do trabalho, as hipóteses apresentadas na introdução, e os resultados encontrados. Podem ser explicitadas as limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa em relação ao problema, método, fontes, oferecendo sugestões para estudos futuros.

Referências

Deverão ser identificadas todas as obras utilizadas para a produção do seu texto seguindo as normas da ABNT (NBR 6023).

LOPES, I. V. Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

WALTER, Jennifer K.; HWANG, Jennifer; FIKS, Alexander G. Pragmatic strategies for shared decision-making. **Pediatrics**, Illinois, v.142, suppl.3, s157-s162, 2018. DOI: 10.1542/peds.2018-0516F. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30385622/ Acesso em: 06 de outubro de 2022.

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DO TEMA E DO (A) ORIENTADOR (A)

1. TURMA: _____

2. NOME DO(s) ALUNO(s)

_____Matrícula _____

_____Matrícula _____

_____Matrícula _____

3. TEMA:

_____

_____

_____

4.ORIENTADOR(A):_____

Assinatura do (a) Orientador (a):_____

Assinatura do(s) Aluno(s)

_____

_____

_____

Data: ____/____/____

Observação:

ANEXO V

MUDANÇA DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, sob o número de matrícula _____ e sob a orientação do(a) professor(a) _____, venho solicitar a MUDANÇA DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO transferindo minha orientação para o(a) professor(a) _____, conforme justificativa abaixo.

JUSTIFICATIVA:

Assinatura do(a) aluno(a): _____

Cientes e de acordo,

Assinatura do(a) orientador(a) atual: _____

Assinatura do(a) novo(a) orientador(a): _____

Teresina, ____ de _____ 20__.

ANEXO VI

INTERRUPÇÃO DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, docente do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, sob o número de matrícula _____ solicito a INTERRUPÇÃO DE VÍNCULO DE ORIENTAÇÃO do aluno (a) _____, conforme justificativa abaixo.

JUSTIFICATIVA:

Autorizo que o (a) discente continue a desenvolver o mesmo projeto de TCC na orientação de novo (a) docente.

A Sim **A Não**

_____

Assinatura do(a) orientador(a)

Teresina, _____de _____ 20.

ANEXO VII

FICHA DE AVALIAÇÃO

Graduando: _____

Data de defesa: ____/_____/_____

Examinador:_____

ASPECTOS AVALIADOS	PESO	NOTA
1. Organização e estrutura: ordenação lógica das divisões do Conteúdo.	**1,0**	
2. Redação: linguagem clara, precisa e objetiva.	**1,0**	
3. Abordagem dos temas: adequação no uso de termos técnicos.	**1,0**	
4. Discussão e análise dos temas: interpretação e análise crítica dos resultados obtidos.	**1,0**	
5. Conclusão e considerações finais: embasamento e coerência.	**1,0**	
6. Segurança: apresentação segura e respostas concretas.	**1,0**	
7. Coerência: relacionamento entre o assunto abordado e atividades desenvolvidas.	**1,0**	
8. Objetividade: relato claro sem omissão de dados ou detalhes importantes.	**1,0**	
9. Postura: atividades adequadas durante a apresentação oral.	**1,0**	
10. Recursos técnicos: métodos, técnicas e recursos utilizados na apresentação.	**1,0**	
TOTAL	**10,0**	

Observações:

_____
_____
_____
_____

Data: _____/_____/_____ _____

(assinatura do examinador)

ANEXO VIII

ATA Nº _____

Ao(s) _____ dia(s) do mês de _____ de _____ teve início nas dependências do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado _____
_____
_____, do discente_____ do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, sob a orientação do (a) professor (a) _____, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. A banca examinadora devidamente aprovada pelo Colegiado do Curso foi constituída pelos professores _____ e _____
_____. Após a apresentação e arguição, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos nas Normas para o TCC, e atribuiu a média final _____(_____), sendo considerado(a) _____.
Observações:
_____
_____
_____
_____
_____

Por ser verdade firmamos o presente.

Assinaturas

Professor (a): _____ (Orientador)

Professor (a): _____ (Examinador 1)

Professor (a): _____ (Examinador 2)

Teresina, _____ de _____ de _____.

ANEXO IX

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DO TCC AOS MEMBROS DA BANCA

Ilmo.(a) Sr.(a) _____
Prof.(a) Dr. (a)/MSc./Esp. _____
Universidade....Departamento...
Endereço _____

Prezado(a) Sr.(a),

Ao tempo em que cumprimentamos, solicitamos de V.Sa. a análise do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC incluso, com a finalidade de emitir um parecer como membro da Banca Examinadora. A defesa ocorrerá ____/_____/_____ às _____ horas no prédio _____ sala _____ do Centro de Tecnologia da UFPI.
Se achar necessário, devolva o manuscrito com anotações feitas ou anexe uma folha à mais com as sugestões ao trabalho que julgar pertinentes.
Certos de vossa valorosa colaboração, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Prof.(a) _____
Coordenador (a) do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
Presidente do Colegiado

Teresina, ____/_____/_____

Recebi em, ____/_____/_____

ANEXO X

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DA VERSÃO FINAL AO COORDENADOR DA DISCIPLINA TCC

À Coordenação da disciplina TCC
Prof.(a) Dr (a) Me/Esp.....
Centro de Tecnologia / UFPI

Prezado (a) Coordenador (a)

Encaminho em anexo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso em conformidade com as Normas do TCC de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, como parte integrante para aprovação.
Afirmo que a versão em definitivo inclui as correções feitas a partir das sugestões da Banca Examinadora. Asseguro ainda, que verifiquei seu conteúdo técnico e gramatical para garantir a qualidade do material que será depositado na Biblioteca Comunitária Jorn. Carlos Castello Branco (BCCB) da UFPI.

Atenciosamente,

Autor _____

_____
Assinatura

Prof. (a). Dr(a)./Me/Esp _____
Orientador (a)

ANEXO XI

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para todos os fins de direito, que os professores _____ (professor orientador (a)), _____ (examinador (instituição)) e _____ (examinador (instituição)), participaram da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno _____, intitulado "_____ _____", do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, realizado em ____/_____/____, no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí.

Teresina, _____/_____/_____

_____ Coordenador da disciplina TCC

_____ Coordenador do Curso

13.3. Regulamento do Estágio Supervisionado

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA DE CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso. O estágio curricular do curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura é uma atividade obrigatória, norteada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e o Projeto Político-Pedagógico do curso (Resolução Nº2 CNE/CES 24/04/2019).

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Regulamento de estágio tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais e regras para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em conformidade com o previsto na LEI Nº 11.788, DE 25/09/2008 e pela Resolução nº 177/12 – CEPEX/UFPI.

Artigo 1º O estágio curricular é uma atividade técnico-científica sob supervisão, realizada por estudantes dentro e/ou fora da UFPI visando à aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos desenvolvidos no Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura vinculados à formação acadêmico-profissional.

§ 1º São considerados campos de estágio: unidades pertencentes a UFPI, empresas públicas ou de sociedade mista, empresas/indústrias privadas, órgãos governamentais, instituições de pesquisa ou na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DOS OBJETIVOS

Artigo 2º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório Curso de Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da Universidade Federal do Piauí observará os seguintes princípios:

I. Unidade entre teoria e prática, tendo em vista a superação das dicotomias entre essas dimensões.
II. Parceria entre a universidade e as instituições co-formadoras, assim como entre os profissionais que atuam nesses dois contextos, responsáveis pelo acompanhamento das atividades de estágio.
III. Concretização de experiências de práticas industriais e fabris que contemplem o planejamento, a ação/reflexão/ação.
IV. Articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

CAPÍTULO III
DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 3º A administração do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório na Universidade Federal do Piauí é de responsabilidade da Coordenação Geral de Estágio (CGE) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

Artigo 4º A execução, supervisão e planejamento das atividades de estágio são de atribuição da Coordenação de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

Artigo 5º A Coordenação de Estágio do Curso será formada por docentes orientadores, dentre os quais será escolhido o Coordenador.

§ 1º O Coordenador de Estágio será indicado pelo Colegiado do Curso.

Artigo 6º São atribuições do Coordenador de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura:

I - coordenar a elaboração ou reelaboração de normas ou critérios específicos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
II - informar a CGE/PREG os Campos de Estágio, tendo em vista a celebração de Convênios e Termos de Compromisso;
III - fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;
IV - elaborar a cada semestre, junto com os Docente-Orientadores, as programações de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório que serão enviadas CGE/PREG no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico;
V - orientar e encaminhar os(as) acadêmicos(as) aos Campos de Estágio;
VI - acompanhar o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;
VII - enviar à CGE/PREG, no final de cada período letivo o relatório correspondente ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso.

Parágrafo único: a nomeação do Coordenador de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura deverá ser efetivada por portaria emitida pelo Diretor (a) do Centro de Tecnologia ao qual o estágio está vinculado com vigência de dois anos.

Artigo 7º São atribuições do Docente-Orientador:

O Professor Orientador do estágio deverá ser efetivo do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do discente durante a realização dessa atividade. Esse papel poderá ser executado por mais de um professor, desde que a sua área de atuação coincida com as áreas de orientação de estágio dos alunos matriculados em Estágio Supervisionado. A definição do(s) Professor(es) Orientador(es) acontecerá após o período de matrícula curricular para a vinculação do nome dos docentes a disciplina de Estágio Obrigatório. As suas atribuições são:

I - elaborar junto ao Coordenador de Estágio do Curso a programação semestral de estágios obrigatórios;
II - orientar os alunos, na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio curricular supervisionado obrigatório;

III - acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários;
IV - avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
V - enviar ao Coordenador de Estágio, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios dos(as) acadêmicos(as) sob a sua responsabilidade.

Artigo 8º São atribuições do estudante estagiário:
a) cumprir a carga horária de estágio e todas as atividades previstas no componente curricular regularmente matriculado;
b) respeitar as normas regimentais e disciplinares da instituição onde o estágio for realizado;
c) planejar com o professor orientador e supervisor as atividades do estágio;
d) apresentar a documentação exigida nos prazos estipulados pela Universidade e pelo curso;
e) comparecer aos encontros com o professor orientador;
f) apresentar um relatório ao final do estágio de acordo com as normas institucionais, bem como socializar suas experiências profissionais vivenciadas durante o estágio por meio de apresentação oral.

CAPÍTULO IV
DO SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Artigo 9º O supervisor de campo de estágio é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, responsável neste local pelo acompanhamento do discente durante o desenvolvimento das atividades, tendo como atribuições:
a) orientar e supervisionar os estagiários;
b) avaliar periodicamente o desempenho dos acadêmicos com a utilização dos instrumentos específicos disponibilizados pela UFPI e pelo Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura.

CAPÍTULO V
DA DURAÇÃO, MATRÍCULA E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Artigo 10º O discente, para realizar o estágio curricular supervisionado obrigatório, deverá estar matriculado na respectiva disciplina, correspondendo a 165 horas, como carga horária mínima, e com frequência efetiva no período letivo em curso.

Artigo 11º A matrícula do discente na disciplina Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estará condicionada ao cumprimento dos pré-requisitos previstos no currículo pleno do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura da UFPI.

Artigo 12º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura somente pode ocorrer mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenadoria de Estágio Obrigatório/PREG, em unidades que tenham condições de:
I - proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
II - dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário;
III - existência de convênio entre a UFPI e as instituições co-formadoras.

Parágrafo único. O termo de compromisso de estágio (TCE) constituirá parte do convênio a ser celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

CAPÍTULO VI
DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Artigo 13º A Coordenação de Estágio do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura/UFPI, junto com os professores orientadores do estágio devem elaborar critérios e instrumentos de acompanhamento e avaliação do estágio, visando maior aproveitamento.

Artigo 14º Será considerado aprovado o aluno que cumprir integralmente as atividades de estágio, levando-se em consideração:
I. A avaliação realizada pelo supervisor de campo do estágio, com base no formulário específico encaminhado ao professor orientador, obedecendo ao cronograma da coordenação de estágio de cada curso.
II. A avaliação do professor orientador com base no cumprimento do plano de trabalho, relatório final e apresentação oral.

Artigo 15º Será considerado aprovado no estágio curricular supervisionado obrigatório, o estagiário que obtiver média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e cumprir a carga horária mínima exigida, não sendo permitido para este componente curricular a realização de exame final.

§1º As atividades de estágio não podem ser realizadas através de atividades domiciliares.

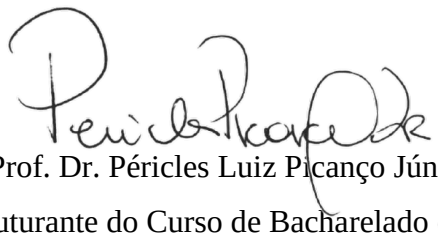
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16º O presente Regulamento poderá ser alterado por meio do voto da maioria absoluta dos membros da Coordenação de Estágio do Curso e Colegiado do Curso.

Artigo 17º Compete à Coordenação de Estágio do Curso dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento, bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Artigo 18º Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, após aprovação em Conselhos Superiores da Universidade Federal do Piauí.

Teresina, 16 de novembro de 2023



Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI

13.4. Relatório NDE Referendando as Referências Bibliográficas

RELATÓRIO NDE REFERENDANDO AS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

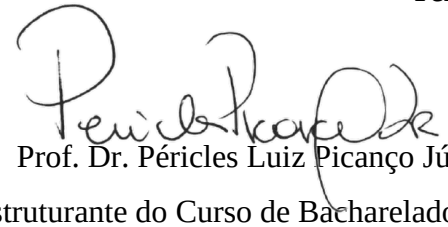
O acervo bibliográfico físico foi tombado e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB, situada no *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64.049-550.

O acervo virtual para o Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura está disponibilizado na biblioteca da UFPI: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; com acessos através dos sites: http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca e https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf; e email: bccb@ufpi.edu.br.

O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno com instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí.

O acervo periódico é constituído por exemplares físicos e por exemplares virtuais para acesso através de assinaturas de periódicos, assim como acesso a publicações de domínio público. Estes periódicos possuem contexto especializado que contemplam as unidades curriculares do curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência, de modo a garantir o acesso e o serviço. Cabe frisar, que estar em processo de aquisição de novos exemplares físicos, compondo um acervo mais atualizado para os discentes.

Teresina, 16 de novembro de 2023



Prof. Dr. Péricles Luiz Picanço Júnior

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura - UFPI

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 613, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Técnico Pedagógico do Programa Segundo Tempo Universitário – PST, da Universidade Federal do Piauí.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho, e considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.058165/2023-29;

RESOLVE:

Aprovar o Projeto Técnico Pedagógico do Programa Segundo Tempo Universitário - PST, da Universidade Federal do Piauí, que visa proporcionar e viabilizar o acesso e a permanência às práticas esportivas e corporais a estudantes da Universidade Federal do Piauí, oferecendo múltiplas vivências das atividades corporais e dos esportes, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 19 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 614, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova o Projeto Mulheres Mil, a ser executado pelos Colégios Técnicos da Universidade Federal do Piauí.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho, e considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.058436/2023-84;

RESOLVE:

Aprovar o Projeto Mulheres Mil, a ser executado pelos Colégios Técnicos da Universidade Federal do Piauí, que visa promover a formação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, de forma a possibilitar sua inserção no mercado de trabalho e fortalecer sua autonomia, conforme processo acima mencionado.

Teresina, 19 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete do Reitor

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 615, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

Aprova Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Medicina de Família e Comunidade, da Universidade Federal do Piauí, em parceria com o Ministério da Saúde através da rede Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS).

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições **ad referendum** do mesmo Conselho e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.060748/2023-31;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Medicina de Família e Comunidade, do departamento de Biofísica e Fisiologia, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal do Piauí, na modalidade à distância, para a formação de médicos inseridos no Programa Mais Médicos pelo Brasil, em parceria com o Ministério da Saúde através da rede Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), conforme projeto pedagógico anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando a urgência pela necessidade do empenho em tempo hábil do Termo de Execução Descentralizada (TED) a ser celebrado após a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso.

Teresina, 19 de dezembro de 2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315

Digitally signed by GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315
DN: cn=GILDASIO GUEDES FERNANDES:07757956315, c=BR, o=ICP-Brasil, ou=PRESENCIAL, email=guedes@ufpi.edu.br
Date: 2023.12.20 11:40:50 -03'00'

TERESINA/PI

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Projeto pedagógico do curso de Especialização em MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE, do departamento de Biofísica e Fisiologia /Centro de Ciências da Saúde, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

Dezembro/2023

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

Reitor da UFPI

Prof. Dr. Viriato Campelo

Vice-Reitor(a) da UFPI

Prof. Dr. Arquimedes Cavalcante Cardoso

Diretor do Centro de Ciências da Saúde (CCS-UFPI)

Profª. Drª. Waldilleny Ribeiro De Araujo Moura

Chefe do Departamento de Biofísica e Fisiologia

PARCERIA

UNA-SUS/MINISTÉRIO DA SAÚDE

1. EQUIPE

1.1 COORDENADOR INSTITUCIONAL DE GESTÃO DA OFERTA

Nome: Lis Cardoso Marinho Medeiros

CPF: 208.042.533-15

SIAPE: 1167577

Regime de trabalho: Dedicação exclusiva

Setor de lotação: Departamento de Biofísica e Fisiologia

E-mail: lismarinho10@gmail.com

Telefone: 86 98104-5607

Área/subáreas de atuação: Saúde / Formação de Recursos Humanos

Graduação: Enfermagem, (UFPI, 1985) e Odontologia (UFPI, 1991)

Pós-graduação: Mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 1991); Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2001); Especialização em Curso de Formação Pedagógica (MS, 2004); e, Especialização em Saúde Pública (UFPI, 2016).

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Docente do Departamento de Biofísica e Fisiologia da UFPI (1985-atual); Coordenadora Adjunta UNASUS-UFPI (2013-2018); Coordenadora Executiva UNASUS-UFPI (2019-atual).

Endereço eletrônico do currículo *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/4773333384743803

1.2 COORDENADORA DE ATIVIDADE TRANSVERSAIS

Nome: SALETE MARIA DA ROCHA CIPRIANO BRITO

CPF: 32430833387

SIAPE: 0423597

Regime de trabalho: Dedicação exclusiva

Setor de lotação: depto BIOQUIMICA E FARMACOLOGIA

E-mail*:saleteunasus@gmail.com*

Telefone: 998028484

Área/subáreas de atuação: Saúde / Formação de Recursos Humanos

Graduação: FARMÁCIA

Pós-graduação: FARMÁCIA

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional

Graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1987). Habilitada em Análises Clínicas e Toxicológicas pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1988). Mestre em Ciências (Área de concentração:Bioquímica) pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP, 1995) e Doutora em Ciências (área de concentração: Bioquímica) pela FMRP-USP (2000). É Professora de Bioquímica da UFPI desde 1989. Uma das fundadoras do Programa de Pós-graduação em Farmacologia (Mestrado). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Piauí onde ministra as disciplinas de Bioquímica Médica no Curso de Bacharelado em Medicina, Bioquímica-Enfermagem (Graduação. Fundadora do Programa de Farmacologia (Mestrado Acadêmico). Publicou trabalhos na área de Bioquímica, como também em Farmacologia de Produtos Naturais envolvendo metabolismo intermediário, diabetes, inflamação e estresse oxidativo. Foi orientadora da Liga Acadêmica de Bioquímica Médica-LABIM/UFPI. Nos últimos anos, tem trabalhado em atividades de Ensino à Distância (EaD) na Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS/UFPI) como Tutora e depois Supervisora na Equipe de Material Didático do Curso de Especialização em Saúde da Família e Comunidade. Atualmente, é Coordenadora Adjunta do Programa UNA-SUS/NUEPES/UFPI.

Endereço eletrônico do currículo *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/4801025359764396

OUTROS MEMBROS

1.3 SUPERVISOR DE GESTÃO DA OFERTA

Adriana Maria Viana Nunes

1.4. SECRETÁRIA ACADÊMICA

Zulmira Lúcia Oliveira Monte

1.5. COORDENADORA DE TUTORIA ON LINE

Dorcas Lamonier Costa

1.6 SUPERVISOR DE TUTORIA ON LINE

Zulmira de Sousa Martins

1.7. ADMINISTRADOR DO AVA/MOODLE

Anathalia Cristina Santana de Sousa

1.8. DESENVOLVEDOR FULL STACK JUNIOR

TAISON MARTINS ALMEIDA

DESENVOLVEDOR FULL STACL PLENO

JAMES DA LUZ DIAS

A ser selecionado

SECRETARIA DE APOIO A GESTÃO (2)

ADMINISTRADOR AVA/MOODLE (1)

APOIO OPERACIONAL (1)

TUTOR MÉDICO (40)

GERENTE DE REDE (1)

APOIO OPERACIONAL (1)

PÚBLICO-ALVO

Público alvo:

Para este curso são esperados, como público-alvo, profissionais, na sua grande maioria, recém-formados em medicina, com pouca experiência ou nenhuma experiência profissional, com CRM Brasil válido, que desejam se tornar especialistas em Medicina de Família e Comunidade por meio do programa Mais Médicos pelo Brasil

a) Pré-requisitos

Estarem inscritos e efetivados no programa de provimento Médicos pelo Brasil e listados em comunicação oficial entre Ministério da Saúde e UFs executoras.

b) Seleção

Por estar atrelado ao projeto de provimento do Ministério da Saúde, o processo de seleção dos profissionais estudantes para ingresso no curso de especialização ficará a cargo da agência de provimento.

c) Homologação

O processo de homologação será considerado finalizado e o profissional estudante oficialmente matriculado, mediante envio de documentação, conforme requisito das UFPI.

2. CARGA HORÁRIA

Total de carga horária mínima do curso	1365 h
Total de carga horária máxima do curso	1440 h
Total de carga horária para TCC	45h
Índice de absenteísmo aceito	25%

3. PERÍODO E PERIODICIDADE

A duração do curso não ultrapassará o período de dois anos e as turmas deverão ter início imediato, de acordo com as demandas divulgadas pela agência de provimento.

A oferta terá o total de 102 semanas de curso, mais 1 semana para apresentação de TCC.Nº de vagas 500

4. ESTRUTURA CURRICULAR

Projeto Ministério

5. CONTEÚDO

Projeto Ministério

12. CORPO DOCENTE

a. **Nome** ZULMIRA LUCIA OLIVEIRA MONTECPF: 09634029353
Titulação: doutora

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

E-mail: zulmira@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Saúde Coletiva 4.06.00.00-9

Graduação: Enfermagem UFPI

Pós-graduação: CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS pela Universidade Federal doCeará (UFC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui Graduação em ENFERMAGEM pela Universidade Federal do Piauí (1979), Mestrado em SAÚDECOLETIVA pela UFPI, em convênio com a ENSP/FIOCRUZ (2001) e Doutorado Interinstitucional em CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defesa da tese em dezembro de 2014. Professora de Anatomia Humana para os cursos de Enfermagem e Medicina, no Departamento de Morfologia - CCS/UFPI. Tem experiência na área de Morfologia, com ênfase em Anatomia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: enfermagem e anatomia humana (aparelho locomotor, neuroanatomia e esplancnologia)

b. **Nome**: MARIA DO CARMO CARVALHO E MARTINS
CPF:228.010.653-15

Titulação: doutora

Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

E-mail: carminhamartins@ufpi.edu.br

Área/subáreas de atuação: Farmacologia de produtos naturais; Alimentos eNutrição; Saúde Coletiva

Graduação: Nutrição, Universidade Federal do Piauí

Pós-graduação: Especialização em Pesquisa Clínica Aplicada - Faculdade de Educação em Ciências da Saúde, FECS; **Mestrado em Fisiologia -** Universidade Federal de Pernambuco; **Doutorado em Ciências Biológicas (área de concentração: Farmacologia, Fisiologia e Química Medicinal)** - Universidade Federal de Pernambuco; **Pós-doutorado em Nutrição -** Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, FSP - USP

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Professora titular do Departamento de Biofísica e Fisiologia da UFPI. Docente permanente dos programas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Farmacologia e em Alimentos e Nutrição da UFPI Professora do Mestrado Profissional em Saúde da família do Centro Universitário UNINOVAFAPI, onde ministra a disciplina de Bioestatística e Epidemiologia.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3855844764232542

c. **Nome**: FRANCISCA MIRIANE DE ARAÚJO BATISTA
CPF: 024.166.333-41

Titulação: Mestre em Engenharia Biomédica (UNIVAP-SP/ 2013)

Instituição de vínculo: Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados - CIATEN

E-mail:mirianearaujo@hotmail.com

Área/subáreas de atuação: Epidemiologia/Saúde Coletiva

Graduação: Biomedicina (UNINOVAFAPI – ANO 2009)

Pós-graduação: Especialista em Vigilância em Saúde (UESPI/2011), Mestre em Engenharia Biomédica (UNIVAP-SP/ 2013) e Doutoranda em Biotecnologia (UFPI/2017)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Docente do Ensino Superior nos cursos de Enfermagem e Fisioterapia da FaculdadeCHRISFAPI (2010-2014). Coordenadora do PET-SAÚDE/MS (2013 a 2015).

Tutora da Especialização em Gestão em Saúde/UESPI (2015) e tutora na Especialização em Saúde da Família e Comunidade UNA-SUS/UFPI (2016 a 2019). Coordenadora da 3º Regional de Saúde (2012 a 2014) / Secretária Executiva da CIR do Território dos Cocais. Assessora Técnica da Coordenação de Programas e Projetos da Secretaria Municipal de Saúde de Piripiri (2013-2015). Assessora de planejamento em saúde da Secretária Municipal de Esperantina (2015 a 2017). Assessora de planejamento em saúde da Secretária Municipal de Pedro II (2013 a 2016). Técnica da Vigilância em Saúda da Secretaria Municipal de Saúde Lagoa de São Francisco (2014 a 2016). Gerente de Vigilância em Saúde da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (2015 a 2019) / Apoiadora Estadual das Comissões Intergestoras do Estado do Piauí;

Endereço do currículo *Lattes*: http://lattes.cnpq.br/2072547853578344

d. Nome: LIS CARDOSO MARINHO MEDEIROS
CPF: 208.052.633-15

SIAPE: 1167577

Titulação: Doutorado em Enfermagem (UFRJ, 2001)
Setor de lotação: Departamento de Biofísica e Fisiologia
Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí

Unidade acadêmica de lotação: Centro de Ciências da Saúde

E-mail: lismarinho10@gmail.com
Área/subáreas de atuação: Saúde
Graduação: Enfermagem/ Odontologia

Pós-graduação: graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (1984), graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (1991) e doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001).

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (1984), graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba (1991) e doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professora Titular de Biofísica da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência com formação de recursos humanos para o SUS, com o ensino à distância e fitoterapia. Atualmente está na coordenação adjunta do Mestrado Profissional em Saúde da Mulher e coordena a Especialização em Saúde da Família e Comunidade. Faz parte da parte da Rede Evipnet com o projeto que coordena: Estratégias para redução da Mortalidade Materna no estado do Piauí e atua como Coordenadora Executiva da UNA-SUS-UFPI.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4773333384743803

e. Nome: ADRIANA MARIA VIANA NUNES

CPF: 44450770382

Titulação: Doutora

Instituição de Vínculo: UFPI

e-mail: adriananunes@ufpi.edu.br

Área de atuação: Fisiologia, biofísica, patologia, histologia e farmacologia

Graduação: Odontologia pela UFPI 1997

Pós-graduação: Biologia Estrutural e funcional pela Universidade Federal de SãoPaulo (UNIFESP)

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí (1997). é especialista em Morfologia pela UFPI (2004), especialista em Formação Pedagógica na Área de Saúde (2007) e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI (2006) e possui doutorado em Ciências no Programa da Pós-Graduação em Biologia Estrutural e Funcional pela UNIFESP e é professora adjunta - A, lotada no CCS/Biofísica e Fisiologia da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência nas áreas de Fisiologia Humana e morfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Fisiologia Humana, Farmacologia, Histologia e Patologia Geral.

f. NOME:ROSIMEIRE FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 011181196-40

Titulação: Doutora

Instituição de Vínculo: UFPI

e-mail: rosimeiref@gmail.com

Área de atuação: Farmacologia

Descrição sucinta da experiência profissional Graduação em Farmácia pela Universidade Federal da Paraíba (2003), mestrado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos na área de Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba (2006) e Doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos na área de Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Tem experiência na área de Farmacologia pré-clínica, com ênfase em Músculo Liso, atuando principalmente nos seguintes temas: Plantas medicinais, atividade espasmolítica, efeito relaxante, canais de potássio e canais de cálcio. Atualmente é professora Adjunto III do Departamento de Bioquímica e Farmacologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Farmacologia (UFPI) e professora Permanente no Programa de Pós-graduação em Saúde da Mulher (Mestrado Profissionalizante) (UFPI).

n) **Nome**: ZENIRA MARTINS SILVA
CPF: 22690565315

Titulação: MESTRE

Setor de lotação: SESAPI

Instituição de vínculo: SESAPI

Unidade acadêmica de lotação: MESTRADO SAUDE DA MULHER

E-**mail**: zeniramartins@hotmail.com

F-**Área/subáreas de atuação: EPIDEMIOLOGIA/ SAUDE DA MULHER**
Graduação: SERVIÇO SOCIAL

Pós-graduação: SAUDE PÚBLICA

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional:

Graduada em SERVIÇO SOCIAL pela Universidade Federal do Piauí (1993). Especialista em saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Osvaldo Cruz. Mestre em Saúde Pública também pela Fundação Osvaldo Cruz em 2008. Trabalho na Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí na área de Epidemiologia - Estatísticas Vitais - e Informação em Saúde. Coordenação a nível local em pesquisa na área de mortalidade, sob a Coordenação geral da FIOCRUZ. Tutora a distância do Curso de Formação em Vigilância do Óbito com carga horáriade 180 no período de junho de 2013 a fevereiro de 2014; e no período de agosto de 2014 a fevereiro de 2015. Professora Colaboradora do Mestrado ´Profissional em Saúde da Mulher da Universidade Federal do Piauí desde de 2015., ministrando a disciplina Indicadores de Saúde. Membro da equipe UNA SUS - UFPI. Membro da equipe que UNA-SUS, seleciona o material didático da Especialização em

Saúde da Família. Coorientadora da dissertação de Mestrado "O IMPACTO DAS AÇÕES DA REDE CEGONHA NA MORTALIDADE MATERNA". **Lattes:**

http://lattes.cnpq.br/8037971908654247

o) **Nome**: IONE MARIA RIBEIRO SOARES LOPES
CPF: 06639860368

SIAPE: 0423584

Regime de trabalho: Tempo Integral-TI 40

Setor de lotação: Departamento materno infantil

E-mail: ionelopes@ufpi.edu.br e ione.gin@hotmail.com

Telefone: 86 999889927

Área/subáreas de atuação: GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

Graduação: MEDICINA

Pós-graduação: Doutorado em Medicina/Ginecologia (UNIFESP-2014).

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8988639284440179

p) **NOME** : SALETE MARIA DA ROCHA CIPRIANO BRITO
CPF: 324.308.333.87

SIAPE: 423597

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Setor de lotação: Departamento de Bioquímica e Farmacologia

E-mail: saleteunasus@gmail.com
Área/subáreas de atuação: Farmácia
Graduação: Farmácia

Pós-graduação: Doutorado

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Graduada em Farmácia pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1987). Habilitada em Análises Clínicas e Toxicológicas pela Universidade Federal do Ceará-UFC (1988). Mestre em Ciências (Área de concentração: Bioquímica) pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP, 1995) e Doutora em Ciências (área de concentração: Bioquímica) pela FMRP-USP (2000). É Professora de Bioquímica da UFPI desde 1989. Uma das fundadoras do Programa de Pós- graduação em Farmacologia (Mestrado). Atualmente é

Professora Titular da Universidade Federal do Piauí onde ministra as disciplinas de Bioquímica Médica no Curso de Bacharelado em Medicina, Bioquímica-Enfermagem (Graduação. Fundadora do Programa de Farmacologia (Mestrado Acadêmico). Publicou trabalhos na área de Bioquímica, como também em Farmacologia de Produtos Naturais envolvendo metabolismo intermediário, diabetes, inflamação e estresse oxidativo. Foi orientadora da Liga Acadêmica de Bioquímica Médica- LABIM/UFPI. Nos últimos anos, tem trabalhado em atividades de Ensino à Distância (EaD) na Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA- SUS/UFPI) como Tutora e depois Supervisora na Equipe de Material Didático do Curso de Especialização em Saúde da Família e Comunidade. Atualmente, é Coordenadora Adjunta do Programa UNA-SUS/NUEPES/UFPI

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4801025359764396

13. ENCARGOS DOCENTES

Projeto Ministério

14. CRONOGRAMA

O cronograma das atividades do curso está previsto para a sua execução da seguinte forma:

Atividade	Período/Data
Divulgação do curso	Janeiro e Fevereiro
Fase de matricula	Fevereiro
Aula inaugural	Março

I. Eixo 3 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais - 90 h	A definir
II. Eixo 4 - Atenção à Saúde - 315 h	A definir
III. Eixo 5 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais - 60 h	A definir
IV. Eixo 6 - Procedimentos e organizações específicas do cuidado - 90 h	A definir
V. Eixo transversal – Módulos Eletivos - 120 h	A definir
Atividades Complementares 480 h	A definir
Trabalho de Conclusão Curso - 45 h	A definir

15. METODOLOGIA

Dentre os princípios a serem considerados para o desenvolvimento desse Curso, pode- se destacar a formação profissional para a cidadania, a integração disciplinar e a relação orgânica entre teoria e prática. Acredita-se que a construção de espaços plurais que aproximam participantes de múltiplas trajetórias e experiências, cientes de sua responsabilidade social, com expertises diversas e preocupados com a apropriação do conhecimento e produção de algo que seja aplicado a sua prática, será ambiente propício para a transformação das práticas de saúde.

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem do Curso seguirá múltiplas referências, com variadas bases teórico-metodológicas, fundamentadas particularmente nos pressupostos e estratégias pedagógicas oriundos do(a):

a) aprendizagem significativa (AGRA et al, 2019)
b) construtivismo (BECKER, 1993)
c) ensino-aprendizagem baseado em problemas concretos (BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, 1995)
d) pedagogia crítica e emancipatória (FREIRE, 2011)

Assim, busca-se desenvolver estratégias para reconhecer as necessidades e demandas do grupo de participantes envolvidos, possibilitar o diálogo com cada um deles, suas experiências e expertises, produzir o conhecimento de forma coletiva e participativa, diante do cenário e contexto específicos e baseados em problemas concretos.

O curso obedecerá a modalidade semi-presencial. Caso a pandemia não diminua, estes encontros serão realizados por webconferência.

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

No que diz respeito à infraestrutura física, será utilizada a estrutura do Departamento de Biofísica e Fisiologia e do Mestrado Saúde da Mulher do Centro de Ciências da UFPI:

1 secretaria geral / secretaria de coordenação* 1

sala de aula*

1 biblioteca setorial*

*Todas essas instalações constituem áreas de acesso para pessoas com necessidades especiais.

No que diz respeito aos recursos tecnológicos, serão utilizados 2 equipamentos de multimídia.

Aliado a isso, conta-se com estrutura tecnológica de atividade remota, Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica (SIGAA), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Teems e Google Meet.

17. SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As verificações parciais de desempenho serão feitas por cada docente, incluindo aspectos como: assiduidade, atendimento à proposta de cada atividade, cumprimento do prazo, qualidade do material apresentado e participação em atividades. O resultado (nota) de cada disciplina será registrado no SIGAA, sendo a nota mínima 6,0 (aprovativa). Entregues todos os trabalhos, o responsável pela disciplina alimentará o SIGAA com as notas que a secretaria do curso utilizará para a composição do histórico do especializando.

Para efeito do julgamento de direitos e deveres dos alunos relativos à avaliação, serão considerados os parâmetros estabelecidos na resolução CEPEX/UFPI nº 131/CEPEX/05. Os especializandos responderão a um questionário de avaliação docente, bem como em relação à coordenação do curso, atendimento administrativo e as instalações físicas.

18. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Farão jus ao certificado dos Cursos de Pós-graduação lato sensu, os alunos que obtiverem frequência mínima de 75% (setenta e cinco) da carga horária de cada disciplina e 60% (sessenta) de nota mínima obtida por meio de processo formal de avaliação. O controle da frequência será levado e contabilizado diretamente por cada professor ministrante de disciplina.

19. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Para a integralização curricular, o especializando deverá cumprir a carga horária referente aos créditos de cada disciplina, assim como apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), avaliado por banca examinadora composta pelo Professor Orientador e dois outros professores do curso ou convidados.

O TCC deverá ser apresentado na forma de artigo científico, cuja nota seguirá os mesmos critérios da avaliação do desempenho do especializando, sendo condição para a conclusão do curso e recebimento do respectivo Certificado. As normas de elaboração e apresentação do TCC (artigo científico) serão apresentadas em disciplina específica.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é requerido obrigatoriamente para a aprovação e certificação final do participante. Trata-se de um trabalho individual ou em dupla, escrito em geral durante o curso sobre a temática estudada em que o participante revele a incorporação de seus aspectos teóricos, conceitual, metodológico, tecnológico, político, entre outros.

Poderá ser desenvolvido e apresentado no seguinte formato:

- projeto de intervenção, apontando as evidências científicas mais adequadas ao problema identificado na saúde da mulher.

O formato do TCC deverá será artigo científico resultante do projeto de intervenção, sempre seguindo as normas de formatação e apresentação da ABNT ou Vancouver referente à elaboração de publicação científica.

Cada especializando ou dupla, terá(ão) um professor orientador, especialista no tema e/ou abordagem metodológica, que se tornará responsável pelo acompanhamento da produção do TCC.

Sua entrega deverá acontecer ao final do curso e dentro do prazo. Deve constituir-se em um trabalho com profundidade compatível com o nível de pós-graduação, sendo obrigatória a defesa pública perante banca examinadora.

São critérios de composição de banca examinadora:

- o professor orientador;
- um professor do programa de pós-graduação;
- um professor visitante (de um outro programa de pós-graduação da mesmaInstituição de Ensino Superior ou de uma outra);
- um professor suplente.

Com parecer favorável do orientador, o especializando deverá entregar 01 cópia do artigo a cada um dos membros da banca.

A exposição final do TCC, opcionalmente para cada curso, pode ser oral para o público interno e externo e o participante deve apresentar a versão final do seu TCC após vinte dias com as sugestões da banca integradas ao trabalho.

Para os TCCs que envolvam seres humanos é imprescindível a aprovação prévia noComitê de Ética da UFPI /HU e ou comitês das instituições pesquisadas, segundo anatureza do estudo.

A nota do trabalho seguirá os mesmos critérios da avaliação de desempenho do especializando, sendo condição para conclusão do curso e recebimento do certificado. Após a

apresentação, o artigo poderá ser enviado a uma revista de escolha do aluno em acordo com o orientador, não obrigatório o envio.

O especializando que não atingir a nota mínima de 6 (seis) pontos no Trabalho de Conclusão de Curso, terá um prazo de até 30 (trinta) dias após a divulgação da referida nota, para correção das falhas apresentadas pela banca examinadora.

20. CERTIFICAÇÃO

Será concedido o certificado de conclusão do curso de Pós-graduação / Especialização em Medicina de Familia e Comunidade ao especializando que tiver cursado todas as disciplinas de cada módulo com nota mínima de 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina, bem como a aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso.

Os certificados serão emitidos pela própria UFPI, nos termos da Resolução do CEPEX da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação, que estabelece normas para o funcionamento de Cursos de Pós-graduação ***Lato sensu*.**

21. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores para avaliação desse programa de pós-graduação deverão ser:

a) Número de alunos a serem formados, sendo que serão oferecidas 100 (cem)
b) A expectativa média de evasão deverá ser em torno de 20% (vinte por cento);
c) A produção científica: qualidade e características teórico-metodológicas do vagas;

trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos produzidos pelos discentes;

d) Avaliação do corpo discente e docente.

REFERÊNCIAS

Projeto Ministério

PLANO DE APLICAÇÃO

Será apresentado após o TED que será firmado após a aprovação do projeto

PLANO PEDAGÓGICO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

(Lato sensu – Especialização – Medicina de Família e Comunidade)

Sumário

1) Instituição responsável 5
2) Identificação do curso 5
3) Concepção do curso 5
4) Princípios Pedagógicos 7
5) Objetivo geral do curso 8
6) Perfil do egresso e áreas de atuação 8
7) Público-alvo 8
   a) Características gerais do público-alvo 8
   b) Pré-requisitos 8
   c) Seleção 9
   d) Homologação 9
8) Período e periodicidade da oferta 9
9) Concepção curricular 9
10) Ementário 10
   I. Eixo 1 - Princípios e Fundamentos do SUS e da Atenção Primária à Saúde 10
   II. Eixo 2 - Ferramentas da Medicina de Família e Comunidade 11
   III. Eixo 3 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais 13
   IV. Eixo 4 - Atenção à Saúde 15
   I. Epidemiologia Leptospirose 20
   II. Conceito, formas de transmissão da Leptospirose 20
   III. Manifestações clínicas e específicas da Leptospirose 20
   IV. Diagnóstico 20
   V. Leptospirose no contexto das síndromes febris agudas 20

VI. Indicações para internação hospitalar 20
VII. Quimioprofilaxia 20
VIII. Prevenção e vigilância em saúde na APS 20
V. Eixo 5 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais 31
VI. Eixo 6 - Procedimentos e organizações específicas do cuidado 33
VII. Eixo transversal – Módulos Eletivos 36
VIII. Eixo transversal – Atividades complementares 37
11) Organização do curso 1
12) Sobre módulos optativos, eletivos e atividades complementares 14
13) Processo de aprendizagem e ensino 14
a) Metodologias utilizadas no curso 15
I. Metodologia condutora de desafio prático 16
II. Metodologias condutoras de compreensão e aprofundamento epistemológico 17
III. Metodologia de proposição de intervenção na realidade 19
b) Objetivos específicos dos módulos (módulos) 20
c) Atividades tutoradas acadêmicas 20
d) Avaliação do processo de aprendizagem (resumo) 21
I. Fórum avaliativo 21
II. Aspectos da avaliação formativa do curso 21
III. Avaliação somativa e diagnóstica online 22
IV. Avaliação Somativa presencial 23
V. Cálculo da avaliação final do módulo 24
VI. Índice de aproveitamento final de curso 24
VII. Recuperação de notas 24
e) Atividades Presenciais Tutoradas - Tutoria Clínica (Resumo) 25
I. A semana padrão de tutoria clínica 27
II. Periodicidade e características das atividades para a tutoria clínica 28
III. Fechamento do semestre 28
IV. O papel da tutoria clínica no curso de especialização à distância 29
14) Encontros presenciais 29
15) Trabalho de conclusão de curso (TCC) 29

a) Critério de avaliação e formatação do TCC 30
b) Aprovação do profissional estudante no TCC 30
16) Recursos de tecnologia da informação 30
17) Corpo docente 31
18) Cronograma de atividades do curso 31
19) Indicadores de desempenho do curso 31
20) Aprovação final e certificação 31
21) Referências consultadas 32

2) Instituição responsável

A Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) em parceria com a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UNA-SUS, por meio das Universidades Federais – UFs, que compõe a rede UNA-SUS, solicitou a cooperação para o desenvolvimento de um curso de especialização em Medicina de Família e Comunidade, visando atender à demanda do programa de provimento de médicos pelo Brasil.

Caberá às UFs executoras completar seus descritivos.

3) Identificação do curso

Nome do curso:	Medicina de Família e Comunidade	
Certificação conferida:	Pós-graduação lato sensu	
Modalidade:	À distância	
Total de carga horária mínima do curso	1365 h	
Total de carga horária máxima do curso	1440 h	
Total de carga horária para TCC	45h	
Índice de absenteísmo aceito	25%	
Início e término do curso	MARÇO 2024	JUNHO 2026

4) Concepção do curso

O Brasil caracteriza-se como um país de imensa dimensão territorial, muita diversidade regional, grande desigualdade econômica e social, vivenciando, ainda hoje, a mesma situação de outros países para o enfrentamento das necessidades de saúde advindas dessa realidade. O Sistema de Saúde Brasileiro, por seu turno, é formado por uma rede de serviços públicos e privados, que vem enfrentando há tempos a complexidade da política de formação e provimento de trabalhadores de saúde – em enfermagem, medicina, odontologia, dentre outros – de maneira a qualificar a atenção a saúde de que a população necessita,

lidando com questões que vêm desde a má distribuição geográfica até a formação de profissionais para o setor.

Nesse sentido, desde a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), que segue os princípios de universalidade, integralidade e equidade, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, avanços consistentes foram feitos em direção à cobertura universal em saúde, especialmente após o estabelecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF) tanto como política nacional para implantação da Atenção Primária da Saúde, principal e mais adequada porta de entrada da população no sistema de saúde, quanto em sua potencialidade para reorganizar e dar a lógica aos demais componentes.

É reconhecido, nessa perspectiva, o papel de *Barbara Starfield*, uma das mais renomadas especialistas no assunto no mundo que, a partir de um artigo clássico publicado ainda nos anos 90 define os atributos da atenção primária – matriz conceitual orientadora do estabelecimento das competências necessárias para seu correto funcionamento, segundo a qual são quatro os elementos estruturais para a Atenção Primária: a acessibilidade; a variedade de serviços; a população eletiva e a continuidade. Derivam desses quatro atributos: atenção ao primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado.

No compromisso de prover uma cobertura assim universal dos cuidados de saúde primária, propiciando a atenção integral e de qualidade a toda população, o SUS enfrenta, segundo Campos, um sério problema relacionado ao provimento de profissionais em âmbito nacional.

> *"O adequado provimento de serviços de saúde a regiões remotas, pobres e periféricas é um problema em quase todos os países do mundo. Situações de carência e má distribuição geográfica de provedores de serviços, especialmente médicos, têm sido apontadas como problema grave, persistente ao longo do tempo e resistente às mais variadas estratégias adotadas para o seu enfrentamento pelos governos da maioria dos países regiões.",*

Diante dessa realidade, se fez necessária a formação dos profissionais de saúde para a atuação na linha da APS, porém, como nem todos os centros formadores possuíam expertises na área, foram necessários alguns anos para que as universidades incluíssem em seus currículos conteúdos de atenção primária à saúde.

As políticas de saúde passaram, dessa forma, a fazer parte de um contexto de estímulos à educação, à pesquisa, à prestação de serviços e à organização do sistema. Uma das estratégias governamentais voltada para a educação dos profissionais foi a criação da Universidade Aberta do SUS – UNASUS –, por meio de uma parceria entre a Organização Pan Americana de Saúde e o Ministério da Saúde, com vistas a incentivar a aprendizagem em rede, no campo da saúde, com a participação de instituições acadêmicas, serviços de saúde e de gestão do SUS. A partir de Educação à Distância, essa iniciativa visa qualificar trabalhadores da área em todo território nacional.

Tais atividades e ações, desenvolvidas no âmbito da UNASUS, têm como objetivo a superação de déficits de capacitação dos profissionais de saúde, como forma de promover a melhoria da qualidade do sistema e de implementar ações educativas permanentes, consonantes às políticas públicas e diretrizes específicas definidas pelo Ministério da Saúde.

Com vistas a atender a essa demanda, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, em conjunto com a SBMFC e a Rede UNASUS, vem instituir a oferta do curso Medicina de Família e Comunidade, em nível de especialização, com base em um currículo baseado em competências, conforme estabelecido pela Resolução da Comissão Nacional de Residência Médica, com vistas a contribuir no processo de certificação para o exercício profissional na Atenção Primária, dos profissionais médicos inscritos no Programa Médicos para o Brasil, conforme a LEI Nº 13.958, de 18 de Dezembro de 2019. Tal iniciativa estabelece a forma de recrutamento e remuneração dos profissionais, bem como seu processo de aperfeiçoamento que necessita estar diretamente relacionado à prática clínica, assim como deve, também, facilitar o processo de aquisição da titulação formal existente, na forma do reconhecimento pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e da Comunidade.

O curso em tela será estruturado a partir da combinação de atividades em EaD e presenciais, utilizando metodologias ativas, visando à aprendizagem autônoma e ao desenvolvimento das habilidades e competências adequadas para a qualificação de profissionais capazes de exercer com protagonismo sua prática clínica em consonância com os parâmetros norteadores das políticas públicas do SUS.

Será essa mais uma iniciativa voltada para o enfrentamento da realidade plural e preocupante das questões que envolvem a saúde pública em nosso país, com maior resolubilidade e em sintonia com os princípios fundadores e estruturantes de nosso sistema de saúde.

5) Princípios Pedagógicos

Por ser um projeto que trabalha com muitos atores e que se propõe a conciliar toda a diversidade cultural brasileira, será bastante relevante para o bom andamento das produções dos recursos didáticos e a exceção do curso, que estejam claros os Princípios Pedagógicos que norteiam o projeto como um todo.

Definição de Princípios pedagógicos, trata-se de uma metodologia bastante consolidada pela pedagogia, que estabelece e pactua diretrizes filosóficas para a produção de materiais didáticos e a execução do curso propriamente dito, mantendo assim a homogeneidade da linha de pensamento durante todo o processo. Nele estipulam-se, antes de qualquer providência (o que não impede de ser trabalhado a qualquer tempo do projeto), valores a serem assumidos como pressuposto de base, por todos os envolvidos no projeto educacional. São os pilares a serem seguidos por todos, os coordenadores, professores, autores, projetistas, administradores e até pelos profissionais estudantes e seus familiares.

Geralmente são traçados 6 ou 7 itens que serão o fundamento de todas as proposições.

É um método simples, porém muito útil para evitar discursos contraditórios, metodologias inadequadas, defesa ideológica alheia ao projeto e condutas indevidas dos participantes, sem que se tenha que defender um ponto de vista ou outro. Quando é detectada uma incoerência com os princípios pedagógicos mapeados para o projeto, apenas é pontuada a incoerência e solicitado o ajuste.

Para este projeto especificamente, propomos os seguintes princípios pedagógicos:

1. **Foco na aprendizagem, considerando-a como sendo o desenvolvimento de competências, levando em consideração as limitações físicas, sociais e organizacionais dos profissionais estudantes.**
2. **Consideração pelos valores éticos e do bem-estar social, independentemente da ideologia individual.**
3. **Compartilhamento democrático e irrestrito do conhecimento organizado e sistematizado.**
4. **Priorização e incentivo da formação autônoma dos profissionais estudantes, alinhados com o conceito: aprender a aprender.**
5. **Abordagem visando a utilização prática de todos os temas abordados.**
6. **Análise e contextualização situacional profissional dos conteúdos trabalhados.**
7. **Significação coerente com os conceitos abordados e sua aplicabilidade prática das estruturas do projeto e dos materiais que o compõem.**

6) Objetivo geral do curso

Formar, habilitar e orientar médicos na área da Medicina de Família e Comunidade, a fim de adquirir as competências indispensáveis para serem resolutivos nos cenários que contemplam suas atribuições no âmbito da atenção primária à saúde.

7) Perfil do egresso e áreas de atuação

Espera-se que ao final do processo de formação o egresso tenha demonstrado o desenvolvimento das competências essenciais para ser um especialista em Medicina de Família e Comunidade, estando apto para atuar na área de Medicina de Família e Comunidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

8) Público-alvo

a) Características gerais do público-alvo

Para este curso são esperados, como público-alvo, profissionais, na sua grande maioria, recém-formados em medicina, com pouca experiência ou nenhuma experiência profissional, com CRM Brasil válido, que desejam se tornar especialistas em Medicina de Família e Comunidade por meio do programa Mais Médicos pelo Brasil.

b) Pré-requisitos

Estarem inscritos e efetivados no programa de provimento Médicos pelo Brasil e listados em comunicação oficial entre Ministério da Saúde e UFs executoras.

c) Seleção

Por estar atrelado ao projeto de provimento do Ministério da Saúde, o processo de seleção dos profissionais estudantes para ingresso no curso de especialização ficará a cargo da agência de provimento.

d) Homologação

O processo de homologação será considerado finalizado e o profissional estudante oficialmente matriculado, mediante envio de documentação, conforme requisito das UFs executoras.

9) Período e periodicidade da oferta

A duração do curso não ultrapassará o período de dois anos e as turmas deverão ter início imediato, de acordo com as demandas divulgadas pela agência de provimento.

A oferta terá o total de 102 semanas de curso, mais 1 semana para apresentação de TCC.

10) Concepção curricular

O currículo do curso de Especialização Medicina de Família e Comunidade é concebido como um sistema complexo que possui como centro o desenvolvimento da identidade profissional e atuação do egresso, tendo como abordagem a aprendizagem baseada em competências. Não se constitui como prescritivo e inflexível, mas sim como o entrelaçamento resultante da tomada de decisão dos sujeitos da educação, de seus espaços e tempos de aprendizagens e atuação profissional. A estrutura organizacional do currículo considera diferentes contextos e cenários de aprendizagem tais como a interdisciplinaridade, transversalidade, a integração teoria-prática, ensino-serviço, ensino-sociedade, entre outras.

A opção pela organização de um currículo baseado em competências origina-se da necessidade de contribuir para a qualificação dos profissionais atuantes na Atenção Primária à Saúde. Seu objetivo é desenvolver a capacidade de mobilização, articulação e aplicação dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à boa prática médica.

Para a articulação desses domínios de aprendizagem, o currículo prevê a integração entre as práticas educacionais, busca ativa de aprendizagem, métodos de avaliação, metodologias de ensino-aprendizagem, contextos de aprendizagem e orientação acadêmica e formação profissional (SANTOS, 2011).

O delineamento das competências necessárias à formação do egresso tem como principal referência a matriz de competências que compõe o documento Currículo Baseado em Competências para Medicina de Família e Comunidade, elaborado pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), no ano de 2015.

A iniciativa teve como objetivo proporcionar aos médicos na área da Medicina de Família e Comunidade a aquisição das competências necessárias para atuar em cenários de prática que contemplem os atributos da atenção primária à saúde, sendo eles, acesso, integralidade, longitudinalidade, coordenação do cuidado, orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural.

Essa matriz considera diferentes realidades, o que permite uma flexibilização ao profissional estudante, tendo em vista os diferentes contextos de atuação do médico especialista em Medicina de Família e Comunidade. Por último, mas não menos importante, tal matriz leva em conta a contribuição para o fortalecimento dos programas de residência, currículos complementares e ações educacionais no âmbito da especialidade, servindo como uma estratégia estruturante da formação médica para a melhoria dos resultados em nosso sistema de saúde.

11) Ementário

VI. Eixo 1 - Princípios e Fundamentos do SUS e da Atenção Primária à Saúde

Módulo 1 - Políticas públicas de saúde: processo histórico e a organização do SUS

- Definição de Sistemas Universais, cobertura universal e cobertura por seguro
- Tipos de Financiamento público e privado
- Breve apresentação de sistemas de saúde de outros países
- A história da Assistência à Saúde no Brasil e sua relação com a história da sociedade brasileira
- Princípios do SUS
- Diretrizes do SUS
- Rede de atenção à saúde
- Políticas Nacionais de Saúde
- Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento
- Programa de Interiorização do Sistema Único de Saúde
- Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde
- Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica
- Programa Mais Médicos
- Programa Médicos Pelo Brasil

Módulo 2 - Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família: bases históricas, políticas e organizacionais

- Conceito de APS
- Atributos da APS
- APS no mundo
- Breve histórico da ESF
- Política Nacional de Atenção Básica

Módulo 3 – Princípios da Medicina de Família e Comunidade

- Breve histórico e organização da MFC no Brasil e em outros países
- Médico de Família e Comunidade: Especialista em Gente
- Princípios da Medicina de Família e Comunidade
- As competências nucleares da MFC
- Método Clínico Centrado na Pessoa (MCCP)
- Comunicação clínica efetiva
- Abordagem Familiar e Comunitária
- Mais ferramentas para a prática clínica

VII. Eixo 2 - Ferramentas da Medicina de Família e Comunidade

Módulo 4 - Ferramentas de abordagem clínica

- A consulta médica e o modelo biomédico
- Método clínico centrado na pessoa
- Estrutura de consulta
- A comunicação como uma competência
- Técnicas para iniciar a consulta
- Técnicas para exploração de problemas e aquisição de informações
- Técnicas para estabelecimento e implementação de um plano conjunto de manejo de problemas
- Comunicação no processo de trabalho da APS
- Utilização de mídias
- Conceitos e diferenças da prática em saúde baseada em evidências (PSBE)
- Como aplicar a PSBE na prática clínica
- Exames de rotina na APS
- Níveis de prevenção
- O conceito relacional de prevenção quaternária

- A prevenção quaternária em rastreamentos
- A medicalização da vida e disease mongering
- Condutas baseadas em evidência e choosing wisely
- Como os médicos pensam
- Como médicos de família e comunidade pensam
- Registro clínico na APS
- A Classificação Internacional de Atenção Primária (CIAP)

Módulo 5 - Gestão da clínica e coordenação do cuidado

- Processo de trabalho e gestão do cuidado em saúde
- Coordenação do cuidado e ordenação nas redes de atenção
- Humanização como parte do processo de trabalho
- Ferramentas do processo de trabalho na APS
- Gestão da Clínica
- Gestão da Agenda
- Trabalho em equipe
- Integração no trabalho em equipe
- Trabalho em equipe na APS
- A vigilância em saúde no Brasil
- Sistemas de informação de vigilância em saúde
- Vigilância epidemiológica na prática dos serviços de saúde

Módulo 6 - Abordagem familiar

- Compreendendo as famílias brasileiras
- Tipologia familiar
- Os ciclos de vida familiar
- Funcionalidade familiar
- Violência intrafamiliar
- Ferramentas de representação familiar
- Ferramentas de avaliação familiar
- Avaliação da vulnerabilidade familiar
- Ferramentas de abordagem familiar
- Abordagem familiar e visita domiciliar

Módulo 7 - Abordagem comunitária

- Território e a saúde

- Diagnóstico comunitário da saúde
- Planejamento para abordagem comunitária na APS
- Educação popular em saúde
- Intersetorialidade e saúde
- Formando grupos
- Classificação dos grupos
- Avaliação dos resultados do grupo

VIII. Eixo 3 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais

Módulo 8 - Saúde da criança e do adolescente

- O papel dos profissionais de saúde no acompanhamento das crianças e adolescentes
- Aleitamento materno, alimentação de crianças não amamentadas e suplementações
- Introdução à alimentação complementar
- A caderneta da criança e do adolescente
- Avaliação das curvas antropométricas
- Avaliação do desenvolvimento puberal
- Roteiros para as consultas de supervisão de crianças e adolescentes, por faixa etária
- Particularidades da criança prematura
- Considerações sobre educação sexual para adolescentes
- Considerações sobre gravidez na adolescência
- Considerações sobre machismo e racismo no desenvolvimento de crianças e adolescentes
- Problemas na amamentação
- Icterícia no recém-nascido
- Cólicas do lactente
- Regurgitação do lactente
- Ganho de peso insuficiente
- Excesso de peso
- Constipação intestinal
- Enurese
- Alterações do desenvolvimento puberal
- Anemias
- Rinite e asma
- Infecções agudas

- Efeitos adversos às vacinas
- Problemas da boca e da pele
- Problemas genitais
- Problemas comportamentais, saúde mental e violência
- Primeiro atendimento às urgências e emergências

Módulo 9 – Saúde da mulher

- Prevenção de doenças e promoção da saúde na atenção às mulheres
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)
- Atenção à saúde das mulheres em situação de violência
- Atenção ao Aparelho Reprodutor
- Secreção vaginal e prurido vulvar
- Lesões Anogenitais
- Tipos de cânceres do aparelho reprodutor mais frequentes
- Atenção ao Planejamento Reprodutivo
- Atenção ao pré-natal, parto e puerpério na APS
- Atenção qualificada no pré-natal na APS
- Parto
- Atenção qualificada no puerpério
- Estratégias para potencializar boas práticas de atenção ao pré-natal e puerpério
- Climatério no ciclo de vida da mulher
- Abordagem terapêutica
- Cuidados de saúde com a mulher no climatério

Módulo 10 – Saúde do homem

- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)
- Acesso do Homem aos Serviços de Saúde
- Acolhimento na Atenção à Saúde do Homem
- Panorama epidemiológico da saúde do homem
- Condições de vulnerabilidade na saúde do homem
- Perfil de morbimortalidade da população masculina
- Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva
- Infecções sexualmente transmissíveis
- Neoplasias relacionados à saúde sexual e reprodutiva
- Paternidade Ativa
- Pré-Natal do parceiro

Módulo 11 – Saúde do idoso

- Políticas Públicas e os Direitos da Pessoa Idosa
- Promoção do envelhecimento saudável e prevenção de agravos
- Atividades de Vida Diária (AVDs) e funcionalidade global
- Avaliação multidimensional do idoso
- Abordagem geral das grandes Síndromes Geriátricas

IX. Eixo 4 - Atenção à Saúde

Módulo 12 – Abordagem aos problemas gerais e inespecíficos

- Solução de problemas e tomada de decisão
- O sintoma como diagnóstico e os sintomas clinicamente inexplicados
- Abordagem da febre
- Abordagem da linfonodomegalia
- Abordagem da fraqueza
- Abordagem da dor aguda e crônica
- Abordagem da tontura e síncope
- Preparo para exames
- O paciente considerado "difícil"
- Situações especiais na prática
- Prescrição de medicamentos
- Segurança no uso de medicamentos
- Polifarmácia
- Desprescrição de medicamentos

Módulo 13 – Abordagem aos problemas de ouvidos, nariz, garganta e pulmões

- Asma em adultos e crianças
- Indicação e interpretação de exames complementares (radiografia de tórax e espirometria)
- Prescrição de tratamento de crise e tratamento profilático
- Uso de espaçador e medidas de controle ambiental
- Higiene ambiental e fatores de agravamento
- Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC)
- Manejo de DPOC
- Classificação de gravidade de DPOC
- Tosse aguda e tosse crônica
- Causas mais comuns de tosse

- Tratamentos específicos e tratamentos empíricos
- Escore de gravidade para classificação de pneumonia adquirida na comunidade
- Definição de local de tratamento de pneumonia, assim como manejos indicados
- Situações de falha terapêutica
- Atividades preventivas e educativas
- Rinite, diagnóstico, tratamentos e abordagem de fatores ambientais
- Casos de rinossinusite, classificação em: aguda, subaguda, crônica, recorrente e crônica agudizada, assim como manejo e avaliação de fatores predisponentes
- Casos específicos de referenciamento ao especialista focal
- Avaliação de dor de garganta: viral, bacteriana e outras situações
- Escore de Centor modificado ou McIsaac
- Causas de disfonia e sinais de alerta
- Tratamento para disfonia
- Anamnese e exame físico da dor de ouvido
- Critérios diagnósticos de otite média aguda
- Tratamento farmacológico e não farmacológico para a dor de ouvido e considerações sobre o uso racional de antibioticoterapia
- Anamnese, exame físico e exames complementares para diagnóstico de zumbido
- Classificação dos zumbidos, assim como abordagem terapêutica
- Situações clínicas de referenciamento ao especialista focal

Módulo 14 – Abordagem a Problemas de Saúde Mental

- Epidemiologia e contexto histórico e político das condições em saúde mental mais frequentes na ESF
- Entrevista clínica em saúde mental
- Funções psíquicas elementares e suas alterações
- Definição de sofrimento mental comum e dos transtornos mentais graves e persistentes mais frequentes na prática
- Contextualização histórica da Política Nacional de Saúde Mental
- Recursos de cuidado da saúde mental: coordenação do cuidado, matriciamento, rede de cuidados compartilhados e projetos terapêuticos singulares
- O impacto do sofrimento mental comum na saúde dos pacientes e a sua associação a outros agravos
- A relação do sofrimento mental com as condições de vida e outros agravos à saúde

- Sofrimentos mentais relacionados aos ciclos de vida
- Ferramentas de abordagem familiar
- Relações com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
- Entrevista com a família
- Instrumentos de intervenção psicossocial
- Desenvolvimento psicoemocional normal na infância e adolescência
- Mudanças no comportamento da criança e do adolescente na escola e na família que possam sinalizar sofrimento psíquico
- Sinais de Atraso Global do Desenvolvimento e de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
- Orientações sobre problemas de comportamento escolar em crianças e adolescentes
- Papel do cuidado interdisciplinar e intersetorial no manejo das condições de saúde mental da infância e da adolescência
- Critérios de encaminhamento aos outros níveis de atenção
- Somatização e sintomas sem explicação médica
- O conceito de sofrimento mental comum
- Critérios diagnósticos dos transtornos de ansiedade, dos transtornos de humor e distúrbios do sono
- Abordagem terapêutica
- Abuso de benzodiazepínicos e desmedicalização
- Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- Demências e Transtornos do Humor em idosos
- Esquizofrenia
- Transtorno Afetivo Bipolar
- Transtornos de Personalidade
- Abordagem terapêutica
- Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- Definição de situação de crise em saúde mental
- Identificação e abordagem dos pensamentos de morte e ideação suicida
- Manejo inicial da agitação psicomotora, quadro de mania e crise psicótica
- Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o cuidado interdisciplinar e intersetorial
- Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- Abordagem biopsicossocial e avaliação do padrão de consumo de álcool, tabaco e substâncias psicoativas na Atenção Primária à Saúde
- Manejo de transtornos ligados ao tabaco, álcool e substâncias psicoativas
- Estratégias de redução de danos
- Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) diante da pessoa com problema de uso abusivo de tabaco, álcool e substâncias psicoativas

- Manejo das condições agudas relacionadas com o abuso de substâncias psicoativas, tabaco e álcool
- Entrevista motivacional
- Critérios de encaminhamento a outros níveis de atenção

Módulo 15 – Abordagem a Problemas Digestivos

- Doença do Refluxo Gastroesofágico
- Úlcera Péptica
- Hepatites
- Constipação
- Diarreia
- Lesões Anorretais

Módulo 16 – Abordagem a Problemas Infecciosos

Doença de Chagas

- Epidemiologia da Doença de Chagas
- Conceito e formas de formas de transmissão da Doença de Chagas
- Classificação e Manifestações clínicas
- Diagnóstico
- Tratamento
- Prevenção e vigilância em saúde na APS

Febre amarela

- Epidemiologia da Febre amarela
- Conceito e formas de transmissão
- Classificação, Manifestações clínicas e complicações
- Diagnóstico
- Tratamento
- Prevenção e vigilância em saúde na APS

Hanseníase

- Epidemiologia da hanseníase.
- Conceito e formas de transmissão da hanseníase
- Classificação e Manifestações clínicas
- Diagnóstico
- Tratamento
- Acompanhamento e vigilância em saúde na APS

- Quando encaminhar e Prevenção de incapacidades

Infecções Sexualmente Transmissíveis

- Epidemiologia das IST
- Conceito e Formas de transmissão
- Manifestações clínicas e formas de transmissão das IST
- Diagnóstico
- Tratamento
- Acompanhamento e vigilância em saúde na APS

Tuberculose

- Epidemiologia da Tuberculose
- Conceito e formas de transmissão da Tuberculose
- Manifestações clínicas
- Diagnóstico e Classificação: Pulmonar e extrapulmonar
- Tratamento
- Prevenção e vigilância em saúde na APS

HIV

- Epidemiologia do HIV
- Conceito, formas de transmissão,
- Manifestações clínicas e complicações
- Diagnóstico
- Identificação da fase da doença
- Indicação de exames complementares
- Diagnóstico diferencial
- Conduta proposta no tratamento
- PEP e PREP
- Imunizações
- Medidas de prevenção, profilaxias e educação em Saúde

Arboviroses

- Epidemiologia das Arboviroses
- Conceito e formas de transmissão
- Classificação, Manifestações clínicas e complicações
- Diagnóstico
- Tratamento
- Prevenção e vigilância em saúde na APS

Malária

- Epidemiologia da Malária
- Conceito e formas de transmissão
- Manifestações clínicas
- Diagnóstico laboratorial
- Tratamento da Malária
- Prevenção Prevenção e vigilância da Malária na APS
- Quimioprofilaxia

Leptospirose

I. Epidemiologia Leptospirose

II. Conceito, formas de transmissão da Leptospirose

III. Manifestações clínicas e específicas da Leptospirose

IV. Diagnóstico

V. Leptospirose no contexto das síndromes febris agudas

VI. Indicações para internação hospitalar

VII. Quimioprofilaxia

VIII. Prevenção e vigilância em saúde na APS

Módulo 17 – Abordagem a Problemas Cardiovasculares

- Prevenção primária e secundária para doença cardiovascular
- Fatores de Risco Cardiovascular
- Avaliação de risco cardiovascular, avaliação pré-operatória, avaliação pré-atividade física e suas indicações
- Panorama nacional da Hipertensão Arterial Sistêmica
- Diagnóstico diferencial de hipertensão arterial sistêmica
- Indicação de exames em quadros de HAS
- Acompanhamento de pacientes com HAS na APS
- Tratamento de pacientes com HAS em consonância com as possibilidades do paciente
- Panorama nacional de arritmias cardíacas
- Causas e tipos de Arritmias cardíacas e orientações na prescrição de anticoagulantes
- Cuidados e acompanhamento do paciente com arritmias cardíacas a nível de APS

- Panorama nacional de angina e infarto agudo do miocárdio
- Diagnóstico diferencial de Dor torácica, angina e infarto agudo do miocárdio
- Manejo de quadros de angina
- Acompanhamento de pacientes com angina no cenário da APS
- Manejo de quadros pós-infarto agudo do miocárdio
- Influências do estilo de vida do paciente com angina e do paciente após infarto agudo do miocárdio
- Acompanhamento do paciente após infarto agudo do miocárdio na APS
- Panorama nacional de insuficiência cardíaca
- Diagnóstico diferencial e tratamento de Insuficiência cardíaca congestiva
- Classificação funcional da Insuficiência cardíaca
- Sintomas e abordagem de pacientes com edema agudo de pulmão
- Causas e consequências das Valvulopatias
- Implicações e cuidados com pacientes com Insuficiência Cardíaca Congestiva
- Acompanhamento de pacientes com Insuficiência Cardíaca a nível de APS
- Panorama nacional de doenças arteriais periféricas
- Medidas preventivas para Doença Arterial Periférica
- Diagnóstico e exame(s) para doença arterial periférica
- Tratamento medicamentoso e não medicamentoso para pacientes com doença arterial periférica
- Planejamento do cuidado para o paciente com doença arterial periférica na APS

Módulo 18 – Abordagem a Problemas Dermatológicos

- Eczema
    - Epidemiologia
    - Anamnese
    - Exame físico específico para eczema
    - Diagnóstico diferencial
    - Indicação de exames complementares
    - Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para eczema na atenção primária à saúde (APS)
    - Quando referenciar
    - Prevenção e promoção da saúde
- Dermatite De Contato
    - Epidemiologia
    - Anamnese
    - Exame físico específico para dermatite de contato

- Diagnóstico diferencial com ênfase na distinção entre dermatite de contato por irritante primário e de contato alérgica
- Indicação de exames complementares, com ênfase no Teste de contato
- Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para dermatite de contato na atenção primária à saúde (APS)
- Quando referenciar
- Prevenção e promoção da saúde

- Alopecia
    - Epidemiologia
    - Anamnese
    - Exame físico específico para alopecia
    - Tipos de Alopecia: cicatricial X não cicatricial
    - Indicação de exames complementares
    - Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para alopecia na atenção primária à saúde (APS)
    - Quando referenciar
    - Prevenção e promoção da saúde
- Psoríase
    - O que é psoríase
    - Fatores de risco que podem desencadear a doença ou piorar o quadro clínico já existente
    - Tipos de psoríase
    - Epidemiologia
    - Anamnese
    - Exame físico específico para psoríase
    - Diagnóstico diferencial
    - Indicação de exames complementares
    - Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para psoríase na atenção primária à saúde (APS)
    - Quando referenciar
    - Prevenção e promoção da saúde
- Dermatofitose
    - Definição de dermatofitose
    - Epidemiologia
    - Anamnese
    - Exame físico específico para dermatofitose

- Classificação de acordo com a localização:
- Diagnóstico diferencial
- Indicação de exames complementares, com ênfase na identificação de dermatófitos
- Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para dermatofitose na atenção primária à saúde (APS)
- Quando referenciar
- Prevenção e promoção da saúde

- Câncer De Pele
    - Epidemiologia e Fatores de Risco para o desenvolvimento de câncer de pele
    - Anamnese
    - Exame físico específico para câncer de pele
    - Diagnóstico precoce e diagnóstico diferencial
    - Indicação de exames complementares
    - Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para câncer de pele na atenção primária à saúde (APS)
    - Quando referenciar
    - Prevenção e promoção da saúde

- Infestações De Pele E Anexos
    - Epidemiologia
    - Anamnese
    - Exame físico específico para Infestações de pele
    - Diagnóstico diferencial
    - Indicação de exames complementares
    - Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para infestações de pele e anexos, incluindo manifestações sistêmicas, prurido intenso e infecção secundária na atenção primária à saúde (APS)
    - Quando referenciar
    - Prevenção e promoção da saúde

- Herpes
    - Diferenças entre herpes simples e herpes zoster
    - Herpes Simples
    - Herpes Zoster

- Prurido

- Epidemiologia e Fatores de Risco para o desenvolvimento do prurido
- Anamnese
- Diagnóstico diferencial
- Indicação de exames complementares
- Plano terapêutico interprofissional abordando o farmacológico e o não farmacológico para paciente com prurido na atenção primária à saúde (APS)
- Quando referenciar
- Prevenção e promoção da saúde

- Pele e Doenças Sistêmicas

  - Diagnóstico diferencial de acordo com a topografia e tipo de lesão
  - Cabelo
  - Pele
  - Unhas
  - Doenças sistêmicas de importância na APS e pele
  - Doenças reumatológicas
  - Lupus
  - Esclerodermia
  - Dermatomiosite
  - Distúrbio endócrino
  - Diabetes
  - Insuficiência renal
  - Insuficiência hepática
  - Doenças infecto contagiosas
  - Tuberculose
  - Sífilis

Módulo 19 – Abordagem a Problemas Hematológicos

- Anemias
  - Definição
  - Sistema eritrocitário nos aspectos morfológicos e fisiológicos
  - Etiologia das principais anemias
  - Diagnóstico
  - Classificação das anemias
  - Abordagem terapêutica
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção à saúde
- Linfonodomegalias

- Definição
- Etiologia de linfonodomegalias
- Anamnese e exame físico
- Diagnóstico
- Abordagem terapêutica

Critérios de encaminhamento para outros níveis de

Módulo 20 – Abordagem a Problemas Metabólicos

- Rastreamento do diabetes mellitus (DM) no adulto e estratificação de risco baseada em evidência
    - Abordagem comunitária no contexto dos riscos para DM
    - Diagnóstico e Estratificação
    - Abordagem inicial em DM
- Estratégias preventivas e abordagem para mudanças de estilo de vida (MEV)
    - Quais fatores influenciam no risco para DM e como atuar sobre eles
    - Mudança no Estilo de Vida e o contexto de cada indivíduo
    - Impacto da MEV no tratamento e seguimento
- Tratamento farmacológico do diabetes mellitus e insulinoterapia
    - Tratamento farmacológico do diabetes
    - Antidiabéticos orais
    - Insulinoterapia
    - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- Prevenção e manejo de complicações agudas e crônicas do DM
    - Complicações agudas do DM
    - Complicações crônicas do DM
    - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- Manejo das tireoidopatias mais comuns
    - Epidemiologia das tireoidopatias e nódulos tireoidianos
    - Hipotireoidismo
    - Tireotoxicose
    - Nódulos tireoidianos
- Obesidade e indicações a cirurgia bariátrica e cirurgia metabólica
    - Epidemiologia da obesidade
    - Conceitos de prevenção primária secundária e terciária aplicados à obesidade
    - Avaliação diagnóstica

- Condições de saúde associadas à obesidade
- Abordagem terapêutica medicamentosa e não medicamentosa
- Critérios de encaminhamento para outro nível de atenção.
- Legislação, critérios de inclusão e exclusão para indicações de cirurgia bariátrica, segundo CFM.

Módulo 21 – Abordagem a Problemas de Vias Urinárias

- **Infecções do Trato Urinário (ITU)**
  - Cistite
  - Prostatite
  - Pielonefrite
  - Uretrite
  - Bacteriúria assintomática
  - Potenciais complicações para ITUs
- **Epidemiologia da nefrolitíase e da cólica renal**
  - Sinais e sintomas de cólica renal
  - Investigação, função e interpretação dos exames complementares
  - Manejo do quadro agudo na APS
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- **Afecções relacionadas à próstata**
  - Sintomas do trato urinário inferior (STUI)
  - Hiperplasia prostática benigna
  - Neoplasia de próstata
  - Cateterização vesical
- **Incontinência urinária**
  - Epidemiologia e definição de incontinência urinária
  - Classificação
  - Investigação e exames complementares
  - Abordagem terapêutica
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção
- **Insuficiência Renal (IR)**
  - Epidemiologia da doença renal crônica e da lesão renal aguda
  - Rastreamento e estratificação da lesão renal
  - Manejo na APS
  - Nefrotoxicidade de fármacos
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção

Módulo 22 – Abordagem a Problemas Musculoesqueléticos

- Lombalgia
  - Anamnese
  - Exame físico
  - Identificação de bandeiras amarelas e vermelhas
  - Indicação de exames complementares
  - Diagnóstico diferencial da lombalgia no contexto da APS
  - Preparar plano terapêutico
- Dor no ombro
  - Anamnese
  - Exame físico específico para dor no ombro
  - Identificação de bandeiras amarelas e vermelhas
  - Indicação de exames complementares
  - Diagnóstico diferencial da dor no ombro no contexto da APS
  - Plano terapêutico interprofissional para dor no ombro na atenção primária à saúde (APS)
- Dor no joelho
  - Epidemiologia
  - Relevância do tema
  - História clínica e exame físico
  - Anatomia do joelho
  - Característica da dor
  - Abordagem diagnóstica complementar, exames de imagem
  - Abordagem terapêutica farmacológica e não farmacológica
- Osteoartrite
  - Plano terapêutico
  - Abordagem em Equipe Multidisciplinar
  - Impactos Sociais
- Osteoporose
  - História clínica
  - Diagnóstico
  - Indicação de exames complementares
  - Rastreamento da osteoporose
  - Tratamento não-farmacológico
  - Tratamento farmacológico
  - Atividades preventivas e de promoção
- Artrite reumatóide
  - Anamnese
  - Exame físico

  - Identificação da fase da doença
  - Indicação de exames complementares
  - Diagnóstico diferencial das poliartrites no contexto da APS
  - Conduta proposta no tratamento da artrite reumatóide
- Artrite gotosa (gota)
  - Anamnese
  - Exame físico específico para monoartrites
  - Identificação da fase da doença
  - Indicação de exames complementares
  - Diagnóstico diferencial das monoartrites no contexto da APS
  - Conduta proposta no tratamento da gota
- DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho)
  - Epidemiologia
  - Caso Clínico
  - Anamnese
  - Diagnóstico
  - Classificação quanto a dor
  - Exame físico
  - Relação entre condição, fatores de risco, profissão e sintomas
  - Exames complementares
  - Prevenção
  - Tratamento
- Fibromialgia
  - Definição
  - Epidemiologia
  - Relevância do tema para Médico de Família e Comunidade
  - Diagnóstico
  - Anamnese
  - Exame físico
  - Exames complementares
  - Diagnóstico diferencial
  - Tratamento
  - Quando referenciar

Módulo 23 – Abordagem a Problemas do Sistema Nervoso

- Exame físico neurológico
  - Avaliação da Função Mental
  - Avaliação dos nervos cranianos
  - Avaliação do campo visual

  - Realização da fundoscopia
  - Avaliação do sistema motor
  - Avaliação da Função Cerebelar
  - Avaliação do Sensório
  - Avaliação dos reflexos
  - Avaliação de força muscular
  - Avaliação de sensibilidade
- Cefaleia
  - Aspectos epidemiológicos no brasil e mundo
  - Classificação das cefaleias
  - Como realizar o diagnóstico de cefaleia
  - Cefaleia tensional e enxaqueca - cefaléias mais comuns na APS
  - Emergência em cefaleia
  - Redes de atenção - cefaleia - quando encaminhar para atenção especializada
- Abordagem da tontura na atenção primária
  - Epidemiologia
  - Classificação da tontura
  - Anamnese e exame físico
  - Abordagem terapêutica da tontura
  - Exames complementares e suas indicações
  - Quando referenciar
- Convulsões e epilepsia
  - Classificação das crises convulsivas
  - Conduta na vigência da crise
  - Anamnese e exame físico
  - Exames complementares e suas indicações
  - Tratamento farmacológico e orientações não farmacológicas
  - Situações especiais
  - Quando referenciar
- Demência e outras condições neurodegenerativas
  - Definição E aspectos epidemiológicos das síndromes demenciais
  - Envelhecimento cerebral
  - Causas mais prevalentes de síndromes demenciais
  - Abordagem diagnóstica das síndromes demenciais na aps
  - Manejo clínico das síndromes demenciais na APS
- Neuropatias periféricas
  - Classificação
  - Paralisia facial periférica (Paralisia de Bell)
  - Neuralgia do trigêmeo

  - Síndrome do túnel do carpo
  - Neuralgia pós-herpética
  - Neuropatia hansênica
  - Polineuropatia diabética
  - Neuropatia alcoólica
- Doenças cerebrovasculares
  - Epidemiologia
  - Rápido reconhecimento de um evento cerebrovascular
  - AVCs Isquêmicos
  - AVCs Hemorrágicos
  - Complicações tardias
  - Reabilitação e abordagem familiar
- Tremores e síndromes parkinsonianas
  - Avaliação do tremor nas APS
  - Diagnóstico das principais síndromes parkinsonianas
  - O significado do diagnóstico de Parkinson
  - Abordagem terapêutica do tremor e síndromes parkinsonianas

Módulo 24 – Abordagem a Problemas de Olhos e Visão

- Olho vermelho
  - Olho Vermelho
  - Conjuntivites
  - Glaucoma agudo
  - Iridociclite
  - Queimaduras: física e química
  - Corpo estranho
  - Erosão de córnea
  - Blefarite
  - Hemorragia subconjuntival
- Perda de acuidade visual
  - Acuidade Visual
  - Miopia
  - Hipermetropia
  - Astigmatismo
  - Presbiopia
  - Catarata
  - Glaucoma crônico e congênito
  - Doenças retinianas

- Condições oculares mais comuns
    - Olho Seco
    - Pterígio
    - Ptose Palpebral
    - Hordéolo e Calázio
    - Estrabismo
    - Fotofobia

X. Eixo 5 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais

Módulo: Atenção à saúde das populações do campo, florestas, águas e populações
Módulo 25 – Atenção à saúde das populações do campo, florestas e águas e populações tradicionais

- Ruralidade e competência cultural
    - Um lugar Rural e Remoto
    - Competências de um médico rural
    - Conhecendo o Itinerário Terapêutico
    - Entendendo o conceito de cultura e competência cultural
- Conhecendo os povos do campo, da floresta e das águas
    - Política Nacional de Saúde dos povos do Campo, Águas e Florestas
    - Situação de Saúde dos povos do campo
    - Situação de saúde dos povos das águas e floresta
- Conhecendo povos indígenas e quilombolas
    - Resgate histórico e social dos povos indígenas do Brasil
    - O Subsistema de Saúde Indígena
    - O bem viver e a relação com a Terra
    - Situação de saúde dos povos indígenas
    - Resgate Histórico e Social dos povos Quilombolas
    - Situação de saúde dos povos quilombolas
    - Intermedicalidade e o pensamento decolonial

Módulo 26 – Atenção às situações de violência

- Violência e atenção primária à saúde
    - Violência – breve contextualização
    - Violência e saúde
- Atenção a saúde das pessoas em situação de violência nas fases do curso de vida

    - Atenção à criança e adolescente em situação de violência
    - Atenção à mulheres e homens em situação de violência
    - Atenção a pessoas idosas em situação de violência
- Redes de atenção a violência
    - Redes de enfrentamento à violência
    - A importância e as estratégias do cuidado ao agressor
    - Prevenção da violência
    - Promoção da cultura de paz

Módulo 27 – Atenção à saúde do trabalhador

- Aspectos conceituais da atenção à saúde do trabalhador
- O adoecimento dos trabalhadores e sua relação com o trabalho
- O campo de Saúde do Trabalhador
- Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT)
- Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) no SUS (CEREST, Perícia, SUAS)
- Ações preventivas e de promoção da saúde do trabalhador
- Doenças relacionadas ao trabalho
- Investigação da relação causal entre doença e trabalho
- Ações decorrentes dos diagnósticos de doenças relacionadas ao trabalho

Módulo 28 – Atenção à sexualidade

- História da sexualidade: aspectos gerais e sua relação com os determinantes sociais
- Conceitos relacionados às questões de gênero, sexualidade e diversidade humana
- Gênero e sexualidade no cuidado em saúde
- Promoção da saúde, identidade de gênero e sexualidade humana (autonomia, empoderamento, autoconhecimento de si e de seu corpo, salutogênese e educação em saúde)
- Aspectos gerais da promoção do cuidado integral em saúde na consulta médica
- Panorama geral da saúde da população LGBTQIA+
- Cuidados para a população LGBTQIA+
- Processo Transexualizador no SUS e na APS
- Abordagem das modificações corporais nas consultas
- Aspectos gerais sobre satisfação sexual na consulta médica
- Abordagem geral das principais queixas relacionadas à satisfação sexual

XI. Eixo 6 - Procedimentos e organizações específicas do cuidado

Módulo 29 – Realização de Procedimentos na APS

- Ambiência e materiais
  - Ambiência:
  - Identificar os principais materiais necessários para realização de procedimentos cirúrgicos na APS.
  - Identificar medicamentos essenciais para realização de procedimentos cirúrgicos na APS.
- Cuidado de feridas
  - Abordagem do paciente com feridas.
  - Epidemiologia e sinais e sintomas suspeitos.
  - Investigação e exames complementares.
  - Diagnóstico.
  - Abordagem terapêutica
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção.
- Procedimentos básicos em APS
  - Anestesia local e bloqueios anestésicos
  - Sutura
  - Injeção intramuscular, subcutânea e venosa
  - Drenagem de abscesso
  - Remoção de cerume
  - Retirada de corpo estranho
  - Frenectomia
  - Tamponamento nasal anterior
- Procedimentos avançados em APS
  - Cantoplastia
  - Cauterização química de verruga viral
  - Cauterização elétrica de lesões
  - Biópsia por shave, punch ou excisional
  - Crioterapia;
  - Calos e calosidades;
  - Cistos, lipomas e outras lesões;
  - Cateterismo vesical;
  - Sondagem nasogástrica;
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção.
- Procedimentos para manejo de problemas musculoesqueléticos
  - Avaliação do paciente com problema musculoesquelético

- Epidemiologia e sinais e sintomas suspeitos
- Investigação e exames complementares
- Diagnóstico
- Agulhamento seco
- Imobilização
- Infiltração articular e periarticular (ombro, joelho, bursa trocantérica, bursa pré-patelar)
- Drenagem articular
- Aspiração de cisto sinovial
- Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção

- Procedimentos em saúde da mulher
  - Epidemiologia, competência cultural e questões éticas envolvidas.
  - Ambiência para procedimentos em saúde da mulher.
  - Citopatológico.
  - DIU.
  - Critérios de encaminhamento para outros níveis de atenção.

Módulo 30 – Urgências e Emergências na APS

- Urgências e emergências na aps
  - Estrutura da rede de atenção a emergências e urgências
  - Classificação de risco
  - Sinais e sintomas de gravidade:
  - Suporte Básico de Vida
- Abordagem das situações mais frequentes em urgências e emergências na aps
  - Hipoglicemia e hiperglicemia
  - Anafilaxia
  - Queimaduras
  - Trauma
  - Choque hipovolêmico/hemorrágico
  - Desidratação
  - Afogamento
  - Insolação
  - Urgências respiratórias
  - Urgências neurológicas
  - Urgências do sistema circulatório
  - Intoxicações Agudas
- Abordagem das situações mais frequentes em urgências e emergências obstétricas na aps
  - Aborto

- Trabalho de parto em andamento
- Hipertensão na gestação
- Avaliação de sinais de alarme fetais
- Identificação de emergências hemorrágicas

Módulo 31 – Cuidados domiciliares

- Recursos da Rede de Atenção à Saúde, assistência social e comunidade que são utilizados na atenção domiciliar;
- Particularidades do Exame físico e da anamnese no ambiente domiciliar:
- Abordagem do cuidador:
- Abordagem da morte em domicílio
- Plano de assistência domiciliar
- Prevenção de situações de risco no domicílio
- Avaliação e manejo dos pacientes restritos ao domicílio ou acamado:
- Indicações de reabilitação
- Orientação e apoio ao cuidador
- Orientação da coleta de exames no domicílio
- Medidas antropométricas no domicílio
- Procedimentos no domicílio
- Noções gerais sobre a violência doméstica
- Abordagem da violência contra o idoso
- Abordagem da violência contra a mulher
- Abordagem do abuso infantil

Módulo 32 – Cuidados paliativos

- Aspectos gerais dos cuidados paliativos
  - Espiritualidade
  - Aspectos éticos e jurídicos dos cuidados paliativos
  - Plano de cuidados e contextualização
  - Níveis de cuidados paliativos
  - O papel do cuidador
  - Abordagem familiar no cuidado paliativo
  - Comunicação de más notícias
  - Abordagem do luto
  - Declaração de óbito
- Aspectos clínicos dos cuidados paliativos
  - Dor
  - Delirium

- Dispneia
- Náuseas e vômitos
- Sedação paliativa
- Múltiplas morbidades
- Insuficiência cardíaca
- Doença pulmonar obstrutiva crônica
- Insuficiência renal
- Neoplasias malignas
- Demência
- Acidente Vascular Encefálico
- Depressão
- Ansiedade
- Agitação
- Caquexia
- Agitação terminal
- Hipersecreção respiratória
- Crise convulsiva
- Outros sintomas
- Hipodermóclise

XII. Eixo transversal – Módulos Eletivos

a. **Módulo: Temas eletivos**

I. Introdução a Libras – 60h - Escola Virtual de Governo
II. Doenças infectocontagiosas na atenção básica à saúde – 60 h
III. O Fazer da Saúde Indígena - 60h
IV. Conhecendo a Realidade da Saúde Indígena no Brasil – 60h
V. Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 30h
VI. Abordagem Domiciliar em Cuidados Paliativos Interdisciplinar – 45h
VII. Abordagem Domiciliar em Situações Clínicas Comuns em Idosos – Medicina – 45h
VIII. Abordagem dos Problemas Respiratórios no Adulto Comuns na Atenção Básica – Medicina – 45h
IX. Situações Clínicas Comuns na Atenção Primária à Saúde – Medicina – 45
X. Documentos Médicos – 60h
XI. Propedêutica cardiovascular na atenção básica – 60h
XII. Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa – 16h
XIII. Medicina Rural – 45h – Em produção pela UFMG

XIV. Preceptoria em medicina e família e comunidade – 45h – Em produção pela UFCSPA
XV. Populações Ribeirinhas – 45h – Em produção pela UEA
XVI. Practical Approach to Care Kit (PACK Brasil Adulto) – 45h – Em produção pela UFSC
XVII. População em situação de rua – 45h – Em produção NEAD Fiocruz Brasília
XVIII. Doença de chagas na Atenção Primária à Saúde – 45h - Em produção pela UFMG
XIX. Saúde prisional - 120h - UFSC

- Carga horária: entre 30h e 60h tema – mínimo obrigatório de 120h e máximo de 195h

- O registro será mediante apresentação de certificado de conclusão válido.

XIII. Eixo transversal – Atividades complementares

a. Módulo: Atividades complementares obrigatórias

i. - Atividades profissionais em UBS com supervisão e orientação dos tutores clínicos, selecionados e gerenciados pela agência de provimento do Ministério da Saúde. Terão 4 períodos de atividades obrigatórias com temáticas distintas, mapeadas pelos profissionais de referência do projeto e relacionadas à estrutura de conteúdo do curso.
- Carga horária: obrigatório de 120h por semestre – totalizando 480h
- O registro será semestral mediante apresentação de declaração de conclusão emitido pelo sistema de gestão de tutoria clínica da UNA-SUS liberado pelo tutor responsável.

12) Organização do curso

	Eixo de significação	Módulo	Título	Temas abordados = Unidades de ensino	C/H	Créditos	Semanas
	Eixo 1 - Princípios e Fundamentos do SUS e da Atenção Primária a Saúde	1	Políticas públicas de saúde: processo histórico e a organização do SUS	● O SUS como um sistema nacional de saúde. ● Organização do sistema de saúde. ● Políticas de provimento de profissionais, seus avanços e limitações.	15	1	2
		2	Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família: bases históricas, políticas e organizacionais	● Atenção Primária à Saúde. ● Organização da APS no Brasil: a Estratégia Saúde da Família.	15	1	2
		3	Princípios da Medicina de Família e Comunidade	● A Medicina de Família e Comunidade e suas competências. ● A abordagem centrada na pessoa, abordagem familiar e comunitária: ferramentas para a prática clínica.	15	1	2
				Subtotal Eixo 1	**45**	**3**	**6**
	Eixo 2 - Ferramentas da Medicina de Família e Comunidade	4	Ferramentas de abordagem clínica	● Fundamentos das habilidades de comunicação e o método clínico centrado na pessoa. ● Aplicação das habilidades de comunicação.	30	2	4

				• Prática em saúde baseada em evidência (PSBE). • Prevenção quaternária. • Raciocínio clínico e ReSOAP.			
		5	Gestão da clínica e coordenação do cuidado	• Gestão e organização do processo de trabalho. • Trabalho em equipe multiprofissional. • Vigilância em saúde.	30	2	4
		6	Abordagem familiar	• A abordagem da família diante do processo saúde-adoecimento. • Ferramentas para abordagem da família na APS.	30	2	4
		7	Abordagem comunitária	• Diagnóstico de saúde da comunidade. • Educação popular em saúde e o trabalho intersetorial. • Grupos na atenção primária.	30	2	4
				Subtotal Eixo 2	**120**	**8**	**16**
	Eixo 3 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais	8	Saúde da criança e do adolescente	• Crescimento, desenvolvimento e promoção da saúde da criança e do adolescente. • Problemas e agravos mais relevantes na	30	2	4

				infância e adolescência.			
		9	Saúde da mulher	• A saúde das mulheres na atenção primária. • Atenção aos principais problemas e agravos do aparelho reprodutor e ao planejamento reprodutivo. • Saúde da mulher no ciclo gravídico-puerperal. • Saúde da mulher no climatério.	30	2	4
		10	Saúde do homem	• Políticas públicas e acesso aos serviços de saúde. • Doenças prevalentes e perfil de morbimortalidade da população masculina. • Atenção à saúde sexual e reprodutiva do homem. • Promoção da paternidade ativa.	15	1	2
		11	Saúde do idoso	• Promoção do envelhecimento saudável e direitos da pessoa idosa. • Avaliação multidimensional do idoso e a abordagem das grandes síndromes geriátricas.	15	1	2

				Subtotal Eixo 3	**90**	**6**	**12**
	Eixo 4 - Atenção à Saúde	12	Abordagem aos problemas gerais e inespecíficos	• O processo de tomada de decisão na MFC, abordagem de quadros indiferenciados e o sintoma como diagnóstico. • Manejo de sinais e sintomas gerais e inespecíficos na APS. • Manejo de situações especiais. • Prescrição e desprescrição.	30	2	4
		13	Abordagem aos problemas de ouvidos, nariz, garganta e pulmões	• Asma, • Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), pneumonia e sintomas respiratórios • Problemas de nariz e garganta. • Problemas dos ouvidos.	30	2	4
		14	Abordagem a Problemas de Saúde Mental	• Introdução à abordagem da saúde mental. • A abordagem não medicamentosa da saúde mental. • Abordagem da saúde mental na infância e adolescência. • Diagnóstico e manejo de sofrimento mental comum e distúrbios do sono. • Transtornos mentais graves e persistentes	30	2	4

				e demências. ● Ideação suicida e outras urgências em saúde mental. ● Abuso de drogas lícitas e ilícitas.			
		15	Abordagem a Problemas Digestivos	● Patologias de Trato Gastrointestinal Superior. ● Patologias Trato Gastrointestinal Inferior.	15	1	2
		16	Abordagem a Problemas Infecciosos	● Doença de Chagas. ● Febre amarela. ● Hanseníase. ● Infecções Sexualmente Transmissíveis. ● Tuberculose. ● HIV. ● Arboviroses. ● Malária. ● Leptospirose.	30	2	4
		17	Abordagem a Problemas Cardiovasculares	● Prevenção da doença cardiovascular. ● Hipertensão arterial sistêmica. ● Arritmias cardíacas e isquemia miocárdica.	30	2	4

				• Insuficiência cardíaca.			
		18	Abordagem a Problemas Dermatológicos	• Eczemas. • Dermatites de contato. • Alopecia. • Psoríase. • Dermatofitoses. • Câncer de pele. • Infestações de pele e anexos. • Herpes. • Prurido. • Pele e doenças sistêmicas.	15	1	2
		19	Abordagem a Problemas Hematológicos	• Doenças Hematológicas • Linfonodomegalias	15	1	2
		20	Abordagem a Problemas Metabólicos	• Rastreamento do diabetes mellitus (DM) no adulto e estratificação de risco baseada em evidência. • Estratégias preventivas e abordagem para mudanças de estilo de vida (MEV). • Tratamento farmacológico do diabetes mellitus e insulinoterapia.	30	2	4

				• Prevenção e manejo de complicações agudas e crônicas do DM. • Manejo das tireoidopatias mais comuns. • Obesidade e indicações a cirurgia bariátrica e cirurgia metabólica.			
		21	Abordagem a Problemas de Vias Urinárias	• Infeções do Trato Urinário (ITU). • Cólica Renal. • Afecções relacionadas à próstata. • Incontinência urinária. • Insuficiência Renal (IR).	15	1	2
		22	Abordagem a Problemas Musculoesqueléticos	• Lombalgia. • Dor no ombro. • Dor no joelho. • Osteoartrite. • Osteoporose. • Artrite reumatoide. • Artrite gotosa (gota). • DORT (distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho).	30	2	4

				• Fibromialgia.			
		23	Abordagem a Problemas do Sistema Nervoso	• Exame físico neurológico. • Cefaleias. • Abordagem da tontura na Atenção • primária. • Convulsões e epilepsia. • Demências e outras condições neurodegenerativas. • Neuropatias periféricas. • Doenças cerebrovasculares. • Tremores e síndromes parkinsonianas.	30	2	4
		24	Abordagem a Problemas de Olhos e Visão	• Olho vermelho. • Perda da acuidade visual. • Condições mais comuns.	15	1	2
				Subtotal Eixo 4	**315**	**21**	**42**
	Eixo 5 - Cuidado a grupos populacionais específicos e situações especiais	25	Atenção à saúde das populações do campo, florestas e águas e populações tradicionais	• Ruralidade e competência cultural. • Conhecendo os povos do campo, da floresta e das águas. • Conhecendo povos indígenas e	15	1	2

				quilombolas.			
		26	Atenção às situações de violência	● Violência e atenção primária à saúde. ● Atenção à saúde das pessoas em situação de violência nas fases do curso de vida. ● Redes de atenção a violência.	15	1	2
		27	Atenção à saúde do trabalhador	● Aspectos conceituais e embasamento legal da saúde do trabalhador no sistema único de saúde. ● Vigilância e a rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador. ● Abordagem das doenças relacionadas ao trabalho na atenção primária à saúde.	15	1	2
		28	Atenção à sexualidade	● Sexualidade humana. ● promoção da saúde sexual. ● Cuidados em saúde da população LGBTQIA +. ● Cuidados relacionados às modificações corporais em pessoas trans. ● Abordagem das queixas relacionadas à satisfação sexual.	15	1	2
				Subtotal Eixo 5	**60**	**4**	**8**
	Eixo 6 - Procedimentos e organizações específicas do cuidado	29	Realização de Procedimentos na APS	● Ambiência e materiais ● Cuidado de feridas ● Procedimentos básicos em APS ● Procedimentos avançados em APS ● Procedimentos para manejo de problemas musculoesqueléticos ● Procedimentos em saúde da mulher	30	2	4

		30	Urgências e Emergências na APS	• Introdução à atenção de urgências e emergências na APS. • Abordagem das situações mais frequentes em urgências e emergências na APS. • Abordagem das situações mais frequentes em urgências e emergências obstétricas na APS.	30	2	4
		31	Cuidados domiciliares	• Fundamentos da Atenção Domiciliar. • Abordagem das situações mais frequentes em Atenção Domiciliar. • Procedimentos em ambiente domiciliar. • Manejo de situações de violência domiciliar.	15	1	2
		32	Cuidados paliativos	• Aspectos gerais dos cuidados paliativos. • Aspectos clínicos dos cuidados paliativos.	15	1	2
				Subtotal Eixo 6	**90**	**6**	**12**
	Eixo transversal - TCC	34	Metodologia do trabalho de conclusão de curso	fundamentos da metodologia científica, pesquisas relacionadas ao tema do curso, artigos científicos, revisão de literatura, elaboração de plano de intervenção, relato da experiência	45	3	6 (+ 5 de orientação transversal ao curso)
	Módulos eletivos - **Transversal**	33	**Eletivas** Os profissionais estudantes poderão escolher entre um leque de opções	• Libras – 60h - Curso livre da Escola Virtual de Governo • Doenças infectocontagiosas na atenção básica à saúde – 60 h • O Fazer da Saúde Indígena - 60h	120 - 195	8 a 13	Transversal ao curso (97 semanas)

			Carga horária mínima – 120h **Carga hora máxima – 195h** Registro a partir de apresentação de certificado apresentado pelo profissional estudante e verificado e registrado no sistema pelo Tutor online	• Conhecendo a Realidade da Saúde Indígena no Brasil – 60h • Abordagem Familiar na Atenção Domiciliar – 30h • Abordagem Domiciliar em Cuidados Paliativos Interdisciplinar – 45h • Abordagem Domiciliar em Situações Clínicas Comuns em Idosos – Medicina – 45h • Abordagem dos Problemas Respiratórios no Adulto Comuns na Atenção Básica – Medicina – 45h • Situações Clínicas Comuns na Atenção Primária à Saúde – Medicina – 45 • Documentos Médicos – 60h • Propedêutica cardiovascular na atenção básica – 60h • Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa – 16h • Medicina Rural – 45h – Em produção pela UFMG • Preceptoria em medicina e família e comunidade – 45h – Em produção pela UFCSPA • Populações Ribeirinhas – 45h – Em			

				produção pela UEA ● Practical Approach to Care Kit (PACK Brasil Adulto) – 45h – Em produção pela UFSC ● População em situação de rua – 45h – Em produção NEAD Fiocruz Brasília ● Doença de chagas na Atenção Primária à Saúde – 45h - Em produção pela UFMG ● Saúde prisional - 120h - UFSC			
	Atividades complementares	35	**Atividades complementares** Os profissionais estudantes participarão de 4 atividades presenciais, geridos pela agência de provimento, com acompanhamento tutorial em unidades de saúde. **Carga horária – 4 atividades de 120h** **Carga horária total – 480h** Registro a partir de apresentação de declaração de participação pelo profissional estudante e	● **Os 4 temas serão mapeados pelos profissionais de referência do projeto.** ○ Estão em fase de planejamento pelas UFs	480h	32	Transversal ao curso (12 semanas)

			verificado e registrado no sistema pelo Tutor online			
				Total de CH mínima	**1365**	**92**	**102**
				Total de CH máxima	**1440**	**96**	**102**

	Carga Horária	Créditos	Semanas
Eixo 1	45	3	6
Eixo 2	120	8	16
Eixo 3	90	6	12
Eixo 4	315	21	42
Eixo 5	60	4	8
Eixo 6	90	6	12
TCC	45	3	6 (+5 Transversal)
Eletivas	120	8	94 (Transversal)
Complementares	480	32	12 (transversal)
Total	1365	91	102

13) Sobre módulos optativos, eletivos e atividades complementares

Antes de seguirmos adiante, é imprescindível conceituarmos e diferenciarmos módulos optativos, módulos eletivos e atividades complementares. Nos módulos optativos, que não serão utilizados neste curso, o profissional estudante é levado a optar por um ou mais módulos de um leque de módulos ofertadas no PPC, para cumprir determinado número de créditos ou de carga horária. Esses módulos ou unidades curriculares ou componentes curriculares ou disciplinas, geralmente, apresentam congruência com a área de formação profissional escolhida, podendo representar aprofundamento de estudos em determinado campo dessa mesma área. Há, contudo, exceções. Libras (Língua Brasileira de Sinais), por exemplo, é obrigatória para as licenciaturas, os bacharelados e as pós-graduações que envolvam Fonoaudiologia, porém são optativas para todos os demais cursos de graduação e eletiva para os cursos de pós-graduação, conforme determina a regulamentação o ensino de libras. São optativas e eletivas por lei (nº 10.436/2002, e o Decreto nº 5.626/2005).

Os módulos eletivos, geralmente, são escolhidos livremente pelo profissional estudante entre os módulos dos demais cursos da UFs e que não estejam no rol de módulos optativas do curso. Como a própria palavra já diz, o profissional estudante elege o(s) módulo(s) que entende que possa(m) enriquecer a sua formação acadêmica ou profissional. O módulo eleito pode não ter nenhuma ligação com a formação profissional pretendida e pode ser comprovada até o limite de carga horária planejada no PPC.

Existem ainda as atividades complementares. Depois de devidamente comprovadas, até o limite de carga horária a elas destinada planejada no PPC, o curso pode computar créditos para o profissional estudante em atividades complementares, como no caso de estágios, práticas tutoradas ou atividades profissionais em treinamento. No caso de o profissional estudante cursar um número de créditos superior àqueles previstos no PPC ou exercer atividades extra curso, como no caso de pesquisas, estudo de casos, participação em oficinas, uso de ferramentas digitais e até consultorias ou eventos, desde que ligadas diretamente aos temas que compõem a grade curricular do curso e, também, possam ser comprovadas.

Não há, qualquer norma legal (após a edição da atual LDB) que obrigue claramente a aplicação dos módulos optativos, eletivos e atividades complementares. Geralmente cabe ao PPC de cada curso fazer essa definição e estabelecer o rol a ser adotado. Entretanto, como praticamente todas as UFs adotam a prática de utilizar essas 3 ferramentas curriculares é muito importante termos claro com que conceitos vamos trabalhar e como estão mapeados na grade curricular do curso.

Para este projeto especificamente, trabalharemos com o conceito de módulos eletivos, que serão elencados na grade curricular e em documento independente.

14) Processo de aprendizagem e ensino

a) Metodologias utilizadas no curso

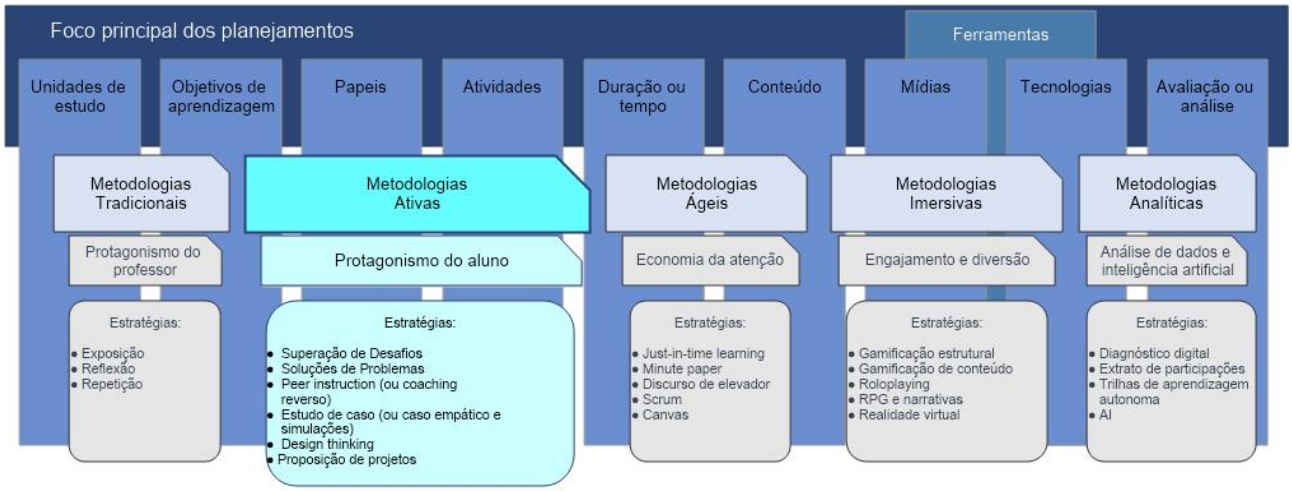
Uma proposta pedagógica é na realidade um processo e precisa sempre estar sendo revista e reescrita. Por isso, é importante trabalharmos os conteúdos do curso de maneira integrada, pois os temas não são neutros e temos de respeitar as diferenças de ideias, de concepções e de opiniões. A experiência metodológica não resulta apenas do que temos considerado tradicionalmente como conhecimento: as informações e o desenvolvimento do raciocínio sobre elas. Mas sim, é resultado de um arcabouço de experiências integrativas da teoria com a prática profissional. Sendo assim, é importante ter em mente alguns requisitos para a proposição de metodologias de aprendizagem e ensino para o curso de especialização Medicina de Família e Comunidade:

1. Adotar uma linha metodológica que atenda a todas as necessidades educacionais do projeto e ao mesmo tempo atenda às expectativas iniciais do grupo gestor e do grupo demandante.
2. Trazer para o curso uma metodologia de aprendizagem que promova a autonomia do profissional estudante como gestor do processo de aprendizagem, contribua para a facilitação das atividades de acompanhamento do tutor e possibilite a condução das estruturas acadêmicas do curso pelo tutor acadêmico.
3. Organizar um leque de metodologias de ensino, que viabilize a liberdade didática dos professores dentro dos módulos e contemple as especificidades dos conteúdos em pauta.

Nas discussões iniciais de delineamento e gestão do projeto, foi posta a expectativa de que o curso tenha um caráter fundamentalmente prático, que o profissional estudante assuma o protagonismo do processo ensino aprendizagem e que as atividades didáticas estejam pautadas em características reais do cotidiano de trabalho dos profissionais estudantes. Características essas que estão diretamente alinhadas aos princípios pedagógicos elencados para o projeto.

Segundo COTERNO e LOPES (2016), está se formando um consenso de que os pressupostos pedagógicos *aprendizagem significativa; aprender a aprender; professor facilitador; metodologias ativas* e *aprendizagem por problemas* oferecem as bases para promover a formação do profissional de saúde , em uma condição mais crítica e adequada às necessidades do atual sistema de saúde no qual estão inseridos.

Adaptada de FILATRO e CAVALCANTI (2018), podemos ter uma visão mais abrangente das possíveis metodologias a serem aplicadas no curso e dos principais focos e metas dos planejamentos pedagógicos e algumas possíveis estratégias de aplicação.



Alinhados os pressupostos colocados acima e as características básicas das possíveis metodologias a serem aplicadas, foi compreendido que a linha metodológica escolhida era de *metodologias ativas*. BACICH e MORAN (2017) destacam que as metodologias ativas privilegiam a participação dos profissionais estudantes como protagonistas no desenvolvimento de suas próprias competências, viabilizando que aprendam em seu próprio ritmo, tempo e estilo, por meio de diferentes formas de experimentação e compartilhamento de informações.

Dadas as peculiaridades do projeto como um todo, as características dos conteúdos que irão compor a grade curricular do curso, a quantidade de profissionais e instituições envolvidas na produção dos materiais e a estrutura complexa que irá compor a matriz avaliativa no projeto, é indispensável que seja estabelecida uma estrutura metodológica mais detalhada que contemple as diversas expectativas.

A composição híbrida de metodologias não é exatamente uma prática nova no segmento educacional. Nos últimos anos, esse tipo de composição vem ganhando destaque por unir as vantagens das metodologias dedutivas e indutivas. Segundo BACICH e MORAN (2017) “Os modelos híbridos procuram equilibrar a experimentação com a dedução, invertendo a ordem tradicional: experimentamos, entendemos a teoria e voltamos para a realidade.”

Para compor o modelo híbrido, indispensável para este projeto, estruturamos a composição metodológica com: uma linha condutora de experimentação prática, linhas condutoras de compreensão e aprofundamento epistemológico e, para finalizar o processo de aprendizagem híbrida ativa, uma linha de proposição de intervenção na realidade profissional.

I. Metodologia condutora de desafio prático

Como uma linha condutora de experimentação prática, a metodologia dos desafios atende perfeitamente às características e necessidades do curso, uma vez que relaciona as atividades profissionais às atividades didáticas,

proporcionando a possibilidade de levar o profissional estudante a problematizar ele mesmo a sua prática profissional.

Aprendizagem baseada em desafios (CLB, do inglês *Challenge Based Learning*) ainda pouco difundida no Brasil, surgiu em 2008 para atender uma demanda constante por novas metodologias de ensino para o século 21, como parte do programa *Apple Classroom of Tomorrow* 2. Pensada para atender uma necessidade crescente de preparar pessoas para uma sociedade extremamente mutável, a CBL é adaptável a todas as realidade e níveis educacionais e foi organizada metodologicamente por Mark Nichols, Karen Cator, Marco Torres da *Digital Promise* e do *Challenge Institute*.

Segundo Nichols, Cator, & Torres (2016) a metodologia CBL viabiliza a possibilidade de o profissional estudante adquirir conhecimento de maneira conjunta com a realização de trabalhos com a comunidade, professores ou gestores.

A Aprendizagem Baseada em Desafios é única, pois boa parte do que é considerado atribuição do curso ou do professor em metodologias tradicionais como por exemplo problematizar a realidade e propor uma reflexão que possa alterá-la ou ainda, fazer uma pesquisa de alinhamento de padrões ou desenvolvimento ações de avaliação de contexto, é concluída pelos profissionais estudantes durante a experiência do Desafio (Nichols, Cator, & Torres, 2016). É uma metodologia que extrapola a abrangência do curso e inverte a lógica da problematização e reflexão sobre o cotidiano de trabalho.

Na prática, os profissionais estudantes são desafiados a executar uma atividade típica do cotidiano de trabalho com, inevitavelmente, todas as dificuldades inerentes à prática profissional relacionadas ao conteúdo em pauta. Ao se deparar com esses problemas, o professor no papel de “aprendiz senior" colabora com a linha de aprendizagem possível para o profissional estudante, fazendo com que esse profissional estudante explore as possibilidades de solução por diversos ângulos, e estabeleça as conexões naturais entre os diversos desafios propostos, as áreas de conteúdo do curso e o cotidiano de trabalho.

Funciona especialmente bem quando professores de diferentes módulos ou atribuições dentro do curso trabalham em conjunto, identificando as diversas oportunidades de desenvolvimento de competências para os profissionais estudantes, da mesma maneira que o trabalho em equipes colaborativas ajuda os profissionais estudantes a adquirir habilidades críticas para a vida e para o cotidiano de trabalho. Os professores que implementaram a metodologia de aprendizagem baseada em desafios relataram que a ação colaborativa entre professores de outros módulos, estudantes e conteúdo foi um dos aspectos mais benéficos e agradáveis da abordagem (Nichols, Cator, & Torres, 2016).

II. Metodologias condutoras de compreensão e aprofundamento epistemológico

A partir de uma análise criteriosa da grade curricular proposta para o curso, é possível identificar eixos de significação pedagógica bastante distintos: contextualização histórica, contextualização institucional,

contextualização técnica, organização institucional, organização processual, abordagens sociais, abordagens clínicas, abordagens práticas, abordagens manuais, dentre outros. Como esses eixos não necessariamente coincidem com os eixos temáticos de conteúdo propostos e pactuados para o curso de especialização Medicina de Família e Comunidade, é importante que seja levada em consideração a diversidade de abordagens pedagógicas de ensino possíveis dentro de cada eixo. Mesmo sem termos as ementas dos módulos, já é possível identificar a possibilidade de diferentes abordagens: tradicional, comportamentalista, humanista, cognitivista e até sociocultural.

- **Instrução por pares** - Que é uma tradução do inglês *peer instruction***,** é um método simples desenvolvido por Eric Mazur em Harvard. Por meio de perguntas de múltiplas escolhas a primeiro termo e discussões em grupo a segundo, o método instiga os profissionais estudantes a discutirem com seus pares e chegarem a um consenso sobre o entendimento e a aplicabilidade de um determinado conceito. O foco da metodologia é a troca de informações e experiência entre os pares. Mesmo tendo sido uma metodologia desenvolvida para abordagens mais tradicionais de conteúdos teóricos, segundo FILATRO e CAVALCANTI (2018) ela é considerada uma metodologia ativa na medida em que possibilita que os profissionais estudantes aprendam uns com os outros, exercendo assim, o papel de professores do conteúdo em pauta. Isso se aplica também à *troca de informações entre colegas de profissão* que, ao discutirem sobre um determinado tema, ampliam suas margens de conhecimento.

- ***Just-in-time learning*** – Considerado uma metodologia ágil, em uma tradução livre seria algo como *aprendizagem no exato momento*. Diferente do *Just-in-time teaching* (ensino no exato momento), que seria o feedback imediato para as atividades didáticas, a *Just-in-time learning* prevê na disponibilização dos conteúdos e informações complementares, conforme o profissional estudante achar necessário para executar uma tarefa específica. Na prática, o *just-in-time learning*, conceitos, ideias, teorias e ferramentas de aprendizagem são disponibilizados para serem utilizadas pelos profissionais estudantes à medida que são necessários para resolver os desafios do mundo real (FILATRO e CAVALCANTI, 2018).

- **Aprendizagem Baseada em Problemas – APB -** tem como objetivo proporcionar soluções para os problemas apresentados aos estudantes. Enfatiza mais a compreensão do que a memorização de conteúdo. Inicia-se com a apresentação de problemas relacionados a um contexto aproximado, promove discussões, conta com o assessoramento do professor, pesquisas cooperativas entre outras ações. Esta abordagem contribui para conferir mais significado, relevância e aplicabilidade aos conceitos aprendidos no mundo do trabalho. Sua fundamentação é centrada no estudante, que assume o papel de agente principal e responsável pelo aprendizado. Os estudantes constroem conceitos por meio de observação, experimentação ativa e pessoal, por outro lado, o professor assume papel de facilitador da aprendizagem auxiliando com a indicação de recursos didáticos úteis para cada situação. Sua eficácia se dá quando incorporada ao currículo em prol da interdisciplinaridade, pois requer conhecimentos em outras módulos. O planejamento e aplicação da ABP contribui para a identificação da relação entre duas ou mais módulos.

- As estratégias mais utilizadas para desenvolver a APB são simulações e método de caso.

a. **Estratégias ABP - Simulações** - são estratégias que permitem a simulação de aspectos próximos à realidade. Busca-se experiências guiadas que enfocam e replicam aspectos da realidade de maneira interativa. Nesse contexto, as estratégias de simulação, garantem aproximação ao cenário real sem colocar em risco o paciente e ainda possibilitam a padronização de conteúdo. Referem-se ao comportamento esperado do estudante no desempenho de sua profissão. Podem ser apresentadas em formato de situações problemas que envolvem pessoas, grupos ou comunidades em que os estudantes assumem papéis existentes na vida real e comportam-se de acordo com eles. Possibilitam feedback imediato acerca das consequências dos comportamentos, atitudes e ou decisões. Esta estratégia favorece o alcance de objetivos como: estimular reflexão acerca de determinado problema, engajar os estudantes pelo alto nível de interatividade, desenvolver habilidades para resolução de problemas, construção e desenvolvimento de hipóteses, tornar conceitos abstratos mais concretos entre outros.

b. **Estratégias ABP - Método de caso** - o conhecimento é associado à ação. Utiliza aspectos que podem ser associados ao mundo do trabalho como foco e os estudantes são conduzidos a lidar com problemas práticos. Ao longo do curso são fornecidas descrições de estratégias reais vivenciadas por profissionais, como catalisadoras das discussões em que os estudantes são levados a tomar decisões e resolver problemas. Sendo assim, proporciona aos estudantes a oportunidade de desenvolver habilidades requeridas na prática profissional em um ambiente de sala de aula. Se fundamenta, portanto, na concepção de que os estudantes devem ser ativos na construção do conhecimento e podem desenvolver suas habilidades por meio de suas experiências pessoais. Estratégia adequada para alcance de objetivos cognitivos e afetivos. (GIL,2015).

III. Metodologia de proposição de intervenção na realidade

Para atendermos a premissa do projeto, que dispõe sobre a necessidade de levar o profissional estudante a intervir na realidade na qual está inserido, por meio da elaboração e aplicação de um projeto, é importante que seja levada em consideração a necessidade de se utilizar uma metodologia que viabilize essa demanda com etapas padronizadas. Daí surgiu a possibilidade de utilizarmos as estruturas de *design thinking* para estabelecer as etapas a serem seguidas.

Segundo FILATRO e CAVALCANTI (2018) o *design thinking* (DT) é uma abordagem centrada no ser humano que promove a solução de problemas complexos, estimula a criatividade e facilita a inovação. O DT é oriundo da metodologia ou sistemática utilizada pelos profissionais do design para gerar, aprimorar ou implementar soluções.

O DT é composto por um processo cujas etapas preveem a escuta, a observação, a investigação e projeção de soluções, a prototipagem e a implementação das melhores soluções criadas (FILATRO e CAVALCANTI, 2018).

Essas etapas, em um projeto de intervenção na realidade, resultam em etapas muito próximas das necessidades do curso.

Etapas do *design thinking* para o desenvolvimento e aplicação de plano de intervenção:

a. Imersão (entendimento do problema ou contexto)
b. Análise e síntese (fundamentação teórica e técnica)
c. Prototipação (fase de testes e revisão)
d. Ideação (criação de uma proposta - No nosso caso, a criação do P. de Intervenção)
e. Aplicação da nova proposta
f. Avaliação da proposta aplicada
g. Relato da aplicação e análise e resultados
h. Retorno para a primeira etapa

b) Objetivos específicos dos módulos (módulos)

Os planos de módulos com o detalhamento da estrutura, objetivos e informações complementares, foram desenvolvidos pelas Universidades federais e disponibilizados em pasta separada como anexo a este documento.

c) Atividades tutoradas acadêmicas

Compete à Supervisão Acadêmica, por meio de um conjunto de ações e dispositivos, singularizar a vivência dos médicos participantes do Projeto, ofertando suporte para o fortalecimento de competências necessárias para o desenvolvimento das ações da Atenção Básica.

As atribuições e atividades das tutorias online já são consagradas e mapeadas pelas UFs com suas boas práticas. Caberá às UFs executantes do curso a responsabilidade de mapear, padronizar e organizar as atividades de tutoria online, incluindo as ações de controle de acessos, acompanhamento acadêmico, orientações didáticas e estratégias de retenção de alunos.

d) Avaliação do processo de aprendizagem (resumo)

O processo avaliativo está detalhado em documento específico – Plano avaliativo de curso, disponibilizado junto a documentação do oficial curso. Junto ao plano avaliativo, estão disponíveis também manuais para elaboração de instrumentos avaliativos, *templates* para desenvolvimento de questões, parâmetros de correção e critérios de avaliação.

Apenas para fins de organização do plano pedagógico do curso, foram abordadas as informações mais relevantes e de maneira resumida sobre o processo avaliativo do curso.

I. Fórum avaliativo

Na plataforma Moodle, ocorrerá um fórum de discussão de caráter avaliativo proposto a partir do conteúdo teórico, mediados pelos tutores online, com participação coerente dos profissionais estudantes sobre o tema escolhido. Com participação obrigatória em todos os módulos, será atribuído **peso 1 (um)** a atividade **Fórum avaliativo**, para cálculo da média final do módulo.

Alguns critérios para sua aplicação:

- O **fórum avaliativo** do módulo ficará disponível por todo o período do módulo e na semana de retenção de alunos planejada pela Universidades federais;
- abordar os assuntos que geraram as maiores dúvidas entre profissionais estudantes de forma geral;
- ampliar a compreensão de assuntos que dependam de troca efetiva de percepções;
- incluir temas que trabalhem, também, competências atitudinais;
- despertem curiosidade sobre os temas a serem abordados nos módulos seguintes;
- a participação do profissional estudante no fórum só será dada como concluída quando o tutor online atribuir uma nota (**0 ou 10**) para a atividade.

II. Aspectos da avaliação formativa do curso

A avaliação formativa no âmbito do presente curso incidirá sobre atividades de aplicação prática do conteúdo estudado, associadas às informações coletadas da própria realidade cotidiana do profissional estudante, utilizando a **metodologia de desafios**. Tais atividades serão estruturadas em uma sequência de ações lógicas para desenvolvimento de competências técnicas, sob a orientação dos tutores online, sendo por eles avaliada, ficando registradas na ferramenta **Tarefa**, do AVEA.

Considerada formativa por suas características de aplicação prática, por ser estratégica para o processo ensino-aprendizagem, essa avaliação formativa por meio de **Desafios práticos** terá caráter obrigatório, estará presente em todos os módulos do curso e será computada com **peso 4** para a média final do módulo.

Alguns critérios para sua aplicação:

- A atividade Desafio ficará disponível por todo o período do módulo e na semana de retenção de alunos planejada pela Universidades federais;
- caso o profissional estudante, durante a atividade avaliativa, sinta-se inseguro com o conteúdo e opte por voltar aos estudos e adiar a avaliação, poderá utilizar o botão "**Salvar mudanças**" que irá suspender a avaliação e guardar as respostas já enviadas;
- quando se sentir preparado, poderá usar o botão "**Editar envio**" para continuar sua atividade;
- se não estiver satisfeito com o que foi produzido até o momento, poderá recomeçar a atividade a qualquer momento, utilizando o Botão "**Remover envio**";
- o desafio só será dado como disponível para correção quando o profissional estudante clicar o botão "**Enviar tarefa em definitivo**";
- caso o resultado obtido não seja suficiente, o tutor online deverá orientar o profissional estudante antes de fechar a avaliação e atribuir uma nota;
- o desafio só será dado como concluído quando o tutor online atribuir uma nota para a atividade do entregue pelo profissional estudante.

III. Avaliação somativa e diagnóstica online

A avaliação **Prova Online**, tem, primeiramente, função somativa, fornecendo, em paralelo, dados para os tutores online diagnosticarem a aquisição de conhecimento teórico das competências em desenvolvimento nos módulos. Contribuirá também com a função formativa, na medida em que os feedbacks dos itens serão explicativos e contextualizados nos conteúdos abordados.

Tal instrumento de avaliação será aplicado por meio de teste objetivo online, constando de 05 questões/itens de avaliação, resolvidos diretamente no ambiente virtual de aprendizagem com número de tentativas controladas.

As questões em tela serão extraídas, randomicamente, do banco de questões do curso previamente elaborado seguindo as orientações estabelecidas pela UNA-SUS e inseridas no AVEA. Por sua vez, o banco de questões de cada módulo constará de 30 questões.

Essas provas serão disponibilizadas para os profissionais estudantes enquanto o módulo estiver sendo trabalhado e durante a semana de recuperação que antecede o encontro presencial. Caso o profissional estudante não tenha conseguido obter a nota mínima (6 pontos), terá mais 5 chances de refazer a prova quando se considerar melhor preparado.

Os resultados dos testes, gerados automaticamente pelo sistema, ficarão registrados no relatório de aproveitamento do profissional estudante.

Alguns critérios para sua aplicação:

- a prova da turma ficará disponível por todo o período do módulo e na semana de retenção de alunos planejada pela Universidades federais;
- caso o profissional estudante, durante a prova, sinta-se inseguro com o conteúdo e opte por voltar aos estudos e adiar a avaliação, poderá parar a qualquer momento clicando no link - **Finalizar tentativa** - do menu e navegação do questionário;
- poderá retornar a qualquer momento utilizando o botão "**Continuar a tentativa**" resgatando as respostas já enviadas na tentativa suspensa;
- a tentativa só será dada como finalizada quando o profissional estudante **responder as 5 questões** e clicar no link "**Finalizar a tentativa**";
- caso a nota obtida não seja suficiente, o profissional estudante terá mais 5 tentativas para refazer a prova;
- no período do módulo em que a prova estará disponível, ele poderá voltar a qualquer momento para refazer sua avaliação.

A avaliação **Prova online**, em sua função somativa, será de caráter obrigatório, estará presente em os módulos do curso e terá **peso 3** para o cálculo da média final do módulo.

Em sua função diagnóstica, tal avaliação fornecerá uma série de resultados a serem considerados pelos tutores online, aos quais a consulta estará aberta no ambiente virtual no formato de relatórios.

IV. Avaliação Somativa presencial

Ao final de cada semestre do curso, mais precisamente no último encontro do profissional estudante com o seu tutor clínico no semestre, os profissionais estudantes deverão responder a uma avaliação somativa – **Prova Presencial Digital**, com **peso 2**, a ser realizada na unidade de saúde em que realiza suas atividades. Essa avaliação se dará por meio de prova objetiva com 02 questões por módulo a serem extraídas do banco de itens do curso.

Caberá ao tutor clínico a aplicação e fiscalização das provas dos profissionais estudantes sob sua responsabilidade. O sistema identificará, pelo seu QR Code (enviado para o celular dele na hora da prova) ou por senha de identificação em quais módulos ele será avaliado naquela etapa e disponibilizará, randomicamente, apenas as questões referentes às competências elencadas para aqueles módulos. O sistema também regulará o tempo que o profissional estudante terá para responder à prova, tornando-a indisponível após esse intervalo. A lista de estudantes e seus respectivos módulos com as competências trabalhadas deverão ser informadas ao tutor clínico via sistema pelo tutor online.

V. Cálculo da avaliação final do módulo

MFM
[(F x 1) + (DT x 4) + (PO x 3) + (PP x 2)] / soma dos pesos das avaliações

F = Participação em fórum (Peso 1)
DT = Atividade de Desafio Prático de Trabalho (Atividade orientada pelo tutor online utilizando a ferramenta tarefa no AVEA) (Peso 4)
PO = Prova online (questionário objetivo) (Peso 3)
PP = Prova presencial individual (Peso 2)

MFD = Média final do módulo

VI. Índice de aproveitamento final de curso

O índice de aproveitamento será calculado pela média simples das disciplinas, considerando a nota final de aprovação de cada uma dividida pelo número de disciplinas, observada a seguinte tabela de equivalência:

Tabela de Equivalência			
Conceito	Significado	Equivalência Numérica	Equivalência em Notas Pontos decimais
A	Excelente	4	9 a 10
B	Bom	3	6 a 8
C	Regular	2	5
D	Insuficiente	0	0 a 4

VII. Recuperação de notas

Devido à diversidade dos profissionais estudantes e as possibilidades de dificuldades de acesso ao sistema, estrategicamente será articulada uma série de possibilidades de recuperação de notas e atividades no decorrer do curso. Serão elas:

a) Avaliação online:

Os profissionais estudantes que não conseguirem nota satisfatória na prova online, poderão agendar com os tutores online para terminarem as atividades até no máximo o final do módulo seguinte. Caso a recuperação não aconteça, o tutor clínico e o responsável pelo projeto no Ministério da Saúde deverão ser comunicados e o plano de retenção de alunos das Universidades federais ofertantes aplicadas.

b) Avaliação formativa:

Os profissionais estudantes que não conseguirem elaborar as atividades de desafio prático, poderão agendar com os tutores online para terminarem as atividades até no máximo o final do módulo seguinte. Caso a recuperação não aconteça, o tutor clínico e o responsável pelo projeto no Ministério da Saúde deverão ser comunicados e o plano de retenção de alunos das Universidades federais ofertantes aplicadas.

c) Avaliação somativa presencial:

Da mesma forma que na avaliação online, os profissionais estudantes que não conseguirem elaborar as atividades, poderão agendar com os tutores presenciais para responderem presencialmente no encontro seguinte. Haverá duas oportunidades de recuperação para esse evento: dois nos encontros seguintes. Caso a recuperação não aconteça, o tutor clínico e o responsável pelo projeto no Ministério da Saúde deverão ser comunicados e o plano de retenção de alunos das Universidades federais ofertantes aplicadas.

e) Atividades Presenciais Tutoradas - Tutoria Clínica (Resumo)

A tutoria clínica caracteriza-se como atividade complementar ao Programa Médicos pelo Brasil, gerida pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Secretaria Executiva da Universidade Aberta do SUS, de orientação e acompanhamento prático dos profissionais estudantes que aderiram ao Programa.

O processo e organização da Tutoria Clínica está detalhado em documento específico – Manual de tutoria clínica, disponibilizado junto a documentação do oficial curso e divulgado pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde.

Essa atividade está estruturada para o acompanhamento da atuação dos profissionais estudantes em Unidades Básicas de Saúde e faz uso de estratégias pedagógicas específicas que promovam a integração entre os saberes apreendidos no curso de especialização on-line e as práticas vivenciadas no cotidiano profissional. Seu objetivo é promover a articulação ensino/serviço e facilitar o aprendizado, visando proporcionar o desenvolvimento das competências previstas para o programa.

- Na atividade de **Observação Direta de Consultas: MINI-CEX** o profissional estudante será acompanhado pelo tutor clínico na realização de consultas e receberá uma avaliação direcionada para competências

clínicas, habilidades técnicas e um *feedback* rápido por meio dessa ferramenta, que possui caráter tanto formativo quanto somativo e ocorrerá uma vez a cada encontro com o seu tutor clínico.

- Na atividade de **Modelagem** (observação reversa de consultas) o profissional estudante deverá acompanhar seu tutor clínico e observá-lo na condução de suas consultas médicas e visitas domiciliares, observando como ele aborda problemas comuns de comunicação clínica e de raciocínio clínico, como realiza o exame físico, como organiza a consulta e seu consultório e como aborda questões importantes dentro da relação médico-paciente, como comunicação de notícias difíceis e tomada de decisão compartilhada. Essa atividade possui caráter formativo e poderá ocorrer quantas vezes for possível a cada encontro de tutoria clínica.
- Na atividade de **Estudo Dirigido à Prática** o profissional estudante deverá selecionar um caso dentre os que atendeu no seu território. Para cada semestre letivo há uma lista de temas clínicos escolhidos, disponíveis no "Guia para aplicação dos instrumentos de avaliação da tutoria clínica" para que, ao final do curso de formação, seus estudos de caso tenham abrangido uma gama vasta de temas de importância clínica para a atenção primária. Nessa atividade o profissional estudante poderá:
    a) apresentar breve resumo de um caso clínico que o profissional estudante tenha vivenciado recentemente e que o tenha trazido desafios, dúvidas e/ou preocupações quanto à condução;
    b) apresentar uma ou mais perguntas específicas e direcionadas para esclarecer dúvidas que o profissional estudante tenha tido no atendimento;
    c) responder às perguntas que o profissional estudante criou, trazendo evidências que suportem as informações escritas, gerando dessa forma novo conhecimento técnico que poderá, em um segundo momento, facilitar o cuidado prestado aos pacientes;
    d) apresentar referências bibliográficas que sustentem as respostas escritas;
    e) apresentar todos os itens acima por escrito junto ao tutor clínico, que avaliará o estudo de caso e dará uma devolutiva sobre o trabalho, sugerindo melhorias e leituras para aprofundamento;
    f) realizar uma nova consulta com o paciente que gerou o estudo de caso, desta vez após ter estudado o tema escolhido, cuja consulta deverá ser relatada ao tutor clínico em encontro futuro.

  Essa atividade será de caráter formativo e somativo e ocorrerá uma vez a cada encontro com o seu tutor clínico.
- A atividade de **Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional** é a oportunidade de discutir seu futuro profissional, seus planos de carreira e de desenvolvimento pessoal e profissional. Nele, o profissional estudante e tutor clínico terão à frente uma matriz que orienta a discussão sobre o desenvolvimento dentro do programa, sobre as possibilidades de desenvolvimento de carreira e as lacunas de conhecimento identificadas durante a semana pelo profissional estudante ou pelo tutor clínico. Essa atividade será de caráter apenas formativo e ocorrerá uma vez a cada semestre letivo, cujos planos elaborados nos semestres anteriores deverão ser revisitados e rediscutidos para que o seu desenvolvimento seja planejado e acompanhado dentro do programa.
- A atividade de **Avaliação de Desempenho** acontecerá uma vez em cada semestre letivo e será de caráter formativo e somativo. Nela o tutor clínico e o profissional estudante deverão responder aos instrumentos de avaliação de desempenho das atividades. Com os instrumentos respondidos, as avaliações serão

comparadas e ambos, tutor clínico e profissional estudante, poderão analisar conjuntamente as impressões sobre o desempenho do profissional estudante naquele semestre. Nesse processo serão analisadas as atividades profissionais realizadas e seu tutor clínico poderá lhe dar uma devolutiva sobre seu desempenho, com *feedback* e orientações pontuais, visando otimizar o seu processo de desenvolvimento profissional.

I. A semana padrão de tutoria clínica

A semana padrão, contendo 40 horas, prevista para suas atividades de tutoria clínica é a seguinte:

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	Atendimento ambulatorial podendo incluir Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem	Atendimento ambulatorial podendo incluir Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem	Atendimento ambulatorial podendo incluir Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem	Atendimento ambulatorial podendo incluir Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem	Atendimento ambulatorial podendo incluir Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem Estudo Dirigido à Prática. (fechamento)
Tarde	Atendimento ambulatorial com Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem Estudo Dirigido à Prática (abertura)	Atendimento ambulatorial e/ou Visita domiciliar	Reunião de equipe Atendimento ambulatorial	Atendimento ambulatorial podendo incluir Observação Direta de Consulta: MINI-CEX e/ou modelagem	Avaliação de Desempenho Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional Aprovação final das atividades do semestre (a cada 6 meses) Preenchimento do instrumento avaliativo do curso de formação (a cada

					6 meses)

II. Periodicidade e características das atividades para a tutoria clínica

Considerando a semana padrão de tutoria clínica por semestre letivo, na tabela seguinte está descrita a periodicidade das atividades propostas para os encontros:

ATIVIDADE	PERIODICIDADE DE ENTREGA/AVALIAÇÃO	CARACTERÍSTICA
Observação Direta de Consultas: MINI-CEX	1x a cada encontro de tutoria clínica	Formativo/Somativo
Modelagem (Observação reversa de consultas)	Quantas vezes for possível a cada encontro de tutoria clínica	Formativo
Estudo Dirigido à Prática	1x a cada encontro de tutoria clínica	Formativo/Somativo
Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional	1x a cada semestre	Formativo
Avaliação de Desempenho	1x a cada semestre	Formativo/Somativo
Avaliação do curso de especialização (prova presencial com assinatura digital)	1x a cada semestre	Formativo/Somativo
Aprovação final das atividades do semestre	1x a cada semestre	Formativo/Somativo

III. Fechamento do semestre

Na última semana do semestre, a tutoria clínica deverá fazer a aprovação final dos profissionais estudantes bem sucedidos no desenvolvimento de suas competências, no sistema de gestão a fim de liberar a declaração de participação do profissional estudante, para registro no sistema acadêmico do curso de especialização online.

IV. O papel da tutoria clínica no curso de especialização à distância

A aproximação pedagógica entre a tutoria clínica e o curso de especialização à distância será por meio de registro de declaração de participação em atividades complementares – tutoria clínica - dos profissionais estudantes, contendo obrigatoriamente a seguinte distribuição de carga horária:

4 períodos de 120h distribuídos nos 4 semestres de curso.

Durante o curso de especialização a distância, serão obrigatórias 4 atividades complementares com tutoria clínica e temáticas específicas. A não apresentação de uma das 4 declarações de completude de atividade complementar planejadas para o curso, ocasionará a reprovação do profissional estudante no curso de especialização.

As atividades complementares deverão trabalhar com temáticas técnicas e comportamentais que tenham relação direta com as competências em desenvolvimento no curso de especialização online e serão de caráter formativo.

15) Encontros presenciais

Os encontros presenciais serão realizados concomitante com as atividades complementares. Como essas atividades complementares são presenciais de com acompanhamento e supervisão de tutoria clínica, não há necessidade pedagógica de encontros específicos para avaliações presenciais, já descrita anteriormente neste documento.

16) Trabalho de conclusão de curso (TCC)

De maneira integrada e transversal à vivência do curso, o profissional especializando desenvolverá um Projeto de Intervenção - PI ou, em uma visão mais específica, um Projeto de Saúde do Território – PST, a partir do seu olhar para a realidade de saúde da população do seu território de atuação e do conhecimento do perfil epidemiológico do municipal.

Com a finalidade de conduzir o profissional estudante no desenvolvimento do projeto, o curso contará com um módulo de metodologia de 45h, que deverá ser trabalhado de maneira transversal ao curso. A princípio, a orientação do processo de elaboração do projeto e do TCC estará sob a responsabilidade do tutor online, ao longo de todos os módulos, por meio de sistema específico de gestão e orientação de TCC.

Esse trabalho de conclusão de especialização deverá ser entregue no formato de monografia, apresentado por meio de pôster e de depoimento do profissional estudante sobre a experiência vivida, via internet com transmissão síncrona para a banca e gravada para arquivo de comprovação nas UFs. O tempo destinado para

apresentação será de aproximadamente 10 minutos mais 5 minutos para contrapontos da banca, cabendo à Universidades federais responsável fazer o agendamento da apresentação e o controle do tempo.

A banca será composta de 02 participantes obrigatórios, sendo um professor representante da Universidades federais ofertante e outro o tutor online do profissional estudante. O tutor clínico poderá participar como convidado, se desejado. Os membros da banca atribuirão, mediante discussão entre pares, uma nota à apresentação utilizando os mesmos critérios de avaliação utilizados pela equipe da Universidades federais para analisar o TCC.

A definição do tema do projeto deverá ser feita dentre os Indicadores de Saúde que estão elencados pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde, para acompanhamento dos municípios brasileiros como indicadores de processo na gestão.

Estes indicadores de Saúde trazem em si diversas dimensões que possibilitam uma análise mais crítica da execução da Atenção Primária à Saúde, de tal forma a escolha de um deles para o desenvolvimento de um projeto, poderá produzir um determinado impacto para melhoria ou reorganização do serviço.

a) Critério de avaliação e formatação do TCC

a. Completude do trabalho, conforme os critérios acadêmicos
b. Relevância do tema e aderência dos temas aos indicadores de saúde
c. Aplicabilidade e factibilidade da proposta

b) Aprovação do profissional estudante no TCC

a. Completude do trabalho conforme os critérios acadêmicos – 0 a 5,0 pontos
b. Relevância – 0 a 3,0 pontos.
c. Aplicabilidade – 0 a 2,0 pontos
d. aprovação no trabalho de conclusão de curso com aprovação satisfatória, ou seja, nota igual ou superior a 6,0.

17) Recursos de tecnologia da informação

O curso está estruturado com tecnologias integradas, no formato de ecossistema, customizadas especificamente para este projeto, com as seguintes plataformas:

- Ambiente virtual de aprendizagem customizado;

- sistema de provas digitais;
- sistema de orientação e criação de TCC;
- sistema e gestão e controle de curso;
- sistema de integração de Universidades federais em rede.

18) Corpo docente

Além dos autores e coordenadores que assinam os módulos, as Universidades Federais ofertantes nomearão professores responsáveis por conduzir os módulos e acompanhar o desempenho dos profissionais estudantes.

Maiores especificações ficarão a cargo de cada uma das Universidades Federais ofertantes.

19) Cronograma de atividades do curso

Caberá às UFs executoras esta descrição, entretanto, a universidade executora deverá levar em conta a programação semanal planejada na estrutura curricular para que se mantenha a fluidez entre atividades dos módulos do curso online e as atividades profissionais planejadas pela tutoria clínica.

20) Indicadores de desempenho do curso

A avaliação de qualidade e desempenho do curso seguirá os preceitos da UNA-SUS/SE já estabelecidos para a rede de ofertas.

21) Aprovação final e certificação

Será considerado aprovado o profissional estudante que satisfizer os seguintes requisitos:

- aproveitamento suficiente em cada módulo;
- desenvolvimento de atividades correspondentes aos créditos estipulados;
- obtenção de índice de aproveitamento geral não inferior a 6,0 (seis), participação mínima ideal esperada para o curso;
- apresentação das declarações de participação das 4 atividades complementares;
- apresentação dos certificados de conclusão dos módulos eletivas dentro da carga horária mínima;
- aprovação no trabalho de conclusão de curso com aprovação satisfatória, ou seja, nota igual ou superior a 6,0.

22) Referências consultadas

BRASIL. LEI Nº 13.958, de 18 de Dezembro de 2019.

BACICH, Lilian; MORAN, José. Metodologias ativas para uma educação inovadora: Uma abordagem teórico-prática. 260 p. São Paulo, 2017.

CAMPOS FE; MACHADO MH; GIRARDI sn. A fixação de profissionais de saúde em regiões de necessidades. Divulga em Saúde para Debate 2009; 44(maio):13-24.

COTERNO, Solange F R; LOPES, Roseli E. Pressupostos pedagógicos das atuais propostas de formação superior em saúde no Brasil: origens históricas e fundamentos teóricos. Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, SP, vol.21. 2016. Disponível em: <http://www.ccs.uel.br/prouni/docs/BRASIL/LONDRINA/BR_LD_GES_06.pdf >. Acesso em: 17 fev. 2020.

CRAVEIRO IMR; HORTALE VA; OLIVEIRA APC; DUSSAULT G. Desigualdades sociais, políticas de saúde e formação de médicos, enfermeiros e dentistas no Brasil e em Portugal. Cien Saude Colet 2015; 20(10):2985-2998. [Links]

FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina C. Metodologias inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo, SP. Saraiva, 2018. 288p.

GIL, Antonio Carlos. Didática do ensino superior. São Paulo: Atlas ,2015.

LERMEN Jr, Nulvio, , et al. Currículo Baseado em Competências para Medicina de Família e Comunidade. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. 2015. Disponível em:< https://www.sbmfc.org.br/noticias/sbmfc-divulga-curriculo-baseado-em-competencias/.

NICHOLS, M., CATOR, K., and TORRES, M. Challenge Based Learner User Guide. Redwood City, CA: Digital Promise. 2016

OLIVEIRA, A P C; Gabriel, M; POZ, Mrd; DUSSAULT, G. Desafios para assegurar a disponibilidade e acessibilidade à assistência médica no sistema único de saúde. Ciênc. Saúde Coletiva [Online]. 2017, Vol.22, N.4, Pp.1165-1180 Https://Doi.Org/10.1590/1413-81232017224.31382016.

PIERANTONI, CR; FRANÇA, T; GARCIA, AC; SANTOS, MR; VARELLA, TC; MATSUMOTO, KS Gestão do trabalho e da Educação em Saúde 1.ed. – Rio de Janeiro: CEPESC:IMS/UERJ: ObservaRH, 2012. 156p.

SANTOS, Wilton Silva dos. Organização curricular baseada em competência na educação médica. Rev. bras. educ. med., Rio de Janeiro , v. 35, n. 1, p. 86-92, Mar. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000100012&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2020. https://doi.org/10.1590/S0100-55022011000100012.

TASCA R; MASSUDA A; CARVALHO WM; BUCHWEITZ C; HARZHEIM E. Recomendações para o fortalecimento da atenção primária à saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2020;44:e4. https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.4

APÊNDICE A

AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO E DISCIPLINAS/ATIVIDADES

A autoavaliação do curso será realizada ao final de cada disciplina, considerando aspectos específicos. As formas de autoavaliação do curso incluem:

a) Avaliação das disciplinas
b) Avaliação dos docentes
c) Avaliação da coordenação do programa
d) Avaliação da secretaria do programa
e) Avaliação de desempenho dos discentes

A avaliação das disciplinas levará em consideração a adequação da disciplina ao Programa, a sua execução, bibliografia e colaboração do corpo discente, conforme quadroa seguir:

AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS
1. Considera a disciplina adequada à Área de Contração do Programa?[ ] Sim [ ] Não Se sim, quanto: [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 2. A disciplina foi ministrada regularmente nos horários e dias previstos?[ ] Sim [ ] Não 3. A disciplina foi desenvolvida adequadamente pelo docente responsável?[ ] Sim [ ] Não 4. A bibliografia adotada é pertinente ao programa de ensino e aprendizagemda disciplina? [ ] Sim [ ] Não 5. O acesso à bibliografia ocorreu satisfatoriamente?[ ] Sim [ ] Não

Quadro 1: Aspectos a serem observados em relação à avaliação das disciplinas.

Os docentes serão avaliados ao final de sua disciplina, considerando os recursos didáticos, conteúdo, metodologia, sistema de avaliação e desempenho, conforme quadro a seguir:

Quadro 2: Aspectos a serem observados em relação à avaliação dos docentes.

AVALIAÇÃO DOS DOCENTES

1. O docente responsável pela disciplina demonstra domínio do conteúdo ministrado?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
2. O docente responsável pela disciplina demonstra domínio da bibliografia indicada? [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
3. Considera que a metodologia adotada pelo docente responsável possibilitou o aprofundamento e desenvolvimento de análise crítica em relação aos conteúdosministrados?
   [ ] Pouco [ ] Bastante [ ] Muito
4. O docente responsável incentiva a participação dos alunos nos debates que ocorremem sala de aula?
   [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
5. O docente responsável incentiva o desenvolvimento de pensamento crítico arespeito dos assuntos ministrados?
   [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
6. O docente responsável está aberto à discussão de ideias distintas daquelas por eledefendidas?
   [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
7. Os recursos didáticos foram adequados à realização da disciplina?
   [ ] Sim [ ] Não
8. O sistema de avaliação foi adequado ao objetivo proposto pela disciplina?
   [ ] Sim [ ] Não

A avaliação da coordenação e secretaria do Programa fará referência à acessibilidade, capacidade de resolução dos problemas e celeridade, conforme quadro aseguir:

Quadro 3: Aspectos a serem observados em relação à avaliação da coordenação doPrograma.

AVALIAÇÃO DA COORDENAÇÃO

1. A coordenação disponibiliza horário de atendimento presencial?[ ]
   Sim [ ] Não
2. O contato com a coordenação por meio eletrônico é satisfatório?[ ]
   Sim [ ] Não
3. A coordenação orienta academicamente de forma satisfatória?[ ]
   Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
4. Os procedimentos da coordenação são céleres e adequados?[ ]
   Pouco [ ] Razoável [ ] Muito
5. [illegible]

Quadro 4: Aspectos a serem observados em relação à avaliação da secretaria.

AVALIAÇÃO DA SECRETARIA
1. A secretaria funciona dentro dos horários previstos pela UFES?[ ] Sim [ ] Não 2. O contato com a secretaria por meio eletrônico é satisfatório?[ ] Sim [ ] Não 3. A secretaria disponibiliza os documentos de acordo com o Regimento do Programa? [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 4. Os procedimentos da secretaria são céleres e adequados?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito

Quanto à avaliação de desempenho dos discentes, será considerada a dedicação,interesse, domínio do conteúdo e participação, conforme quadro a seguir:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS DISCENTES
1. Os alunos dedicaram-se às atividades propostas?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 2. Os alunos demonstraram interesse nas discussões propostas?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 3. Os alunos demonstraram domínio de conteúdos básicos necessários à compreensãodos temas sugeridos para discussão? [ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 4. Os alunos procuraram realizar o estudo da bibliografia indicada?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 5. Os alunos procuraram ir além da bibliografia indicada?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 6. Considera satisfatório o desempenho dos alunos nas atividades avaliativas?[ ] Pouco [ ] Razoável [ ] Muito 7. Os alunos procuraram participar ativamente das discussões que ocorreram em salade aula?

Quadro 5: Aspectos a serem observados em relação à avaliação dos discentes.

Quanto à infraestrutura física e tecnológica empregada no curso, serão considerados os seguintes aspectos: quantitativo suficiente e condições de uso.

Quadro 6: Aspectos a serem observados em relação à avaliação da infraestrutura física e tecnológica.

AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA
1. Secretaria geral Quantitativo suficiente [ ] Sim [ ] Não Condições de uso [ ] Sim [ ] Não 2. Secretaria de coordenação Quantitativo suficiente [ ] Sim [ ] NãoCondições de uso [ ] Sim [ ] Não 3. Sala de aula Quantitativo suficiente [ ] Sim [ ] Não Condições de uso [ ] Sim [ ] Não 4. Biblioteca Quantitativo suficiente [ ] Sim [ ] Não Condições de uso [ ] Sim [ ] Não 5. Laboratório de informática Quantitativo suficiente [ ] Sim [ ] NãoCondições de uso [ ] Sim [ ] Não 6. Todas essas instalações constituem áreas de acesso para pessoas com necessidades especiais? [ ] Sim [ ] Não